ISSN 0100-1736

DOUTRINA
REGISTRO
JURISPRUDÊNCIA
NOTICIÁRIO

REVISTA DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA OITAVA REGIÃO

www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

R. TRT 8ª Região	Belém	v. 44	n. 86	p. 1-445	jan./jun./2011

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
Correspondência: Travessa Dom Pedro I, nº 746
66050-100
Belém - Pará
www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

COMISSÃO DA REVISTA:

Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

Juiz Titular RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JÚNIOR

Juiz Substituto XERXES GUSMÃO

Assistente da Revista do Tribunal e Publicações em Geral:
Nara Maria Santos de Souza

CAPA:

Aquarela: “Sede Antiga do TRT”, do artista plástico George Venturieri
Acervo: TRT 8ª Região
Foto da obra: Luiz Eduardo Pereira dos Santos
Arte gráfica: Lais Veloso

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 8ª REGIÃO. Belém: Tribunal Regional do
Trabalho, 1968 --
Semestral

ISSN 0100-1736

1. DIREITO – Periódico. I. PARÁ. Tribunal Regional do
Trabalho.

CDD 340.05
CDU 34 (05)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Sede: Belém (PA)
Jurisdição: Estados do Pará e Amapá

TRIBUNAL PLENO

Presidente: Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR - posse como Presidente em 03.12.2010
Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - até 02.12.2010

Vice-Presidente: Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - posse como Vice-Presidente em 03.12.2010
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - até 02.12.2010

Corregedor Regional: Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - posse como Corregedor Regional em 03.12.2010
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - até 02.12.2010

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR - até 02.12.2010
Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - a partir de 03.12.2010
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - a partir de 03.12.2010
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - até 02.12.2010
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - até 02.12.2010
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - a partir de 03.12.2010
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2010 a 31.12.2011 (Res. 2/2010)
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO
Des. WALTER ROBERTO PARO
Desa. MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
Desa. MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - posse em 13.12.2010 - Promovida ao cargo de Desembargador do TRT-8ª Região (Decreto de 09.12.2010, publicado em 10.12.2010)

SEÇÃO ESPECIALIZADA I

Presidente: Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - a partir de 03.12.2010
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - até 02.12.2010

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - a partir de 03.12.2010
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Des. WALTER ROBERTO PARO

SEÇÃO ESPECIALIZADA II

Presidente: Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - a partir de 03.12.2010
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - até 02.12.2010

Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR - até 02.12.2010
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - a partir de 03.12.2010
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - até 02.12.2010
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - até 02.12.2010
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - a partir de 03.12.2010
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2010 a 31.12.2011 (Res. 2/2010)
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO
Desa. MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
Desa. MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - a partir de 13.12.2010

1ª TURMA

Presidente: Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - a partir de 14.12.2010
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA - até 13.12.2010

Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - até 13.12.2010
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - até 02.12.2010
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - até 02.12.2010
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - a partir de 03.12.2010
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2010 a 31.12.2011 (Res. 2/2010)

Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA - a partir de 14.12.2010
Desa. MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - a partir de 14.12.2010

2ª TURMA

Presidente: Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA - a partir de 15.12.2010
Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - até 14.12.2010

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - a partir de 15.12.2010
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA - até 14.12.2010
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO

3ª TURMA

Presidente: Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR - até 02.12.2010
Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - a partir de 03.12.2010
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - a partir de 03.12.2010
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. MÁRIO LEITE SOARES

4ª TURMA

Presidente: Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - a partir de 14.12.2010
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - até 13.12.2010

Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - até 13.12.2010
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - a partir de 14.12.2010
Des. WALTER ROBERTO PARO

VARAS DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

1ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza AMANACI GIANNACCINI
2ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza VANILZA DE SOUZA MALCHER
3ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JULIANES MORAES DAS CHAGAS
4ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza CLAUDINE TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES
5ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA
6ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MARTINS

7ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA
8ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
9ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR
10ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
11ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza GEORGIA LIMA PITMAN
12ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - até 12.12.2010 - promovida ao cargo de Desembargador do TRT-8ª Região (Decreto de 09.12.2010, publicado em 10.12.2010)
Juíza MELINA RUSSELAKIS CARNEIRO - a partir de 09.02.2011
13ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza IDA SELENE DUARTE SIROTHEAU CORRÊA BRAGA
14ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz ANTONIO OLDEMAR COÊLHO DOS SANTOS
15ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza PAULA MARIA PEREIRA SOARES
16ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JÚNIOR
1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juíza RENATA PLATON ANJOS - até 15.02.2011 - removida p/ a VT de Santa Izabel do Pará (Ato 46/2011)
Juíza TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA CAVALCANTE ARANHA - a partir de 16.02.2011
2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juiz MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
Vara do Trabalho de Altamira
Juiz LUIS ANTONIO NOBRE DE BRITO
1ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juiz JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA
2ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza CRISTIANE SIQUEIRA REBELO
3ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza MELINA RUSSELAKIS CARNEIRO - até 08.02.2011 - removida p/ a 12ª VT de Belém (Ato 36/2011)
Juiz OCÉLIO DE JESÚS CARNEIRO DE MORAIS - a partir de 09.02.2011
4ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juiz FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR
Vara do Trabalho de Breves
Juíza MARINEIDE DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA
Vara do Trabalho de Capanema
Juíza ANGELA MARIA MAUÉS
Vara do Trabalho de Castanhal
Juíza CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA
Vara do Trabalho de Itaituba
Juíza CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI
Vara do Trabalho de Laranjal do Jari - Monte Dourado
Juíza ODAISE CRISTINA PICANÇO BENJAMIM MARTINS

1ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza NATASHA SCHNEIDER
2ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA CAVALCANTE ARANHA - até 15.02.2011 - removida p/ a 1ª VT de Abaetetuba (Ato 46/2011)
Juiz FRANCISCO MILTON ARAÚJO JÚNIOR - a partir de 16.02.2011
3ª Vara do Trabalho de Macapá
Juiz JÁDER RABELO DE SOUZA
4ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza FLÁVIA JOSEANE KURODA
1ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz JOÃO CARLOS TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
2ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz FRANCISCO MILTON ARAÚJO JÚNIOR - até 15.02.2011 - removido p/ a 2ª VT de Macapá (Ato 46/2011)
Juiz JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE - a partir de 16.02.2011
Vara do Trabalho de Óbidos
Juíza ANA ANGÉLICA PINTO BENTES
Vara do Trabalho de Paragominas
Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE
1ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Juiz JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE - até 15.02.2011 - removido p/ a 2ª VT de Marabá (Ato 46/2011)
Juíza MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA MEDEIROS - a partir de 16.02.2011
2ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES
Vara do Trabalho de Redenção
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ
Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará
Juiz OCÉLIO DE JESÚS CARNEIRO DE MORAIS - até 08.02.2011 - removido p/ a 3ª VT de Ananindeua (Ato 36/2011)
Juíza RENATA PLATON ANJOS - a partir de 16.02.2011
1ª Vara do Trabalho de Santarém
Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENIG
2ª Vara do Trabalho de Santarém
Juíza ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO
1ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juíza LEA HELENA PESSÔA DOS SANTOS SARMENTO
2ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juiz RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO
Vara do Trabalho de Xinguara
Juíza MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA MEDEIROS - até 15.02.2011 - removida p/ a 1ª VT de Parauapebas (Ato 46/2011)
Juíza TATYANNE RODRIGUES DE ARAÚJO ALVES - posse em 07.04.2011

JUÍZES FEDERAIS DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Juíza TATYANNE RODRIGUES DE ARAÚJO ALVES - até 06.04.2011 - promovida, por antiguidade, a Titular da VT de Xinguara (Res. 56/2011 e Ato 80/2011)
Juiz NEY STANY MORAIS MARANHÃO

Juiz MARCOS CEZAR MOUTINHO DA CRUZ
Juiz HARLEY WANZELLER COUTO DA ROCHA
Juiz DENNIS JORGE VIEIRA JENNINGS
Juiz ANDREY JOSÉ DA SILVA GOUVEIA
Juíza GIOVANNA CORRÊA MORGADO DOURADO
Juíza KARLA MARTINS FROTA
Juíza ÉRIKA MOREIRA BECHARA
Juíza MEISE OLIVEIRA VERA
Juíza MILENE DA CONCEIÇÃO MOUTINHO DA CRUZ
Juíza BIANCA LIBONATI GALÚCIO
Juiz SAULO MARINHO MOTA
Juiz WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA
Juíza NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES
Juiz FÁBIO MELO FEIJÃO
Juíza ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ MARQUES
Juíza AMANDA CRISTHIAN MILÉO GOMES MENDONÇA
Juiz EDUARDO EZON NUNES DOS SANTOS FERRAZ
Juíza RAFAELA QUEIROZ DE SÁ E BENEVIDES
Juíza GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS - até 24.04.2011 - removida p/ o TRT-22ª Região (Res. 38/2011 e Ato 91/2011)
Juíza FRANCISCA BRENNA VIEIRA NEPOMUCENO
Juiz FERNANDO MOREIRA BESSA
Juiz RODRIGO DA COSTA CLAZER - até 07.11.2010 - removido p/ o TRT-9ª Região (Res. 383/2010 e Ato 227/2010)
Juiz CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO - removido, por permuta, a partir de 11.03.2011, com o Juiz Vanilson Rodrigues Fernandes, do TRT-2ª Região (Res. 476/2010 e Ato 63/2011)
Juíza MARIA GIZÉLIA LIMA DE BARROS
Juíza SILVANA BRAGA MATTOS
Juíza ANA PAULA BARROSO SOBREIRA
Juiz IGOR CARDOSO GARCIA
Juíza ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO
Juiz DILSO AMARAL MATAR
Juiz XERXES GUSMÃO
Juíza LECIR MARIA SCALASSARA
Juiz ABEILAR DOS SANTOS SOARES JUNIOR
Juíza NÁGILA DE JESUS DE OLIVEIRA QUARESMA
Juiz GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA
Juíza ROBERTA DE OLIVEIRA SANTOS
Juiz MARCELO SOARES VIÉGAS
Juiz DEODORO JOSÉ DE CARVALHO TAVARES
Juiz VANILSON RODRIGUES FERNANDES - posse em 11.03.2011 - removido, por permuta, com o Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho, do TRT-8ª Região (Res. 476/2010 e Ato 63/2011)
Juíza SHIRLEY DA COSTA PINHEIRO - posse em 25/04/2011 - removida do TRT-3ª Região. (Res. 49/2011 e Ato nº 92/2011)

S U M Á R I O

DOUTRINA

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR
Vicente José Malheiros da Fonseca 15

O TRABALHO INTELECTUAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: PEJOTIZAÇÃO. BLOGS DE CONSULTAS E CONTRATOS DE IMAGEM
Georgenor de Sousa Franco Filho 73

ANTINOMIA ENTRE O PARÁGRAFO 3º, ART. 55, DA LEI 8.213/91 E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SOCIAL DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL
Océlio de Jesús C. Morais 83

ENXERGANDO O FUTURO PELA LENTE DO PASSADO: É POSSÍVEL APLICAR A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA PELO RISCO DA ATIVIDADE NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO?
Ney Stany Morais Maranhão 95

A PARTILHA DO ÔNUS DA PROVA ENTRE AS PARTES NOS PEDIDOS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE
Xerxes Gusmão 101

AS ANTINOMIAS DO ARTIGO 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Um contraponto à doutrina dominante.
Everaldo Gaspar Lopes de Andrade 107

SUA MAJESTADE A LIMINAR NA NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA
Francisco Antonio de Oliveira 125

CARTA ABERTA AOS “TERCEIRIZADOS” E À COMUNIDADE JURÍDICA
Jorge Luiz Souto Maior 135

A NECESSÁRIA REVISÃO DA SÚMULA 331 DO TST DIANTE DO NOVO CÓDIGO CIVIL
Raimundo Simão de Melo 149

REGISTRO

ORAÇÃO EM HOMENAGEM A ELIZIÁRIO BENTES
Vicente José Malheiros da Fonseca 163

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TRT-8ª REGIÃO
José Edílsimo Eliziário Bentes 169

SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DO TRT 8ª REGIÃO
Rosita de Nazaré Sidrim Nassar 171

VALORES ANTIGOS E EXECUÇÃO DE VANGUARDA
José Maria Quadros de Alencar 175

MOMENTO DE REMINISCÊNCIAS
Georgenor de Sousa Franco Filho 177

EMOÇÕES
Maria Valquíria Norat Coelho 181

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO..... 187
JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO.. 199

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
Adicional de Insalubridade. Trabalho em sobrejornada. Maior desgaste do empregado..... 201
Advogado. Fiel depositário..... 206
Agravo Regimental - Indeferimento de medida liminar - Improvimento. 219
Alteração contratual. Prestações continuadas. Prescrição quinquenal 222
I - Assédio Moral. Dano Moral. Inexistência. II - Tutela pretendida na petição inicial. Antecipação dos efeitos. Cassação..... 224
Conflito de Competência. Nulidade da adjudicação de bem já arrematado em outra execução. Anterioridade da penhora. Direito de Preferência 234
Contrato de Mútuo..... 238
Contribuições compulsórias para terceiros. Justiça do Trabalho. Competência. 241
Dano Moral. Configuração..... 251
Despedida sem justa causa. Nulidade. Ato discriminatório da empresa..... 255
Direito de defesa é direito fundamental de todo e qualquer cidadão. Ao acusado deve ser assegurada a oportunidade de se defender apresentando o contraditório, sem o qual não há defesa..... 260
Direito Material e Processual do Trabalho. Embargos à Execução. Nulidade do processo e do título executivo por vício de citação inicial. Agravo de Petição. .. 266
Direito Material e Processual do Trabalho. Sucessão..... 269
Dispensa de professor. Entidade de ensino superior. Observância das normas previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96). 274
Estabilidade à gestante. Reconhecimento. 280
Execução Provisória. Penhora *On-Line*. 286
Horas Intervalares. Adicional de Horas Extras. Norma Coletiva. 305
Indenização por Dano Moral/Estético. Responsabilidade da empregadora configurada.... 309
Indenização por Danos Morais. Responsabilidade do empregador. 323
Justa Causa - Ônus da Prova 329
Multa do art. 467 da CLT. / Base de cálculo. Ausência de impugnação. / Participação nos lucros. / Multa do art. 477 da CLT. / 13º salário proporcional. / Multa do art. 475-J do CPC. Aplicabilidade. Processo do Trabalho. Súmula nº 13 do TRT-8ª Região..... 332
I. Organismos Internacionais. Competência da Justiça do Trabalho. / II. Unesco. Imunidade de Jurisdição..... 338
Procuração. Outorga legítima. Confirmação da representação. 343
Recebimento a maior. Devolução de valores..... 346
Recurso. Efeito suspensivo. Aposentadoria por invalidez. Manutenção de comodato... 348

Relação de emprego. Colaborador em campanha eleitoral. Inexistência. 351
Responsabilidade Subsidiária. Declaração de Constitucionalidade do § 1º, do artigo 71 da Lei 8666/93. Súmula Vinculante nº 10 do STF. 356
Salário Profissional. Art. 5º da Lei n. 4.950/66. Vinculação ao salário mínimo. Inconstitucionalidade. Violação ao art. 7º, IV, da CRFB/88. Contrariedade à Súmula Vinculante n. 4, do E. STF. 361
Salário Profissional estabelecido em múltiplos do salário mínimo. Constitucionalidade. 368
Sucessão de empregadores - Cartório extrajudicial - Novo titular que assume a serventia por ter sido aprovado em concurso público - Indeferimento. 370
I - Suplementação de aposentadoria - Competência da Justiça do Trabalho - Atual e iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. / II - Ajuste da suplementação de aposentadoria - Redução - Impossibilidade - Art. 468, da CLT - Art. 7º, Inciso VI, da Constituição Federal. 375
Tempo razoável para apuração de irregularidades / Ausência de imediatidade para punir o empregado / Perdão tácito. Efeitos 386
Vínculo de emprego. Coordenador da Funasa. 389

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO 397

NOTICIÁRIO

Convênios e Parcerias 415
EaD 415
Precatório Itinerante 416
Varas Itinerantes 416
Semana do Servidor 417
Espaço Cultural 418
Falecimento 418
Galeria dos Ex-Presidentes do TRT-8ª 419
IX Olimpíada da JT 419
Liquidação Eletrônica de Processos 419
Inaugurações 420
Galeria dos Ex-Corregedores Regionais 421
Reuniões de Análise da Estratégia 421
Certificação Digital 422
Semana Nacional da Conciliação 422
1ª Turma realiza Sessão em Marabá 422
Seminário de Atualização Jurídica em Marabá 423
Trabalho Escravo e a Efetividade da Jurisdição na Prevenção e Sanção à sua Ocorrência 423

Posse da Nova Administração do TRT-8ª 424
1º Lugar no I Prêmio Conciliar é Legal 425
Curso de Segurança Institucional 426
Judiciário tem novas Metas 426
Posse e Recebimento de Nova Desembargadora 426
Natal Sustentável 427
Natal em Cantos 2010 427
Árvore dos Sonhos e Ação de Graças 2010 428
Natal Solidário em Marabá 428
VT de Tucuruí doa bens 428
Doação de bens 428
Sexta às 13 429
TRT-8ª empossa novos Servidores 432
Sala de Gestão Estratégica 432
Juriscalc 433
Abertura do Ano Letivo das Escolas Judicial e dos Servidores e Abertura do Ano Judiciário 433
Escola Judicial 434
Cenários Prospectivos 435
Movimentação de Magistrados do 1º Grau 436
Depósito Público Informatizado 437
Novo circuito de internet no TRT-8ª 437
Capacitação para Oficiais de Justiça 437
Música para estimular Clima Organizacional 438
Serviço Integrado de Saúde 438
SETI agiliza serviços 439
Visita Monitorada 440
TRT veste azul pelo Autismo 441
Palestra sobre IRPF 441
Amatra 8 comemora 30 anos com lançamento de livro 441
Ouvidoria inaugura 0800 441
Justiça Solidária 441
TRT-8ª compõe Subcomissão Nacional de Metas da JT 442
Gestão por Competências: experiência do TRT-8ª registrada em livro 443
Ações Conjuntas de Comunicação 443
70 Anos da Justiça do Trabalho 443
Projeto Cooperar 444
Nova Direção da Escola Judicial do TRT-8ª Região 444
Visita Técnica 445
Curso de Libras 445

Revista do

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

8.ª REGIÃO

DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO



ANO I — N.º 1 — JULHO-DEZEMBRO — 1968

DOUTRINA

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR[1]

Vicente José Malheiros da Fonseca[2]

Sumário: 1. Introdução. 2. Conceito de meio ambiente. *2.1. Considerações genéricas*. *2.2. Conceito econômico de meio ambiente*. *2.3. Conceito jurídico de meio ambiente*. 3. Ética ambiental. 4. Princípios gerais. Responsabilidade objetiva do empregador. 5. Meio ambiente do trabalho. Abrangência do tema. 6. Proteção jurídica. 7. Ação civil pública. 8. Ação civil pública trabalhista. *8.1. Cabimento. 8.2. Competência da Justiça do Trabalho. 8.3. Competência hierárquica ou funcional. 8.4. Legitimidade ativa. 8.5. Legitimidade passiva. 8.6. Objeto da demanda. 8.7. Cautelar e antecipação da tutela. 8.8. Demanda com pedido cominatório. Astreintes. 8.9. Termo de ajuste de conduta. 8.10. Condenação em dinheiro: FAT, FDD ou FUNGET? 8.11. Remessa de peças ao Ministério Público*. 9. Outros instrumentos jurídicos de proteção. 10. O nexo de causalidade do *Burnout* e o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). 11. Uma reflexão final. 12. Conclusões. 13. Bibliografia.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).
"O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, e é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras" (Declaração de Estocolmo, 1972).
"Os seres humanos têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza" (Eco-92, Rio).

1. Introdução.

No ano de 2000 pronunciei-me sobre o tema "*Meio Ambiente do Trabalho (Proteção jurídica, legitimidade para as ações e competência da Justiça do Trabalho)*", em conferência proferida no 3º Seminário Regional de Direito do Trabalho, realizado em Manaus (AM), promovido pela Associação dos Magistrados Trabalhistas da 11ª Região e Universidade Nilton Lins, sob o tema central "Justiça do Trabalho - Perspectivas para o Terceiro Milênio"[3].

---

1 Esboço da Palestra de Abertura no Ciclo de Palestras "MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR", promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, como parte da Formação Inicial e Continuada dos Magistrados, realizado no Auditório do Fórum "Pontes de Miranda", sede da Justiça Federal em Macapá (AP), no período de 14 a 16 de março de 2011.

2 *Vicente José Malheiros da Fonseca* é Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade da Amazônia (UNAMA), inclusive em curso de pós-graduação.

3 Texto publicado na Revista do TRT-11ª Região (Manaus-AM), edição nº 9 (janeiro-dezembro/2001), p. 41-104; e na Revista nº 65, do TRT-8ª Região (Belém-PA), Vol. 33 (julho-dezembro/2000), p. 55-98.

Em 2008, voltei a escrever sobre a matéria, em certo tópico do artigo "*A eficácia dos direitos humanos na Justiça do Trabalho*"[4].

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, onde foram incluídos preceitos que consagram a filosofia social do Direito do Trabalho.

Entretanto...

> "Cada ano são produzidos no mundo, unicamente na indústria, aproximadamente 50 milhões de acidentes, isto é, uma média de 160.000 ao dia; destes acidentes, aproximadamente uns 100.000 são mortais, e esta avaliação é muito provavelmente inferior à realidade. Cada ano 1.500.000 trabalhadores ficam inválidos para o resto de suas vidas. A estas cifras devem-se acrescentar os milhões de trabalhadores vítimas de enfermidades contraídas nos postos de trabalho.
>
> Dever-se-ia também somar, se o total fosse conhecido, os acidentes, graves e numerosos em todos os países, que se produzem na agricultura, nos trabalhos florestais e nas plantações. Nos países industrializados, na média anual, um em cada dez trabalhadores da indústria sofre lesões no trabalho, e se estima que em alguns ramos essa relação seja, no mundo todo, de um a cada três; em outras palavras, nesses ramos cada trabalhador sofre, num prazo médio, uma lesão uma vez a cada três anos. Trata-se de tragédias humanas que poderiam ser evitadas, mas que ocorrem em todo o mundo"[5].

Como acentua *Liliana Allodi Rossit*, "o que acabamos de transcrever resume a angústia que cerca todo aquele que se envolve com a questão do meio ambiente de trabalho, porque sabe que as tragédias, proporcionadas por um ambiente degradado, poderiam ser evitadas, se houvesse efetivo empenho" (op. cit., p. 175).

O direito ambiental é a ciência que estuda os problemas ambientais e suas interligações com o homem, visando à proteção do meio ambiente para a melhoria das condições de vida como um todo.

Esta ciência teve origem nos primeiros estudos de *ecologia*, passou pelo surgimento da ciência *educacional* ambiental, até chegar à sua formação como *mecanismo de proteção* do meio ambiente.

O direito ambiental tem como base estudos complexos que envolvem várias ciências como biologia, antropologia, sistemas educacionais, ciências sociais, princípios de direito internacional, entre outras. Por conseguinte, é fundamental que se tenha uma *visão holística* para o desenvolvimento de seu estudo. O conhecimento fragmentado da matéria impede que se possa atingir a finalidade principal, qual seja a efetiva proteção do meio ambiente.

O direito ao meio ambiente, a sua definição, o seu regime jurídico, os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente são os mais destacados fundamentos

---

[4] Texto elaborado para o Suplemento Especial da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região nº 81 (que completava 40 anos), em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. Tema: "Poder Judiciário, Direito e Dignidade Humana". Publicado no Suplemento Especial Comemorativo da Revista nº 81 do TRT-8ª Região, Vol. nº 41 (julho-dezembro/2008), p. 15/32.

[5] J.M. Clerc, "*Introducción a las condiones y el medio ambiente de trabajo*". Tradução livre por Liliana Allodi Rossit, apud "*O Meio Ambiente de Trabalho no Direito Ambiental Brasileiro*", São Paulo: LTr, 2001, p. 175.

do direito ambiental, além das definições e conceitos de ecologia, biologia, antropologia, botânica e educação ambiental.

A preocupação com a saúde dos trabalhadores remonta há muito tempo. Há notícia de que na Grécia clássica os lábios dos flautistas deveriam ser protegidos com a colocação de uma bandagem de couro. Os romanos protegiam seus escravos contra longas jornadas de trabalho em minas[6].

As preocupações com o meio ambiente adquiriram suprema importância no final do século XX e a cada dia se fala mais no tema, em razão do perigo iminente de destruição da biosfera, afetada principalmente pela exploração descontrolada de nossos recursos naturais. A pior crise é a dos recursos renováveis. Em todo o planeta, as espécies marinhas, os bosques, as florestas tropicais e sua reserva genética, a camada superior do solo, a água potável, enfim, estão em um movimento acelerado de diminuição, já que a exploração é maior que a renovação. Esta crise acrescida da mudança climática e da destruição da atmosfera afeta a vida humana e de todos os seres vivos, de forma alarmante e talvez irreversível.

No Brasil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31.8.1981) é um marco histórico no desenvolvimento desse novo ramo da ciência jurídica. Ali podem ser encontradas definições importantes sobre meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais, bem como o mecanismo de proteção ambiental denominado de "estudo prévio de impacto ambiental" (EPIA) e seu respectivo relatório (RIMA), instrumentos eficazes e modernos em termos ambientais mundiais.

Depois, surgiu a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24.07.1985), que tutela os valores ambientais, disciplinando a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII (Da Ordem Social), mais precisamente no Capítulo VI (art. 225), contém normas direcionais da problemática ambiental, dando as diretrizes de preservação e proteção dos recursos naturais, incluindo nelas a fauna e a flora, bem como, entre outras medidas, normas de promoção da educação ambiental, além de definir o meio ambiente como bem de uso comum do povo.

O período mais importante para questões ambientais sem dúvida teve seu início na década de 70, principalmente a partir da Conferência da ONU em 1972.

A Conferência Internacional de Estocolmo, em 1972, foi marcada pela oposição do Brasil e outros países, em desenvolvimento, em acatarem as diretrizes internacionais de controle à poluição. A justificativa dada foi que a pior poluição era a *pobreza*, sendo necessário o *desenvolvimento econômico* a qualquer preço.

Quase todas as leis que dispõem sobre o meio ambiente foram editadas nesse período, quando o país estava voltado apenas para o crescimento econômico, o que legitimava certas agressões à natureza, como, por exemplo, alguns incentivos fiscais à lavra e ao esgotamento mineral.

As leis ambientais, em sua maioria, são reflexos da "necessidade" desenvolvimentista da época. Pressões, principalmente da sociedade civil e internacional, fizeram com que, em 31 de agosto de 1981, surgisse a primeira lei genérica para sistematizar as leis específicas já existentes, a Lei nº 6.938/81, antes mencionada.

Vinte anos após a Declaração de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de

---

6 Rocha, Julio Cesar de Sá da. "*Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica*", LTr, 1997, p. 28.

1992, reafirmou os princípios enunciados em 1972. No entanto, adicionou a ideia de *desenvolvimento sustentável* e de uma natureza interdependente e integral da Terra; contribuiu para a mudança do paradigma de desenvolvimento existente; e preconizou, ainda, o *princípio* de que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável e têm direito a uma *vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza*.

A ideia *poluidor-pagador*, consagrada na Declaração Oficial da RIO/92, insere a teoria do risco-proveito, ensejando transformações na teoria da responsabilidade no direito brasileiro, tornando-se a principal contribuinte para a responsabilização objetiva.

A Declaração de Estocolmo abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental entre os direitos sociais do homem, com suas características de direitos a serem realizados e direitos a não serem perturbados[7].

A Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Rio-92), sacramentou, em termos mundiais, a preocupação com a problemática, reforçando os princípios e regras para o combate à degradação ambiental. Nesse evento, foi elaborada a "Agenda 21", instrumento diretriz do desenvolvimento sustentável.

O direito ambiental é, pois, conquista importante para a garantia da *qualidade de vida* de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se propõe a assegurar a *preservação* das demais formas de vida, bem como dos recursos florestais, hídricos e minerais de nosso país.

Portanto, seu estudo deve ser difundido nos cursos universitários de direito, a fim de que seja proporcionada, aos profissionais da área jurídica, uma noção básica de preservação do ambiente em que vivem e a forma de sua proteção, sendo esta um dever de todos os cidadãos, conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 225, de observância obrigatória para o Poder Público e a coletividade.

Além disso, a participação da sociedade na problemática ambiental, mais do que um preceito legal, deve ser incentivada. Devemos lembrar que o Brasil ainda possui grandes reservas florestais que guardam enorme potencial econômico e biológico, objeto de estudos no mundo todo. Nosso país - e especialmente a nossa região amazônica - tem condições de projetar seu desenvolvimento em harmonia com a exploração de seus recursos naturais, preservando-os o melhor possível. Jamais devemos esquecer dos exemplos desastrosos de muitos países, chamados "desenvolvidos", que se encontram em lastimável situação de degradação natural. Seus tristes exemplos não nos servem, mas podem ser tomados como parâmetros para se evitar o mesmo caminho que seguiram.

Enfim, o direito ambiental é de suma importância e deve merecer atenção de todos nós.

Para compreender o universo da *ética* ou do *direito* (dever ser) é imprescindível o entendimento da *realidade* (ser).

Para tratar de demandas ambientais, é fundamental a compreensão do que significa *meio ambiente*.

O estudo do direito ambiental não pode prescindir do auxílio de outras ciências.

O direito ambiental traz um novo conceito de comportamento: a necessidade de solidariedade como um instituto jurídico norteador, um princípio ético que abstrai a reciprocidade, já que a responsabilidade dos atos ocorre não apenas com as gerações presentes, mas, principalmente, com as futuras.

---

[7] Silva, José Afonso da. "*Direito Ambiental Constitucional*", 2ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 1995, p. 14.

O meio ambiente representa um desafio cultural para a moral contemporânea, pois deve justificar um marco moral, de comportamento, que pode ser compartido por pessoas de concepções diferentes, notadamente em uma época de fragmentação, como a atual.

2. Conceito de meio ambiente.

2.1. - Considerações genéricas.

A conceituação é importante, não para restringir posteriores informações, mas para proporcionar uma interpretação coerente, evitando-se distorções de sentido e manobra ideológica. Se o conceito não absorver toda a significação do objeto, nem incorporar a necessidade de transdisciplinariedade, todo o sistema provido dele incorrerá em parcialidade. Torna-se limitado, eis que não contempla o todo.

A palavra **ambiente** tem origem latina: *ambiens* e *entis* - "aquilo que rodeia". Entre seus significados encontra-se "*meio em que vivemos*".

A palavra *meio ambiente* foi utilizada por primeira vez pelo biólogo e pioneiro ecologista ***Jakob Von Uexküll***, em 1909, conforme informam os estudiosos da matéria.

Autores portugueses[8] acentuam que a expressão *meio ambiente* não é a mais adequada, pois constitui um pleonasmo. Acontece que *ambiente* e *meio* são sinônimos porque *meio* é precisamente aquilo que envolve, ou seja, o *ambiente*.

Para ***Aloísio Ely***[9], meio ambiente significa "*todo o meio exterior ao organismo que afeta o seu integral desenvolvimento*". Como meio exterior o autor engloba tudo o que cerca o organismo[10]. O integral desenvolvimento ocorre através dos meios físico, social e psíquico, que, no seu equilíbrio e correlação, possibilitam o desenvolvimento pleno, do ponto de vista biológico, social e psíquico. Há, indiscutivelmente, uma transdisciplinariedade entre os elementos que compõem a organização social, a tal ponto que o entendimento de *meio ambiente* vai além da ideia de *ecologia*.

O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas, como afirma ***Paula Brügger***[11].

2.2. - *Conceito econômico de meio ambiente.*

A economia e o meio ambiente compõem um binômio indissociável. De fato, o problema central da economia é buscar alternativas eficientes para alocar[12] os recursos escassos da sociedade, a fim de melhorar as condições de vida humana. O meio ambiente, de fonte inesgotável, tornou-se um recurso escasso. Preocupa-se com o meio ambiente no seu sentido mais amplo, inclusive as influências externas que afetam o ser humano, daí os efeitos que a economia denomina *externalidades*[13].

---

8 Machado, Paulo Affonso Leme. "*O direito ambiental brasileiro*", 3ª edição, Ed. Revista dos Tribunais, 1991, p. 70.

9 Ely, Aloísio. "*Economia do Meio Ambiente*", 4ª. edição, Porto Alegre: FEE, 1990, p. 4-8.

10 Seja *físico* (água, ar, terra, bens tangíveis feitos pelo homem etc.), seja o *social* (valores, cultura, hábitos, costumes, crenças etc.), seja o *psíquico* (sentimentos do homem e suas expectativas, segurança, angústia, estabilidade etc.).

11 *in* "Ciência Hoje", SBPC, vol. 24, nº 141 - agosto/1998 [63-65].

12 Alocar no sentido de *destinar a um fim específico ou a uma entidade*.

13 Entende-se como *externalidades* os efeitos das relações individuais e coletivas, oriundas das escolhas humanas. Tudo aquilo que é produzido a partir do poder de manipulação e transformação do homem. Resultados que afetam toda a sociedade e o meio, independente

O novo paradigma tecnológico e econômico vai exigir uma revisão profunda na ordem econômica e social. À ciência econômica impõe-se a revisão de seus princípios básicos, desde as relações entre o homem e a natureza, com a introdução de valores de bens naturais até aqui não considerados economicamente. Trata-se da internalização das externalidades, que se constituem nos custos sociais dos processos produtivos não incorporados, até então, pelas atividades econômicas[14].

Na perspectiva econômica, o conceito geral do meio ambiente enquadra-se entre dois limites de avaliação: o primeiro corresponde às mudanças de produção e de consumo, o impacto sobre o ser humano no curto e longo prazo; o segundo é visto como um patrimônio ou um *tipo de capital não renovável que produz uma cadeia de vários serviços para o homem*[15].

Dessa forma pode-se perceber que a economia do meio ambiente coloca o **homem** como peça central das preocupações no processo de desenvolvimento e organização econômica. No entanto, a satisfação das necessidades básicas, autodeterminação e participação do indivíduo no processo de organização político-social e respeito ecológico devem ser satisfeitos por um sistema econômico para garantir o bem-estar social.

2.3. - *Conceito jurídico de meio ambiente.*

O direito estuda as normas de conduta na sociedade e regula as relações humanas. Disciplina também a relação entre os homens e as coisas e entre as próprias coisas, quando traduzem aspirações humanas e até as relações de relações, quando refletem valores humanos[16]. Mas, interessam ao direito as relações que envolvem bens[17] juridicamente protegidos.

O processo de sensibilização para determinar algo como um *bem jurídico* está estritamente relacionado, ou condicionado, pelo paradigma da dogmática jurídica, constituída pela comunidade de juristas e operadores do direito. Seja pela ideia que se tem do objeto (bem), seja pela postura ou valores daqueles que elegem os bens jurídicos.

Segundo ***Giannini***[18], inexiste uma noção unitária de ambiente, porque pode ser considerado como paisagem, bem sanitário ou ordenamento do território. Por isso, a importância de circunscrever a cultura sobre o significado de meio ambiente ou de ambiente, apontando o ***locus*** de onde provem a eleição dos bens jurídicos merecedores da tutela do ordenamento jurídico e do poder estatal.

É possível extrair do direito positivo alguma definição de ambiente, como sendo "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (art. 3º, I, da Lei nº 6.938, de 31.08.1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente).

---

dessa coletividade ter ou não participado do processo que gerou os resultados. O que onera a todos, mesmo que decorrente de processos privados.

14 Ely, Aloísio. "*Economia do Meio Ambiente*", 4ª. edição, Porto Alegre: FEE, 1990, p. 9.

15 *Idem*, p. 10.

16 Tostes, André. "*Sistema de legislação ambiental*", p.16 (cf. Samantha Buglione, *in* "As flores não resistem a canhões: o desafio de tutelar o meio ambiente", extraído da *home page* "Jus Navigandi", na Internet: http://www.jus.com.br).

17 Entende-se *bem* como tudo que recebeu uma valoração humana positiva, aquilo que possui um *valor* moral ou físico positivo, constituindo o objeto ou fim da ação humana.

18 Giannini, Mássimo Severo. "*Ambiente: saggio sui diversi suoi aspetti giuridici*", *passim*, Riv. Trim. Dir. Pubbl., 1973.

A Constituição Federal de 1988 determina que *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações* (art. 225).

Esses dispositivos legais traduzem a ideia de *equilíbrio* e *bem*, de *conjunto* e *interação*, afastando do conceito de meio ambiente o sentido de "coisa", eis que coisa é tudo aquilo que possui existência individual e concreta, que pressupõe separatividade, individualização, ideia diversa da de conjunto. Ademais, coisa se opõe a interação porque esta pressupõe influência recíproca e afasta a noção de equilíbrio, que significa a combinação de forças ou de elementos[19].

Assim, o meio ambiente é entendido pelo direito como um **bem jurídico**.

Na doutrina, a natureza jurídica do meio ambiente se estruturou, enquanto relação jurídica, na categoria de ***interesses difusos***. Diz respeito à proteção de interesses plurindividuais que superam as noções tradicionais de interesses individuais ou coletivos, dado que concernem a bens indivisíveis e inindividualizáveis, que interessam a todos. Sua nota essencial é o conceito de *difuso*[20], ou seja, aquilo que há difusão, propagação, divulgação, espalhamento.

Logo, do conceito jurídico de meio ambiente deduz-se constituir um *bem de massa*, que rompe com a ideia de apropriação individual e instaura a necessidade de limitação das condutas individuais que tendam ao dano ambiental[21].

Enfim, o equilíbrio do meio ambiente laboral, a qualidade de vida do trabalhador e a sua saúde são pressupostos de uma vida com dignidade e expressão de cidadania.

3. Ética ambiental.

A palavra ética vem do grego - "*ethos*" -, que significa modo de ser, caráter enquanto forma de vida do homem.

Ética é a forma de proceder ou de se comportar do ser humano no seu meio social, sendo portanto uma relação intersocial do homem. Seus parâmetros são as condutas aceitas no meio social. A ética tem raízes na moral como sistema de regulamentação das relações intersociais humanas, assentando-se em um modo de comportamento.

Portanto, a ética é uma ciência da moral e pode ser definida como a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade[22].

---

[19] Tostes, André. "*Sistema de legislação ambiental*", p.17 e 18.

[20] O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.1990) conceitua interesses ou direitos **difusos** como *os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato*; os interesses ou direitos **coletivos** como *os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base*; e os interesses ou direitos **individuais homogêneos**, *os decorrentes de origem comum* (art. 81, parágrafo único, I, II e III). O interesse **difuso** é o interesse que cada indivíduo possui pelo fato de pertencer à pluralidade de sujeitos a que se refere a norma. Tampouco é o interesse próprio de uma comunidade organizada, constituída pela soma dos interesses (ou de alguns deles) dos indivíduos concretos que a compõem e, portanto, exclusivo. (Mukai, Toshio. "*Direito Ambiental Sistematizado*", 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1994, p. 6-7).

[21] Moll, Luiza. "*Uma ferramenta para executar políticas públicas ecológicas: Orçamento Participativo*", *passim*, MIMEO, 1997.

[22] Vasquez, Adolfo Sanches. "*Ética*", Ed. Civilização Brasileira, 14ª edição, 1993.

A ética comporta a seguinte divisão: a) *ética normativa*, que são as recomendações; e b) *ética teórica*, quando explica a natureza da moral relacionada às necessidades sociais. Enquanto teoria, a ética estuda e investiga o comportamento moral dos homens. Neste sentido, o seu valor está naquilo que explica e não no fato que recomenda ou prescreve.

Atualmente, ante as correntes *intuitivas*, *positivas* e *analíticas*, a ética foi reduzida à análise da linguagem moral, abstraindo-se as questões morais, ensina *Vasquez*. Resultado disso é que a moral e a ética perderam significado social. Hoje, é dada importância à obtenção finalista do sucesso pessoal e material a qualquer custo, ficando, assim, reduzidas a preceitos delimitadores das relações profissionais (*Códigos Éticos*). Desse modo, há quem diga que subsiste apenas a ética normatizada e direcionada às profissões, não havendo mais uma "ética universal". De fato, passamos por uma ***crise*** ética e moral, pois falta uma orientação ética geral.

Considerada ciência da moral, a ética, como conhecemos, está relegada a um plano inferior social, deixando de ser uma orientadora do comportamento humano como dantes. Todavia, uma *nova forma de relação ética* vem surgindo, como se pretende demonstrar, em virtude da degradação ambiental em larga escala e o desenvolvimento científico, que se propõe a desvendar a origem do homem, cuja situação de "espécie superior" é posta em dúvida.

Toda a sociedade é responsável pela degradação ambiental. O rico polui com sua atividade industrial, comercial etc.; o pobre polui por falta de condições econômicas de viver condignamente e por falta de informações, já que a maioria é semi-analfabeta; e o Estado polui por falta de informações ecológicas de seus administradores, gerando uma política desvinculada dos compromissos com o meio ambiente.

Somando-se isso aos novos conhecimentos científicos - que concluem que o homem faz parte da natureza (por exemplo, a teoria evolucionista de ***Darwin***, segundo a qual a raça humana tem origem no mesmo ancestral dos grandes macacos e evolui como todos os demais seres viventes; e, ainda, a teoria de Gaia de ***Lovelock***, para a qual a Terra, Gaia, é um "ser vivo" que pulsa em vida plena com todos os seus seres, incluindo o homem, em igualdade de condições) -, surgiu a necessidade do ser humano rever a sua ação predatória e, consequentemente, seu comportamento integral, fazendo com que a visão antropocêntrica, que rege a conduta humana, tendo o homem como o centro do universo, comece a perder força.

A *ética antropocêntrica*, defendida principalmente por ***Kant***, que orientou e deu base para as doutrinas posteriores, estuda o comportamento social do homem entre si, levando-o à condição de "espécie superior" pela razão, perde campo para uma nova visão: a ***visão ecocêntrica***.

Esta nova *visão ecocêntrica*, que se pode definir como o homem centrado em sua casa - "oikos" (= casa, em grego), ou seja, o homem centrado no tudo ou no planeta como sua morada, permite o surgimento de uma ética que estuda também o comportamento do homem em relação à natureza global. Com ela, o ser humano passa a entender melhor a sua atuação e responsabilidade para com os demais seres vivos.

Então, o homem está diante da necessidade desta nova forma de conduta em relação à *natureza*. Uma nova concepção filosófica homem-natureza. A ética passa a ser também, neste caso, um estudo extrasocial e extrapola os limites intersociais do homem, nascendo, assim, uma ***nova ética*** diversa da ética tradicional. Surge a ***ética ambiental***.

A *ética ambiental* nos permite ter mais "humildade zoológica", e, por conseguinte, passamos a ter um novo entendimento da vida.

Mas, para que isto ocorra, é necessário que tenhamos uma perfeita *conscientização* da problemática ambiental, que se caracteriza pela possibilidade do pleno conhecimento do universo que nos cerca, com reflexos nas nossas ações.

Essa nova *filosofia ecocêntrica* e a *conscientização* fazem com que o ser humano passe a se preocupar com suas ações, compreendendo que ele é parte integrante da natureza. Não é o "dono da natureza". Compreende que a natureza não existe apenas para servi-lo, mas para que ele possa sobreviver em *harmonia* com os demais seres. Ao perceber isso, o homem passará a se preocupar com suas ações, agirá de modo coerente em relação à natureza e os seus procedimentos intersociais serão direcionados à causa da preservação da vida global. Então, desenvolveremos, cada vez mais, uma "visão holística" do mundo, ou seja, uma *visão global*, sobretudo numa época de globalização ou mundialização dos fenômenos humanos.

Essa *nova consciência* e *visão global* trazem a necessidade de desenvolver uma nova linha de conduta ética com a natureza, formando uma nova interligação ética: **homem-natureza**.

Podemos definir essa ética ambiental como o estudo da conduta, ou a própria conduta, comportamental do ser humano em relação à natureza, decorrente da conscientização ambiental e consequente compromisso personalíssimo preservacionista, tendo como objetivo a conservação da vida global.

Com essa nova ética, diferente da ética tradicional, a nossa vida estará pautada em um compromisso mais autêntico. Compromisso criado por nós; dentro de nós. Sem nenhuma lei que não seja a nossa *consciência*.

Esse *compromisso* ético é personalíssimo, de modo que não está adstrito a nenhum outro compromisso. É um compromisso de todos os conscientes. É um compromisso da sociedade consciente. É ***ético***, não apenas legal. Não se trata de obrigação legal, mas moral e ética de cada um.

O compromisso ético reflete-se em ações éticas, isto é, em ações coerentes com os princípios éticos da pessoa, de modo que as ações impulsionadas por esta nova ética homem-natureza trarão resultados favoráveis à preservação ambiental e, consequentemente, à melhoria da *qualidade de vida*, ficando, assim, criada uma couraça ética, capaz de proteger a natureza como um todo.

A ética ambiental será o início de uma nova ordem mundial, uma nova filosofia de vida do homem, alicerçada em novos valores extrasociais humanos. Sua base científica é o estudo da relação homem-natureza, que engloba, neste binômio, todas as raças humanas e todos os seres existentes, abrangendo também os inanimados, como o solo, o ar e a água. Tudo que existe tem sua importância e passa a fazer parte desta nova relação ética.

Esta nova ética ajudará a formar uma humanidade consciente de sua posição perante a vida no planeta Terra e dará origem a uma nova postura, um novo comportamento calcado na *preservação global da natureza*, enfim, uma nova esperança de vida.

A colocação, em prática, dessa nova forma de comportamento ético, propiciará uma enorme satisfação subjetiva e íntima em cada indivíduo, e, portanto, da sociedade humana, de estar contribuindo, com responsabilidade, para a preservação do maior bem material que existe, a natureza como um todo. E isto nos dará a esperança de que poderemos prolongar a existência de nossa espécie neste planeta, com condições mais dignas, permitindo que possamos usufruir plenamente, junto com os demais seres, deste bem que é a vida, uma dádiva de Deus. Uma nova forma *comportamental* e uma *nova esperança de vida*, daí a importância de se conscientizar todos os segmentos da sociedade para essa *nova relação ética*.

4. Princípios gerais. Responsabilidade objetiva do empregador.

Podemos indicar alguns princípios gerais do direito ambiental, dentre outros:

1. Princípio da indisponibilidade do interesse público na proteção do meio ambiente (art. 225, da CF);
2. Princípio da prevenção (art. 2º, da Lei nº 6.938/81);
3. Princípio da cooperação ou participação (art. 225, da CF);
4. Princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF);
5. Princípio da publicidade - EPIA/Rima (Resolução-Conama nº 001/86);
6. Princípio da informação (art. 6º, § 3º, da Lei nº 6.938/81);
7. Princípio do poluidor-pagador (art. 4º, da Lei nº 6.938/81 e Lei nº 9.433/97);
8. Princípio da responsabilidade por danos ambientais (art. 225, § 3º, da CF, e Lei nº 9.605/98);
9. Princípio da soberania dos Estados na política ambiental ("Agenda 21");
10. Princípio do desenvolvimento sustentável ("Agenda 21");
11. Princípio da educação ambiental ("Agenda 21").

Ligeiras considerações sobre a matéria são oportunas.

As regras que constituem o direito ambiental, em sua maioria, são de natureza pública, mais precisamente manifestações do poder de polícia do Estado. Estão submetidas a princípios de Direito Público e Administrativo[23]. Portanto, condicionam o exercício do Estado na preservação direta do meio ambiente.

Os princípios são importante instrumento para direcionar a formação, interpretação e aplicação da norma, principalmente em face da imprecisão do conceito de dano ambiental.

Outro aspecto importante é destacar os princípios constitucionais da ordem econômica, o que está estritamente relacionado à proteção do meio ambiente, a tal ponto que o direito ambiental é considerado um verdadeiro Direito Econômico[24].

A Constituição Federal de 1988 consagra como princípios gerais da ordem econômica a *soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor,* ***a defesa do meio ambiente****, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego, o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte*.

---

[23] Princípios de Direito Público: primazia do interesse público (o Estado se justifica pela satisfação do interesse público); legalidade administrativa (o agente público só pode fazer o que está autorizado e for de acordo com o direito); igualdade do cidadão (o Estado deve tratar todos igualmente, pois todos são iguais perante a lei. Entretanto deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais); liberdade do cidadão (o cidadão deve ser garantido em sua liberdade pelo Estado); o da proporcionalidade dos meios afins (o legislador e a administração não podem impor à liberdade restrições que excedam ao que é necessário para atender o fim perseguido). Princípios de Direito Administrativo: indisponibilidade do interesse público (o Estado é titular do interesse público); especialidade administrativa (informa o tema fundamental da competência, o ato praticado por agente incompetente é nulo de pleno direito); poder do administrador público (corolário do princípio da primazia do interesse público); finalidade administrativa (corolário ao princípio da legalidade); impessoalidade (toda atuação do agente público deve ser impessoal); moralidade pública (é dever do administrador público gerir a coisa pública com eficiência, probidade e senso de economia); publicidade (todo ato da administração, para ter validade jurídica, terá que ser publicado no órgão oficial ou através de outros meios). Esses princípios variam conforme a doutrina.

[24] *Direito Ambiental*, Ed. Lumen Juris, RJ, 1996 [8-20].

Manoel Gonçalves Ferreira Filho[25] afirma que a ordem econômica estabelecida pela atual Constituição é extremamente ambígua, ao ponto de haver contradição de princípios no texto constitucional, baralhando *fundamentos* com *finalidades*. Isso, de fato, ocorre porque a redação do art. 170 do texto constitucional tem o vício típico dos grandes colegiados[26].

Contudo, tal argumento do constitucionalismo pátrio é emblemático de uma ideologia liberal, pois ignora o pensamento complexo, próprio das *sociedades de massa*, do fim do milênio, que exige a compreensão pluri e multidisciplinar.

De qualquer modo, o texto constitucional criticado dá mostras de ser precursor, de vez que, em sua declaração de princípios conformadores da ordem econômica, contempla a necessária e indispensável harmonia, não só com o ambiente, mas com a solidariedade e seguridade sociais[27].

O *princípio da democracia econômica e social* contém uma imposição obrigatória dirigida aos órgãos de direção política (legislativo e executivo), no sentido de desenvolverem uma atividade econômica e social conformadora, transformadora e planificadora das estruturas socioeconômicas, de forma a evoluir-se para uma sociedade democrática[28]. O legislador, a administração e os Tribunais terão de considerar o princípio da democracia econômica e social como princípio obrigatório de interpretação para avaliar a conformidade dos atos do poder público com a Constituição.

Dessa forma, pode-se afirmar que o princípio da propriedade privada só é legítimo e constitucional na medida em que seu uso estiver conforme os demais princípios, notadamente o da *função social*.

A livre concorrência só será legítima se seu exercício se conformar ao princípio da *defesa do consumidor*, da *busca do pleno emprego* etc., uma vez que é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, salvo nos casos previstos em lei[29], e que, por imposição constitucional[30], incumbe à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações[31].

Resulta, assim, a difícil questão de compatibilizar o *desenvolvimento econômico* com a proteção do *meio ambiente*.

Cabe ressaltar que o uso do meio ambiente não é bem do Estado nem bem privado, mas pertence a toda a coletividade. Desse modo, não pode sua apropriação estar dissociada do interesse social e do bem comum, em que pese toda carga valorativa desses conceitos no contexto liberal. É patente a necessidade de redefinição conceitual, no interesse de uma coletividade ecologicamente equilibrada[32].

O *princípio da preservação* pode e deve ser visto como um quadro orientador de qualquer política moderna do ambiente. São prioritárias as medidas que evitem o nascimento de atentados ao meio ambiente.

---

25 *Direito Constitucional Econômico*, Saraiva, 1990, p. 80.

26 Moreira Neto, Diogo de Figueiredo. "Ordem econômica e desenvolvimento da Constituição Federal de 1988", p. 57 (cf. Samantha Buglione, *in* "As flores não resistem a canhões: o desafio de tutelar o meio ambiente", extraído da *home page* "Jus Navigandi", na Internet: http://www.jus.com.br).

27 Moll, Luiza. Op. cit., *passim*, MIMEO, 1997.

28 Canotilho, José Joaquim Gomes. "*Direito Constitucional*", 5ª edição, Coimbra, Almedina, 1991, p. 474.

29 Art. 170, parágrafo único, da Constituição Federal.

30 Art. 225, da Constituição Federal.

31 Mukai, Toshio. "*Direito Ambiental Sistematizado*", 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1994, p. 30-32.

32 Moll, Luiza. Op. cit., *passim*, MIMEO, 1997.

O *princípio do poluidor-pagador*, que alguns preferem chamar de *princípio da responsabilização*, destaca a obrigação, por parte do poluidor, de corrigir ou recuperar o ambiente e suportar os encargos daí resultantes, além de proibir a continuação da ação poluente. Esse princípio se exterioriza na responsabilidade civil objetiva do poluidor, cuja obrigação de indenizar independe da culpa, sempre que o agente tenha causado dano significativo ao ambiente, em virtude de uma ação especialmente perigosa. Ressalta ***Julio Cesar de Sá da Rocha***[33] que, "da mesma forma, é irrelevante a licitude da atividade e não há que se falar em qualquer excludente de responsabilidade. O poluidor deve assumir o risco integral da sua atividade". No Brasil, este princípio está previsto no art. 4º, VII, e, também, no art. 14, § 3º, da Lei nº 6.938/81.

A respeito desse princípio, parece oportuno refletir sobre a opinião de **Andreas Joachim Krell**[34], acerca de algumas objeções à teoria do "risco integral":

> "No caso da provocação de um dano ambiental difuso apesar da existência de uma licença/autorização pública válida para obra/atividade desenvolvida é decisiva a questão se o causador do prejuízo ecológico agiu com *boa-fé*, acreditando na certidão e legalidade do seu comportamento. Na indagação da existência dessa boa-fé, devem ser considerados o poder econômico do poluidor, a sua capacidade técnica e estrutura administrativa, que podem levar à presunção da sua "má-fé" em relação a seu comportamento.
>
> Para evitar os danos ao meio ambiente, a solução adequada nos parece ser a melhoria das condições de trabalho dos órgãos da *Administração Pública* incumbidos da defesa do meio ambiente, seu equipamento com recursos humanos e materiais suficientes para o exercício mais eficiente de suas tarefas legais.
>
> Nesse processo é indispensável a participação das populações atingidas pelos problemas ambientais, que devem exercer uma maior *pressão política* em relação aos governantes, parlamentares e administradores de todas três esferas federativas para que estes apertem as exigências técnicas nos licenciamentos e na fiscalização das atividades poluidoras.
>
> Outro caminho de uma aplicação mais consequente do princípio do "poluidor-pagador" no direito ambiental brasileiro seria a cobrança de *impostos e taxas* pelo fato de determinada atividade poluir o meio ambiente (Ricardo de Angel Yágüez, *Algunas previsiones sobre el futuro de la responsabilidad civil*, 1995, Editoral Civitas, Madrid, p. 54; José Marcos Domingues de Oliveira, *Direito Tributário e Meio Ambiente*, 1995, Edit. Renovar, p. 19ss. *passim*). Esses instrumentos, por enquanto, dificilmente estão sendo utilizados por parte dos governos nos três níveis da federação brasileira. Há também necessidade da exigência legal de um *seguro obrigatório* para atividades potencialmente causadoras de danos ambientais, com a fixação de valores mínimos de indenização.

---

[33] Rocha, Julio Cesar de Sá da. "*Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica*", LTr, 1997, p. 66.

[34] Krell, Andreas Joachim (doutor em Direito pela Universidade Livre de Berlim (PhD) e professor visitante de Direito Ambiental das Universidades Federais de Alagoas e Pernambuco, pós-graduação). "*Concretização do dano ambiental*" (texto parcialmente extraído da *home page* "Jus Navigandi", na Internet: http://www.jus.com.br): "*Algumas objeções à teoria do risco integral", in*: Revista Direito & Deveres, Maceió: Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Alagoas, p. 1-32.

> Uma responsabilização indiscriminada de pretensos "poluidores" não parece ser a solução adequada para um Estado de Direito, onde existe o princípio da *segurança* e previsibilidade da situação jurídica e patrimonial do cidadão. Podendo ser justa a responsabilização do poluidor particular em alguns casos, pode se tornar esta solução *injusta* em outros como nos que envolvem pequenos produtores e fazendeiros bem como donos de pequenos e médios empreendimentos".

Preleciona ***Laura Martins Maia de Andrade*** que "a responsabilidade ambiental é sempre **objetiva**, munindo-se, desta forma, o trabalhador de instrumento adequado no confronto com o poder econômico, para prevenir ou reparar lesões à sua saúde, ocorridas no meio laboral, liberando-se da necessidade de comprovar culpa, tarefa complexa dada a sua hipossuficiência diante do contendor"[35].

Entendo que é irrelevante investigar a culpa subjetiva patronal.

De fato, o art. 2º, da CLT, dispõe que incumbe ao empregador assumir "**os riscos da atividade econômica**".

Logo, no âmbito do direito do trabalho, muito mais do que em outros ramos da ciência jurídica, prevalece a tese da responsabilidade *objetiva*.

A obrigação de indenizar, imposta por lei, nem sempre depende da prática de ato ilícito. Por isso, a doutrina consagrou a responsabilidade por danos **sem culpa**. Daí a teoria da **responsabilidade objetiva**, profundamente desenvolvida pela ciência jurídica.

Na verdade, como alerta ***Orlando Gomes***, "o dever de indenizar o dano produzido sem culpa é antes uma *garantia* do que propriamente *responsabilidade*" (*in Obrigações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. p. 353).

Preleciona, ***Gomes***, a obrigação de indenizar sem culpa por ministério da lei, para certos casos, por duas razões: primeira, "a consideração de que certas atividades do homem criam um *risco* especial para os outros"; e segunda, "a consideração de que o exercício de determinados direitos deve implicar a obrigação de ressarcir os danos que origina".

Na primeira categoria, acentua o saudoso mestre baiano, incluem-se os casos de *responsabilidade objetiva* propriamente dita, "que se explicam pela *teoria do risco*".

Um dos casos mais evidentes da responsabilidade *sem culpa* é justamente a que decorre de **acidente de trabalho**, ao qual se equiparam as doenças profissionais ou do trabalho.

Desde o Código Civil de 1916, a responsabilidade objetiva estava consagrada pelo menos nos seguintes dispositivos: art. 1.528 (que responsabiliza o dono do edifício ou construção pelos danos que resultarem de sua ruína); art. 1.529 (que obriga o morador de uma casa a indenizar o dano proveniente das coisas que dela caírem, ou forem lançadas em lugar indevido); e art. 1.546 (que declara o farmacêutico solidariamente responsável pelos erros e enganos de seu preposto).

A legislação posterior ao Código Civil evoluiu bastante sobre o tema, sempre no sentido da responsabilidade objetiva, como é o caso, por exemplo, do Código Brasileiro do Ar.

Sebastião Geral de Oliveira, em seu excelente livro *Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*, São Paulo: LTr, 1996, estuda a matéria com proficiência (p.181):

> "O instituto da responsabilidade civil, apesar de suas raízes longínquas, continua desafiando os estudiosos e ocupando espaço considerável na literatura jurídica, pelas inúmeras discussões que

[35] "*Meio Ambiente do Trabalho e Ação Civil Pública Trabalhista*", 1ª edição, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003, p. 167.

> ainda suscita. Antigas ideias são invocadas a todo momento para solucionar novas ocorrências, mantendo a efervescência saudável do debate jurídico.
>
> Onde houver dano ou prejuízo, a responsabilidade civil é chamada para fundamentar a pretensão de ressarcimento, por parte daquele que sofreu as consequências do infortúnio. É, por isso, instrumento de manutenção da harmonia social, na medida em que socorre ao que foi lesado, utilizando do patrimônio do causador do dano para restauração do equilíbrio rompido. Com isso, além de corrigir o desvio de conduta, amparando a vítima do prejuízo, serve para desestimular o violador potencial, o qual pode antever e até mensurar o peso da reposição que seu ato ou omissão poderá acarretar".

A norma central da responsabilidade civil, no direito positivo brasileiro, estava insculpida no art. 159, do Código Civil de 1916:

> "*Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano. A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade regulam-se pelo disposto neste Código, arts. 1.518 a 1.532 e 1.537 a 1.553*".

A doutrina e a legislação evoluíram no tratamento jurídico do tema, desde a responsabilidade subjetiva até a responsabilidade objetiva.

Daniela Christóvão, em artigo publicado no jornal eletrônico "Valor Econômico", na Internet (extraído do clipping da *home page* da Amatra-V: (Disponível em: <http://www.svn.com.br/amatra5/>. Acesso em: 10 maio. 2001), sob o título *Contratos assumem função social*, discorre sobre a questão, com informações bem atualizadas acerca da matéria, como se lê abaixo:

> "O projeto de lei do novo Código Civil revoluciona a teoria da responsabilidade civil. Para especialistas que estão se debruçando sobre o projeto antes da sua aprovação no Congresso Nacional, a **responsabilidade objetiva**, ou seja, a obrigação de indenizar o dano **independentemente de culpa** do agente, é uma **tendência universal** que está sendo incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro em casos como a *atividade de risco*. 'Esse é um movimento para garantir benefícios para a vítima', diz o sócio do escritório de advocacia Demarest & Almeida, Silvio Salvo Venosa, afirmando que o dispositivo é uma mudança significativa dentro do civilismo brasileiro.
>
> O novo código apresenta um dispositivo que deixa na mão do Poder Judiciário a avaliação do dano e da gradação da culpa que o causou, influenciando, consequentemente, a estipulação do valor da indenização. 'Se por um lado houve um **avanço na responsabilidade objetiva** para determinados casos, ao avaliar a culpa e o dano causado observa-se um retrocesso em relação ao direito da vítima', analisa Venosa."

A doutrina da **responsabilidade objetiva** surgiu da necessidade de se assegurar àquele que foi lesado, maior cobertura pelo dano sofrido, não se fundamenta apenas na culpa, mas também no risco, de quem desenvolve a atividade.

Danielle Rénne Gomes Machado, Edson Vitor de Oliveira Santos Filho, Fabiany Luna dos Santos, Hirão Fernandes Cinha e Souza, José Edson de Godoy, Larissa Lins da Rocha, Leila Régia Nicássio Amorim, Sâmia de Melo Luz, Sammyer

Moura Tenório e Sinésio Ferreira da Silva, todos acadêmicos de Direito em Alagoas, reuniram-se para produzir o artigo intitulado "**RESPONSABILIDADE CIVIL E TEORIA DA IMPREVISÃO**", publicado na Internet (Disponível em: <http://www.jus.com.br/>. Acesso em: 10 maio. 2001). Nesse trabalho, os jovens estudantes abordam o tema da "Responsabilidade Objetiva e a Culpa Presumida", com estas palavras:

> "A princípio, a responsabilidade civil fundou-se na doutrina da culpa, adotada pelo nosso Código Civil de 1916. A multiplicação das oportunidades e das causas de danos evidenciaram que a responsabilidade subjetiva mostrou-se inadequada para cobrir todos os casos de reparação.
>
> A doutrina objetiva nasceu devido às técnicas de juristas que sentiram a necessidade desse novo elemento para desempenhar mais ampla cobertura para a reparação do dano.
>
> A corrente da responsabilidade objetiva é aquela que defende a responsabilidade civil como fundamento não apenas da culpa, mas também do risco, ou seja, quem desenvolve determinada atividade deve arcar com os riscos da atividade que podem, inclusive, criar riscos para terceiros. Temos, então, que a responsabilidade objetiva visa a estimulação do cuidado que as pessoas devem possuir com estados e condições adquiridas. Essa corrente tem **caráter predominantemente social**.
>
> Como disse Stoco, '*(...) A teoria da* '*culpa presumida*' *é um dos meios técnicos que se identifica com essa doutrina. Trata-se de uma espécie de solução transacional ou escala intermediária, em que se considera não perder a culpa a condição de suporte da responsabilidade civil, embora aí já se deparem indícios de sua degradação (...) e aflorem fatores de consideração da vítima como centro da estrutura ressarcitória, para atentar diretamente para as condições do lesado e a necessidade de ser indenizado.*'
>
> E, ainda*,* '*(...) A responsabilidade objetiva difere da culpa presumida. Na tese da presunção de culpa subsiste o conceito genérico de culpa como fundamento da responsabilidade civil. Onde se distancia da concepção subjetiva tradicional é no que concerne ao '****ônus da prova****'.'*
>
> Dentro da teoria clássica da culpa, a vítima tem de demonstrar a existência dos elementos fundamentais de sua pretensão, sobressaindo ao comportamento culposo do demandado. Na culpa presumida ocorre uma **inversão do *onus probandi***. Em certas circunstâncias, presume-se o comportamento culposo do causador do dano, cabendo-lhe demonstrar a ausência de culpa, para se eximir do dever de indenizar. Foi um modo de afirmar a responsabilidade civil, sem necessidade de provar o lesado a conduta culposa do agente, mas sem repelir o pressuposto subjetivo da doutrina tradicional.
>
> Diz Stoco, ainda, que: '*(...) Em determinadas circunstâncias é a lei que enuncia a presunção. Em outras, é a* ***elaboração jurisprudencial*** *que, partindo de uma ideia tipicamente assentada na culpa, inverte a situação impondo o dever ressarcitório, a não ser que o acusado demonstre que o dano foi causado pelo comportamento da própria vítima.*'
>
> Pode-se afirmar ainda, que a impossibilidade de ciência sobre o infrator, não prejudica a ação a ser proposta, posto que **responderá aquele que assumiu o risco da atividade**."

Hoje, o direito reconhece a responsabilidade objetiva até mesmo quanto aos atos do Estado, em relação ao qual prevalecia, nos primórdios, a teoria de irresponsabilidade.

É que se infere da norma disposta no art. 37, § 6º, da Lei Fundamental de 1988:

> "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Ora, se isso ocorre com o Estado, com muito mais razão deve ocorrer com pessoas jurídicas de direito privado, sendo irrelevante que o empregador, no caso, seja uma entidade sem fins lucrativos, à luz do art. 2º, § 1º, da CLT.

Ligeira abordagem sobre a responsabilidade civil do Estado também servirá para melhor compreensão do tema.

Discorrendo, pois, a respeito do assunto, ***Kiyoshi Harada***, tece comentários sobre a evolução da matéria, no âmbito de nossas Constituições, em artigo publicado na Internet (Disponível em: <http://www.jus.com.br/>. Acesso em: 10 maio. 2001):

> "Verifica-se que pelas duas primeiras Cartas Políticas, a de 1824 e a de 1891, os funcionários públicos eram direta e exclusivamente responsáveis por prejuízos decorrentes de omissão ou abuso no exercício de seus cargos. O Estado **nenhuma** responsabilidade assumia perante terceiros prejudicados por atos de seus servidores. Imperava a teoria da irresponsabilidade do Estado por atos de seus servidores.
>
> Na vigência das Constituições de 1934 e de 1937 passou a vigorar o princípio da **responsabilidade solidária**. O prejudicado podia mover a ação contra o Estado ou contra o servidor público, ou contra ambos, bem como, promover a execução de sentença contra ambos ou contra um deles, segundo o seu critério de conveniência e oportunidade.
>
> A partir da Constituição Federal de 1946 adotou-se o princípio da **responsabilidade em ação regressiva**. Desapareceu a figura da responsabilidade direta do servidor ou da responsabilidade solidária; não há mais o litisconsórcio necessário. Com o advento do Código Civil, prevendo, expressamente, em seu artigo 15, o princípio da regressividade, este acabou ganhando corpo na doutrina, refletindo na elaboração de textos constitucionais a partir da Carta Política de 1946, que adotou a teoria da **responsabilidade objetiva** do Estado.
>
> Interessante notar que desde a Constituição de 1967 houve um **alargamento na responsabilização** das pessoas jurídicas de direito público por atos de seus servidores. É que houve a supressão da palavra ***interno***, passando a abranger tanto as entidades políticas nacionais, como as estrangeiras.
>
> Logo, entidades de direito público de potências estrangeiras, também, são responsáveis por atos de seus servidores, exceto nas hipóteses de aplicação do princípio da extraterritorialidade. É o princípio da territorialidade, que tem seu legítimo fundamento na soberania de cada Estado.
>
> Esse alargamento acentuou-se na Constituição de 1988, que passou a estender a **responsabilidade civil objetiva** às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos. Determinados serviços públicos, os não essenciais, ao contrário

dos essenciais - como concernentes à administração da justiça, à segurança pública etc. - podem ter as respectivas execuções delegadas aos particulares. Com o advento do regime militar, na década de sessenta, inúmeras empresas estatais foram criadas com a missão precípua de executarem esses serviços públicos, sob o regime de concessão. Essas estatais, hoje, estão sendo privatizadas. Mas isso nenhuma alteração traz no que tange à responsabilidade civil dessas empresas prestadoras de serviços públicos. O que submete essas empresas ao regime da responsabilidade objetiva, previsto no Texto Magno, não é a natureza do capital, público, privado ou misto, mas, o fato de executar o serviço público. De fato, não seria justo, nem jurídico, submeter o terceiro, vítima da ação ou omissão do concessionário, à difícil tarefa de comprovar a culpa do agente só porque o Estado delegou ao particular a execução da obra ou do serviço. Por isso, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados por atos ou omissões de seus diretores, gerentes ou empregados.

Responsabilidade objetiva do Estado

A responsabilidade civil do Estado, por atos comissivos ou omissivos de seus agentes, é de **natureza objetiva**, isto é, **prescinde da comprovação de culpa**. Neste particular, houve uma *evolução* da responsabilidade civilística, que não prescinde da culpa subjetiva do agente, para a responsabilidade pública, isto é, responsabilidade objetiva. Esta teoria é a única compatível com a posição do Poder Público ante os seus súditos, pois, o Estado dispõe de uma força infinitamente maior que o particular. Aquele, além de privilégios e prerrogativas que o cidadão não possui, dispõe de toda uma infra-estrutura material e pessoal para a movimentação da máquina judiciária e de órgãos que devam atuar na apuração da verdade processual. Se colocasse o cidadão em posição de igualdade com o Estado, em uma relação jurídica processual, evidentemente, haveria um desequilíbrio de tal ordem que comprometeria a correta distribuição da justiça.

A doutrina da responsabilidade objetiva do Estado comporta exame sob o ângulo de **três teorias objetivas**: a teoria da culpa administrativa, a teoria do risco administrativo e a teoria do risco integral, conforme preleciona *Hely Lopes Meirelles*.

Pela **teoria da culpa administrativa** a obrigação de o Estado indenizar decorre **da ausência objetiva do serviço público** em si. Não se trata de culpa do agente público, mas de culpa especial do Poder Público, caracterizada pela falta de serviço público. Cabe à vítima comprovar a inexistência do serviço, seu mau funcionamento ou seu retardamento. Representa o estágio de transição entre a doutrina da responsabilidade civilística e a tese objetiva do risco administrativo.

Pela **teoria do risco administrativo** basta tão só o ato lesivo e injusto imputável à Administração Pública. Não se indaga da culpa do Poder Público mesmo porque ela é inferida do ato lesivo da Administração. Basta a comprovação pela vítima, do fato danoso e injusto decorrente de ação ou omissão do agente público.

Essa teoria, como o próprio nome está a indicar, é fundada no risco que o Estado gera para os administrados no cumprimento de suas

finalidades que, em última análise, resume-se na obtenção do bem comum. Alguns membros da sociedade atingidos pela Administração Pública, no desempenho regular de suas missões, são ressarcidos pelo regime da **despesa pública**, isto é, a sociedade como um todo concorre para realização daquela despesa, representada pelo pagamento de tributos. Daí porque, pode-se afirmar, o risco e a solidariedade fundamentam essa doutrina, que vem sendo prestigiada, entre nós, desde a Carta Política de 1946. Ela se assenta exatamente na substituição da responsabilidade individual do agente público pela responsabilidade genérica da Administração Pública. Cumpre lembrar, entretanto, que a dispensa de comprovação de culpa da Administração pelo administrado não quer dizer que o Poder Público esteja proibido de comprovar a culpa total ou parcial da vítima para excluir ou atenuar a indenização.

Finalmente, pela **teoria do risco integral** a Administração responde invariavelmente pelo dano suportado por terceiro, ainda que decorrente de culpa exclusiva deste, ou, até mesmo de dolo. É a exacerbação da teoria do risco administrativo que conduz ao abuso e à iniqüidade social, como bem lembrado por *Hely Lopes Meirelles* na obra retro citada.

Essa teoria jamais vincou na doutrina e na jurisprudência e por isso mesmo nunca foi acolhida pelas diferentes Cartas Políticas de nosso país.

O sentido do § 6º do art. 37 da CF

Como já assinalamos, desde a constituição de 1946 (art. 194) vem sendo adotada a teoria do risco administrativo, combinada com o princípio da ação regressiva. A carta política de 1988 estendeu, acertadamente, a **responsabilidade objetiva** do Estado às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos. Outrossim, qualquer pessoa de direito público, nacional ou estrangeira, submeter-se-á ao preceito do § 6º do art. 37 da Carta Política.

O Estado responde objetivamente por dano causado por seu agente, em substituição à responsabilidade deste, **sem indagação de culpa**. E o ônus financeiro da assumpção dessa responsabilidade objetiva é suportado por toda sociedade, que provê os cofres públicos através de tributos. Os tributos são pagos pelos cidadãos para propiciar ao Estado recursos financeiros necessários ao cumprimento de suas atribuições, inclusive para indenizar os danos por ele causados, a terceiros, no desempenho dessas atribuições. Daí a teoria do risco administrativo, que fundamenta toda a doutrina da responsabilidade objetiva do Estado.

O prejudicado pela ação estatal sempre terá o direito à indenização a ser pleiteada contra a Fazenda Pública ou contra a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público a que pertencer o agente causador do dano. A ação nunca é dirigida contra o agente público ou de quem faz as suas vezes. Estes limitam-se a responder regressivamente em casos de dolo ou culpa.

Para a caracterização do direito à indenização segundo a doutrina da responsabilidade civil objetiva do Estado devem concorrer as seguintes condições:

a) A efetividade do **dano**. Deve existir concretamente o dano de natureza material ou moral suportado pela vítima. Como se

sabe, a Constituição Federal de 1988 consagrou, expressamente, a **indenização por dano moral**, prescrevendo a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, V).

b) O **nexo causal**. Deve haver nexo de causalidade, isto é, uma relação de causa e efeito entre a conduta do agente e o dano que se pretende reparar. Inexistindo o nexo causal, ainda que haja prejuízo sofrido pelo credor não cabe cogitação de indenização. Por exemplo, empresa concessionária de transporte coletivo urbano de passageiros emprega um motorista não habilitado que, ao passar por uma ponte construída e mantida pelo D.E.R. vem a desabar. Os passageiros sofrem ferimentos, mas nenhuma responsabilidade cabe à empresa de ônibus, por que o dano não resultou daquela irregularidade de contratar motorista não habilitado.

c) Oficialidade da atividade causal e lesiva imputável ao agente do Poder Público. A responsabilidade civil objetiva do Estado, que é distinta da responsabilidade legal ou contratual, decorre da conduta comissiva ou omissiva de seu agente no desempenho de suas atribuições ou a pretexto de exercê-las. Indispensável que o agente pratique o ato no exercício da função pública ou a pretexto de exercê-la, sendo juridicamente irrelevante se o ato é praticado em caráter individual. Outrossim, já decidiu o Colendo STF que é irrelevante a questão da licitude ou não do comportamento funcional do agente que tenha incorrido em conduta omissiva ou comissiva, causadora do dano. Também, não tem, atualmente, menor relevância jurídica a distinção outrora feita entre atos de gestão e atos de império para excluir a responsabilidade do Estado em se tratando desses últimos. Essa divisão não se justifica, porque uno é o Estado, descabendo a ideia de duas pessoas distintas: uma civil e outra política. Aliás, quer o ato comissivo ou omissivo provenha do *jus imperii* ou do *jus gestionis* sempre será uma forma de atuação do Estado. Daí a irrelevância proclamada pela jurisprudência quanto a essa singular distinção doutrinária, que não se coaduna com o direito positivo.

d) **Ausência de causas excludentes**. A doutrina da responsabilidade objetiva adotada pela Carta Política está fundada na teoria do risco administrativo e não na teoria do risco integral. Por isso a responsabilidade do Estado não é absoluta. Ela cede na hipótese de *força maior* ou de *caso fortuito*. Da mesma forma, não haverá responsabilidade do Estado em havendo *culpa exclusiva da vítima*. No caso de culpa parcial da vítima impõe-se a redução da indenização devida pelo Estado.

Resumindo, o Estado sempre responderá objetivamente pelo dano causado ao administrado, por ação ou omissão de seus agentes, desde que **injustamente** causado.

Logo, essa responsabilização civil deve abranger o dano emergente e os lucros cessantes, conforme artigos 1059 a 1061 do Código Civil. Indeniza-se o credor do dano efetivamente verificado, isto é, a diminuição do patrimônio sofrido pelo credor, bem como, a privação de um ganho que deixou de auferir ou de que foi privado o referido credor, em razão do comportamento comissivo ou omissivo do agente público ou daquele que faz as suas vezes.

Por isso o texto do art.1059 do CC refere-se às *perdas e danos* e ao que *razoavelmente deixou de lucrar.* Esta última expressão está

> a exigir bases seguras e fundadas para a indenização dos lucros cessantes. Não são indenizáveis os lucros imaginários, sob pena de propiciar locupletamento ilícito ao credor. Outrossim, a indenização deve abranger os juros moratórios, os honorários advocatícios arbitrados pelo juiz, bem como, a atualização monetária, segundo pronunciamento pacífico de nossos tribunais.
>
> Finalmente, a indenização **não** se limita aos danos materiais. Por expressa disposição do inciso V do art. 5º da Constituição Federal abrange os danos de natureza **moral**. A maior dificuldade quanto a estes últimos está na fixação do *quantum* da indenização à vista de ausências de normas para aferição objetiva desses danos. Entretanto, pouco a pouco, doutrina e jurisprudência estão construindo parâmetros adequados para esse tipo de indenização, levando-se em conta a gravidade do dano moral infringido, a formação da vítima, a quantificação do dano material e a situação patrimonial do ofensor, esta última inaplicável em relação ao Estado."

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já vinha entendendo que "*a indenização acidentária não exclui a do direito comum em caso de dolo ou culpa grave do empregador*" (Súmula 229).

Em 1988, verificou-se mais um avanço no tratamento do tema, uma vez que a atual Constituição Federal consagrou, em seu art. 7º, XXVIII, que constitui direito dos trabalhadores:

> "*seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador,* ***sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa***".

Merece, então, destaque a garantia da *acumulação* da indenização previdenciária com a indenização civil a cargo do empregador, "abrangendo as reparações por danos materiais e morais", como adverte ***Sebastião Geraldo de Oliveira*** (*op. cit*., p. 290).

É evidente que esse direito, assegurado ao lado de tantos outros consagrados no art. 7º, da Constituição da República, decorre da relação de emprego e pode ser reivindicado na Justiça do Trabalho, à luz do art. 114, da Carta Magna.

Sebastião Geraldo de Oliveira ensina que "foi ampliado o entendimento da Súmula 229/STF, que só deferia a indenização no caso de dolo ou culpa *grave*. Agora, havendo culpa do empregador, de qualquer grau, mesmo na culpa levíssima, o acidentado faz jus à reparação civil" (*op. cit*., p. 183).

Ao discorrer sobre a culpa do empregador no acidente de trabalho e após demonstrar que os benefícios previdenciários são independentes da responsabilidade patronal, dado que, à luz do texto constitucional (art. 7º, XXVIII), são direitos distintos, de modo que uma indenização não exclui a outra, conclui o ilustre magistrado trabalhista mineiro:

> "É importante registrar a tendência na doutrina e leis recentes de avançar para a culpa objetiva, mesmo no caso da responsabilidade civil. Por essa teoria basta a ocorrência do dano para gerar o direito à reparação. Isso já ocorre, por exemplo, nos danos nucleares, cuja responsabilidade civil independe de culpa, conforme disposição do art. 21, XXIII, *c*, da Constituição da República. Também o art. 225, § 3º, estabelece a obrigação de reparar os danos causados pelas atividades lesivas ao meio ambiente, sem cogitar da existência de dolo ou culpa. Aliás, o art. 14, § 1º, da Lei 6.938, de 31 de agosto de

> 1981, estabelece que '... é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade'" (*op. cit*., 187).

O ilustre doutrinador reporta-se, em nota de rodapé, às oportunas observações de ***Maria Helena Diniz***, no sentido de que existe "um processo de *humanização* e *objetivação* da teoria da responsabilidade civil, sob a 'ideia de que todo risco deve ser garantido, visando a proteção jurídica à pessoa humana, **em particular aos trabalhadores** e às vítimas de acidentes, contra a insegurança material, e todo dano deve ter um responsável. A noção de risco prescinde da prova da culpa do lesante, contentando-se com a simples causação externa, bastando a prova de que o evento decorreu do exercício da atividade, para que o prejuízo por ela criado seja indenizado. Baseia-se no princípio do *ubi emolumentum, ibi us* (ou *ibi onus*), isto é, a pessoa que se aproveitar dos riscos ocasionados deverá arcar com suas consequências'. Cf. Curso de Direito Civil Brasileiro, 1994, v. 7, p. 10" (*in op. cit*., p. 187, nota nº 60).

Como se sabe, as doenças ocupacionais, equiparadas a acidente do trabalho, subdividem-se em "doenças profissionais" e "doenças do trabalho". Nas primeiras, a doença está ligada à profissão do trabalhador, de modo que a presunção imediata é de que a sua causa está vinculada ao trabalho. As doenças do trabalho, porém, surgem em virtude das condições especiais em que o labor é executado, havendo, pois, necessidade da prova do nexo de causa e efeito para sua caracterização.

As chamadas Lesões por Esforços Repetitivos (LER), cuja incidência cresceu assustadoramente nos últimos anos, como uma epidemia, são doenças do trabalho.

Louvando-me, ainda, da obra de ***Sebastião Geraldo de Oliveira***, registro que "LER é a denominação genérica que engloba todas as afecções que podem acometer tendões, sinóvias, músculos, fáscias, ligamentos e nervos, decorrentes do uso repetido de grupos musculares, uso forçado de grupos musculares ou manutenção de postura inadequada. As espécies de LER mais comuns e freqüentes são as tenossinovites e as tendinites, sendo que aquelas são também conhecidas como 'doença do digitador', em razão da sua maior incidência nos trabalhadores que atuam na entrada de dados para processamento eletrônico. A alta repetitividade dos esforços praticados pelo digitador, freqüentemente, provoca inflamação da bainha que envolve e mantém lubrificados, pelo líquido sinovial, os tendões dos músculos do punho, na mão e no dorso da mão" (*op. cit*., p. 172-173).

De ***Oliveira***, também, este alerta:

> "O avanço significativa da LER incentivou os profissionais das categorias mais expostas, bem como empresários e autoridades na busca das soluções e das estratégias de prevenção. Os especialistas garantem que o tratamento eficaz deve estar estruturado em três pilares básicos: o diagnóstico clínico, o diagnóstico psicológico e o diagnóstico organizacional. Assevera *Maria Celeste Almeida* que o diagnóstico correto, efetivo, só pode ser realizado levando em consideração esse tripé" (*op. cit*., p. 175).

De certa forma, a legislação brasileira oferece alguma solução para o enfrentamento da matéria. Por exemplo, a NR-17 da Portaria nº 3.214/78, alterada pela Portaria nº 3.751, de 23.11.1990, determina que sejam estabelecidos parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Por outro lado, cabe ao empregador fazer a análise ergonômica do trabalho, que abrange, como anota ***Sebastião Geraldo de Oliveira***, "levantamento, transporte e

descarga individual de materiais; mobiliários e equipamentos dos postos de trabalho; condições ambientais do trabalho e organização do trabalho".

Por isso, o Tribunal de Alçada de Minas Gerais concluiu que "age com culpa o empregador, ante a inobservância das normas regulamentadoras da atividade laborativa, respondendo civilmente na hipótese de doença profissional conhecida como tenossinovite, adquirida pelo empregado, sendo devida a indenização a partir da data em que iniciou o tratamento médico" (7ª Câmara Civil, Apelação Cível nº 166.096-0, Relator: Juiz José Brandão, Ac. de 18.11.1993, Revista de Julgados do TAMG, Belo Horizonte, v. 53, p. 174, out./dez.-1993, cf. ***Sebastião Oliveira***, *op. cit*., p. 176 e nota nº 24).

A indenização por dano moral constitui direito previsto, atualmente, no art. 5º, X, da Constituição da República, segundo o qual "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação".

No âmbito do direito do trabalho, contudo, já havia previsão expressa do tema na letra dos arts. 482, alíneas *j* e *k*, e 483, alínea *e*, da CLT, que podem funcionar como causas da ruptura do vínculo empregatício, de modo direto ou indireto ou, ainda, por culpa recíproca (art. 484, da CLT).

Estamos diante de motivo relacionado à saúde do trabalhador, cuja proteção jurídica é indiscutível. O dano, porventura causado a esse patrimônio, merece ser reparado.

A reparação do dano moral, nos dias atuais, ganhou um perfil peculiar. De fato, "na medida do progresso da civilização e do aprimoramento da dignidade da pessoa humana, não se pode mais ignorar a repercussão ou abalo moral dos atos ilícitos, que para muitos tem maior relevo do que o prejuízo material", como assinala ***Sebastião Oliveira*** (*op. cit*., p. 189).

Para *Roberto Ferreira* - citado por ***Oliveira*** -, "os bens morais consistem no equilíbrio psicológico, no bem-estar, na normalidade da vida, na reputação, na liberdade, no relacionamento social, e a sua danificação resulta em desequilíbrio psicológico, desânimo, dor, medo, angústia, abatimento, baixa da consideração à pessoa, dificuldade de relacionamento social" (*op. cit*., p. 190-191).

E *Aguiar Dias*, citando *Minozzi*, adverte que o dano moral "não é o dinheiro nem coisa comercialmente reduzida a dinheiro, mas a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, a injúria física ou moral, em geral uma dolorosa sensação experimentada pela pessoa, atribuída à palavra dor o mais largo significado" (cf. ***Oliveira***, *op. cit*., p. 191).

A doença ocupacional, equiparada a acidente de trabalho, pode provocar danos materiais e morais, conforme o magistério de ***Sebastião Geraldo de Oliveira***:

> "Não há dúvida de que a condenação por dano moral tem inteira pertinência nas hipóteses de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, causadas por dolo ou culpa do empregador. A postulação reiterada dessa indenização, cumulada com o dano material já estudado, acabará por despertar no empregador negligente maior preocupação com a vida e a saúde dos trabalhadores, uma vez que as consequências financeiras poderão atingir cifras consideráveis".

Entendo que a responsabilidade independe do elemento subjetivo, dado que se trata de *culpa presumida*, porque objetiva, como vimos.

Atualmente, o Código Civil de 2002 dispõe:

> "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

> Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
>
> Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
>
> Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
>
> Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez."

Por outro lado, o *ônus da prova* dos fatos excludentes incumbe à empresa demandada, e não ao trabalhador demandante.

A proteção jurídica da saúde e da dignidade do trabalhador, que tem respaldo constitucional, uma vez provado que a doença ocupacional (*verbi gratia*, a LER/DORT) decorre do exercício da atividade laboral, assegura o direito à indenização por danos morais, considerando, em última análise, a dor sofrida pela demandante, resultante dos abalos daí decorrentes.

Em meu livro "***Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos***", São Paulo: LTr, 2001, discorro sobre tema semelhante, no tópico intitulado "*Meio Ambiente do Trabalho*" (p. 438-490).[36]

É oportuno consignar que, em outra ocasião, apreciei pedido de indenização por danos morais, quando entendi que a responsabilidade patronal é ***objetiva***. Tratava-se de caso de doença ocupacional (LER/DORT), em reclamação trabalhista.

Em síntese, adotei a tese de que a doença ocupacional, resultante de lesões por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), é capaz de justificar o direito a indenização por danos morais, na Justiça do Trabalho, sem prejuízo da indenização previdenciária, à luz da teoria da responsabilidade patronal objetiva, dado que o empregador assume os riscos da atividade econômica e o ônus da prova de causas excludentes da culpa presumida.[37]

A demandante alegara que havia trabalhado durante longo tempo em serviço de digitação, sem que a reclamada tivesse tomado as devidas precauções quanto à organização de um ambiente de trabalho que atendesse às medidas de proteção à saúde dos trabalhadores, o que trouxe sérias e danosas consequências à sua condição física.

O *princípio da cooperação* expressa a ideia de que para a resolução dos problemas do ambiente deve ser dada especial ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, através da participação dos diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do ambiente.

---

[36] Artigo também publicado na Revista nº 65, do TRT-8ª Região, julho-dezembro/2000, p. 55-98.

[37] V. Acórdão nº TRT/2ª T. RO 00978/2001, julgado em 16.05.2001 e publicado no DOE/Pa, em 18.05.2001, do qual fui prolator. Esse Acórdão consta publicado, na íntegra, na Revista nº 67 do TRT-8ª Região, julho-dezembro/2001, p. 263-288.

5. Meio ambiente do trabalho. Abrangência do tema.

Conforme ***Sebastião Geraldo de Oliveira***[38], "o marco histórico da maior relevância na análise da relação trabalho-saúde remonta ao lançamento do livro *De Morbis Artificum Diatriba*, no ano de 1700, pelo médico italiano *Bernardino Ramazzini*, cujas lições, preciosas para a época, permaneceram como o texto básico da medicina preventiva por quase dois séculos".

Era preciso, entretanto, progredir do simples *atendimento médico* para a *higiene ocupacional*, depois para a *ergonomia*, posteriormente para os programas de *saúde ocupacional* até chegar à etapa de valorização da *saúde do trabalhador*, que prega a filosofia do meio ambiente saudável e equilibrado.

O próprio direito ambiental evoluiu da simples proteção à paisagem, à flora e à fauna para a ecologia, com a proteção do ar, da água e do ruído, até a edição, como ocorre atualmente, de normas mais abrangentes sobre o tema.

Hoje, o conceito de *saúde* é bastante amplo. É um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade.

O termo "saúde", com relação ao ***trabalho***, "abrange não só a ausência de afecções ou de doenças, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e higiene no trabalho", segundo o art. 3º, alínea "*e*", da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, que trata da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho[39].

A mesma Convenção estabelece que os Estados deverão adotar uma "política nacional coerente em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho"[40]. Essa política terá como objetivo "*prevenir* os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho, tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as *causas* dos riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho"[41]. Para tanto, a *cooperação* entre os empregadores e os trabalhadores ou seus representantes na empresa constitui um elemento essencial das medidas preconizadas na Convenção nº 155 da OIT, as quais não deverão implicar nenhum ônus financeiro para os operários[42].

A Convenção nº 161 da OIT[43] recomenda a instituição de Serviços de Saúde no Trabalho, investidos de funções essencialmente *preventivas* e encarregados de aconselhar o empregador, os trabalhadores e seus representantes na empresa, sobre "os requisitos necessários para estabelecer e manter um ambiente de trabalho seguro e salubre, de molde a favorecer uma saúde física e mental ótima em relação com o trabalho; e a adaptação do trabalho às capacidades dos trabalhadores, levando em conta seu estado de sanidade física e mental" (art. 1º, I e II).

Já a Convenção nº 148 da OIT[44] reza que os trabalhadores ou seus representantes terão direito a apresentar propostas, receber informações e orientação,

---

38 Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 286.

39 Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 17.03.1992, e promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29.09.1994.

40 Convenção nº 155 da OIT (art. 4º, item 1).

41 Convenção nº 155 da OIT (art. 4º, item 2).

42 Convenção nº 155 da OIT (arts. 20 e 21).

43 Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 86, de 14.12.1989, e promulgada pelo Decreto nº 127, de 22.05.1991.

44 Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 56, de 09.10.1981, e promulgada pelo Decreto nº 93.413, de 15.10.1986.

e a recorrer a instâncias apropriadas, a fim de assegurar a *proteção* contra riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho (art. 7º, item 2).

O direito positivo vem acolhendo o conceito moderno de saúde. É o trabalho que se deve adaptar ao homem e não o homem ao trabalho (*ergonomia*).

Assim, o objetivo principal é eliminar os riscos profissionais na origem, ao invés de tentar neutralizá-lo por meio de equipamentos de proteção.

Da mesma forma, devem ser criticados os adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade, eis que a saúde não tem preço. Por isso, na impossibilidade de eliminar o risco ou o agente agressivo, deve ser implantada a política de reduzir a jornada de trabalho, sem prejuízo do salário integral.

O critério, estabelecido pela legislação brasileira - talvez único no mundo -, de estipular adicionais de remuneração para trabalhos periculosos, insalubres ou penosos, representa uma condenável "*monetarização do risco*" ou "*mercantilização da saúde do trabalhador*". Basta ver que o art. 60 da CLT permite a realização de sobrejornada em locais insalubres.

Por outro lado, a possibilidade da prática de "*horas extras habituais*" constitui um paradoxo, porque consagra aquilo que deveria ser rigorosamente excepcional, além de comprometer a saúde do trabalhador e contribuir para o índice de desemprego.

Há outros equívocos na legislação nacional. Por exemplo, o *adicional de insalubridade*, segundo o art. 192 da CLT, deveria ser calculado sobre o *salário mínimo*, o que transparece ilógico e insustentável.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão logo após a vigência da Constituição da República de 1988 considerou *inconstitucional* esse critério, à luz do art. 7º, IV, da Carta Magna.

Entretanto, o STF modificou a sua jurisprudência anterior. Pelo menos, até 1997, a Suprema Corte adotava o seguinte entendimento:

> "ADICIONAL DE **INSALUBRIDADE** - REGÊNCIA - CARTA POLÍTICA DA REPÚBLICA X LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. O adicional de **insalubridade** tem parâmetros fixados não na Carta Política da República, mas na *legislação ordinária*, no caso, na própria *Consolidação das Leis do Trabalho* e em portaria editada pelo Ministério competente - do Trabalho. Daí não se poder empolgar a via excepcional do extraordinário para discutir-se a configuração, ou não, de ambiente nocivo à saúde do prestador dos serviços.
>
> SALÁRIO-MÍNIMO - VINCULAÇÃO PROIBIDA. A teor do disposto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal, tem-se como proibida a adoção do salário mínimo como unidade monetária, ou seja, visando à adoção de fator de indexação. Longe fica de configurar preceito contrário à Carta o que revela o salário mínimo como *base de incidência da percentagem* alusiva ao adicional de **insalubridade.** Exsurge com relevância maior a interpretação teleológica, buscando-se o real objetivo da Norma Maior"[45].

Em 1998, o Supremo alterou a sua jurisprudência acerca da matéria, como se vê dos seguintes arestos:

---

[45] AGRAG-177959-MG, DJ 23.05.1997, pp. 21731, ement. vol. 01870-03, pp. 00546, julgado, unânime, em 04.03.1997, Rel. Min. Marco Aurélio (Fonte: *home page* do STF, na Internet).

> "Adicional de **insalubridade**: *vinculação ao salário mínimo*, estabelecida pelas instâncias ordinárias, que *contraria* o disposto no art. 7º, IV, da Constituição"[46].
>
> .....
>
> "Agravo regimental contra despacho que afastou a incidência do adicional de **insalubridade** sobre o *salário mínimo* e determinou a baixa dos autos ao TRT para que ali se decida qual critério legal substitutivo do adotado é aplicável.
>
> I - Improcedência da alegação de julgamento *extra petita*: a decisão agravada se limitou a afastar a vinculação ao salário mínimo, nos termos do pedido formulado no RE; seja como for, o direito ao adicional de **insalubridade** - reconhecido pelas instâncias ordinárias e não contestado pelo empregador - não pode ser inviabilizado pela proibição de vinculação ao salário mínimo.
>
> II - Impossibilidade da *fixação de parâmetros a serem observados pelas instâncias ordinárias* na substituição do critério afastado, para evitar possível *reformatio in pejus*: não deve o STF prevenir a ocorrência de evento futuro, incerto e inteiramente situado no plano da *legislação ordinária*, escancarando para as partes a via expressa da reclamação.
>
> III - Improcedência da alegação de que os autos deveriam retornar à primeira instância: a questão é de mérito, e não de validade das decisões ordinárias. Segue-se que, ao negar provimento ao recurso ordinário, o acórdão do TRT substituiu a sentença de primeiro grau: se, fazendo-o indevidamente a manteve e contrariou a Constituição, esse o *error in judicando* a corrigir"[47].
>
> (...)

O tema tem provocado muita polêmica.

No início de 2011, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região enfrentou a questão por via de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, a partir de iniciativa da Vice-Presidência da Corte, desde o segundo semestre de 2010.

A propósito, em maio de 1997, escrevi um artigo intitulado de "**O Incidente de Uniformização e a Súmula da Jurisprudência Dominante nos Tribunais Regionais do Trabalho**", inserido no livro "*Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos*", São Paulo: LTr, 2001 (p. 65-89), de minha autoria.

Esse artigo foi produzido antes da Lei nº 9.756, de 17.12.1998, que deu nova redação ao § 3º do art. 896, da CLT, ao determinar aos Tribunais Regionais do Trabalho que procedam, obrigatoriamente, "à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC", muito embora as respectivas súmulas não sirvam para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. Como se sabe, a matéria era prevista, de modo tímido, ainda, no art. 14, da Lei nº 7.701, de 21.12.1988.

Em razão do novo preceito consolidado, o E. TRT-8ª Região adotou, em seu Regimento Interno (aprovado pela Resolução nº 153/2001, de 10.10.2001, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, edição nº 029568, de 30.10.2001, em vigor

---

[46] RE-236396-MG, DJ 20.11.1998, pp. 00024, ement. vol. 01932-10, pp. 02140, julgado, unânime, em 02.10.1998, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Fonte: *home page* do STF, na Internet).

[47] AGRAG-233271-MG, DJ 29.10.1999, pp. 00005, ement. vol. 01969-05, pp. 00947, julgado, unânime, em 21.09.1999, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Fonte: *home page* do STF, na Internet).

desde 31.10.2001; além de outras alterações), procedimento mais detalhado para uniformização de sua jurisprudência (arts. 161 *usque* 164).

Assim, o E. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sua composição plenária, aprovou, na sessão de 17 de fevereiro de 2011, o **Enunciado nº 12** da Súmula da Jurisprudência predominante desta Corte Regional Trabalhista, conforme os termos do v. **Acórdão TRT-8ª/PL/IUJ 0002371-41.2010.5.08.0000**, de minha lavra, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho nº 676/2011, divulgado em 23.02.2011, p. 1, com a seguinte redação:

> **"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual ou normativo, fixado pelas partes, conforme o disposto no art. 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação ao salário mínimo".**

Peço vênia para transcrever alguns trechos da fundamentação do v. Acórdão TRT-8ª/PL/IUJ 0002371-41.2010.5.08.0000, *in verbis*:

> "Acrescente-se, por fim, a jurisprudência pacificada sobre o tema, à luz da Súmula Vinculante nº 4, do E. STF, *in verbis*:
>
> 'Nº 04 - Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial'.
>
> Observe-se, por oportuno, que **não** se trata de fixação ou indexação do salário contratual, para base de cálculo do adicional de insalubridade, uma vez que o *quantum* salarial, no caso, foi estipulado pelas próprias partes, no contrato de trabalho, por lei ou por norma coletiva, e não por força da presente decisão judicial, sabendo-se que o salário mínimo não pode ser utilizado no cálculo, conforme estabelece a Constituição Federal e a Súmula Vinculante nº 4, do E. STF.
>
> Em pesquisa no Portal do Excelso Supremo Tribunal Federal, na Internet, observo que foi publicada notícia, em 08 de setembro de 2008, com o seguinte teor:
>
> "**CNS questiona lei que vincula remuneração de radiologistas ao salário mínimo**
>
> A Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 151) contra lei que regula a profissão de técnico em radiologia.
>
> A Lei 7.394/85 define que todos os operadores de raio X terão salário equivalente a dois salários mínimos, e que sobre esse salário os profissionais terão 40% de adicional por risco de vida e insalubridade. Como a lei foi editada em 1985, a CNS alega que há desrespeito à Constituição Federal de 1988, que proíbe, para qualquer fim, a vinculação ao salário mínimo.
>
> Na ação, a confederação lembra julgamento do STF no Recurso Extraordinário (RE) 565714, a partir do qual foi editada a Súmula Vinculante 4, que diz: 'Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial'.

Com a ADPF, a confederação busca a 'segurança jurídica' para garantir a eficácia da Súmula Vinculante 4. Alega que, devido à relevância do caso, é necessária uma decisão liminar para suspender o artigo 16 da Lei 7.394/85 até uma decisão definitiva do STF para adequação aos preceitos da súmula.

O relator é o ministro Joaquim Barbosa".

Fonte: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe. asp?idConteudo=95698&caixaBusca=N

Em 1º de dezembro de 2010, nova notícia, no Portal do E. STF, na Internet, informa sobre o andamento do referido processo perante a Suprema Corte:

"**Adiado julgamento de ação contra lei que vincula remuneração de radiologistas ao salário mínimo**

Tendo em vista um pedido de vista feito pelo ministro Gilmar Mendes, foi adiada a análise de medida cautelar em ação que questiona se a lei que regula a profissão de técnico em radiologia, ao vincular a remuneração ao salário mínimo, foi recepcionada pela Constituição de 1988. Até o momento, há dois votos proferidos - um do ministro Joaquim Barbosa (relator), que indefere a medida, e o outro do ministro Marco Aurélio, que concede o pedido.

A Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS) questiona, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), se o artigo 16, da Lei 7.394/85 é compatível o artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal. O artigo 16 determina que os operadores de raio X terão salário equivalente a dois salários mínimos, e que sobre esse salário os profissionais terão 40% de adicional por risco de vida e insalubridade. Como a lei foi editada em 1985, a CNS alega que há desrespeito à Constituição Federal de 1988, que proíbe, para qualquer fim, a vinculação ao salário mínimo.

Na ação, a entidade lembra julgamento do STF no Recurso Extraordinário (RE) 565714, a partir do qual foi editada a Súmula Vinculante 4, que diz: 'Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial'. Assim, a confederação sustenta que o dispositivo questionado não teria sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

Para justificar a urgência da discussão, a autora registra que 'a prestação de serviço de saúde em todo o país tem se tornado financeira e operacionalmente inviável', dado os elevados pisos salariais dos profissionais da área de saúde. Por esses motivos, a entidade pede a concessão da medida liminar para suspender o artigo 16, da Lei 7.394/85, até o julgamento final desta ADPF. No mérito, solicita que o dispositivo seja retirado do sistema jurídico.

Voto

Para o relator da matéria, ministro Joaquim Barbosa, não estão presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar. Inicialmente, o ministro ressaltou que o texto contestado foi produzido em 1985, portanto está em vigor há 25 anos.

'Qualquer esboço de risco à consolidação de situações ou a inviabilização do exercício de atividades na área da saúde, a caso

existente na data da promulgação da Constituição, perdeu todo o foco e coesão que porventura tivesse, passadas duas décadas de vigência da norma', disse o ministro. De acordo com ele, os autos não trazem qualquer documento que possa 'corroborar a assertiva da requerente acerca da completa inviabilidade econômica das atividades em que inseridos os profissionais da área de radiologia'.

Barbosa observou não haver indicação de que eventual vinculação da remuneração de tais profissionais ao salário mínimo seja a causa preponderante da alegada situação de penúria vivida pelas empresas filiadas à confederação. Ele também entendeu que a adoção da Súmula nº 4, do STF, é insuficiente para alterar o quadro, 'especialmente diante da problemática apontada pela Presidência da República quanto à exata conformação do regime jurídico aplicável aos técnicos em radiologia'. Além disso, o ministro considerou que a norma do artigo 16 teria sido 'esvaziada' por sucessivas alterações legislativas, motivo pelo qual indeferiu o pedido.

Divergência

O ministro Marco Aurélio votou pela concessão da medida cautelar. 'Penso que não podemos partir para uma fragilização, para a abertura de exceção no que o preceito constitucional não contempla, na vedação peremptória da tomada do salário mínimo como fator de fixação de direito, qualquer exceção', afirmou.

Conforme o ministro, houve tempo suficiente para o Congresso Nacional substituir o preceito, uma vez que a lei é de 1985, 'e isso não ocorreu'. 'Peço vênia ao relator para, até mesmo diante do que assentado por esta Corte editando verbete vinculante, concluir que há relevância na articulação contida na inicial e há risco de manter-se, com plena eficácia, o dispositivo', concluiu o ministro, ao votar pelo deferimento da medida cautelar'.

Fonte: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe. asp?idConteudo=167310&caixaBusca=N

O sistema de acompanhamento processual, no Portal do E. STF, na Internet, informa que, nos autos do processo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 151) contra lei que regula a profissão de técnico em radiologia, foi deferida a **liminar** requerida pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS), por decisão da Suprema Corte, em sua composição plenária, conforme a Certidão de Julgamento referente à sessão de 02.02.2011**,** *in verbis***:**

'Decisão: O Tribunal, por maioria, deferiu o pedido de medida cautelar, com observações, nos termos do voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes, que lavrará o acórdão, contra os votos do Senhor Ministro Marco Aurélio, que a deferia em maior extensão, e dos Senhores Ministros Joaquim Barbosa (Relator) e Ellen Gracie, que a indeferiam. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 02.02.2011.'

Na petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 151) contra lei que regula a profissão de técnico em radiologia, a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS) requer que seja concedida a **liminar** 'a fim de ver suspenso o art. 16 da lei 7394/85 até a decisão

final da presente Ação para adequação aos preceitos da Súmula Vinculante nº 4' (cf. as peças eletrônicas disponíveis no Portal do E. STF, na Internet).

Fonte:

http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcesso Andamento.asp ?numero=151&classe=ADPF&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M

http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2637147

O art. 16 da Lei nº 7.394, de 29.10.1985, que regula o exercício da profissão em radiologia, dispõe que 'o salário mínimo dos profissionais, que executam as técnicas definidas no Art. 1º desta Lei, será equivalente a 2 (dois) salários mínimos profissionais da região, incidindo sobre esses vencimentos 40% (quarenta por cento) de risco de vida e insalubridade'.

Segundo decisão **liminar** do E. STF, na ADPF 151, antes mencionada, deve-se entender suspensa norma do art. 16 da Lei nº 7.394/1985 até a decisão final da daquela Ação para adequação aos preceitos da Súmula Vinculante nº 4.

Portanto, vedada a vinculação ao salário mínimo, conforme dispõem o texto constitucional e as decisões do E. STF, deve o adicional de insalubridade, ora questionado, ser calculado com base no salário contratual ou normativo, fixado pelas próprias partes.

De fato, tanto o salário contratual como o salário normativo **não** resultam de decisão judicial, hipótese vedada pela Súmula Vinculante nº 4 do E. STF, ***mas da vontade das partes***, no plano individual ou coletivo.

Em suma, proponho a edição de Súmula da Jurisprudência Predominante do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, com o seguinte teor:

'**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual ou normativo, fixado pelas partes, conforme o disposto no art. 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação ao salário mínimo**.'"

Confira a coletânea de Enunciados da Súmula da Jurisprudência Predominante do E. TRT-8ª Região:

http://www.trt8.jus.br/enunciado.asp
(...)

Outra norma equivocada é a disposta no art. 193, § 2º, da CLT. O preceito consolidado, sem nenhum respaldo biológico, lógico ou jurídico, veda a percepção *cumulativa* de adicionais de risco, ainda que presentes diversos agentes prejudiciais no local de trabalho. Ora, a lei, no particular, beneficia o infrator e prejudica o trabalhador submetido a mais de um agente agressivo, além de contrariar as Convenções 148 (art. 8º, item 3) e 155 (art. 11, alínea *b*) da OIT, ambas em vigor no Brasil, as quais determinam que, na fixação dos limites de tolerância, a exposição simultânea seja considerada.

Ultimamente, temos visto crescer em muitos setores da sociedade a preocupação com os inúmeros acidentes do trabalho que vitimam nossos trabalhadores, principalmente pelas consequências desastrosas que impõem ao acidentado, à sua família e à sociedade como um todo, inclusive com reflexos econômicos à nação.

Com o desenvolvimento da temática ambiental, também tem aumentado a conscientização da existência de um verdadeiro ***meio ambiente do trabalho***, de maneira que, se este não for saudável, poderá trazer problemas graves aos trabalhadores.

Isto vem gerando uma nova forma de ***proteção*** ao labor. O direito ao trabalho saudável. "Não basta proteger o trabalho como atividade, é preciso implementar as medidas para preservar e conservar aquele que produz todo trabalho: o homem", segundo a recomendação adequada de ***Sebastião Geraldo de Oliveira***[48].

A questão ambiental é preocupação de todos os povos civilizados. O desenvolvimento econômico e social não pode ser realizado em detrimento dos *recursos naturais* e da perda da *qualidade de vida*, ao ponto de pôr em risco a própria sobrevivência humana e do planeta.

A dimensão do problema pode ser avaliada por fenômenos do cotidiano, como a contaminação das águas, o uso imoderado de agrotóxicos, a transformação de rios em corredores de esgotos a céu aberto, as chuvas ácidas, a destruição da vegetação natural, a desertificação de grandes regiões desmatadas, os altos índices de desemprego, o crescimento da criminalidade, a exclusão de seres humanos, o aumento dos cinturões de miséria, a falta de acesso à educação e à saúde, a fome, a banalização para mortes humanas, enfim, tantos e tantos horrores que revelam a ineficácia de mecanismos jurídicos, principalmente aqueles destinados a *evitar* a degradação ambiental.

Afinal de contas, temos que reconhecer a limitação jurídica para atender às demandas ambientais. De fato, parece que a ciência jurídica é impotente para garantir a *preservação* do meio ambiente.

Não há dúvida de que é necessário repensar o modelo jurídico, a partir da necessidade de uma visão moderna e interdisciplinar, dentro de um contexto mais amplo do conhecimento humano, que não pode prescindir de sua estrita relação com o universo do direito, até porque as suas fontes materiais alimentam-se da própria realidade.

O meio ambiente tem sido considerado como algo à parte das relações humanas. Não raro, confunde-se apenas com uma fonte aparentemente inesgotável de *recursos naturais*. Essa ideia norteou a construção de um modelo de desenvolvimento abstraído de qualquer preocupação com os efeitos gerados dos seus processos.

Não obstante o *progresso* verificado na civilização humana, mais de um bilhão de pessoas ainda vivem em regime de extrema pobreza, sem acesso adequado aos recursos oferecidos aos mais privilegiados (educação, saúde, infra-estrutura, terra e crédito), ou seja, sem direito a uma vida digna.

O papel fundamental do desenvolvimento é propiciar oportunidades para que esses excluídos possam concretizar o seu potencial.

O componente social do meio ambiente é de vital importância para a sobrevivência. O sistema natural e sua preservação não podem ser estudados apenas sob a ótica das ciências naturais, mas também das ciências sociais e humanas. O novo paradigma tecnológico e econômico requer uma profunda revisão na ordem econômica e social.

Necessário, pois, repensar os princípios básicos da economia, no trato das relações entre o homem e a natureza. Cabe ao direito, então, regular e orientar as relações sociais na preservação da natureza, pois os processos de produção e desenvolvimento estão diretamente relacionados com os recursos naturais.

O conceito de meio ambiente era restrito ao estudo dos *recursos naturais*.

Após a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o ***fator humano*** passou a integrar o contexto ambiental, uma vez que esta problemática está diretamente relacionada com a pobreza, o urbanismo, a saúde e

---

[48] Oliveira, Sebastião Geraldo de. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", LTr, 1996, p. 285.

outras questões de vital interesse da sociedade, conforme, aliás, consta da "Agenda 21", síntese das diretrizes, aprovadas naquele conclave internacional, para o século que se avizinha.

O meio ambiente, segundo a Constituição Federal de 1988, compreende os aspectos físico ou natural, cultural, artificial e ***do trabalho***.

Meio ambiente físico ou natural é constituído pela flora, fauna, solo, água, atmosfera e todos os demais elementos naturais responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem, inclusive os ecossistemas (art. 225, *caput*, § 1º, I a VII).

Meio ambiente cultural é aquele composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre homem e natureza (arts. 215 e 216).

Meio ambiente artificial é o constituído pelo conjunto de edificações, equipamentos, rodovias e demais elementos que formam o espaço urbano construído (arts. 21, XX, 182 e segs., e 225).

Meio ambiente do trabalho é o conjunto de condições existentes no local de trabalho relativas à qualidade de vida do trabalhador; ou, ainda, é o integrado pelo conjunto de bens, instrumentos e meios, de natureza material e imaterial, em face dos quais o ser humano exerce as atividades laborais (arts. 7º, XXXIII, e 200, VIII).

Podemos, ainda, conceituar ***meio ambiente do trabalho*** como o conjunto de fatores físicos, climáticos ou qualquer outro que, interligados, ou não, estão presentes e envolvem o local de trabalho da pessoa.

Assim, o ***homem*** é parte integrante do meio ambiente, na busca do desenvolvimento sustentável desejado pela nova ordem ambiental.

Por isso, o ***meio ambiente do trabalho*** deve ser necessariamente incluído na conceituação ampla e moderna do conceito de *meio ambiente*.

O *trabalho humano*, então, deve ser considerado como **bem** sujeito à **proteção do direito**, a fim de que o trabalhador possa usufruir de uma melhor *qualidade de vida*.

Ao dispor sobre os ***direitos sociais***, a Constituição da República estabelece que deve ser assegurada aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII), e determinou que no sistema de saúde o ***meio ambiente do trabalho*** deve ser protegido (art. 200, VIII).

Isso revela que a matéria referente ao meio ambiente do trabalho transcende à questão de ***saúde*** dos próprios trabalhadores, dado que o tema é de interesse de toda a sociedade.

No plano da legislação infraconstitucional, podemos mencionar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata da segurança e saúde do trabalhador nos arts. 154 e seguintes e no Título III (Normas Especiais de Tutela do Trabalho), diversas Portarias do Ministério do Trabalho, particularmente a Portaria no 3.214/78, e a Lei Orgânica da Saúde (Lei no 8.080, de 19.09.1990, que trata do Sistema Único de Saúde - SUS).

Merecem destaque o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, bem como as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs (art. 163, da CLT). São mecanismos que visam à preservação da qualidade ambiental do local de trabalho.

O direito à saúde do trabalhador no meio ambiente de trabalho foi também assegurado em Constituições Estaduais. A Constituição do Estado do Amazonas, por exemplo, estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, e estende esse direito ao ambiente de trabalho, ficando o

Poder Público obrigado a garantir essa condição contra qualquer ação nociva à saúde física e mental[49]".

Como se vê, o ***meio ambiente do trabalho*** é um *direito transindividual*, porque garantia de todo trabalhador, sem qualquer discriminação. Desse modo, constitui uma obrigação social do Estado, dado o seu interesse difuso ou coletivo, quando se tratar de determinado grupo de trabalhadores.

6. Proteção jurídica.

O tema é complexo demais e exige reflexões multidisciplinares. Dados impressionantes nos mostram a premente necessidade de proteção do meio ambiente. Basta ver que ocorre a destruição de 21 hectares de florestas tropicais a cada minuto; a transformação de 685 hortas produtivas em deserto a cada hora; e o nascimento de 230.000 pessoas por dia[50].

A constitucionalização da matéria (arts. 225 e seguintes da Constituição Federal) implicou a impossibilidade de o Estado privatizar o meio ambiente, o que significa que não pode transferir somente para a iniciativa privada a responsabilidade pela sua preservação e conservação.

No campo jurídico, a discussão ainda é incipiente. Em nosso país, onde se encontra a maior floresta tropical do mundo, certamente, muitas ações e iniciativas deverão ser tomadas para a evolução da possibilidade de tributação relacionada ao meio ambiente.

Por outro lado, faz-se necessário destacar que não se trata apenas da visão simplista escancarada no chamado princípio do "*poluidor-pagador*" (quem poluiu, deve pagar), mas, sim, de uma ideia evoluída em relação a esse princípio.

A busca do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente passa, necessariamente, por uma série de *ações preventivas* do direito.

Constituem exemplos de *procedimentos preventivos*:

(1) Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), um dos instrumentos mais importantes da Política Nacional de Meio Ambiente, exigido na instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 9º, III), a fim de assegurar a qualidade ambiental, garantia de efetividade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, IV, da Constituição);

(2) Licenciamento Ambiental, ato administrativo pelo qual o Poder Público, ao verificar o atendimento das exigências legais pelo interessado, faculta-lhe o desempenho das atividades (Lei nº 6.938/81, art. 10), podendo haver a *Licença Prévia* (LP), a *Licença de Instalação* (LI) e a *Licença de Operação* (LO), segundo o Decreto nº 88.351/83;

(3) Direito à Informação, que o Poder Público é obrigado a produzi-la (Lei nº 6.938/81, art. 9º, XI) e a empresa tem o dever de prestar, especialmente sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular (Lei nº 8.213/91, art. 19, § 3º), bem como comunicar ao operário sobre o resultado dos *exames médicos* (admissional, periódico e demissional), consoante o art. 168, § 5º, da CLT, sendo também importantes as

---

[49] Capítulo XI - art. 229, *caput* e § 2º, cf. Rocha, Julio Cesar de Sá da. "Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica", LTr, 1997, p. 40.

[50] Weil, Pierre. Apud A Global Awareness in Actions Inc. Anse St.-Jean - Quebec, Gov. IJO - in "Organizações e Tecnologias para o Terceiro Milênio" (cf. Gonzaga Adolfo, in "Direito e Meio Ambiente", extraído da home page "Jus Navigandi", na Internet: http://www.jus.com.br).

informações sobre a atuação das *Comissões Internas de Prevenção de Acidentes* (CIPAs);

(4) Auditorias Ambientais, facultativas ou obrigatórias, recentemente implantadas em alguns Estados brasileiros[51], incumbidas de realizar estudo posterior ao EPIA, a fim de avaliar se as orientações contidas no Estudo Prévio estão sendo observadas e se o controle ambiental está sendo eficiente, mediante estudos, avaliações ou exames periciais.

Como vimos, o direito ambiental é relativo às regras jurídicas que concernem à natureza, à poluição e danos aos sítios, monumentos e paisagens e aos recursos naturais. O direito ambiental, portanto, não só se apropria dos setores que, até então, não constituíam objeto de qualquer ramo do direito, nem estavam ligados a qualquer disciplina jurídica determinada (poluição, degradação, monumentos históricos etc.), mas se utiliza, também, dos setores já constituídos em corpos jurídicos mais ou menos homogêneos, como o direito florestal, por exemplo[52]. O mesmo fenômeno ocorre no *direito ambiental do trabalho*.

Destaca-se, no direito ambiental, o *princípio da prevenção*, que busca evitar o dano ou perigo ao meio ambiente, uma vez que, em muitos casos, os acidentes ecológicos terão consequências irreparáveis.

O problema da ***tutela do meio ambiente*** se manifesta a partir do momento em que sua degradação passa a ameaçar não só o bem-estar, mas a qualidade da vida humana, se não a própria sobrevivência do ser humano.

Lembra ***Sebastião Geraldo de Oliveira***[53] que "os litígios que tradicionalmente eram analisados na ótica individualista, caso a caso, passaram a despertar interesse nos aspectos globais, envolvendo toda uma coletividade". Reportando-se a ***Milton Flaks***, acentua que, "convertida a sociedade civil em 'sociedade de massa', defrontaram-se os juristas e legisladores com o desafio da 'massificação dos litígios', na medida em que uma única e mesma conduta ilícita poderia lesar direitos ou interesses de centenas e até milhares de indivíduos"[54].

Por isso, "a orientação diretora das reformas processuais deste final de século aponta para a universalização da tutela jurisdicional e a consequente criação de instrumentos modernos, hábeis para solucionar os conflitos resultantes dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos", diz, ainda, ***Sebastião Geraldo de Oliveira***[55]. "Para lograr êxito nessas mudanças", - conclui o mesmo autor, com amparo no magistério de ***Ada Pellegrini Grinover*** - "era preciso adaptar os esquemas de um processo individualista, pensado apenas para acudir aos conflitos de interesses intra-individuais, às exigências de uma sociedade em transformação, em que surgem, a cada passo, interesses e conflitos de massa, igualmente dignos de tutela jurisdicional"[56].

---

[51] Rio de Janeiro (art. 258, § 1º, IX, da Constituição do Estado, e Lei Estadual nº 1.898/91), São Paulo (art. 193, IV, da Constituição do Estado) e Espírito Santo (Lei Estadual nº 4.802/93), cf. Rocha, Julio Cesar de Sá da. "Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica", LTr, 1997, p. 60-61.

[52] Silva, José Afonso da. Op. cit., p. 22.

[53] Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 279.

[54] Idem, p. 279 (*Apud* Flaks, Milton. "Instrumentos processuais de defesa coletiva". Revista de Direito Administrativo, v. 190, p. 61, 1992).

[55] Idem, p. 279.

[56] Op. cit., p. 279 (cf. Grinover, Ada Pellegrini. "O acesso à Justiça no ano 2.000", *in*: Marinoni, Luiz Guilherme (org.). "O processo civil contemporâneo", Curitiba: Juruá, 1994, p. 38).

Na análise percuciente de ***Kazuo Watanabe***, "a mudança significa passar dos conflitos fragmentados, ou 'demandas-átomo', para alcançar os conflitos coletivos numa dimensão molecular"[57].

A tutela do meio ambiente poderá se verificar extrajudicialmente ou judicialmente. As políticas desenvolvidas pelo Poder Público e pela sociedade civil organizada são essenciais para a proteção do meio ambiente. No âmbito judicial pode ser pleiteada a tutela preventiva e a reparatória. Em regra, apenas esta última tem sido implementada. Neste particular, deve ser ressaltada a importância da ação civil pública.

7. Ação civil pública.

Vejamos, em seus aspectos genéricos, algumas características da ação civil pública, instrumento adequado para as demandas ambientais.

7.1.- Breve histórico: os grandes movimentos ambientais mundiais geram conscientização da problemática ambiental. A degradação ambiental mais a impunidade provocaram a necessidade de se encontrar formas de proteção jurídica ao meio ambiente e, assim, surgiram as leis relacionadas à sua proteção, cujo conjunto acabou se tornando o que chamamos de **direito ambiental**. Devido aos reflexos da *class actions* americana - instrumento que se adequa à tutela dos interesses coletivos à defesa de grupos de pessoas ou segmentos sociais - editou-se, no direito brasileiro, a ação civil pública ou coletiva, disciplinada pela Lei nº 7.347, de 24.07.1985, que foi consagrada, posteriormente, também pelo art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, a qual prevê o instrumento de tutela de interesses da sociedade.

7.2. - Definição: a ação civil pública é a ação de caráter público que protege o meio ambiente, os consumidores e os direitos difusos e coletivos, dentre outros. Esta ação é civil porque se processa perante o juízo cível (*lato sensu*) e é pública porque defende o patrimônio público, bem como os direitos difusos e coletivos.

7.3. - Natureza Jurídica: em síntese, eminentemente processual.

7.4. - Objeto: condenação em pecúnia ou obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º). O juiz poderá cominar multa pelo descumprimento do que foi condenado, aplicando-se subsidiariamente o art. 287 do Código de Processo Civil.

7.5.- Proteção: do meio ambiente; do consumidor; dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e qualquer outro interesse difuso ou coletivo e infração da ordem pública.

7.5.1. - Interesses Difusos: caracteriza-se pela indivisibilidade, tendo por titulares pessoas indetermináveis.

7.5.2. - Interesses Coletivos: também caracteriza-se pela indivisibilidade, tendo por titulares grupos, classes ou categorias. Atualmente, entende-se que o objeto da ação civil pública é muito amplo, à vista do que dispõe o inciso IV do art. 1º da Lei nº 7.347/85, quando diz que a lei rege "qualquer outro interesse difuso ou coletivo", por força do art. 110 do Código do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

7.6.- Foro: local do dano (art. 2º). Em havendo intervenção ou interesse da União, autarquia ou empresa pública federal e, se não houver Vara da Justiça Federal na Comarca, será competente o Juízo Estadual local, e, em segunda instância, o Tribunal Regional Federal da Região respectiva, para as demandas de natureza civil. A competência para as ações *trabalhistas* será adiante examinada.

---

[57] Oliveira, Sebastião Geraldo de. Op. cit., p. 279 (cf. Grinover, Ada Pellegrini *et al*. "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do Anteprojeto", Forense Universitária, 1992, p. 498).

7.7.- Prescrição: a ação civil pública é imprescritível, dada a natureza do bem jurídico tutelado, ou seja, a preservação ambiental, indisponível, por questão de ordem pública. O prazo prescricional conta-se apenas para fins de exigibilidade da indenização[58].

7.8. - Cautelar: possibilidade. Atualmente, com o instituto que trata do adiantamento da tutela pretendida (art. 273 e parágrafos, do CPC), pode ser pedida a medida antecipatória nos próprios autos da ação (art. 12).

7.9. - Legitimidade Ativa: Ministério Público, União, Estados, Municípios, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações (art. 5º).

7.10. - Legitimidade Passiva: o causador do dano.

7.11. - Denunciação da Lide: não cabe, pois a responsabilidade objetiva não pode ser acumulada com a responsabilidade por culpa.

7.12. - Litisconsorte Ativo Facultativo: possibilidade.

7.13. - Inquérito Civil: procedimento administrativo investigatório, com natureza jurídica inquisitorial (art. 8º, § 1º). É peça fundamental, podendo ser dispensável apenas em casos de urgência e relevância assim reconhecidas. A instauração do inquérito civil, preparatório da ação civil pública, é atribuição do Ministério Público, sendo sua função constitucional, nos termos do art.129, III, da Constituição Federal.

7.14.- Compromisso de Ajustamento: previsto no inquérito (art. 5º, § 6º), bem como na ação.

7.15. - Arquivamento: pelo Ministério Público (art. 9º).

7.16. - Código de Processo Civil: aplicação subsidiária (art.19).

7.17. - Reparação de Dano: para reparar dano ambiental, que é a lesão aos recursos ambientais (Lei nº 6.938/81, art. 3º, V), mediante o seguinte:

7.17.1. - retorno ao "*status quo ante*" pela reparação ou recuperação.

7.17.2. - indenização em dinheiro, forma final.

7.18. - Responsabilidade Objetiva: no caso de dano ambiental, independente de prova de culpa. Pressupostos: ação ou omissão do réu, evento danoso e relação de causalidade.

7.19. - Meio Ambiente: patrimônio indispensável do Estado, da sociedade e da humanidade.

7.20. - Sentença: efeito da coisa julgada "*erga omnes*" (art. 16), exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas. Portanto, a sentença civil faz coisa julgada perante terceiros e abrange a todos, e não somente as partes do processo[59]. Como se sabe, constitui coisa julgada a eficácia resultante da sentença não

---

[58] Lisboa, Roberto Senise. "Contratos Difusos e Coletivos (consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor)", Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2000, p. 504.

[59] A Lei nº 9.494, de 10.09.1997, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, alterou o art. 16 da Lei nº 7.347/85, que passou a ter a seguinte redação: "A sentença civil fará coisa julgada 'erga omnes', *nos limites da competência territorial do órgão prolator*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova". Há, porém, quem entenda que esta restrição padece de ***inconstitucionalidade*** (*Francisco Antônio da Oliveira*, RT 744/31, cf. Führer, Maximilianus Cláudio Américo *et al*., *in* "Resumo de Direito Administrativo", Coleção Resumos, vol. 7, Malheiros Editores, 9ª edição, 2000, p. 98). E o art. 4º da Medida Provisória nº 1.984-22, de 27.09.2000 (DOU 28.09.2000)

mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, daí porque imutável e indiscutível (art. 467 do Código de Processo Civil).

8. Ação civil pública trabalhista.

8.1. - Cabimento.

O conceito de meio ambiente evoluiu e hoje abrange, além do fator natural e físico, o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho. O meio ambiente do trabalho tomou conotação transindividual e de interesse difuso, de modo que a sua proteção pode ser obtida por meio da ação civil pública, com fundamento na Lei nº 7.347/85, na medida em que se trata de um importante direito de todos os trabalhadores e da sociedade como um todo, que ao Estado incumbe assegurar.

O *meio ambiente do trabalho* está amparado pela Lei nº 7.347, de 24.07.1985, que regula a ***ação civil pública***, inclusive para as hipóteses de danos causados a qualquer outro interesse difuso ou coletivo (art. 1º, I e IV). Por conseguinte, esse tipo de demanda é cabível para resguardar os direitos dos trabalhadores a um ambiente de trabalho sadio e ecologicamente equilibrado, tal como previsto no art. 225 da Carta Magna.

O art. 225, § 3º, da Constituição Federal, diz que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

Por conseguinte, tanto as pessoas físicas como as pessoas *jurídicas* têm responsabilidade penal (crime ecológico), além da civil e administrativa, pelo dano ambiental.

A responsabilidade *trabalhista*, que se inclui na responsabilidade civil, pode ser reconhecida, *verbi gratia*, no caso de dano decorrente de lesões por esforço repetitivo (LER).

Adverte ***Rosita de Nazaré Sidrim Nassar***[60] que "é preciso distinguir a ação civil pública *trabalhista* da ação civil pública *cível*. A primeira é disciplinada pelo art. 83, III, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União, cujo escopo é defender, no âmbito da Justiça do Trabalho, os interesses coletivos quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. As cíveis, disciplinadas pelas Leis ns. 7.347/85 e 7.913/89. As previstas na Lei nº 7.347/85 são voltadas para a defesa do meio ambiente de modo geral, do consumidor, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; as contempladas pela Lei nº 7.913/89 visam ao ressarcimento dos investidores lesados por práticas irregulares no mercado de valores mobiliários". E esclarece que "existe, inclusive, jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho fazendo a diferença entre as duas ações. É o acórdão proferido na ACP 92.867/93.1, SDI 400/94[61], relatado pelo Ministro *Manoel Mendes de Freitas*".

---

acrescentou à Lei nº 9.494/97 o art. 2º-A, que estabelece que "a sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por *entidade associativa*, na defesa dos interesses e direitos dos seus *associados*, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, *domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator*".

[60] Nassar, Rosita de Nazaré Sidrim. "Competência da Justiça do Trabalho e ação civil relativa ao meio ambiente", *in* "Presente e Futuro das Relações de Trabalho", obra coletiva em homenagem a Roberto A. O. Santos, coord. p/ Georgenor de Sousa Franco Filho, p. 375.

[61] Na verdade, trata-se de julgado da Seção de Dissídios Coletivos (SDC), e não da Seção de Dissídios Individuais (SDI).

É verdade que a legislação brasileira equiparou as *doenças ocupacionais* (tanto as "doenças profissionais", resultantes de tecnopatias, como as "doenças do trabalho", decorrentes de mesopatias) - que alguns chamam de "morte lenta no trabalho" - aos *acidentes de trabalho* (art. 20, I e II, da Lei nº 8.213, de 24.07.1991).

É necessário, porém, perceber a diferença entre o disposto no art. 7º, XXVIII, e o preceito contido no art. 225, § 3º, da Carta da República. O primeiro, ao tratar dos direitos dos trabalhadores, cuida do "seguro contra *acidentes de trabalho*, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer dolo ou culpa". E o segundo estabelece que "as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados". Na verdade, o art. 7º, XXVIII, da Constituição, refere-se ao acidente de trabalho *individual* (que admite a responsabilidade *subjetiva*), enquanto que o art. 225, § 3º, pressupõe a hipótese de *doença ocupacional* decorrente de poluição no ambiente de trabalho, que afeta a qualidade de vida dos trabalhadores, daí configurar violação ao direito "ao meio ambiente ecologicamente equilibrado", direito *metaindividual* (que acarreta a responsabilidade *objetiva*), segundo as observações de ***Julio Cesar de Sá da Rocha***[62].

8.2. - Competência da Justiça do Trabalho.

Houve bastante polêmica sobre a questão da ***competência*** para o julgamento das ações relativas ao meio ambiente de trabalho, notadamente a ação civil pública.

O Superior Tribunal de Justiça entendia que a competência era da Justiça Estadual (Conflito de Competência nº 16.243-São Paulo, Rel. Min. Ari Pargendler, DOU, p. 21.435, nº 115, 17.06.96, j. 22.05.96). Em razão disso, a legitimidade seria do Ministério Público Estadual. O Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo editou a Súmula 15, nesse mesmo sentido[63].

Os que adotavam esse entendimento, argumentavam que o art. 109 da Constituição Federal, ao atribuir competência à Justiça Federal, excluía a matéria referente a acidentes do trabalho. Apregoavam também que a matéria não estaria prevista na competência da Justiça do Trabalho, à luz do art. 114 constitucional. Portanto, as questões jurídicas relativas ao meio ambiente do trabalho seriam da competência da Justiça Estadual e a legitimidade para o seu ajuizamento incumbiria ao Ministério Público Estadual.

Ocorre que o art. 114 da Constituição Federal, mesmo em sua redação anterior, estabelecia que competia à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. E o art. 643 da CLT dispõe que os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho.

Por isso, ***Amauri Mascaro Nascimento*** já prelecionava que "a matéria é trabalhista, porque o meio ambiente do trabalho é a relação entre o homem e o fator técnico disciplinado não pela lei acidentária, que trata de nexos causais em situações consumadas, muito menos pela lei de defesa ambiental que dispõe sobre direitos difusos

---

[62] Rocha, Julio Cesar de Sá da. "*Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica*", LTr, 1997, p. 66-67.

[63] "O meio ambiente do trabalho também pode envolver a defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, estando o Ministério Público, em tese, legitimado à sua defesa" (cf. Lisboa, Roberto Senise. "Contratos Difusos e Coletivos (consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor)", Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2000, p. 418, nota de rodapé nº 6).

não trabalhistas, mas pela Consolidação das Leis do Trabalho"[64]. E acrescentava o mesmo autor que as questões ambientais não passam de "lides sobre condições de trabalho no sentido das regras de segurança e medicina do trabalho"[65] e que entram no âmbito da competência do Judiciário Trabalhista, por força de norma constitucional.

Por sua vez, ***Rosita de Nazaré Sidrim Nassar***[66] alertava que "é preciso deixar bem claro que as ações cuja apreciação se insere na competência da Justiça do Trabalho são aquelas que têm em mira *sanear* o meio ambiente *onde o trabalho se realiza*. Ações ajuizadas pelo sindicato representativo dos empregados que laboram na empresa demandada, ou pelo Ministério Público do Trabalho. Não possui a Justiça do Trabalho competência para apreciar ações que objetivem *reparação de danos* causados ao meio ambiente *externo* pelo desenvolvimento das atividades empresariais"[67].

Em 1994, a Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho adotou a seguinte posição sobre uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho:

> *"Ação civil pública - cabimento - legitimidade do Ministério Público. Cabível a ação apenas em defesa de interesses coletivos,* sem intuito reparatório*, mas de preservação da ordem jurídica, quando desrespeitados direitos de trabalhadores e empregadores constitucionalmente garantidos (artigo 83, item III, da Lei Complementar nº 75/93), desde que o desrespeito traga, ainda que recôndito, o germe da inquietação pública (artigos 1º, III e IV, 5º, I, II, XIII, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11, da Constituição da República). TST Ac. Seção Dissídios Coletivos - 400/94"[68].*

Na verdade, o TST declarou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, inciso VI, do CPC, uma vez acolhida a preliminar de inadequação da ação civil pública no caso, por ausência de interesse e ilegitimidade do Ministério Público para a ação, que foi considerada, então, prejudicada[69].

O Supremo Tribunal Federal, contudo, já examinara a matéria e decidira pela competência da Justiça do Trabalho, como se infere do julgamento, unânime, proferido em 16.03.1999, no Recurso Extraordinário nº 206.220-MG (DJ 17.09.1999, pp. 00058, ement. vol. 01963-03, pp. 00439), relatado pelo ilustre Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, cuja ementa é a seguinte[70]:

---

64 Nascimento, Amauri Mascaro. "A Defesa do Meio Ambiente do Trabalho", Revista LTr, v. 63, maio de 1999, p. 584, cf. Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, *in* "Competência da Justiça do Trabalho e ação civil relativa ao meio ambiente", na obra coletiva em homenagem a Roberto Araújo de Oliveira Santos ("Presente e Futuro das Relações de Trabalho"), coord. p/ Georgenor de Sousa Franco Filho, p. 374.

65 Idem, p. 585.

66 Nassar, Rosita de Nazaré Sidrim. "Competência da Justiça do Trabalho e ação civil relativa ao meio ambiente", *in* "Presente e Futuro das Relações de Trabalho", obra coletiva em homenagem a Roberto A. O. Santos, coord. p/ Georgenor de Sousa Franco Filho, p. 374.

67 Idem, p. 374.

68 Proc. TST-ACP-92867/93.1 (cf. Julio Cesar de Sá da Rocha, *in* "Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica", LTr, 1997, p. 75-76).

69 Decisão proferida em 18.04.1994 (DJ 20.05.1994, p. 12373, Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas). Fonte: *home page* do TST, na Internet.

70 Partes - Recte.: Banco do Estado de Minas Gerais S/A - Bemge e Outros; Recdo.: Ministério Público Estadual (Fonte: *home page* do STF, na Internet).

> "COMPETÊNCIA - **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** - CONDIÇÕES DE TRABALHO. Tendo a **ação civil pública** como causas de pedir disposições trabalhistas e pedidos voltados à preservação do meio ambiente do trabalho e, portanto, aos interesses dos empregados, a competência para julgá-la é da **Justiça do Trabalho**".

A hipótese versou sobre ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra vinte e um bancos, em que se buscava o cumprimento da legislação trabalhista diante da precariedade e das condições e **ambiente de trabalho**, oferecidos pela rede bancária de Juiz de Fora, além da extrapolação da *jornada de trabalho* e do descumprimento dos períodos de *descanso*, com o consequente aparecimento de *lesões por esforço repetitivo* (LER).

Durante a discussão da proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário ("Reforma do Judiciário"), que tramitou no Congresso Nacional, foi inicialmente sugerida a aprovação, na Câmara dos Deputados, de ampliação ou explicitação da competência da Justiça do Trabalho para abranger "*as ações relativas a acidentes de trabalho, doença profissional e de adequação ambiental para resguardo da saúde e da segurança do trabalhador*".

Enfim, a Emenda Constitucional nº 45/2004 estabeleceu a seguinte reação para a competência da Justiça do Trabalho:

> "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
>
> I - as ações oriundas da ***relação de trabalho***, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
>
> II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;
>
> III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
>
> IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
>
> V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
>
> VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da ***relação de trabalho***;
>
> VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
>
> VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
>
> IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.
>
> § 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.
>
> § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.
>
> § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito."

8.3. - Competência hierárquica ou funcional.

A questão é saber se ação civil pública ambiental trabalhista deve ser promovida perante a Vara do Trabalho ou o Tribunal Regional do Trabalho.

Ives Gandra da Silva Martins Filho entende que a competência hierárquica, no caso, é dos tribunais trabalhistas, sob o argumento de que "os interesses em disputa são coletivos e a providência jurisdicional requerida tem caráter genérico, no sentido de se impor ao réu a cessação de procedimento contrário à legislação trabalhista, sem se perquirir sobre o número dos atingidos pela decisão judicial"[71].

Por outro lado, ***Sebastião Geraldo de Oliveira*** entende que a referida ação deve ser ajuizada perante a *Vara do Trabalho* da localidade onde ocorrem as lesões ou ameaças de lesões, "porquanto a maior afinidade dessa ação é com o dissídio individual plúrimo"[72].

Sebastião Oliveira, ainda, arrola outros argumentos em defesa de sua tese. Afirma que "no dissídio coletivo, o pronunciamento judicial está voltado para o poder normativo, o que não é propósito da ação civil pública, pois esta já parte de norma preexistente". Argumenta que "a instrução processual, com os depoimentos de partes, testemunhas, perícias judiciais ou a inspeção judicial, se for o caso, deve ser feita, por princípio, na localidade onde ocorreu o dano, como expressamente estabeleceu o art. 2º da Lei 7.347/85, visando a facilidade da produção da prova. Não há qualquer norma jurídica que determine o afastamento deste princípio salutar para justificar a adoção da regra excepcional, isto é, a competência originária dos tribunais". E, ainda, sustentando as suas alegações, no que se refere à execução da sentença proferida na ação civil pública, conclui: "A prevalecer a tese de que a competência originária é dos tribunais, será também necessário o ajuizamento de outra ação perante a Junta de Conciliação e Julgamento[73] da localidade para cumprimento do que foi decidido na ação civil pública, como ocorre nos dissídios coletivos. Ora, seguir por esse tortuoso caminho, sem dúvida, é transitar na contramão da História, podendo levar ao esvaziamento ou descrédito da ação civil pública"[74].

Em nota de rodapé[75], ***Oliveira*** observa que ***João de Lima Teixeira Filho*** entende que a competência hierárquica para conhecer e julgar a ação civil pública é da *Vara do Trabalho*[76]. No mesmo sentido, reportando-se a ***João Oreste Dalazen*** em minuciosa análise[77]. E, reproduzindo informação de ***Ives Gandra***, no encontro de Procuradores-Chefes e Coordenadores de CODINs, realizado em Brasília, de 21 a 23 de março de 1995, diz que a maioria dos participantes considerou ser a *Vara do Trabalho* o órgão próprio para o ajuizamento das ações civis públicas[78].

---

[71] Martins Filho, Ives Gandra da Silva. "Ação civil pública e ação civil coletiva", *in* Revista LTr, v. 59, nº 11, p. 1450, 1995 (cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 281 - nota de rodapé nº 65).

[72] Oliveira, Sebastião Geraldo de. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", LTr, 1996, p. 281.

[73] Atualmente, *Vara do Trabalho*, conforme o art. 116, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

[74] Op. cit., p. 281.

[75] Oliveira, Sebastião Geraldo de. *"Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador"*, LTr, 1996, p. 282 (nota de rodapé nº 67).

[76] Cf. Süssekind, Arnaldo et al. "Instituições de Direito do Trabalho", LTr, 1995, v. 2, p. 1225.

[77] Cf. "Competência material trabalhista", LTr, 1994, p. 233-235.

[78] Cf. op. cit., p. 1450.

O art. 2º da Lei nº 7.347/85 dispõe que "as ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do *local* onde ocorrer o dano, *cujo juízo terá* ***competência funcional*** *para processar e julgar a causa*". Logo, a competência originária para conhecer e julgar a ação civil pública ambiental trabalhista é da *Vara do Trabalho* do ***local do dano ou de sua ameaça***, salvo se de âmbito *regional* ou *nacional*, hipóteses em que a questão será apreciada pela *Vara do Trabalho da Capital do Estado ou do Distrito Federal* onde o dano ou a ameaça se verificou (art. 93, I e II, da Lei nº 8.078/90, e art. 21, da Lei nº 7.347/85, acrescido pelo art. 117 da citada Lei nº 8.078/90).

8.4. - Legitimidade ativa.

Tal como na ação civil pública *cível*, a ação civil pública ambiental *trabalhista* pode ser ajuizada, basicamente, pelo Ministério Público do Trabalho (art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93) e pelas associações (art. 5º, da Lei 7.347/85), nestas incluídos os Sindicatos. Como se sabe, a Carta Magna conferiu às entidades sindicais legitimação para assumirem a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da categoria em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III).

Sobre o tema, entretanto, paira alguma controvérsia. O art. 129, § 1º, da Lei Fundamental, reza que a legitimação do Ministério Público, para as ações civis previstas neste artigo, "não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei". ***Haroldo Plínio Gonçalves***, ***João Oreste Dalazen*** e ***Diana Penna da Costa*** entendem que a ação civil pública perante a Justiça do Trabalho somente pode ser intentada pelo Ministério Público do Trabalho, "porque não há lei conferindo legitimação a outros órgãos". Já ***Ives Gandra da Silva Martins Filho*** e ***Maria Aparecida Gugel*** entendem que a legitimação é *concorrente* do sindicato e do Ministério Público. Todavia, ***Ives Gandra*** observa que essa legitimação concorrente fica "restrita aos interesses coletivos e aos individuais homogêneos; com relação aos interesses difusos, só o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para propor a ação civil pública"[79].

Para ***Sebastião Geraldo de Oliveira***, a legitimação atribuída ao Ministério Público do Trabalho não é privativa ou exclusiva, quando se trata de interesse coletivo dos trabalhadores[80]. ***Oliveira***, no entanto, faz um alerta: "em que pese a legitimidade concorrente, entendemos que o Ministério Público do Trabalho está mais aparelhado para promover a ação civil pública, principalmente porque, diferentemente do sindicato, dispõe das prerrogativas de instaurar o inquérito civil público e adotar outros procedimentos administrativos, munindo-se das provas necessárias para propor a ação". E, ainda, reportando a observação de ***Ives Gandra***, esclarece que "na prática, o que tem ocorrido é os sindicatos oferecerem *denúncia* perante o Ministério Público do Trabalho, para que seja apurada a possível existência de lesão a direitos trabalhistas no âmbito de determinada empresa, de forma genérica"[81].

A *legitimidade* para a propositura da ação civil pública acidentária trabalhista pode ser exercitada pelas pessoas de direito público e as entidades elencadas no art. 5º da Lei nº 7.347/85, dentre elas os *Sindicatos* e o Ministério Público[82].

---

[79] Cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 282 (notas de rodapé ns. 68-69).

[80] Idem, op. cit., p. 282.

[81] Idem, op. cit., p. 282-283.

[82] A legitimação *concorrente* foi reconhecida no Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90, art. 82, com a redação da Lei nº 9.008, de 21.03.1995), aplicável à ação civil pública (art. 117 da Lei nº 8.078/90).

Enfim, como os conflitos acerca do meio ambiente de trabalho geralmente envolvem um *bem de massa*, o direito deve oferecer mecanismos compatíveis e adequados para resolver a "macrolesão", daí o cabimento de ações coletivas, plúrimas e a substituição processual (legitimação extraordinária), por iniciativa do Ministério Público ou das entidades sindicais, legitimadas para as demandas que exigem soluções capazes de abranger todo aquele universo.

8.5. - Legitimidade passiva.

Assinala ***Julio Cesar de Sá da Rocha***[83] que a legitimidade passiva na ação civil pública "será do *poluidor*, do causador da lesão à saúde dos trabalhadores e da alteração das condições ambientais no local de labor". Vale dizer: os *empregadores*. Todavia, o *Poder Público* também pode responder solidariamente, "por omissão no dever de impedir e fiscalizar adequadamente o ambiente de trabalho, bem como na elaboração de normas de padrão de tolerância (NRs) que atentem contra a dignidade do trabalho humano, contra a saúde dos obreiros. Neste caso deve ser observado o disposto no art. 2º da Lei 8.437, de 30.06.1992, que estabelece que o pedido *liminar* somente será concedido após ouvida do representante judicial, da pessoa jurídica de direito público, que deverá pronunciar-se no prazo de setenta e duas horas"[84].

Em suma, podem ser demandadas na ação civil pública ambiental trabalhista as empresas poluidoras e a Administração Pública.

8.6. - Objeto da demanda.

Ensina ***Demis Roberto Correia de Mello***[85]:

> "De outra sorte, para evitar que as empresas se furtassem a pagar as contribuições destinadas a garantir a denominada aposentadoria especial do trabalhador, e mais, para garantir que o órgão previdenciário tivesse controle sobre a exposição dos empregados aos agentes insalubres, foram criados meios de controle com produção de documentos obrigatórios tais como PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o novo documento denominado PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)[86].
>
> Para continuar com seu intuito de controlar as atividades da empresa, com a suposta linha de garantir a saúde do trabalhador, foi criada a obrigação legal de internamente a empresa implantar e manter a denominada CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho)".

---

[83] Op. cit., p. 78.

[84] Op. cit., p. 78.

[85] "*Manual de Meio Ambiente do Trabalho*", São Paulo: LTr, 2010, p. 14-15.

[86] "É o documento histórico-laboral, individual do trabalhador, que presta serviços à empresa, destinado a prestar informações ao INSS relativas a efetiva exposição a agentes nocivos que, entre outras informações, registra dados administrativos, atividades desenvolvidas, registros ambientais com base no LTCAT [Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho] e resultados de monitorização biológica com base no PCMSO (NR-7) e PPRA (NR-9) (art. 188, VI, IN/INSS n. 78/02)".

Pode ser pleiteada obrigação de fazer e não fazer ou a condenação em dinheiro (art. 3º da Lei nº 7.347/85), como também pode ser instaurada qualquer ação capaz de obter a proteção, adequada e efetiva, dos interesses e direitos tutelados por lei (arts. 83 e 117 da Lei nº 8.078/90 e art. 21 da Lei nº 7.347/85).

Algumas obrigações de fazer ou não fazer, relativamente ao meio ambiente de trabalho, por sinal raramente pleiteadas em juízo: "adequar o ambiente de trabalho às condições de salubridade; impedir o prosseguimento de atividade nociva ou perigosa; fornecer equipamentos de segurança e proteção adequados; reduzir os agentes agressivos do ambiente, pelo menos até os limites toleráveis; ministrar instruções sobre as normas de segurança; prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular; prestar informações sobre o grau de nocividade ou periculosidade dos agentes químicos introduzidos no processo de produção; implantar e colocar em funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e/ou o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT); promover curso de prevenção de acidentes para membros da CIPA; prestar informação a respeito das avaliações ambientais realizadas no ambiente de trabalho; elaborar mapa de riscos para ser afixado em local visível e de fácil acesso; implantar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); realizar exames médicos periódicos; afastar o empregado do local de trabalho, ou do risco, até que esteja normalizado o indicador biológico de exposição; fornecer ao trabalhador segunda via do atestado de saúde ocupacional; elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); convocar eleição para CIPA; adequar o mobiliário às normas de ergonomia; conceder intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados nas atividades de entradas de dados etc."[87]

Julio Cesar de Sá da Rocha[88] informa que o Sindicato dos Bancários do Estado do Espírito Santo, por via de ação civil pública, obteve, perante a 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória (hoje, *Vara do Trabalho*), a condenação do Banerj S/A a instalar porta de segurança na proteção dos bancários (Reclamação Trabalhista nº 035/95).

8.7. - Cautelar e antecipação da tutela.

O processo judicial é essencialmente instrumental, e não um fim em si mesmo. O excessivo formalismo compromete as garantias constitucionais do acesso à justiça e do devido processo legal, bem como do princípio da efetividade do direito tutelado.

Por isso, "a velocidade da era atual, no limiar do século XXI, já não tolera demandas que se arrastam indefinidamente, dilapidando tempo, recursos e a paciência das partes"[89].

É lapidar o magistério de ***Carnelutti***, citado por ***Dinamarco***: "o tempo é um inimigo do direito, contra o qual o juiz deve travar uma guerra sem tréguas"[90].

Configurados os pressupostos de concessão de medidas cautelares, uma vez presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, bem assim os requisitos exigidos

---

87 Oliveira, Sebastião Geraldo de. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", LTr, 1996, p. 270-271.

88 Rocha, Julio Cesar de Sá da. "*Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica*", LTr, 1997, p. 77 (nota de rodapé nº 13).

89 Cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 291.

90 Dinamarco, Cândido Rangel. "A reforma do Código de Processo Civil", 1995, p. 138 (cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 262).

para antecipação da tutela (art. 273 e seus parágrafos, do CPC), pode o juiz deferir tais provimentos de urgência, à luz do art. 769, da CLT, pois, em certos casos, não raro dramáticos, em se tratando de demandas que objetivem a proteção da saúde do trabalhador, o atraso da tutela jurisdicional pode significar o perecimento do próprio direito ou a absoluta ineficácia da jurisdição.

Ensina ***Roberto Senise Lisboa***[91] que "é possível a fixação de *astreintes* (multa-diária) em sede liminar, mesmo que não ocorra pedido a este respeito[92]. Neste caso, o julgador fixará um prazo para que a obrigação estabelecida pela sua decisão venha a ser cumprida".

Ao cabo deste item, um conselho oportuno: "Espera-se que os trabalhadores ou os sindicatos da categoria profissional lutem pela proteção do ambiente de trabalho saudável e não fiquem na cômoda e censurável posição de apenas pleitear adicionais de insalubridade e periculosidade, tentando remediar os efeitos sem eliminar as causas"[93].

8.8. - Demanda com pedido cominatório. Astreintes.

É evidente que, na defesa do meio ambiente de trabalho, é recomendável, porque mais eficaz, a ação *preventiva*, para evitar o dano, inclusive por via de medida cautelar. A demanda, então, pode objetivar a interdição da atividade periculosa ou insalubre, a eliminação de agentes agressivos, a instalação de dispositivos que assegurem a segurança e higiene no trabalho, dentre outros.

No particular, é aconselhável a formulação de pedido com preceito *cominatório*, com o propósito de obter do empregador o cumprimento da *obrigação específica* (de fazer ou não fazer), destinada a manter o ambiente de trabalho saudável. Em caráter alternativo, pode ser requerida a conversão da obrigação em perdas e danos.

É prudente que a demanda contenha o pedido de cominação de *multa-diária* (arts. 287 e 644, do CPC, aplicáveis, no processo trabalhista, por força do art. 769, da CLT), em valor suficiente para levar o demandado a cumprir a obrigação específica, sem prejuízo de outras medidas cominatórias, como, *verbi gratia*, o *impedimento da atividade nociva*, que, aliás, pode ser deferida, **de ofício**, pelo juiz, consoante o art. 461, § 5º, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994.

Na lição de ***José Carlos Barbosa Moreira***, "se o processo constitui instrumento para a realização do *direito material*, só se pode a rigor considerar plenamente eficaz a sua atuação quando ele se mostre capaz de produzir **resultado prático** *igual* ao que se produziria se o direito material fosse espontaneamente observado"[94].

A preferência pela *obrigação específica* também pode ser extraída das disposições contidas no art. 11 da Lei nº 7.347/85 e no art. 84 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o demandante o requerer ou se restar impossível a tutela específica ou a obtenção do *resultado prático correspondente*, de acordo com a norma do art. 461, § 5º, do CPC.

---

91 Lisboa, Roberto Senise. "*Contratos Difusos e Coletivos (consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor*)", Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2000, p. 525.

92 *RJTJSP* 125/72, TJSP, AC 153.130-2, rel. Des. Carlos Ortiz, j. 12.02.1990.

93 Cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 268.

94 Moreira, José Carlos Barbosa. "Tutela sancionatória e tutela preventiva". *In*: "Temas de Direito Processual, segunda série, 2ª edição, Saraiva, 1988, p. 24 (cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 272, *apud* nota de rodapé nº 41).

Em suma, o juiz determinará que se cumpra a obrigação específica, *sob pena de cominação*, que constitui enérgica e lícita ameaça judicial de aplicação de sanção alternativa.

Uma das cominações mais eficazes é a multa-diária, que o direito francês conhece com o nome de *astreintes*[95].

Lembra ***Sebastião Oliveira***[96] que "o reforço do mecanismo das *astreintes*, incorporado pela legislação, confere maior respeitabilidade à decisão judicial, conforme demonstra a experiência vitoriosa de outros países".

Hoje, as *astreintes* podem ser impostas até mesmo independentemente de pedido do demandante (art. 461, do CPC, e art. 84, do Código do Consumidor, Lei nº 8.078/90).

A indenização por perdas e danos far-se-á sem prejuízo da multa (art. 287, do CPC), conforme o art. 84, § 2°, da Lei nº 8.078/90 (que dispõe sobre a proteção do consumidor), aplicável à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, por força do art. 21 da Lei nº 7.347/85 (que disciplina a ação civil pública).

O preceito cominatório não é novidade na *legislação trabalhista brasileira*, como se vê, por exemplo, das normas que tratam de demandas sobre *anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social* (art. 39, §§ 1º e 2º, da CLT), concessão de *gozo de férias* (art. 137, § 2º, da CLT) e *reintegração ou readmissão* de empregado (art. 729, da CLT).

Outras medidas de apoio à cominação, adequadas à demanda para proteção do meio ambiente do trabalho, seriam a determinação do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), enquanto o agente agressivo não for eliminado; o isolamento acústico ou o enclausuramento de máquinas barulhentas para limitar o ruído a uma área específica; se há risco acentuado pode-se "impedir a atividade nociva" até o retorno à normalidade etc.[97]

8.9.- Termo de ajuste de conduta.

Antes da propositura da ação civil pública, o Ministério Público pode chamar a empresa para tentar solucionar a questão mediante *compromisso de ajustamento*. Antes disso, pode ainda requisitar *vistoria* de engenharia e médica do trabalho, a fim de verificar as suas condições. A perícia pode ser instada a indicar as medidas técnicas com vistas a sanar eventuais irregularidades. Pode o *Parquet* requisitar *documentos*, como laudos ambientais, relação das Comunicações de Acidentes do Trabalho (CATs) e atas das Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPAs), para melhor fundamentar o compromisso de ajustamento.

Atualmente, os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho constituem *títulos executivos extrajudiciais trabalhistas*, conforme o art. 876, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000, que alterou e acrescentou artigos à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre as Comissões de Conciliação Prévia e, ainda, permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho.

---

[95] Sobre o tema, escrevi o artigo intitulado "Eficácia da sentença: '*astreintes*' (multa-diária por atraso de pagamento de direitos reconhecidos em sentença)", publicado na Revista LTr 52-9, 1988, depois reproduzido no livro "Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos", LTr, 1993, p. 177-181.

[96] Op. cit., p. 292.

[97] Cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 277.

Os termos de ajuste de conduta perante o Ministério Público do Trabalho já eram previstos na Instrução Normativa nº 1, de 23.04.1993, que dispõe sobre a instauração de inquéritos civis públicos no âmbito do MPT (art. 8º e seus parágrafos), como também no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com a redação dada pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90, *in verbis*: "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de *título executivo extrajudicial*".

A referida Instrução Normativa do MPT reza que, "demonstradas, no decorrer do *inquérito civil*, a existência e a ilegalidade do ato, prática ou procedimento denunciados ou noticiados, poderá o Presidente do inquérito designar audiência para a *composição do conflito*. A composição do litígio dar-se-á mediante *compromisso* do denunciado de cessar a prática ilegal e/ou corrigir os efeitos danosos do ato, devidamente aceito pelos detentores do interesse lesado ou por seus representantes legais. O Ministério Público do Trabalho, em caso de *acordo* para a composição do litígio referente a interesses coletivos, atuará como intermediador, zelando pelo respeito aos direitos *indisponíveis* e firmando o instrumento do acordo".

O art. 585, II, do CPC, contém norma idêntica, ao considerar como título executivo extrajudicial "o instrumento de *transação* referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores" (redação dada pela Lei nº 8.953/94).

Se a empresa, por não observar as normas de segurança e higiene do trabalho, deixar de conceder aos seus empregados um ambiente de trabalho sadio e, por consequência, causar-lhes danos, poderá ser demandada, por via de ação civil pública, a fim de que tome as providências necessárias para corrigir as irregularidades verificadas, com ou sem o pagamento de multa. Poderá também ter o seu estabelecimento fechado por ordem judicial e, ainda, responder criminalmente por sua conduta delituosa. Estará sujeita a multas administrativas (art. 201, da CLT), interdição do estabelecimento ou equipamento (art.161, da CLT), como ainda poderá responder por indenização, se provada a sua culpa e o dano ao trabalhador, por via de ação indenizatória (art. 7º, XXVIII, da CF, e art.159, do Código Civil), sem prejuízo de eventual indenização por *dano moral*.

8.10. - Condenação em dinheiro: FAT, FDD ou FUNGET?

Há controvérsia, na doutrina, sobre o destino do valor da condenação judicial em dinheiro, a título de indenização e/ou multa pelo dano provocado ao meio ambiente do trabalho.

Esse valor reverte para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)?

O art. 13 da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao *meio ambiente*, estabelece que, "havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um **fundo** gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados".

Esse fundo passou a denominar-se de *Fundo de Defesa de Direitos Difusos* (FDD), regulamentado pelo Decreto nº 1.306, de 09.11.1994, e, ainda, pela Lei nº 9.008, de 21.03.1995, que criou, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD).

Nesse sentido o entendimento de ***Julio Cesar de Sá da Rocha***[98], tendo em vista que o FAT foi instituído com finalidade exclusiva de custear o seguro-desemprego,

[98] Op. cit., p. 77.

abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico, além do que "as condenações judiciais não são incluídas entre os recursos desse Fundo". Acentua, ainda, o mesmo doutrinador, que "o Fundo de Defesa de Direitos Difusos tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Constituem recursos do FDD o produto da arrecadação das 'condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13 da Lei nº 7.347, de 1985' (art. 1º, § 2º, I, da Lei nº 9.008/95)".

Todavia, há opiniões no sentido de que a condenação em pecúnia deve reverter para o *Fundo de Amparo ao Trabalhador* (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11.01.1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego. Esse o pensamento de ***Ives Gandra da Silva Martins Filho***[99].

Creio que o valor objeto da condenação, no caso, deve reverter, por enquanto, para o FAT, porque este fundo é mais específico aos interesses dos trabalhadores. O art. 10 da Lei nº 7.998/90 reza que o FAT é destinado também ao custeio de "programas de desenvolvimento econômico", expressão que pode ser interpretada em sentido amplo, de molde a comportar medidas de proteção ao meio ambiente de trabalho, a exemplo da norma disposta no § 3º do art. 1º da Lei nº 9.008/95[100].

Note-se que o art. 11, inciso V, da Lei nº 7.998/90 estabelece que constituem recursos do FAT "outros recursos que lhe sejam destinados", tais como o produto da arrecadação das condenações judiciais decorrentes de demandas sobre o meio ambiente de trabalho.

Todavia, melhor seria que a condenação revertesse para o ***Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*** (FUNGET), por mim idealizado há 30 anos, finalmente, consagrado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004 e aprovado em diversos **conclaves jurídicos, inclusive no XII Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (2004). Recentemente, o** Enunciado Propositivo nº 1, chancelado na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, promovida pela Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA), em Cuiabá-MT (novembro/2010), preconizou a imediata regulamentação da matéria, por lei ordinária, ainda pendente no Congresso Nacional. Sobre o tema, escrevi**, pela primeira vez, na Revista nº 22, julho-dezembro/1979, do TRT-8ª Região. O assunto também foi incluído no livro** *Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos* **(LTr/SP, 1993), ao qual novamente fiz referência no livro** *Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos* **(LTr/SP, 2001).**

8.11. - Remessa de peças ao Ministério Público.

O art. 6º da Lei nº 7.347/85 dispõe que "qualquer pessoa *poderá* e o servidor público *deverá* provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações

---

[99] Cf. Revista LTr, v. 57, nº 12, p. 1430-1434, 1993 (*Apud* Sebastião Geraldo de Oliveira (*in* "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 280, nota de rodapé nº 64).

[100] "Os recursos arrecadados pelo FDD serão aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas às áreas mencionadas no § 1º deste artigo". Diz o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.008/95: "O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade a *reparação dos danos causados ao meio ambiente*, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos".

sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção".

E o art. 7º da mesma Lei prevê - a exemplo do que estabelece o art. 40 do Código de Processo Penal - que "se, no exercício de suas funções, os *juízes e tribunais* tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da *ação civil*, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis".

Em se tratando de dano ou ameaça do meio ambiente de trabalho, as informações ou remessa de peças, inclusive por iniciativa das entidades sindicais, devem ser dirigidas ao Ministério Público do Trabalho.

9. Outros instrumentos jurídicos de proteção.

Além da ação civil pública ambiental trabalhista, existem outros instrumentos jurídicos de proteção ao meio ambiente de trabalho, que me restrinjo a mencionar, a título de amostragem, destacando, porém, o importante papel da *negociação coletiva* quanto às medidas de *prevenção* do dano no ambiente de trabalho:

9.1. - reclamação trabalhista (simples ou plúrima[101]);

9.2. - mandado de segurança coletivo ambiental[102];

9.3. - mandado de injunção ambiental[103];

9.4. - ação popular ambiental[104];

9.5. - dissídio coletivo[105];

9.6. - convenção ou acordo coletivo[106];

9.7. - regulamento interno de empresa;

9.8. - inspeção do trabalho.

Cumpre assinalar que a ação popular é remédio de indubitável importância, eis que se presta para "a defesa do interesse público primário, violado por ato ou negócio jurídico administrativo; abrangendo-se, assim, de certo modo, os interesses difusos da comunidade ou coletividade em geral", consoante o magistério de ***Roberto Senise Lisboa***[107]. Assevera ***Lisboa*** que é cabível a propositura concomitante, pelos entes legitimados, de ação popular e ação civil pública, "tendo fixado o Supremo Tribunal Federal que a ação civil pública independe da ação popular, e vice-versa, não podendo o mandado de segurança, ainda que coletivo, substituir referidas ações (Súm. 101) ou ser por elas substituído"[108].

---

[101] Arts. 842 e 843, da CLT.

[102] Art. 5º, LXX, da Constituição Federal.

[103] Art. 5º, LXXI, da Constituição Federal.

[104] Art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal.

[105] Sebastião Geraldo de Oliveira (*in* "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996, p. 277-278) indica diversos itens que podem ser pleiteados, em dissídios coletivos, pelos sindicatos profissionais.

[106] A Convenção nº 161 da OIT prevê a instituição de serviços de saúde no trabalho mediante negociação coletiva (art. 6º, alínea *b*).

[107] Lisboa, Roberto Senise. "Contratos Difusos e Coletivos (consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor)", Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2000, p. 502.

[108] Op. cit., p. 502.

É oportuno registrar que somente será possível aplicar o procedimento sumaríssimo trabalhista, instituído pela Lei nº 9.957, de 12.01.2000, na ação civil pública, se o demandante apresentar pedido certo ou determinado e indicar o *valor correspondente* (art. 852-B, da CLT), o que exige a prolação de *sentença em valor líquido*[109] (parágrafo único do art. 459, do CPC, e parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.099, de 26.09.1995), não obstante a condenação, em caso de procedência do pedido, deva ser *genérica* (art. 95, da Lei nº 8.078/90), considerando a natureza da demanda coletiva e seus efeitos *erga omnes*.

10. O nexo de causalidade do *Burnout* e o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP).

Oportunas as conclusões de ***Fabio Freitas Minardi***[110]:

> "O assédio moral, espécie de violência psíquica do ambiente laboral, que pode ocasionar doenças do trabalho (*v. g.*, a síndrome de *Burnout*), carece de expressa previsão legal, mas, nem por isso, o empregado vitimizado ficará desguarnecido. Isto porque a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 oferece inúmeros instrumentos de defesa, todos decorrentes das premissas estabelecidas nos seus arts. 1º e 3º. Além do mais, a boa-fé objetiva e a função social da empresa devem nortear a atuação ética empresarial para constituir um pacto psicológico de não agressão, a fim de preservar a dignidade da pessoa humana, em todas as suas dimensões, em especial a integridade psíquica do empregado.
>
> (...)
>
> O empregado de hoje trabalha muito e descansa pouco. O descanso a que aqui se refere não é o mero descanso para dormir e relaxar, mas, sim, o tempo livre para viajar, ler, brincar, assistir a filmes e peças de teatros, fazer esportes etc.
>
> ***Domenico De Masi*** afirma que o trabalho não é tudo na vida e que existem outros grandes valores: o estudo para produzir saber; a diversão para produzir alegria; o sexo para produzir prazer; a família para produzir solidariedade etc.[111] O trabalho oferece sobretudo a possibilidade ganhar dinheiro, prestígio e poder. O tempo livre oferece sobretudo a possibilidade de introspecção, de jogo, de convívio, de amizade, de amor e de aventura.
>
> O direito à preguiça, como sustentado por ***Paul Lafargue***[112], é a reação contra as amararas da tirania do mercado e do capitalismo selvagem. Via de conseguinte, o direito ao ócio é uma das faces do direito fundamental da sadia qualidade de vida, pois, sem tempo livre para o lazer, o lado psicológico do empregado é afetado, gerando doenças físicas e psíquicas que oneram toda a coletividade.
>
> (...)

---

[109] Fonseca, Vicente José Malheiros da. "Procedimento Sumaríssimo e Comissões de Conciliação Prévia", *in* Revista do TRT da 8ª Região, v. 33, nº 64, janeiro/junho-2000, p. 101-152.

[110] "*Meio Ambiente do Trabalho - Proteção Jurídica á Saúde Mental*", Curitiba: Juruá Editora, 2010, p. 196-197.

[111] "*O ócio criativo*". Tradução de Léa Manzi. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 319.

[112] "*O direito à preguiça*". Tradução de Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.

> Destarte, no Brasil, o aplicador do direito, em especial o juiz, deverá buscar na interpretação da Constituição os valores por ela tutelados, em especial os princípios e direitos fundamentais, sobretudo para a ampla e irrestrita defesa da pessoa humana".

Minardi ainda faz abordagens sobre o nexo de causalidade do *Burnout* e o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), previsto no art. 21-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescido pela Lei nº 11.430, de 26.12.2006, *in verbis*:

> "Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.
>
> § 1º A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o caput deste artigo.
>
> § 2º A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social."

E acentua que "em 2007, o Decreto 6.042, de 12 de fevereiro[113], dentre as alterações trazidas, disciplinou a aplicação, acompanhamento e avaliação do FAP [Fator Acidentário de Prevenção] e do NTEP [Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário], para tornar a cobrança das empresas proporcional ao número de acidentes pelas quais são responsáveis".

Fabio Minardi assinala ainda:

> "Pelo Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário há a presunção da doença ocupacional, e o benefício por incapacidade será automaticamente deferido quando o atestado médico apresentar um código da doença (CID - Código Internacional de Doença) que tenha relação com o CNAE - Código Nacional de Atividade da Empresa - da empresa empregadora do trabalhador. O trabalhador, então, deixa de comprovar o nexo de causalidade entre a doença que contraiu e o trabalho que realiza e, via de corolário, caberá ao empregador comprovar a inexistência de vínculo entre o problema de saúde e a atuação do empregado.
>
> O Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, portanto, será utilizado na identificação das doenças e acidentes que estariam relacionados à prática de determinada atividade profissional, que influenciará na fixação do FAP.
>
> (...)
>
> *Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro* é oportuna ao observar que a visão da perícia médica ao determinar o reconhecimento do NTEP passa a não ser mais individualista e sim, coletivista[114], salientando

---

[113] Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 06.05.1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, e do Nexo Técnico Epidemiológico.

[114] RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. O nexo técnico epidemiológico e a responsabilidade pelo meio ambiente de trabalho. *In*: DARCANCHY, Mara Vidigal (Coord.). **Responsabilidade**

que a empresa deverá elaborar o que denominamos Balanço Hominal, ou seja, declarar formalmente em determinado lapso temporal os sistemas de prevenção de acidente e doenças ocupacionais que implementou, a quantidade de trabalhadores lesionados, que medidas está tomando para reverter este quadro negativo.

Com efeito, as doenças ocupacionais de origem psicológica, como é a síndrome de *Burnout*, podem ser reconhecidas como acidente de trabalho pelo NTEP, vez que há previsão legal no anexo II do referido Decreto 3.048/99 no quadro transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho, consoante visto no item 3.2.2 desta obra. Para tanto, basta a perícia médica do INSS estabelecer a relação entre a atividade da empresa (CNAE) e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, que será concedido ao segurado o benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho, garantindo de imediato ao empregado a estabilidade provisória do art. 118 da Lei 8.213/91".

11. Uma reflexão final.

Muito embora a abordagem deste trabalho tenha sido centrada nas atividades que envolvem o ambiente de trabalho nas empresas privadas, creio ser razoável refletir sobre as condições de labor dos servidores e magistrados da Justiça do Trabalho, quando menos a título de autocrítica sobre um tema tão importante.

Com quase trinta e oito anos de magistratura trabalhista, posso dizer que a qualidade de vida dos juízes e funcionários do Poder Judiciário é bastante sacrificada, não só em virtude do volume de processos como também em razão dos métodos adotados na administração da justiça, deveras arcaicos e inadequados, não raro como decorrência de uma legislação processual que carece de modernização.

Por isso, alguns tópicos do excelente livro de ***Sebastião Geraldo de Oliveira***[115] transparecem conselhos que devemos, se possível, obedecer:

> "As pesquisas recentes, especialmente das cronobiologia, comprovam os ***malefícios do trabalho noturno***, que agride os ritmos circadianos[116] do trabalhador, deixando-o vulnerável a várias doenças. Com revezamento ou não, o desgaste de seis horas de trabalho noturno equivale a oito horas de atividade diurna, razão pela qual a redução prevista no art. 7º, XIV, da Constituição da República, deveria ser estendida a qualquer trabalho noturno.
>
> A recomendação dos médicos de algumas empresas para que o trabalhador noturno continue dormindo durante o dia, mesmo nos feriados, finais de semana e por ocasião das férias, representa a

social nas relações laborais: homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento. São Paulo: LTr, 2007, p. 171.

[115] Oliveira, Sebastião Geraldo de. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", LTr, 1996, p. 289.

[116] Ritmo *circadiano* significa "a sincronia corporal ao ciclo diário de 24 horas, com a adaptação orgânica dos variados fatores externos, como as sensações de claro-escuro, a noção de tempo, a adaptação ao ritmo da estrutura familiar e das exigências sociais" (Cf. Maciel Júnior, Vicente de Paula. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", *in* "Fundamentos do Direito do Trabalho", LTr, 2000, obra coletiva intitulada "Estudos em homenagem ao Ministro Milton de Moura França", coord. p/ Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Melchíades Rodrigues Martins e Tarcio José Vidotti, p. 685).

> coisificação do homem, com desprezo pelos valores afetivos dos laços familiares e da convivência em sociedade, reduzindo o empregado a uma máquina bruta que produz e consome.
>
> (...) O *estresse* como fato anormal nas relações trabalhistas vem despertando o legislador em diversos países para a fixação das regras de conduta adequadas, de modo a garantir o ambiente de trabalho psicologicamente sadio, mormente porque o bem-estar mental integra o conceito moderno de saúde".

12. Conclusões.

12.1. - Visão holística: o estudo do direito ambiental não pode prescindir do auxílio de outras ciências.

12.2. - Conceito jurídico: o meio ambiente é entendido pelo direito como um **bem jurídico**.

12.3. - Natureza jurídica: enquanto relação jurídica, o meio ambiente se estruturou na categoria de ***interesses difusos***.

12.4. - Ética ambiental: o direito ambiental traz um novo conceito de comportamento: a necessidade de solidariedade como um instituto jurídico norteador, um princípio ético que abstrai a reciprocidade, já que a responsabilidade dos atos ocorre não apenas com as gerações presentes, mas, principalmente, com as futuras.

12.5. - Desafio cultural: o meio ambiente representa um desafio cultural para a moral contemporânea, pois deve justificar um marco moral, de comportamento, que pode ser compartido por pessoas de concepções diferentes, notadamente em uma época de fragmentação, como a atual.

12.6. - Dignidade e cidadania: o equilíbrio do meio ambiente laboral, a qualidade de vida do trabalhador e a sua saúde são pressupostos de uma vida com dignidade e expressão de cidadania.

12.7. - Princípio da prevenção: destaca-se, no direito ambiental, o *princípio da prevenção*, que busca evitar o dano ou perigo ao meio ambiente, uma vez que, em muitos casos, os acidentes ecológicos terão consequências irreparáveis.

12.8. - Procedimentos preventivos: Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), Licenciamento Ambiental, Direito à Informação e Auditorias Ambientais.

12.9. - Meio ambiente do trabalho: é o conjunto de condições existentes no local de trabalho relativas à qualidade de vida do trabalhador; ou, ainda, é o integrado pelo conjunto de bens, instrumentos e meios, de natureza material e imaterial, em face dos quais o ser humano exerce as atividades laborais (arts. 7º, XXXIII e 200, VIII, da Constituição Federal).

12.10. - Abrangência do tema: a matéria referente ao meio ambiente do trabalho transcende à questão de *saúde* dos próprios trabalhadores, dado que o tema é de interesse de toda a sociedade.

12.11. - Adicionais de risco: o critério, estabelecido pela legislação brasileira - talvez único no mundo -, de estipular adicionais de remuneração para trabalhos periculosos, insalubres ou penosos, representa uma condenável "*monetarização do risco*" ou "*mercantilização da saúde do trabalhador*". Basta ver que o art. 60 da CLT permite a realização de sobrejornada em locais insalubres.

12.12. - Adicional de insalubridade: o cálculo deste adicional sobre o salário mínimo contraria o disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal, segundo a jurisprudência do STF. Segundo o Enunciado nº 12 da Súmula da Jurisprudência

Predominante do TRT-8ª Região, "a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual ou normativo, fixado pelas partes, conforme o disposto no art. 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação ao salário mínimo".

12.13. - Percepção cumulativa de adicionais de risco: É equivocada a disposta no art. 193, § 2º, da CLT, que, sem nenhum respaldo biológico, lógico ou jurídico, veda a percepção *cumulativa* de adicionais de risco, ainda que presentes diversos agentes prejudiciais no local de trabalho, a beneficiar o infrator e prejudicar o trabalhador submetido a mais de um agente agressivo, além de contrariar as Convenções 148 (art. 8º, item 3) e 155 (art. 11, alínea *b*) da OIT, ambas em vigor no Brasil, as quais determinam que, na fixação dos limites de tolerância, a exposição simultânea seja considerada.

12.14. - Paradoxo da legislação brasileira: a possibilidade da prática de "*horas extras habituais*" constitui um paradoxo, porque consagra aquilo que deveria ser rigorosamente excepcional, além de comprometer a saúde do trabalhador e contribuir para o índice de desemprego.

12.15. - Responsabilidades: tanto as pessoas físicas como as pessoas *jurídicas* têm responsabilidade *penal* (crime ecológico), além da *civil* (onde se inclui a trabalhista) e *administrativa*, pelo dano ambiental.

12.16. - Teoria da responsabilidade patronal objetiva. A responsabilidade ambiental é sempre objetiva, dado que o empregador assume os riscos da atividade econômica e o ônus da prova de causas excludentes da culpa presumida.

12.17. - Ação civil pública: o conceito de meio ambiente evoluiu e hoje abrange, além do fator natural e físico, o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho. O meio ambiente do trabalho tomou conotação transindividual e de interesse difuso, de modo que a sua *proteção* pode ser obtida por meio da ação civil pública, com fundamento na Lei nº 7.347/85, na medida em que se trata de um importante direito de todos os trabalhadores e da sociedade como um todo, que ao Estado incumbe assegurar. Por conseguinte, esse tipo de demanda é *cabível* para resguardar os direitos dos trabalhadores a um ambiente de trabalho sadio e ecologicamente equilibrado, tal como previsto no art. 225 da Carta Magna.

12.18. - Competência: "Condições de trabalho. Tendo a *ação civil pública* como causas de pedir disposições trabalhistas e pedidos voltados à preservação do meio ambiente do trabalho e, portanto, aos interesses dos empregados, a *competência* para julgá-la é da Justiça do Trabalho", à luz do art. 114 da Constituição Federal, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Enfim, as questões ambientais não passam de "lides sobre condições de trabalho no sentido das regras de segurança e medicina do trabalho" e que entram no âmbito da competência do Judiciário Trabalhista, por força de norma constitucional.

12.19. - Explicitação da competência trabalhista: é, porém, recomendável que seja melhor explicitada a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das *ações relativas a acidentes de trabalho, doença profissional e de adequação ambiental para resguardo da saúde e da segurança do trabalhador*.

12.20. - Competência funcional (originária): a competência originária para conhecer e julgar a ação civil pública ambiental trabalhista é da *Vara do Trabalho* do local do dano ou de sua ameaça, salvo se de âmbito *regional* ou *nacional*, hipóteses em que a questão será apreciada pela *Vara do Trabalho da Capital do Estado ou do Distrito Federal* onde o dano ou a ameaça se verificou.

12.21. - Legitimidade ativa: a *legitimidade* para a propositura da ação civil pública ambiental trabalhista pode ser exercitada pelo Ministério Público do Trabalho ou pelos sindicatos.

12.22. - Conflitos de massa: como os conflitos acerca do meio ambiente de trabalho geralmente envolvem um *bem de massa*, o direito deve oferecer mecanismos compatíveis e adequados para resolver a "macrolesão", daí o cabimento de ações coletivas, plúrimas e a substituição processual (legitimação extraordinária), por iniciativa do Ministério Público ou das entidades sindicais, legitimadas para as demandas que exigem soluções capazes de abranger todo aquele universo.

12.23. - Legitimidade passiva: podem ser demandadas na ação civil pública ambiental trabalhista as empresas poluidoras e a Administração Pública.

12.24. - Objeto da demanda: pode ser pleiteada obrigação de fazer e não fazer ou a condenação em dinheiro, como também pode ser instaurada qualquer ação capaz de obter a proteção, adequada e efetiva, dos interesses e direitos tutelados por lei.

12.25. - Prescrição: a ação civil pública é imprescritível, dada a natureza do bem jurídico tutelado, ou seja, a preservação ambiental, indisponível, por questão de ordem pública. O prazo prescricional conta-se apenas para fins de exigibilidade da indenização.

12.26. - Cautelar e antecipação da tutela: configurados os pressupostos de concessão de medidas cautelares, uma vez presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, bem assim os requisitos exigidos para antecipação da tutela (art. 273 e seus parágrafos, do CPC), pode o juiz deferir tais provimentos de urgência, à luz do art. 769, da CLT, inclusive a fixação de *astreintes* (multa-diária) em sede liminar, independentemente de pedido do demandante, conforme prazo estabelecido pelo julgador.

12.27. - Pedido cominatório (multa-diária ou astreintes): é aconselhável a formulação de pedido com preceito *cominatório*, com o propósito de obter do empregador o cumprimento da *obrigação específica* (de fazer ou não fazer), destinada a manter o ambiente de trabalho saudável. Em caráter alternativo, pode ser requerida a conversão da obrigação em perdas e danos. A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o demandante o requerer ou se restar impossível a tutela específica ou a obtenção do *resultado prático correspondente* (art. 461, § 5º, do CPC). A indenização por perdas e danos far-se-á sem prejuízo da multa e de eventual indenização por *dano moral*.

12.28. - Termo de ajuste de conduta: antes da propositura da ação civil pública, o Ministério Público pode chamar a empresa para tentar solucionar a questão mediante *compromisso de ajustamento*, que tem eficácia de título executivo extrajudicial trabalhista (art. 876, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000).

12.29. - Destino do valor da condenação: o valor da condenação judicial em dinheiro, a título de indenização e/ou multa pelo dano provocado ao meio ambiente do trabalho, que tem sido revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), deve ser recolhido, futuramente, para o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FUNGET), consagrado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004.

12.30. - Remessa de peças: se, no exercício de suas funções, os *Juízes e Tribunais do Trabalho* tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da *ação civil pública*, deverão remeter peças ao Ministério Público do Trabalho, para as providências cabíveis, especialmente quanto aos danos ou ameaças do meio ambiente de trabalho. Idêntica medida pode ser tomada pelas entidades sindicais.

12.31. - Procedimento Sumaríssimo: somente será possível aplicar o procedimento sumaríssimo trabalhista, instituído pela Lei nº 9.957, de 12.01.2000, na ação civil pública, se o demandante apresentar pedido certo ou determinado e indicar o *valor correspondente* (art. 852-B, da CLT), o que exige a prolação de *sentença em valor líquido* (parágrafo único do art. 459, do CPC, e parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.099,

de 26.09.1995), não obstante a condenação, em caso de procedência do pedido, deva ser *genérica* (art. 95 da Lei nº 8.078/90), considerando a natureza da demanda coletiva e seus efeitos *erga omnes*.

12.32. - Outros instrumentos jurídicos: outros instrumentos jurídicos de proteção ao meio ambiente de trabalho são a reclamação trabalhista (simples ou plúrima); o mandado de segurança coletivo ambiental; o mandado de injunção ambiental; a ação popular ambiental; o dissídio coletivo; a convenção ou o acordo coletivo (importante mecanismo de prevenção do dano ambiental); o regulamento interno de empresa; e a inspeção do trabalho.

12.33. - Meio ambiente de trabalho no Poder Judiciário: a qualidade de vida dos magistrados e servidores do Poder Judiciário é bastante sacrificada, não só em virtude do volume de processos como também em razão dos métodos adotados na administração da justiça, deveras arcaicos e inadequados, não raro como decorrência de uma legislação processual que carece de modernização.

12.34. - Proteção jurídica efetiva: já existem normas jurídicas válidas de proteção ao meio ambiente do trabalho, no Brasil. Contudo, a *efetividade*, a eficácia ou o melhor resultado dessas normas depende da eficiente fiscalização estatal e de medidas criativas capazes de tornar realidade a tutela jurídica que preserve a *dignidade* do trabalhador, sem nenhuma discriminação. A *real proteção jurídica* ao meio ambiente do trabalho - terceira geração dos direitos humanos - está no respeito que todos devemos às *conquistas da civilização*, pela luta constante na busca e na construção de um mundo sem violências, sem fome, menos desigual, mais livre, mais fraterno, mais saudável e mais feliz.

13. Bibliografia.

ADOLFO, Gonzaga. "*Direito e Meio Ambiente*": *home page* "Jus Navigandi", na Internet: *http://www.jus.com.br*.

ANDRADE, Laura Martins Maia de. "*Meio Ambiente do Trabalho e Ação Civil Pública Trabalhista*", 1ª edição, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

BUGLIONE, Samantha. "*As flores não resistem a canhões: o desafio de tutelar o meio ambiente*": *home page* "Jus Navigandi", na Internet: *http://www.jus.com.br*.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. "*Direito Constitucional*", 5ª edição, Coimbra: Almedina, 1991.

DALAZEN, João Oreste. "*Competência material trabalhista*", São Paulo: LTr, 1994.

DINAMARCO, Cândido Rangel. "*A reforma do Código de Processo Civil*", 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: Malheiros Editores,1995.

ELY, Aloísio. "*Economia do Meio Ambiente*", 4ª. ed., Porto Alegre: FEE, 1990.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direito Constitucional Econômico*, São Paulo: Saraiva, 1990.

FLAKS, Milton. "*Instrumentos processuais de defesa coletiva*". Revista de Direito Administrativo, v. 190, 1992.

FONSECA, Vicente José Malheiros da. "*Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos*", São Paulo: LTr, 1993.

____. "*Procedimento Sumaríssimo e Comissões de Conciliação Prévia*", *in* Revista do TRT da 8ª Região, v. 33, nº 64, janeiro/junho-2000.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo *et al*. "*Resumo de Direito Administrativo*", Coleção Resumos, vol. 7, São Paulo: Malheiros Editores, 9ª edição, 2000.

GIANNINI, Mássimo Severo. "*Ambiente: saggio sui diversi suoi aspetti giuridici*", *passim*, Riv. Trim. Dir. Pubbl., 1973.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et Al*. "*Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do Anteprojeto*", Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "*O acesso à Justiça no ano 2.000*", *in*: Marinoni, Luiz Guilherme (org.). "*O processo civil contemporâneo*", Curitiba: Juruá,1994.

KRELL, Andreas Joachim. "*Concretização do dano ambiental*" (texto parcialmente extraído da *home page* "Jus Navigandi", na Internet: *http://www.jus.com.br*): "*Algumas objeções à teoria do risco integral*", *in*: Revista Direito & Deveres, Maceió: Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Alagoas.

LISBOA, Roberto Senise. "*Contratos Difusos e Coletivos (consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor)*", São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. "*O direito ambiental brasileiro*", 3ª edição, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1991.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", *in* "Fundamentos do Direito do Trabalho", São Paulo: LTr, 2000, obra coletiva intitulada "Estudos em homenagem ao Ministro Milton de Moura França", coord. p/ Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Melchíades Rodrigues Martins e Tarcio José Vidotti.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. "*Ação civil pública e ação civil coletiva*", *in* Revista LTr, v. 59, nº 11, p. 1450, 1995 (cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", LTr, 1996).

MATEO, Ramón Martin. "*Derecho Ambiental*". Madri: IEAL, 1977.

MELO, Demis Roberto Correia de. "*Manual de Meio Ambiente do Trabalho*", São Paulo: LTr, 2010.

MINARDI, Fabio Freitas. "*Meio Ambiente do Trabalho - Proteção Jurídica á Saúde Mental*", Curitiba: Juruá Editora, 2010.

MOLL, Luiza. "*Uma ferramenta para executar políticas públicas ecológicas: Orçamento Participativo, passim*, MIMEO, 1997.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. "*Ordem econômica e desenvolvimento da Constituição Federal de 1988*".

MOREIRA, José Carlos Barbosa. "*Tutela sancionatória e tutela preventiva*". *In*: "Temas de Direito Processual, segunda série, 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1988, p. 24 (cf. Oliveira, Sebastião Geraldo de. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", São Paulo: LTr, 1996.

____. "*A proteção jurídica dos interesses coletivos*". *In*: "Temas de direito processual", terceira série, São Paulo: Saraiva, 1984 (cf. Sebastião Geraldo de Oliveira. "Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador", São Paulo: LTr, 1996).

MUKAI, Toshio. "*Direito Ambiental Sistematizado*", 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. "*A Defesa do Meio Ambiente do Trabalho*", Revista LTr, v. 63, maio de 1999, p. 584, cf. Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, *in* "Competência da Justiça do Trabalho e ação civil relativa ao meio ambiente", na obra coletiva em homenagem a Roberto Araújo de Oliveira Santos ("Presente e Futuro das Relações de Trabalho"), coord. p/ Georgenor de Sousa Franco Filho.

NASSAR, Rosita de Nazaré Sidrim. "*Competência da Justiça do Trabalho e ação civil relativa ao meio ambiente*", *in* "Presente e Futuro das Relações de Trabalho", obra coletiva em homenagem a Roberto A. O. Santos, coord. p/ Georgenor de Sousa Franco Filho, São Paulo: LTr, 2000.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. "*Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador*", 1ª edição e 5ª edição, São Paulo: LTr, 1996 e 2010.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. "*Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho - Dano, Prevenção e Proteção Jurídica*", São Paulo: LTr, 1997.

ROSSIT, Liliana Allodi. "*O Meio Ambiente de Trabalho no Direito Ambiental Brasileiro*", São Paulo: LTr, 2001.

SILVA, José Afonso da. "*Direito Ambiental Constitucional*", 2ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

SÜSSEKIND, Arnaldo *et al.* "*Instituições de Direito do Trabalho*", São Paulo: LTr, 1995.

TOSTES, André. "*Sistema de legislação ambiental*".

VASQUEZ, Adolfo Sanches. "*Ética*", ed. Civilização Brasileira, 14ª edição, 1993.

WEIL, Pierre (apud *A Global Awareness in Actions Inc. Anse St.-Jean* - Quebec, Gov. IJO - *in* "Organizações e Tecnologias para o Terceiro Milênio").

"*Ciência Hoje*", SBPC, vol. 24, nº 141 - agosto/1998 [63-65].

Direito Ambiental, ed. Lumen Juris, RJ, 1996 [8-20].

Revista do TRT da 8ª Região (Belém-PA), volume 33, nº 64, janeiro/junho-2000.

Revista LTr, volumes 52 (setembro/1988), 57 (dezembro/1993), 59 (novembro/1995) e 63 (maio/1999).

Supremo Tribunal Federal (*home page*, na Internet: *http://www.stf.jus.br*).

Tribunal Superior do Trabalho (*home page*, na Internet: *http://www.tst.jus.br*).

O TRABALHO INTELECTUAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: PEJOTIZAÇÃO. BLOGS DE CONSULTAS E CONTRATOS DE IMAGEM*

*Georgenor de Sousa Franco Filho***

SUMÁRIO: I. Os ismos do trabalho e a era da informação. 2. Pejotização. 3. Blogs de consulta. 4. Contratos de imagem. 5. Conclusão.

1. OS *ISMOS* DO TRABALHO E A ERA DA INFORMAÇÃO

No mundo, as grandes mudanças geralmente têm como sufixo a expressão *ismos*. No mundo do trabalho não é diferente, e iniciaram-se com o taylorismo desenvolvido por Frederick Taylor, pai da administração científica, propugnando pela organização racional do trabalho, a fim de obter acréscimo significativo no nível operacional.

Depois foi o fordismo de Henry Ford, adotado na sua *Ford Motor Company*, como modelo de produção em massa implantado no início de 1914, automatizando sua fábrica de veículos, mediante o uso de técnicas tayloristas, como padronização e simplificação.

Seguiu-se o toyotismo da Toyota, embora criado nos Estados Unidos da América pelo americano Taiichi Ohno, que se identifica como um modo de organização produtiva que ganhou projeção global, com base no princípio *just in time* (produzir apenas o necessário).

Mais tarde, o volvismo, criado pelo indiano Emti Chavanmco, na Suécia, aparece como um sistema de administração empresarial altamente informatizado, com a participação direta dos trabalhadores e intensa colaboração sindical.

Hoje em dia, costumo dizer que temos o *gatismo*, de Bill Gates, o criador da *Microsoft.* Esse tempo pode se identificar como uma nova era cujo surgimento podemos estar vivenciando. Uma era que pode ser chamada de *Nuclear* ou Atômica, ou Espacial, ou da Informática, ou da Informação, ou da Internet, ou da Cibernética, ou Computadorizada, ou Digital, ou Virtual, ou Midiática. Não importa. O novo nome será dado pelos mecanismos midiáticos que são influenciados pelos grandes nomes da humanidade presente.

Dizem os estudiosos, que, usando a escrita como momento divisório, antes era a pré-história, que registrou a idade da pedra (paleolítico ou da pedra lascada, mesolítico ou da pedra polida, e o período neolítico) e a dos metais (do cobre, do bronze e do ferro). Depois, começou a História, dividida em quatro eras ou idades.

A Idade Antiga, ou Antiguidade, vai da invenção da escrita (4.000 a.C.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.), passando pelo brilho dos filósofos da Grécia, pelo apogeu de Roma e pelo surgimento do Cristianismo.

---

* Palestra proferida no Seminário sobre Direitos da Personalidade, realizado pelo TRT da 9ª Região, em Curitiba (PR), a 15.abril.2011.

** Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da *International Law Association* e do *Centro per la Cooperazione Giuridica Internazionale*.

Seguiu-se a Idade Média, também chamada de Era Medieval ou Medievo, que consigna a influência da Igreja Católica Romana sobre toda a sociedade e o sistema político, social e econômico caracterizou-se pelo feudalismo, que, incrivelmente, ainda guarda resquícios em alguns lugares do mundo atual, o aviamento praticado na Amazônia brasileira, por exemplo.

A Idade Moderna pode ter seu início em 1453 quando ocorreu a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, e o término com a Revolução Francesa, em 14 de julho de 1789. Foi a época dos grandes descobrimentos, da invenção da imprensa, do renascimento e do surgimento do capitalismo que veio modificar o mundo.

A roda das idades chega na Contemporânea, que seria a atual, começando exatamente na queda da Bastilha. Surge a doutrina social da Igreja, o mundo se renova, a indústria evolui, guerras mundiais acontecem, processa-se a descolonização da África negra.

Rigorosamente, bem que a História poderia ser dividida em apenas três fases. A primeira, hoje chamada Pré-História, que iria até a criação da escrita. A segunda, desse momento até a invenção de Gutemberg. A terceira, quando inventaram o computador. Ou seja, as diversas formas de escrever dividiriam a vida do nosso planeta. Mas isso porém não tem maior relevância.

O fato é que, agora, identifico uma nova idade/era que poderá ter seu início fixado, futuramente, como sendo 1945, com as explosões da Bomba H, em Hiroshima e Nagasaki (uma idade nuclear); ou em 1961, quando Yuri Gagarin, a bordo da Vostok I, disse que a Terra é azul; ou em 1969, com a chegada de Armstrong à Lua, a bordo da Apollo 11, afirmando que este é um pequeno passo para um homem, mas um grande salto para a humanidade, na verdade o contrário face à inexistência de gravidade no satélite (uma era espacial); ou em 1946, quando foi criado o primeiro computador digital, o ENIAC dos cientistas da *Electronic Control Company*, nos Estados Unidos da América, marcando o início da cibernética e os milagres da informática, alguma coisa como era da internet, uma verdadeira era virtual, uma era midiática, onde a rapidez das informações altera até a realidade político-econômica de muitos países, a era da informação para o tema que estou a desenvolver.

Nesse mundo extremamente novo e literalmente rápido, surge o Ciberespaço, criado em 1984, por William Gibson, espaço virtual de comunicação onde não é necessária a presença física do homem, incentivando a imaginação, e criando uma imagem anônima, que se comunica com outros *internautas*. Nesse espaço cibernético, usam-se várias tecnologias: da Internet, com suas redes sociais e sua linguagem peculiar, a outras, caracterizadoras da portabilidade, como celular, pagers, i-Phone, i-Pods, i-Pads, e outras “is” e “es” que surgiram e surgirão. Afinal, *o que mais se pode?*

Neste ciberespaço convivem duas realidades, a real e a virtual, e esta em uma cibercidade, que funciona semelhantemente a uma cidade real. A diferença, certamente, fica a conta de diversos fatores: inexistência de fronteiras ou de limites numa cibercidade, as distancias são relativas e as comunicações passam a ser instantâneas. Telégrafo, telefone, televisão, rádio... pouco a pouco, tudo vai sendo substituído pela internet e pelos recursos que ela oferece.

Ao mesmo tempo, cria-se uma cibercultura e uma ciberlinguagem, um verdadeiro dialeto específico, o internetês, que só conhecem os que costumam acessar a Internet: twitter e twittar, e-mail, download, diretório, domínio, facebook, post, deletar, enviar torpedo, servidor, diretório, orkutar, bloquear, PDF, chat, login, logout, logar, link, portal, internauta, conexão, site ou sítio, web, spam, arroba (@), modem, cam, bug. Precisa-se conhecer esse dialeto para ser adicionado na nova vida virtual que passamos a levar.

Ademais, a *Internet* trouxe outra mudança expressiva, agora na economia, que foi o surgimento de mercados virtuais. As notícias dão conta de que crescem a cada segundo as vendas pela Internet, no chamado *e-commerce*.

Costumava-se dizer que *o que não está nos autos, não está no mundo*. Hoje, diz-se *o que não está no Google não está no mundo*. Pois bem, foi lá, no Google, que encontrei dados relativos ao 1º semestre de 2010 revelando: *os consumidores brasileiros movimentaram R$ 6,7 bilhões em compras on-line, alta de 40% em relação aos seis primeiros meses de 2009*.

Prossegue: *o Brasil tem hoje cerca de 70 milhões de usuários e os ativos somam quase 40 milhões, segundo levantamento do Ibope. Representa 50% do mercado virtual da América Latina. O tíquete médio das compras on line no primeiro semestre de 2010 foi de R$ 379,00. As categorias de produtos mais vendidas no 1º semestre do e-commerce em 2010 foram: livros e assinaturas de revistas e jornais, eletrodomésticos, saúde, beleza e medicamentos, informática, eletrônicos.*

Acrescenta: *cerca de 55% dos consumidores que fizeram compras online estimulados por redes sociais são mulheres, o que pode indicar que o público feminino é mais facilmente seduzido pelas ofertas ou recomendações nesse canal. No comércio eletrônico em geral, a divisão é igual: 50% são homens, 50% mulheres. Em relação à idade, os compradores provenientes de redes sociais são, em média, sete anos mais jovens que os do mercado: 34 contra 41. 14% dos consumidores online disseram que começaram, mas acabaram a compra*[1].

Em 2011, as previsões são, para esse tipo de atividade virtual, mais otimistas. Relatório da J.P. Morgan do início de 2011 destaca que o comércio eletrônico mundial vai crescer, este ano, *680 bilhões de dólares, 18,9%. Apenas nos EUA, crescerá 13,2% (187 bilhões de dólares). Até 2013, o comércio eletrônico chegará a 963 bilhões de dólares.*

O número de consumidores também continua a crescer, com 38% da população fazendo pelo menos uma compra on line mensalmente. E o número de pessoas que não compra on line continua a diminuir, foram 12% em 2010, contra 20% em 2007. Consumidores com maior poder aquisitivo compram on line mais frequentemente, 34% das pessoas que ganham 100,000 dólares ou mais anualmente compram pelo menos 3 vezes ao mês.[2]

Quais as consequências desse incremento do comércio virtual? Aumento de produção e o seu imediato corolário: crescimento da oferta de empregos. Tudo pode ser identificado como o *hiperconsumo* do *Homo consumericus* de que fala Lipovetsky, como forma de se obter felicidade [3]. O que se constata, sem dúvida, é que as noções de tempo e espaço têm que ser reavaliadas, da mesma forma como os limites entre o real e o imaginário, o próximo e o distante. As *lan houses* e os *cybers café* proliferam no mundo, gerando por parte do próprio homem uma tremenda, e às vezes indevida, interferência na vida de todos os homens. O mundo passou a viver entre o *consumismo* das pessoas e a *competitividade* das empresas. Somente os melhores sobreviverão...

As redes sociais (tipo *Twitter, Orkut, My Space, Facebook*[4]) aproximam virtualmente as pessoas. Algumas vezes podem criar danos que ainda não se

---

1 Disponível em: http://www.avellareduarte.com.br/projeto/conceitos/ecommerce/ecommerceed.htm. Acesso a 25.3.2001.

2 Disponível em: http://www.avellareduarte.com.br/projeto/conceitos/ecommerce/ecommerceee.htm. Acesso a 25.3.2011.

3 LIPOVETSKY, Gilles. *Felicidade paradoxal*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 128 *passim*.

4 Essas quatro redes possuem cada uma mais de 100.000.000 de usuários. O Facebook possui 500.000.000 milhões. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_redes_sociais. Acesso a 25.3.2011.

dimensionou adequadamente: retiram toda a privacidade e a intimidade das pessoas, geralmente através de atitudes delas próprias, que *postam* todos os acontecimentos de suas vidas, pormenores individuais, íntimos, secretos mesmo, sem avaliar o alcance do que estão fazendo. Especialmente a juventude, integrante da *Geração Internet*, que compartilha tudo o que faz ensejando a justificada preocupação de Don Tapscott, de *estar ajudando a destruir o direito básico de ser deixado em paz*[5].

De igual sorte, possuem também expressiva vantagem por outras facilidades que proporciona. Existe, *v.g.*, uma rede de relacionamento chamada *Linkedin*, que é voltada para quem deseja trocar ideias sobre trabalho, estabelecer relações de trabalho, e muitas empresas possuem cadastro nesse site e informam sobre a existência de vagas de emprego, bem como procuram virtualmente pessoas que queriam trabalhar, e as contratam, inclusive para trabalhos a distância[6].

Se for indagado, hoje, qual o limite dessa era virtual, certamente poderá ser respondido que é o infinito...

E é justo nesse mundo virtual, cibernético, nessa era atômica, espacial ou informatizado, que surgem indagações paralelas, que, embora não estejam diretamente ligadas às mudanças tecnológicas, são modernidades que vêm surgindo e alterando as questões trabalhistas que passam a ter necessidade de uma nova (re)visão de conceitos.

Tais indagações, no mundo do trabalho, penso que podem girar em torno de critérios de subordinação, controle de jornada de trabalho, fiscalização do meio ambiente de trabalho, considerando, em casos assim, que as condições de prestação de serviços, face os recursos da informática, alteraram-se profundamente e o trabalho a distância e sua prestação em locais diversos certamente dificultam a obtenção concreta e imediata dessas respostas. Essas abordagens, todavia, não irão ser objeto deste tema.

2. PEJOTIZAÇÃO

O assunto que me foi proposto tratar aborda três itens do trabalho nessa *idade* informatizada que imagino vivermos.

O primeiro ponto refere à pejotização no mercado de trabalho. Poderia, resumidamente, dizer que se trata de um meio legal de praticar uma ilegalidade, à medida em que se frauda o contrato de trabalho para descaracterizar a relação de emprego existente, mediante a regular criação de uma empresa (pessoa jurídica), que, se regular, só tem mesmo os procedimentos para seu surgimento. No fundo, mascara a verdadeira subordinação jurídica que continua a existir.

Ocorre em qualquer tipo de atividade, e não exclusivamente no trabalho intelectual, embora seja onde há maior incidência. Caracteriza-se pela exigência dos tomadores de serviços para que os trabalhadores (antes seus empregados, ou mesmo não sendo sido) constituam pessoas jurídicas como condição indispensável para a prestação dos serviços.

Não há apenas fraude à legislação trabalhista, inclusive com a inexistência de recolhimento para o FGTS, senão também às normas previdenciárias e tributárias, porquanto se frustram as contribuições para a previdência social de um lado, e os pagamentos de tributos em geral de outro.

---

[5] TAPSCOTT, Don. *A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos*. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro, Agir Negócios, 2010, p. 83.

[6] Disponível em: http://www.linkedin.com/. Acesso a 25.3.2011. V. Também: http://pt.wikipedia.org/wiki/LinkedIn. Acesso a 25.3.2011.

Constatada essa prática, deve ser aplicada a teoria da desconsideração da pessoa jurídica, declarada a nulidade da contratação da pessoa jurídica, proclamada a configuração do vínculo empregatício do trabalhador com o tomador.

E por que isso? Porque, no direito do trabalho, prevalece o princípio da primazia da realidade, sempre valendo recordar a expressão de Mario de La Cueva, de que o contrato de trabalho é um *contrato-realidade*. Com efeito, resultando no adimplemento de todos os haveres trabalhistas do período de prestação dos serviços, bem como os respectivos reflexos previdenciários e tributários.

É certo que o trabalho intelectual pode ser prestado por pessoas jurídicas. O art. 129 da Lei n. 11.196/2005, prescreve:

> *Art. 129. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.*

É exatamente a regra do art. 50 do CCB que permite que se proclame a nulidade de contratação nessa hipótese. Lê-se na norma civil:

> *Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*

A *pejotização* é esse *abuso da personalidade jurídica*, que desvia a sua finalidade e o comando do Código Civil é perfeitamente aplicável ao tema, a partir do parágrafo único do art. 8º da CLT[7].

Demais disso, a chamada *Lei da Super Receita*, representada especialmente pela emenda que ficou conhecida como *Emenda 3*, acrescentava o § 4º ao artigo 6º da Lei 10.593/02, para dar-lhe a seguinte redação:

> *Art. 6º - São atribuições dos ocupantes do cargo de auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil:*
>
> *.....*
>
> *§ 4º - No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial.*

A regra foi vetada. O veto presidencial ocorreu porque o dispositivo violava o princípio da separação dos Poderes, atribuindo a servidor do Estado competência decisória como se Judiciário fosse[8], e a ele dando poderes para reconhecer ou não a existência de relação de trabalho em geral, inclusive de emprego.

---

[7] V. o meu *Avaliando o direito do trabalho*. São Paulo, LTr, 2010, pp. 69-74.

[8] V. as razões do veto na Mensagem Presidencial n. 140, de 16.3.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Msg/VEP-140-07.htm Acesso a 25.3.2011.

Assim considerando, e que é inconteste que o fenômeno da pejotização é novo em nosso país e está demasiadamente presente nas relações de trabalho. Por isso, ainda está a merecer aprofundado estudo da doutrina e cuidadoso exame por parte da Justiça brasileira e dos operadores do Direito em geral.

De antemão, porém, como destaquei em 2007, falando em evento similar no Rio de Janeiro, devemos cuidar de elaborar uma Lei da Pejotização, que esteja consentâneo com o momento presente do novo mundo do trabalho, mas que não olvide a condição do trabalhador na relação jurídica que se estabelece.

Observo, neste particular, que, face à informática na vida da humanidade - a rigor, estaria havendo uma *desumanização da vida humana*, que, lentamente, se torna *vida virtual, digital* ou coisa do gênero -, aparecem os efeitos colaterais da tecnologia da informação, dentro os quais uma redefinição do que seja *escritório*, porque a portabilidade que lhe é característica, transforma o antes imóvel, num simples *note-book.*

3. BLOGS DE CONSULTA

O segundo ponto que devo examinar trata de *blogs de consulta*.

Há pouco, referi a algumas palavras criadas ou aplicadas preferencialmente no trato da tecnologia da informação. Uma delas foi *blog.* Hoje, existe o Blogosfera, o termo coletivo que compreende todos os weblogs como uma comunidade ou rede social, com *habitantes* que se chamam *blogueiros*, que possuem escrita própria e comentam os blogs uns dos outros, interagindo virtualmente. Apenas 2% dos *blogs* são em português. A maioria 37% é japonês e 36% em inglês.

Mas, também há blogs que são verdadeiros diários *on line*. Tal elemento pode servir de fundamento para um empregado, que fale mal de seu patrão ou da empresa para a qual trabalhe, em seu blog pessoal seja dispensado por justa causa, porque, a meu ver, está caracterizada ato lesivo à honra do empregador praticado pelo empregado (art. 482, k, da CLT)[9].

Especificamente quanto aos blogs de consulta, não os vejo como instrumento para caracterizar relação de emprego. Servem, sim, como veículo de informação geral, de livre acesso. Ali podemos saber dos acontecimentos do momento, formar grupos de discussão virtual sobre assuntos de interesse específico de seus integrantes. Na Internet, encontram vários blogs dessa natureza. Um deles, por exemplo, chama-se *relações de trabalho,* com quase 5.000 membros, possuidor de seis grupos de discussão, que, segundo dados de março de 2011, reunia 497 pessoas interessadas [10].

A meu juízo, e até o momento, não identifico relação de emprego em *blog* de consulta. O máximo seria o acesso liberado por pessoas interessadas em determinado tema para obtenção de certas informações específicas e/ou atualizadas. Além disso, não vislumbro a possibilidade de identificar uma relação de trabalho, onde existam um prestador e um tomador de serviços, e menos ainda de emprego, porque não encontro qualquer subordinação jurídica.

4. CONTRATOS DE IMAGEM

O terceiro ponto que devo cuidar refere-se aos contratos de imagem, geralmente vinculados às atividades de lazer, em geral, e do desporto, em particular. Diretamente com era da informação não encontro vínculo aparente, porque o uso da imagem da

---

[9] k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

[10] Disponível em: http://www.relacoesdotrabalho.com.br/groups/group/listForContributor?user=2rano7hsd71zz. Acesso a 27.3.2011.

pessoa preocupa por si, e não pela máquina que é utilizada para esse fim (um impresso, uma mensagem pela Internet, um cartaz de rua).

Dispõem os incisos X e XXVIII do art. 5º da Constituição da República:

> *X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*
> .....
> *XXVIII - São assegurados, nos termos da lei:*
> *a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas.*

Com efeito, levando em conta que o direito à imagem é inviolável (art. 5º, X, da CR/88), devemos considerar que apenas o seu titular é a pessoa que pode usar livremente sua própria imagem ou impedir que outros a utilizem. O direito à própria imagem é inalienável e intransmissível, uma vez que não há como dissociá-lo de seu titular. Vai dai que possui duplo conteúdo: moral (decorrente da personalidade) e patrimonial (não pode ser objeto de exploração econômica por terceiros).

O que se cuida é de contrato de licença de uso de imagem, atingindo, sobretudo, os desportistas, e, de modo especial, os atletas profissionais de futebol.

Existem, porém, outros casos, alguns inclusive examinados pela Justiça do Trabalho. A maioria, no entanto, não chega a ter seu mérito apreciado pelo C. TST porque envolve reexame de matéria de fato, e há o óbice da Súmula 126 daquela Corte.

Adiante, enumero cinco casos, ora garantindo direito à indenização por dano moral, ora negando esse direito.

Com direito à indenização por dano moral: 1) trabalhador figurante de um programa de TV que aparecia em papel desagradável (Proc. TST-AIRR-4142-22.2010.5.02.0000. Rel.: Min. Kátia Maranhão); 2) empregada obrigada a usar uma fantasia para propaganda da empresa veiculada em outros setores, apesar de sua condição religiosa (Proc. TST-AIRR-18840-37.2006.5.03.0035. Rel.: Juiz Conv. Flavio Portinho Sirângelo); e 3) empregado obrigado a usar, no local de trabalho, camisetas com determinada propaganda promocional da empresa, sem que tenha dado autorização para esse fim (Proc. TST-AIRR-5567-14.2010.5.01.0000. Rel.: Min. Rosa Maria Weber).

Sem direito à indenização: 1) empregado que aceita tacitamente ser fotografado para fins de propaganda em *banners*, sem que isso tivesse sido a ele imposta a tarefa (Proc. TST-AIRR-5902-33.2010.5.01.0000. Rel.: Min. Emmanoel Pereira); e 2) empregado de plano de saúde junto com outros colegas de trabalho, se deixa fotografar para fins publicitários, simulando atendimento a clientes (Proc. TST-AIRR-19228-76.2010.5.04.0000. Rel.: Min. Fernando Eizo Ono).

Ou seja, a imagem do trabalhador comum, como o caso de um modelo que, empregado de uma agencia de propaganda, é dispensado posteriormente, o uso de sua imagem poderá permanecer se o contrato de trabalho fez essa previsão. Ausente a regra, havendo dispensa, não mais será licita à empresa utilizar a imagem desse trabalhador.

Como já ressaltei, o tema envolve mais e sobretudo os praticantes de desportos em geral e de futebol em particular.

A esse respeito, proferi palestra, em 2007, no Rio de Janeiro, onde assinalei minha opinião acerca do tema[11]. Usarei, em parte, alguns dos argumentos ali expendidos para demonstrar minha opinião.

---

[11] V. o meu *Avaliando o direito do trabalho*. São Paulo, LTr, 2010, pp. 71-2.

Duas coisas devem ser distinguidas claramente: o contrato de trabalho de atleta profissional de futebol do contrato de licença de uso de sua imagem. O primeiro é de relação de emprego, regido pelo art. 3º da CLT, e o segundo é de natureza civil, cuidando do uso sua da imagem e, como tal, trata-se de um direito personalíssimo e negociado diretamente entre o jogador com a entidade desportiva, em condições, valores e regras livremente estipulados entre as partes, geralmente tratando da imagem do atleta fora do campo, em camisetas, álbuns, *posters*, *banners,* cartazes, etc.

O direito de arena é a exibição do jogador em apresentação pública. Ou seja, no direito de arena está incluído o direito de exibir a imagem do atleta enquanto tal, e no exercício pleno da atividade, ou seja, coletivamente, como parte de um grupo. É a expressa previsão do art. 42 da Lei n. 9.615/98 [12], que garante 20% do preço da autorização para distribuição entre os atletas, e, antes já figurava no art. 5º, XXVIII, *a*, da Constituição, prevendo: *a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas.*

Costuma-se ressaltar que o contrato de licença de uso de imagem decorre da exploração da imagem do atleta fora da sua atividade regular, isto é, fora de competições, e, que seria um ajuste autônomo, inconfundível com o contrato de trabalho.

Embora seja certo que valor pago pelo uso da imagem não é, regra geral, salário, não servindo, à primeira vista, de base de cálculo para recolhimentos previdenciários, férias, FGTS e 13º salário, dentre outros, há dois pontos que podem ser ressaltados.

O primeiro diz respeito ao uso indevido da imagem do atleta, isto é, fora dos limites do direito de arena e inexistindo contrato de uso de imagem, tema que pode ser aplicado para qualquer outro tipo de atividade, seja envolvendo empregado, seja cuidando de pessoa comum, seja tratando de qualquer outra profissão.

Em circunstância que tal, quem se estiver sentindo lesado, poderá ajuizar ação visando receber indenização correspondente, conforme a regra inserta no art. 20 do Código Civil em vigor (Lei n. 10.406, de 10.1.2002), que diz:

> *Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.*

Essa regra presta-se a qualquer tipo de contrato e a qualquer espécie de relação jurídica, inclusive em matéria trabalhista, por força do parágrafo único do art. 8º, da CLT.

---

[12] Art. 42. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.

§ 1º Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, será distribuído, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins, exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.

§ 3º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O segundo ponto é quando o contrato de licença de uso de imagem apenas serve como elemento para mascarar o contrato de trabalho. Não raras vezes se utilizam desse artifício (uso de imagem) como meio para, pretendendo caracterizar um contrato de natureza civil, fazer o trabalhador receber mais pelo uso de sua imagem do que pelo trabalho para o qual foi efetivamente, como direito de arena. O C. TST entendeu que em casos dessa natureza o contrato de uso de imagem é nulo, passando o *quantum* que o trabalhador recebia a esse título a fazer parte de sua remuneração para todos os fins (Proc. TST-RR 557-2003.023.04.00.3. Rel.: Min. Ives Gandra Martins Filho)[13].

5. CONCLUSÃO

Jeremy Bentham concebeu, em 1791, o *Panóptico*, um centro penitenciário onde de ponto específico os prisioneiros poderiam ser observados sem que percebessem.

Hoje, podemos falar em estado panóptico, melhor ainda, em estado panóptico virtual. Em nome da segurança e da fiscalização, invade-se a privacidade e a intimidade das pessoas, inclusive dos trabalhadores.

Não são raras as denuncias dessa natureza. Existem escutas telefônicas, mecanismos de vigilância virtual destinado a proteger pessoas e patrimônios.

E edifícios ditos inteligentes com câmeras de vídeo colocadas em pontos estratégicos e cartões magnéticos que controlam todos os passos de uma pessoa dentro de um estabelecimento, fazendo verdadeira radiografia das atividades de um ser humano em um dado local durante um determinado período. As câmeras mostram as imagens, os cartões revelam os caminhos e o tempo utilizado.

As pessoas são vigiadas nos locais públicos e nos privados. Chegamos a tal ponto que, nas ruas foram colocadas câmaras, os chamados *olhos de águia,* e todos somos vigiados. Basta ir a São Paulo, Curitiba, Londres ou Santiago do Chile, por exemplo. Privacidade e intimidade, que são indispensáveis para a consagração do respeito a dignidade da pessoa humana, são ordinariamente violados.

E a televisão vem produzindo *coisas* dessa espécie. Nos últimos 11 anos no Brasil, milhões de pessoas ficam horas a fio diante dos seus transmissores assistindo a um programa absolutamente desnecessário, profundamente agressivo, eminentemente ofensivo a cultura mais medíocre das pessoas mais analfabetas. Horas e horas, às vezes pagando taxas para assistirem *cenas picantes*, debruçam-se em frente a seus televisores para perder tempo com os *realitys shows*, que, conquanto rendam bons lucros para os produtores, não serve para nada no sentido de melhorar cultura, condição social, conhecimentos, educação do sofrido povo brasileiro, como de qualquer povo. Ou programas de grande audiência dedicando todas as suas horas para exibição de *técnicas* para invadir uma escola e matar aleatoriamente dezenas de estudantes, como as que recentemente foram mostradas para todo o Brasil, um lamentável incentivo a práticas altamente condenadas por todos.

---

[13] Um registro interessante: bastante expressivo o número de ações trabalhistas contra clubes de futebol no Brasil. A informação colhida na *Internet* assinala a existência de 2.821 processos na Justiça do Trabalho. Os três primeiros lugares pertencem ao Rio de Janeiro. O campeão é o Botafogo, que responde por 723 processos, seguido pelo Fluminense, com 662 e pelo Flamengo, com 534.

Os 10 campeões são: 1 - Botafogo de Futebol e Regatas - 723 processos; 2 - Fluminense Football Club - 662; 3 - Clube de Regatas do Flamengo - 534; 4 - São Paulo Futebol Clube - 293; 5 - Clube de Regatas Vasco da Gama - 286; 6 - Sociedade Esportiva Palmeiras - 266; 7 - Sport Club Corinthians Paulista - 244; 8 - Clube Atlético Mineiro - 213; 9 - Santos Futebol Clube - 152; 10 - Cruzeiro Esporte Clube - 23. *In*: http://conjur.estadao.com.br/static/text/35061,1. Acesso a 18.6.2007.

É o Estado do bem estar saindo de cena para dar lugar ao Estado panóptico, típico dos regimes totalitários e das sociedades repressivas, onde a vida de todo mundo é invadida e violada, onde o direito de cada qual é suprimido pela violação da sua intimidade e da sua privacidade, uma espécie de *espionagem pessoal*, certamente mais grave do que a industrial, porque, se esta atinge dado empreendimento, aquela é verdadeiramente difusa e, pelo rumo que está tomando, certamente incontrolável.

A Tecnologia de Informação certamente tem grande influencia na vida do homem e, dentre os muitos problemas que surgem, há o da personalidade que existe para o ser humano real. E indaga-se: pode-se falar em personalidade para o ser virtual? Os estudiosos darão, um dia, a resposta.

De outro lado, há grave problema de inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Aumentou e muito o desemprego estrutural, que também podemos chamar de virtual, e já se pode falar em uma *infomarginalidade*, que é a exclusão social laboral digital.

Ora, a Constituição brasileira, no art. 7º, XXVII, propugna pela proteção contra a automação. Pouco ou nada tem sido efetivamente realizado. Porém, quando o art. 205 do Texto Magno consagra que:

> *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*,

resulta daí que educação se inclui na atividade sindical, ou seja, os sindicatos também possuem esse dever de colaborar com o Estado e a família, em benefício da categoria que representam, e, mais especialmente, dos seus associados.

Ademais, a atividade econômica, que é assumida pelo empregador (art. 2º, *caput*, da CLT), deve valorizar o trabalho humano, e proporcionar uma existência digna, concorrer para o pleno emprego. Assim o *caput* e o inciso VIII do art. 170 da Constituição.

Do lado do trabalhador, devem ser esperadas lealdade e fidelidade ao empregador, como se deduz do art. 482, *g*, da CLT, ao tratar de violação de segredo da empresa.

Vai daí que o poder diretivo pode incluir o controle dos meios da tecnologia da informação, a fim de verificar uso indevido da internet e seus recursos, inclusive correio eletrônico, assinalando, porém, nesse aspecto, que a leitura dos textos das correspondências virtuais, a meu ver, é defeso ao patrão, pela de violar a privacidade e intimidade do trabalhador, indispensáveis para dignidade humana. Este, entretanto, é tema que apenas tangencio, porque não é objeto desta exposição.

Por tudo o que referi, almejo que o futuro do trabalho, e do Direito do Trabalho, atenda as expectativas da sociedade. Imagino que o mundo pode ser mais valorizado por todos os habitantes do planeta, inclusive nós, brasileiros.

A vida, escreveu Saramago, *é breve, mas cabe nela muito mais do que somos capazes de viver*. Com efeito, e nessa linha de pensamento, penso que está na hora de começar a rever certos conceitos e alguns objetivos. Mais que concorrência e consumo, a felicidade pode ser alcançada de muitas maneiras.

O que precisamos, todos, é valorizar a vida, respeitar o ser humano, construir e não destruir. Essa missão é comum: do mais poderoso ao mais humilde, dos homens e das mulheres, dos magistrados e dos jurisdicionados. Ninguém pode fugir a essa tarefa. Dessa forma, chegaremos à paz que todos desejamos. Afinal, como aprendemos quando ingressamos na Justiça do Trabalho, *a obra da Justiça é a paz!* Assim seja!

Belém, 07.janeiro.2011

ANTINOMIA ENTRE O PARÁGRAFO 3º, ART. 55, DA LEI 8.213/91 E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SOCIAL DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL.

Océlio de Jesús C. Morais[*]

SUMÁRIO: 1. Intento de compreensão da denominada antinomia e os requisitos à sua ocorrência. 2. Normas jurídicas em antinomia: parágrafo 3º, art. 55, da Lei 8.213/91 e os artigos 40, I, e 456 da CLT, e parágrafo único, artigo 876, da CLT, acrescentado pela Lei 11.457/2007. 3. Antinomia entre a norma inferior e princípios constitucionais da proteção social e do valor social do trabalho. 4. Conclusões. 5. Referências.

RESUMO: Trata-se de um caso de antinomia entre o parágrafo 3º, art. 55, da Lei nº 8. 213/91 e os artigos 40, I e 456 da CLT, artigo 332 do CPC, e em face do artigo 5º, LVI da CRFB/88. Por esta antinomia principal outras situações antinômicas reflexivas são geradas em face do princípio (ou fundamento republicano) do valor social do trabalho, do princípio geral da ordem social e econômica, que é a proteção social, e de seus objetivos finalísticos, que são o bem-estar humano e a justiça social, e do princípio constitucional da coisa julgada material.

PALAVRA-CHAVE: ANTINOMIA. PROTEÇÃO SOCIAL. VALOR SOCIAL DO TRABALHO.

RESUMEN: Se trata de un caso de la contradicción entre el párrafo 3, art. 55 de la Ley n º 8.213/91 y los articulos 40, I y 345 del Código del Trabajo, artículo 332 del CPC y la luz del artículo 5, LVI, del CF/88. Por esta contradicción principal reflejo de otras situaciones antinómicas se generan en la cara del principio (o motivo republicano) del valor social del trabajo, el principio general de orden social y económico, que es la protección social, y sus objetivos finales, es que así el bienestar humano y la justicia social, y el principio constitucional de cosa juzgada.

PALABRAS CLAVE: ANTINOMIA. PROTECION SOCIAL. VALOR DE TRABAJO SOCIAL.

Introdução

Existe *antinomia real ou aparente* entre o parágrafo 3º, art. 55, da Lei 8. 213/91 e os artigos 40, I e 456 da CLT, artigo 332 do CPC, e do artigo 5º, LVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988? Se existe, qual o seu efeito jurídico em face do parágrafo 3º, artigo 55 da Lei 8.213/91?

Em existindo a antinomia, haverá solução ao caso? Qual a norma jurídica que deve prevalecer entre as normas em conflito? E como solucionar a antinomia, sob o critério normativo e teleológico da norma?

---

* Juiz federal do trabalho (TRT 8ª Região), doutorando em Relações Sociais (Direito Previdenciário) na PUC/SP, mestre em Direito Constitucional pela UFPA, especialista em Direito Público pela Universidade da Amazônia, e especialista em Relações Sindicais pelo CESIT/Unicamp em convênio com TRT da 8ª Região, conselheiro da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, autor das obras: Linhas de um destino (S. Laredo, 2006, Belém/Pará), Dos Dilemas e da Arte de Julgar (LTr, 2008/SP), Execução Previdenciária Trabalhista e procedimentos práticos (LTr, 2010/SP).

A esta tarefa, lanço-me neste breve trabalho analítico, objetivando também identificar se, havendo a antinomia entre o parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91 com as normas celetistas já referidas, geram-se ou não outras situações antinômicas reflexivas em face dos princípios constitucionais da coisa julgada material, do valor social do trabalho e do princípio teleológico da proteção social, que é inerente ao sistema nacional de seguridade social, que alberga em sistema estrutural o Regime Geral da Previdência Social.

A relevância jurídica da tarefa tem uma finalidade principiológica de proteção do trabalhador segurado, para cuja tarefa adota como ponto de partida e ponto de chegada a finalidade da interpretação sistemática e teleológica do parágrafo 3º, artigo 55 da Lei 8.2131/91 no contexto estrutural das normas erigidas, em sistema, aos fins sociais a que se destina.

Adverte-se, por efeito meramente metodológico, que não é nossa tarefa dissertar sobre o conflito de normas como problema teórico, não é nossa finalidade tratar em nível teórico da coerência do sistema jurídico, nem como um problema inerente ao sistema jurídico. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar caso de *antinomia real ou aparente* e apresentar a subsunção ao caso, sem perder a perspectiva, por força do método, de situar conceitualmente a *antinomia* na situação a ser analisada.

1. Intento de compreensão da denominada antinomia e os requisitos à sua ocorrência.

A tarefa de identificação de um caso de *antinomia* exige, antes, que se apresente o seu conceito, o que, por certo, fornecerá um seguro instrumental ao desembaraço da missão analítica.

Antinomia oferece a ideia de colisão de normas. Condensa a ideia de conflitos de normas dentro de um mesmo ordenamento jurídico. O ordenamento, como sistema, contém, segundo lição de Tércio Sampaio Ferraz Jr., um repertório (elementos normativos e não normativos relacionados entre si) e um estrutura (as normas inferiores e superiores postas hierarquicamente dentro do sistema).[1]

Sistema jurídico, para Maria Helena Diniz, "é o resultado de uma atividade instauradora que congrega os elementos do Direito (repertório), estabelecendo as relações entre eles (estrutura), albergando referências da mundivivência que animou o jurista, elaborador desse sistema, projetando-se numa dimensão significativa"[2]. Adotam-se, aqui, os dois conceitos supra porque são apropriados, em face do objetivo deste estudo, à localização das normas antinômicas dentro do sistema jurídico interno.

Situam-se, por conseguinte, as normas jurídicas inferiores e superiores na estrutura do sistema interno. Neste sentido, afirma-se a existência de um sistema jurídico positivo, aquele de leis postas pela autoridade constituída legalmente. Apreende-se aqui, por conseguinte, o sistema jurídico como "a ferramenta metodológica que ocupa um lugar central"[3] no exame da *antinomia*. Com efeito, integrando a estrutura do sistema interno, as normas jurídicas estão vinculadas entre si por uma relação em estrutura hierárquica, embora sejam independentes, mas submetem a uma ordem interna do sistema para evitar a colisão, para evitar os confrontos, para evitar os conflitos normativos.

O conflito entre normas pressupõe que ambas são válidas, observado o critério normativo, portanto, as normas jurídicas - ainda que em conflito - são válidas ou inválidas, não verdadeiras ou falsas, pois "verdadeira ou falsa" é a proposição jurídica

---

1 Tércio Sampaio Ferraz Jr., In Introdução ao Estudo do Direito, 2008:146.

2 Maria Helena Diniz, In Conflito de Normas, 2009:9.

3 Maria Helena Diniz, In Conflito de Normas, 2009:7.

que é descritiva de uma ordem jurídica. Este sentido de ordem e unidade do sistema jurídico não impede, por diversos fatores, a possibilidade de conflito entre normas dentro de uma mesma estrutura, ou mesmo entre princípios e normas dentro de um mesmo sistema interno.

A *antinomia* representa, então, "o conflito entre duas normas, entre dois princípios, entre uma norma e um princípio geral de direito em sua aplicação prática a um caso particular"[4], conforme leciona Maria Helena Diniz. De seu lado, Tércio Sampaio define *antinomia* como "a oposição que ocorre entre duas normas contraditórias (total ou parcialmente), emanadas de autoridades competentes, num mesmo âmbito normativo"[5]

Como "um conflito entre regras jurídicas"[6] é a acepção usada por Eros Roberto Grau para definir antinomia. Isto é, antinomia, para ele, traduz "incompatibilidade" entre duas "normas integrantes do mesmo ordenamento jurídico" interno e tendo, por conseguinte, o "mesmo âmbito de validade"[7].

Ensina Maria Helena Diniz que "antinomia é a presença de duas normas conflitantes, sem que se possa saber qual delas deverá ser aplicada ao caso singular"[8].

A "Antinomia real é definida como aquela (…) onde a posição do sujeito insustentável porque não há critérios para a sua solução, ou porque entre os critérios existentes há conflitos, e será aparente em caso contrário" [9], afirma Tércio Sampaio.

A jurista Maria Helena Diniz ensina que, para que haja *antinomia real*, entre duas normas será necessário:

1) que ambas as normas sejam jurídicas; que ambas sejam vigentes e pertencentes a um mesmo ordenamento jurídico;

2) que ambas emanem de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo, prescrevendo ordens ao sujeito;

3) que ambas devem ter operadores opostos (uma permite, outra obriga), e os seus conteúdos (atos e omissões) devem ser a negação interna um do outro, isto é, uma prescreve o ato e a outra, a omissão;

4) que o sujeito, a quem se dirigem as normas conflitantes, deve ficar numa posição insustentável, sem meios ou critérios para se livrar dela.

Em suma, a *antinomia real* ocorre, segundo ainda Maria Helena Diniz:

a) quando houver incompatibilidade;

b) quando houve indecibilidade;

c) quando houver necessidade de coesão.

Logo, sob este prisma, pode-se afirmar que o conflito entre normas designa *antinomia jurídica* - *antinomia* que também pode ser entre dois ou mais princípios ou entre norma e princípio, e ainda um princípio geral do direito em sua aplicação prática.

Considerando o direito como uma ordem axiológica ou teleológica de princípios - e não meramente como uma ordem normativa à moda kelseniana - Eros Grau ensina que os conflitos podem entrar em contradição - no mesmo sentido definido por Claus W. Canaris - porque o direito é tomado "como e enquanto nível de determinada realidade social, produto histórico-cultural, pleno de contradições e incompletudes" onde surgem "situações de oposição e contradição entre princípios"[10].

---

4 Idem, Cit. 2009:15.

5 Tércio Sampaio Ferraz Jr., In Introdução ao Estudo do Direito, 2009:179.

6 Eros Roberto Grau, In Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito, 2009:194.

7 Idem, 2009:194.

8 DINIZ, Maria Helena. Conflito de Normas. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009, p. 19-24.

9 Idem, 2009, p. 49-52.

10 Eros Roberto Grau, In Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito, 2009:196.

O sistema axiológico ou teleológico de Canaris é concebido a partir da "regra de justiça, de sua natureza valorativa"[11]. Neste sistema, o "sentido teleológico não é sentido estrito da pura conexão de meios aos fins", mas, de acordo com Canaris, no sentido geral, isto é, "no qual a jurisprudência das valorações é equiparada à jurisprudência teleológica"[12].

Portanto, as oposições ou contradições entre princípios a que se refere Eros Grau integram um sistema aberto e dinâmico, multifário, mas os princípios não são suficientes, por si só, para colmatar antinomia ou conflito normativo.

Mas, admitido o direito como uma realidade multifária, como produto histórico-cultural, nele está contido também a norma, além dos fatos e valores, à moda da estrutura tridimensional do direito de Miguel Reale. Por isso, e por este sentido, Eros Grau observa que "os conflitos e as oposições entre princípios são normas de um lado, e princípios, de outro"[13].

Com efeito, o direito como um sistema multifário de normas, fatos e valores admite - para a solução de antinomia - os princípios, consoante previsto no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-lei 4.657 de 4 de setembro de 1942.

Oferecidas essas referências conceituais, instrumentais teóricos à compreensão do tema em abordagem, já é possível afirmar o que segue: por exemplo, era o caso de *antinomia real* o conflito entre duas normas do mesmo nível e do mesmo grau, promulgadas ao mesmo tempo (concomitantemente) que, entre si, se excluem mutuamente, embora sejam normas válidas.

A doutrina (Tércio Sampaio, Alf Ross e Maria Helena Diniz, por exemplo) apresenta diversos outros critérios para a solução de antinomia, por exemplo, *quanto ao conteúdo* (antinomia própria e imprópria, que se apresenta como antinomia de princípios, antinomia valorativa e antinomia teleológica), *quanto ao âmbito* (antinomia de direito interno, antinomia de direito internacional e antinomia de direito interno-internacional), *quanto à extensão da contradição* (antinomia total-total, antinomia total-parcial e antinomia parcial-parcial)[14].

Na antinomia jurídica, Tércio Sampaio inclui as antinomias reais e aparentes.

Quanto ao critério de solução, a antinomia pode ser real ou aparente., conforme explica Maria Helena Diniz: "Antinomia aparente, se houver os critérios para solucioná-la forem normas vigentes integrantes do ordenamento jurídico; antinomia real, se não houver na ordem jurídica qualquer critério normativo para sua solução, sendo, então, imprescindível, para sua eliminação a edição de uma nova norma"[15].

Para a finalidade da nossa tarefa, importa, aqui: 1) a *antinomia jurídica aparente* (da classificação quanto ao critério de solução), conforme as acepções de Maria Helena Diniz e Tércio Sampaio, 2) a *antinomia parcial-parcial*, no critério de solução quanto à extensão da contradição, adotado por de Alf Ross, que ocorre "se uma das normas não puder ser aplicada, em nenhuma circunstância, sem conflitar com a anterior apenas em parte"[16].

São vários os critérios de solução de antinomias no direito interno. Faz-se a enunciação apenas para efeito informativo, conforme a doutrina de Maria Helena Diniz,

---

[11] Claus W. Canaris, In Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito, 2003:66.

[12] Cit. Canaris. 2002:67.

[13] Eros Roberto Grau, In Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito, 2009:197.

[14] Maria Helena Diniz, 2009:26-31, Alf Ross, In sobre el derecho, p. 124 e 125 e Tércio Sampaio Ferraz Jr. In Introdução aos estudo do Direito, 2008:179-180.

[15] Maria Helena Diniz, In Conflito de Normas, 2009:25.

[16] Idem, Cit. 2009:29.

pois será útil para identificar, no estudo do caso em concreto, qual dos critérios pode ser utilizado.

Primeiro, é preciso relembrar que a "antinomia aparente" é aquela que é identificada "se houver os critérios para solucioná-la forem normas vigentes integrantes do ordenamento jurídico", segundo Maria Helena Diniz. Logo, os critérios de solução no direito interno, são próprios da antinomia aparente. Vejamos, conforme classificação sistematizada por Maria Helena Diniz[17]:

a) critério hierárquico (*lex posterior derrogat legi inferiori*), isto é, num conflito entre normas de diferentes níveis, a de nível mais alto, qualquer que seja a cronologia, terá preferência em relação à de nível mais baixo;

b) critério cronológico: (*lex posterior derrogat legi priori*), ou seja, entre duas normas do mesmo nível ou escalão, a última prevalece sobre a anterior.

c) critério da especialidade (l*ex specialis derrogat legi generali*), aquela que acresce um elemento próprio à descrição legal do tipo previsto na norma geral, tendo prevalência sobre esta.

Dentro do critério cronológico (*lex posterior derrogat lego priori*), ocorrem duas situações: a) a norma nova modifica ou regula, de forma diferente, a matéria versada pela lei anterior, no todo. Ocorre, então, *a ab-rogação*. Ou, se modifica ou regula em parte a lei anterior, tem-se o caso de *derrogação*. Nos dois casos podem ocorrer conflitos entre as novas disposições e as relações jurídicas já definidas anteriormente sob a vigência da velha norma revogada.

Ao interesse de nosso estudo, quanto à aplicação prática da norma jurídica - se em antinomia real ou aparente - interessa diretamente a *técnica da derrogação.*

Isto é, vamos verificar na *aplicação prática* da norma jurídica, se existe *antinomia real ou aparente* entre o parágrafo 3º, art. 55, da Lei nº 8. 213/91 (que ***Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.***) e os artigos 40, I e 456 da Consolidação das Leis Trabalhistas, artigo 332 do Código de Processo Civil, e em face do artigo 5º, LVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

2. Normas jurídicas em antinomia: parágrafo 3º, art. 55, da Lei 8.213/91 e os artigos 40, I, e 456 da CLT, e parágrafo único, artigo 876, da CLT, acrescentado pela Lei 11.457/2007.

Vejamos se existe a *antinomia,* e de qual natureza - observado o critério normativo positivo - entre as duas normas a seguir.

Dispõe o parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8. 213/91:

> *Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado: §3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.*[18]

---

[17] Idem, Cit. 2009:34-41.

[18] Lei 8.213/91. Disponível em http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm. Acesso em: 13/09/2010.

O artigo 11 da Lei nº 8.213/91, referido no *caput* do artigo 55 da mesma Lei, elenca os segurados obrigatórios da Previdência Social, entre as pessoas físicas constando o empregado com carteira de trabalho assinada (art. 11, I) - regra que é repetida pelo artigo 9º, I, do Decreto 3048/99, que regulamenta essa Lei.

Pelos critérios normativos da Lei 8.213/91, o segurado obrigatório é aquele que, inscrito no Regime Geral da Previdência Social, obtém Número de Identificação (NIT) no Cadastro Nacional de Informações (CNIS) e contribui compulsoriamente e mensalmente, pois a filiação é obrigatória, com um percentual incidente no seu salário de contribuição ao custeio do regime previdenciário. Trata-se, pois, de regime geral de natureza contributiva e compulsória, consoante dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91 e o artigo 201 da Constituição Federal de 1988.

Pois bem, o *caput* do artigo 55, da Lei 8.213/91, dispõe que "O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei". O regulamento é o Decreto nº 3048/99, que dispõe no artigo 276, parágrafo 4º, sobre a obrigatoriedade, nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência previdenciária, recolher-se ao órgão as contribuições (para fins de custeio do sistema de seguridade social e ao cômputo do tempo de serviço do segurado obrigatório) calculando-se mês a mês sobre o salário de contribuição.

O parágrafo 4º, do artigo 276, do Decreto 3048/99, dispõe ainda que no acordo homologado ou na sentença trabalhista, e se o valor da contribuição previdenciária devida for inferior ao limite mínimo permitido para recolhimento na Guia da Previdência Social, é autorizado o recolhimento dos valores devidos cumulativamente com as contribuições normais de mesma competência. Parágrafo acrescentado pelo Decreto nº 4.032, de 26/11/2001. *Grifei.*[19]

Disso tudo, tem-se que: a) a filiação ao RGPS é obrigatória; b) que o empregado com carteira assinada, desde que inscrito no RGPS, é um segurado obrigatório; c) como segurado obrigatório (este, de carteira assinada) contribui compulsoriamente ao custeio do regime de Previdência Social; d) o tempo de serviço desse segurado obrigatório é apurado, para fins de aposentadoria por tempo de contribuição, com base nas suas contribuições mensais do seu tempo trabalhado com carteira assinada; e) a Justiça do Trabalho é competente para determinar os recolhimentos das contribuições à Previdência Social por força de suas próprias decisões judiciais.

Esta regra de competência está consagrada no parágrafo único, artigo 876, da CLT, que dispõe sobre a execução *ex-officio* das contribuições previdenciárias incidentes sobre salários decorrentes do período laboral reconhecido na decisão trabalhista. Veja-se:

> *Parágrafo único. Serão executadas ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007). Grifei.*[20]

---

[19] Decreto 3048/99. Disponível em http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3048.htm#L. Acesso em: 13/09/2010.

[20] Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 13/09/2010.

Este dispositivo celetista atende precisamente à finalidade do parágrafo 4º, artigo 276 do Decreto 3048/99, isto é, os recolhimentos das contribuições previdenciárias incidentes sobre os salários do período laboral reconhecido destinam-se ao cômputo do tempo de serviço do trabalhador que, com a carteira assinada e inscrito no RGPS, assume o *statu*s de segurado obrigatório (art. 11, I, da Lei 8.213/91 e art. 9º, I, do Decreto 3048/99). Por conseguinte, o parágrafo único do artigo 876 da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.1.2000, existe, no âmbito das reclamações judiciais trabalhistas, para a finalidade do *caput* do artigo 55 da Lei 8.212/91, qual seja: o cômputo do tempo de serviço, que será comprovado pelos recolhimentos das contribuições sociais mensais do segurado obrigatório com carteira assinada. Ou seja, contribuições decorrentes de um contrato de trabalho ou relação de emprego, no caso restrito em exame.

No âmbito da Justiça Federal do Trabalho, o "Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego", conforme dispõe o artigo 44 da CLT.

A relação de emprego é uma espécie do gênero relação de trabalho. O acordo expresso, aludido pelo artigo 442 da CLT, equivale ao contrato de trabalho formal.

O contrato de trabalho expresso (formal, escrito), pode ser por tempo determinado ou indeterminado, consoante disposto no artigo 443 celetista, *in verbis*: "O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado".

A relação de emprego juridicamente designa o contrato verbal, quando e onde estão presentes todos os requisitos tipificadores da condição do trabalho subordinado, remunerado, contínuo, não eventual, pessoal, precisamente como descrito normativamente pelo artigo 3º da CLT.

Então, quando o empregador - aquele definido no artigo 2º da CLT e no artigo 14, I e II da Lei 8.213/91, aquele que toma o trabalho subordinado, assalaria, assumindo os riscos da atividade econômica - não assina a CTPS do trabalhador, tem-se o caso concreto de um relação de emprego (contratação verbal), situação fática que corresponde ao contrato de trabalho, conforme a previsão do artigo 442 da CLT.

A Justiça do Trabalho, ao apreciar a reclamação trabalhista e, reconhecendo o tempo de serviço com base em prova exclusivamente testemunhal, ou mesmo em caso de revelia, determina a assinatura na CTPS e os recolhimentos das contribuições previdenciárias do período laboral reconhecido judicialmente. Atende, assim, aos ditames dos artigos 41, I, da CLT, que assim reza:

> A*rt. 40 - As Carteiras de Trabalho e Previdência Social regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente:* (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)*.*
> *I - Nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a emprêsa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço;* (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)*. Grifei.*[21]

Pois bem: a assinatura na CTPS, pelo critério normativo da CLT, serve para comprovar o tempo de serviço perante a Previdência Social, uma vez regularmente anotada - precisamente o tempo de serviço a que se refere o *caput* do artigo 55 da Lei 8.213/91. Apesar da sentença judicial trabalhista (declaratória da certeza da existência de uma relação jurídica e constitutiva de um direito), transitada em julgado, o Instituto Nacional de Previdência Social não a aceita para fins de contagem do tempo de serviço, mesmo que tenham sido recolhidas contribuições previdenciárias do período laboral reconhecido.

---

[21] Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 13/09/2010.

Invoca, para isso, o disposto no parágrafo 3º, artigo 55, da Lei 8.213/91, ou seja, alega que a comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

Veja-se que a sentença trabalhista - que declarou o tempo de serviço, determinou a anotação na CTPS e ordenou os recolhimentos das contribuições sociais - adotou prova exclusivamente material.

É neste ponto que entendemos haver um conflito de normas, uma *antinomia aparente* porque, no ordenamento jurídico, existem critérios para solucioná-las, isto é, as normas que podem ser usadas para resolver o conflito são integrantes do mesmo ordenamento jurídico interno.

Vejamos: a Lei nº 8.213/91, no art. 55, parágrafo 3º, ao limitar como prova idônea e lícita apenas a documental, ainda que seja um indício de prova documental, conflita com outra norma do mesmo ordenamento jurídico interno, que é a CLT, a qual admite a prova testemunhal como lícita e idônea para o reconhecimento do contrato de trabalho, no artigo 456:

> *Art. 456. A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da carteira profissional ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito. (Vide Decreto-Lei nº 926, de 1969). Grifei.*[22]

Trata-se de dispositivo que admite, como prova do contrato individual do trabalho (o qual tem a finalidade teleológica do cômputo do tempo de serviço) todos os meios de provas permitidos em direito, incluindo-se, por lógica, a prova testemunhal.

Poder-se-ia recorrer à subsunção destas normas antinômicas ao critério cronológico (*lex posterior derrogat legi priori*), ou seja, que deveria prevalecer sobre a anterior.

Ocorre que a Lei nº 11.457, de 2007 - ao acrescentar à CLT o parágrafo único ao art. 876, atribuindo competência material à Justiça Federal do Trabalho para executar *ex-officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido - não exclui a prova testemunhal como meio de prova do contrato de trabalho que vai gerar as contribuições previdenciárias a serem executadas de ofício.

O dispositivo legal (parágrafo único, artigo 876) refere-se às *condenações ou homologações de acordo.* Quando se refere às condenações, está indicando as sentenças. Quando se refere às homologações, está indicando as conciliações judiciais. No âmbito da CLT, as decisões judiciais são *sentenças, os acordos judiciais, e despachos*[23]*.* As conciliações homologadas são equivalentes às decisões judiciais de mérito, consoante o parágrafo único do artigo 831 da CLT.

---

[22] Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 13/09/2010.

[23] Na sistemática da CLT, são decisões judiciais: a) sentença, b) acordo judicialmente homologado, c) despachos. 1) As sentenças podem ser: a) de sentença de mérito, b) de sentença terminativa (sem resolução do mérito), c) de sentença de embargos (execução, penhora, terceiro, declaração, etc.), d) de sentença de impugnação aos cálculos, e) decisões interlocutórias (despachos com natureza de sentença), f) decisões definitivas (despachos com natureza de sentença de mérito). Diferentes são os despachos ordinatórios, cuja função processual é relativa ao impulso do processo, sendo, regra geral, praticado pelo servidor. 2) O acordo homologado judicialmente adquire o *status* de decisão irrecorrível em relação às parcelas trabalhistas, conforme o parágrafo único, art. 831 da CLT. Isto é, a conciliação homologada tem natureza jurídica de sentença de mérito.

Com efeito, tendo a Lei nº 11.457, de 2007 atribuído a competência material para a execução *ex-officio* das contribuições previdenciárias devidas em decorrência das decisões dos Juízes e dos Tribunais do Trabalho, está, a mesma, em última análise, recepcionando a sentença ou acordo judicial trabalhista, independentemente do meio de prova que se utilizou para fundamentar aquela decisão.

Por isso, é coerente juridicamente interpretar que a nova lei (nº 11.457/2007, parágrafo único, artigo 876 da CLT) deve prevalecer sobre a anterior (Lei 8. 213/91, art. 55, parágrafo 3º), visto que ocorreu derrogação, conforme o critério cronológico de solução de antinomia.

Apesar disso, o órgão governamental (INSS) continua utilizando-se do parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91 - com o mesmo argumento da inadmissibilidade da prova exclusivamente testemunhal à comprovação do tempo de serviço - para não aceitar os efeitos da coisa julgada material trabalhista (sentenças e acordos homologados) para fins da averbação do tempo de serviço.

O parágrafo 2º, art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro dispõe que "A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior".

Aqui, então, é importante e relevante destacar que a lei nova (nº 11.457/2007) não veio estabelecendo disposições gerais ou especiais a par da lei já existente (Lei 8.213/91), mas veio introduzir dispositivo específico de competência material à Justiça do Trabalho à execução de ofício das contribuições previdenciárias decorrentes de suas próprias decisões - competência que, na Emenda Constitucional 45/2004, adquiriu *status* constitucional na forma do artigo 114, incisos VIII e IX.

Por tudo isso, interpretamos que existe a *antinomia real* entre o parágrafo 3º, artigo 55, da Lei 8.213/91 e os artigos 41, I e 456 da CLT, e em face do parágrafo único, artigo 876 da CLT, este acrescentado pela Lei 11.457/2007.

3. Antinomia entre a norma inferior e princípios constitucionais da proteção social e do valor social do trabalho

Mas também a *antinomia aparente* aparece entre o parágrafo único, art. 55 da Lei 8.213/91 e o artigo 5º, LVI da Constituição Federal de 1988. Logo, tem-se uma antinomia real entre norma inferior e norma superior.

O artigo 5º, LVI da Constituição Federal de 1988 - incluído no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) - é, portanto, uma norma definidora de direitos e garantias fundamentais, o que lhe confere o privilégio constitucional de aplicabilidade imediata, pois assim está consagrado no parágrafo 1º, do referido artigo.

Dispõe o artigo 5º, LVI que "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos". Isto é, a norma constitucional admite todos os meios de prova em direito, apenas inadmite as provas obtidas por meios ilícitos, inidôneos, escusos, obscuros.

A testemunha é um meio legal de prova, por conseguinte, é também um meio hábil para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa, como bem assinala o artigo 332 do Código de Processo Civil.

Ora, pelo critério normativo de competências, cabe ao órgão julgador (juízes e tribunais) declarar se a prova (no caso, a testemunha) foi produzida por meio lícito ou ilícito. Não ao órgão administrativo. À medida em que o Poder Judiciário recepciona, em sua decisão, a prova testemunhal como idônea, lícita e válida à prova de determinado contrato de trabalho, e esta decisão transita em julgado, o órgão administrativo (INSS) não pode rejeitar tal decisão para fins de averbação do tempo de serviço, sob o manto do parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91.

Quando assim o faz, também provoca outro conflito de normas: o de uma norma inferior (parágrafo 3º, art. 55) em face da norma superior (a Constituição Federal), que consagra no inciso XXXVI, *in verbis:* "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Na ordem constitucional, a coisa julgada - "Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário" (art. 467 do CPC - aparece como princípio constitucional. Princípios são as bases estruturais de um sistema, ensina Wagner Balera. Sendo princípio constitucional, a coisa julgada material deve se articular em harmonia, com as normas, dentro do sistema. E a norma (no caso os art. 40, I, 456, e parágrafo único, art. 876 da CLT, c/c o art. 276, § 4º, do Decreto 3048/99) erigem, no sistema normativo, a proteção social, que é a finalidade teleológica do cômputo do tempo de serviço do segurado obrigatório, decorrente da decisão trabalhista.

O órgão previdenciário, assim, nem poderá alegar em seu benefício - para rejeitar os efeitos da coisa julgada contida na sentença ou acordo trabalhista que reconheceu o contrato de trabalho com base em prova testemunhal (para fins de averbação de tempo de serviço) - o disposto no artigo 472 do CPC.

E por quê? Porque o órgão recepciona os efeitos da mesma decisão (independentemente da prova exclusivamente testemunhal) para os recolhimentos das contribuições previdenciárias do período laboral reconhecido, consoante o parágrafo único, artigo 876 da CLT.

Ao recusar os efeitos da decisão trabalhista assentada em prova exclusivamente testemunhal, mesmo com o trânsito em julgado, para a contagem do tempo de serviço do trabalhador, o órgão oficial investido no parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91, acirra do ponto de vista teórico e prático o conflito com o princípio geral (e maior) do sistema de seguridade social, que é a proteção social, cujos fins últimos da seguridade social são o bem-estar e a justiça social, colimados no artigo 194 da Constituição Federal.

Disso exsurge também o conflito desta regra (parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91) com o fundamento ou princípio da República Federativa do Brasil, que é o valor social do trabalho (art. 1º, IV), à medida que o trabalhador que obteve a decisão judicial trabalhista com base em prova exclusivamente testemunhal terá negado, pelo órgão oficial, o cômputo deste período laboral no seu tempo de serviço. O parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91, portanto, conflita com o princípio do valor social do trabalho. É antinômico.

Por conseguinte, diante de tudo isso, não poderá, o órgão previdenciário, acirrar o conflito de normas, de um lado, acolhendo os recolhimentos previdenciários do período laboral advindos da decisão trabalhista, e, de outro, recusando a mesma decisão trabalhista para os fins de averbação do tempo de serviço, sob o manto do parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91.

Do ponto de vista normativo, a conduta que aceita as contribuições previdenciárias do período laboral declarado na decisão trabalhista sem questionar se a decisão teve por base prova exclusivamente testemunhal e, de outro lado, recusa a mesma decisão para fins de averbação do tempo de serviço, revela, em última análise, um desvio dos princípios gerais.

Para solucionar esse conflito entre a norma inferior e a norma superior (a Constituição), e seus princípios, do ponto de vista jurídico, os juízes e os tribunais do trabalho devem fazer prevalecer a norma superior, sob pena de institucionalizar a antinomia. Além disso, os Juízes e Tribunais do Trabalho podem e devem observar a finalidade teleológica da Lei (arts. 40, I, 456 da CLT, e 876, parágrafo único, acrescido pela Lei nº 11.457/91), que é, neste sentido, a soma do tempo de serviço pelo cômputo das contribuições previdenciárias apuradas e recolhidas ao órgãos previdenciário em nome e benefício do trabalhador segurado com a CTPS assinada.

Este é o espírito da lei, a propósito, contido no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro: "Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum". O "fim social", aqui, exprime a finalidade teleológica dos artigos 876, parágrafo único (Lei 11.457/2007) e dos artigos 40, I, e 456 da CLT. Isto é, a finalidade teleológica é a proteção social, pela via da inclusão previdenciária, com o cômputo do tempo de serviço do trabalhador segurado, o que conduzirá aos objetivos do bem-estar e justiça sociais do sistema de seguridade social, neste incluído o regime previdenciário.

Maria Helena Diniz leciona que "Sendo aparente a antinomia, o intérprete ou o aplicador do direito pode conservar as duas normas incompatíveis, optando por uma delas", adotando-se, para isso, qualquer um dos critérios (cronológico, hierárquico ou da especialidade)"[24]. Ou, em se tratando de decisão judicial, diante de duas normas em conflito pode-se: a) "rechaçar ou ter por não escrita uma delas, seja por ter o caráter especial em relação à outra, seja por revelar um desvio dos princípios gerais (interpretação ab-rogante); b) ter por não escritas as disposições incompatíveis, quando não existe antecedente ou razão válida preferir uma ou outra, de modo que a antinomia entre as duas as converte reciprocamente ineficazes, caso em que se tem uma lacuna de conflitos".[25]

Porém, o sentido de unidade e ordem interna do sistema jurídico não admite lacuna de conflitos, cabendo ao Poder Judiciário, pelos critérios de solução de antinomias no direito interno, revolver a antinomia para restaurar a consistência do ordenamento jurídico como sistema.

E, por "consistência - conforme ensina Tércio Sampaio Ferraz Jr. - "deve ser entendida a incoerência ou extirpação de antinomias, isto é, da presença simultânea de normas válidas que se excluem mutuamente".[26]

Conclusões

1. Existe antinomia aparente entre o parágrafo 3º, art. 55, da Lei 8.213/91 e os artigo 41, I e 456 da CLT, e em face do parágrafo único, do art. 876, acrescentado à CLT pela Lei 11.457/2007, porque aquele não admite a prova exclusivamente testemunhal para a contagem do tempo de serviço, enquanto os dispositivos celetistas a admitem.

2. Em face desta antinomia, a subsunção é, na hipótese judicial, declarar a exclusão da norma derrogada, ou optar pela norma afinada ao princípio teleológico da proteção social, no caso, o artigo 40, I e 356 da CLT, c/c o art. 276, 4º do Decreto nº 3048/99 e com o artigo 194 da Constituição Federal de 1988.

3. A Lei nº 11.457/2007, ao acrescentar o parágrafo único ao artigo 876 da CLT, atende ao princípio teleológico do *caput* do artigo 55 da Lei 8.213/91, que é o recolhimento das contribuições previdenciárias do período trabalhado e reconhecido na decisão trabalhista, para fins do cômputo do tempo de contribuição, na modalidade de recolhimento previsto no parágrafo 4º, art. 276 do Decreto 3049/99.

4. Pelo critério cronológico, também se resolve esta antinomia aparente isto é, pelo princípio da l*ex posterior derrogat legi priori*, que deve prevalecer sobre a anterior, por vigência do parágrafo único, artigo 876 da CLT, acrescido pela Lei 11.457/2007, em face do parágrafo 3º do artigo 55 da Lei 8.213/91.

5. A lei nº 11.457/2007, que atribui competência material à Justiça Federal do Trabalho às execuções *ex-officio* das contribuições previdenciárias do período laboral

---

[24] Maria Helena Diniz, In Conflito de normas, 2009:26.

[25] Idem, Cit. 2009:20.

[26] Tércio Sampaio Ferraz Jr., In Introdução ao Estudo do Direito, 2008:174.

reconhecido nas decisões trabalhistas, não exclui a prova testemunhal como meio de prova lícito à comprovação do tempo de serviço.

6. A Lei nº 11.457/2007 (art. 876, parágrafo único da CLT), como lei nova em relação à lei 8.213/91 (parágrafo 3º, art. 55), não estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existente, por isso ela não é incompatível com o disposto no parágrafo 2º, art. 2º, da LICC.

7. Também existe antinomia aparente entre o disposto no parágrafo 3º, art. 55, da Lei 8.213/91 e a norma superior (incisos LVI e XXXVI, art. 5º, da CF/88), à medida que aquele exclui a prova exclusivamente testemunhal como meio lícito para a comprovação do tempo de serviço em casos de decisões judiciais trabalhistas, enquanto a norma constitucional admite, como princípio fundamental, todos os meios de provas admissíveis em direito nos processos judiciais, incluindo-se, no rol, a prova testemunhal.

8. Do ponto de vista normativo, a conduta que aceita as contribuições previdenciárias do período laboral declarado na decisão trabalhista sem questionar se a decisão teve por base prova exclusivamente testemunhal e, de outro lado, recusa a mesma decisão para fins de averbação do tempo de serviço, revela um desvio dos princípios gerais da Lei 8.213/91.

9. Existe antinomia aparente entre o parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91 e o princípio geral (e maior) do sistema de seguridade social, que é a proteção social, cujos fins últimos da seguridade social são o bem-estar e a justiça social, colimados no artigo 194 da Constituição Federal.

10. Também existe antinomia entre o parágrafo 3º, art. 55 da Lei 8.213/91 e o princípio do valor social do trabalho, consagrado no artigo 1º, IV da Constituição Federal de 1988.

11. Por fim, compete, pelo critério normativo, ao Poder Judiciário, diante do conflito de normas, e ante o conflito de norma e princípios, apresentar a solução, adotando-se um dos critérios de soluções de antinomias existentes no direito interno.

Referências

BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social. São Paulo: LTr, 2009.

CANARIS, Claus W. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenklan, 2002.

CÓDIGO de Processo Civil. Lei Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973. Disponível em http://www.planalto.gov/br. Acesso em: 14/09/2010.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Organizador: Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho. DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 14/09/2010.

DINIZ, Maria Helena. Conflito de Normas. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. As lacunas no Direito. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEI DE INTRODUÇÃO ao Código Civil Brasileiro. DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. Disponível em http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 14/09/2010.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito. São Paulo: Malheiros, 2009.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2010.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: WMF Martins, 2010.

ENXERGANDO O FUTURO PELA LENTE DO PASSADO: É POSSÍVEL APLICAR A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA PELO RISCO DA ATIVIDADE NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO?[1]

Ney Stany Morais Maranhão[2]

1. Introdução

Sejamos diretos: afinal de contas, o que nos autorizaria aplicar a responsabilidade civil *objetiva* pelo risco da atividade (CC, artigo 927, parágrafo único[3]), no âmbito dos acidentes laborais, mesmo sendo sabedores que a Constituição Federal, expressamente, fixa a responsabilidade civil *subjetiva* do empregador para tais situações (artigo 7º, inciso XXVIII[4])? Esses preceitos são verdadeiramente inconciliáveis? Tais são questionamentos que trazem à baila uma das mais polêmicas discussões jurídicas da contemporaneidade.

Nesta breve reflexão, gostaria de frisar, em meio a essa acirrada polêmica, apenas um enfoque da coisa, uma ótica específica, que, de algum modo, propicia que se enxergue aquilo que, a meu ver, representa o genuíno sentido do referido preceito constitucional, demonstrando, ainda, por via de consequência, que essa é uma das disposições normativas mais mal compreendidas do ordenamento jurídico pátrio.

Meu propósito será o de pontuar um viés hermenêutico que tem o condão de **retirar** qualquer obstáculo para a atual aplicação, no âmbito da realidade acidentária laboral, daquela vanguardeira cláusula de responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade, isso sem qualquer afronta àquele comando constitucional. Muito pelo contrário, a conclusão que propugno até provará que, em assim praticando, o operador do Direito

---

1 O presente texto materializa o conteúdo de palestra proferida pelo autor junto ao 7º Simpósio do TRT da 12ª Região (SC): *Meio Ambiente do Trabalho - Ações e Responsabilidades*, realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2010, na bela cidade de Florianópolis/SC.

2 *Ney Stany Morais Maranhão* é Juiz Federal do Trabalho Substituto junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região (PA/AP). Graduado (2002) e Mestre (2009) em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Università di Roma - La Sapienza (2011). Professor Substituto do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), Professor Mestre do Curso de Direito da Faculdade do Pará (FAP) (licenciado) e Professor Colaborador da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região (PA/AP). Membro (Pesquisador) do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Junior (IBDSCJ) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA). Autor do livro: "**Responsabilidade Civil Objetiva pelo Risco da Atividade: Uma Perspectiva Civil-Constitucional**", 7ª obra da Coleção em homenagem ao Prof. Rubens Limongi França, São Paulo: Editora Método, 2010. Coordenador da Obra: "**Contemporaneidade e Trabalho: Aspectos Materiais e Processuais**", Coletânea em Homenagem aos 30 Anos da AMATRA 8, São Paulo: Editora LTr, 2011. Articulista em diversos periódicos especializados.

3 CC, artigo 927, parágrafo único: "Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem" (grifei).

4 CF, artigo 7º, XXVIII: "Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social..." XXVIII - "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa" (grifei).

do Trabalho estará mesmo dando concretude aos mais elevados anseios constitucionais, inclusive dando continuidade a um quase imperceptível fluxo protetivo que a história evidencia e a própria Constituição Federal, captando-o, longe de desejar rompê-lo, em verdade fomentou a sua contínua propagação. Vejamos.

2. Teoria geral da responsabilidade civil: rápidas pinceladas sobre a contundente transição de paradigmas hoje vivenciada

Hodiernamente, não há como tratar de responsabilidade civil sem ter uma mínima noção acerca da iniludível mudança de paradigmas que tem vigorado nesse fantástico campo do conhecimento. Verdadeiramente, as transformações, por aqui, têm sido mesmo viscerais.

Quando centramos nosso foco no **paradigma clássico** da responsabilidade civil, a primeira coisa que vem à mente é a relevante circunstância de que sua base normativa precípua era o *Código Civil*. O ponto de vista, portanto, era *infraconstitucional*, com ênfase no valor *liberdade*. De fato, como expressão do ideário liberal, a preocupação maior do ordenamento jurídico de então estava em conferir livre trânsito aos particulares imersos na sociedade, reprimindo tão-somente aqueles que, por algum motivo, viessem a abusar dessa portentosa liberdade legalmente fomentada. Logo, à época, o pressuposto de qualquer indenização era o *dano ilícito*. Corolário de uma ótica estritamente *patrimonial*, acentuava-se, nesse contexto, a *tutela jurídica da propriedade*, exsurgindo como critério legitimador do dever de reparar a *culpa* - materialização jurídica daquele abuso de liberdade. Percebe-se, portanto, que, no fundo, toda essa engrenagem jurídica de reparabilidade existia justamente para prestar clara devoção à figura do *ofensor*, mais precisamente quanto à *possível reprovabilidade de sua conduta*.

Atualmente, no âmbito do **paradigma contemporâneo** da responsabilidade civil, o cenário da reparação de danos se transmuda sobremaneira. A começar por sua base normativa, que passa a ser a *Constituição*. Excelente transição, já que o ponto de vista, agora, parte dos nobres ares *constitucionais*. O valor preponderante, nessa atual formatação, é a *solidariedade*. Naturalmente, a ótica passa a ser eminentemente *existencial*, porquanto seu alvo é a *tutela jurídica da dignidade da pessoa humana*, despontando como critério legitimador o *risco*. Prescinde-se do dano ilícito. Nestes novos tempos, o que importa é refrear a existência do chamado *dano injusto*, evitando que pessoas inocentes suportem os efeitos drásticos de lesões para cuja existência em nada contribuíram, mas cuja ocorrência é propiciada pelos riscos naturalmente suscitados pelo exercício de uma atividade lícita. Infere-se que o sistema, à luz desse novel paradigma, está todo ele se inclinando em direção à *vítima*, mais precisamente quanto à *efetiva reparabilidade de seu dano*.

Eis, então, nesse quadro, algumas rápidas pinceladas sobre a moldura que tem sido construída nos últimos tempos, no que respeita à teoria da reparação de danos. E, de minha parte, reputo que a compreensão desse novo tempo é fator primordial para a escorreita assimilação daquilo que pretendemos gizar mais à frente.

3. Responsabilidade civil objetiva e a realidade juslaboral: sintonizando-se com a tendência normativa de cada vez mais ampla proteção da vítima

Quando se estuda o raio de alcance normativo do artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal, regra geral o ponto de concentração se cerra na própria literalidade desse dispositivo, em si mesmo considerado. Fechando outras possibilidades, grande parte dos intérpretes pretende extrair dele - e somente dele - a grande razão de sua existência. E quando optamos por nos valer dessa ótica estreita, a consequência natural é que assimilemos, da mesma forma, uma visão míope da realidade.

Não tenho qualquer dúvida em afirmar que tal dispositivo constitucional, quando analisado à luz de uma interpretação meramente gramatical, certamente nos conduzirá

à tese da inaplicabilidade de qualquer outro preceito que, contrariando sua dicção, firme responsabilidade *objetiva* do empregador pelos danos causados a empregado, por força de acidentes de trabalho.

Daí o porquê de, aqui, tentar lançar algum estímulo a que se estenda o raio de alcance de nossa visão, vendo para bem além da aparência das coisas. Proponho, com isso, que nossos limites de compreensão sejam dilatados, para que, através de um rápido mergulho na história, passemos a usufruir de um ponto de vista, quem sabe, bem mais apurado e consentâneo com a verdade dos fatos que circundam o objeto de nossa reflexão.

Nesse afã, o pressuposto do meu raciocínio está no reconhecimento de um **fato**, quase sempre desprezado nesse relevante debate. **Refiro-me à histórica tendência normativa de cada vez mais ampla proteção da vítima, seja no que refere à teoria da reparação de danos, como um todo, seja no que concerne à responsabilidade civil do empregador, em particular.**

Perceba-se que, no início de tudo, o **Decreto n. 24.637/1934**, em seu artigo 12, expressamente isentava o empregador de qualquer responsabilidade civil no tocante a danos ocorridos a seus empregados, no ensejo de acidentes de trabalho. Ou seja: o primeiro regramento legal atinente ao tema, surgido na longínqua década de 30 do século passado, pontuava a incrível regra de que o empregador estava inteiramente abonado de qualquer dever de reparação no âmbito da esfera cível. Bastava aquela módica indenização acidentária de então. Não havia qualquer preocupação na busca de uma reparação plena, integral, da vítima. Imperava, assim, na esfera cível, a **irresponsabilidade** do empregador.

Um pouco mais de tempo e adveio nova disposição jurídica cuidando de tão delicada questão. Trata-se do **Decreto n. 7.036/1944**, cujo texto de seu artigo 31 inaugurou a responsabilidade do empregador, porém apenas quando existente a estreita hipótese do **dolo**. De qualquer forma, ocorreu um avanço, mesmo que tímido. Afinal, saímos do plano da total irresponsabilidade para a responsabilidade mitigada, ainda que assaz reduzida àqueles casos pontuais, marcados pela escancarada e flagrante intenção patronal de prejudicar o obreiro.

Não durou muito e os aplicadores do Direito, em face da crueldade vivenciada nas relações trabalhistas - cuja marca era o total desrespeito à dignidade humana do trabalhador -, hastearam a importante bandeira da humanização do elo *capital-trabalho*. Um dos reflexos dessa linha de pensamento foi justamente a defesa de um abrandamento dos rigores da lei, passando a admitir a tese da responsabilidade civil patronal quando da ocorrência da chamada *culpa grave*, instituto um tanto quanto aproximado à figura do dolo. Nessas situações, no franco desiderato de tutelar a vítima de danos injustos, doutrinadores e magistrados passaram a produzir artigos e peças jurídicas afrontando, de forma acintosa, a letra da lei, trazendo à baila, através de uma artimanha jurídica - a sutil equiparação entre dolo e culpa grave -, incômodas reflexões sobre a necessidade de se avançar um pouco mais na matéria, a ponto de se admitir que também no caso de culpa horrenda, recaísse sobre o empregador o dever de reparar civilmente o trabalhador.

Como certa feita consignou o notável Professor Caio Mário da Silva Pereira, a necessidade de socorrer a vítima, no campo da responsabilidade civil, fez com que doutrina e jurisprudência sempre estivessem marchando adiante dos Códigos... Não à toa a próxima etapa desse quase imperceptível fluir protetivo é exatamente um fruto dessa inteligente assertiva. Em 1963, o Supremo Tribunal Federal, de forma flagrantemente pró-ativa, após intenso debate científico e grandiosa maturação intelectual, ousou publicar sua **Súmula 229**, que reza: "A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador" (grifei). Uma corajosa deliberação *contra legem*, porém marcantemente *intra jus*. Entre a lei e a justiça, abraçou-se a última. Antes, a *irresponsabilidade*; depois, a responsabilidade em caso de *dolo*; agora, inclui-se como fator legitimador do dever de reparar, em afronta à clara disposição legal então vigente, a *culpa*. Mas não qualquer modalidade de culpa: apenas a **culpa grave** - pontue-se bem.

Mais de duas décadas se passaram e uma nova ordem constitucional surgiu. Chegamos, enfim, a 1988. Ano da Constituição Cidadã. Chega o momento de imprimir mais um passo nessa crescente trajetória consistente na paulatina maximização do grau de responsabilidade afeto ao patronato, no que respeita aos danos suscitados a seus empregados, nos casos de acidentes de trabalho. A rigor, por eleger a dignidade da pessoa humana como seu epicentro axiológico (artigo 1º, III), lastreando-se na solidariedade como um de seus vetores de comportamento (artigo 3º, I), outro rumo não poderia se esperar da Carta Constitucional de 1988 senão que, no mínimo, viesse a conferir mais um avanço nesse espectro de contínua proteção da vítima, aqui, mais precisamente, quando travestida da faceta de trabalhador. Era a mais básica expectativa que se poderia nutrir em face de sua elevada carga de preocupação com a dignidade humana e, por consequência, com as vítimas de danos injustos, pessoas que, durante longo e tenebroso inverno, sempre se viram forçadas a assumir, sozinhas, prejuízos para os quais sequer tinham contribuído.

E esse passo avante se materializou com o **artigo 7º, inciso XXVIII, da CF/88**, quando dispôs serem direitos dos trabalhadores, urbanos e rurais, o "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, *sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa*" (grifei). Embora, à primeira vista, não pareça, a verdade é que esse texto constitucional representou mais um importantíssimo avanço na teoria juslaboral da reparação de danos.

Note-se, por primeiro, a circunstância de que esse proveitoso regramento jaz no bojo da mais altaneira das esferas de normatização jurídica, a saber, a Constituição Federal, a demonstrar, com isso, o distinto relevo que o assunto tem nutrido para com a sociedade brasileira.

Ademais, o citado dispositivo manteve a boa linha de garantir ao trabalhador, para além da clássica indenização acidentária, prestada pelo órgão previdenciário, também uma indenização civil, arcada pelo ente patronal, mantendo, assim, a construção inaugurada pelo Decreto n. 7.036/1944. Entretanto, foi bem além, ao prever, de modo expresso, que essa responsabilidade se impõe não apenas nos casos de dolo, mas também nos de culpa, no que se aproximou do estágio até então fixado pela Suprema Corte brasileira. Todavia, o preceito constitucional, também aqui, ousou ir bem mais longe, quando, sobrelevando o modelo jurisprudencialmente implantado pelo STF - através de sua Súmula 229 -, estabeleceu que tal dever de reparação estaria legitimado aquando da ocorrência de simples culpa, desta feita sem qualquer qualificativo restritivo. Ou seja: **culpa, *tout court***, **pouco importando seu grau**. Quer dizer: a Constituição Cidadã, na esteira de seus pilares existenciais, de pleno resguardo da dignidade humana, promoveu um representativo impulso nesse prodigioso fluxo protetivo de crescente tutela dos interesses da vítima, afirmando que para que a reparação patronal pudesse ser exigida, bastava houvesse culpa, ainda que leve ou mínima. Eis, então, o avanço, cujo núcleo é preciso captar.

Pergunto: **a Constituição Federal, a norma ápice de nosso sistema jurídico, densificadora das mais valiosas aspirações do povo brasileiro, teria verdadeiramente limitado a responsabilidade civil do empregador aos casos em que este incorre em *dolo/culpa*? Afinal de contas, teria nossa Carta Constitucional sido rigorosa ou prodigiosa na regência de tão delicado tema? Não haveria mesmo qualquer espaço ou brecha, mínima que seja, no tocante ao assunto, para permitir a assimilação do fator *risco*, ainda que em caráter meramente excetivo?** Infelizmente, grande parte dos arrazoados doutrinários e sentenciais trilham o caminho da Constituição ranzinza, cinzenta, taxativa, partindo da tese que sustenta o intuito indiscutivelmente restritivo da Carta Cidadã.

Mas é aí que está o erro. Creio, piamente, que é exatamente aqui, neste ponto, o âmago do debate, o ponto nodal da discussão. Isso porque tal discurso está assentado em um escancarado equívoco. Qual? **Parte-se do pressuposto de que a Constituição Federal de 1988, no artigo 7º, inciso XXVIII, teria restringido o âmbito de**

responsabilidade do empregador, no que tange aos danos decorrentes de acidentes laborais, quando, na verdade, como vimos há pouco, a Carta Magna ampliou consideravelmente o espectro dessa responsabilidade. Não há como negar: conforme tenho relatado, quanto à dita responsabilidade civil do empregador, a Constituição Federal, no fundo, nunca pretendeu **estreitar**, mas, sim, **alargar** seus contornos. Longe de buscar **fechar**, pretendeu **abrir** as portas da crescente reparabilidade, em prol da máxima tutela da vítima. Permitam-me o recurso linguístico: na hora de cuidar dessa questão, nossa Constituição não franziu a testa; ela, ao revés, liberou um largo sorriso...

Por isso, para mim, só é possível uma correta interpretação do inciso XXVIII, do artigo 7º, da CF, se, necessariamente, assimilarmos essa espécie de consideração.

Porém, ainda existe algo mais a considerar. E não se trata de um elemento meramente secundário. Cuida-se, na verdade, de outro fator que reputo como essencial para nossas considerações.

Todos conhecemos a consagrada orientação hermenêutica que assevera que os incisos devem ser lidos à luz da cabeça do dispositivo. Pois bem. O artigo 7º, da Constituição Federal - onde está alojado o já referido inciso XXVIII - possui um *caput* que é formado por duas regras jurídicas. A primeira anuncia que está estabelecendo um rol de direitos; a segunda, que esse rol deve ser ampliado. A primeira é proclamada em vista do *presente*; a segunda, em vista do *futuro*. É patente, portanto, que a enumeração de direitos elencados no artigo 7º da Magna Carta é exemplificativa, afigurando-se flagrantemente *numerus apertus*. Eis seu texto: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais **(1ª regra)**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social... **(2ª regra)**".

A segunda regra se erige como um postulado de fomento à crescente construção de posições jurídicas tendentes a otimizar o padrão de vida do trabalhador. O destinatário desse preceito é todo aquele que possa, de alguma forma, contribuir para a elevação da condição social do obreiro. Logo, os instrumentos para efetivação desse comando são múltiplos, passando pelas mãos do legislador, do juiz ou de qualquer outro ente, privado ou público, pessoa física ou jurídica, que, de alguma forma, detenha o condão de participar ou mesmo influenciar, direta ou indiretamente, no contexto empregatício.

Aqui, convenço-me que o Código Civil de 2002, ao estatuir uma cláusula geral de responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade (artigo 927, parágrafo único), trouxe ao cenário jurídico uma disposição altamente útil para esse desiderato de aprimorar a condição social do trabalhador, já que no mundo hodierno há diversas atividades empresariais cuja execução implica natural indução do obreiro a riscos mais acentuados que aqueles suportados pelos demais membros da sociedade. Noutras palavras: ao garantir a plena reparabilidade dos danos ocasionados aos obreiros, decorrentes do risco que sua dinâmica laborativa lhes impõe, por certo esse dispositivo cível se encaixa como uma luva no anseio constitucional de contínuo fomento à melhoria da condição social do trabalhador. **Há, portanto, uma íntima conexão técnico-axiológica entre o artigo 7º, *caput*, da Carta da República, e o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, claramente lavrada na ambiência do paradigma contemporâneo da responsabilidade civil.**

Ao contemplar essa ligação jurídica, exsurge a oportunidade de se ofertar mais um avanço naquele fluxo protetivo do trabalhador, que, como vimos, foi ampliado pelo texto constitucional. **O que quero dizer é que nossas disposições constitucionais, quando consideradas com mais vagar, revelam-nos não apenas o objetivo de ampliar o espectro de responsabilidade cível do empregador, diante dos prejuízos ocasionados a seus empregados em acidentes laborais, mas também nos comunicam, expressamente, um estupendo estímulo a produções jurídicas outras que propaguem ainda mais esse fluxo protetivo, em atenção ao comando de se elevar, cada vez mais, ao longo do tempo, a condição social do cidadão trabalhador, enquanto expressão de tutela da sua dignidade humana (CF, artigo 1º, III) e dos**

valores sociais do trabalho (CF, artigo 1º, IV, artigo 5º, *caput*, artigo 6º, *caput*, artigo 170, *caput* e artigo 193).

Não poderia deixar de aqui mencionar que o artigo 7º, *caput*, *in fine*, da Carta da República, representa tão-somente a expressão específica de um comando muito maior, também visualizado no bojo da tessitura constitucional. É algo como uma ***cláusula específica*** de fomento ao contínuo processo de avanço das condições sociais de vida. E onde estaria a ***cláusula geral***? Está situada no artigo 5º, § 2º, da *Lex Legum*, assim vazado: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição *não excluem outros* decorrentes do regime e dos *princípios* por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte" (grifei).

Portanto, ambas incorporam notáveis cláusulas jurídicas que **impelem a continuidade** desse interessante fluxo normativo tendente à contínua proteção do trabalhador, de modo a legitimar, na atual quadra da história, a assimilação dessa nova proposta legislativa, lastreada, agora, tão-só na ideia de *risco*, encarado enquanto fator de elevação da condição social obreira.

4. Conclusão

Infere-se, portanto, desse quadro, que a Constituição Federal, no tocante ao tema da melhoria das condições de vida das pessoas, nunca esteve fechada, nunca contingenciou, nunca se retraiu, **senão que, ao revés, estimulou o contínuo processo de criação de novas situações jurídicas ou mesmo novas disposições legais, desde que sua essência esteja voltada para a elevação do patamar social do homem trabalhador.**

Ora, quando partimos desse plano e fitamos a questão debaixo dessa luz, rompe-se, por completo, aquele tormentoso empecilho dogmático tão comumente ventilado para negar aplicação, ainda que em caráter excetivo, a qualquer outra disposição legal que imponha responsabilidade civil *objetiva* ao patronato, como aquela constante do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil vigente. Verdadeiramente, se, no específico desse tema, propalarmos essa visão algo que ampliativa das motivações constitucionais, em detrimento da aparente feição restritiva de sua expressão gramatical, então teremos descortinada, diante de nossos olhos científicos, uma bela e larga estrada cuja direção conduz para a crescente preocupação com a *vítima* e a gradual potencialização da *integral reparabilidade de seus danos*. Chegou o momento de despertar, pois é nesse sentido que os ventos há muito andam soprando...

Aplicar no âmbito juslaboral a responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade, tal qual constante do artigo 927, parágrafo único, do CC, não importa em afronta ao texto constitucional. Muito pelo contrário, representa o cumprimento de suas metas, o atendimento de seus anseios. Não vai *de* encontro, mas *ao* encontro do artigo 7º, XXVIII, da Carta da República. Aliás, não só desse dispositivo, mas também do *caput* do artigo 7º, do artigo 5º, § 2º, e quantos mais outros tantos se queira pinçar e que, ontologicamente, destinam-se a melhorar a condição humana, razão de ser do Direito, do Estado e da própria sociedade. Enfim, se levamos a **Constituição Federal** e sua **força normativa** a sério, essa aplicabilidade nem mesmo constitui uma *opção*; é uma verdadeira *obrigação*.

O que defendi não é inédito. Grandes doutrinadores já o destacaram. Incomoda-me, porém, a falta de eco científico desse argumento. Daí o porquê de sublinhá-lo, neste específico arrazoado.

Pondero, por fim, que quando centramos nossa vista na literalidade do artigo 7º, inciso XXVIII, da Magna Carta, ficamos em um vale, bloqueados, sem ter para onde ir. Mas, quando nos alçamos a um campo de visão mais amplo, fitando a história naquilo que ela nos tem oferecido, nosso horizonte se amplia e entrevemos melhor os enormes desafios que o futuro nos impõe e os valiosos instrumentos que o Direito nos fornece.

Dizem que recordar é viver.

Aqui, no nosso caso, recordar também é interpretar.

A PARTILHA DO ÔNUS DA PROVA ENTRE AS PARTES NOS PEDIDOS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

Xerxes Gusmão[1]

INTRODUÇÃO

Um dos fundamentos mais frequentemente mencionados da relação de emprego é a liberdade na origem da celebração deste negócio jurídico, fato que enseja, como consequência lógica, o caráter sinalagmático e comutativo do contrato de trabalho.

Este caráter, apesar de oriundo do direito material, é comumente trazido para a seara do direito processual do trabalho, na qual se parte do pressuposto de que cada uma das partes da lide teriam o dever de comprovar os fatos que alegam.

Partindo-se deste pressuposto, chega-se, no caso concreto dos pedidos de adicional de insalubridade e de periculosidade, a um relevante impasse, representado por esta partilha do ônus da prova: como o trabalhador conseguirá, diante da sua hipossuficiência, comprovar que laborava em condições insalubres ou perigosas? Como custear a perícia necessária para a comprovação destes agentes nocivos?

A resposta a estas perguntas representa um dos maiores desafios atuais do processo do trabalho.

DO ÔNUS DA PROVA

Já tradicional é a definição, em sedes doutrinária e jurisprudencial, acerca do conceito de ônus da prova nos processos comum e do trabalho, tendo por base dois artigos: o artigo 818 da CLT, que estipula que incumbe a quem alega o fato realizar a prova do mesmo, e o artigo 333 do CPC, que exige, da parte do autor, a prova do fato constitutivo do seu direito, e do réu, a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Nesse sentido o seguinte trecho da lavra do ilustre doutrinador Carlos Henrique Bezerra Leite:

> Em linha de princípio, as partes têm o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no evolver da relação processual[2].

Esta definição tradicional, que transmite uma ideia perene de justiça, por muito tempo viu-se aplicar sem maiores dificuldades, sendo comum se verificar, nos julgados, menção expressa à mesma, especialmente no que concerne à divisão do ônus da prova contida no artigo 333 do CPC.

Sucede que este reinado inconteste da tradicional partilha do ônus da prova passou a ser, recentemente, questionado, sendo, com cada vez mais frequência, posto em xeque por vozes abalizadas da doutrina e da jurisprudência.

---

[1] Mestre e Doutor em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Juiz Federal do Trabalho da 8ª Região.

[2] BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011, p. 594.

DO CDC

Elemento essencial para o surgimento desta corrente, questionando a aplicação da partilha tradicional do ônus da prova, foi a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, a Lei 8078/90, que previu, no seu artigo 6°, VIII, a possibilidade de inversão do ônus da prova.

Era o início de uma nova era do ônus da prova.

É bem verdade que, de início, como ocorre com qualquer mudança de parâmetros, houve notável resistência a esta regra do CDC, inclusive no âmbito da relação de consumo, não tendo sido raras as vozes contrárias a esta inversão de valores já sedimentados no universo jurídico nacional.

Pouco a pouco, contudo, as resistências foram cedendo, passando a ser quase unânime a aplicação desta inversão do ônus da prova na relação de consumo, tendo por base a hipossuficiência do consumidor, o que findou por estender os efeitos a outros ramos do direito.

DA APLICAÇÃO ANALÓGICA

Sedimentada no âmbito da relação de consumo, esta inversão do ônus da prova passou a ser evocada por autores e operadores do direito de outros ramos do Direito, que passaram a postular a aplicação analógica da regra contida no artigo 6°, VIII do CDC para estas outras áreas.

Nota-se, nesse sentido, com especial relevo a área trabalhista, na qual foi natural a comparação da hipossuficiência do consumidor com a do trabalhador, fato que reforçou os argumentos dos que sustentavam a inversão do ônus da prova no processo do trabalho, desde que difícil a produção da prova pelo trabalhador.

Novamente tendo de passar por forte resistência das alas mais conservadoras da doutrina e jurisprudência, esta aplicação analógica viu-se, com o tempo, ser cada vez mais evocada para resolver problemas concretos do processo trabalhista, sendo defendida por parcelas significativas das doutrina e jurisprudência trabalhistas, como o doutrinador Mauro Schiavi, *in verbis*:

> Segundo a regra geral de divisão do ônus da prova, o reclamante deve provar os fatos constitutivos do seu direito e o reclamado os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor (arts. 818 da CLT e 333 do CPC). No entanto, há a possibilidade, em determinadas situações, de o juiz inverter esse ônus, ou seja, transferir o encargo probatório que pertencia a uma parte para a parte contraria. Desse modo, se ao autor pertence o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, ele se transfere ao réu, ou seja, o réu deve comprovar a inexistência do fato constitutivo do direito do autor[3].

Resta evidente, desse modo, que a regra tradicional da partilha do ônus da prova não mais se aplica de modo absoluto, devendo comportar algumas adaptações para melhor resolver o caso concreto.

[3] SCHIAVI, Mauro. **Provas no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010, p. 55.

DA FLEXIBILIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

Se a inversão do ônus da prova já representou inexorável avanço, hoje o cenário apresenta uma nova etapa desta questão.

Atingiu-se, após este início de aplicação analógica da inversão do ônus da prova, uma tendência mais moderna que abandona os laços originais com o ônus da prova do CDC, passando a sustentar, no próprio processo do trabalho ou mesmo no processo comum, a flexibilização do ônus da prova.

Trata-se da tese que vem sendo denominada pela doutrina especializada de Teoria da Carga Dinâmica da Prova, segundo a qual, tendo em vista os princípios fundamentais da nossa República do acesso à Justiça[4], da efetividade do processo[5] e da isonomia processual[6], o ônus da prova possui como regra geral a tradicional partilha supra mencionada, mas, em casos de notória desigualdade entre as partes na produção da prova, pode-se inverter o ônus da prova para determinados fatos, reequilibrando uma relação desequilibrada na origem.

Relevante citar o seguinte trecho de obra específica sobre o tema, *in verbis*:

> Portanto, sob a denominação de "cargas probatórias dinâmicas" conhece-se uma nova doutrina que trata de flexibilizar a rigidez das regras de distribuição do ônus da prova e da conseqüente dificuldade que a aplicação das mesmas apresenta em certos casos, principalmente naqueles em que se verifica uma prova excessivamente onerosa, ou até mesmo "diabólica", para uma das partes, na medida em que o outro litigante se encontra em melhores condições fáticas, técnicas, profissionais e econômicas para levar a prova ao juiz[7].

Em vez de se aplicar a regra tradicional, o que se realiza, no caso concreto de desigualdade, é atribuir-se à parte em melhores condições de comprovar aquele fato o ônus de comprová-lo, retirando este ônus da parte mais frágil, menos capaz de produzir esta prova.

DOS PEDIDOS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE E DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Interessante exemplo desta situação é o dos pedidos de adicional de insalubridade ou de periculosidade na Justiça do Trabalho.

Seguindo os parâmetros tradicionais de partilha do ônus da prova, por se tratar de fato constitutivo do direito autoral, o texto consolidado estipulou, no seu artigo 195, a necessidade da prova das condições insalubres ou perigosas por meio de prova pericial.

Consequência lógica desta previsão legal, em caso de ausência de prova deste trabalho insalubre ou perigoso, presume-se a ausência dos referidos agentes nocivos.

Ocorre que, apesar de aparentemente legítima, esta regra revela-se, em muitos casos concretos, extremamente injusta, pois inviabiliza o pedido de adicional de insalubridade ou periculosidade por parte de trabalhadores sem meios financeiros para pagar a perícia.

---

4 Conforme previsão do artigo 5°, XXXV da CF/88.

5 Na forma do artigo 5°, LIV e LV da CF/88.

6 Previsto pelos artigos 5°, I da CF/88 e 125, I do CPC.

7 ZANETI, Paulo Rogério. **Flexibilização das regras sobre o ônus da prova**. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 120.

É bem verdade que se argui, com frequência, em sentido oposto a esta alegação, que o trabalhador beneficiário da justiça gratuita faz jus ao pagamento dos honorários periciais através de verba da União destinada para este fim.

Ocorre que esta verba, efetivamente existente, normalmente é limitada pelos tribunais do trabalho a valores muito abaixo do mercado, o que afasta a grande maioria dos peritos deste tipo de perícia, custeada com recursos da União, tornando difícil ou mesmo impossível a prova a ser produzida pelo trabalhador.

Deve ser ressaltado, ademais, o fato de que o juiz do trabalho não pode determinar, segundo entendimento majoritário, a antecipação dos honorários periciais pela empresa, decisão considerada como passível de ataque por meio de mandado de segurança[8].

A situação concreta que se apresenta para este juiz do trabalho, portanto, é a seguinte: há um pedido de adicional de insalubridade ou de periculosidade, a empresa se recusa a custear os honorários periciais, pois entende como não configurada a hipótese devida do adicional, e o juiz não pode determinar a antecipação destes honorários pela empresa, pois esta decisão pode e provavelmente será anulada pelo TRT, em sede de mandado de segurança.

Inviável, igualmente, a determinação da realização da perícia a ser custeada pela verba da União, pois os peritos sabem que esta verba, alem de reduzida, tarda muito a ser paga, recusando-se a assumir o encargo que se lhes oferece.

Poucas alternativas restam, desse modo, a este juiz do trabalho, ao menos pelas regras tradicionais de partilha do ônus da prova.

DA CARGA DINÂMICA DA PROVA COMO SOLUÇÃO

Há, todavia, uma solução possível e bastante eficaz para este problema concreto: a aplicação da teoria da carga dinâmica da prova, por meio da qual o juiz inverte o ônus da prova do referido pedido de adicional, atribuindo à empresa o ônus de comprovar que o trabalho do empregado não era insalubre ou perigoso, sob pena de presunção da existência deste agente nocivo.

Note-se que, dessa forma, o juiz do trabalho resolve a situação sem prejudicar qualquer das partes: a prova se torna possível para o trabalhador, pois a empresa terá interesse em realizar a prova e custear os honorários periciais, sob pena de ver configurado o trabalho insalubre ou perigoso, não sendo o empregador prejudicado, pois permanece com o seu legítimo direito de produzir a prova de que o trabalho do seu empregado não era insalubre ou perigoso.

Trata-se, portanto, de um exemplo típico de aplicação adequada e eficaz da teoria da carga dinâmica da prova, solucionando um problema concreto e frequente da realidade do processo do trabalho. Solução que não pode ser buscada, repise-se, pela teoria tradicional do ônus da prova, que enseja, como mencionado, um impasse no caso concreto.

Insta destacar, ademais, que a aplicação desta teoria não representaria uma inversão completa de valores, pois a regra tradicional de partilha do ônus da prova restaria aplicável à maioria dos casos, justificando-se a aplicação da teoria da carga dinâmica da prova somente nos casos em que a teoria tradicional se revele inadequada ou insuficiente para a justa solução da lide.

Nesse sentido o seguinte trecho de Paulo Zaneti:

> Importante ressaltar, até aqui, que a teoria da carga dinâmica da prova não afasta a aplicação das regras

[8] Posição já sedimentada no TST, por meio da sua OJ 98 da SDI-2 do TST.

> clássicas de distribuição do ônus da prova, na maioria das vezes fundadas na posição processual das partes e na natureza dos fatos a serem provados. Essa teoria apenas repreende e critica o engessamento, a imobilidade, dessas regras em determinadas situações específicas nas quais as partes se encontrem em dificuldade de se desincumbir de seu ônus de provar[9].

Adéqua-se esta solução, perfeitamente, a um dos princípios diretores do processo do trabalho: o da busca da verdade real, que não pode ser menoscabado por uma aplicação rígida da regra tradicional de partilha do ônus da prova.

CONCLUSÃO

Conclui-se do supra exposto que a teoria tradicional da partilha do ônus da prova, apesar de justa e adequada na maioria dos casos, revela-se ineficaz em algumas situações concretas, como a de pedidos de adicional de insalubridade ou de periculosidade, nas quais se justifica, em sua inteireza, a aplicação de uma nova teoria: a da carga dinâmica da prova, por meio da qual se pode solucionar aquele problema e garantir ao jurisdicionado o que a Constituição Federal lhe assegura, uma justa composição da lide[10].

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

CHAVES, Luciano Athayde (org.). **Curso de Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: GEN, 2009.

SCHIAVI, Mauro. **Provas no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Manual de Audiência na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

ZANETTI, Paulo Rogério. **Flexibilização das regras sobre o ônus da prova**. São Paulo: Malheiros, 2011.

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 5452-43 (Consolidação das Leis do Trabalho).

BRASIL. Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

---

[9] ZANETI, Paulo Rogério, op. cit., p. 119.

[10] Como previsto pelo artigo 5°, LIV da CF/88.

AS ANTINOMIAS DO ARTIGO 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
Um contraponto à doutrina dominante.

*Everaldo Gaspar Lopes de Andrade**

SUMÁRIO. 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA 2. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL *VERSUS* OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE 3. UNICIDADE *VERSUS* PLURALISMO SINDICAL 4. A DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS OU INDIVIDUAIS DA CATEGORIA. 5. A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SISTEMA REPRESENTATIVO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL 6. NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FILIAR-SE OU MANTER-SE FILIADO A SINDICATO 7. É OBRIGATÓRIA A PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS 8. A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DIRIGENTE SINDICAL 9. CONCLUSÃO 10. REFERÊNCIAS.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Há meses atrás, reiniciei as pesquisas sobre temas estritamente dogmáticos, depois de dedicar anos da minha vida à produção acadêmica, a caminhar de mãos dadas com jovens pesquisadores por caminhos que nos têm levado a uma longa estrada - às vezes tortuosa, às vezes iluminada.

Por entre esse caminhar de estrada longa, estamos, todos nós, procurando problematizar, desconstruir e formular uma concepção original para o Direito do Trabalho, a partir de uma nova pauta hermenêutica e de outros fundamentos teórico-filosóficos.

Senti, no entanto, chegar o momento de enfrentar paralelamente temas que envolvem o dia-a-dia, o cotidiano daqueles que fazem da prática jurídico-trabalhista a sua profissão de fé e que, também por isso, estão comprometidos com o estudo e a evolução desse importante campo do direito.

O objetivo não é outro senão o de ampliar, alargar o leque de discussões e enriquecer o debate sobre assuntos controvertidos. Assuntos que tive a oportunidade de abordar nos livros que escrevi antes daqueles em que pretendi formular uma nova teoria do conhecimento jurídico trabalhista.[1] No primeiro artigo, tratei das *justas causas*

---

* O autor do presente artigo é professor da Faculdade de Direito do Recife nos programas de Graduação e de Pós-graduação - mestrado e doutorado - e da Faculdade Maurício de Nassau, doutor em Direito pela Universidade de Deusto-Espanha, membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, presidente do Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho e do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Procurador Regional do Trabalho aposentado. Músico.

1 ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *Direito do Trabalho e pós-modernidade. Fundamentos para uma teoria geral.* São Paulo: LTr, 2005; ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *Princípios de Direito do Trabalho.* São Paulo: LTr, 2008.

do empregado[2]. Agora, tratarei das antinomias ou contradições que ainda envolvem a interpretação e a aplicação do artigo oitavo da Constituição Federal e seus incisos.

A Constituição de 1988, considerada por muitos a *Constituição Cidadã*, foi promulgada a partir de um esforço político que congregou várias correntes ideológicas. Nele havia um compromisso básico: sepultar definitivamente as diversas fases de obscurantismo e de repressão instaurados no país, a partir de 1964.

Logo, o pressuposto que a inspirou foi, sem dúvida, o da liberdade ou os sentidos da liberdade, a fim de promover uma ruptura e sepultar os sistemas constitucionais forjados e instituídos no período autoritário.

Quando se estabelece uma hermenêutica estruturante dos princípios constitucionais - inseridos, sobretudo, desde o seu preâmbulo e até o seu artigo quinto - verifica-se claramente a sua pretensão, qual seja, a de instituir um estado democrático destinado a assegurar, dentre outros, os direitos sociais, a plena liberdade de associação para fins lícitos, "sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento" (Art. 5º, inc. XVIII, CF/88).

O presente artigo levantará algumas discussões sobre o perfil legislativo concebido pela citada Constituição acerca do sindicalismo brasileiro, com o objetivo de estabelecer um contraponto ao entendimento sedimentado pela doutrina dominante, por haver a mesma consolidado uma interpretação majoritária sobre os enunciados contidos no art. 8º e seus incisos.

Demonstrará ainda que a autoridade de doutrina, ao elaborar a sua hermenêutica, não identificou adequadamente as contradições existentes naqueles enunciados e, por isso, resvalou para uma compreensão distante dos princípios constitucionais fundamentais que devem orientar os sentidos das liberdades sindicais descritos naquela carta constitucional.

Pretende, sobretudo, enfrentar as ambiguidades, as ambivalências e alguns fragmentos de autoritarismo nela existentes.

2. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL *VERSUS* OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.

Essa mesma doutrina difundiu o entendimento segundo o qual o sindicato, ao adquirir a sua personalidade jurídica, ou seja, depois de cumprir as formalidades legais para se constituir como entidade de direito civil - inclusive, de providenciar a sua inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas - deve, para funcionar e atuar como órgão representativo de uma categoria, fazer também um outro registro: o registro no Ministério do Trabalho.[3]

---

[2] ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *As justas causas do empregado: questões em aberto na dogmática jurídica*. Belém: Revista do TRT 8ª Região, vol. 43, n. 84, pp. 145-155, jan./jun./2010.

[3] Maurício Godinho Delgado assume uma posição clara a esse respeito, ao realçar o quadro de incertezas que havia, até que o Supremo Tribunal resolveu respaldar a exigência de registro no Ministério do Trabalho, "para fins essencialmente cadastrais e de verificação da unicidade sindical (STF- PLENO- MI 144-8. DJUI, 28.5.93, p. 10381; recentemente Súmula 677, STF). É evidente que caberia, contra qualquer ato ou omissão do órgão administrativo, medida eficaz perante o Judiciário". DELGADO Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005, p. 1338. Arnaldo Süssekind vai mais além, ao afirmar que "nem se alegue que o exercício dessa competência, resultante da CLT, importaria em interveniência imprópria na vida das entidades sindicais. Conforme tem decidido, reiteradamente, o Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho - o mais respeitado fórum da salvaguarda dos direitos sindicais -, o registro dos sindicatos em órgão administrativo, geralmente, o Ministério do Trabalho, não arranha a liberdade sindical, desde que assegurado às partes interessadas o direito de apelar aos tribunais contra as decisões que deferirem os registros. SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*, vol. II. São Paulo: LTr, 1999, p. 1135. pp. 1155-1161.

A minha compreensão sobre o tema é a seguinte: a Constituição Federal proclama claramente a liberdade, a não interferência e a não intervenção do Estado na vida sindical. Na medida em que exige, para o seu funcionamento, o registro naquele órgão ministerial, apresenta uma flagrante contradição. Para exorcizar essa anomalia, só há uma solução: fazer valer a liberdade, a não interferência e a não intervenção e excluir a obrigatoriedade do registro.

O fato é que o Direito do Trabalho aponta não apenas para uma, mas para várias liberdades sindicais. Nesta seção tratarei especificamente das liberdades de organização e de funcionamento no sindicalismo brasileiro, a partir dos enunciados contidos no *caput* do artigo oitavo da Federal de 88 e seu inciso primeiro.

Dizem eles:

> Art. 8º. É livre a organização profissional, observado o seguinte:
> I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A propósito, eis o posicionamento majoritário da doutrina: para um sindicato existir de verdade, ou seja, existir como entidade jurídica de direito privado e, ao mesmo tempo, poder, de fato, funcionar e atuar como órgão de defesa dos interesses da respectiva categoria por ele representada deve registrar-se no Ministério do Trabalho.

Parte do princípio - equivocado - de que a *lei não contém palavra inútil*. Por isso, o texto constitucional não poderia dizer o óbvio - que o registro teria que ser providenciado no cartório competente, por se tratar de uma obrigação já prevista em lei e destinada à criação de qualquer pessoa jurídica.

Não satisfeita, procurou também defender que o Estado tem o direito e o dever de possuir um diagnóstico, um quadro estatístico das entidades sindicais. Sem esse registro, isto não seria possível.

Por fim, admite que, ao estado, cabe estabelecer uma fiscalização, para saber onde o sindicalismo brasileiro pratica o pluralismo - proibido no inciso segundo do mesmo artigo oitavo.

Há uma clara fragilidade, nos dois primeiro argumentos. O fato de a lei conter ou não palavra inútil (?)[4], não constitui fundamento para interpretação de uma norma constitucional. O mesmo deve ser dito em relação a este último, ao qual se deve acrescentar: não é Ministério do Trabalho o órgão encarregado de formatar as estatísticas básicas do país.

Quanto ao último argumento e para não perder muito tempo, reconheça-se, de saída: o constituinte de 88 quis mesmo impor o registro do sindicato no Ministério do Trabalho, independente do registro público.

Acontece que o direito é, antes de tudo, um fenômeno histórico-cultural. Daí ser preciso relatar como era o sindicalismo brasileiro antes do advento da Constituição de 1988 - aquele modelo de sindicalismo instituído pelo Estado Novo. Lamentavelmente, os manuais não contam bem essa história.

Tinha ele como uma das suas prerrogativas básicas (Art. 513, “d”, da CLT), “colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal”. Aparecia, como um dos seus deveres (Art. 514, “a”, da CLT): “colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”. Este era o seu pano de fundo ideológico.

---

[4] No citado artigo sobre as *justas causas do empregado*, apontei inúmeras inutilidades e, até mesmo, os absurdos existentes na lei brasileira.

Para uma categoria profissional ou econômica criar um sindicato deveria primeiro fundar uma associação profissional - chamada de organização pré-sindical - e pedir ao Ministro do Trabalho a sua transformação em sindicato, ou melhor, pedir-lhe uma carta de reconhecimento. O pedido deveria vir acompanhado da cópia dos estatutos. Estes, por sua vez, deveriam conter (Art. 518, "c") "a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos e profissionais ao interesse nacional". Eram condições para o funcionamento do sindicato (Art. 521, "d"), "a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato".

Daí por diante, a vida do sindicato era fiscalizada diuturnamente. Até a estrutura e a composição das eleições eram ditadas por aquele órgão ministerial, inclusive, a nomeação das mesas coletoras (Art. 522, § 1º). A apuração dessas eleições era presidida por um membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa de notória idoneidade por ele designada (§ 3º, art. 522).

Se as entidades sindicais - de qualquer grau - não seguissem esse comando - ser órgão de colaboração com os poderes públicos, negar-se a colaborar com os mesmos, tentassem professar ideologias incompatíveis com as "instituições e os interesses da nação", e não prestassem contas de suas atividades a essas mesmas instituições - vinham as penalidades (Art. 553): a) multa; b) suspensão de diretores; c) destituição de diretores ou de membros do conselho; d) fechamento do Sindicato, Federação ou Confederação; e) cassação da carta de reconhecimento.

O que pretendia, com isso, o Estado Novo? Qual era o seu discurso? "Convocar" as classes trabalhadoras e empresariais para darem as mãos ao Estado. De mãos dadas, deveriam desencadear o "desenvolvimento nacional". Mas o cumprimento deste "ideal político" não comportaria confrontos entres aquelas duas classes. O Estado não admitiria a luta de classe, a luta operária. Este modelo de Estado foi estruturado à imagem e semelhança de um pai repressor: aquele que dá presente - agrada - mas, se for contrariado, castiga.

Para fazer valer esse discurso era preciso produzir todo um arcabouço legislativo bem articulado e capaz de identificar possíveis insurgências e violações ao seu comando normativo. Assim, aparecia, na CLT, como pano de fundo do sindicalismo, ser ele órgão de colaboração com os poderes públicos e não órgão de defesa intransigente dos interesses das classes que representa.

Instituir apenas esse pano de fundo ideológico não bastava. Era preciso afirmar claramente que a vida e a morte do sindicato dependeriam da iniciativa do Estado. Por isso, o título V da CLT - que trata da Organização Sindical -, inclui, na sua parte final, aquelas cruéis punições.

E não foi isso mesmo o que aconteceu? Quantos líderes sindicais foram perseguidos, processados, enquadrados na Lei de Segurança Nacional ou mortos?[5]

[5] Ver o filme *Linha de Montagem*, que relata o movimento sindical e as greves ocorridas entre 1978 e 1981; as prisões e os processos baseados na Lei de Segurança, como ocorreu com Luiz Inácio Lula da Silva. TAPAJÓS, Renato (Direção). *Linha de Montagem*, 1988. www.adorocinema.com/filmes/linha-de-montagem/. Quando lancei o meu primeiro disco, compus uma canção para um líder sindical da minha terra - Quebrangulo, Alagoas - Manoel Fiel Filho. Ele foi torturado e morto, em São Paulo, junto com o jornalista Vladimir Herzog. Suas mortes implodiram a ditadura militar. ANDRADE, Gaspar. *Manuel era fiel e filho da liberdade*. In: CD *Versos Vialejos e Quebranguladas*. Recife: 2005, Independente. Acaba de ser lançado um filme intitulado: *perdão mister fiel. O operário que derrubou a ditadura no Brasi*l, sob a direção de Jorge Oliveira. www.perdaomisterfiel.com.br/.

Quantos sindicatos tiveram a sua carta de reconhecimento cassada? Quantas "juntas interventoras" (Art. 528, CLT) foram nomeadas, para afastar as verdadeiras lideranças sindicais?

Instaurar um modelo sindical autoritário exigia do Estado que ele desse algo em troca, ou melhor, promovesse uma transubstanciação - transformar uma instituição que historicamente esteve sempre voltada para movimentos centrados em caracteres universalistas, emancipatórios e contra-hegemônicos numa instituição meramente assistencialista e comunitária. Tornava-se imprescindível ainda descrever claramente o seu papel e criar os recursos necessários para que ele funcionasse daquela maneira.

Sabiam os seus ideólogos que a manutenção de um aparato burocrático-assistencialista daquela dimensão, não poderia contar apenas com a contribuição espontaneamente dada pelos integrantes das categorias - a contribuição social. Deveria criar ainda uma fonte, um recurso obrigatório, um imposto - o *imposto sindical*, hoje chamado de *contribuição compulsória*. E mais: era preciso descrever claramente como deveriam ser aplicados os recursos oriundos dessa *contribuição compulsória*.

A propósito, traz o artigo 592 da CLT, dentre outras aplicações oriundas dos recolhimentos promovidos por sindicatos de empregadores, agentes autônomos e de empregados: assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica; assistência à maternidade; auxílio funeral; agência de colocação, cooperativas, bibliotecas, creches; colônias de férias e centros de recreação; finalidades desportivas e sociais; educação e formação profissional; bolsa de estudos; assistência jurídica, etc. Era para isso que servia o sindicato corporativo.

Após essa rápida digressão, volto para o artigo oitavo da Constituição em vigor.[6]

Refere-se, de início, à liberdade, ao afirmar que *é livre a associação profissional ou sindical*. Ao prosseguir, anuncia: *a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato*. Assim, acaba, elimina a *carta de reconhecimento* ou com a exigência de transformação - da associação profissional em sindicato - e, por fim, veda ao *poder público a interferência e a intervenção na organização sindical*.

Mas, como diria Drummond: *No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho.* A pedra no meio do caminho é a expressão: *ressalvado o registro no órgão competente.*

Ora se a Constituição de 88 quis exorcizar a presença do Estado na organização sindical, ao recepcionar taxativamente a liberdade, a não interferência e a não intervenção, exigir o registro no órgão competente - e como a própria Constituição reconhece: enquanto *interferência e intervenção* - passa ela mesma a instaurar uma flagrante antinomia, pois, segundo a Lógica Maior de Aristóteles, *uma coisa não pode ser e deixar de ser, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto*.

Logo, ou existem as liberdades de organização e de funcionamento, que implicam necessariamente em não interferência e em não intervenção ou cai por terra estas liberdades, na medida em que condiciona a vida sindical àquele registro.

É preciso reafirmar: quem o inclui no contexto das expressões *interferência* e *intervenção* não é este intérprete, é a Constituição de 88. Por isso, não pode haver jamais liberdade sindical, com interferência e intervenção do Estado.

---

[6] Digressão que remonta ao sindicalismo criado a partir do Estado Novo. Lamentavelmente, os manuais dizem pouco sobre a primeira fase do sindicalismo brasileiro - de raiz anarquista e que começa na última década do século XIX, e inicia o seu declínio, a partir da década de 20, do século XX. A propósito, consultar o precioso livro escrito por Fernanda Barreto Lira, que supre essa lacuna. LIRA, Fernanda Barreto. *A Greve e os novos movimentos sociais. Para além da dogmática jurídica e a doutrina da OIT*. São Paulo: LTr, 2009.

Não é novidade para a teoria constitucional a identificação de antinomias em enunciados contidos nas próprias constituições e, inclusive, dilemas na escolha da aplicação dos próprios princípios que elas descrevem - ponderação na aplicação entre dois ou mais princípios, por exemplo.[7] No caso em apreço, a maneira de eliminar essas antinomias consiste em reivindicar os princípios constitucionais. Este é o perfil invocado por correntes hermenêuticas de todos os matizes, inclusive, pelo positivismo jurídico metodológico, ao dizer, taxativamente: um princípio constitucional vale. Vale para que? Vale para o parlamento o observar, no momento da edição das leis; vale para o magistrado negar aplicação a um enunciado normativo que fira um princípio.

Aliás, o inciso XVII do artigo 5º da Constituição afirma que *é plena a liberdade de associação* e o seu artigo 8º que *é livre a associação profissional ou sindical*.

Portanto, entre a plena liberdade - que pressupõe a não interferência e a não intervenção - e a obrigatoriedade do registro naquele órgão ministerial - classificado, pela Constituição, como *interferência e intervenção* -, fico com a primeira que incorpora os princípios das liberdades de organização e de funcionamento sindicais.

Vale a pena enfrentar mais duas questões menores.

A fiscalização sobre a existência ou não de pluralismo sindical, numa sociedade democrática, deve ficar a cargo do Poder Judiciário. Se existe uma entidade sindical numa dada base territorial e um grupo concorrente ou insatisfeito quer fundar outra, nessa mesma base e para essa mesma categoria, cabe a entidade sindical existente neutralizar esse processo, que resultaria em pluralismo, pela via judicial.

Pior: se já existe um sindicato numa dada base territorial, será praticamente impossível a um determinado grupo tentar criar outro sindicato da mesma categoria e na mesma base, sem que os dirigentes da entidade existente tomem conhecimento dessa movimentação. Esse grupo, para criar um novo sindicato, deverá obrigatoriamente convocar toda a categoria, nessa base territorial, para uma assembleia. Isso exige ainda, por parte dele, um diálogo político permanente com os membros dessa mesma categoria. Assim, as primeiras pessoas a tomarem conhecimento desta iniciativa serão os dirigentes da entidade sindical já existente. Elas - como acontece, na prática - vão ingressar com uma ação na justiça, para evitar o pluralismo. Se houver um "entendimento" entre grupos, para criação de mais um sindicato, qualquer associado, membro da categoria e o Ministério Público, poderão valer-se da mesma via judicial para impedir tal iniciativa. Logo, a obrigação de registro, com essa finalidade, torna-se absolutamente inócua e desnecessária.

Ferir o princípio constitucional da plena liberdade, da não interferência e da não intervenção; não reconhecer essa flagrante contradição; defender a exigência do registro do sindicato no Ministério do Trabalho, através de argumentos jurídicos tão frágeis, não faz absolutamente nenhum sentido.[8]

3. UNICIDADE *VERSUS* PLURALISMO SINDICAL

A Constituição de 88 optou, mais uma vez, pelo modelo de sindicalismo único. Por isso, se numa dada base territorial existir um sindicato, outro, da mesma categoria,

---

[7] Não pretendo, inclusive, pela limitação de espaço, revolver uma bibliografia consistente e atualizada sobre o tema, mas é possível indicar, por exemplo, os confrontos entre as teorias neopositivistas e as teorias da argumentação, para afirmar que o assunto não pode ser tratado de maneira tão simples.

[8] No contexto das crises do sindicalismo, como se pode falar de liberdades sindicais sem se referir aos atos antissindicais? Um tema absolutamente carente de bibliografia. Para uma boa compreensão das liberdades sindicais e dos atos antissindicais, consultar outra obra excelente: FILHO, Oton de Albuquerque Vasconcelos. *Liberdades Sindicais e Atos Anti-sindicais. A dogmática jurídica e a doutrina da OIT no contexto das lutas emancipatórias contemporâneas*. São Paulo: LTr, 2008.

não poderá existir. Esta concepção de sindicalismo contraria a Convenção 87 da OIT e vai de encontro às experiências sindicais praticadas nos países que têm uma tradição mais avançada na história da organização operária.

Os argumentos tanto em favor da unicidade quanto em favor do pluralismo são bastante conhecidos. Sem pretender esgotar os fundamentos lançados pela doutrina[9], os defensores da primeira opção dizem que o pluralismo, sobretudo nos países em que não há uma vigorosa memória história operária, serve para desagregar, pulverizar o movimento sindical e estimular a luta entre os próprios sindicatos. Já os defensores da segunda opção dizem que a melhor maneira de resguardar a sua autenticidade é garantir o pluralismo, que possibilita a constituição de vários sindicatos pertencentes a uma mesma categoria profissional. Esta alternativa se compatibiliza e respeita as diversas posturas políticas e ideológicas que se instauram e transitam na formação da classe trabalhadora e mantém a originalidade dos movimentos coletivos organizados.

Os adeptos do pluralismo apontam ainda para uma clara diferença entre unicidade - modelo de sindicalismo único - e unidade, que significa manter a uniformidade e a coesão do movimento sindical em torno dos interesses comuns que envolvem uma determinada categoria, apesar da existência de várias entidades representativas dessa mesma categoria, numa mesma base territorial.

A depender das experiências vividas em alguns países e quando os interesses e os conflitos coletivos de uma categoria exigirem uma solução uniforme para beneficiar toda a classe trabalhadora na sua base territorial, a unidade, apesar do pluralismo, se dará, dentre outras, da seguinte forma: a) o sindicato mais representativo daquela base territorial, ou seja, o que tiver o maior número de sócios, terá o encargo de comandar os movimentos - negociação coletiva, greve, etc. - em torno dos seus respectivos interesses; b) a categoria elegerá o sindicato que lhe representará; c) se formará uma frente constituída por lideranças nomeadas pelos respectivos sindicatos, que obedecerá o número de associados pertencentes a cada entidade.

A discussão bipolar, que se estabeleceu em defesa de uma escolha - entre a unicidade e o pluralismo -, também não procede. Sobretudo, quando ela se dá em termo de uma definição legislativa - para saber, por exemplo, qual das duas é a melhor e a que deve ser aplicada à experiência brasileira.

Explico: se a posição legislativa atual - unicidade - é autoritária, não deixaria também de ser autoritária a sua substituição pelo pluralismo. Para se instituir uma alternativa democrática e vinculada ao princípio da liberdade, a Constituição deve dizer simplesmente: é livre a organização sindical e deixar que a sociedade do trabalho formule o modelo sindical que se lhe parecer mais adequado.

Outra coisa: a estrutura sindical brasileira é constituída simbolicamente por intermédio de uma pirâmide inconclusa, uma pirâmide que não se fecha. Na sua base, estão os sindicatos de primeiro grau; no centro, as federações; mais adiante, as confederações.

E por que não se fecha? Porque, para se fechar, deveria existir uma única central sindical e não várias. A existência de várias centrais sindicais significa a existência de pluralismo no ápice da pirâmide. Mas, o inciso II do artigo 8º da Constituição é claro: *é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau*. A não ser que as centrais sindicais não se insiram dentro do contexto do sindicalismo brasileiro, já que última escala da pirâmide seria formada pelas confederações - sistema confederativo de organização sindical. Neste caso, deveriam inclusive mudar de nome, ou seja, poderiam

---

[9] A propósito sugiro a leitura das ideias lançadas por Antônio Álvares da Silva. SILVA, Antônio Álvares*: Unidade e pluralismo sindical*. In. PRADO, Ney (Coord.) *Direito Sindical Brasileiro. Estudos em homenagem ao Prof. Arion Sayão Romita*. São Paulo: LTr, 1998, pp.113-124.

ser centrais de qualquer coisa, mas não centrais sindicais, se não aparecem como elo constitutivo para o fechamento da pirâmide.

Existe, com isso, uma situação inusitada: as centrais sindicais têm assento em diversos órgãos e instituições públicas; participam ativamente dos movimentos operários, recebem uma parcela da contribuição compulsória, mas se houver uma greve geral, uma negociação coletiva ou um dissídio coletivo em nível nacional não terão legitimidade para representar os trabalhadores brasileiros. Não têm, mas é assim que atuam, o que é muito bom. Entretanto, no fundo, estão praticando o pluralismo no ápice da pirâmide sindical. Uma grande contradição. Para não dizer, uma grande hipocrisia legislativa.

4. A DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS E INDIVIDUAIS DA CATEGORIA

O tema aparece na doutrina, como assinala Amauri Mascaro, no âmbito das funções do sindicato, dentre as quais, a *função de representação*, que inclui os interesses coletivos ou individuais dos seus integrantes, em termos processuais e, em alguns casos, no âmbito da substituição processual (Idem., p. 1093).[10] Maurício Godinho engloba as funções e as prerrogativas do sindicato, para realçar a sua atuação judicial. Segundo ele,

> "o mais importante caminho é o da atuação direta em favor dos membros da categoria, ainda que não associados, como sujeito coletivo próprio, tal como se passa nos dissídios coletivos e casos de substituição processual (esta, alargada também pela Constituição Federal - art. 8º, III)." (Idem, p. 1339).

Já o professor Wagner D. Giglio (GIGLIO: 2007) avança e radicaliza na interpretação deste dispositivo. Para ele, o sindicato atua em defesa dos interesses privados dos integrantes da categoria que representa. Assim,

> "na substituição trabalhista, o sindicato não satisfaz qualquer interesse próprio, mas apenas cumpre sua missão precípua de defender os interesses dos integrantes da categoria... Na verdade imperam, na substituição processual trabalhista, outro fundamento e outra finalidade, distintos dos analisados, a saber: a despersonalização do trabalhador-reclamante, para evitar ou, pelo menos, dificultar a represália do empregador reclamado; e o propósito de *concentrar e racionalizar as discussões* e, assim, reduzir o elevado número de processos sobre o mesmo tema". (Idem, p. 132-133)

Mas, mesmo diante destas diferentes visões, permanece o enigma: o que quis dizer o constituinte de 88 com as expressões: "interesses individuais da categoria"?

Este inciso III do mesmo artigo apresenta uma redação curiosa e aparentemente contraditória.

O que diferencia o Direito Individual do Trabalho do Direito Sindical são as relações que os envolvem. O primeiro trata das relações individuais - relações concretas

---

[10] Mesmo discordando dos seus posicionamentos acerca da matéria, vale registrar que o professor Amauri Mascaro Nascimento enfrentou praticamente todas as questões de natureza processual decorrentes do citado enunciado constitucional, para dizer, sobretudo, que não existe a substituição processual dos não sócios e que não cabe ao sindicato, do mesmo modo, fazer a defesa de interesses difusos ou coletivos porque, para isso, já existe a ação civil pública. Ver: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 411-413.

que nascem, florescem vivem e morrem com a pessoa do emprego. Por isso, o fundamental, neste primeiro tronco do Direito do Trabalho, é o contrato individual de trabalho.

Já o Direito Sindical trata das relações coletivas - marcadamente abstratas - em que não é possível identificar ou quantificar as pessoas envolvidas. São elas, por isso mesmo, o tesouro deste ramo do conhecimento jurídico, porque forjadas historicamente no contexto de um modelo de sociedade marcadamente individualista.

Quando, no começo do século XIX, um juiz inglês perguntava a um líder sindical - por exemplo, dos mineiros: – Quem está em greve? Ele respondia: – A categoria! Esta expressão aparentemente simples soava como algo estranho, completamente desconhecido do direito vigente e forjado no individualismo contratualista típico do Estado Liberal Burguês e no racionalismo instrumental a serviço da produção capitalista.

E o magistrado voltava a perguntar: – Mas, "a categoria" é uma expressão abstrata, vaga, genérica! Eu quero os nomes das pessoas que estão em greve! Se vivo fosse, ainda estaria fazendo esta mesma pergunta, sem encontrar a resposta.

Os interesses coletivos, por serem abstratos, correspondem exatamente aos interesses de uma categoria - profissional, por exemplo -, que se contrapõem ou podem se harmonizar com os interesses de outra categoria - a categoria econômica.

Por isso, volto a fazer a mesma indagação: o que quis dizer o constituinte de 88, quando atribuiu ao sindicato a defesa dos interesses coletivos ou individuais da categoria, se os interesses da categoria correspondem exatamente aos interesses coletivos?

Dito de outra maneira: os interesses ou seriam coletivos e, portanto, da categoria ou seriam individuais - concretos, identificáveis, tendo como centro irradiador os contratos individuais de trabalho. Como a norma não se refere aos interesses individuais dos membros da categoria, o enunciado - *individuais da categoria* - aparece, em boa parte da doutrina, como uma contradição, porque os interesses dos quais se ocupa o Direito do Trabalho são, de um lado, os interesses individuais dos membros de uma categoria e, do outro, os interesses coletivos de uma determinada categoria.

Ao se adotar uma interpretação literal do referido texto - se é que se pode falar em "interpretação literal" -, se chega a seguinte situação: o sindicato não tem legitimidade, na qualidade de substituto processual, para fazer a defesa de todos os interesses individuais dos membros de uma categoria, porque somente os trabalhadores podem reivindicar os interesses individuais puros. Se alguém, por exemplo, é demitido e acha que tem direito ao aviso prévio, somente ele - ressalvadas as hipóteses de incapacidade - tem legitimidade postulatória, a fim de reivindicar judicialmente esse direito e mais ninguém.

Na tentativa de superar esse dilema venho, há muitos anos, afirmando o seguinte: em meio aos interesses individuais puros, concretos e os interesses coletivos da categoria existem os interesses individuais homogêneos e difusos. Por isso, sempre entendi que, quando aquele inciso atribui ao sindicato a defesa dos interesses individuais da categoria, está se referindo exatamente aos interesses individuais homogêneos e difusos. Logo, o constituinte de 88 atirou no que viu e acertou no que não viu.

Mas, qual a importância de uma interpretação dessa natureza?

Primeiro, ampliar a capacidade postulatória dos sindicatos para, em nome próprio, defenderem direito alheio. Neste sentido, ampliam-se as suas prerrogativas para agirem na qualidade de substitutos processuais, uma vez que, no âmbito do processo civil - e também de grande parte da doutrina processual trabalhista -, tal substituição é anômala, extraordinária e só será permitida quando a lei expressamente autorizar.

Ao se adotar esta hermenêutica no processo do trabalho, os sindicatos atuarão em nome próprio, tanto nas hipóteses em que a lei expressamente autorizar

a substituição (exemplos dos artigos 195, §2º e 872, parágrafo único, ambos da CLT, dentre outros) e, num contexto mais abrangente, para agirem desta maneira, toda vez que se identificar transgressões aos direitos individuais homogêneos e difusos.

Serve também para evitar que a doutrina trabalhista continue a transportar, sem adaptações e sem críticas, os fundamentos jurídicos que respaldam a existência dos chamados *Direitos da Terceira Geração*. Refiro-me especificamente aos chamados direitos coletivos, que aparecem, na teoria civilista, ao lado dos direitos individuais homogêneos e difusos. Nas relações civis, os interesses coletivos correspondem à soma dos interesses individuais. Já na teoria jurídico-trabalhista, coincidem com os interesses coletivos - abstratos - de uma categoria.

Por isso, a maioria das ações civis públicas desencadeadas no processo do trabalho, para a defesa dos chamados interesses coletivos, não passa de ações que vão socorrer interesses individuais homogêneos ou difusos e jamais interesses abstratos - e, portanto, coletivos - de uma determinada categoria. A ação não deixa de ser pertinente, mas, em nome dos fundamentos desse ramo específico do conhecimento jurídico, é preciso e indispensável valer-se de uma linguagem correta.

5. A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SISTEMA REPRESENTATIVO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Após a promulgação da Constituição de 88, a doutrina brasileira desencadeou grandes debates em torno da chamada contribuição confederativa. Mas eles sempre giraram em torno de dois temas específicos:

> a) a sua natureza jurídica, ou seja, se a mesma tinha ou não um caráter tributário. Os defensores deste argumento faziam e ainda fazem uma conexão entre o art. 8º e o art. 149, ambos do mesmo diploma constitucional. A tese em favor do caráter tributário, não foi contemplada pelo Supremo Tribunal Federal;
> b) os destinatários da obrigação, ou seja, quem estaria obrigado a recolher essa contribuição - se todos os membros da categoria ou apenas os associados do sindicato.[11]

Defendo, ao contrário, que o enunciado constitucional não criou mais uma alternativa de arrecadação. As contribuições - confederativa e compulsória - são a mesma coisa. Agora, com outra roupagem e outra natureza jurídica.

Antes do advento da Constituição de 1988, havia três modalidades de arrecadação sindical: a contribuição compulsória (a partir do artigo 518 da CLT), a contribuição social (Art. 545 da CLT) e a contribuição assistencial - esta última, descontada de uma só vez, e decorrente da prestação de serviços realizada pelos sindicatos nas negociações coletivas e nos dissídios coletivos.

Havia também um consenso entre os juristas e uma forte inclinação das lideranças sindicais progressistas e de esquerda, no sentido de acabar com a contribuição sindical compulsória. Inclusive, alguns sindicatos filiados à CUT, sobretudo,

---

[11] Sugiro consultar uma obra específica sobre o tema e que retrata a peleja doutrinária entre estas duas correntes. MARTINS, Sérgio Pinto. *Contribuições Sindicais. Direito comparado e internacional.* São Paulo: Atlas, 2004. Já Arnaldo Süssekind faz uma crítica contundente a sua existência, mas admite ser ela uma contribuição *sui generis* por ter também uma característica de tributo que resulta do poder anômalo conferido aos sindicatos. Por isso, partilha da corrente segunda a qual o recolhimento dessa contribuição depende de uma regulamentação, por lei ordinária. Deduz-se também que o mesmo, no tocante à contribuição assistencial, posiciona-se ainda em favor do desconto para todos os membros da categoria e não apenas dos sócios, porque são, todos eles, beneficiários das conquistas resultantes da luta sindical. (Idem, pp. 1155-1161).

aqueles que se localizavam no ABC paulista, se negaram, em determinados momentos, a assumir essa responsabilidade. Essa recusa gerou o ajuizamento de vários mandados de segurança interpostos por federações e confederações, para exigir que os sindicatos de primeiro grau efetuassem os respectivos recolhimentos. Houve, por fim, em diversas etapas da constituinte, um sentimento dos parlamentares em proceder a sua exclusão do ordenamento jurídico. Aliás, CUT é a única que se mantém fiel a sua história. Continua lutando, no parlamento, para abolir a contribuição compulsória.

Por todos esses argumentos, não posso aceitar a postura da doutrina majoritária. Se havia, como ainda há, um sentimento de repulsa àquela contribuição compulsória, o que levou os constituintes de 88 a não só não acabar com a mesma, mas, a criar outra - a contribuição confederativa?

Daí a minha perplexidade: será que o enunciado contido no aludido inc. IV do art. 8º, objetivou realmente criar uma outra fonte arrecadadora, com o nome de *contribuição confederativa*, além das três já existente? Acredito que não.

Para essa doutrina, o texto constitucional ora comentado refere-se a duas contribuições: a que foi por ele criada e que se destina à manutenção do sistema confederativo, independentemente da outra que já se encontrava prevista em lei - a compulsória. O curioso é que ambas só teriam uma finalidade: manter o sistema confederativo.

Acontece que, na lei (na CLT), não existe apenas uma contribuição - a compulsória -, existe também a contribuição social. Se ambas se encontram previstas em lei, a outra modalidade prevista em lei, a que se refere à Constituição - além daquela que existe para manter o sistema confederativo - só pode ser a contribuição social que, repita-se, encontra-se prevista no art. 545 da CLT.

Como já foi evidenciado, havia um consenso da doutrina, de grande parte do sindicalismo de esquerda e do próprio parlamento em acabar com a tal contribuição compulsória. Mas, acabar com ela de uma canetada só e abruptamente seria, para essa mesma doutrina, um desastre. Como financiar as indenizações decorrentes de centenas e milhares de demissões resultantes do desmanche desse modelo sindical burocrático, autoritário e assistencialista? Uma das alternativas apontadas era a de promover a sua extinção, mas de maneira gradativa, paulatina.

Diante desse conflito interpretativo, sempre apontei para uma solução mais adequada a uma postura histórica consistente, a saber:

> a) a Constituição de 88, sabendo dos riscos sociais decorrentes de uma eliminação tão drástica da contribuição compulsória, resolveu, primeiro, flexibilizar a sua forma de arrecadação. Como se destinava a manter o sistema confederativo, antes fixada no art. 580 da CLT - correspondente à remuneração de um dia de salário para os empregados; 30% (trinta por cento) do maior valor de referência fixado pelo Poder Executivo, para os agentes e trabalhadores autônomos; e numa importância proporcional ao capital social da firme ou da empresa - seria ela, a partir de então, discutida e fixada em assembleia, independentemente da outra, também prevista em lei, a contribuição social (Art. 545 da CLT).
>
> b) Deixou para a respectiva assembleia o direito de querer ou não recolher essa contribuição, para manter o sistema confederativo. Assim, tanto o seu valor quanto a sua existência passariam pelo crivo de uma decisão democraticamente discutida e sacada de uma assembleia.

Não posso concordar com a ideia segundo a qual, para manter o sistema confederativo, haja duas fontes de arrecadação obrigatórias: uma, decorrente de lei - a chamada *contribuição compulsória* -; outra, decorrente da decisão soberana de uma

assembleia sindical - a *contribuição confederativa* -, cujo recolhimento será também obrigatório, pelos menos, para os associados de uma entidade sindical.

Por fim, não nos parece coerente que, mesmo havendo uma clara tendência para acabar com essa anomalia, a Constituição de 88, achando pouco a existência de três fontes de arrecadação - a compulsória, a social e a assistencial -, tenha criado uma quarta - chamada de contribuição confederativa.

6. NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FILIAR-SE OU MANTER-SE FILIADO A SINDICATO

O inciso V da citada Constituição trata da *Liberdade de Filiação*. Neste aspecto, não existe muitas divergências, na doutrina, quanto à análise deste enunciado.

Há, no entanto, algumas dúvidas que vão desaguar na justiça, porque, felizmente, não existe mais tal *Comissão de Enquadramento Sindical* vinculada ao Ministério do Trabalho (Art. 570).

Por isso, ainda persistem as pelejas e os conflitos entre sindicatos - engenheiro de uma hidrelétrica, se contribui para o sindicato dos engenheiros ou para o sindicato dos eletricitários -; dúvidas sobre similitude, conexidade e outras fronteiras; sobre a obrigatoriedade de contribuição social ou compulsória, quando já contribuem para outras instituições corporativas - como as ordens e os conselhos -; até mesmo, quando da existência de pluralismo. Todas elas, envolvem disputas pela filiação de associados e sobre o respectivo recolhimento da contribuição social e, por isso, devem, todas elas, como já afirmei, desaguar na justiça.

Um assunto, porém, merece destaque, porque vem sendo recepcionado comodamente pela doutrina, sem que se identifique grandes discussões a respeito.

É possível, por exemplo, numa determinada convenção coletiva, existir uma cláusula aparentemente boba, com a seguinte redação: “as empresas pertencentes a presente categoria ficam obrigadas a descontar mensalmente de todos os seus empregados a importância de R$ 30 (trinta reais), a título de contribuição social”.

Escrita desta maneira, a cláusula filiará compulsoriamente todos os empregados pertencentes a uma determinada categoria ao respectivo sindicato. Ou seja, de um dia para outro, todos passarão a ser sócios daquele sindicato, sem que tal filiação surja virtude da expressa manifestação dos empregados. Uma cláusula, portanto, que afrontará o citado inciso V da Constituição.

O Ministério Público do Trabalho ou os trabalhadores diretamente prejudicados têm questionado a legitimidade de cláusulas desta natureza, quando elas aparecem lançadas em negociação coletiva ou em dissídio coletivo.

É bem verdade que o §1º do art. 615 admite a *prorrogação*, a *revisão*, a *denúncia* e a *revogação* de acordo ou convenção coletiva de trabalho - por meio de um instrumento próprio, que obedecerá às formalidades contidas no art. 614 do mesmo diploma.

A pergunta que tenho feito é a seguinte: é possível mesmo propor judicialmente a denúncia ou a nulidade de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho?

A figura da denúncia aparece, no Direito Individual de Trabalho, como sinônimo de aviso prévio, como condição para um dos sujeitos da relação de trabalho desencadear a rescisão do contrato por tempo indeterminado.[12]

---

[12] O professor Amauri Mascaro Nascimento (2006), ao tratar especificamente do aviso prévio, junta vários pronunciamentos a respeito desta figura jurídica: “Russomano o define como ‘a notificação antecipada devida à parte contrária por quem rescindir o contrato individual de trabalho’. Para Délio Maranhão, é a resilição unilateral, própria dos contratos sucessivos por tempo indeterminado. (idem. p. 781). A denúncia, também para Elson Gottschalk e Orlando Gomes - este, que foi o maior juslaboralista entre os civilistas brasileiros -, “O aviso prévio

Acontece que a negociação coletiva constitui processo não estatal de formação da norma trabalhista. No meu entender, a maior revolução identificada na experiência jurídica porque, até hoje, a sociedade civil organizada não está legitimada para, através dos seus interlocutores sociais válidos, alterar outros subsistemas jurídicos - civil, comercial, penal, etc. Já o subsistema jurídico-trabalhista é modificado e realimentado incessantemente por meio desse processo atípico e revolucionário de produção de norma.

Por isso, um juiz do trabalho quando se prepara para proferir a sua decisão, volta-se para esse subsistema, a fim de encontrar e sacar as normas que irão resolver o conflito. Pode dizer, assim, por exemplo: "em face do exposto, condeno a empresa a pagar ao empregado o aviso prévio, na conformidade do §1º do art. 487 da CLT....; o adicional de horas extras à base de 100% (cem por cento), de conformidade com a cláusula 25ª da convenção coletiva da categoria;...". Ao contrário dos outros subsistemas, o magistrado do trabalho vai encontrar, no subsistema jurídico-trabalhista, normas produzidas pelos chamados *Poderes Instituídos* e aquelas que estão inseridas na negociação coletiva.

Mas, nem sempre foi assim. Quando este fenômeno surgiu impactou os civilistas. Eles passaram a perguntar primeiro: que contrato é esse, que não é firmado pelas pessoas diretamente interessadas, mas, por entidades sindicais? Em seguida, viria a pergunta ainda mais intrigante: que contrato é esse que não está pressuposto numa norma, ele é a norma?

Diante dessa dúvida, buscaram o seu enquadramento no contexto das teorias civilistas - *mandato*, *estipulação em favor de terceiros*, *gestão de negócios*, dentre outras - e não conseguiram. Foi exatamente em meio a essa perplexidade - instaurada nas primeiras décadas do século XX - que apareceu uma frase atribuída a Carnelutti: é um negócio jurídico que tem "corpo de contrato e alma de lei".

Não há coisa mais inconsistente do que repetir essa frase, na atualidade, quando a negociação coletiva - gênero - aparece, repita-se, como processo não estatal de formação da norma trabalhista. Se algo há de ser dito, para atualizar aquela frase, é o seguinte: a negociação coletiva tem corpo e alma de lei. Para atualizá-la ainda mais, deveriam as suas espécies - convenções e acordos coletivos - serem escritas como tal, inclusive, para afastar os fantasmas do civilismo que rodeiam a experiência jurídica brasileira, ou seja, escrevê-las utilizando uma linguagem apropriada: em vez de cláusulas, artigos, parágrafos, alíneas.

Dito isto, vem a pergunta: se se trata de norma, que se encontra inserida no subsistema jurídico-trabalhista, e não de contrato, como denunciar ou anular uma norma?

Aqui estou fazendo a defesa e sendo fiel a um dos institutos mais sagrados do Direito do Trabalho, para não cair na tentação de invocar ou transportar teorias civilistas - contratualistas - e desvirtuar este outro tesouro do Direito do Trabalho.

Não é que não caiba uma ação declaratória ou uma ação mais direta, para negar aplicação a uma norma que provém do processo negocial, reparar os danos e fazer prevalecer o princípio constitucional voltado para a liberdade de associação ou de filiação sindical. A questão é puramente hermenêutica, de escolha da norma a ser aplicada e não resvalar para a versão civilista de denúncia - esta, aliás, no Direito Individual, aparece para rescindir contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado - quando a negociação coletiva, enquanto norma, possui âmbitos de validade - material, pessoal, espacial e temporal.

---

como expressão material da denuncia é condição para que as partes promovam a *rescisão* do contrato de trabalho a tempo indeterminado, sem ocorrência de *justa causa*. GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 357.

Aproveito finalmente a oportunidade para dizer que também e pelos mesmos fundamentos não concordo com qualquer tipo de ação que objetive anular cláusula de negociação coletiva.[13]

7. É OBRIGATÓRIA A PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS.

A doutrina dominante não responde a certas dúvidas que ainda existem na interpretação deste enunciado.

Lembro-me, por exemplo, que, no governo de Itamar Franco, quando o Ministro do Trabalho era Walter Barelli - um pesquisador importante do DIEESE - houve uma febre de discussões acerca da adoção do contrato coletivo de trabalho. Na oportunidade, a prestigiada Editora LTr publicou, numa de suas revistas, três trabalhos: um deste articulista; outros dois assinados por Amauri Mascaro Nascimento e Octavio Bueno Magano - não sito a fonte porque não me lembro mais qual a revista em que esses artigos foram publicados. Naquela oportunidade, afirmei, em resumo, que a Constituição de 88 não se referia às espécies - acordos coletivos ou convenções coletivas -, mas ao gênero - negociação coletiva.

Portanto, deixou em aberto todas as possibilidades de negociação coletiva. E mais, que o tal contrato coletivo de trabalho não precisaria de um disciplinamento legislativo e que ele não seria adotado - com ou sem legislação - porque não interessava às elites econômicas e dominantes do país.

Outra coisa: instituir negociação coletiva constitui prerrogativa das associações sindicais que não se estende às ordens e conselhos e a nenhuma outra organização social.

A doutrina ainda recepciona, sem críticas, o §2º do art. 611 da CLT, que atribui às federações e às confederações a faculdade de celebrar convenções coletivas em nome de categorias inorganizadas em sindicato, no âmbito de suas representações. Também recepciona o art. 617 do mesmo diploma que autoriza, sobretudo no seu parágrafo primeiro, aos empregados interessados prosseguir diretamente na condução de um acordo coletivo, quando houver a recusa do sindicato, da federação e da confederação.

No primeiro caso, é preciso assinalar que uma federação, por exemplo, é formada a partir da junção de cinco sindicatos que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas (Art. 534 da CLT). Logo, os trabalhadores inorganizados em sindicato não podem se considerar representados por uma federação que não contempla a presença dos mesmos. O segundo exemplo é mais prejudicial: manda os trabalhadores irem diretamente firmar acordo coletivo com a sua empresa. Verifica-se, com isso, uma traição às relações coletivas de trabalho, por serem eminentemente abstratas e, depois, conduzem esses empregados a uma situação de constrangimento, porque eles não terão liberdade,

[13] É o que defende João de Lima Teixeira. Ele admite que "os instrumentos normativos só podem ser declarados inválidos por decisão judicial, mediante provocação do Ministério Público do Trabalho em ação anulatória - de restritíssimo cabimento." (Idem, p. 1193). No meu entender, o Ministério Público pode e deve enfrentar uma norma injusta ou desconectada com os princípios constitucionais do Direito do Trabalho, mas há de fazê-lo considerando os enunciados decorrentes das convenções e dos acordos coletivos enquanto enunciados que estão inseridos no subsistema jurídico-normativo e não como meros contratos. Aliás, quando se interpreta um enunciado normativo, interpreta-se o sistema por inteiro, exatamente para negar aplicação a enunciados que não se compatibilizam com o seu espírito, com os princípios constitucionais fundamentais.

independência para enfrentar uma relação ontologicamente desigual e, por isso, podem ser manipulados ou coagidos.

O que fazer? Aplicar a *Lei de Greve* (7.783, de 28 de junho de 1989), inclusive, porque ela foi editada após a Constituição de 88 e, sem duvida, exorciza alguns fantasmas autoritários que vêm do *Estado Novo*.

Os seus artigos quarto e quinto estão grafados da seguinte maneira:

> Art. 4º. Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.
>
> §1º. O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quorum para deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.
>
> §2º. Na falta de entidade sindical, a assembléia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no *caput*, constituindo comissão de negociação.
>
> Art. 5º. A entidade sindical ou a comissão de negociação especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações coletivas ou na Justiça do Trabalho.

Ora, se existe sindicato, como no primeiro exemplo, e ele volta as costas para os trabalhadores que deveria representar, nas negociações coletivas, é como se ele não existisse. Logo, a representação se dará por intermédio de uma *comissão de negociação* e não por uma federação que não os inclui. No segundo exemplo - aquele que pretende autorizar os próprios trabalhadores a irem diretamente para formalização de um acordo coletivo - há de ser também invocada a *Lei de Greve* que, no seu artigo quinto, fala em negociação coletiva. Portando, do gênero, a partir do qual se desencadeiam os processos, as espécies de negociação coletiva - acordos e convenções coletivas. Será essa mesma comissão de negociação quem os representará.

8. A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DIRIGENTE SINDICAL

No tocante a este tema, existe pouca divergência doutrinária. A garantia de emprego, conforme descreve expressamente o inciso VII do artigo 8º da Constituição, destina-se ao *empregado sindicalizado*.

Como ficaria a situação do dirigente de um órgão patronal que é, ao mesmo tempo, empregado de outra empresa? Poderia ele reivindicar essa estabilidade, para proteger o seu emprego, invocando a sua condição de dirigente sindical patronal?

O Supremo Tribunal Federal entendeu que o inciso VIII do citado artigo 8º não faz distinção entre dirigente sindical patronal e dirigente sindical dos trabalhadores - para conferir garantia de estabilidade a dirigente que trabalha para empregadora pertencente à mesma categoria econômica.

Assim, se poderia alargar ainda mais esta proteção, para reconhecer também essa mesma estabilidade ao dirigente sindical de uma determinada categoria profissional que presta serviços noutra atividade - dirigente sindical da categoria dos professores que trabalha numa instituição financeira, como bancário. Também não deveria estabelecer aquela diferença já consolidada no Tribunal Superior do Trabalho, para os empregados pertencentes à categoria profissional diferenciada, quando admite essa garantia somente para aqueles que exercem atividades na categoria a que pertencem ou condicionar a garantia de emprego à base territorial do sindicato. Orientação também pertinente, para as hipóteses de destituição das funções exercidas pelo dirigente sindical, nos casos de extinção ou de falência, quando as empresas afetadas pertencerem a um mesmo grupo econômico.

Dirigente sindical é dirigente sindical em qualquer parte e em qualquer circunstância. As ameaças e os riscos existem em potencial e atravessam a sua vida profissional, independentemente da atividade econômica ou da base territorial do sindicato. Decorrem exatamente do fato de defenderem interesses dos trabalhadores que se contrapõem aos interesses das categorias econômicas.

A doutrina se divide em relação ao número de dirigentes, para os efeitos da aquisição da citada estabilidade provisória. A primeira entende que o número de dirigentes é exatamente aquele que se encontra descrito no art. 522 da CLT. Esse posicionamento era defendido pelo saudoso Carrion, citado por Arnaldo Süssekind, e vai, segundo ele, "contra a vontade do sindicato de ampliar ilimitadamente essa proteção, chegando em tese até a eleger todos os associados como dirigentes ou ao menos centenas deles."(Ibidem, p. 718)

Filio-me à corrente liderada por Alice Monteiro de Barros, também citada por Süssekind. Para ela, após a Constituição de 88, que introduziu o princípio da liberdade de organização sindical, aquele dispositivo se encontra revogado. Afirma que é possível negar tal estabilidade "sempre que a ampliação do número de dirigentes caracterizar *abuso de direito*." (Ibidem, p. 719).

Concordo que diretores de ordens e conselhos não têm esse direito; do mesmo modo, em relação aos empregados que foram contratados para exercer cargos de confiança ou estejam submetidos a contratos por prazo determinado. Mas, não posso concordar que a estabilidade só deva ser assegurada se o registro da candidatura for comunicado ao empregador. É que essa exigência, mesma prevista em lei (§5º do art. 543), não bate com a realidade. Se o registro for feito por candidato de uma chapa opositora, o dirigente sindical pode não ter interesse em providenciar essa comunicação. Pode inclusive haver um simples desleixe da direção sindical. Esta exigência burocrática não deve sobrepor-se a um direito tão importante.

A sua demissão só pode se efetivar, como diz a doutrina, se ele cometer *falta grave*. Como a CLT faz distinção entre *justa causa* e *falta grave*, e sendo esta última descrita especificamente para os empregados estáveis; como os antigos empregados estáveis só podiam ser demitidos mediante inquérito judicial, este será também o procedimento para desencadear a demissão do dirigente sindical.

9. CONCLUSÃO

Procurei, neste artigo, expor as minhas ideias sobre as antinomias existentes no artigo oitavo da Constituição em vigor. Sei que elas não convergem para o posicionamento majoritário da doutrina - lançada por amigos, companheiros e notáveis juristas. A maioria deles se tornou referência para a minha formação acadêmica. Daí o imenso respeito que tenho por eles, além do reconhecimento e da gratidão pelo o que eles me ensinaram.

Mas, não é possível fazer arte e ciência sem, antes, ter-se a consciência da liberdade e do livre pensamento, sem os quais qualquer iniciativa neste sentido já nasce viciada, comprometida. Como diria Goethe[14]:

> "Sei que nada me é pertencente
> Além do livre pensamento"

10. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Drummond. Alguma Poesia. No meio do caminho.* http://www.memoriaviva.com.br/drummond/poema004.htm

[14] GOETHE, J.W. Poemas. Coimbra: Centelha, 1986, p. 85.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *Direito do Trabalho e pós-modernidade. Fundamentos para uma teoria geral.* São Paulo: LTR, 2005;

_____. *Princípios de Direito do Trabalho.Fundamentos teórico-filosóficos.* São Paulo: LTr, 2008.

_____. *As justas causas do empregado: questões em aberto na dogmática jurídica*. Belém: Revista do TRT 8ª Região, vol. 43, n. 84, pp. 145-155, jan./jun./2010.

ANDRADE, Gaspar. *Manoel era fiel e filho da liberdade*. In: CD Versos Vialejos e Quebranguladas. Recife: 2005, Independente.

DELGADO Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005.

FILHO, Oton de Albuquerque Vasconcelos. *Liberdades Sindicais e Atos Anti-sindicais. A dogmática jurídica e a doutrina da OIT no contexto das lutas emancipatórias contemporâneas*. São Paulo: LTr, 2008.

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOETHE, J.W. *Poemas*. Coimbra: Centelha, 1986.

GOMES, Orlando, GOTTSCHALK, Elson. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LIRA, Fernanda Barreto. *A Greve e os novos movimentos sociais. Para além da dogmática jurídica e a doutrina da OIT*. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Contribuições Sindicais. Direito comparado e internacional.* São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Jorge (Direção). *Perdão mister fiel. O operário que derrubou a ditadura no Brasil*. *www.perdaomisterfiel.com.br/*

SILVA, Antônio Álvares da. *Unidade e pluralismo sindical*. In. PRADO, Ney (Coord.) *Direito Sindical Brasileiro. Estudos em homenagem ao Prof. Arion Sayão Romita*. São Paulo: LTr, 1998, pp.113-124.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*, vol. II. São Paulo, LTr, 1999.

TAPAJÓS, Renato (Direção). *Linha de Montagem*, 1988. www.adorocinema.com/filmes/linha-de-montagem/

TEIXEIRA, João de Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*, vol. 2. São Paulo: LTr, 1999.

SUA MAJESTADE A LIMINAR NA NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA*

*Francisco Antonio de Oliveira***

1. Da liminar como ato discricionário

Durante décadas, à liminar, em sede de *writ*, foi reconhecida a natureza jurídica de simples ato discricionário, ou seja, ato de vontade do juiz condicionado à presença ou não do *fumus boni juris* e do *periculum in mora.* Isso significa que o juiz, presentes aqueles requisitos, determine a suspensão do ato objeto do pedido de segurança desde que relevante o fundamento e, do ato impugnado, possa resultar a ineficácia da medida, caso posteriormente deferida. Todavia, a prática judicante foi corrompida por uma distorção desprestigiante do remédio heróico, qual seja, o da análise superficial ou mesmo de nenhuma análise para conceder a liminar ou para negá-la. Essa cultura do menor esforço ganhou rapidamente adeptos em volume preocupante e fortaleceu-se com o fato de o ato do juiz, fosse do primeiro grau ou dos tribunais, não poder ser impugnado. Com isso, abriram-se duas portas: uma em que as liminares eram concedidas "ad cautelam", isto é, sem análise mais acurada ou mesmo sem qualquer análise, procedimento que impedia a perda do direito, caso a segurança fosse, a final, concedida. Com esse comportamento (princípio hedonístico) oportunizou-se o nascimento da cultura das liminares. No outro extremo, tinha-se, como regra, a negativa da concessão de liminares, dando ensejo à figura da idiossincrasia. Some-se a isso o entendimento majoritário de que a concessão ou não de liminar somente poderia ser objeto de análise, caso houvesse pedido expresso do impetrante, por extremado respeito ao princípio dispositivo. Todavia, interessante notar que, há seis décadas, o art. 7º, II, da Lei 1.533/1951 comandava, usando o termo "ordenará", isto é, no imperativo: "**Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: II - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida."** Exigia, apenas, a presença dos requisitos. Se presentes, a concessão era obrigação do juiz; se ausentes, a negativa também era obrigação.

Não obstante, a jurisprudência era no sentido de não caber qualquer impugnação à concessão ou negativa de Liminar, excepcionado o que dispunha o art. 13, da Lei 1.533/1951, hoje revogada pelo art. 29 da Lei 12.016/2009, nova lei do mandado de segurança.

Decisão interlocutória concessiva de liminar em outro *writ*. Não cabe mandado de segurança para desconstituir decisão liminar do juiz em outro *writ*, por isso constitui decisão interlocutória a ser desafiada via agravo de instrumento. Recurso conhecido e provido (STJ, Resp 981889/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU 30.08.1999,

---

* Este artigo faz parte dos estudos realizados em nossa obra "A Lei do Mandado de Segurança Comentada (Lei 12.016/2009), Ed. LTr, São Paulo, 2010.

** Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP. Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Membro do Instituto Iberoamericano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Membro do Instituto de Direito do Trabalho do Mercosul. Sócio fundador da Academia Paulista de Letras Jurídicas. Desembargador Federal do Trabalho aposentado. Presidente do TRT 2ª Região no biênio 2000/2002 - Advogado em Campinas e São Paulo. Consultoria. Pareceres. E-mail: frama@uol.com.br. Site: franciscoantoniooliveira.adv.br. Blog franciscoantoniooliveira/artigos.

p. 54. Nota: O STJ já vinha admitindo a impugnação de concessão de liminar pela via do agravo de instrumento, providência hoje permitida pelo art. 7º, § 1º, da Lei 12.016/2009.

Descabe a concessão de mandado de segurança contra liminar concedida em outro *mandamus.* A liminar representa expressão de juízo quase final na ação mandamental e só se submete ao grau recursal ordinário, sob pena de desconfiguração do juízo de "verossimilhança" que se forma a partir da concessão ou denegação da medida. Mandado de segurança que se denega por incabível (TRT, 2ª. R., Ac.1999013037, Rel. Juiz Nelson Nazar, DOESP 27.08.1999).

O meio processual próprio para a suspensão da liminar concedida em mandado de segurança é o requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal e que cabe o recurso contra a decisão dele. Esse procedimento não pode ser substituído por mandado de segurança, que visa a cassação de liminar obtida em outro mandado de segurança, e que o litisconsorte passivo da autoridade coatora impetra perante o órgão judiciário do mesmo Tribunal que não será competente para conhecer do recurso contra a decisão na primeira segurança (STF, Recl. 176/SP, RTJ 114/448, Rel. Min. Moreira Alves).

2. Da lei antiga e da lei nova

A Lei 1.533/1951 (revogada), no inciso II, do art. 7º, dispunha que o juiz ao despachar a petição inicial: ***"que se suspenda o ato que deu origem ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida."*** A Lei 12.016/2009, nova lei do mandado de segurança, dispõe no inciso ***III "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida ..."*** Verifica-se, pois, que houve simplesmente a repetição do preceito, nesta parte. A outra parte acrescentada será analisada separadamente, tendo em conta que ela reforça a incoerência do legislador.

Raciocínio que pode ser feito: se a lei nova apenas repete a legislação vigente há já seis décadas, não haverá motivo para mudar o entendimento até então adotado de que a medida cautelar traduz ato que depende do douto critério do juiz para conceder ou para negar a concessão. O raciocínio, numa análise superficial, encontra respaldo, tendo a parte interessada, todavia, agora, a possibilidade de demonstrar o seu inconformismo por meio do agravo de instrumento (primeiro grau - § 1º, art. 7º) e agravo regimental (tribunais - parágrafo único, do art. 16), possibilidade que a lei antiga não contemplava.

3. Da incoerência interpretativa

O inciso III, do art. 7º, da Lei 12.016/2009 repete o inciso II, do art. 7º, da Lei 1.533/1951, agora revogada:

> ***"que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida."***

A suspensão do ato como providência necessária a evitar a ineficácia do julgamento era e continua sendo ato a ser tomado de ofício pelo juiz, caso o impetrante não requeira a suspensão em pedido liminar. O juiz (primeiro grau) ou o relator (tribunais) deverá analisar o pedido e respectivos documentos tão logo receba os autos do processo. Se tiver dúvida, deve aguardar as informações da autoridade dita coatora. De posse dos documentos do impetrante e do impetrado, estará em condições de resolver sobre a concessão, ou não, da liminar requerida. Entretanto, mesmo não havendo pedido liminar, o juiz deverá e não poderá decidir pela suspensão ou pela

negativa do ato comissivo, caso conclua que, sem a suspensão do ato, a concessão da segurança a final resultará em ineficácia. A possibilidade de agir de ofício está diretamente ligada à obrigação funcional do magistrado de preservação do direito. O princípio dispositivo é neutralizado por um valor maior que é do interesse do Estado, qual seja a preservação de um direito afrontado por autoridade pública. Em se tratando de ato omissivo, deverá o juiz ter cuidado maior, uma vez que a concessão de liminar, a pedido ou de ofício, para que o ato seja produzido, poderá trazer consequências inesperadas, caso a segurança não venha a ser concedida, posto que a produção do ato esgota o próprio mérito da segurança, sem a possibilidade de retorno em certos casos. A conclusão que exsurge é a de que a concessão, ou não, de liminar não é ato contido no douto critério do juiz, ou mesmo espécie de benesse que concede ou não. O juiz representa o Estado, e este tomou para si o poder jurisdicional impedindo que as pessoas tomem para si a possibilidade de resolver os seus conflitos. Pelo princípio da indeclinabilidade, a vontade pessoal do juiz não pode prevalecer, nem a liminar pode ser considerada benesse a depender do humor ou do douto critério do magistrado. Se presentes os requisitos do inciso III, do art. 7º, a liminar deverá ser concedida, se não houve pedido, o ato arbitrário ou ilegal deverá ser suspenso de ofício. Todavia, não se pode relegar ao oblívio, que a análise feita pelo juiz coloca-se em sede subjetiva, do que se pode concluir que um magistrado menos perceptivo ou neófito poderá não perceber o perigo de uma negativa de liminar. Admitimos que a falta de percepção poderá ocorrer numa minoria considerável. Todavia, a clareza da regra legal comanda: presentes os requisitos do inciso II, do art. 7º, a liminar deverá ser concedida; se não foi objeto de pedido, a suspensão do ato será feita de ofício; ausentes os requisitos, a liminar não pode ser concedida, nem o juiz poderá suspender o ato de ofício.

Tem-se, aí, um comando imperativo do legislador e da lei ao juiz. Isto é, o ato que deu motivo ao pedido deverá ser suspenso, se houver motivo relevante na impugnação do ato e se, na ausência de suspensão, puder resultar na eficácia da medida, caso a segurança seja finalmente concedida. Esse comando está vinculado diretamente ao poder estatal de jurisdição. O Estado tem o poder/dever de proteger o direito do impetrante. A decisão que vier a ser proferida em sede de *writ* não poderá ser mera figura de retórica ou de ficção. Assim, apresentando-se as hipóteses de relevância e de possibilidade de prejuízo imediato ou em potencial de difícil ou de impossível reparação, o juiz deverá e não poderá conceder a medida requerida ou determinar a suspensão do ato de ofício. O dever do Estado não é o de apenas declarar o direito abstrato do impetrante por meio de um comando sentencial condenatório mandamental; deverá, também, tornar concreto o comando abstrato, pois só assim comporá a lide. Daí o comando normativo imperativo da primeira parte do inciso III.

4. Da possibilidade de exigência de caução

Dispõe a segunda parte do inciso II, do art. 7º que: ***"sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica."***

A parte final do inciso III confirma a incoerência do legislador. Começa quando apresenta como suporte para a exigência de caução "o ressarcimento à pessoa jurídica." A pessoa jurídica é aquela à qual pertence a autoridade impetrada pelo cometimento de ilegalidade ou de arbítrio. A preocupação do legislador demonstra desconhecimento dos motivos históricos que determinaram o surgimento do mandado de segurança. Este surgiu como uma reação ao arbítrio de autoridades, no cometimento de ilegalidades, no abuso de direito e de poder. Estas sempre agiram como se a coisa pública fosse propriedade sua, sem que as pessoas tivessem possibilidade de agir contra tais desmandos. Não precisamos ir longe para registrar a impunidade legalizada. O Decreto-

lei nº 6, de 16.11.1977, proibia o uso do *writ* contra atos do Presidente da República, ministros de Estado, governadores e interventores. O *mandamus* só veio adquirir o seu *status* de garantia constitucional a partir da Constituição de 1946. Os desmandos e os atos prejudiciais sempre foram e continuam sendo originários do poder público contra o indivíduo. De modo geral, as pessoas escolhidas para tais cargos têm motivação meramente política, sem qualquer mérito ou competência para o cargo. Some-se a isso, a vaidade da pessoa que assume um cargo elevado para o qual não teria talento nem preparo. Certamente, aboletar-se-á num pedestal elevado e terá chance muito maior de cometer ilegalidades, dado o inchamento do ego. O legislador fundamentou a *mens legislatoris* como se todo impetrante de segurança fosse movido por objetivos escusos e usasse do *writ* para levar vantagem e prejudicar a pessoa jurídica. Se tivesse tido o cuidado de estudar o instituto, certamente verificaria que o vilão nessa história nunca foi o impetrante, a vilã sempre foi a autoridade, causando, por vezes, prejuízos enormes ao indivíduo.

Como vimos acima, a iniciativa legal de facultar ao juiz a exigência de caução, de fiança ou de depósito para o deferimento de liminar em dinheiro não foi de boa inspiração. A concessão de liminar poderá ser feita por iniciativa do próprio juiz primário ou do relator ou poderá ser requerida pelo impetrante. Na primeira hipótese, que diz respeito à iniciativa do juiz ou relator em obediência a um comando imperativo da norma, não tendo o impetrante qualquer participação no ato. Logo, não vemos como poderia o juiz exigir qualquer garantia do impetrante. Não havendo pedido formal, compete ao juiz ou ao relator verificar se estão presentes os requisitos do inciso III, primeira parte, do art. 7º, da Lei 12.016/2009. Se presentes, seu dever é conceder a liminar; se ausentes, seu dever é não conceder.

Temos, na segunda hipótese, o pedido de liminar formulado pelo impetrante. Também, aqui, persiste uma certa incoerência. Todos nós sabemos que a concessão de liminar não é benesse que o juiz concede ou nega. Não. Se os elementos dos autos direcionam no sentido de que a liminar deve ser concedida (presentes os requisitos do inciso III), o juiz não poderá deixar de fazê-lo; se, ao contrário, os elementos que afloram dos autos são no sentido de que não existe motivo relevante ou possibilidade de prejuízo imediato ou em potencial, a liminar não poderá ser concedida. A conclusão é que a parte apenas requer, não cabendo ao juiz, dentro do seu douto critério, conceder, ou não, a liminar. O juiz não tem o poder discricionário para conceder uma liminar, que não poderia ser concedida, mediante caução, fiança ou depósito. A concessão terá, obrigatoriamente, por respaldo a presença dos requisitos do inciso III, do art. 7º, da Lei 12.016/2009. Não existe, de conformidade com a letra da lei, primeira parte do inciso III, a possibilidade de negar a concessão ou, não havendo pedido, de o juiz concedê-la de ofício. Em suma: a caução não poderá ser exigida, quando for o caso de conceder-se a liminar para evitar a perda de direito. Essa é obrigação do Estado. Também não pode o Estado conceder uma liminar em troca de caução, de fiança ou de depósito em dinheiro, quando não o caso de concessão. Cabe ao juiz, agindo de ofício ou não, analisar criteriosamente os autos do *writ* e decidir pela concessão ou não da liminar, pela suspensão do ato hostilizado de ofício, ou pelo indeferimento. Não existe a possibilidade condicionar-se a concessão mediante caução. Concessão, nessa hipótese, seria permitir a instauração da imoralidade.

5. Da exceção que sempre persistiu

A doutrina e a jurisprudência registram casos em que a exigência é possível. Dá-se no caso de hostilização, pela via do *mandamus,* de ato omissivo. É intuitivo que na concessão de liminar, em caso de ato omissivo, dar-se-á o esgotamento do próprio mérito e, na maioria das vezes, sem possibilidade de retorno. Nesse caso, deve o juiz

analisar, cuidadosamente, o requerimento de liminar para que esta não venha a ser concedida e o *writ,* depois, venha a ser negado. Suponha que o proprietário de um prédio, objeto de tombamento, pretenda demoli-lo, pedido negado pela municipalidade. Se for concedida a liminar para a demolição, esgotar-se-á o mérito da própria segurança. Todavia, imagine-se a hipótese de um funcionário de uma repartição que foi impedido de candidatar-se a determinado cargo e o prazo encerra no dia seguinte. Se a liminar não for concedida, haverá perda de direito com o esgotamento do prazo. A concessão da liminar não trará outros inconvenientes. Se a segurança não for concedida, a liminar perderá o efeito e os atos praticados pelo impetrante serão de nenhum valor. Nesse caso, não haverá possibilidade de exigir-se caução, tendo em vista que, pela premência do prazo, a perda do direito é iminente, e o juiz deverá autorizar a prática do ato de ofício (inciso III, do art. 7º). Suponha-se um pedido de liberação de dinheiro, quando a execução é definitiva, mas foi ajuizada ação rescisória julgada procedente pelo Regional e com recurso ordinário pendente de julgamento no TST. Nesse caso, a garantia, mediante caução seria aconselhável.

6. Da interpretação literal do inciso III

O inciso III não pode ser interpretado na sua literalidade, pois levaria à errônea conclusão de que o juiz ou o relator poderia exigir a garantia antes de conceder a liminar, qualquer que fosse a hipótese, de ofício ou a requerimento do impetrante. A interpretação, nesse sentido, transformaria o *mandamus* em remédio processual elitista e a consequência seria a neutralização do seu uso e criaria óbice à prestação jurisdicional. O Estado tem o poder/dever de dar a prestação jurisdicional (*jurisdictio*), sempre que chamado (princípio da indeclinabilidade. O inciso III, do art. 7º, da Lei 12.016/2009 foi de má inspiração. O legislador raciocina como se todas as liminares tivessem de ser requeridas pelo impetrante e o juiz, dentro do seu douto critério, pudesse neutralizar a lei e deixar de conceder a liminar, ainda quando verificasse que essa fosse necessária. Misturou-se o patrimonial com o jurídico.

7. Da justiça gratuita

O impetrante beneficiado pela justiça gratuita não está sujeito à garantia. Se sua situação econômica e financeira não permite que o impetrante corra os riscos do processo sem que isso tenha influência deletéria no sustento próprio e da família, também não poderá ser obrigado a formar a garantia. A exigência pelo juiz é arbitrária.

8. Da garantia no processo do trabalho

Em havendo prova da hipossuficiência, não haverá, com maior razão, possibilidade de qualquer exigência de garantia. Valem aqui todos os argumentos tecidos nos itens acima para impedir a exigência de caução, fiança ou depósito. Entretanto, em se tratando de mandado de segurança para obrigar a autoridade a liberar dinheiro (ato omissivo), também com maior razão, o requerimento de liminar deve ser negado, pois o ato não teria possibilidade de retorno ao *status quo ante*, caso a segurança não seja concedida.

9. Do agravo de instrumento e do agravo regimental

A possibilidade de a parte que se sentir prejudicada com a concessão ou com a negativa de medida liminar recorrer deve ser recebida como uma medida salutar há muito tempo esperada praticamente por todos os advogados. Até o advento da nova lei, a concessão ou não de liminar pelo juiz ou pelo relator tinha a natureza jurídica de ato

discricionário e, portanto, irrecorrível. Certamente, muitas injustiças foram perpetradas, quer concedendo, quer negando a concessão. Em certos casos, a concessão ou a negativa tem resultados deletérios e irreversíveis. Na prática judicante, são muitos os exemplos em que a liminar é concedida ou negada sem maiores critérios. Embora não seja essa a regra geral, a exceção é volumosa e preocupante. Não se pode partir da premissa romântica de que o juiz não erra ao conceder ou negar uma liminar. Não vai aqui nenhum desdouro à nobre classe à qual pertenci por cerca de três décadas, por ser o erro próprio da natureza humana. Nenhum juiz está livre de cometer erro ou mesmo ser acometido pela idiossincrasia. A concessão ou não de liminar não pode ser entendida como benesse do juiz às partes. A prática, que se avoluma, de conceder-se ou de negar-se liminar com fundamento no gastado chavão, presentes ou ausentes o ***fumus boni iuris e o periculum in mora***, dito, sem análise mais rigorosa, com suporte apenas no "***ad cautelam***", deve ser evitada ou mesmo banida. O fato de a medida, quando concedida, poder ser cassada pelo juiz ou relator não autoriza o procedimento comodista que tem como consequência a proliferação de liminares. O poder dado ao juiz como representante do Estado na prestação jurisdicional de conceder ou denegar liminares não tem natureza discricionária. A concessão ou negativa não traduz simples ato de querer do magistrado, deve estar respaldada em elementos objetivos formadores da convicção para conceder ou para negar. É verdade que a subjetividade existirá sempre e ela se exterioriza por ocasião da análise dos elementos objetivos apresentados pelo impetrante e pelo impetrado. Em certos casos é desaconselhável a concessão ou a negativa sem que o impetrado apresente as suas informações (informações/defesa). Se a análise levar à convicção de que a liminar deve ser concedida, o magistrado não poderá negá-la; se, ao contrário, a convicção firmar-se pela negativa, não poderá concedê-la. Cuidado especial deverá ter em se tratando de fato omissivo, pois a concessão esgotará o próprio mérito; todavia, a não concessão, em determinados casos, poderá decretar a perda do direito.

10. Da possibilidade de recorrer no processo do trabalho

O legislador federal, quando legisla sobre processo ou sobre lei especial, como é o caso do novo mandado de segurança, não raciocina em termos de processo trabalhista e, com esse descaso, dificulta o desenvolvimento instrumental no âmbito do Direito do Trabalho. Tem-se a impressão de que existe uma inapetência crônica do Congresso Nacional a esta parte. Nas últimas quatro décadas, pouco se legislou em processo do trabalho. Além da Lei 5.584/1970, tivemos a Lei 8.958/2000 que criou as Comissões de Conciliação Prévia, neutralizada pelo Supremo Tribunal, sob o argumento de não ser obrigatória; e a Lei 9.957/2000 que criou o procedimento sumaríssimo. Depois disso, algumas providências pontuais, como o arts. 836, 877-A, 880, 882, 884, 894, 895, 896, 897-A, da CLT etc.

De notório conhecimento que o Direito do Trabalho não é dotado de um Direito Processual autônomo. As normas processuais específicas contidas na CLT e nas leis esparsas são de indigência franciscana. Daí a necessidade da busca subsidiária autorizada pelos arts. 8º, 769 e 889, CLT. Além disso, o processo do trabalho é dotado de inúmeras peculiaridades que o caracterizam e que o diferenciam do processo comum. Citaremos duas peculiaridades básicas para o desenvolvimento deste estudo: a) a irrecorribilidade das decisões interlocutórias e b) o núcleo operacional restrito do agravo de instrumento.

Em função da irrecorribilidade das decisões interlocutórias o núcleo operacional do agravo de instrumento, por consequência, está restrito apenas a desatrelar recursos não processados em todas as jurisdições trabalhistas (art. 897, letra b, CLT). Se raciocinarmos em termos de processo do trabalho, não haveria possibilidade de recorrer

da liminar concedida ou negada em primeiro grau, por dois motivos: primeiro, pelo fato das interlocutórias serem irrecorríveis; segundo, a ausência de recurso próprio, já que o agravo de instrumento do cível não poderá ser utilizado, não sendo o caso de busca subsidiária. Todavia, o raciocínio a ser feito é outro.

O mandado de segurança é um remédio constitucional e processual civilista. É uma lei especial que concede ao impetrante ou ao impetrado a possibilidade de demonstrar o seu inconformismo pela via do agravo de instrumento. Não existe a possibilidade de cumprir-se a lei pela metade. Como adverte Nelson Nery Junior "o sistema jurídico tem de encontrar mecanismos idôneos para que haja efetividade de direito ou do seu exercício" (CPC Comentado, 2ª. Ed. RT, p. 1.431).

Temos duas possibilidades para demonstrar o inconformismo com a concessão ou com a negativa de liminar em primeiro grau, já que no caso do ***writ*** não se aplicaria o princípio da irrecorribilidade, próprio do processo do trabalho. Seria a utilização do recurso ordinário ou do mandado de segurança. O primeiro fica, desde logo, descartado, por servir às sentenças terminativas e definitivas, não às decisões interlocutórias. Como dissemos, o agravo de instrumento trabalhista tem núcleo restrito, diferente do seu similar civilista que age como um verdadeiro "coringa".

Restará, assim, apenas o mandado de segurança contra a concessão ou negativa de liminar. Não se trata aqui de transformar o mandado em recurso, mesmo porque a discussão que se levará para o regional não será a do mérito da segurança interposta em primeiro grau, mas apenas para discutir a existência de pressupostos objetivos para conceder ou negar a liminar. Não deve causar espécie, o fato de encilhar o mandado de segurança para discutir ato produzido em outro mandado. Tem aplicação analógica, a interpretação dada no item II, da Súmula 414, II, do TST que cuida da antecipação de tutela. Tanto a tutela (arts. 273 e 461, CPC), quanto a concessão de liminar (inciso III, do art. 7º, da Lei 12.016/2009) dizem respeito ao mérito do *writ.* O recurso ordinário estaria alijado por se tratar de decisão interlocutória em ambos os casos. Se a tutela antecipada for concedida na sentença, tem cabimento o recurso ordinário (Súmula 414, item I). A decisão definitiva exerce a *vis attractiva* sobre o recurso ordinário. Pelo princípio do paralelismo, tem cabimento a segurança também na negativa de similar e de tutela antecipada.

Já no que diz respeito à liminar concedida por relator em mandado de segurança de competência originária das jurisdições ***ad quem*** (TRTs e TST), o recurso já faz parte dos Regimentos Internos desses tribunais na figura do agravo regimental, agora previsto no art. 16, parágrafo único da lei sob comento. Apenas, os tribunais deverão adequar os respectivos regimentos à nova Lei 12.016/2009, posto que até o seu advento as liminares eram irrecorríveis.

11. Dos efeitos da liminar no tempo

O parágrafo 3º, do art.7º, da Lei 12.016/2009 acaba com uma discussão iniciada com a Lei 4.348/1964 (revogada) que no § 1º, letra b estabelecia: "a medida liminar somente terá eficácia pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da respectiva concessão, prorrogável por 30 (trinta) dias quando provadamente o acúmulo de processos pendentes de julgamento justificar a prorrogação."

Não é necessário nenhum esforço intelectivo para sentir a erronia do legislador ao qual faltou um mínimo de sensibilidade e de raciocínio lógico. A famigerada lei carreava para o impetrante as consequências de ato sobre o qual não tinha nenhum domínio. Se o juiz ou o tribunal não efetuasse o julgamento do mandado de segurança no prazo de noventa dias, a liminar perdia o seu efeito; todavia, se o julgador comprovasse excesso

de trabalho, poderia prorrogar a duração da liminar por mais trinta dias. Pergunta que todos faziam: que culpa processual tinha o impetrante se o julgador estava assoberbado de processos e não conseguia dar conta ou mesmo se o atraso se dava por pouca dedicação do magistrado? Casos havia em que a cassação da liminar determinava a perda do direito, isto é, a decisão concessiva prolatada meses ou anos depois se tornava mera peça de ficção. Referida norma fora prova autêntica de que o legislador nem sempre raciocinara com a lógica da realidade. Muitas vezes, como nesse caso, legislara fora da realidade, quando culpava o impetrante por ato omissivo do julgador, causado, quase sempre, pelo próprio Executivo que não dá condições de funcionamento ao Judiciário, sonegando verbas.

Com o advento do Código de Processo Civil atual, a doutrina e a jurisprudência se firmaram no sentido de que a liminar concedida prevalecia até o julgamento, excepcionado o caso em que fosse cassada (art. 807 e respectivo parágrafo único CPC).

O parágrafo sob comento nada mais fez do que normatizar o que já fora referendado pela doutrina e pela jurisprudência. Com esse procedimento, o legislador retomou o bom caminho do qual nunca devia ter saído, com atraso de quase cinco décadas. Não é difícil imaginar o prejuízo que causou aos jurisdicionados.

O parágrafo está em consonância com o inciso III, do art. 7º que determina ao juiz agir de ofício, quando houver fundamento relevante e, do ato impugnado, puder resultar a ineficácia da decisão concessiva da segurança.

A Lei 1.533/1951, revogada pela nova lei de segurança (Lei 12.016/2009), já previa no art. 7º a liminar de ofício ao preceituar: “que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida”. Vê-se que é, praticamente, a mesma redação hoje dada ao inciso III, art. 7º, da lei nova. O legislador de 1951 havia percebido a necessidade do magistrado agir de ofício. A Lei 4.348/1964, editada em pleno regime militar, ao restringir a duração da medida liminar, concedida de ofício ou a requerimento da parte, obrara mal.

12. Da liminar de ofício

O direito à liminar (cf. Carmen Lúcia Antunes Rocha) no momento mesmo em que aqueles dois pressupostos legais (refere-se ao art. 7º, da Lei 1.1533/1951, hoje revogada, cujo preceito foi repetido no inciso III, da Lei 12.016/2009) apresentam-se de modo claro na ação, o que, a rigor, ocorre na oportunidade mesma da impetração do mandado de segurança. Daí por que a lei refere-se ao primeiro despacho, na peça exordial da ação, como sendo própria para a ordenação da suspensão liminar do cometimento público impugnado. Observa que nem faz a lei remissão ao pedido de liminar pelo impetrante como condição imprescindível à expedição da ordem, nem restringe a sua determinação àquele único momento preambular do processo. Assim, a concessão de liminar deve ocorrer quando, aperfeiçoados os dois pressupostos legais, fiquem estes demonstrados cabalmente, quando da impetração, sejam eles estampados após a manifestação da autoridade indigitada coatora em sua peça informativa. Alerta para a desnecessidade do pedido de liminar pelo impetrante como condição para a ordem determinada pelo julgador. Adverte, referindo ao juiz: cabendo-lhe a prestação eficiente da garantia constitucional do mandado de segurança, compete-lhe tomar todas as providências cabíveis para a realização da finalidade posta na norma fundamental e que é de sua estrita função ver aperfeiçoada, o que inclui, evidentemente, a medida acautelatória liminar asseguradora da plena eficácia do mandado que poderá vir, ao final, a ser concedido. Destarte, conquanto seja ela, em regra, requerida pelo impetrante, preocupado em ver restabelecida a sua segurança jurídica rompida pela nódoa de ilegalidade maculadora do comportamento público questionado, nada há a impedir que

o julgador aja de ofício na concessão da liminar, cumprindo a sua função especificada na norma constitucional concernente ao mandado de segurança. Esta não poderia ficar ao desabrigo pela inapetência processual do impetrante ou pela inabilidade técnica do seu representante. Conclui que, de resto, aliás, o juiz dispõe de competência para aviar as medidas acauteladoras da produção final do resultado útil buscado pelo pedido de prestação jurisdicional, nos termos dos arts. 798 e 799 do Código de Processo Civil (Artigo de doutrina. A liminar no mandado de segurança, in Teixeira, Sálvio de Figueiredo (cood) Mandado de segurança e de injunção, São Paulo, Saraiva, 1990, pp. 218 e ss.).

Adhemar Ferreira Maciel preleciona que na liminar, no mandado de segurança, (Teixeira, Sálvio de Figueiredo (cood) Mandado de segurança e de injunção, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 233) "deve o julgador estar sempre em guarda para exercer o relevante papel que a Constituição lhe confiou, de fazer reinar o primado da lei, sobretudo ante a prepotência disseminada no Poder Público." E com respaldo em Hely Lopes Meirelles que o juiz deve proceder com prudência e não titubear em concedê-la (refere-se à liminar), quando presentes se fizerem os dois requisitos legais: a) relevância no fundamento do pedido e b) da demora no julgamento possa advir a ineficácia ou, como quer Pontes de Miranda (Comentários ao Código de Processo Civil (1939), 2ª. Ed. Forense, v. 5/191) "a ineficiência da segurança, caso seja a final concedida."

O apego demasiado ao princípio dispositivo contraria a lei do mandado de segurança, a anterior e a atual, A preservação do direito é dever do juiz em sede de *writ.* Daí a sua obrigação jurisdicional de agir de ofício e conceder a liminar suspensiva do ato comissivo ou realizadora do ato omissivo, quando disso depender a prevalência do direito.

13. Da tutela antecipada

Registre-se, inicialmente, o cochilo do legislador ao não dar o mesmo tratamento dado à liminar para a tutela antecipada. Ambas dizem respeito ao adiantamento do próprio mérito pelo que o tratamento deveria ser idêntico. Mesmo omissa a lei, da negativa ou da concessão da tutela antecipada (arts. 273 e 461, CPC) tem cabimento o agravo de instrumento nos *writs* com jurisdição civil estadual e federal. No caso do processo do trabalho, dado o núcleo operacional restrito do agravo e instrumento (art. 897, b, CLT), tem cabimento o mandado de segurança (Súmula 414, item II, do TST).

Tanto a tutela (arts. 273 e 461, CPC), quanto a concessão de liminar (inciso III, do art. 7º, da Lei 12.016/2009) dizem respeito ao mérito do *writ.* O recurso ordinário estaria alijado por se tratar de decisão interlocutória em ambos os casos. Se a tutela antecipada for concedida na sentença, tem cabimento o recurso ordinário (Súmula 414, item I). A decisão definitiva exerce a *vis attractiva* sobre o recurso ordinário. Pelo princípio do paralelismo, a negativa de liminar ou de tutela antecipada desafia o *mandamus.* Remetemos o leitor aos comentários dos itens 9 e 10.

A exemplo do que foi dito nos comentários ao § 2º, do art. 7º, o legislador esbarra com a inconstitucionalidade ao restringir a tutela antecipada e a tutela específica. A magistratura não pode ser impedida de conceder liminares ou de prover a tutela antecipada ou específica para evitar a perda de direitos. Esse poder de cautela está previsto no inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição Federal. A lei ordinária, como é o caso da novel Lei 12.016/2009 (que revogou a Lei 1.533/1951), de natureza infraconstitucional, não pode arrostar preceito constitucional (princípio da hierarquia das normas).

CARTA ABERTA AOS "TERCEIRIZADOS" E À COMUNIDADE JURÍDICA

*Jorge Luiz Souto Maior**

A sociedade brasileira está tendo a oportunidade de ver o que representa o processo de terceirização, sobretudo no setor público, a partir da realidade vivenciada - mais uma vez, infelizmente, na Universidade de São Paulo. Esta é uma situação muito triste, mas, ao mesmo tempo, grandiosa, ao menos por quatro aspectos: primeiro, porque os trabalhadores terceirizados estão tendo visibilidade (logo eles que estão por aí nos ambientes de trabalho como seres invisíveis); segundo, porque eles próprios estão se reconhecendo como cidadãos e estão demonstrando possuir, ainda, capacidade de indignação frente à injustiça; terceiro, porque os demais trabalhadores e cidadãos estão tendo a chance de exercitar um sentimento essencial da condição humana, a solidariedade; e, quarto, porque aos profissionais do direito está sendo conferido o momento para questionar os aspectos jurídicos que conduziram à presente situação. O fato é que a terceirização é, antes de tudo, um fenômeno criado pelo direito, tendo, portanto, o direito toda a responsabilidade quanto às injustiças que tal fenômeno produz.

A Universidade de São Paulo, como tantos outros entes públicos e privados, achou por bem contratar uma empresa para a realização dos serviços de limpeza no âmbito de suas unidades de ensino. E se assim fez é porque considerou que o direito lhe permitia fazê-lo. Tratando-se de um ente público a contratação se fez, por determinação legal, por meio de licitação.

Ocorre que, respeitando-se a lógica do procedimento em questão, quem sai vencedor da licitação é a empresa que oferece o menor preço - não sendo muito diferente o que se passa no âmbito das relações privadas.

Pois bem, o que se extrai desse contexto é a consequente lógica da precarização das garantias dos trabalhadores, pois há a transferência da responsabilidade de uma empresa economicamente sólida ou de um ente público para uma empresa que não possui, necessariamente, nenhum lastro econômico e cuja atividade não vai além de organizar a atividade de alguns trabalhadores e lhes repassar o valor que lhe seja pago pelo ente contratante dos serviços, o qual, ademais, não faz mesmo questão de saber se o valor pago vai, ou não, fragilizar o ganho dos trabalhadores, pois que vislumbra destes apenas o serviço prestado, sendo certo que considera, por óbvio, a utilidade de obter esse serviço pelo menor preço possível.

Do ponto de vista dos trabalhadores terceirizados as consequências dessa situação vão muito além da mera precarização das garantias do trabalho, significando mesmo uma forma de precarização da sua própria condição humana, vez que são desalojados do contexto da unidade em que prestam serviços. Os "terceirizados", assim, tornam-se em objetos de contratos e do ponto de vista da realidade, transformam-se em seres invisíveis. E isso não é mera figura de retórica, pois a maior forma de alguém ver reduzida a sua condição de cidadão é lhe retirar a possibilidade concreta de lutar pelo seu direito e é isso, exatamente, o que faz a terceirização.

Vejamos esta afirmação a partir do exemplo da USP. O ente público contratou a empresa União, para uma prestação de serviços durante 05 (cinco) anos e o fez a partir

* Professor Livre-Docente, de Direito do Trabalho, da Faculdade de Direito da USP, juiz do trabalho, titular da 3ª. Vara do Trabalho de Jundiaí e membro da Associação Juízes para a Democracia.

do pressuposto do menor preço. Para extração de seu lucro, a empresa União, diante do valor que lhe era pago mensalmente, em diversas ocasiões deixou de cumprir os direitos dos trabalhadores e a Universidade de São Paulo bem sabia disso.

A situação em questão está documentada no Termo de Ajuste de Conduta n. 94, firmado pela referida empresa perante o Ministério Público do Trabalho (PRT - 2ª Região), em 2007, pelo qual se comprometeu a fornecer vale-transporte aos trabalhadores, a efetivar os depósitos do FGTS e a recolher a contribuição previdenciária, assim como no Inquérito Civil, instaurado no âmbito do Ministério Público do Trabalho (PRT - 2ª Região), em novembro de 2010, para apurar novas irregularidades cometidas pela empresa em questão com relação aos trabalhadores que executam seus serviços na USP, sobretudo no que tange a denúncias de assédio moral, ameaças aos empregados e transferências com propósito de retaliação, seguindo, inclusive, reportagem elaborada no próprio "Jornal do Campus" e no Termo de Ajuste de Conduta n. 2.139, firmado também junto ao Ministério Público do Trabalho (PRT - 2ª Região), em abril de 2011, desta feita para que a empresa União assumisse o compromisso de respeitar o intervalo legal de 11 (onze) horas entre duas jornadas de trabalho dos trabalhadores "terceirizados" em atividade na USP.

Ou seja, o que se passou a partir de 05 de abril de 2011, quando os trabalhadores da empresa União já estavam cumprindo aviso prévio, em razão do término do contrato de prestação de serviços entre dita empresa e a USP, vencido o prazo de 05 (cinco) anos, já era uma tragédia anunciada. Ora, como uma empresa que durante todo o curso do contrato de prestação de serviços se viu, de certo modo, "obrigada", diante do valor do que lhe era repassado pela USP, nos termos do contrato, a eliminar direitos dos trabalhadores, tais como "vale-transporte", teria condições financeiras de arcar com os custos legais do término de 400 relações de emprego?[1] E olha que os exemplos apresentados de descumprimento da legislação não indicam as situações individualizadas, que de fato existem, de supressão de férias e exercício de trabalho em horas extraordinárias, fato que, ademais, é possível razoavelmente supor a partir do próprio conteúdo do Termo de Ajuste de Conduta, firmado em abril de 2011 (acima citado), pois para que haja supressão do intervalo de 11 horas, ou o empregado trabalhava além de oito horas por dia ou tem que se submeter a um revezamento de horário que pode lhe integrar a novo regime de limitação da jornada.

Cumpre esclarecer, ainda, que, segundo versão da Empreza Limpadora União, expressa em nota pública, a Universidade de São Paulo já estava lhe pagando apenas 70% da nota de serviços há quatro meses e, em março/11, já tinha obtido decisão judicial, de caráter liminar, conferindo-lhe o direito ao recebimento integral da fatura, o que não teria sido respeitado pela Universidade.

Pois bem, com todo esse imbróglio, o que se verifica, na sequência, é a utilização do Direito para, enfim, acabar de fulminar com os terceirizados!

O fato é que a USP já sabia, há muito, por óbvio, que a situação financeira da empresa prestadora não lhe permitiria arcar com os custos das cerca de 400 rescisões. Então, alguns meses antes do término do contrato da prestação de serviços, por oportuno, "descobriu" que a empresa prestadora tinha dívida com a União Federal (inscrita no CADIN) e, assim, deixou de repassar parte (precisamente, 30%) da prestação mensal que devia à prestadora. Mas, o fez, certamente, como forma de argumentar, mais adiante, apegando-se no novo entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da terceirização no âmbito público, que não poderia ser responsabilizada subsidiariamente

[1] Não há precisão quanto a este número, dada a absoluta falta de transparência quantos aos termos do contrato firmado entre a USP e a Empreza Limpadora União (pela internet só se consegue saber que o contrato foi firmado no PROCESSO: TC-016602/026/06).

pelas dívidas de natureza rescisória dos empregados da Empreza União (e mesmo com relação a todos demais direitos que restassem pendentes, considerando a situação individualizada dos trabalhadores terceirizados), pois que teria agido com a devida atenção ao fiscalizar a atuação da empresa de terceirização, tanto que logo que soube de sua condição de inadimplente perante o Estado tratou de reter o pagamento que lhe era devido...

Ora, só não querendo enxergar para não perceber a estratégia jurídico-econômica estabelecida pela Administração da Universidade no caso, tanto que sequer se dispôs a dizer, publicamente, quando, afinal, fez essa grande "descoberta". De todo modo, ainda que a descoberta tenha ocorrido, de fato, após a Universidade ter pago 70% da prestação à empresa prestadora, o fato concreto é que pelo próprio conteúdo do contrato é possível saber que lhe estava embutida uma lógica de supressão de direitos.

E, ademais, segundo versão da Empreza União, a Universidade vem adotando tal procedimento há quatro meses e, assim, mesmo com o conhecimento da dívida, tem pago 70% do valor da fatura. Mas, por que 70%? Qual a explicação jurídica para esse percentual?

Conforme os dados que vieram a público, a USP depositou em juízo 30% do valor da prestação mensal devida à empresa prestadora pelos serviços contratados de limpeza, que inclui mão de obra de cerca de 400 empregados e material de limpeza. Os 30% representaram, conforme consta do processo n. 0008336-48.2011.8.26.0053, com trâmite na 8ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, no qual o depósito foi realizado, a importância de R$146.493,43. Isso significa dizer que o valor total da prestação mensal é de R$488.311,43, o que se demonstra totalmente insuficiente para o pagamento sequer dos cerca de 400 empregados, ainda mais se considerarmos que do pagamento em questão a empresa prestadora retira ainda valores necessários à compra de material de limpeza, tributos e, por óbvio, o seu lucro. A matemática é implacável: o salário desses trabalhadores é, em geral, o salário mínimo, qual seja, R$545,00 e segundo o professor da FEA/USP, José Pastore, "Em decorrência da legislação, as empresas pagam cerca de 102% sobre o valor do salário" (*Emprego e encargos sociais*, artigo publicado em ***O Jornal da Tarde,*** 09/02/1994), acrescentando, ainda, que "O custo da rescisão do contrato de trabalho é elevado, podendo chegar a 2 salários (em alguns casos, até mais)." (Idem, *Relações de trabalho - flexibilizar para sobreviver*, artigo publicado em ***A Folha de São Paulo***, 21/04/1990). Assim, chegar-se-ia ao custo total mensal de R$440.360,00, a título exclusivo de mão de obra, isto sem considerar a custo do material de limpeza para 10 (dez) unidades, os tributos e o lucro da empresa prestadora, além do custo adicional das rescisões.

Resta claro, pois, que o desrespeito aos direitos trabalhistas está inserido no contexto da terceirização operada, o que, aliás, não é um privilégio da situação em exame. A precarização trata-se, como se verifica em diversas outras experiências, da própria lógica do fenômeno, proporcionando, até mesmo, o exercício, de forma natural, da perversidade, pois, afinal, como se verifica na situação em comento, não pode mesmo ser outro o sentimento que inspira a Administração da Universidade ao engendrar uma "saída" jurídica para mais adiante tentar se desvencilhar de qualquer obrigação perante os direitos dos trabalhadores terceirizados, não tendo, para tanto, a menor preocupação com o que se passará na vida dessas pessoas sem o concreto recebimento do salário e a perda do emprego seguida do não recebimento de verbas rescisórias. Se pessoas vão, de fato, passar necessidade isso não lhe importa; o que vale mesmo é defender o "interesse público" de sugar as forças de pessoas sem qualquer comprometimento jurídico ou humanístico.

Cumpre não olvidar que estamos falando de pessoas que recebem salário mínimo, cujo montante, portanto, é estritamente alimentar.

E sabem o que dirão os Administradores da USP? Dirão que estão agindo em conformidade e nos limites da lei e que não podem, "infelizmente", por mais que compreendam os dilemas humanos dos "terceirizados", fazer algo a respeito. Dirão, ainda, que o que podiam fazer já fizeram, que foi efetuar o pagamento do valor contratualmente fixado, mediante depósito judicial. A empresa prestadora, por sua vez, dirá que o problema não é seu, pois só não efetuou o pagamento do salário por conta do procedimento adotado pela Universidade...

No jogo de empurra, resta aos terceirizados esperar a boa vontade de alguém, que não virá! O final da história já se sabe: se receberem os salários, sabe-se lá quando, não receberão, por certo, a integralidade de suas verbas rescisórias e se verão obrigados a ingressar na Justiça para o recebimento de tais valores, o que, com otimismo, deve levar dois ou três anos, a não ser que aceitem receber menos do que tem direito mediante um "acordo", no qual conferirão "quitação" de todos os seus demais eventuais direitos, até porque, como apregoa o Supremo Tribunal Federal, "conciliar é legal". E tudo se acertará, sem muitos incômodos... Afinal, por que se preocupar tanto com direitos de terceirizados que já estão acostumados com essa situação?

Por oportuno, vale o registro de que alguns empregados terceirizados, que vivenciaram a mesma situação, em 2006, ao término do contrato de outra empresa de terceirização, não receberam até hoje os seus direitos, como se verifica no Processo nº 01654200501802000, com trâmite no TRT da 2ª Região (18ª Vara), no qual são partes: Reclamante: Érica Rodrigues da Silva e Reclamadas: Bioclean Serviços Ltda. e IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Autarquia Estadual vinculada à USP). A reclamação trabalhista em questão, movida em 2005, ainda não resultou no recebimento de qualquer valor por parte da reclamante, embora a sentença lhe tenha sido favorável, sendo mantida pelo Tribunal Regional. Ocorre que o IPEN interpôs Recurso de Revista, seguido de Agravo de Instrumento, para tentar levar o processo ao Tribunal Superior do Trabalho, talvez na tentativa de se ver livre de qualquer obrigação perante à Sra. Érica Rodrigues da Silva, vislumbrando, até mesmo, no caso de insucesso, recorrer ao Supremo Tribunal Federal, seguindo a "moderna" jurisprudência daquela Corte a respeito do assunto. A propósito, só para constar: a empresa Bioclean Serviços Ltda. possui processo de Falência (n. 0834106-14.2007.8.26.0000/02 - 000.05.092909-7/00002), em trâmite na 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais...

Assim, não se pode deixar de considerar que há um grande risco, na verdade, uma quase certeza, de que os trabalhadores terceirizados jamais receberão os seus direitos, pois segundo o entendimento de "vanguarda" do Supremo Tribunal Federal a respeito da questão, inexiste responsabilidade do ente público pelas dívidas trabalhistas das empresas prestadoras de serviço na terceirização, a não ser nas situações em que se consiga fixar, em concreto, a culpa do ente público no que tange ao inadimplemento das obrigações trabalhistas. Só que a considerar a estratégia utilizada pela USP, de depositar em juízo parte dos valores que devia repassar à empresa terceirizada, sob o argumento de que esta tinha dívidas com o Estado, não é difícil imaginar a dificuldade que os trabalhadores terão em apontar a culpa da Universidade.

É interessante perceber que esse efeito fático, de deixar os terceirizados literalmente na mão, provocado pela decisão do STF na já famosa ADC n. 16, tem sido encarado como uma "vitória" pelos entes públicos, como anuncia a nota da Procuradoria Geral do Distrito Federal: "A Procuradoria-Geral do Distrito Federal obteve vitória hoje à tarde, em julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, referente à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, referente ao artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A decisão afasta em definitivo a responsabilidade do Poder Público em relação a qualquer débito trabalhista e fiscal das empresas contratadas. Importa destacar que esta decisão implica a economia de milhões de reais para os cofres distritais, já que existem mais de

4 mil ações judiciais em quais o Distrito Federal foi condenado a arcar com dívidas de empresas que prestaram serviços ao ente federativo. A importância do tema se revela na medida em que todos os estados-membros, a União e diversos municípios se uniram à iniciativa pioneira do DF em propor a ADC."[2]

Aliás, é mesmo impressionante a quantidade de entes públicos que interferiram como "amigos" do Distrito Federal na referida Ação Direta de Constitucionalidade acerca do art. 71, da Lei n. 8.666/93, quais sejam: Departamento de Trânsito do Estado do Pará; Município de Belo Horizonte, Município de Jundiaí/SP, Município de Arcoverde, Município do Rio de Janeiro, Município de São Paulo, Município de Juiz de Fora, Município de Santo André, Município de Goiânia, Município de Boa Vista, Município do Recife, Município de Belém, União Federal, Estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Essa situação revela que, de fato, estão todos unidos contra os "terceirizados", pois, afinal, segundo se quer acreditar, talvez seja a concessão de direitos aos terceirizados o que trava o desenvolvimento do país...

Não pode haver dúvida: o entendimento do Supremo será utilizado para enterrar, de vez, os direitos dos trabalhadores terceirizados. E se dirá: não há injustiça nenhuma nisso, pois tudo tem o respaldo do Direito!

O problema é que não tem.

Como dito pelo Ministro Peluso, na mesma Ação Direta de Constitucionalidade, a terceirização no serviço público não tem amparo constitucional. De fato, não há um dispositivo constitucional sequer a autorizar o ingresso na realização de serviços essenciais ao ente público se não for por meio de ingresso por concurso público, salvo em situações de excepcional interesse público em caráter temporário.

Dizem o art. 37 e seus incisos I e II da CF: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: I- os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; II- a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração."

Têm-se, assim, expressamente, fixados na Constituição os requisitos antes mencionados, para a execução de serviços públicos: impessoalidade; publicidade; moralidade; acesso amplo; concurso público; tudo para evitar os defeitos por demais conhecidos do favorecimento, do nepotismo e da promiscuidade entre o público e camadas privilegiadas do setor privado.

Resulta desses dispositivos que a execução de tarefas pertinentes ao ente público deve ser precedida, necessariamente, de concurso público. Nestes termos, a contratação de pessoas, para prestarem serviços à Administração, por meio de licitação fere o princípio do acesso público. Assim, se, por exemplo, algum município quiser contratar um servidor, deverá fazê-lo mediante realização de concurso público de provas

---

[2] Nota do Gabinete da PGDF. In: http://www.apdf.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:vitoria-da-pgdf-na-adc-16-afasta-a-responsabilidade-do-estado-pelo-pagamento-de-debitos-de-empresas-terceirizadoras-de-mao-de-obra&catid=18:noticias&Itemid=36, acesso: em 14/04/11.

e títulos, que será acessível a todos os cidadãos, respeitados os requisitos pessoais exigidos em termos de qualificação profissional, por acaso existentes e justificados em razão do próprio serviço a ser realizado. Ao se entender que o mesmo município possa realizar esse mesmo serviço por meio de uma empresa interposta, estar-se-á, simplesmente, dando uma rasteira no requisito do concurso público e mais permitindo o favorecimento de uma pessoa jurídica, que, no fundo, estará recebendo dinheiro público, sem uma justificativa para tanto.

Claro, se poderá dizer que há previsão, também na Constituição, no inciso XXI, do mesmo artigo 37, no sentido de que o ente público poderá contratar serviços mediante processo de licitação: "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços**, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

É tão óbvio que a expressão "serviços" contida no inciso XXI não pode contrariar a regra fixada nos incisos I e II, que chega mesmo a ser agressivo tentar fundamentar o contrário. Ora, como já dito, se um ente público pudesse contratar qualquer trabalhador para lhe prestar serviços por meio de uma empresa interposta se teria como efeito a ineficácia plena dos incisos I e II, pois que ficaria na conveniência do administrador a escolha entre abrir o concurso ou contratar uma empresa para tanto, a qual se incumbiria de escolher, livremente, a partir dos postulados jurídicos de direito privado, as pessoas que executariam tais serviços.

O inciso XXI, evidentemente, não pode ter tal significação. Tomando o artigo 37 em seu conjunto e mesmo no contexto do inciso XXI, em que se insere, o termo "serviços" só pode ser entendido como algo que ocorra fora da dinâmica permanente da administração e que se requeira para atender exigência da própria administração, como por exemplo, a implementação de um sistema de computador, ou a preparação dos servidores para trabalhar com um novo equipamento. Para esses serviços, o ente público poderá contratar, por prazo certo, uma empresa especializada, valendo-se, necessariamente, de processo de licitação.

Não se pode entender, a partir da leitura do inciso XXI, que o ente público, para implementar uma atividade que lhe seja própria e permanente, possa contratar servidores por meio de empresa interposta, até porque, se pudesse, qual seria o limite para isto? Afinal, *serviço* é o que realizam todos os que trabalham no ente público. O que fazem os juízes, por exemplo, senão a prestação de serviços ao jurisdicionado?

Costuma-se dizer que a "execução de tarefas executivas"[3], como, por exemplo, os serviços de limpeza, podem ser executados por empresa interposta, baseado no que prevê um decreto de 1967, número 200 e em uma lei de 1970, número 5.645. Em primeiro lugar, um decreto e uma lei ordinária não podem passar por cima da Constituição, ainda mais tendo sido editados há mais de 40 anos atrás. Segundo, a Constituição não faz qualquer distinção quanto aos serviços para fins da necessidade de concurso público. Mesmo a contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, deve ser precedida de pelo menos um processo seletivo. E, terceiro, como justificar que os serviços de limpeza possam ser exercidos por uma empresa interposta e não o possam outros tipos de serviço realizados cotidianamente na dinâmica da administração, como os serviços burocráticos de secretaria e mesmo todos os demais?

---

[3] Maria Sylvia Zanella di Pietro, Parcerias na Administração Pública, Atlas, São Paulo, 1999, p. 168.

Se nos “serviços” a que se refere o inciso XXI pudessem ser incluídos os serviços que se realizam no âmbito da administração de forma permanente não haveria como fazer uma distinção entre os diversos serviços que se executam, naturalmente, na dinâmica da administração, senão partindo do critério não declarado da discriminação. Mas, isto, como se sabe, ou se deveria saber, fere frontalmente os princípios constitucionais da não discriminação, da isonomia, da igualdade e da cidadania.

Vale a pena, por isto, relembrar alguns textos constitucionais que devem ter incidência neste assunto, pois não é somente um pretenso interesse do administrador que pode ser considerado:

> Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (....) III - a dignidade da pessoa humana;
> Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (....) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
> Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, **sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos **estrangeiros residentes no País** a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (....) XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
> Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (....) XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

Retomando, a normatividade interna e o aspecto da abrangência da expressão “serviços”, contida no inciso XXI, do art. 37, da Constituição, interessante verificar que a própria Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o processo de licitação, considera, para fins da referida lei, “Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais” (inciso II, do art. 6º), pressupondo o seu caráter temporário, conforme previsão do art. 8º: “A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus *custos atual e final* e **considerados os prazos de sua execução**.”

Verdade que na mesma lei, encontra-se o inciso II, do artigo 57, que ao dispor do limite da duração dos contratos firmados com a Administração por meio de processo licitatório faz menção, excepcionando a regra, “à prestação de serviços a serem executados de forma contínua” à Administração. Mas, em primeiro lugar, referido dispositivo foi inserido na Lei em 1998, alterando inovação do texto legal realizada, em 1994, talvez no sentido de legitimar algumas práticas de terceirização já existentes no setor público, só que, evidentemente, não há legitimação de uma situação fática que contrarie a Constituição. Como a Constituição, como visto, determina que os serviços atinentes à dinâmica da Administração sejam realizados por servidores concursados, não será uma lei ordinária que dirá, validamente, o contrário.

Assim, adotando-se o princípio da interpretação em conformidade com a Constituição, o serviço contínuo, referido no inciso II, do art. 57, da Lei n. 8.666/93, só pode ser entendido como um serviço que se preste à Administração, para atender

uma necessidade cuja satisfação exija alta qualificação de caráter técnico, requerendo, portanto, por meio de processo licitatório, a contratação de uma empresa especializada e que, embora permanente sua execução, se inclua na lógica do contexto de sua dinâmica organizacional apenas esporadicamente, como, por exemplo: a manutenção de elevadores; o transporte de valores em vultosa quantia... Para além disso ter-se-á uma flagrante inconstitucionalidade.

Verdade que o artigo 175, também da Constituição, fornece ao administrador a possibilidade de escolha no que se refere aos serviços públicos. Diz o referido texto constitucional: "Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de **concessão** ou **permissão**, sempre através de licitação, a **prestação de serviços públicos**."

No entanto, não se há confundir os "serviços" mencionados no inciso XXI, com serviço público. O serviço público, como explica Celso Antônio Bandeira de Mello, "é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados"[4].

Os "serviços públicos", mencionados no artigo 175, têm, portanto, natureza diversa dos "serviços" a que se referem o inciso XXI, do art. 37. Os serviços públicos são prestados aos administrados e não à própria administração. A execução desses serviços públicos pressupõe, por óbvio, a criação de uma estrutura que seja própria a consecução de seus fins e que requer, portanto, o exercício de alguma atividade de natureza empresarial, que o Estado pode realizar por si ou mediante outorga a um ente privado, mediante licitação. Não se concebe, pela regra do art. 175, que o Estado transfira para o particular um serviço atinente à sua própria organização interna ou mesmo um serviço que se destine à população, mas que não requeira nenhum tipo de organização de caráter empresarial, pois neste último caso, a interposição do ente privado se faria apenas para possibilitá-lo explorar, economicamente, a atividade pública, sem oferecer nada em troca. Esta última questão pode ser mais polêmica, concordo, mas de todo modo não pode haver dúvida de que o art. 175 não é fundamento para a mera terceirização de serviços no âmbito da administração pública.

Contra a "tese" que se está sustentando neste texto pode-se, ainda, mencionar o disposto no artigo 247 da Constituição: "As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva **atividades exclusivas de Estado**."

Assim, segundo a própria Constituição haveria uma distinção entre as atividades desenvolvidas no âmbito da Administração, sendo algumas consideradas "atividades exclusivas de Estado" e, outras, consequentemente, não.

Sim, isto é inquestionável, diante dos inequívocos termos do dispositivo constitucional. No entanto, abstraindo a dificuldade do que seria, propriamente, atividade exclusiva de Estado, o fato é que a diferenciação feita pela Constituição diz respeito, unicamente, aos critérios específicos para a "perda do cargo", não tendo, portanto, nenhuma influência no aspecto do ingresso no serviço público, do que se trata a questão posta em discussão. Aliás, é o próprio artigo 247 que acaba reforçando a ideia de que o ingresso de todos os servidores da Administração, independente da tarefa que exerçam, se dê por intermédio de concurso público, pois, do contrário, não haveria sentido em trazer a distinção quantos aos critérios para a perda do cargo.

Conclusivamente, não há em nosso ordenamento constitucional a remota possibilidade de que as tarefas permanentes e constantes que façam parte da dinâmica administrativa do ente público serem executadas por trabalhadores contratados por uma

[4] Curso de Direito Administrativo, Malheiros, São Paulo, 2006, p. 634.

empresa interposta. A chamada terceirização, que nada mais é que uma colocação da força de trabalho de algumas pessoas a serviço de outras, por intermédio de um terceiro, ou seja, uma subcontratação da mão de obra, na esfera da Administração Pública, trata-se, portanto, de uma prática flagrantemente inconstitucional.

E aí é que mora a maior gravidade do presente assunto. Desrespeita-se, frontalmente, a Constituição ao se efetuar a contratação de trabalhadores, no setor público, por intermédio da terceirização e, depois, constatada a precarização dos direitos desses trabalhadores, que está na própria lógica do fenômeno, busca-se permitir ao ente público valer-se do "direito" para se eximir de responsabilidade, como se este fosse, de fato, o interesse público. Mas, o que sobressai não é a razão jurídica e sim a pura maldade, que tem, pesarosamente, adquirido inúmeros adeptos no mundo do "direito".

Voltando ao caso da USP, sabem o que a Administração da Universidade promoveu no momento em que os trabalhadores terceirizados paralisaram suas atividades como forma política de pleitearem o recebimento de seus salários? A USP contratou, em caráter de urgência, outra empresa de prestação de serviços, demonstrando, claramente, como estava "preocupada" com a situação humana dos terceirizados! E as contradições, então, emergem ainda mais. Ora, se o argumento da terceirização dos serviços de limpeza parte do pressuposto de que a atividade de limpeza não é essencial à dinâmica da Universidade, como a Universidade não consegue prosseguir suas atividades, durante um só dia, sem o serviço de limpeza?

Cumpre observar que, em concreto, o que a Universidade fez foi frustrar o direito de greve dos trabalhadores terceirizados, sendo certo que a lei de greve impede a contratação de trabalhadores durante o período da paralisação dos serviços. Bem verdade que, do ponto de vista estritamente legal, os terceirizados não estavam, tecnicamente, em greve, vez que o movimento não foi deflagrado pelo sindicato que os representa. Isso, no entanto, não retira a legitimidade do movimento, pois, ademais, os terceirizados não estavam em busca de melhores condições de trabalho, que é o objeto de uma greve, e sim exercendo o direito de não cumprirem a sua obrigação contratual de prestar serviços enquanto as partes contrárias não cumprissem a parte que lhes cabia, que era a do pagamento do salário em face de um serviço já executado.

Resumo da ópera: os cerca de 400 trabalhadores terceirizados da USP não receberão seus salários e perderão seus empregos sem o consequente recebimento das verbas rescisórias, isto sem falar em outros direitos que possam não lhes ter sido pagos no curso das respectivas relações de emprego. Essa situação, que, ademais, representa a história de milhões de trabalhadores terceirizados brasileiros, não agride a consciência de ninguém que não se sinta inserido nela. Aliás, a perspectiva de análise sobre o tema em questão tem sido a do tomador dos serviços, unindo-se as inteligências nacionais a serviço da proteção do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) em face dos "ameaçadores" direitos dos terceirizados.

Talvez o que falta, para uma melhor análise jurídica do fenômeno, seja uma efetiva compreensão do que se passa na vida dessas pessoas e quem sabe a presente greve dos terceirizados da USP possa se constituir uma oportunidade para tanto. Com vistas a contribuir para essa reflexão, permitam-me fazer o relato da recente experiência que vivi em "meio dia como terceirizado".

No dia 11 de abril, diante da notícia de que os trabalhadores terceirizados da USP haviam entrado em greve, compareci no Campus para compreender a situação. No local, fui convidado pelos trabalhadores para integrar uma comissão de 10 (dez) trabalhadores que queriam conversar com representantes da USP, para que lhes fosse passada uma posição a respeito de seus salários e demais direitos. A comissão restou formada por volta das 8h, quando, então, foi transmitida a informação aos

representantes da Universidade o propósito da comissão. Pediram-nos, em resposta, que aguardássemos e assim fizemos...

Enquanto isso, fui conhecendo um pouco mais aquelas pessoas e as suas dificuldades. Muitos estavam mesmo desesperados, sem saber como fariam se os salários não lhes fossem pagos o quanto antes. Eles não se conformavam com a situação. Não entendiam como aquilo poderia estar ocorrendo dentro da maior Universidade do país. Sua indignação advinha, sobretudo, do fato de que eram constantemente assediados pelos supervisores, que lhes exigiam, com bastante rigor, a execução regular de suas tarefas e o cumprimento de horários e demais obrigações e, agora, os mesmos rigores não serviam ao seu empregador e à Administração da Universidade quanto ao respeito de seus direitos. Diziam, com frequência: "Comparecemos aqui todos os dias a partir das 5h e 30', cumprimos todas as nossas tarefas sob ameaças e coações de todo tipo, e, agora, eles simplesmente não pagam nossos salários nem aparecem para nos dar explicações!" Os supervisores, aliás, estavam por ali, passando as mesmas dificuldades dos demais...

Conheci histórias de diversos deles, relatando a supressão de direitos, como a que atingia alguns que se encontravam já há dois anos sem tirar férias, mas a de uma, em especial, me chamou a atenção. Esta trabalhadora (a Sra. Moura) estava atuando na USP, na condição de faxineira, há 17 (dezessete) anos, tendo passado por diversas empresas de prestação de serviços. Ela não se via, por óbvio, como empregada da empresa de prestação de serviços, que era plenamente transitória em sua relação com a USP e cujos proprietários sequer conhecia. O seu vínculo era com a Universidade, a qual conhece como poucos, conforme os relatos que me fez... Passei a perceber, então, que este era um sentimento comum. Em geral, eles consideravam que faziam parte da Universidade, com a peculiaridade marcante de que não se vinculavam a uma unidade específica, conhecendo a dinâmica de várias delas. Claro, a visão deles era periférica, já que não tinham, em quaisquer das unidades, uma reciprocidade. Em concreto, os servidores, professores e alunos dos vários locais onde trabalhavam não lhes conheciam. Seu contato era restrito com os responsáveis pelo serviço de limpeza.

A conversa ia bem, até que percebi que já estávamos há mais de três horas esperando. Dirigi-me, então, acompanhado dos membros da comissão, à entrada do prédio da Administração da Universidade e qual não foi minha surpresa ao ver a montagem de um forte aparato de proteção contra a nossa presença no local. Queríamos entrar para ficar na sala de espera até o momento de sermos atendidos, pois já estávamos cansados de ficar sentados no chão do lado de fora do prédio, mas as portas estavam fechadas para nós, mediante a presença de seguranças. Pouco adiantava eu dizer que aquele era um prédio público e que eu e "meus companheiros" tínhamos solicitado uma audiência. Os seguranças pouco se importavam. Tinham ordens expressas para impedir a nossa entrada e o fariam de forma violenta se fosse necessário, pelo que pude perceber quando ameacei forçar um pouco a barra...

Em meio a tudo isso, servidores da Unidade em questão entravam para trabalhar e sequer nos olhavam. Era como se não existíssemos e quando percebiam nossa presença sentiam-se incomodados. Lá pelas tantas, já um pouco cansado, indaguei a um servidor, que buscava entrar no prédio, se ele não se importava com o que estava se passando com os terceirizados. Ele disse-me, simplesmente, que "as pessoas hoje em dia estão muito individualistas..."

Depois de muita insistência, veio uma ordem lá de dentro no sentido de que eu poderia entrar. Quando me dirigi à entrada, junto com um trabalhador terceirizado que ainda estava comigo (o Sr. André), pois os demais já haviam desistido, fomos novamente barrados, sob alegação do segurança de que eu poderia entrar, mas o terceirizado não. Aquela discriminação doeu forte e decidimos não entrar...

Passadas mais de 05 (cinco) horas, resolveram nos atender. Exigiram, no entanto, uma redução do número dos membros da comissão para três e indicaram, estrategicamente, um local para tanto bastante distante daquele onde nos encontrávamos. Aceitamos assim mesmo e quando, enfim, fomos atendidos, as explicações foram aquelas já relatadas acima, as quais, duas horas depois, repassamos aos demais trabalhadores (e fui, pessoalmente, questionado, com certa veemência, pelos manifestantes, como se parte da culpa por aquela situação fosse minha...) Foram, assim, cerca de 07 (sete) horas de espera para ter informação sobre o problema e os esclarecimentos foram, traduzidos para o bom português, no sentido de que a Universidade não poderia fazer nada por eles. Não havia nenhuma perspectiva de que os seus salários fossem efetivamente pagos.

Enquanto isso, alguns alunos e professores de uma dada unidade começaram a se mobilizar para manter a Faculdade limpa para o devido funcionamento, buscando demonstrar que os meus companheiros não faziam falta. Eles percebiam isso e se incomodavam profundamente, como se incomodavam, também, ao ver outros trabalhadores chegando para ocuparem os seus lugares, mediante contratação da nova empresa de prestação de serviços que fora chamada, em regime de urgência, pela Universidade. Esse autêntico desprezo pela sua causa lhes doía ainda mais forte...

Extenuado, por volta das 17h, fui embora. Mas, cumpre perceber. Eu fui embora e meu "meio dia como terceirizado" teve fim. Cheguei em casa e almocei. Meus filhos já haviam almoçado e estavam cuidando dos seus interesses. Minha conta-corrente tinha saldo mais que suficiente para as minhas necessidades e da minha família. Ou seja, bastou que eu me sentisse cansado para que deixasse aquela realidade. Mas, e os terceirizados? Eles, simplesmente, não tinham condições de fazer o que eu fiz, vez que estavam condenados a continuar vivendo aquela que é, afinal, a sua vida, sem possibilidade concreta de fuga. No dia em que escrevo este texto, madrugada do dia 18 (segunda-feira), ou seja, uma semana depois, a situação daquelas pessoas só piorou e imagino como estejam se sentindo... Consigo visualizar a situação porque sei seus nomes, conheço seus rostos e um pouco de suas vidas, o que, ademais, tem me impedido de fingir que nada esteja se passando de muito grave com aquelas pessoas.

Mas, minha angústia aumenta ainda mais quando tenho que admitir que é, afinal, a forma como o Direito tem sido aplicado o que dá alimento para essa situação. Como defensor do Direito do Trabalho e das instituições jurídicas estatais, vendo essa realidade justificada pelo Direito, o que sinto é uma profunda tristeza e a minha única vontade é a de terminar esse texto abominando as estruturas estatais e me declarando "inimicus curiae" da ordem jurídica e de todos que a utilizam para o fim de justificar a situação pela qual passam os terceirizados. Mas, como se diz, sou brasileiro, e brasileiro não desiste nunca! Fora, ademais, mais essa lição que apreendi do contato que tenho tido com aquelas pessoas desde então...

Além disso, os meus amigos terceirizados merecem que me esforce para lhes dar uma resposta que possa constituir, de alguma forma, um alento para a situação a que foram submetidos.

Aos terceirizados, aos quais esse texto é dedicado, cumpre, então, dizer:

a) mantenham-se mobilizados, exercendo a sua capacidade de organização, advinda da indignação e do sentido de cidadania, que se alimenta pela luta por direitos;

b) nesta mobilização, atuem de forma pacífica, não cometendo nenhum ato de agressão do patrimônio alheio, isto para que não sofram ainda mais, na medida em que no primeiro deslize a espada da lei, que não pesou sobre quem não lhes pagou salários, será, por certo, debruçada sobre seus esqueletos;

c) não tenham esperança de que seus salários serão pagos em curto espaço de tempo e tampouco suas verbas rescisórias. Tudo se arranja para que vocês sejam

forçados a ingressar com ações na Justiça do Trabalho, onde, depois de meses, lhes será proposto um acordo para recebimento de parte de seus direitos, em suaves parcelas, com quitação de todos os eventuais direitos que lhes possam ter sido suprimidos durante o curso da relação de emprego, isto se, seu empregador, a empresa prestadora de serviços, não pedir falência e nada lhe pagar, concretamente;

d) a Universidade de São Paulo em nenhum momento vai descer de seu pedestal para dialogar com vocês, reconhecer seus direitos e muito menos lhes pagar, diretamente, o que vocês têm direito;

e) diante do pressuposto jurídico, estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, e em conformidade com a estratégia jurídica já assumida pela Universidade, a possibilidade de se chegar à declaração da responsabilidade da USP pelo adimplemento de seus direitos, mesmo daqui a vários anos, é bastante restrita, o que lhes impõe sério risco de não receberem, agora ou depois, nenhuma verba de natureza estritamente trabalhista.

O que fazer, então? Primeiro, tentar por todos os meios, lícitos, sobreviver: arrumar novo emprego; manter os "bicos" em que geralmente se envolvem e organizar um fundo de greve, buscando atrair a solidariedade social para sua causa, o que, ademais, já se demonstra uma realidade, como demonstra o abaixo-assinado organizado por alunos da Faculdade de Direito da USP, com cerca de 500 assinaturas e um manifesto, subscrito por professores e servidores, em elaboração. E, segundo, persistir na luta pelos direitos, pela via judicial, mantendo-se a crença na estrutura judiciária trabalhista, só que com formulação jurídica em bases diversas daquela que tradicionalmente se apresentam para situação como tais.

Ora, os fatos acima, uma vez concretizados, embora ruins por um lado, porque põem em risco a sua sobrevivência, por outro lado, pela própria atrocidade que os caracteriza, dão ensejo a direitos que vão muito além do mero recebimento dos valores inadimplidos. Quem trabalha, cumprindo as obrigações fixadas na relação jurídica trabalhista, tem direito ao recebimento do salário. Quem não recebe o salário sofre um dano que não se supre pelo mero pagamento, em momento posterior, do salário. Em outras palavras, o não pagamento do salário constitui, por si, um fato jurídico que enseja efeito próprio, já que fere o direito fundamental à vida.

Concretamente, todo o sofrimento que vocês estão passando e que está registrado publicamente, proveniente das humilhações sofridas, identificadas, sobretudo, na constatação da forma fugidia que as entidades que ensejaram a situação tem adotado, tentando fugir da responsabilidade perante o grave problema da ausência de pagamento de salários e a perda do emprego sem o pagamento de verbas rescisórias, deve ter reparação específica, que se supõe seja, necessariamente, condizente com a dor experimentada, ou seja, milionária.

Esta indenização por dano moral, cujo montante cabe a cada um avaliar, não desafia o entendimento estampado na decisão do Supremo Tribunal Federal na referida ADC n. 16, vez que não se trata de recebimento de verbas de natureza trabalhista e sim de reparação por danos morais, sendo certo que os entes públicos são objetivamente responsáveis pelos atos praticados por seus prepostos perante terceiros.

Para se ter uma ideia, recentemente o Estado do Maranhão foi condenado a pagar R$33 mil de indenização por danos morais a três pessoas de uma mesma família - pai e dois filhos - por agressão verbal e física que lhes fora desferida por policiais militares na saída de um clube na Vila Maranhão, fato que ocorreu em maio de 2004. A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve a condenação de primeira instância.

Já a 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve condenação contra o Estado, que deverá pagar indenização por danos morais e materiais à esposa e ao filho (R$60 mil para cada, além de um salário mínimo por mês -

a viúva receberá a pensão até a data em que o esposo completaria 65 anos e o filho, até atingir 24 anos, quando possivelmente já terá concluído os estudos superiores e estará apto a trabalhar.) de um detento assassinado na penitenciária. O homem cumpria pena no Complexo Penitenciário I de Hortolândia e foi morto por outro preso da mesma cela.

De acordo com o voto do relator, desembargador Oswaldo Luiz Palu, "*a partir do momento em que o indivíduo é detido, este é posto sob a guarda e responsabilidade das autoridades policiais e (ou) penitenciárias, que se obrigam pelas medidas tendentes à preservação da integridade corporal daquele, protegendo-o de eventuais violências que possam ser contra ele praticadas, seja da parte de seus próprios agentes, seja por parte de outros detentos, seja por parte de terceiros*" (Apelação nº 0201335-95.2008.8.26.0000).

A 20ª Câmara Cível do TJRJ, por sua vez, condenou o Estado do Rio de Janeiro a pagar R$30 mil de indenização, por danos morais, a uma pessoa que foi atingida por uma bala perdida em março de 2007, no bairro de Bonsucesso, nas imediações da Linha Amarela. Segundo o relator do processo, Desembargador Marco Antonio Ibrahim, "Nos dias de hoje parece despropositado o entendimento de que, numa cidade como o Rio de Janeiro, o Estado não deva ser responsabilizado pelos diários episódios de balas perdidas que têm levado à morte e à incapacidade física milhares de cidadãos inocentes. Não se pode olvidar que, sendo a segurança um dever imposto constitucionalmente ao Estado, não há qualquer poder discricionário do administrador quanto a isso. Há uma guerra não declarada, mas as autoridades públicas, aparentemente, ainda não perceberam a extensão e a gravidade da situação".

E acrescentou: "A verdade é que as decisões que deixam o Estado impune diante do grande descalabro que grassa na segurança pública de nosso Estado servem de efetivo estímulo para que a Administração permaneça se omitindo genericamente. Se o Estado não tem culpa, de quem será a culpa? Dizer que o Estado não é responsável equivale, na prática, a atribuir culpa à vítima. O dano sofrido é a sanção. Quando se multiplicarem as indenizações e os governos ficarem sem caixa para realizar obras e projetos que rendem votos, a situação se transformará drasticamente".

Como se vê, é improvável que a USP não seja responsabilizada, diretamente, pelo sofrimento experimentado pelos cidadãos brasileiros que ostentam a qualidade de empregados de empresas prestadoras de serviços, contratadas pela Universidade em processo licitatório estabelecido a partir da regra do menor preço, que impõe a precarização da vida dessas pessoas, conduzindo-as à condição de semi-escravidão e à "punição" de não verem respeitados os seus mais rudimentares direitos trabalhistas, que possuem, como se sabe, "status" de direitos fundamentais, além de caráter alimentar. Os terceirizados também são cidadãos brasileiros e se forem vitimados por uma prática irresponsável cometida por um preposto do Estado, com relação à qual a própria participação do Estado, ainda que indireta, não pode ser negada, é impossível negar-lhes a devida reparação pelo dano experimentado junto ao Estado.

Já passou da hora, ademais, de se reconhecer que as estratégias de supressão de direitos fundamentais constituem, por si, uma agressão jurídica que induz efeitos jurídicos próprios, que sejam, efetivamente, coercitivos, punitivos e desestimuladores.

Caros amigos terceirizados, documentem todo o sofrimento que estão passando e depois busquem a devida indenização reparatória e, claro, não abram mão de cobrar, também, o recebimento de seus direitos trabalhistas, buscando a responsabilização de todos que tenham se valido direta ou indiretamente do trabalho que vocês executaram.

À comunidade jurídica, o que resta dizer é: há de se reconhecer o quanto o fenômeno da terceirização desmonta a condição humana, sendo mais que urgente eliminá-la de nossa realidade, tanto na área pública quando no setor privado, mediante a proliferação de declarações da existência de vínculos jurídicos diretos com os

tomadores de serviço, acompanhadas da responsabilização solidária dos entes envolvidos, com base nos artigos 932, 933 e 942 e seu parágrafo único do Código Civil, dentre outros, valendo lembrar que não há um só dispositivo jurídico a legitimar a terceirização a não ser os próprios entendimentos jurisprudenciais. Quanto ao vínculo direto com a Administração Pública, importante lembrar que a ausência da realização de concurso público não pode ser invocada exatamente por aquele que descumpriu a Constituição, não sendo, portanto, obstáculo à configuração da relação de emprego, a qual, cumpre lembrar, tem sede constitucional no nível dos direitos fundamentais. A ausência do concurso pode ser invocada, unicamente, para vetar a aquisição do direito à estabilidade no emprego público, que está vinculada a este requisito. A esses efeitos deve se seguir a indenização por dano moral acima sugerida, que advém, na esfera pública, do próprio procedimento de se buscar o serviço de uma pessoa em desrespeito à sua condição de cidadão. O fato é que a terceirização nos põe diante de um dilema que nos obriga a escolher entre preservar a eficácia da ordem jurídica protetiva da dignidade humana ou aceitar a concreta ineficácia do direito e com isso satisfazer os interesses econômicos que estão envoltos em tal prática. O conhecimento da triste realidade a que são submetidos os terceirizados, sobretudo quando se está próximo ao final de cada contrato de prestação de serviços firmado entre as entidades tomadoras e prestadoras, não nos pode deixar dúvida quanto a que posição tomar, não sendo desculpa alguma o argumento da existência de um obstáculo criado pelo direito, o qual, de fato, não nos impõe uma resposta contrária à preservação da condição humana dos terceirizados, muito pelo contrário!

Assim, não há mesmo espaço para desânimo ou acomodação, como se estivéssemos marcados, como gados, pela inexorabilidade da injustiça social. Neste assunto, mais do que nunca, impõe-se uma luta vigilante e comprometida, mantendo-se, sempre, a esperança de que a vitória não será daqueles que não se importam com a vida alheia e com o respeito à ordem jurídica constitucional, cujo pilar é a preservação da dignidade humana.

A luta continua meus amigos... É como dito na belíssima canção de Ivan Lins e Vitor Martins:

> Desesperar jamais
> Aprendemos muito nesses anos
> Afinal de contas não tem cabimento
> Entregar o jogo no primeiro tempo
> Nada de correr da raia
> Nada de morrer na praia
> Nada! Nada! Nada de esquecer
> No balanço de perdas e danos
> Já tivemos muitos desenganos
> Já tivemos muito que chorar
> Mas agora, acho que chegou a hora
> De fazer valer o dito popular
> Desesperar jamais
> Cutucou por baixo, o de cima cai
> Desesperar jamais
> Cutucou com jeito, não levanta mais

São Paulo, 18 de abril de 2011.

A NECESSÁRIA REVISÃO DA SÚMULA 331 DO TST DIANTE DO NOVO CÓDIGO CIVIL

Raimundo Simão de Melo[*]

Palavras-chave: Súmula 331 - responsabilidade - terceirização - Código Civil.

Sumário: 1. Introdução; 2. A responsabilidade do tomador de serviços na Súmula 331 do TST; 3. A responsabilidade por ato de terceiro no Código Civil de 1916; 4. A responsabilidade por ato de terceiro no Código Civil de 2002; 5. Responsabilidade solidária nas relações de consumo; 6. Tendência da jurisprudência sobre a responsabilidade nas terceirizações; 7. Posição adotada na I Jornada de Direito e Processo do Trabalho; 8. Conclusões; 9. Bibliografia.

1. Introdução

O objetivo deste breve trabalho é rediscutir a responsabilidade do tomador de serviços nas terceirizações, com base na Súmula 331 do TST e nas inovadoras disposições legais do Código Civil de 2002 a respeito da responsabilidade por ato de terceiro, para concluir se ela continua sendo subsidiária ou se passou a ser solidária.

A discussão do tema no momento tem importância e cabimento porque muitos são os casos de ações trabalhistas em que os trabalhadores pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e reparações acidentárias, que são reconhecidas em juízo, mas as empresas terceirizadas, prestadoras de serviços, não têm idoneidade financeira para suportá-las, ficando os trabalhadores apenas com uma certidão judicial sem valor econômico[1]. Em algumas situações os prestadores de serviços são tão deficientes economicamente quanto os trabalhadores prejudicados, pois na verdade são meros prepostos do capital, que cada vez mais busca seus intentos de lucro com repasse de suas responsabilidades para terceiros.

É por isso que as formas de terceirização e de intermediação de mão de obra crescem a cada dia e, com elas, aumenta a precarização do trabalho humano, que se consubstancia, especialmente, pela redução dos salários e dos benefícios legais, pela rotatividade dos trabalhadores no local de trabalho, pelas jornadas de trabalho excessivas, pela não ascensão na carreira, pela desorganização sindical e pelos riscos de acidentes do trabalho em razão do descumprimento das normas de segurança, medicina e higiene do trabalho, entre outros problemas enfrentados pelos trabalhadores terceirizados.

De outro lado, em relação ao tomador de serviços, a terceirização, que consiste na transferência para outrem de atividades consideradas secundárias, teoricamente tem

---

* Procurador Regional do Trabalho. Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP. Professor de Direito e de Processo do Trabalho. Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

1 De acordo com Vantuil Abdala, "... no TST existem 9.259 processos em que o trabalhador cobra do tomador de serviços os direitos que não conseguiu receber da prestadora" (Terceirização: anomia inadmissível. www.migalhas.com.br. Acessado em 03/09/2010).

como objetivo diminuir custos e melhorar a qualidade do produto ou serviço[2]. Quer dizer, o maior beneficiado com a terceirização é o capital, senão o seu uso não seria tão grande e assustador, como é público e notório.

Os prejuízos decorrentes das mazelas de muitas das terceirizações, finalmente, são suportados pela sociedade. Assim, é preciso moralizá-las e responsabilizar todos aqueles que compõem a rede produtiva e de benefícios da atividade final, usando, para tanto, a evolução do sistema legal vigente, porquanto, a jurisprudência, que tem importante função na solução dos conflitos sociais e judiciais, por isso mesmo precisa acompanhar a evolução legal. Por estas e outras razões, ao final deste trabalho proponho a alteração da Súmula 331 do TST no tocante ao sistema de responsabilidade, de subsidiária com culpa, para solidária e objetiva.

2. A responsabilidade do tomador de serviços na Súmula 331 do TST

As terceirizações trabalhistas no Brasil constituem hoje um fenômeno irreversível, parecendo mesmo não ser mais possível combatê-las. Mas os seus efeitos precisam ser observados, especialmente em relação às responsabilidades do tomador de serviços pelos direitos dos trabalhadores.

Não há no Brasil ainda uma lei regulamentando de forma geral e específica o instituto ou fenômeno da terceirização e as respectivas responsabilidades, embora muitos projetos de lei já tenham sido apresentados no Congresso Nacional. Temos, na verdade, algumas poucas regulamentações pontuais. Na Administração Pública existem o Decreto-Lei 200/67 e a Lei 5.645/70. Na esfera privada a Lei 6.019/74 trata do trabalho temporário, a Lei 7.102/83 do trabalho de vigilância bancária e a Lei 8.863/94, também cuida da hipótese de terceirização para toda a área de vigilância patrimonial, pública ou privada, inclusive para pessoa física. Finalmente, a Lei 8.949/94 introduziu na CLT o § único do art. 442 sobre a terceirização por meio de cooperativas de trabalho.

O tema é complexo e divide opiniões não somente quanto ao que pode ser terceirizado (atividade-meio ou atividade-fim), como também sobre a forma de responsabilização do tomador de serviços, se subsidiária ou solidária. Na prática, o que mais se usa é a "normatização" por meio da Súmula 331 do TST.

Sempre houve preocupação no direito brasileiro sobre a proteção do trabalhador, diante da intermediação de mão de obra, do atravessador, do "gato" e da *merchandising*. Assim é que foi criada a Súmula 256, posteriormente substituída pela 331 do TST, estabelecendo alguns freios contra a exploração do trabalhador nas terceirizações. A última delas, a 331, item IV, em vigor, assegura a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços da seguinte forma:

> "O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial".

Quando se fala em responsabilidade do tomador de serviços nada mais se está a dizer senão sobre a responsabilidade por ato de terceiro, que é regulada pelo Código

[2] Cf. Alice Monteiro de Barros, Curso de direito do trabalho, p. 452.

Civil, que deve ser aplicado analogicamente ao caso por autorização do art. 8° da CLT[3], que diz textualmente:

> "As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por eqüidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público".

Na forma da lei civil, há três tipos de responsabilidade: principal, solidária e subsidiária.

Principal é a responsabilidade única de alguém, que responde sozinho por uma obrigação.

Solidária é a responsabilidade compartilhada entre diversas pessoas no mesmo grau de abrangência, no polo passivo ou ativo. É a responsabilidade em que existe mais de um autor ou responsável, sendo que neste caso qualquer um deles pode ser chamado a responder pela obrigação inadimplida. É uma obrigação múltipla, configurando-se pela presença de mais de uma pessoa em um ou em ambos os polos da relação obrigacional. São exemplos de responsabilidade solidária os grupos de empresas, como consta do § 2º do art. 2º da CLT e os atos de terceiro, como preconizam os arts. 932, 933 e 942, § único do Código Civil.

Subsidiária é a responsabilidade secundária, que se aplica quando o devedor principal não tem condições de arcar com as obrigações inadimplidas, sendo chamado a responder o devedor subsidiário, o qual se responsabilizará pelo pagamento da quantia devida ao credor. O responsável subsidiário somente será acionado depois de esgotadas as possibilidades de se cobrar a obrigação do devedor principal. É uma obrigação secundária, auxiliar ou supletiva em relação à obrigação principal. A responsabilidade subsidiária é uma espécie de responsabilidade solidária.

Na solidariedade as responsabilidades situam-se no mesmo plano, igualando-se horizontalmente os corresponsáveis, enquanto que na subsidiariedade há uma estratificação vertical, implicando no chamamento sucessivo dos responsáveis, sendo chamado primeiro o principal e depois o subsidiário, num benefício de ordem.

3. A responsabilidade por ato de terceiro no Código Civil de 1916

No Código Civil anterior, que influenciou a jurisprudência da época, a responsabilidade por ato de terceiro era regida pelos arts. 1521 e 1523, que diziam:

> Art. 1.521. "São também responsáveis pela reparação civil: ... III - o patrão, amo ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou por ocasião dele (art. 1.522)".
>
> Art. 1.523. "Excetuadas as do art. 1.521, V, só serão responsáveis as pessoas enumeradas nesse e no art. 1.522, *provando-se que elas concorreram para o dano por culpa, ou negligência de sua parte* (grifados)".

[3] Neste sentido diz Alice Monteiro de Barros que "A reformulação da teoria da responsabilidade civil encaixa-se como uma luva na hipótese da terceirização" (Curso de direito do trabalho, p. 455).

4. A responsabilidade por ato de terceiro no Código Civil de 2002

No Código Civil atual o tema é tratado de forma totalmente diferente, estabelecendo a responsabilidade objetiva e solidária do comitente. Vejamos:

> Artigo. 932. "São também responsáveis pela reparação civil: ... III - o *empregador* ou *comitente*, por seus *empregados*, serviçais e *prepostos*, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele (grifados)".

Prescreve o art. 933 do mesmo Código:

> "As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos".

Finalmente, consta do art. 942 que:

> "Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação. Parágrafo único. São solidariamente responsáveis com os autores os co-autores e as pessoas designadas no art. 932".

Da leitura e interpretação sistemática dos referidos dispositivos legais decorre que alguém, mesmo não tendo praticado diretamente ato danoso para outrem, pode ter que responder pelas consequências desse ato, praticado por um terceiro com quem mantenha alguma relação jurídica estabelecida por lei ou contratualmente, sendo esta responsabilidade entre o comitente e o preposto objetiva (art. 933) e solidária (§ único do art. 942).

É o caso das terceirizações trabalhistas, que se enquadram nas figuras do comitente (tomador de serviços) e do preposto (prestador de serviços), este, que está sob a vinculação de um contrato de preposição, exercendo uma atividade sob autoridade e no interesse de outrem, sob suas ordens e instruções, cabendo àquele fiscalizá-la e vigiá-la para que proceda com a devida segurança, de modo a não causar dano a terceiros[4].

São requisitos para a preposição, a existência de um liame entre o comitente e o preposto e um vínculo de subordinação, que, evidentemente, não é aquela subordinação existente entre empregado e empregador, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT.

Na preposição, como afirma Sílvio de Salvo Venosa[5], "o vínculo de subordinação é mais tênue". Mesmo que o comitente não exerça o direito de dar ordem, ou o poder de direção, o poder não desaparece. Basta que o poder possa ser exercido potencialmente, ou seja, a possibilidade de o comitente exercer a sua autoridade já possibilita a sua responsabilização, sendo suficiente que os danos causados decorram da execução das cláusulas do contrato que une comitente e preposto, pois, ao contrário disso, muitas situações de danos causados por terceiros na execução de tarefas em benefício do comitente ficariam sem a proteção da lei, deixando-se a vítima sem reparação.

A complexidade moderna das relações sociais, humanas e comerciais é muito mais ampla do que se possa imaginar, pelo que o conceito de preposto não

---

4 GONÇALVES, Carlos Roberto, *Responsabilidade civil*, p. 144.

5 Direito Civil: responsabilidade civil, p. 69.

pode resultar taxativamente, especialmente porque a subordinação, que é um dos seus requisitos, varia em relação a cada tipo de contrato ou liame jurídico que une aquele ao comitente ou patrão[6]. Assim, ao invés do conceito taxativo de subordinação para caracterizar a preposição para os efeitos da responsabilidade por ato ou fato de terceiro, a jurisprudência do STJ reconhece a responsabilidade solidária do proprietário do veículo por acidente em que o carro é guiado por terceiros sob o fundamento do consentimento (RESp. n. 343.649).

A Súmula 331 do TST acolheu a responsabilidade direta do tomador de serviços quando a terceirização for irregular[7] e, subsidiária, quando, em legítimo contrato de prestação de serviços, a prestadora não tiver idoneidade econômico-financeira para satisfazer os direitos dos seus empregados.

Na sua origem, as Súmulas 256 e 331 do TST foram importantes, pois interpretaram a lei civil vigente em relação às consequências decorrentes dos contratos de terceirização para os trabalhadores, estabelecendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Todavia, a base legal que lhes deu sustentação (arts. 1521, 1522 e 1523 do Código Civil de 1916), no tocante à forma de responsabilização do comitente não mais vigora no nosso País, tendo sido substituída pelas normas atuais dos arts. 932, 933 e 942 e § único do Código Civil de 2002, as quais, por coerência, devem nortear a atualização da jurisprudência trabalhista.

Outro aspecto importante da responsabilidade por ato de terceiro no Código Civil de 1916, incorporado pela jurisprudência da época, refere-se à culpa do tomador de serviços (comitente), que, somente na sua presença, poderia ser responsabilizado.

Mas mesmo na época, para amenizar a questão da prova da culpa do comitente, que sempre foi difícil para as vítimas dos danos, esta passou a ser presumida (*juris tantum*) em face da chamada culpa *in vigilando* ou *in eligendo*, tendo o STF aprovado a Súmula 341, com o seguinte teor:

> "É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto".

---

[6] Comentando o inciso III do art. 932 do Código Civil, dizem Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavalieri Filho que "o que é essencial, para caracterizar a preposição, é que o serviço seja executado sob a direção de outrem, que a atividade seja realizada no seu interesse, ainda que, em termos estritos, essa relação não resultasse perfeitamente caracterizada. De se ressaltar que o conceito de preposição vem sendo ampliado pelos tribunais, principalmente pelo Superior Tribunal de Justiça, de modo a permitir a responsabilização do dono do veículo que permite o seu uso por terceiro, seja a título de locação (Súmula n. 492), seja a título de empréstimo, ainda que apenas para agradar um filho, um amigo ou conhecido. Apresenta-se como justificativa para essa ampliação o enorme número de acidentes no trânsito e a solidificação da idéia de que o eixo da responsabilidade civil não gira mais em torno do ato ilícito, mas do dano injusto sofrido pela vítima" (Comentários ao novo Código Civil, pp. 214/5).

[7] Fundamentando-se tão-somente na ideia do benefício auferido pela terceirização, mesmo no sistema anterior do Código Civil, já havia pronunciamentos dos Tribunais laborais reconhecendo a responsabilidade objetiva, como se ilustra com o seguinte julgado: "Trata-se de responsabilidade objetiva, decorrente da própria eleição da modalidade de terceirização de determinado tipo de serviço, não procedendo qualquer questionamento acerca da ilicitude do contrato de prestação de serviços entabulado pela empresa prestadora e a tomadora de serviços. E tal entendimento se justifica, na medida em que o tomador dos serviços beneficia-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora..." (TRT da 4ª Reg., RO n. 32.022/000-0, Juiz Carlos Alberto Robinson).

Assim, se o patrão ou comitente provasse haver tomado todos os cuidados reclamados pela circunstância do caso concreto, ficava exonerado da responsabilidade pelo ato do seu empregado ou preposto.

Mas a orientação da referida súmula restou superada pelo art. 933 do Código Civil de 2002, que não mais exige culpa do comitente. Ao contrário, estabelece expressamente que a responsabilidade existe independentemente de culpa.

Como afirma Carlos Roberto Gonçalves[8], "o novo Código Civil, consagrou a responsabilidade objetiva, independente da idéia de culpa, dos empregadores e comitentes pelos atos de seus empregados, serviçais e prepostos (artigo 933), afastando qualquer dúvida que ainda pudesse existir sobre o assunto e tornando prejudicada a Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal, que se referia ainda à 'culpa presumida' dos referidos responsáveis".

Agora somente resta ao empregador ou comitente (tomador de serviços), a comprovação de que o causador do dano não é seu empregado ou preposto, ou que o dano não foi causado no exercício do trabalho que lhe competia, ou em razão dele[9].

A alteração legal trazida pelo novo Código Civil brasileiro, ainda não percebida por muitos operadores do direito, representou uma das mais importantes novidades em termos de evolução em matéria de responsabilidade por ato de terceiro, pela adoção da teoria do risco e pelo consequente abandono do requisito da inversão do ônus da prova, ou seja, substituiu-se a culpa presumida e o ônus probatório invertido pela objetivação efetiva da responsabilidade civil.

Essa responsabilidade, que consta explicitamente da lei e sobre a qual não cabe mais discussão, fundamenta-se na teoria do risco-proveito[10] do empregador ou tomador de serviços pela atividade que desenvolve, isto porque tanto o empregador em relação ao seu empregado, como o tomador em face às empresas terceirizadas, vivem em função do lucro, pelo que, como adverte Antônio Elias Queiroga[11], deve a responsabilidade civil do patrão ou comitente ser examinada com maior rigor do que a responsabilidade civil dos pais, também objetiva, porque estes não tiram nenhum proveito da atividade dos filhos menores, ao contrário do patrão ou comitente, que utiliza os seus empregados ou prepostos com fins lucrativos.

A responsabilidade nas terceirizações entre nós (por ato de terceiro) surgiu em face de três modalidades de culpa: culpa *in eligendo*, porque o comitente-tomador escolheu mal a empresa terceirizada (preposto), por exemplo; culpa *in instruendo*, porque não foram ministradas ao preposto (empresa terceirizada) as instruções devidas e, culpa *in vigilando*, por falta de uma adequada e precisa vigilância sobre a conduta do agente (empresa terceirizada). Essas modalidades de culpa deveriam ser provadas em cada caso para que o juiz pudesse aceitar a responsabilização do tomador de serviços, mas sempre de forma subsidiária, como nesse sentido se firmou a jurisprudência trabalhista.

---

8 Responsabilidade civil, p. 148.

9 Analisando o projeto de Código Civil de 1975, que deu origem ao atual, já se manifestava Caio Mário da Silva Pereira, dizendo que: "Todo aquele (pessoa física ou jurídica) que empreende uma atividade que, por si mesma, cria um risco para outrem, responde pelas suas conseqüências danosas a terceiros. Não haverá cogitar se houve um procedimento do comitente na escolha ou na vigilância do preposto, isto é, faz-se abstração da culpa *in eligendo* ou *in vigilando*" (Responsabilidade civil, p. 289).

10 A insegurança material da vida moderna criou a teoria do risco-proveito, sem se afastar dos princípios de u'a moral elevada, sem postergar a dignidade humana e sem deter a marcha das conquistas dos homens (Alvino Lima, Culpa e risco, p. 336).

11 Responsabilidade civil e o novo Código Civil, p. 228.

Todavia, pelo sistema legal vigente no novo Código Civil, essas modalidades de culpa agora são presumidas *juris et de jure,* não incumbindo mais à vítima, como no sistema anterior, prová-las[12], ou seja, a responsabilidade do tomador em face do prestador de serviços passou a ser objetiva.

Portanto, o tomador de serviços, no caso da terceirização, somente se exonerará da responsabilidade em relação aos trabalhadores terceirizados se provar caso fortuito ou força maior ou que o evento se deu sem nexo de causalidade com relação a ele, ou seja, que a conduta foi praticada fora dos limites da preposição[13].

É certo que precisa ser feita uma lei para regulamentar a terceirização, especialmente sobre o que pode e o que não pode ser terceirizado, mas a responsabilidade já tem supedâneo no Código Civil, porque induvidosamente se trata de preposição, portanto, de ato de terceiro, em que a responsabilidade do comitente é objetiva e solidária, como penso.

Também pode ser aplicado por analogia o art. 455 da CLT que estabelece a responsabilidade solidária do empreiteiro e subempreiteiro nos seguintes termos:

> "Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro".

Igualmente, o art. 16 da Lei 6.019/74 assegura a responsabilidade solidária do tomador de serviços no trabalho temporário, *verbis*:

> "No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas nesta Lei".

No tocante às contribuições previdenciárias também existe responsabilidade da tomadora de serviços pelo seu recolhimento, na forma do art. 31 da Lei 8.212/91, que assim estabelece:

---

[12] A responsabilidade por fato de outrem, no Direito do Trabalho, é muito mais facilmente justificada pela teoria do risco-proveito ou, mesmo, do risco da empresa, do que com o emprego de presunção de culpa, tendo essa responsabilidade por fundamento o dever de segurança do empregador ou preponente em relação àqueles que lhe prestam serviços (Cf. Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavalieri Filho, Comentários ao novo Código Civil, p. 221/13).

[13] Cf. Silvio de Salvo Venosa, que inclusive alerta para o fato de que "o fornecedor e fabricante respondem pelos danos de seus empregados e prepostos causados ao consumidor, independentemente de culpa. Fora do campo do consumidor, ainda se exige a culpa do preposto" (Direito Civil - responsabilidade civil, p. 69). Significa dizer que no aspecto da responsabilização pelo Código de Defesa do Consumidor o direito já atingiu, talvez, o seu auge quanto à humanização na reparação dos danos, o que não ocorreu ainda com relação aos outros campos do direito, mas que, como pensamos, pode vir a ocorrer em breve na esteira da evolução do instituto da responsabilidade civil, especialmente na área do Direito do Trabalho, pela sempre presente característica da hipossuficiência, que foi o fundamento maior da responsabilidade sem culpa no CDC.

> "A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 desta Lei".

Dessa forma, a Súmula 331 do TST, que ainda fala de responsabilidade subsidiária nas terceirizações, deve ser modificada para se adequar às novas regras legais sobre responsabilidade por ato de terceiro, explicitamente inscritas no novo Código Civil, como sendo objetiva[14] e solidária.

Esta alteração se faz necessária e urgente para se por freio aos desmandos decorrentes das muitas terceirizações irresponsáveis e desastrosas não somente para os trabalhadores e sociedade, mas também para as empresas sérias que se enganam com os almejados benefícios do novo sistema de trabalho. Ademais, sabendo-se de antemão da responsabilidade solidária, o tomador vai pensar duas vezes antes de adotar a terceirização e, ainda, se adotá-la, vai escolher bem o parceiro e fiscalizar a execução do contrato. Com isso, o sistema poderá ser moralizado, como ocorre em muitos outros países, que não deixam de adotar a terceirização, porém, diante do sistema rígido de responsabilidade, ela é usada em menor escala e com propósitos realmente sérios.

Essa revisão cabe de ofício à Comissão de Jurisprudência do TST (art. 54 e inc. III do Regimento Interno), que estabelecem:

> "À Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos cabe: ... propor edição, revisão ou cancelamento de Súmulas, de Precedentes Normativos e de Orientações Jurisprudenciais".

Também pode ser pedida pelo Ministério Público do Trabalho, na forma da Lei Complementar n. 75/93, cujo art. 83 e inc. VI dizem:

> "Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: ... VI - recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que oficiar como fiscal da lei, bem como *pedir*

---

[14] Aliás, a responsabilidade objetiva no Direito do Trabalho não constitui nenhuma novidade, já estando assentada de muito em inúmeros julgados dos Tribunais Regionais do Trabalho e do próprio Tribunal Superior do Trabalho não só no tocante à terceirização, mas em outras questões, como, por exemplo, no tocante às estabilidades provisórias da gestante e do trabalhador acidentado, com relação à ciência anterior do fato ao empregador. Os dois acórdãos seguintes são ilustrativos dessa assertiva: "Por isso, quando o empregador despede a empregada gestante sem justa causa, ainda que disso não saiba, assume o risco dos ônus respectivos. É, pois, uma questão de responsabilidade objetiva..." (TST, SDI, ERR, Ac. 3630/7. www.tst.gov.br). "Doença profissional. Garantia de emprego. Art. 118 da Lei n. 8.213/91. Constatado, ainda que no curso do aviso prévio, estar o trabalhador acometido de doença profissional, faz ele jus à garantia prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91. O fato de a empresa não ter ciência da doença, quando da dação do pré-aviso, não retira do empregado o direito previsto legalmente, porquanto este funda-se em responsabilidade objetiva. Recurso provido" (TST - 2ª T. RR, Ac. 10501/97, Rel. Moacir Roberto Tesch, DJU de 11.11.97, p. 57.484).

> *revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho*" (grifados).

5. Responsabilidade solidária nas relações de consumo

Nas relações de consumo a responsabilidade do fabricante, do produtor, do construtor, do importador e do fornecedor de serviços é objetiva e solidária, como estabelece o Código de Defesa do Consumidor nos arts. 12 e 14, *verbis*:

> Art. 12. "O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos".
>
> Art. 14. "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

Se nas relações de consumo respondem solidariamente todos aqueles que fazem parte da rede de benefícios em face do consumidor, não há razão para assim também não ser nas relações de trabalho, diante do avassalador fenômeno das terceirizações, com prejuízos para os trabalhadores e benefícios para os tomadores de serviço, que ficam com o lucro da atividade desenvolvida.

6. Tendência da jurisprudência sobre a responsabilidade nas terceirizações

A responsabilidade solidária do tomador de serviços nas terceirizações já está sendo reconhecida na jurisprudência dos nossos Tribunais, primeiro, na Justiça comum e, agora, na Justiça do Trabalho, como de forma ilustrativa se vê das decisões a seguir ementadas:

> **EMENTA:** "ACIDENTE DO TRABALHO - Indenização - Responsabilidade solidária". O fato de ser a empresa-ré mera tomadora de serviço, mantendo o obreiro vínculo empregatício com outra empresa, não exime a primeira de responder por eventuais danos causados ao segundo ao prestar serviço em suas dependências, posto ser responsável pela segurança e fiscalização de todos e quaisquer trabalhadores que ali exerçam suas atividades" (2ºTACivSP - AI nº 502.794 - 4ª Câm. - Rel. Juiz Amaral Vieira - J. 09.12.97).
>
> **EMENTA**: "ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - MOTORISTA DE CAMINHÃO-TANQUE - COMBUSTÍVEL AQUECIDO A 150 GRAUS CENTÍGRADOS - VAZAMENTO SOBRE O CORPO DO TRABALHADOR - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS TRANSPORTADORAS E DA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO - LEI DO PETRÓLEO - REGULAMENTO DO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - DECRETO

> 96.044/98 - FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. Empresa que explora petróleo nas bacias sedimentares brasileiras e distribui seus derivados responde solidariamente com as respectivas transportadoras e com os destinatários, seja pela rigorosa legislação que rege a espécie, seja pela função social do contrato. Pela concreção que lhe têm dado os doutos, observa-se que a função social do contrato tem até maior aplicação no direito do trabalho do que no próprio direito civil. Demonstra-se isso pela história de ambos os ramos do direito. Aquele se desprendeu deste, à medida que normas sociais específicas tornaram-se necessárias. O direito do trabalho é, assim, originariamente, a parte social do direito civil. Se assim é, somando-se a isso a gama contratual moderna tendente a prejudicar os direitos dos trabalhadores, com terceirizações, quarteirizações, cooperativismos meramente formais, fugas da tipologia do contrato de emprego, o direito do trabalho é o terreno mais fértil para a frutificação da função social do contrato. Na espécie dos autos, as sucessivas contratações e sub-contratações de transportadoras, com a participação da fornecedora, para a consecução do trabalho de apenas uma pessoa, o motorista, não sofrem qualquer cisão para fins de exclusão da responsabilidade de qualquer dos partícipes da cadeia contratual iniciada na distribuidora de derivados de petróleo. Ao trabalho uno, às responsabilidades unas do motorista corresponde a responsabilidade também una de todos os beneficiários de seu labor, mormente as transportadoras e a distribuidora, em relação às quais as normas legais não deixam qualquer dúvida acerca da responsabilidade solidária" (TRT 3ª Região - Processo 00365-2005-068-03-00-5 RO; Juiz Relator Desembargador Julio Bernardo do Carmo; Quarta Turma; Publicado em 18/11/2006).

Nesta última decisão corretamente o TRT3 reconheceu a responsabilidade solidária da tomadora de serviços e de todas as demais empresas envolvidas, argumentando que, embora não sendo a empregadora direta do reclamante, a ré é responsável pela segurança das pessoas envolvidas na distribuição do combustível por ela produzido até a chegada ao revendedor. Essa responsabilidade é parte da função social da empresa. No caso, havia uma teia de pseudo-transportadores, que atuavam em beneficio da ré, que foi negligente em relação à proteção da saúde do trabalhador acidentado.

7. Posição adotada na I Jornada de Direito e Processo do Trabalho

Na I Jornada de Direito e Processo do Trabalho, promovida pela ANAMATRA e TST, em novembro de 2007, foi acolhida a responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços, nos seguintes termos:

> **ENUNCIADO nº 10: TERCEIRIZAÇÃO. LIMITES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.** A terceirização somente será admitida na prestação de serviços especializados, de caráter transitório, desvinculados das necessidades permanentes da empresa, mantendo-se, de todo modo, a responsabilidade solidária entre as empresas.

> **ENUNCIADO nº 11: TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS PÚBLICOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.** A terceirização de serviços típicos da dinâmica permanente da Administração Pública, não se considerando como tal a prestação de serviço público à comunidade por meio de concessão, autorização e permissão, fere a Constituição da República, que estabeleceu a regra de que os serviços públicos são exercidos por servidores aprovados mediante concurso público. Quanto aos efeitos da terceirização ilegal, preservam-se os direitos trabalhistas integralmente, com responsabilidade solidária do ente público.
>
> **ENUNCIADO nº 44: RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO. SOLIDARIEDADE.** Em caso de terceirização de serviços, o tomador e o prestador respondem solidariamente pelos danos causados à saúde dos trabalhadores. Inteligência dos artigos 932, III, 933 e 942, parágrafo único, do Código Civil e da Norma Regulamentadora 4 (Portaria 3.214/77 do Ministério do Trabalho e Emprego).

Cabe salientar que da I Jornada de Direito e Processo do Trabalho, que aprovou a tese da responsabilidade solidária nas terceirizações, participaram juízes do trabalho, procuradores do trabalho, advogados, professores, estudantes, entre outros interessados nas lides trabalhistas, o que pressupõe uma nova visão sobre o tema em análise neste artigo doutrinário.

8. Conclusões

No Código Civil brasileiro de 2002 a responsabilidade por ato ou fato de terceiro, que é a hipótese das terceirizações de serviços, é objetiva e solidária, cabendo ao prejudicado escolher entre os corresponsáveis, aquele que tiver melhores condições financeiras para arcar com os prejuízos sofridos. Esta é a conclusão extraída da leitura e interpretação sistemática dos arts. 932 **-** III, 933 e 942 do novo diploma Civil, que, por força do art. 8º da CLT, tem aplicação na seara trabalhista.

Na hipótese, ao contrário da orientação da Súmula 331 do TST, não importa que se trate de terceirização lícita ou ilícita, em atividade-meio ou fim, pois os arts. 932 - III, 933 e 942 e § único do Código Civil não fazem qualquer distinção sobre a responsabilidade do comitente. Em especial e de forma cristalina, diz o art. 933 que as pessoas indicadas nos incs. I a V do art. 932, “ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos”.

Desse modo, para se adequar aos novos comandos legais, deve o C. Tribunal Superior do Trabalho reformular o item IV da Súmula 331 da sua jurisprudência para fazer constar a responsabilidade objetiva e solidária do tomador de serviços nas terceirizações.

Essa revisão é hoje necessária não somente para proteger os trabalhadores terceirizados, mas também para moralizar o instituto da terceirização, irreversível que é, e dar segurança jurídica àquelas empresas tomadoras que usam o sistema com objetivos verdadeiros e não para simplesmente diminuir custos por conta da subtração de direitos trabalhistas.

Dessa forma, sabendo o tomador de antemão que será responsável solidário com o prestador de serviços pelas obrigações trabalhistas, certamente terá mais cuidado na decisão de terceirizar e na escolha do parceiro.

9. Bibliografia

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho.* 6. ed. São Paulo: LTr.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes & CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. XIII (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CAIRO JÚNIOR, José. *O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador.* São Paulo: LTr, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil: responsabilidade civil,* v. III. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil.* 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. São Paulo: Malheiros, 2002.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. Ovídio Rocha Barros Sandoval (atualizador) 2. ed. São Paulo: RT, 1999.

_____. *A responsabilidade civil pelo fato de outrem*. Nelson Nery Junior (atualizador). 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

MELO, Raimundo Simão. *Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador - Responsabilidades - Danos material, moral e estético*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil.* 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

QUEIROGA, Antônio Elias de. *Responsabilidade civil e o novo Código Civil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: responsabilidade civil.* 3. ed, v. 4. São Paulo: Atlas, 2003.

Campinas, setembro de 2010

DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO



REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8a. REGIÃO

ANO VI - N.° 10
JANEIRO - JUNHO - 1973

REGISTRO

ORAÇÃO EM HOMENAGEM A ELIZIÁRIO BENTES*

*Vicente José Malheiros da Fonseca***

28 de outubro. Dia de São Judas Tadeu. Dia do Servidor Público. Dia da entronização da fotografia do Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes na Galeria dos Ex-Presidentes do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

É natural de Óbidos - mais precisamente da localidade de Costa de Cima, na região do baixo-amazonas paraense, onde nasceu em 13 de abril de 1950 - o ilustre Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, ex-Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, como também são oriundos daquela "cidade-presépio" os magistrados trabalhistas, que já presidiram esta Corte, Raymundo de Souza Moura e Rider Nogueira de Brito, e que alcançaram o elevado cargo de Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, inclusive a presidência daquela alta Corte da Justiça Trabalhista.

Eliziário é dedicado e conceituado magistrado trabalhista de carreira, que percorreu o interior da Amazônia, como Juiz Substituto e Juiz Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento (atuais Varas do Trabalho) de Marabá, Breves, Altamira, Abaetetuba, Capanema, no Estado do Pará, e Macapá, no Estado do Amapá, além da 3ª JCJ de Belém, na capital paraense, e presta relevantes serviços ao Poder Judiciário Brasileiro e à sociedade de nosso país, além de suas atividades no magistério, nas produções literárias e no desempenho de atribuições administrativas, o que lhe proporciona a necessária experiência para o exercício de suas funções nos cargos que exerceu na Justiça do Trabalho.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará, Eliziário é Mestre em Direito Processual do Trabalho pela mesma Universidade, onde atua como Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho desde 30 de abril de 1993, após ter sido aprovado em concurso público de provas e títulos. Também é Professor convidado da disciplina Direito Processual do Trabalho no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, da Universidade da Amazônia (UNAMA). Membro da Academia Paraense de Letras Jurídicas e membro fundador da Academia Artística e Literária de Óbidos (PA).

Foi Presidente da 2ª Turma, no período de 09.12.1998 a 12.12.2000; Corregedor Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região (2002/2004), Vice-Presidente (2004/2006) e Presidente da Corte no biênio 2006/2008, período em que também integrou, na condição de Conselheiro, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, como representante dos TRTs localizados na Região Norte do Brasil.

O filho de "seu" Hilarindo Eliziário Bentes e de Maria de Nazaré Eliziário (dona "Creme") é um vencedor. Que o digam sua querida esposa Vera (a "Verinha") e seus talentosos filhos Ana Angélica - nossa colega de magistratura trabalhista -, Ana Carolina e Ricardo, todos bacharéis em direito e cumpridores do conselho bíblico que abençoa a multiplicação dos descendentes, com a chegada e o crescimento dos netinhos.

---

* Saudação na solenidade de entronização da fotografia do Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes na Galeria dos Ex-Presidentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em 28 de outubro de 2010.

** Desembargador Federal do Trabalho, Decano do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Para chegar à Presidência do TRT, José Edílsimo percorreu um longo caminho, desde quando aportou na capital paraense trazendo consigo somente uma maleta de madeira, repleta de muita fé e esperança. E, é claro, uma paixão pelo Botafogo e pelo Clube do Remo. Aqui, ele foi morar num pensionato em companhia de outro obidense, cunhado do Ministro Rider Brito, o Dr. Célio Simões, poeta e meu parceiro em obras musicais, como na marcha-rancho "*Serra da Escama*", cuja letra bem retrata o cenário da terra natal do colega homenageado, onde hoje atua sua filha e juíza Ana Angélica:

"Como disse o poeta Saladino,
na poesia que é um hino,
em homenagem à sua Terra:

Olhando do Quartel para o Laguinho,
sentindo a brisa de mansinho,
o turista vê a Serra!"

No ano em que o Brasil ganhava o tricampeonato de futebol no México, em 1970, vamos encontrar o jovem José Edílsimo como auxiliar de escritório na Companhia de Cigarros Souza Cruz, em Belém, ele que tinha concluído o importante curso de datilografia, na Escola de Datilografia São Francisco, em Óbidos, dois anos antes.

Foi aprovado em concurso público para funcionário do Banco do Brasil, em 1974, mas optou por outra conquista, igualmente obtida mediante concurso público, para ingressar no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em 1º de fevereiro de 1973, com aprovação ocorrida no ano anterior.

Foi nesta condição de Oficial de Justiça Avaliador que eu o conheci, pois no mesmo ano de 1973, convidado pelo Presidente do TRT, Orlando Teixeira da Costa, por intermédio do Dr. Rider Brito, Juiz Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, que havia atuado em Santarém, eu ingressara na magistratura trabalhista, em abril de 1973, como Suplente de Juiz Presidente da JCJ de minha terra natal.

A 4ª JCJ de Belém, paradigma dentre as Juntas de nossa Região, contava com dois obidenses, verdadeiros craques, um como juiz, o Dr. Rider Brito, e outro, como oficial de justiça, o Dr. Eliziário Bentes. Ambos paradigmas em suas funções, um como magistrado e outro como meirinho.

Por várias vezes funcionei naquele órgão de primeiro grau, seja como Suplente de Juiz, seja como Juiz Substituto, depois de aprovado em concurso público (1975), e testemunhei a extraordinária performance da 4ª Junta desta capital.

Alguns anos depois, em 1981, voltei a me encontrar com José Edílsimo. Aprovado em concurso para Juiz Substituto e empossado, juntamente com o colega Georgenor de Sousa Franco Filho e outros, em dezembro de 1980 - portanto há quase 30 anos -, depois de oito anos como Oficial de Justiça, Sua Excelência fora designado para me substituir, durante o período de minhas férias, na Presidência da JCJ de Boa Vista (RR), então integrante da 8ª Região, precisamente o seu primeiro deslocamento desta capital, como magistrado.

Em 1983, quando decidi retornar à 8ª Região, mediante novo concurso público, recebi, no apartamento de meu pai, em Belém, onde eu me hibernara para estudar, a visita cordial de dois colegas de magistratura, que ali compareceram para desejar-me boa sorte naquele certame. Eram os Drs. Luiz Albano Mendonça de Lima e José Edílsimo Eliziário Bentes, presidente e tesoureiro da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região (AMATRA-VIII). Nunca esqueci desse gesto tão humano e carinhoso.

No ano seguinte, em 1984, nós dois fazíamos o 1º Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, promovido pelo TRT-8ª Região, em convênio com

a Universidade Federal do Pará, idealizado pelo Dr. Roberto Araújo de Oliveira Santos e coordenado pelo Dr. Rider Nogueira de Brito, seguramente o melhor curso que já frequentei em toda a minha vida. Neste momento, é inevitável lembrar da presença do colega Dr. Antônio Soares Araújo, que integrava o nosso grupo de estudos, pesquisas e trabalhos.

No biênio de 1988/1989 lá estávamos nós na direção da AMATRA-VIII, eu como presidente e o colega José Edílsimo como tesoureiro, cargo que exerceu por diversas vezes.

Cheguei ao TRT em 1993. Dois anos depois, em janeiro de 1995, Eliziário era promovido para o Tribunal, pelo critério de merecimento, quando a Corte aumentava a sua composição de 12 para 23 membros, ocasião em que também foram promovidos os colegas Georgenor e Albano. Logo trabalhamos juntos na 2ª Turma deste Tribunal, onde nos reencontramos depois que o colega Eliziário concluiu o seu mandato de Presidente desta E. Corte e retornou à bancada do Colegiado.

Meu caro colega e amigo José Edílsimo Eliziário Bentes, quando recebi a notícia de que eu fora incumbido de saudá-lo nesta oportunidade, fiquei muito satisfeito porque, enfim, tenho acompanhado, de perto, o longo e vitorioso percurso de Vossa Excelência, história viva da tradição e reputação da Justiça do Trabalho da 8ª Região, por quase quatro décadas.

Não obstante o momento solene deste evento, decidi falar com a voz do coração, a linguagem adequada à nossa sólida e velha amizade, permeada de respeito e mútua consideração, que não dispensa, como dizia Cléo Bernardo de Macambira Braga, a preservação da independência no âmbito das ideias e convicções, sobretudo quando se trata da nobre e árdua tarefa de julgar em órgãos colegiados do Poder Judiciário, o que pressupõe, justamente, o pluralismo intelectual, em regime de democracia, num verdadeiro estado de direito, como a tradição desta Casa nos ensinou.

Para quem esperava agora um discurso ilustrado de considerações jurídicas e abordagens sobre o papel do Judiciário, temas realmente muito importantes e atuais, tenho a dizer que preferi trilhar por outros caminhos, embora saiba que seria oportuno tecer breves comentários sobre tantas matérias de nosso cotidiano, como a necessidade de imprimir maior celeridade nos processos, inclusive em fase de execução - para o que tenho sugerido a regulamentação legal do "Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas", realidade já consagrada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que trouxe alguns avanços como a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a Escola da Magistratura, a justiça itinerante e a descentralização dos tribunais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo (art. 115, parágrafo 2º, da Constituição da República).

A legislação processual civil vai, gradativamente, aproveitando experiências do direito processual do trabalho. São exemplos recentes: a restrição a recurso contra decisões interlocutórias; o sincretismo processual com o prosseguimento da execução, como simples fase do processo, que, na Justiça do Trabalho, pode ser promovida, de ofício, por iniciativa do juiz; e, enfim, o prestígio à conciliação como forma eficiente e rápida na solução do conflito, procedimento há muito praticado no âmbito da Justiça do Trabalho, mas que precisa ser também implementado na fase recursal e executória, inclusive nos processos que se encontram sujeitos a expedição de precatórios requisitórios, a fim de que a solução autônoma prevaleça sobre a solução heterônoma, ideal sempre perseguido pelo direito processual do trabalho, como se infere da norma disposta na velha CLT, em seu artigo 764, onde se lê:

"Art. 764 - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos."

Esta saudação já caminha para o final, entretanto não se encerra com a última oração que alinhavei para homenagear o colega José Edílsimo Eliziário Bentes.

Agora, indicado pela gentileza da Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, digna Presidente da Corte, tenho a satisfação de falar em nome de meus eminentes pares, nesta sessão de aposição da fotografia do Desembargador Eliziário Bentes na Galeria dos Ex-Presidentes deste E. Tribunal, para saudá-lo com todas as pompas e circunstâncias merecidas.

Justamente há dois anos atrás, na sessão de 28 de outubro de 2008, o colega Eliziário Bentes apresentou o relatório de suas atividades no biênio 2006-2008 perante o Tribunal Pleno, a revelar a eficiência e o zelo no desempenho do mandato, como o Projeto Conciliar, a Justiça Itinerante, os diversos convênios para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, a gestão de processos, a gestão de pessoas e qualidade de vida, a tecnologia de informação e comunicação, a cultura organizacional, a gestão orçamentária e financeira, a gestão e educação ambiental, o planejamento estratégico institucional, as obras de infraestrutura, enfim, tantas e importantes realizações que bem demonstram que o bastão foi bem conduzido naquela importante etapa da corrida de revezamento entre magistrados eleitos para os cargos de direção da Corte, de modo que no ponto de chegada (que também é ponto de partida) podemos reafirmar, com tranquilidade, conforme eu destacara em outra ocasião: caro colega e amigo Eliziário, tu és, de fato, um vitorioso e um ser iluminado, orgulho de teus familiares e admiradores. E lá se vão 37 anos de bons serviços prestados, como servidor e magistrado, na Justiça do Trabalho da 8ª Região, desde aquele longínquo 1973, que nos abriu a porta da esperança e dos sonhos, hoje realizados.

Em outra ocasião, na solenidade de reinauguração da Galeria dos Ex-Presidentes e inserção das fotos dos três últimos Presidentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Oitava Região (AMATRA-8) -, eu dizia que "uma fotografia é o registro de um breve momento. Um instantâneo. Mas é o retrato de uma pessoa humana (não o ocupante de um cargo, mas o cidadão, em carne, osso e alma), que construiu a vida da entidade, que realizou obras (às vezes invisíveis aos olhos de alguns) e que idealizou projetos e idéias, com a experiência do passado, no seu tempo presente e para o tempo futuro".

Era 27 de janeiro de 2006. E lembrei que numa data idêntica, no ano de 1756, nascia, em Salzburgo, na Áustria, Wolfgang Amadeus Mozart, um dos mais extraordinários exemplos de precocidade na história da arte. Desde os três anos de idade revelou excepcional aptidão para a arte de Euterpe. Um dos maiores compositores da música erudita. Morreu com apenas 35 anos de idade. Mas deixou uma obra magnífica e imortal: sonatas, duos, trios, quartetos, quintetos, serenatas, divertimentos, cantatas, oratórios, missas, concertos, sinfonias, óperas etc. Quem nunca ouviu falar na "Flauta Mágica" ou no "Réquiem"?

Reproduzindo trechos de minha manifestação, naquele evento, parece oportuno relembrar que o retrato de Mozart é a sua vida e sua obra.

O que significa o tempo? O que significa a história?

É apenas o passado ou também é o futuro? Ou apenas será o presente?

A história é muito mais do que o tempo.

O tempo é apenas uma contingência, uma circunstância, às vezes um simples piscar de olhos.

Mas o homem constrói a vida, constrói o tempo e também constrói a obra.

Quando nascemos, imaginamos que o mundo começa apenas quando começamos a entender as coisas que nos cercam.

A nossa memória não raro limita a compreensão da história.

Fiquei, então, a meditar sobre qual seria o pensamento que, nesta ocasião, eu poderia deixar para nossa reflexão.

Recorri, uma vez, às preciosas lições de meu saudoso pai, eterno mestre.

Ele sempre dizia: "tudo vem a seu tempo".

E, realmente, tudo vem a seu tempo.

Ninguém é dono e nem escravo do tempo. O tempo é o senhor da história.

E a história, a tradição e o conceito da Justiça do Trabalho da 8ª Região somos nós que fazemos.

Mozart, amado por sua música harmoniosa e profunda, teve uma vida intensa e breve, mas ao contrário dos mitos em torno de seu nome, esse gênio precoce era um grande trabalhador, que morreu aos 35 anos. Tal como os juízes substitutos, ele passou quase um terço da vida viajando pelas principais cidades do Velho Continente. Ele era um perfeccionista, como costumamos ser os juízes. Alguns retratos, a ele inicialmente atribuídos, foram depois considerados falsos. Mas, a exemplo de Johann Sebastian Bach e Michelângelo, sua arte é indispensável para a humanidade.

Todos nós somos indispensáveis para a arte de fazer Justiça, independentemente de termos, ou não, nossos retratos na galeria de nosso Tribunal.

O retrato de nossas vidas são as obras que, a cada dia, construímos no tempo ontem, no tempo hoje e no tempo amanhã.

Isso é a história. Isso é a vida. Isso é o tempo.

De Mozart e de cada um de nós.

Todos nós somos músicos, inclusive o colega Eliziário Bentes que vive assoviando lindas melodias, obediente ao velho ditado que nos aconselha a boa companhia da arte de Euterpe para os males afastar.

Que a harmonia seja sempre nossa companhia. Sempre em busca de um grande ideal, no caminho da justiça.

É hora de concluir. E uma vez mais peço vênia para falar sob o signo da cordialidade, que rege as velhas e sólidas amizades.

Vamos à coda.

Pela voz do coração, mirando, uma vez mais, o teu retrato, as tuas obras, a tua vida, desejo que Deus te ilumine agora e sempre, bênçãos que rogo também em favor de teus queridos familiares e amigos, sob a inspiração destes trechos da bela letra do "*Hino de Óbidos*", do poeta Saladino de Brito:

"Sentinela que guarda riqueza
deste vale imenso sem par;
podes bem ser chamada princesa,
das belezas do grande Rio-Mar.
Os teus filhos são bem brasileiros,
são valentes e sabem lutar.
E trabalham ao sol altaneiros,
sempre avante, não sabem parar!

Óbidos, és minha terra,
Óbidos, és meu torrão,
Óbidos, estás inteira,
dentro do meu coração".

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TRT-8ª REGIÃO*

*José Edílsimo ELIZIÁRIO BENTES***

Embora o meu retrato seja o vigésimo (20º) a fazer parte da galeria dos ex-presidentes do E. TRT da 8ª Região, esta solenidade se repete pela décima sétima (17ª) vez, tudo porque, na inauguração da galeria, fato que ocorreu no dia 8 de dezembro de 1968, houve a aposição das fotografias de 3 (três) ex-presidentes: Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves Netto, Raymundo de Souza Moura e José Marques Soares da Silva.

Cumpre-se a tradição. Neste Tribunal o presidente que termina seu mandato já sabe que sua fotografia vai fazer parte da galeria de fotos dos ex-presidentes. O propósito da galeria, segundo seu criador, é sempre resgatar uma dívida de gratidão com os magistrados que, temporariamente, estiveram à frente da administração do Tribunal.

Bobbio, em seu livro **"Pelos caminhos da memória",** diz-nos que além de sermos o que temos pensado, amado e realizado, somos também o que recordamos. Pois a riqueza está nos afetos que alimentamos, nos pensamentos que tivemos, nas ações que realizamos e nas lembranças que conservamos.

Em ocasiões como esta, aqui mesmo já foi dito que a aposição da fotografia de um ex-presidente na galeria própria, além de ser uma homenagem, significa também, para o homenageado, o início de uma despedida, o fechamento de um ciclo.

Neste momento, vendo o meu retrato compondo o derradeiro lugar na formação serena e contida das imagens de magistrados dignos, eficientes e amigos, que contribuíram com seus exemplos e ensinamentos, para a formação cultural e jurídica das gerações que se seguiram no trabalho, no prestígio e no respeito devotados a esta instituição, não posso admitir que o ingresso em tão significativa galeria, possa representar o fim de uma jornada. Prefiro dizer que é o atestado de uma história.

Olho para a fotografia da galeria e para a foto do cartão de inscrição que fiz para participar do concurso de Oficial de Justiça-Avaliador, no já distante 25 de outubro de 1972 e me dou conta de que 38 (trinta e oito) anos já se passaram, o que representa 2/3 (dois terços) da minha existência, todos eles ininterruptamente vividos na Justiça do Trabalho da Oitava Região. Nesse período, com a graça de Deus e de nossa Senhora do Perpétuo Socorro nunca tirei uma licença médica e nunca faltei ao serviço. Os meus assentamentos funcionais estão ai para comprovar o que estou dizendo.

Mas, apesar disso, não posso deixar de reconhecer que, entre aquela fotografia do cartão de inscrição e esta agora colocada na galeria, já se pode perceber alguma diferença. É exatamente essa diferença que justifica a gratidão que agora recebo de meus pares, de meus amigos, dos servidores e de meus familiares. Não fosse essa diferença imposta pelo tempo e a gratidão não teria nenhum sentido.

A fotografia é testemunha muda da história. Ela não mente e não falseia, é fiel aos fatos e aos momentos, ela reconduz na mente o passado distante, ela carrega

---

* Discurso proferido na Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno destinada à aposição da fotografia do Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, na Galeria dos Ex-Presidentes do TRT-8ª Região, realizada em 28 de outubro de 2010.

** Ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

consigo lembranças que o observador, por algum instante, imaginou que já tivesse esquecido. Ela marca uma passagem.

Na minha sempre lembrada Costa de Cima, no município de Óbidos (PA), a cada ano, no verão seguinte todos sabiam os lugares por onde tinha passado o senhor Frutelfino Pedro de Assunpção, vulgo “frutinha”. Isso ocorria devido suas pegadas deixadas na lama do inverno passado e que depois, endurecida pelo sol, viravam marcas. Marcas que eram só dele, porque, segundo a história do local, o “frutinha” foi o maior pé que já pisou na várzea daquele rincão do Estado do Pará.

Disso se conclui que cada ser humano pode assinalar o seu nome na história da vida ou na história de uma instituição, podendo fazer isso de variadas formas. Uns com uma simples pegada no terreno baldio de uma várzea e outros com a aposição de sua fotografia na galeria idealizada para materializar e preservar a memória da administração institucionalizada.

Este ato é importante pelo seu significado e pelo que representa, mas tenho receio que num curto espaço de tempo, as galerias saiam das paredes arquitetonicamente levantadas e passem a constar de *pen drive* a exemplo do que já ocorreu com gigantescos e famosos *Álbuns de Família* que simplesmente acabaram.

Tenho consciência de que esta homenagem dirige-se a mim mas não é só minha. Ela precisa ser distribuída entre todas as pessoas que me ajudaram a um dia chegar à presidência do E. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Tantas foram essas pessoas humanas. Divido inicialmente com os senhores servidores do Regional, os quais me auxiliaram para que eu pudesse desempenhar a contento as diversas funções que exerci; divido também com os meus colegas de magistratura, de primeira e segunda instâncias, porque afinal foi com eles que aprendi mesmo nos momentos em que discordamos e foram eles que me distinguiram com a confiança e com a certeza de que eu era capaz de assumir a presidência do Tribunal; divido com os advogados, com os integrantes do Ministério Público do Trabalho e também com os meus amigos, muitos dos quais aqui presentes. Agora eu paro de dividir e vou repartir. Reparto esta honraria com os meus familiares, em especial minha mulher, Vera Maria Pinto Bentes, que hoje está aniversariando, com os meus filhos, que não puderam estar aqui porque não chegaram no horário, com os meus netos, Yasmin, Youssef, Tarik, Marco, José, Paulo Victor e Joaquim. Todas essas pessoas estão comigo na foto.

Senhora Presidente, mais uma etapa foi cumprida, a Senhora e a todos os presentes o meu muito obrigado.

SAUDAÇÃO AOS NOVOS DIRIGENTES DO TRT 8ª REGIÃO*

*Rosita de Nazaré Sidrim Nassar***

Inicialmente manifesto minha satisfação de ter sido honrada com o convite para externar o sentimento deste Tribunal na solenidade de posse de seus novos dirigentes para o biênio 2010/2012:

José Maria Quadros de Alencar,
Suzy Elizabeth Cavalcante Koury e
Francisco Sérgio Silva Rocha.

Todos três profundamente envolvidos com a causa da Justiça do Trabalho da Oitava Região; dotados de incontestável conhecimento técnico-jurídico e, sobretudo, de elevado espírito público, qualidades que os credenciam a conduzir os destinos do Tribunal pelos próximos dois anos, dando continuidade à profícua administração da Juíza Francisca Oliveira Formigosa, que hoje se despede do cargo, e de todos os demais juízes que a antecederam. Sem dúvida, tarefa árdua que, com certeza, realizarão com desenvoltura, habilidade e competência, mercê do empenho e dedicação com que enfrentam os desafios que a vida lhes apresenta.

Conforme já mencionado, nosso novo presidente, José Maria Quadros de Alencar, contará com a valiosa colaboração da juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, na Vice-Presidência, e do Juiz Francisco Sérgio Silva Rocha, na Corregedoria.

O Juiz Francisco Sérgio Silva Rocha, eleito e empossado Corregedor Regional, é natural de Belém, diplomado em Direito pela Universidade Federal do Pará, na qual obteve os títulos de mestre e doutor, tendo inclusive sua tese sobre **Controle do Orçamento Público e o Juízo de Constitucionalidade: Problemas na Execução e na Inexecução Orçamentária,** sido recomendada para publicação devido a seu alto nível. É professor de Direito Constitucional na Faculdade Ideal.

Pertence à carreira da magistratura na qual ingressou em 1989, após haver ocupado o cargo de Procurador do Estado. Nesta Justiça foi presidente das então Juntas de Conciliação e Julgamento de Almeirim, Tucuruí, Capanema, Castanhal e 3ª Vara de Belém. Em 2002, foi promovido para o Tribunal e neste já presidiu a 1ª Turma de julgamento e tem integrado várias comissões como as de concurso para provimento do cargo de juiz do trabalho substituto, a de regimento interno e a da Ordem do Mérito *Jus et Labor*.

Seu acendrado espírito associativo e aglutinador fez com que fosse eleito presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Oitava Região - Amatra 8, diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra.

Como traço marcante de sua personalidade podemos apontar seu extraordinário senso de estratégia, perfeita noção do conjunto, atributos que sem sombra de dúvida serão de enorme valor na condução da Corregedoria Regional.

---

* Saudação proferida na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2010/2012, no dia 3 de dezembro de 2010, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, em Belém-PA.

** Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

A juíza Vice-Presidente, Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, também é natural de Belém, bacharel em Direito diplomada pela Universidade Federal do Pará, doutor em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais. Antes de compor este Tribunal, em vaga destinada ao quinto constitucional dos advogados, foi procuradora do Estado do Pará e procuradora geral da Universidade Federal do Pará. Exerce o magistério, tendo sido professora coordenadora do curso de Direito da Faculdade Ideal e atualmente é professora no Centro Universitário do Pará - CESUPA.

É autora de muitas obras jurídicas, dentre as quais se destaca o livro sobre **A Desconsideração da Personalidade Jurídica (Disregard Doctrine) e Grupos de Empresa**, publicado pela editora Forense.

No Tribunal, além das atribuições de juíza, que exerce com inteligência, brilhantismo e cuidado singulares, exerceu a direção da Escola da Magistratura, emprestando todo o seu talento no desenvolvimento das atividades a ela inerentes. Foi presidente da 1ª Turma de julgamento deste Tribunal. Participou de comissões examinadoras de concursos para o provimento do cargo de juiz do trabalho substituto como também outras comissões, destacando as de regimento, jurisprudência e vitaliciamento.

O reconhecimento de seu valor é revelado pelos convites que, constantemente, recebe para integrar bancas examinadoras de concursos públicos e de apresentação de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O juiz Presidente José Maria Quadros de Alencar foi a segunda criança a nascer no Hospital Santo Antônio Maria Zacaria, em Bragança, no estado do Pará. Filho de Maria Quadros de Alencar e Carlos Fernandes de Alencar, moradores da Colônia Benjamim Constant, onde passou grande parte da infância. Retornou a Bragança com a família, no final da década de cinquenta, onde fez os estudos primário e ginasial. Mais tarde, ingressou no seminário Barnabita, cogitando abraçar a vida religiosa.

Posteriormente, estimulado por sua mãe e sua tia Luzia, veio para Belém e, aqui, após o curso colegial, ingressou primeiramente na Universidade Federal do Pará, inicialmente no Curso de Licenciatura em Matemática, que abandonou para seguir o bacharelado em Direito. Na mesma universidade fez pós-graduação, obtendo o título de Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA.

Durante seus estudos, trabalhou como securitário e, em seguida, ingressou, mediante concurso, no Banco do Brasil, desempenhando atividades bancárias em Marabá e Belém.

Foi técnico em planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, onde exerceu os cargos de Coordenador de Ação Municipal e Assessor Especializado.

Militou no Partido Comunista e exerceu advocacia especializada em direito coletivo do trabalho, assistindo sindicatos e federações profissionais.

Coordenou a comissão de Acompanhamento da Assembleia Estadual Constituinte de 1989 e a Comissão de Acompanhamento a Elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios do Pará, da Ordem dos Advogados do Brasil (1990).

Atuou na coordenação dos trabalhos de modernização e reforma administrativa do Governo do Estado do Pará, iniciando a implantação de programas de qualidade e produtividade no setor público estadual (1995).

É autor de grande número de artigos e conferencista convidado em diversos congressos, simpósios e seminários. É membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, na qual é coordenador da região norte.

Desde 1995 é membro do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, também em vaga destinada ao quinto constitucional dos advogados.

Estudioso de quase todos os assuntos, é difícil encontrar algum sobre o qual não tenha lido ou estudado. Tudo o que se propõe a fazer mergulha de corpo e alma tornando-se um *expert*. É o que acontece, por exemplo, com as matérias relativas à administração e gestão. Jamais se acomoda.

É rica sua trajetória profissional, humana e intelectual e muitas suas virtudes, mas dentre todas se sobreleva é a generosidade e desprendimento com que compartilha o seu conhecimento, o que faz de Alencar uma pessoa rara no mundo atual, caracterizado pela cruel competição e pela desavergonhada inveja.

Esse modo de ser é que lhe confere não apenas a estatura de intelectual sensível às exigências do tempo mas a envergadura de um homem sábio.

Sem nenhuma preocupação, entregamos-lhe o comando desta Casa. Estão em excelentes mãos os destinos de nosso Tribunal.

Desejo aos queridos amigos e colegas muito sucesso na missão que ora iniciam.

VALORES ANTIGOS E EXECUÇÃO DE VANGUARDA*

José Maria Quadros de Alencar

A posse da nova direção do Egrégio Tribunal é um rito de passagem, mas é também um fato portador de futuro que culmina uma transição exemplar, conduzida a doze mãos pelos que saem e pelos que chegam, sob a liderança compartilhada da Presidente sucedida e do sucessor. É um marco temporal de uma governança institucional sólida e estável, erguida sobre os seguintes pilares:

a) sucessão conforme a antiguidade;

b) respeito ao legado deixado pela Presidência e seus antecessores;

c) valores antigos combinados com aplicação e execução de vanguarda;

d) planejamento estratégico alinhado aos Colendos Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e Conselho Nacional de Justiça - CNJ e democraticamente construído;

e) uso intensificado de tecnologias da informação e comunicação (TICs);

f) treinamento e desenvolvimento (T&D) de magistrados e servidores; e

g) manutenção e melhoria do clima organizacional.

Reitero, assim, para além do mero protocolo, o que disse quando da nossa eleição, reafirmando que, com a delegação que recebemos, agora recebemos também uma governança sólida, estável, baseada na sucessão por antiguidade, no respeito ao legado não só da Presidência que nos conduziu até aqui, como de todas aquelas que a antecederam, legado baseado em valores, em tradições, combinando sempre com uma aplicação e uma execução de vanguarda. Combinar tradição com modernidade tem sido uma característica deste Egrégio Tribunal, que não abandona os valores e, quando chegada a hora de executar, busca sempre ser moderno, sempre ser contemporâneo, sempre ser atualizado. Esses são os pilares importantes não só da gestão que se inicia como de todas as que a ela seguirão.

Também reitero que essa governança está fortemente apoiada no pilar do planejamento estratégico, que a Doutora Francisca Formigosa tão bem conduziu até aqui, e que nós prosseguiremos, seguindo também uma trajetória que já se iniciou há algum tempo, com as primeiras iniciativas ainda na gestão da Doutora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, quando fizemos o primeiro planejamento estratégico, que foi mantido e revisado por seus sucessores, seguindo sempre uma linha de continuidade. Já seguíamos essa trajetória quando foram criados o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, aos quais nós nos alinhamos e seguiremos alinhados, como parte dessa governança assim construída ao longo desses anos, de forma democrática e participativa. Este Egrégio Tribunal tem a consciência de que nós devemos ter um planejamento estratégico assim alinhado e assim construído.

Nós prosseguiremos com bastante ênfase as políticas de valorização e intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) - agora tendo a Web 2.0 como plataforma - de treinamento e desenvolvimento (T&D) de magistrados e servidores, mais uma vez respeitando o legado recebido de nossa antecessora e, se

---

* Discurso de posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2010/2012, no dia 3 de dezembro de 2010, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, em Belém-PA.

assim for possível, ampliando e robustecendo esses dois pilares, porque neles estão, necessariamente, a sustentação da produtividade e da qualidade de vida no trabalho.

Reiteramos, para que tenhamos todos nós a certeza disso, que é preciso manter um bom clima organizacional, seja entre magistrados, seja entre servidores, seja na relação entre todos nós, e esse clima organizacional excelente passa pelo acolhimento, pela aceitação e pela prática de uma gestão coletiva, compartilhada, colegiada e participativa, pois para isso existem técnicas regimentais, organizacionais e procedimentais. Com nossa eleição assumimos perante o colegiado esse compromisso de fazer uma gestão com o maior grau de compartilhamento que nos for possível no atual estado da arte, com todos os nossos pares, com o primeiro grau de jurisdição e também com os servidores, conforme orientações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Ponderamos mais uma vez que parte desse clima organizacional depende bastante da quitação de passivos que a Justiça do Trabalho tem para com magistrados e servidores, sendo nosso dever institucional realizar esforços em favor dessa quitação.

Também para além do meramente protocolar, queremos reiterar que cumpriremos e faremos cumprir, como é de nosso elementar dever, os princípios constitucionais reitores da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O rigor formal de uma solenidade de posse não é incompatível com sentimentos, e por isso pedimos permissão para registrar nossa gratidão aos nossos pais e aos nossos familiares, presentes ou ausentes.

Aos nossos familiares, preventivamente, pedimos compreensão pelas horas já subtraídas de seu convívio, prometendo que tudo faremos para devolver-nos aos nossos lares antes do final de cada tarde.

Somos também muito gratos à Doutora Rosita Nassar, pela generosa e delicada saudação, em suas mãos depositando nossos agradecimentos às colegas e aos colegas que nos confiaram a gestão do Egrégio Tribunal nos próximos dois anos. Grato igualmente somos à Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues e a todos os membros do Ministério Público do Trabalho, pela saudação e comparecimento. Agradecemos ao Doutor Ophir Cavalcante Júnior, cujas palavras, em nome da advocacia brasileira, mas especialmente a dos Estados do Pará e Amapá - nos comovem e sensibilizam. De todos esperamos receber contribuições, inclusive sugestões e mesmo críticas, que nos ajudarão a criar as condições objetivas para uma adequada e célere prestação jurisdicional.

Permitam-me introduzir nesse exato ponto, valendo-me mais uma vez da minha técnica bancária, para pedir que todos façam um estorno naqueles créditos que, em excesso, nos foram feitos pela Doutora Rosita, pelo Doutor Ophir e pela Doutora Ana Maria. Os créditos que nós não merecemos, pedimos que sejam estornados, e o faço na presença de bancários colegas e ex-colegas.

Já caminhando para a conclusão - sê breve e agradarás, já diziam os antigos - queremos nos lembrar da milenar advertência que recitavam os camerlengos nas vaticanas cerimônias: sic transit gloria mundi.

Os juízes somos guardiões da promessa, como diz Garapon, e isso continuaremos sendo, contribuindo para o progresso da Humanidade, para o desenvolvimento humano e para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e democráticas do país, especialmente nos Estados do Pará e Amapá, que integram a Amazônia Oriental e são jurisdicionados por este Egrégio Tribunal.

É com a reiteração dessa promessa que eu digo a todos e a todas: muito obrigado!

MOMENTO DE REMINISCÊNCIAS*

*Georgenor de Sousa Franco Filho***

O dia era 18 de dezembro. O ano era o da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1975. O local era o *campus* da então única Universidade existente no Pará. A cena era a solenidade conjunta de outorga do grau acadêmico, inclusive de Bacharel em Direito. Ali estavam, compondo aquela que ficou conhecida como Turma Unida 75, pouco mais de uma centena de estudantes da Faculdade do Largo da Trindade, que, concluindo sua graduação, esperavam o Reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher impor a borla solene. Apertados, uns aos outros, aquela centena e outras tantas de outros tantos cursos com outros paraninfos e, no rosto de todos, o mesmo sorriso de *missão cumprida*, quando, mal sabiam, a missão estava apenas começando.

Para nós, oriundos da Trindade, ia começar o 6º ano, que costumo dizer que é o fundamental para o antigo universitário que já se acha *doutor* em tudo. É quando temos que procurar o nosso *lugar à sombra*, olvidando aquele célebre *lugar ao sol*, que, afinal, *nasce para todos.* Mas, ela, a sombra, somente existe para meia dúzia de protegidos de Deus, de acordo com o merecimento de cada qual.

Pois bem, no grupo do Direito, estavam eu e papai, que me paraninfou, Elza, minha futura mulher, e o Dr. Romeu Santos, meu futuro sogro, seu paraninfo, e a paraense de Monte Alegre Maria Valquíria Costa Norat, que depois contraiu núpcias com o paulista de Barretos Antônio Henrique, perdeu o Costa e ganhou o Coelho, e seu pai, colega de meu sogro no Ministério Público Estadual, Dr. Laureno Norat, seu paraninfo.

É verdade. Há 35 anos, completados a 18 de dezembro de 2010, saíamos do Largo da Trindade, começando nossas vidas no mundo do Direito. Os tantos da Turma Unida tomaram seus rumos: alguns foram ser advogados, outros, ao magistério, outros, no serviço público especializado, uns tantos ingressaram na magistratura, ou estadual, ou do trabalho. Naquela, ficaram o Rômulo Ferreira Nunes, a Margui Lima Gaspar, a Marta Inês Antunes Lima, a Maria Soares Palheta. Nesta, eu, o saudoso Raymundo Walter da Luz e a Valquíria...

...E, do lado familiar, recordo-me o chá de panela que sua colega de Faculdade e minha mulher fez em um nosso antigo apartamento quando do anúncio de seu casamento com o Antônio, que lhe rendeu dois filhos: a psicóloga Luciana e o advogado Arthur Henrique.

Essas reminiscências fazem parte da vida de cada um de nós. São as nossas saudades, que a memória resgata na azáfama do nosso cotidiano.

---

* Discurso de saudação a Dra. Maria Valquíria Norat Coelho, ao ensejo de sua recepção como Desembargadora Federal do Trabalho, no TRT da 8ª Região, a 13.01.2011, às 11,00 hs.

** Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da *International Law Association* e do *Centro per la Cooperazione Giuridica Internazionale*.

Em solenidades como esta, recomenda a tradição que se façam considerações sobre as mudanças e as transformações porque passa o mundo e que atingem o Direito, inclusive o Direito do Trabalho. Permito-me fugir ao costume.

Penso que, melhor que doutrinar sobre esses aspectos, esta manhã se presta para festejar o verdadeiro Ano Nacional da Mulher Brasileira. Afinal, em nosso país, as mulheres passaram a ser um superlativo muito maior. Da Presidência da República ao comando dos nossos lares. E a Justiça do Trabalho, que não discrimina ninguém, acolhe mais uma mulher no seu Oitavo Regional, a 11ª na sua atual composição de 23 magistrados. Aliás, o primeiro Tribunal do Trabalho brasileiro que recebeu uma mulher foi este: Sulica Batista de Castro Menezes. Também foi o que teve a primeira Presidenta, Semíramis Arnaud Ferreira.

Existem episódios da vida de Valquíria que lembram os tempos em que foi professora primária na Escola José Veríssimo, onde Eneida, sua irmã, e Elza, minha mulher, também lecionavam, escola que antes tivera, como professora e depois diretora, a Profa. Benedita Norat, a D. Beni, sua mãe. E depois, quando, aprovada em 1977, exerceu o cargo de Técnico, agora Analista, Judiciário da Justiça do Trabalho da 8ª Região, tendo sido chefa do Setor de Execução da antiga 6ª Junta de Belém, então presidida pelo dileto colega José Claudio Monteiro de Brito, que deixou para ser, também porque aprovada, igualmente em 1977, em concurso, Advogada do Banco do Estado do Pará. E retornou a este Poder, como Juíza Substituta, em 1993, aprovada em certame público de provas e de títulos. Fez carreira no 1º grau. Em 1995, foi promovida Presidente, agora Titular, da JCJ de Almeirim. Em seguida, foi para 1ª de Macapá, recebendo-a em correição permanente, tendo efetuado o competente saneamento, o que constatei, como Corregedor Regional, quando conclui pela desnecessidade de manter aquela avaliação, suspendendo-a, porquanto Valquíria havia regularizado tudo o que se encontrava equivocado. Passou para 6ª de Belém, estando, ultimamente, na titularidade da 12ª Vara do Trabalho da sede da Região. E, ainda no 1º grau de jurisdição, foi Diretora do Fórum Trabalhista e Diretora da Central de Mandados de Belém, certamente tarefas árduas e que a recomendam para a nova missão que o destino lhe atribuiu.

Permito-me um destaque: Valquíria é reconhecida, por magistrados, servidores e, sobretudo, advogados, como uma juíza diligente, zelosa, educada, cortês com as partes e seus procuradores, atenciosa com os que lhe prestam colaboração. Magistrada de carreira, nas instruções cuidava de forma adequada na colheita dos elementos indispensáveis ao julgamento e, também, ao exame de eventual recurso nas instâncias superiores. Nos julgamentos, sempre foi concisa, criteriosa, examinando com acuidade os elementos de prova trazidos à formação do processo. Quem age dessa forma é juiz na acepção mais lata da palavra.

Três vezes indicada para promoção por merecimento para esta Corte, vem para cá sucedendo Miguel Raimundo Viégas Peixoto, o mineiro mais paraense que conheço, e que voltou para as suas Gerais.

Prometi, quando fui chamado para esta formidável missão, que seria breve. E serei. Neste momento, devemos festejar Valquíria, como nossa nova companheira de trabalho na Corte regional. Desnecessário, então, outras considerações até porque este não é o local nem o momento adequados para esse tipo de coisa.

Pretendi alinhavar breves traços da vida de Valquíria, alguma coisa semelhante aos *Grandes Momentos de Sua Vida*, antigo programa da extinta TV Marajoara, Canal 2, apresentado pelo jornalista Ferreira Neto, nos idos dos anos 60, e que, a cada semana, homenageava alguma figura ilustre do Pará. Foi o que tentei fazer.

Admitindo que o que todos queremos é ouvir e parabenizar a nova Desembargadora, quedo-me para que possamos aplaudi-la e pedir a Nossa Senhora

de Nazaré que interceda junto a Jesus para que Valquíria seja iluminada nesse degrau mais novo de sua trajetória brilhante.

Ninguém esqueça, no entanto, que Valquíria é uma das mais importantes figuras da mitologia escandinava e fonte de inspiração de Richard Wagner para uma de suas mais famosas óperas: *As Valquírias*. Está na *Internet*, onde todos nos socorremos na atualidade, que *as Valquírias eram belas jovens mulheres que montadas em cavalos alados e armadas com elmos e lanças, sobrevoavam os campos de batalha escolhendo os mais bravos guerreiros, e escoltavam esses heróis até o salão de* seu pai, *Odin*, o maior deus viking, deus da sabedoria, da guerra, da vitória, da magia, da poesia. *Cavalgavam nos céus com armaduras brilhantes e ajudavam a determinar o vitorioso das batalhas e o curso das guerras. Elas também serviam a Odin como mensageiras e quando cavalgavam como tais, suas armaduras faiscavam causando o* magnífico *fenômeno atmosférico chamado de Aurora Boreal*. Com efeito, chega a esta Corte, acredito que pela primeira vez, uma mulher inspirada na mitologia nórdica. Sejam sua *armadura de justiça* e seu *escudo de fé*, de que fala São Paulo aos Efésios (6, 10-20), sua permanente proteção e projete sua *Aurora Boreal* em nossa Corte.

Dileta Valquíria, seja feliz. Muito feliz!

EMOÇÕES*

*Maria Valquíria Norat Coelho***

Antes de iniciar a elaboração deste discurso postei-me diante do computador na dúvida a respeito do tema a abordar nesta fala. Recordei, então, de uma grande amiga para quem todas as palavras relacionadas a acontecimentos de sua vida continham significados importantes e que direcionavam seus atos naquelas ocasiões. Foi quando me dei conta de que a palavra promoção, evento que se comemora neste momento, continha a expressão emoção; decidi, então, manifestar minha emoção por este momento especial de minha vida, que compartilho com meus familiares, irmãos, cunhados e sobrinhos.

Digo-lhes, desde logo, que falar desta emoção não é tarefa tão simples e fácil, já que muitos são os fatos e acontecimentos, e até mesmo aborrecimentos que permeiam a trajetória de um Juiz.

Meu primeiro contato com Direito do Trabalho deu-se no velho casarão do Largo da Trindade através dos ensinamentos do professor, então Juiz do Trabalho, Raul Santo-Sé Gravatá, que hoje não se encontra mais presente entre nós.

A disciplina envolvia a parte histórica da matéria, alcançando a luta do trabalho para ser reconhecido como um valor social e a batalha travada entre ele e o capital. Foi paixão imediata! Decidi, naquela ocasião, que enveredaria por esta seara do direito.

Um pouco mais tarde comecei a estagiar no Escritório da Dra. Ana Maria França Barros, onde o maior volume de processos tramitava nesta Justiça, razão pela qual passei a frequentá-la com assiduidade.

Foi apenas um reforço para a decisão antes tomada de um dia ser Juíza do Trabalho.

Ocorre que nas voltas que o mundo dá distanciei-me do objetivo traçado ainda nos bancos da faculdade, e para o qual somente retornei muitos anos mais tarde com o desejo de voltar a esta Casa, já que aqui também atuei como servidora e, em 09.12.1993, após exaustivo concurso público, tomava posse como Juíza Substituta, juntamente com os agora Titulares de Vara, Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior, Ida Selene Braga, Julianes Moraes das Chagas e Antonio Oldemar Coelho.

A partir daí passei a conhecer e a enfrentar a complexidade do exercício da magistratura, que não se resume ao simples conceito de que ser magistrado comporta apenas o ato de julgar.

Não sei se por mera coincidência, mas, em mesma data - 09 de dezembro - porém, do ano de 2010, foi publicado o ato de minha nomeação como Desembargadora deste Tribunal, por vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Miguel Viégas Peixoto.

Entre os dois atos ocorreu o aprendizado do verdadeiro sentido de ser Juiz, que, como já afirmei, não é apenas aquele ser que julga.

---

* Discurso proferido na cerimônia oficial de ratificação de sua posse no cargo de Desembargador Federal do Trabalho da 8ª Região, no dia 13 de janeiro de 2011, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, em Belém-PA.

** Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Esse aprendizado ocorreu no dia a dia, contando apenas com a experiência profissional anterior, com bom senso, muitos erros e conselhos de outros colegas com mais e até mesmo menos experiência.

Em curto espaço de tempo a partir de nosso ingresso na magistratura e graças ao aumento deste Tribunal, fomos logo promovidos para o cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, cabendo-me a de Almeirim, cidade não muito distante desta capital, porém de acesso dificílimo pela configuração geográfica da Amazônia e deficiência de transporte público ou particular.

As dificuldades naquele local eram incontáveis, cabendo destacar a ausência de energia elétrica, o que exigia a realização das audiências fora da sala própria, fosse pela necessidade de iluminação e mesmo de ventilação. Cito fato curioso que acontecia nessas sessões, nas quais descobri outra utilidade para o instrumento de processo, pois muitas vezes precisava usá-lo para afastar e me proteger dos marimbondos que rodeavam quantos participassem das sessões solenes como são as audiências, já que elas aconteciam em local aberto.

Lá passei três anos.

Durante esse tempo, distante da minha família, que não pôde me acompanhar em razão do enorme prejuízo para a formação dos meus filhos que já se encontravam em idade escolar, também vivi momentos de grande encantamento, principalmente quando eles, os filhos, iam para lá e se deliciavam por vagarem sozinhos pelas ruas da pequena cidade, numa correria entre a sede da Junta e o local onde habitávamos, ou mesmo nos longos passeios que fizemos pelo Rio Amazonas. Também me maravilhava com o esplendor do céu pontilhado de estrelas nas negras madrugadas da selva amazônica, em que me dirigia para o que se considerava aeroporto em Monte Dourado ao encontro de minha família, fato que algumas vezes fiz na companhia da minha amiga e Juíza de Laranjal do Jari, Nazaré Rocha, atualmente titular da 7ª Vara desta Capital, que residia naquela localidade, para quem comentava, ao contemplar o céu estrelado, que um dia ainda teríamos saudade daquele tempo. Confesso, Senhores, que hoje, passados mais de dez anos, ainda não senti saudade alguma.

Após esse período fui removida, a pedido, para a 1ª JCJ de Macapá. Tratava-se de uma Junta com alguns problemas e por isto mesmo em correição permanente. Lá, as deficiências eram enormes e não se assemelhavam em nada com as de Almeirim. A necessidade e volume de serviços eram brutais e mínimas as condições de trabalho. Não havia Juiz auxiliar permanente; os computadores inadequados em número e em eficiência; o material humano escasso, pois até o oficial de Justiça estava cedido para outro Juízo. Foi um período de sobressaltos e lá, diante de tanta adversidade descobri, ou melhor, compreendi que tudo o que se passa na Vara, na época Junta, era e é de responsabilidade do Juiz, que, repito, não tem apenas a tarefa de julgar. Reproduzindo assertiva de autoria incerta, foi lá que aprendi que o Juiz "*é o primeiro corregedor da Vara*". E é mesmo!

Após dois anos fui removida para Belém, com o grande e duro aprendizado, para estudar novas coisas, pois na vida do Juiz o aprendizado não cessa nunca.

Rememoro o cotidiano de nossas vidas, começando pela sala de audiências, onde nos defrontamos com as mais diversas classes de pessoas e problemas, constatando como é difícil a luta pela sobrevivência daqueles que só possuem um único patrimônio a oferecer que é o seu trabalho e outros nem isso. Muitas das vezes as sessões se transformam em verdadeiro campo de batalha em que cada um quer e precisa ver reconhecido o que lhe pertence, e onde o Juiz exerce o papel fundamental de pacificar o conflito, com o dever de manter a autoridade sem ser autoritário, humanizando o dilema resultante do conflito entre o trabalho e o capital.

Esse trabalho exige paciência, tolerância, disposição e poder de argumentação. Confesso que algumas vezes cheguei ao meu limite quanto a essas virtudes, exaurida pelo grande volume de sessões que são feitas com objetivo de uma rápida prestação jurisdicional.

Encerradas as audiências, há um enorme volume de processos para despachos, em grande maioria com questões simples a solucionar. Porém, há também aqueles em que não há uma resposta fácil e nem se a encontra na letra fria da lei. Em tais casos e como já se sabe, o Juiz não pode deixar de decidir alegando lacuna na lei, ele precisa encontrar uma solução, usando, para isto, da sua experiência, de seu conhecimento de outros ramos do direito, do seu bom senso ou mesmo de sua criatividade, sempre comprometido, porém, com a noção de Justiça.

Ao final do dia, ainda há as sentenças que levarão respostas às partes para os problemas não solucionados em audiência, muitas delas a serem feitas na casa do magistrado em horário durante o qual ele poderia estar usufruindo seu lazer ou mesmo convivendo com seus familiares, haja vista que elas possuem prazo certo para serem publicadas.

Além de toda essa atividade típica do exercício da magistratura, existem os conflitos de natureza administrativa das mais variadas ordens, incluindo os de natureza interpessoal entre os servidores, que sempre exigem a interferência e providências do Juiz, pois ele é o responsável pelo andamento da Vara como uma das suas atribuições enquanto corregedor originário.

E as críticas? São inúmeras e das mais diversas ordens e origens.

Ora é sociedade que vê o Juiz como um detentor de privilégios e que não trabalha ou não produz o suficiente; ora a crítica vem de seus próprios pares.

Quanto a estes últimos, não é raro se ver decisões reformadas com argumentos de que o Juiz cometeu erro ao julgar de certa maneira ou que não soube interpretar corretamente a prova produzida em audiência. Resta, então, a reflexão, muitas vezes com certa perplexidade, a respeito de qual seria o certo ou mesmo porque a decisão foi errada? Como se interpretou a prova equivocadamente se foi o Juiz que ouviu, olhando nos olhos das partes e das testemunhas, a prova tida como mal interpretada ou mal compreendida?

Também não é raro ouvirmos, diante do argumento de que são muitas as audiências feitas diariamente, a afirmativa de que também são muitos os acordos e as conciliações, numa tentativa de minimizar o labor na sala de audiências, olvidando-se que muitos acordos somente são obtidos após uma longa e extenuante instrução processual, ao fim da qual o Juiz está esgotado em seu físico e espírito, pois, como já afirmei, é o Juiz que mantém a ordem nas audiências e tem o grande e importante papel de pacificar e humanizar os conflitos decorrentes da relação trabalho e capital.

Como se vê, a atividade jurisdicional não é fácil e nem simples. Além de lidar diariamente com conflitos das mais diversas naturezas, há os seus próprios dilemas, estes últimos na maioria das vezes decorrentes da grande responsabilidade de dizer o direito, o que é justo ou não.

Porém, nenhuma das dificuldades enfrentadas e ora ressaltadas devem intimidar o Juiz ou permitir que esmoreça em seu espírito o real sentido de ser um aplicador do direito, pois ser Juiz não deve ser visto como a detenção de um privilégio e sim um atributo que exige responsabilidade. O Juiz não deve permitir que influências externas venham manchar suas decisões; ele deve agir sem se preocupar com a aclamação popular ou com as críticas; ele deve rejeitar qualquer tentativa de influenciar um julgamento. Deve, pois, agir com independência e imparcialidade, balizado apenas pela Constituição, pelas leis e pelo senso de justiça,

pois ele é, como diz Rui Porta Nova, em seu "Motivações Ideológicas da Sentença", um buscador do Justo.

Não deve jamais temer a reforma de suas decisões, qualquer que seja o argumento usado nesse sentido, pois o duplo grau de jurisdição é princípio que decorre do direito ao devido processo legal.

O reexame da sentença por outra instância trata-se, na verdade, do processo visto sob outro olhar, sob outra experiência, mediante outro debate.

Ademais, de acordo com José Saramago "... o certo e o errado são apenas modos diferentes de entender nossa relação com os outros...".

Toda esta minha manifestação não comporta queixa o lamento. Ao contrário, trata-se antes de uma declaração de amor a esta profissão que exerço com paixão, e as adversidades apenas instigam e servem de combustível para o cumprimento dos deveres do Juiz, pois, exatamente como disse Shakespeare, "*a paixão aumenta em função dos obstáculos que se lhe opõem"*. Na verdade, sou uma apaixonada pela magistratura e jamais me permiti esmorecer diante das adversidades vividas até este momento, pois, como diz a canção,

"Se chorei ou se sorri

O importante é que emoções eu vivi...".

Diariamente agradeço a Deus por me permitir exercer esta profissão, ao mesmo tempo em que peço a Ele que volte seu olhar a me conduzir na atuação jurisdicional.

Com o mesmo espírito que sempre atuei no primeiro grau chego a esta fase de minha vida profissional, da mesma forma implorando ao Criador que ilumine meus passos e decisões, sabendo valorizar a construção feita pelo Juiz do primeiro grau e interpretar o seu sentimento colocado sob novo exame do órgão colegiado, sem esquecer que esse Juiz, ao instruir e julgar a causa realiza um trabalho de natureza hermenêutica irrecusável a que Ovídio Batista da Silva, em seu Processo e Ideologia, define como o destinatário primeiro da prova e do debate processual, o que singulariza a jurisdição de primeiro grau - esse irredutível contato humano do Juiz com as partes, as testemunhas e o debate processual.

Dedico este momento aos meus pais Laureno e Benedita, ao Antonio, ao Arthur e à Luciana. Aos primeiros, que não mais se encontram de corpo presente a esta sessão, porque me ensinaram os valores do trabalho digno e honesto; ao Antonio pelo companheirismo sem limites ou condições; aos dois últimos, meus amados filhos, pela maturidade com que vêm me acompanhado ao longo desta jornada e que me ensinam, todos os dias, a querer ser uma pessoa melhor.

Encerro esta fala, citando Ruy Barbosa, para quem "As boas Instituições hão de se conservar melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se, com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitadores".

Muito obrigada!

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8ª Região | Belém | v. 31 | nº 60 | p. 1- 495 | Jan./Jun./1998

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RESOLUÇÃO nº 169, de 16/11/2010 (DEJT de 19, 22 e 23/11/2010)
- Altera a redação da Súmula nº 393 do TST.

RESOLUÇÃO nº 170, de 16/11/2010 (DEJT de 19, 22 e 23/11/2010)
- Altera a redação da Orientação Jurisprudencial nº 373 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

RESOLUÇÃO nº 171, de 16/11/2010 (DEJT de 19, 22 e 23/11/2010)
- Cancela a Orientação Jurisprudencial nº 293 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e dá nova redação à Súmula nº 353 do TST.

RESOLUÇÃO nº 172, de 16/11/2010 (DEJT de 19, 22 e 23/11/2010)
- Altera a redação da Súmula nº 6 do TST.

RESOLUÇÃO nº 173, de 16/11/2010 (DEJT de 19, 22 e 23/11/2010)
- Altera a redação da Súmula nº 337 do TST.

RESOLUÇÃO nº 174, de 24/05/2011 (DEJT de 27, 30 e 31/05/2011)
- Edita as Súmulas nºs 426, 427, 428 e 429; Revisa as Súmulas nºs 74, 85, 219, 291, 326, 327, 331, 364, 369 e 387; Mantém o teor da Súmula nº 102 e; Cancela a súmula nº 349.

RESOLUÇÃO nº 175, de 24/05/2011 (DEJT de 27, 30 e 31/05/2011)
- Revisa as Orientações Jurisprudenciais n.os 18 e 191 da SBDI-1, bem como a Orientação Jurisprudencial nº 7 do Tribunal Pleno; Mantém as Orientações Jurisprudenciais nºs 344, 402 e 383 da SBDI-1, assim como a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 36 da SBDI-1; Cancela as Orientações Jurisprudenciais nºs 49, 156, 215, 273 e 301 da SBDI-1, como também a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 4 da SBDI-1.

RESOLUÇÃO nº 176, de 24/05/2011 (DEJT de 27, 30 e 31/05/2011)
- Edita o Precedente Normativo da Seção Especializada em Dissídios Coletivos nº 120.

PN N.º 120. SENTENÇA NORMATIVA. DURAÇÃO. POSSIBILIDADE E LIMITES.
A sentença normativa vigora, desde seu termo inicial até que sentença normativa, convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho superveniente produza sua revogação, expressa ou tácita, respeitado, porém, o prazo máximo legal de quatro anos de vigência.

ATO CONJUNTO nº 21/2010 - TST.CSJT.GP.SG, de 07/12/2010 (DEJT de 09/12/2010)
- Dispõe sobre o recolhimento de custas e emolumentos na Justiça do Trabalho.

SÚMULAS

SUM-6 EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT (redação do item VI alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.11.2010) Res. 172/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010

I - Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente. (ex-Súmula nº 06 - alterada pela Res. 104/2000, DJ 20.12.2000)

II - Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego. (ex-Súmula nº 135 - RA 102/1982, DJ 11.10.1982 e DJ 15.10.1982)

III - A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação. (ex-OJ da SBDI-1 nº 328 - DJ 09.12.2003)

IV - É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita. (ex-Súmula nº 22 - RA 57/1970, DO-GB 27.11.1970)

V - A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante. (ex-Súmula nº 111 - RA 102/1980, DJ 25.09.1980)

VI - Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal**,** de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, se não demonstrada a presença dos requisitos da equiparação em relação ao paradigma que deu origem à pretensão, caso arguida a objeção pelo reclamado. (item alterado na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.11.2010)

VII - Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos. (ex-OJ da SBDI-1 nº 298 - DJ 11.08.2003)

VIII - É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial. (ex-Súmula nº 68 - RA 9/1977, DJ 11.02.1977)

IX - Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. (ex-Súmula nº 274 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

X - O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana. (ex-OJ da SBDI-1 nº 252 - inserida em 13.03.2002)

SUM-74 CONFISSÃO (nova redação do item I e inserido o item III à redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 801385-77.2001.5.02.0017) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula nº 74 - RA 69/1978, DJ 26.09.1978)

II - A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento

de provas posteriores. (ex-OJ nº 184 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)
III- A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

SUM-85 COMPENSAÇÃO DE JORNADA (inserido o item V) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva. (ex-Súmula nº 85 - primeira parte - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
II. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário. (ex-OJ nº 182 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)
III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (ex-Súmula nº 85 - segunda parte - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. (ex-OJ nº 220 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)
V. As disposições contidas nesta súmula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade "banco de horas", que somente pode ser instituído por negociação coletiva.

SUM-102 BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA (mantida) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I - A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos. (ex-Súmula nº 204 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
II - O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis. (ex-Súmula nº 166 - RA 102/1982, DJ 11.10.1982 e DJ 15.10.1982)
III - Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. (ex-OJ nº 288 da SBDI-1 - DJ 11.08.2003)
IV - O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava. (ex-Súmula nº 232-RA 14/1985, DJ 19.09.1985)
V - O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT. (ex-OJ nº 222 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)
VI - O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta. (ex-Súmula nº 102 - RA 66/1980, DJ 18.06.1980 e republicada DJ 14.07.1980)
VII - O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não

tem direito às sétima e oitava horas como extras, mas tão somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas. (ex-OJ nº 15 da SBDI-1 - inserida em 14.03.1994)

SUM-219 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. HIPÓTESE DE CABIMENTO (nova redação do item II e inserido o item III à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (ex-Súmula nº 219 - Res. 14/1985, DJ 26.09.1985)

II - É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

III - São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.

SUM-291 HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

SUM-326 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO TOTAL (nova redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.

SUM-327 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO PARCIAL (nova redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

SUM-331 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de

serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

SUM-337 COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSOS DE REVISTA E DE EMBARGOS (redação alterada pelo Tribunal Pleno em sessão realizada em 16.11.2010, em decorrência da inclusão dos itens III e IV) - Res. 173/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010
I - Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente:
a) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e
b) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso. (ex-Súmula nº 337 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
II - A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores. (ex-OJ nº 317 da SBDI-1 - DJ 11.08.2003);
III - A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, "a", desta súmula, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos;
IV - É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, sendo necessário que o recorrente transcreva o trecho divergente e aponte o sítio de onde foi extraído com a devida indicação do endereço do respectivo conteúdo na rede (URL - Universal Resource Locator).

SUM-349 ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO EM ATIVIDADE INSALUBRE, CELEBRADO POR ACORDO COLETIVO. VALIDADE (cancelada) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho (art. 7º, XIII, da CF/1988; art. 60 da CLT).

SUM-353 EMBARGOS. AGRAVO. CABIMENTO (incorporada a Orientação Jurisprudencial n.º 293 da SBDI-1 com nova redação como letra f) - Res. 171/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010

Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo: a) da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos; b) da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento; c) para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo; d) para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento; e) para impugnar a imposição de multas previstas no art. 538, parágrafo único, do CPC, ou no art. 557, § 2º, do CPC; f) contra decisão de Turma proferida em Agravo interposto de decisão monocrática do relator, baseada no art. 557, § 1º-A, do CPC. (ex-OJ nº 293 da SBDI-1 com nova redação)

SUM-364 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE (cancelado o item II e dada nova redação ao item I) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-OJs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)

SUM-369 DIRIGENTE SINDICAL. ESTABILIDADE PROVISÓRIA (nova redação dada ao item II) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - É indispensável a comunicação, pela entidade sindical, ao empregador, na forma do § 5º do art. 543 da CLT. (ex-OJ nº 34 da SBDI-1 - inserida em 29.04.1994)

II - O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3.º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente. (ex-OJ nº 145 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998)

IV - Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade. (ex-OJ nº 86 da SBDI-1 - inserida em 28.04.1997)

V - O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho. (ex-OJ nº 35 da SBDI-1 - inserida em 14.03.1994)

SUM-387 RECURSO. FAC-SÍMILE. LEI Nº 9.800/1999 (inserido o item IV à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A Lei nº 9.800, de 26.05.1999, é aplicável somente a recursos interpostos após o início de sua vigência. (ex-OJ nº 194 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)

II - A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.800, de 26.05.1999, e não do dia seguinte à

interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo. (ex-OJ nº 337 da SBDI-1 - primeira parte - DJ 04.05.2004)
III - Não se tratando a juntada dos originais de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do art. 184 do CPC quanto ao "dies a quo", podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado. (ex-OJ nº 337 da SBDI-1 - "in fine" - DJ 04.05.2004)
IV - A autorização para utilização do fac-símile, constante do art. 1º da Lei n.º 9.800, de 26.05.1999, somente alcança as hipóteses em que o documento é dirigido diretamente ao órgão jurisdicional, não se aplicando à transmissão ocorrida entre particulares.

SUM-393 RECURSO ORDINÁRIO. EFEITO DEVOLUTIVO EM PROFUNDIDADE. ART. 515, § 1º, DO CPC (redação alterada pelo Tribunal Pleno na sessão realizada em 16.11.2010) - Res. 169/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010
O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere ao Tribunal a apreciação dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados pela sentença, ainda que não renovados em contrarrazões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença, salvo a hipótese contida no § 3º do art. 515 do CPC.

SUM-426 DEPÓSITO RECURSAL. UTILIZAÇÃO DA GUIA GFIP. OBRIGATORIEDADE (editada em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 91700-09.2006.5.18.0006) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Nos dissídios individuais o depósito recursal será efetivado mediante a utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 899 da CLT, admitido o depósito judicial, realizado na sede do juízo e à disposição deste, na hipótese de relação de trabalho não submetida ao regime do FGTS.

SUM-427 INTIMAÇÃO. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. PUBLICAÇÃO EM NOME DE ADVOGADO DIVERSO DAQUELE EXPRESSAMENTE INDICADO. NULIDADE (editada em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 5400-31.2004.5.09.0017) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

SUM-428 SOBREAVISO (conversão da Orientação Jurisprudencial n.º 49 da SBDI-1) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
O uso de aparelho de intercomunicação, a exemplo de BIP, "pager" ou aparelho celular, pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

SUM-429 TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. ART. 4º DA CLT. PERÍODO DE DESLOCAMENTO ENTRE A PORTARIA E O LOCAL DE TRABALHO - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

OJ-SDC-19 DISSÍDIO COLETIVO CONTRA EMPRESA. LEGITIMAÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL. AUTORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NO CONFLITO (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

OJ-SDC-20 EMPREGADOS SINDICALIZADOS. ADMISSÃO PREFERENCIAL. CONDIÇÃO VIOLADORA DO ART. 8º, V, DA CF/88 (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
Viola o art. 8º, V, da CF/1988 cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

OJ-SDC-22 LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DO SINDICATO. CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SETORES PROFISSIONAL E ECONÔMICO ENVOLVIDOS NO CONFLITO. NECESSIDADE (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
É necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.

SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

OJ-SDI1-13 APPA. DECRETO-LEI Nº 779/69. DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS. NÃO ISENÇÃO (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, vinculada à Administração Pública indireta, não é isenta do recolhimento do depósito recursal e do pagamento das custas processuais por não ser beneficiária dos privilégios previstos no Decreto-Lei n.º 779, de 21.08.1969, ante o fato de explorar atividade econômica com fins lucrativos, o que descaracteriza sua natureza jurídica, igualando-a às empresas privadas.

OJ-SDI1-18 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO DO BRASIL (redação do item I alterada em decorrência do julgamento dos processos TST-IUJE EDRR-301900-52.2005.5.09.0661 e ERR 119900-56.1999.5.04.0751) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I - O valor das horas extras integra a remuneração do empregado para o cálculo da complementação de aposentadoria, desde que sobre ele incida a contribuição à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, observado o respectivo regulamento no tocante à integração.
II - Os adicionais AP e ADI não integram o cálculo para a apuração do teto da complementação de aposentadoria; (ex-OJ nº 21 da SBDI-1 - inserida em 13.02.1995)
III - No cálculo da complementação de aposentadoria deve-se observar a média trienal; (ex-OJs nºs 19 e 289 ambas da SBDI-1 - inseridas respectivamente em 05.06.1995 e 11.08.2003)
IV - A complementação de aposentadoria proporcional aos anos de serviço prestados exclusivamente ao Banco do Brasil somente se verifica a partir da Circular Funci nº 436/1963; (ex-OJ nº 20 da SBDI-1 - inserida em 13.02.1995)

V - O telex DIREC do Banco do Brasil nº 5003/1987 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina. (ex-OJ nº 136 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998)

OJ-SDI1-38 EMPREGADO QUE EXERCE ATIVIDADE RURAL. EMPRESA DE REFLORESTAMENTO. PRESCRIÇÃO PRÓPRIA DO RURÍCOLA. (LEI Nº 5.889/73, ART. 10 E DECRETO Nº 73.626/74, ART. 2º, § 4º) (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010

O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria-prima, é rurícola e não industriário, nos termos do Decreto n.º 73.626, de 12.02.1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados.

OJ-SDI1-49 HORAS EXTRAS. USO DO BIP. NÃO CARACTERIZADO O "SOBREAVISO" (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 428) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

O uso do aparelho BIP pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

OJ-SDI1-51 LEGISLAÇÃO ELEITORAL. EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (título alterado e inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010

Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n.º 7.773, de 08.06.1989.

OJ-SDI1-62 PREQUESTIONAMENTO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE EM APELO DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA. NECESSIDADE, AINDA QUE SE TRATE DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA (republicada em decorrência de erro material) - DEJT divulgado em 23, 24 e 25.11.2010

É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta.

OJ-SDI1-110 REPRESENTAÇÃO IRREGULAR. PROCURAÇÃO APENAS NOS AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010

A existência de instrumento de mandato apenas nos autos de agravo de instrumento, ainda que em apenso, não legitima a atuação de advogado nos processos de que se originou o agravo.

OJ-SDI1-119 PREQUESTIONAMENTO INEXIGÍVEL. VIOLAÇÃO NASCIDA NA PRÓPRIA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA Nº 297. INAPLICÁVEL (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010

É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida. Inaplicável a Súmula n.º 297 do TST.

OJ-SDI1-142 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. VISTA À PARTE CONTRÁRIA (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010

É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito

modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

OJ-SDI1-156 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO (cancelada em decorrência da nova redação da Súmula nº 327) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Ocorre a prescrição total quanto a diferenças de complementação de aposentadoria quando estas decorrem de pretenso direito a verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já atingidas pela prescrição, à época da propositura da ação.

OJ-SDI1-179 *BNDES. ARTS. 224/226, CLT. APLICÁVEL A SEUS EMPREGADOS (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n.º 77 da SBDI-1) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
Entidade sujeita à legislação bancária.
* Vide Medida Provisória nº 56, de 18.07.2002 (convertida na Lei nº 10.556/02, de 13.11.2002) que fixa jornada de sete horas para empregados do BNDES e de suas subsidiárias (art. 7º) e de 8 horas para os empregados da FINEP (parágrafo único do art. 8º).

OJ-SDI1-191 CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE (nova redação) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

OJ-SDI1-199 JOGO DO BICHO. CONTRATO DE TRABALHO. NULIDADE. OBJETO ILÍCITO (título alterado e inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.

OJ-SDI1-215 VALE-TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA (cancelada) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
É do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.

OJ-SDI1-273 "TELEMARKETING". OPERADORES. ART. 227 DA CLT. INAPLICÁVEL (cancelada) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
A jornada reduzida de que trata o art. 227 da CLT não é aplicável, por analogia, ao operador de televendas, que não exerce suas atividades exclusivamente como telefonista, pois, naquela função, não opera mesa de transmissão, fazendo uso apenas dos telefones comuns para atender e fazer as ligações exigidas no exercício da função.

OJ-SDI1-293 EMBARGOS À SDI CONTRA DECISÃO DE TURMA DO TST EM AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. CABIMENTO (cancelada em decorrência da sua conversão na letra f da Súmula nº 353 do TST) - Res. 171/2010 - DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010

São cabíveis Embargos para a SDI contra decisão de Turma proferida em Agravo interposto de decisão monocrática do relator, baseada no art. 557, § 1º, do CPC.

OJ-SDI1-301 FGTS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. LEI Nº 8.036/90, ART. 17 (cancelada) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Definido pelo reclamante o período no qual não houve depósito do FGTS, ou houve em valor inferior, alegada pela reclamada a inexistência de diferença nos recolhimentos de FGTS, atrai para si o ônus da prova, incumbindo-lhe, portanto, apresentar as guias respectivas, a fim de demonstrar o fato extintivo do direito do autor (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC).

OJ-SDI1-344 FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada.

OJ-SDI1-373 REPRESENTAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. PROCURAÇÃO. INVALIDADE. IDENTIFICAÇÃO DO OUTORGANTE E DE SEU REPRESENTANTE (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.11.2010 - IUJ-85600-06.2007.5.15.0000) - Res. 170/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010
É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome da entidade outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam.

OJ-SDI1-383 TERCEIRIZAÇÃO. EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E DA TOMADORA. ISONOMIA. ART. 12, "A", DA LEI Nº 6.019, DE 03.01.1974 (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções. Aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019, de 03.01.1974.

OJ-SDI1-402 ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. TERMINAL PRIVATIVO. ARTS. 14 E 19 DA LEI N.º 4.860, DE 26.11.1965. INDEVIDO (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

TRANSITÓRIAS

OJ-SDI1T-4 MINERAÇÃO MORRO VELHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ACORDO COLETIVO. PREVALÊNCIA (cancelada) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

O acordo coletivo estabelecido com a Mineração Morro Velho sobrepõe-se aos comandos da lei, quando as partes, com o propósito de dissipar dúvidas e nos exatos limites de seu regular direito de negociação, livremente acordaram parâmetros para a base de cálculo do adicional de insalubridade.

OJ-SDI1T-36 HORA "IN ITINERE". TEMPO GASTO ENTRE A PORTARIA DA EMPRESA E O LOCAL DO SERVIÇO. DEVIDA. AÇOMINAS (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
Configura-se como hora "in itinere" o tempo gasto pelo obreiro para alcançar seu local de trabalho a partir da portaria da Açominas. (ex-OJ nº 98 da SBDI-1 - inserida em 30.05.1997)

OJ-SDI1T-77 BNDES. ARTS. 224 A 226 DA CLT. APLICÁVEL A SEUS EMPREGADOS (conversão da Orientação Jurisprudencial n.º 179 da SBDI-1) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010
Até o advento da Lei n.º 10.556, de 13.11.2002, era aplicável aos empregados do BNDES a jornada de trabalho dos bancários prevista nos arts. 224 a 226 da CLT.

TRIBUNAL PLENO

OJ-TP-7 JUROS DE MORA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. (nova redação) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I - Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora segundo os seguintes critérios:
a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 1.03.1991;
b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º - F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001;
II - A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009.
III - A adequação do montante da condenação deve observar essa limitação legal, ainda que em sede de precatório.

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ENUNCIADO Nº 11

"**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA - EXTEMPORANEIDADE** - É extemporânea a interposição simultânea, pela mesma parte, de embargos de declaração e de recurso, postulando a reforma da decisão, antes da publicação do acórdão ou da sentença."
(Resolução nº 20/2011, de 03/02/2011 - DEJT de 15, 16 e 17/02/2011)

ENUNCIADO Nº 12

"**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO**. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual ou normativo, fixado pelas partes, conforme o disposto no art. 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação ao salário mínimo".
(Resolução nº 40/2011, de 17/02/2011 - DEJT de 25 e 28/02 e 01/03/2011)

ENUNCIADO Nº 13

"**MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC. APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO**. A aplicação subsidiária da multa do artigo 475-J do CPC atende às garantias constitucionais da razoável duração do processo, efetividade e celeridade, pelo que tem pleno cabimento no processo do trabalho."
(Resolução nº 41/2011, de 17/02/2011 - DEJT de 25 e 28/02 e 01/03/2011)

ENUNCIADO Nº 14

"**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CARGO EM COMISSÃO. REGULAMENTO EMPRESARIAL. ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. BASE DE CÁLCULO DE OUTRAS VERBAS. NULIDADE.** A alteração na denominação de "cargo em comissão" para "função de confiança", introduzida pelo normativo nº 3 (RH11503) da Caixa Econômica Federal, com a criação do plano de cargos comissionados, para funções cujas atribuições possuem a mesma definição e finalidade, não autoriza suprimir a verba da base de cálculo das parcelas VP-GIP 092 e VP-GIP 062 do empregado, pois implica alteração contratual lesiva e a sua consequente nulidade (arts. 9º e 468 da CLT)"
(Resolução nº 42/2011, de 17/02/2011 - DEJT de 25 e 28/02 e 01/03/2011)

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHO EM SOBREJORNADA. MAIOR DESGASTE DO EMPREGADO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/1ªT/RO 0291500-20.2009.5.08.0126
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTES: **SANDRO ADRIANO DE MATOS**
Doutor André Luyz da Silveira Marques
E
CONSÓRCIO SOSSEGO
Doutora Zuleide Guedes Silva de Castro e outros

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHO EM SOBREJORNADA. MAIOR DESGASTE DO EMPREGADO. O trabalho extraordinário, sem dúvida, concorre para o maior desgaste, físico ou mental do trabalhador, tendo em vista os níveis de ruído, aos quais esta sujeito. O limite máximo suportável de ruído é, segundo a NR 15, de 85 dB para o tempo máximo de 8 horas. Na hipótese dos autos, o reclamante, trabalhava, habitualmente, em sobrelabor e mesmo com uso dos EPI´s o nível de ruído se aproximava bastante dos 85 dB considerados como toleráveis. Recurso provido.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço dos recursos porque adequados, tempestivos (fls. 692, 704 e 708) e subscritos por profissionais habilitados (fl. 20 e 53). Depósito recursal efetuado à fl.724. Custas processuais pagas conforme fl.723.

2.2 QUESTÃO PRELIMINAR: *INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL.*

Embora não postulado dessa forma, recebo o inconformismo do reclamante como questão preliminar.

Explica o reclamante que não pode comprovar a exposição contínua aos agentes insalubres por ter o Juízo indeferido o pedido quanto à realização de perícia técnica.

A prova pericial não tem foros de validade absoluta, uma vez que pode ser substituída por documentos, confissão expressa, testemunhos, podendo ser desprezada pelo Juízo, dentro do princípio do livre convencimento motivado, ou da persuasão racional, uma vez que ele não fica vinculado ao laudo pericial. O laudo pericial, portanto, constitui, apenas, um meio de prova, cabendo ao magistrado analisar ou não a necessidade da realização da prova pericial.

Além disso, dispõe o art. 332, do CPC, que todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no estatuto processual, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa. Trata-se da atipicidade dos meios de prova.

Na hipótese, o Juízo se valeu de outros elementos para sustentar o seu convencimento, o que mostrou ser mesmo dispensável a realização da perícia técnica.

Assim não há se falar em nulidade do processo.

Rejeito.

2.3 MÉRITO

2.3.1 RECURSO DO RECLAMANTE

2.3.1.1 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O reclamante se insurge quanto à improcedência da parcela adicional de insalubridade.

Ressalta que o PPRA e o PCMSO indicam exposição aos agentes insalubres: poeira, ruído e vibração, bem como não demonstram o fornecimento de EPI´s capazes de neutralizar tais agentes.

Acrescenta que não foi levado em consideração a jornada de trabalho de 12 horas, explicando que o limite de tolerância diminui conforme o tempo de exposição aos agentes nocivos.

Na petição inicial relatou que exercia a função de motorista no interior da mina, em área insalubre devido à poeira mineral e a intensidade de ruído proveniente das máquinas e explosões.

Em contestação, a empresa nega a exposição a qualquer agente insalubre, bem como afirma o fornecimento de EPI´s adequados para a prestação dos serviços, além da fiscalização de seu uso e da promoção de reuniões sobre segurança do trabalho.

O PCMSO de fls.164/202 à fl. 177 identifica para a função de “Motorista de Caminhão fora da Estrada” os riscos: Ruído, vibração e poeira.

À fl. 184 descreve os EPI´s para a função: roupa adequada, bota com biqueira de aço, protetor auricular, capacete com jugular e luvas.

O PPRA de fls. 395/433 indica que os exercentes desta função estavam sujeitos à perda de audição em decorrência de sua exposição constante ao risco físico ruído, dentre outros (fl. 417/419).

À fl. 545 consta relatório contendo a descrição do ambiente de trabalho, das atividades, do agente agressivo e as medidas de proteção.

Observe-se que o relatório foi elaborado levando-se em conta o trabalho de 8 horas diárias. Revela, ainda, que a intensidade ao agente ruído é de 86,9 dB(A), descrevendo que o limite de tolerância é 85 dB(A). Adiante, registra que os EPC´s atenuam os agente nocivos, embora não o neutralizem; enquanto que os EPI´s atenuam e neutralizam os efeitos dos agente agressivos. (fl. 545).

Em depoimento o reclamante admitiu que recebia os EPI´s. (fl. 690).

Pois bem.

Reconheço, ante o conjunto probatório, que a reclamada está se empenhando em transformar o ambiente de trabalho de seus empregados. Contudo, todo empregado tem o direito a um meio ambiente de trabalho livre de qualquer agente nocivo capaz de trazer riscos à sua saúde física e mental. Assim é que as medidas de proteção devem eliminar a insalubridade e não somente atenuar os riscos existentes a um limite de tolerância permitido.

O reclamante estava sujeito a insalubridade, conforme,inclusive demonstraram os documentos apresentados.

Como se tal não bastasse, acrescento, ainda, outra fundamentação embasada em norma regulamentadora.

O trabalho extraordinário, sem dúvida, concorre para o maior desgaste, físico ou mental do trabalhador, tendo em vista os níveis de ruído, aos quais esta sujeito.

Nessa perspectiva, o limite máximo suportável de ruído é, segundo a NR 15, de 85 dB para o tempo máximo de 8 horas.

Na hipótese dos autos, o reclamante, trabalhava, habitualmente, em sobrelabor e mesmo com uso dos EPI´s o nível de ruído se aproximava bastante dos 85 dB considerados como toleráveis quando o limite máximo suportável de ruído é, segundo a NR 15, de 85 dB para o tempo máximo de 8 horas.

A base de cálculo do adicional é a remuneração do empregado, todavia, em respeito aos limites da lide a base de cálculo a ser observada deve ser o salário contratual, conforme pleiteado na petição inicial.

Assim, julgo procedente o pleito do autor e reformo a decisão para condenar a reclamada a pagar ao reclamante o adicional de insalubridade no percentual de 40% sobre o salário contratual e reflexos em horas extras, férias+1/3, 13ºsalário, aviso prévio e FGTS+40%.

Contudo, fiquei vencida pela maioria da Turma que determinou que a base de cálculo para apuração do adicional de insalubridade seja o salário mínimo.

2.3.2 RECURSO DA RECLAMADA

2.3.2.1 APLICAÇÃO DA SÚMULA 330/TST.

A reclamada alega que os pedidos devem ser julgados improcedentes porque o reclamante deu quitação das parcelas no Termo de Rescisão Contratual, pelo que nada mais teria a reclamar, nos termos da Súmula 330/TST.

Sem razão.

O termo de rescisão do contrato de trabalho quita os valores efetivamente pagos. Sendo assim, a eficácia liberatória prevista na súmula *in comento* diz respeito somente aos valores consignados expressamente no termo e não a todas às parcelas, de forma geral.

Mantenho a sentença.

2.3.2.2 DAS HORAS *IN ITINERE*.

Insurge-se a recorrente com a sentença que a condenou ao pagamento de 76 minutos de percurso por dia durante todo o pacto, acrescidas de 50% e reflexos.

Alega que o local de trabalho do reclamante esta situado em área de fácil acesso, em via pública pavimentada e servida por linhas de ônibus municipal e intermunicipal, além de vans e microônibus.

Para desconfigurar os requisitos presentes no artigo 58 da CLT, traz doutrina e jurisprudência à respeito.

Afirma que o transporte fornecido tinha a finalidade de propiciar melhores condições de trabalho aos empregados e que a decisão significou uma punição à empregadora.

Na tentativa de afastar a condenação, invoca a autodeterminação coletiva, aduzindo que foi firmado instrumento normativo dispondo sobre essas horas, sendo imperioso observar o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e a validade da negociação até porque assim determina a Constituição da República (artigo 7º, XXVI).

Caso mantida a decisão requer seja observado o local de residência do reclamante (Vila Planalto), distante do local de trabalho apenas 20km e a existência de

transporte na maior parte do percurso, além da redução do quantum deferido para 18 minutos em cada trecho.

A matéria é conhecida desta turma.

Trata-se da parcela de horas *in itinere* referentes ao percurso feito pelo trabalhador de sua residência até o local de prestação de serviços, no caso, a Mina Sossego.

A controvérsia foi resolvida com a realização de inspeção (fls. 21/35) que demonstrou a inexistência do transporte público regular, bem como que as minas exploradas pela Companhia Vale estão situadas em área de difícil acesso.

Para caracterizar o primeiro requisito, cita-se o esclarecimento do Sr. Francisco Xavier Falcão - fls.22/23, Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes, afirmando não existir transporte coletivo entre o Núcleo Urbano e as Portarias das minas, não tendo havido, até o presente momento, nenhum procedimento licitatório para as concessões de exploração de transporte público no Município, desconhecendo a existência de permissionário ou concessionário autorizado para o exercício da atividade). O transporte coletivo existente é aquele realizado sob as modalidades de fretamento e aberto, por intermédio de Cooperativas de Vans e de Microônibus. O sistema de fretamento não é sinônimo de transporte público. A tarifa cobrada é, inclusive, forma de disfarçar uma situação incontroversa, qual seja, o transporte existe apenas em função da necessidade de se conduzir os trabalhadores aos seus postos de trabalho.

A área de difícil acesso se configura pelo fato do local de trabalho estar situado na Floresta Nacional de Carajás: um lugar, onde todas as pessoas e coisas devem ser identificadas e ter sua entrada autorizada. Assim é que não pode ser considerada como de domínio público ou de acesso irrestrito. É evidente a limitação na liberdade de ir e vir de cada um.

Inconcebível aceitar, ainda, o argumento de que a empresa, ao fornecer o transporte quer propiciar benefícios a toda uma categoria profissional. As reclamadas fornecem o transporte porque constitui a única forma dos trabalhadores chegarem ao seu local de destino. O transporte existente se destina a atender apenas a Companhia Vale e suas terceirizadas.

A respeito da pactuação das horas *in itinere* por meio de negociação coletiva, lembro que estas se constituem em direitos indisponíveis e, como tais, não se pode restringi-los ou excluí-los. A negociação coletiva somente prevalece sobre o previsto em lei quando mais benéfica. Ela implica em troca, concessões recíprocas. Reputo inaceitável que norma coletiva, decorrente de acordo ou convenção, obrigue a renúncia aos direitos adquiridos ou a direitos previstos na ordem legal.

Quanto a redução das horas de percurso deferidas, confirma-se a decisão pelos seus próprios fundamentos:

> "Em interpretação analógica da OJ 36 da SDBI-1 - Transitória, já que a situação de fato é a mesma, deve ser considerado o tempo gasto entre a Portaria da Mina e o local de marcação do ponto, pois a mina é enorme. Ao fim, de acordo com o que apurado em instrução processual, chega-se a ilação de que no total são gastos 38 minutos (18 até a Portaria do Sossego e mais 20 minutos até o local de trabalho) por trecho, 76 minutos por dia no trajeto Vila Planalto e o local de trabalho do reclamante.
>
> Em conformidade com a Súmula 90 do TST, tendo em vista que somente parte do trajeto é abrangida por transporte público regular, julgo procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de 76 minutos de percurso por dia durante todo o pacto, acrescidas de

> 50%, com reflexos sobre aviso prévio, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, repouso semanal remunerado FGTS e multa de 40%." (fl.)

2.3.2.3 DAS HORAS EXTRAS. DOS TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.

Não se conforma a recorrente com a sentença que condenou o reclamante ao pagamento das horas extras que ultrapassarem a sexta diária, considerando uma hora de intervalo por dia, de 18/06/2007 a 09/09/2007, com adicional de 50%, e reflexos.

Na tentativa de descaracterizar a jornada em turnos ininterruptos de revezamento, explica que as atividades laborais eram realizadas em turnos fixos alternados e que tanto o trabalho neste regime especial, bem como a impossibilidade de condenação à sobrejornada estariam devidamente previstas em normas coletivas.

Destaca somente serem devidas como extras as horas trabalhadas além da 8ª diária, afirmando que o trabalho além da jornada normal quando realizado foi devidamente pago conforme demonstram os recibos de pagamento. Nesse sentido, pretende o pagamento somente do adicional.

Traz julgados e doutrina para embasar sua tese.

O reclamante foi admitido pela reclamada em 18 de junho de 2007, para trabalhar como motorista no interior da mina Sossego, tendo sido despedido sem justa causa em 05 de dezembro de 2007. Relatou que trabalhava em turnos ininterruptos de revezamento pretendendo o pagamento das horas laboradas além da sexta diária.

O Juízo de origem assim se pronunciou:

> "Analisando os cartões de ponto, infere-se que havia constante alternância de turnos, dentro de um mês, havia pelo menos uma troca de turno. Contudo, o regime de turnos só existiu até 09/09/2007. Depois o reclamante passou a laborar em jornada fixa. Portanto, a reclamada não se desincumbiu de seu ônus processual e ainda produziu provas robustas em seu desfavor, pois juntou documentos de onde se extrai que havia alternância constante nos turnos de trabalho." (fls.694v)

A reclamada na tentativa de se eximir das condenação fundamenta seu inconformismo afirmando que o regime especial em que trabalhava o reclamante (que não era o turno ininterrupto de revezamento)estava previsto em norma coletiva, devendo ser respeitado o que nela for disposta, em homenagem à autocomposição coletiva, que tem status constitucional.

Ao analisar as folhas de ponto (fls.83/85) constata-se a exaustiva jornada do reclamante, pois se submetia à sobrejornada e às horas *in itinere*.

A Constituição da República previu os turnos ininterruptos de revezamento e também prestigiou a negociação coletiva (artigo 7º, XIV), entretanto, não o fez de maneira absoluta, pois é imprescindível o respeito ao conjunto mínimo de direitos e garantias que visem à proteção ao trabalhador.

A alteração de jornada não pode ser realizada de forma irrestrita, sem nenhuma limitação.

Nessa perspectiva, é entendimento desta relatora que norma coletiva que estabelece jornada superior aos limites constitucionais não deve ser admitida, embora reconheça que negociação coletiva possa estabelecer jornada superior a seis horas diárias sem, contudo, ultrapassar o limite máximo de 36 (trinta e seis) horas. Pensar de forma diferente implica em descaracterizar a jornada reduzida, que foi concebida especificamente para os turnos ininterruptos de revezamento, como forma de garantir a saúde física e mental do trabalhador e evitar o desgaste em sua vida social e familiar.

Pelas razões, mantenho a decisão.

Ante o exposto, conheço do recurso; rejeito a preliminar de nulidade do processo; no mérito, dou provimento apenas ao recurso do reclamante para, reformando, em parte, a sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar ao reclamante o adicional de insalubridade no percentual de 40% sobre o salário contratual e reflexos em horas extras, férias+1/3, 13ºsalário, aviso prévio e FGTS+40%, mantendo-a em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas majoradas, pela reclamada, de R$ 109,00 sobre R$ 5.450,00, valor arbitrado para a condenação.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA; POR MAIORIA DE VOTOS, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR AO RECLAMANTE O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NO PERCENTUAL DE 40% SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO E REFLEXOS EM HORAS EXTRAS, FÉRIAS+1/3, 13ºSALÁRIO, AVISO PRÉVIO E FGTS+40%, MANTENDO-A EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS, VENCIDA A EXMª RELATORA APENAS QUANTO À BASE DE CÁLCULO. CUSTAS MAJORADAS, PELA RECLAMADA, DE R$ 109,00 SOBRE R$ 5.450,00, VALOR ARBITRADO PARA A CONDENAÇÃO.

Teatro da Faculdade Metropolitana de Marabá. Marabá, 30 de novembro de 2010. (Publicado no DEJT em 13/12/2010)

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - Juíza Relatora.

****

ADVOGADO. FIEL DEPOSITÁRIO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T./AP 0100600-04.2009.5.08.0119
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

AGRAVANTE: **FALCON SERVICE LTDA.**
Advogado(s): Dr. Antonio Carlos Silva Pantoja

AGRAVADOS: **ROGÉRIO LUIZ MORENO CORREIA**
MARIA ROSANA PINHEIRO ALEIXO
E
GILVANDRO BARROS DO NASCIMENTO

<u>ADVOGADO. FIEL DEPOSITÁRIO</u>.
I - Irrelevante se a interpretação da norma contida no art. 659, § 5º, do CPC, perfeitamente aplicável ao processo do trabalho (art. 769, da CLT) - "nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário" (incluído pela Lei nº 10.444, de

7.5.2002) - admite, ou não, que o advogado possa assumir o encargo de fiel depositário.
II - O que interessa, nesta conjuntura, é que, afinal, "a investidura no encargo de depositário [executado, advogado ou terceiro] depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade" (OJ nº 82 da SBDI-2, do C. TST).
III - Diante do impasse e em se tratando de bem imóvel, o depósito pode ficar sob a responsabilidade do depositário público da Justiça do Trabalho (art. 666, II, do CPC).
IV - Agravo de petição provido para exonerar o advogado do executado do encargo de fiel depositário.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço do agravo de petição, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Do mérito

O MM. Juízo de 1º Grau, na r. decisão de fl. 89, manteve a nomeação do advogado da empresa executada, o ilustre Dr. Antonio Carlos Silva Pantoja, como depositário do imóvel penhorado nos presentes autos, pertencente aos sócios da demandada, que se encontram em lugar incerto e não sabido, conforme Auto de Penhora de fl. 84 e Certidão de fl. 88.

O insigne patrono da empresa executada interpôs agravo de petição, às fls. 91/97, com vistas à reforma da r. decisão agravada, ao argumento de que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador Federal, à revelia do agravante, nomeou-o como fiel depositário do bem imóvel penhorado, pertencente aos sócios da empresa executada, com fundamento no art. 659, § 5º, do CPC.

Defende que o dispositivo em tela refere-se à "intimação do executado pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, sendo que por este ato será constituído depositário o executado e não o advogado" (fl. 93). Ressalta que o dispositivo não foi adequadamente interpretado, porque apenas o executado poderia ser constituído depositário e destaca que o trecho que se refere ao advogado da parte está entre vírgulas, ou seja, a ilação correta do § 5º do art. 659, do CPC, seria: "Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, **pessoalmente ou na pessoa de seu advogado**, e por este ato constituído depositário."

Enfatiza que o instrumento de mandato de fl. 12, firmado pelo sócio da executada, outorgou-lhe poderes para atuar *ad judicia* e, por conseguinte, não pode ser coagido a assumir o encargo de fiel depositário, sob pena de afronta ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, razão pela qual recusou a assinar o Auto de Depósito e faz referência à Súmula nº 319, do Superior Tribunal de Justiça que dispõe: "O encargo de depositário de bens penhorados pode ser expressamente recusado." E colaciona arestos a embasar sua tese.

Requer, assim, o provimento do apelo com a exoneração do agravante do encargo de fiel depositário.

Analiso.

Dos autos, vislumbra-se que a empresa, FALCON SERVICE LTDA., celebrou acordo com o reclamante, ROGÉRIO LUIZ MORENO CORREIA, conforme Termo de fls. 17/18 verso, que, não cumprido, ensejou a execução ora em trâmite, que resultou inócua, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça Avaliador Federal de fl. 33, pelo que foi determinada a penhora dos bens dos sócios da demandada (fl. 35).

Em face da determinação, foram perpetradas várias tentativas de cumprimento dos mandados de penhora dos sócios da executada, Srª. MARIA ROSANA PINHEIRO ALEIXO (Nº 119-00077/2010) e Sr. GILVANDRO BARROS DO NASCIMENTO (Nº 119-00078/2010), às fls. 36/37 dos autos, como se vê da Certidão de fls. 38 e 40. Após consulta do novo endereço dos sócios na rede INFOSEG (fls. 41/42), foram expedidos os mandados de penhora nºs 119-00266/2010 e 119-00267/2010 (fls. 44/45), porém o Sr. Oficial de Justiça ficou impossibilitado de cumpri-los, porque os executados não residiam mais no imóvel, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, em conformidade com as Certidões de fls. 53 e 54.

A empresa executada apresentou petição, às fls. 46/47, na qual noticiava que iria perceber créditos provenientes da prestação de serviços para a Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC. Assim, foi expedido mandado de penhora de crédito nº 0119-00322/2010 (fl. 52), porém não havia mais saldo a favor da empresa executada, em face dos inúmeros bloqueios efetuados por esta Justiça Especializada em outros processos, em consonância com a Certidão de fl. 59.

Encontrado novo imóvel dos executados (Certidão do Registro de Imóveis de fls. 67/68), foi expedido o mandado de penhora de fls. 70 e 79 (Nº 119-00572/2010) e foi penhorado o bem descrito no Auto de Penhora de fl. 84 (Apartamento nº 206 do Bloco D/2, no Conjunto Natália Lins, situado na Av. Augusto Montenegro, nº 3501), sendo expedida a Certidão de fl. 85, que testificava a impossibilidade de cientificar a executada ou seu sócio, em virtude de se encontrarem em lugar incerto e não sabido, o que deu ensejo à determinação do Diretor da Central de Mandados do Fórum de Ananindeua para que fosse diligenciado "no intuito de intimar o advogado da executada da penhora, nomeando depositário, com fundamento no art. 659, § 5º, do CPC" (fl. 87), consoante se verifica abaixo:

> "**CERTIDÃO - OFICIAL DE JUSTIÇA**
> 07759/2010
> PROCESSO: 0100600-04.2009.5.08.0119
> Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado 572/2010, dirigi-me, nesta data, ao endereço nele indicado e sendo aí encontrei o imóvel fechado, contudo, segundo informações colhidas na administração daquele residencial, o mesmo é ocupado por terceiros e, que o Sr. Gilvandro Barros do Nascimento mudou-se dali para um lugar incerto e não sabido. Certifico, ainda, conforme orientação da Direção desta Central, PROCEDI a PENHORA DO IMÓVEL INDICADO, transcrevendo as características do mesmo, a partir da Certidão de Registros de Imóveis do 1º Ofício. Certifico, finalmente, que não foi possível dar ciência à executada ou ao seu sócio, uma vez que os mesmos encontram-se em local desconhecido.
> Posto isso, devolvo o mandado à Coordenação, juntamente com o auto de penhora, para apreciação Superior.
> ANANINDEUA, 30 de setembro de 2010.
> JOSE CLAUDIO NASCIMENTO PINHEIRO, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL"

"**CERTIDÃO 08073/2010**

PROCESSO: 0100600-04.2009.5.08.0119

Certifico, de ordem do Juiz Diretor desta Central, a redistribuição do Mandado nº572/2010, para um dos Oficiais de Justiça que estejam atuando na Zona nº03, para que diligencie no intuito de intimar o advogado da executada da penhora, nomeando depositário, com fundamento no art. 659, § 5º do CPC, no endereço em anexo. Após, redistribuir o expediente para registro da penhora do imóvel. Por fim, devolva-se a Vara de Origem.

ANANINDEUA, 14 de outubro de 2010.

JOSE JAIME BRASIL XAVIER, DIRETOR". (grifamos)

Em cumprimento à determinação do Diretor da Central de Mandados, o agravante, advogado da executada, foi nomeado fiel depositário do imóvel penhorado, nos termos da Certidão de fl. 88, *in verbis*:

"**CERTIDÃO - OFICIAL DE JUSTIÇA 08598/2010**

PROCESSO: 0100600-04.2009.5.08.0119

Certifico que, em cumprimento à determinação contida na certidão nº 8073/2010, do Diretor, Sr. José Jaime Brasil Xavier, dirigi-me, dia 22.10.2010 ao endereço do advogado do executado, Dr. Antônio Carlos Silva Pantoja, situado na Av. Conselheiro Furtado, 1884, Nazaré, e, sendo aí, o Dr. Antônio Carlos Silva Pantoja, ficou bem ciente da penhora, do prazo para apresentar embargos, da sua nomeação ao encargo de fiel depositário e recebeu a contrafé do mandado de penhora nº 572/2010 e do auto de penhora, porém recusou-se assinar o auto de depósito sob a alegação de que não advoga mais para o executado.

Certifico que, nesta data, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Belém e, sendo aí, a Escrevente Autorizada, Sra. Marina Costa M. Andrade, recebeu a contrafé do mandado e do auto de penhora e ficou bem ciente de que deverá efetuar, no prazo legal, o registro da penhora.

Diante do exposto, devolvo para os devidos fins.

ANANINDEUA, 27 de outubro de 2010.

MARIA DA GRACA BORGES ASSAD HOLANDA, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL".

Ao tomar ciência da nomeação como fiel depositário do bem constritado, o advogado da executada, ora agravante, ingressou com a petição de fls. 71/74, com vistas à sua substituição no encargo de depositário, pleito indeferido, pelo Meritíssimo Juízo de 1º Grau, à fl. 89, ao fundamento de que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido.

Por conseguinte, o patrono da executada interpôs o presente agravo de petição, com os argumentos anteriormente expostos.

O art. 659, do CPC, nos seus parágrafos 4º e 5º assim dispõem:

"Art. 659. A penhora deverá incidir em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios.

[...]

§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 652, § 4º), providenciar, para

> presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
>
> § 5º Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário."

Às fls. 100/101, consta Ofício do Registro de Imóveis, acompanhado de Certidão daquele Órgão, às fls. 101/101 verso, a noticiar a impossibilidade de proceder ao registro da penhora, uma vez que o imóvel constritado foi vendido a terceiros.

Assim, o Meritíssimo Juízo *a quo* declarou que a transferência do imóvel em questão foi realizada em fraude à execução, à luz do art. 593, II, do CPC (art. 769/CLT), porque efetuada pelo sócio da executada, responsável pela dívida exequenda (art. 50, do Código Civil), em 03/03/2010, quando é certo que a ação trabalhista foi ajuizada em 22/07/2009 e a execução do acordo inadimplido teve início em 23/09/2009. Assim, tornou ineficaz a alienação registrada sob o nº R-4/32569 e determinou o registro da penhora do imóvel matriculado sob o nº 32569.

Creio que assiste razão ao agravante.

A jurisprudência acolhe a pretensão do recorrente, especialmente no julgamento de *Habeas Corpus*, conforme o precedente adiante indicado, a título de exemplo, com apoio na **Orientação Jurisprudencial nº 82 da SBDI-2**, do C. TST.

Peço vênia, então, para transcrever a íntegra do v. **ACÓRDÃO TRT/SE I/HC 00151-2007-000-08-00-9**, proferido em 18.04.2007 (publicado no Diário da Justiça do Trabalho em 23.04.2007), pela Seção Especializada I deste E. Tribunal Regional, de minha lavra, entre partes CLAUDIO GEMAQUE MACHADO, como impetrante, e EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO TITULAR DA MM. 7ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, como autoridade judicial impetrada, e, ainda, WAGNER BENEDITO PINHEIRO MACHADO, Paciente, contra ato praticado nos autos do Processo 644-2002-007-08-00-3, em que atuou como reclamante-exequente PEDRO NAZARENO PEREIRA DOS PASSOS, *in verbis*:

> "***HABEAS CORPUS* PREVENTIVO.**
>
> **'A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade' (Orientação Jurisprudencial nº 89, da SDI-2, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho). Concedida a ordem de habeas corpus preventivo.**
>
> Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas corpus* preventivo com pedido liminar, impetrado pelo advogado, Dr. **CLAUDIO GEMAQUE MACHADO**, em favor do paciente, Sr. **WAGNER BENEDITO PINHEIRO MACHADO**, sendo apontada como autoridade impetrada o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO DA MERITÍSSIMA SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, consoante as razões de fls. 1/3.
>
> Alega, o impetrante, que o paciente é reclamado na reclamação trabalhista (Processo nº 00644-2002-007-08-00-3), movida por **PEDRO NAZARENO PEREIRA DOS PASSOS**, e encontra-se

na iminência de ser preso, tido como depositário infiel, conforme mandado de remoção nº 007-282/2006 (fls. 5/7).

Assevera que, no curso da lide, foram penhorados vários bens do paciente, sendo que, em alguns casos, ele ficara com fiel depositário, conforme mandado de remoção às fls. 5/7. Os bens foram removidos, conforme auto de remoção de fls. 8/9, salvo 'uma embarcação denominada Boa Belém, descrita no último item do citado Mandado de Remoção. Em função do mencionado bem não ser encontrado, determinou referida Vara a prisão do paciente como infiel depositário, porém, este não foi fiel depositário do bem, conforme pode-se observar do dito Mandato de Avaliação em anexo' (fl. 2).

Salienta que o paciente 'não é fiel depositário do bem em apreço e muito menos assinou qualquer termo de compromisso em relação ao bem e seu depósito, conforme pode-se ver claramente nos autos e, ainda, que todos os bens em que ficou como fiel depositário já foram entregues ao juiz, conforme auto de remoção em anexo' (fl. 2).

Portanto, ressalta, encontra-se, o paciente, ameaçado no seu direito de ir e vir, em função da expedição do mandado de prisão, motivo pelo qual impetra o presente *habeas corpus*, a fim de obstar aludido constrangimento.

Esta Relatoria, em decisão de fls. 72/76, deferiu a liminar requerida.

A Exmª. autoridade apontada como coatora prestou informações, às fls. 90/95.

O Ministério Público do Trabalho opinou, às fls. 85/88, pelo cabimento do *habeas corpus* e pela concessão da ordem requerida, expedindo-se o respectivo salvo conduto, garantindo-se ao paciente o livre exercício de seu direito de ir e vir.

É O RELATÓRIO.

A presente ação está em condições de ser apreciada.

Versam estes autos de *habeas corpus* preventivo com pedido liminar, impetrado pelo advogado, Dr. **CLAUDIO GEMAQUE MACHADO**, em favor do paciente, Sr. **WAGNER BENEDITO PINHEIRO MACHADO**, sendo apontada como autoridade impetrada o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO DA MERITÍSSIMA SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, consoante as razões de fls. 1/3.

Relata, o impetrante, que o paciente é reclamado na reclamação trabalhista de nº 00644-2002-007-08-00-3, movida por **PEDRO NAZARENO PEREIRA DOS PASSOS**, e encontra-se na iminência de ser preso, tido como depositário infiel, conforme mandado de remoção nº 007-282/2006 (fls. 5/7).

Destaca que, no curso da lide, foram penhorados vários bens do paciente, sendo que, em alguns casos, ele ficara com fiel depositário, conforme mandado de remoção às fls. 5/7. Os bens foram removidos, conforme auto de remoção de fls. 8/9, salvo 'uma embarcação denominada Boa Belém, descrita no último item

do citado Mandado de Remoção. Em função do mencionado bem não ser encontrado, determinou referida Vara a prisão do paciente como infiel depositário, porém, este não foi fiel depositário do bem, conforme pode-se observar do dito Mandato de Avaliação em anexo' (fl. 2).

O paciente enfatiza que 'não é fiel depositário do bem em apreço e muito menos assinou qualquer termo de compromisso em relação ao bem e seu depósito, conforme pode-se ver claramente nos autos e, ainda, que todos os bens em que ficou como fiel depositário já foram entregues ao juiz, conforme auto de remoção em anexo' (fl. 2).

Portanto, ressalta, encontra-se ameaçado no seu direito de ir e vir, em função da expedição do mandado de prisão, motivo pelo qual impetra o presente *habeas corpus*, a fim de obstar aludido constrangimento com a expedição do respectivo salvo conduto e a suspensão do ato impetrado.

Em decisão de fls. 72/76, esta Relatoria deferiu a liminar requerida.

A Exmª. autoridade apontada como coatora, Drª. Maria de Nazaré Medeiros Rocha, prestou informações, às fls. 90/95, a acentuar e requerer, em suma:

'[...]

1º) A execução é contra a pessoa física do Sr. Wagner. No pólo passivo da ação de conhecimento figura o próprio Sr. Wagner, o que demonstra que este juízo agiu com acerto acerca de sua nomeação como fiel depositário do bem em apreço, seja porque a condição do executado, como pessoa física, autoriza a medida responsabilizatória do ato; seja porque, de certo outra pessoa, distinta da relação jurídica processual, não aceitaria tal encargo;

2º) O executado, ao contrário do afirmado em sua peça de Habeas Corpus, foi nomeado por este juízo como fiel depositário da embarcação já descrita acima, com ciência deste encargo (documentos anexos), estando cumpridas as formalidades legais;

3º) A execução se arrasta desde 24.09.2002, quando através do Mandado de Citação (cópia anexa), o próprio Sr. Wagner Benedito Pinheiro Machado tomou ciência do valor devido ao exeqüente, sem que até os dias atuais consiga-se a satisfação desses créditos;

4º) Por último, além da embarcação supra descrita, foram penhorados outros bens do executado, mais precisamente àqueles que compunham seu domicílio (bens móveis), os quais não foram suficientes para o cumprimento *in totum* da execução, motivo pelo qual persegue-se a embarcação desaparecida.

Por todos os motivos expostos acima, solicita-se a denegação da ordem definitiva referente ao presente Habeas Corpus Preventivo, tendo em vista a necessária manutenção da determinação de prisão do Sr. Wagner Benedito Pinheiro Machado, ante o descaso verificado através de sua conduta omissiva, seja quanto à falta de atendimento à notificação que determinou a apresentação ou substituição da embarcação penhorada, seja

quanto ao desprestígio à execução trabalhista, lembrando que a execução corre contra a pessoa física do impetrante, inexistindo outra pessoa para nomeação do encargo referente ao depósito da constrição, sob pena, caso seja mantida a Ordem Liberatória preventiva, de serem inócuas as medidas punitivas executórias.

Por fim, informa-se que no processo de execução contra o Sr. Wagner Benedito Pinheiro Machado já foi providenciado, sem sucesso, bloqueio de suas contas bancárias, via convênio SISBACEN, inexistindo outros bens, que não os já levados a leilão e a embarcação, objeto deste conflito, para satisfação dos créditos do exeqüente.'

O DD. Representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza, que opinou, às fls. 85/88, pelo cabimento do *habeas corpus* e pela concessão da ordem requerida, expedindo-se o respectivo salvo conduto, garantindo-se ao paciente o livre exercício de seu direito de ir e vir. Ressaltou o d. *Parquet*:

'Às fls. 19 dos presentes autos, consta despacho do MM. Juízo de primeiro grau, por meio do qual nomeou o paciente como fiel depositário do bem penhorado.

Como bem afirma o impetrante, não há, nos autos, prova da aceitação do encargo por parte do paciente, não existindo assinatura do respectivo termo de compromisso.

Ora, qualquer pessoa pode se recusar a assumir tão importante encargo, pois muitas vezes não tem condições de fiscalizar, guardar ou manter em perfeito estado de conservação o bem penhorado.

Como, então, obrigar uma pessoa a assumir tão relevante ônus, se isto pode até ameaçar sua própria liberdade de locomoção, caso não consiga cumprir seu encargo?

A doutrina e a jurisprudência têm se inclinado a não aceitar a prisão civil de pessoas que não aceitaram o encargo de fiel depositário, sendo esta a posição do C. Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 89 da SDI-II:

HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO. TERMO DE DEPÓSITO NÃO ASSINADO PELO PACIENTE. NECESSIDADE DE ACEITAÇÃO DO ENCARGO. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL. A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade.

No mesmo sentido é a posição do E. Supremo Tribunal Federal, de que é exemplo a seguinte decisão:

'Não há penhora enquanto não se deposita o bem [...]

E só se aperfeiçoa o depósito em mãos do executado com a aceitação, por este, do encargo.' (STF-Pleno, v.u: RTJ 110/1049 e STF-RT 589/230, *in* Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor, Theotônio Negrão, 29ª edição, art. 665, nota 6, p. 532). - DESTACAMOS EM NEGRITO.

Dessa forma, opina o *Parquet* Trabalhista pela concessão da ordem de *habeas corpus*, expedindo-se o respectivo salvo conduto e garantindo-se ao paciente o livre acesso de seu direito de ir e vir.'

Por ocasião do deferimento da liminar nos presentes autos, assim me manifestei quanto à matéria em exame, às fls. 72/75:

'[...]

VII - Requisitei os autos do Processo nº 00644-2002-007-08-00-3, e constatei, às fls. 156/158, o mandado de remoção de nº 007-282/2006, datado de 14/02/2006, e o auto de remoção, às fls. 159/160, bem como a certidão da Srª. Executante de Mandados, à fl. 166. Houve a arrematação de bens constritados, no Leilão da Independência, promovido por este Tribunal, consoante se vê às fls. 189, 192/193. À fl. 207, encontra-se o Ofício nº 00115/2007, a solicitar informação à Superintendência Regional da Polícia Federal, acerca do cumprimento do Mandado de Prisão nº 1650/2004 (fl. 114), expedido contra o ora paciente, e encaminhado mediante o Ofício nº 1481/2004 (fl. 113), recebido em 27/09/2004. O prazo para apresentação da informação solicitada expirou em 12/02/2007, sem qualquer manifestação, em conformidade com o certificado à fl. 308.

VIII - Todavia, o exame mais atento dos autos, em face das peças trasladadas do Processo nº 00644-2002-007-08-00-3, indica que o MM. Juízo da Execução, após julgar válida a penhora sobre **outros** bens, descritos às fls. 134/137 daqueles autos, determinou que fosse oficiado às Polícias Militar e Civil a **devolução** dos mandados de prisão nºs. 1651 e 1652/2004.

IX - Por outro lado, o paciente realmente **não** assinou o auto de depósito a que se refere a penhora da embarcação descrita à fl. 63 dos autos do Processo nº 00644-2002-007-08-00-3, conforme se vê da certidão lavrada pelo Oficial de Justiça à fl. 63 verso daqueles autos.

X - É verdade que o MM. Juízo da Execução decidiu **nomear**, *ex officio*, o Sr. Wagner Benedito Pinheiro Machado como fiel depositário, conforme o r. despacho à fl. 67 do citado processo trabalhista. Porém, a certidão que se vê à fl. 68, lavrada pelo Oficial de Justiça, demonstra que o mandado de intimação, para dar ciência de sua nomeação, como fiel depositário, foi recebido pelo Sr. Idelvan dos Santos, ali identificado como 'cunhado' (de quem?), e **não** pelo próprio Sr. Wagner Machado, ora paciente.

XI - Ademais, o próprio exeqüente informou ao MM. Juízo de 1º Grau, por intermédio de seu advogado, que 'tomou conhecimento de que o BARCO BOA VIAGEM, penhorado, foi ao fundo e segundo informações, tendo o motor sido retirado do mesmo, no fundo' (fl. 94 do Processo nº 00644-2002-007-08-00-3).

XII - Diante das circunstâncias verificadas, entendo que a hipótese justifica a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 89, da SDI-2, do C. TST, que dispõe:

'HABEAS CORPUS'. DEPOSITÁRIO. TERMO DE DEPÓSITO NÃO ASSINADO PELO PACIENTE. NECESSIDADE DE ACEITAÇÃO DO ENCARGO. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL. Inserida em 27.05.02

A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade.'

XIII - Na condição de Relator do v. Acórdão nº TRT/SE HC 04979/2000, julgado em 1º.3.2001 (Diário Oficial do Estado Pará, edição de 02.03.2001), em que Maria Avelina Imbiriba Hesketh impetrou *habeas corpus*, em favor de Adovano Barreto, abordei a situação do depositário judicial, fazendo as seguintes considerações:

'O depositário, como regulado pelo art. 139, do Código de Processo Civil, é um auxiliar da administração da justiça, como o são também o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o administrador e o intérprete. E, por isso, o vínculo é essencialmente de direito público e não convencional. Vislumbra-se, pois, na figura do depositário, a *longa manus* do órgão judiciário.

Como releva **Amaro Barreto**, ao citar **Amilcar de Castro**, 'se o depositário é um terceiro, o executado é *possuidor mediato*, o Estado *possuidor imediato* e o depositário *servo da posse*; se é o próprio executado, caber-lhe-á a *posse imediata* e a *mediata* ao Estado' (*in Execução Cível e Trabalhista*, 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista, 1975. p. 159.) E incumbe-lhe a guarda e conservação do bem penhorado. Ao desempenhar essa atividade, em especial quando encarregado da administração, como *in casu*, 'o depositário empregará o melhor do seu tirocínio, o maior dos zelos, ou, consoante fórmula que se tornou universal, a diligência de um bom pai de família' (cf. **Araken de Assis**, *op. cit.* p. 550.)

E, como destaca **Humberto Theodoro Júnior**, 'no exercício da função pública que lhe é afeta, o depositário assume responsabilidade civil e criminal pelos atos praticados em detrimento da execução e de seus objetivos' (*in Curso de Direito Processual Civil*, 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. v. 2. p. 218.)

[...]

Sobre a questão, posiciona-se assim a doutrina:

'O depositário **pode desonerar-se** da obrigação e não ficar sujeito à prisão, se ocorrer algum fato que implique o extravio da coisa, ou sua subtração à guarda que lhe foi confiada, quando a responsabilidade pela ocorrência, de modo algum, possa lhe ser atribuída. Nessa hipótese, deverá comunicar o fato ao juiz, especialmente quando tiver **fundadas razões** para prevê-lo e avaliar seus efeitos' (cf. **Isis de Almeida**, *op. cit.* p. 474.) Grifos nossos.

'A pessoa nomeada como depositário não pode recusar esse *munus*, salvo por **motivo justificado**, a critério do juiz. Para se desincumbir, portanto, de seu encargo, deve o depositário se dirigir ao juiz **justificando suas razões** para não aceitar essa função. Deferido o pedido, o juiz exonerará o depositário, nomeando outro (cf. **Edilton Meireles**, *in Manual do Oficial de Justiça do Trabalho*, São Paulo: LTr, 1996. p. 110.) Grifamos.

'No momento em que o juiz tem, à sua frente, prova cabal de que o depositário se nega a entregar os bens que lhe foram confiados, e inexistindo **razão juridicamente invocável para essa recusa**, cabe ao magistrado determinar que o depositário entregue tais bens; desobedecida a ordem judicial, a prisão do recalcitrante se impõe, acima de tudo, por afronta a uma determinação oriunda do juízo competente. Note-se que estamos pressupondo tenha o juiz dado oportunidade ao depositário para indicar os motivos pelos quais se opunha à entrega da coisa' (cf. **Manoel Antônio Teixeira Filho**, *in Execução no Processo do Trabalho*, 6. ed. São Paulo: LTr, 1998. p. 464.) Grifou-se.

As transcrições doutrinárias podem ser aplicadas, por analogia, ao pedido de exoneração do paciente, pois no caso de extravio ou subtração da coisa que foi confiada ao depositário; na hipótese de recusar, de pronto, o *munus* de ser depositário; quando se negar a entregar os bens; ao alegar o depositário motivo justificado, ele poderá ser desonerado da obrigação e não ficará sujeito à prisão. Assim, por que no caso em tela, não poderia ser deferido o pedido do depositário, ora paciente?

O Colendo Superior do Trabalho acompanha o entendimento esposado pela doutrina:

'Acórdão ROHC 588989/1999 (SBDI-2)

'HABEAS CORPUS' . DEPOSITÁRIO. RECUSA DO ENCARGO. NOMEAÇÃO COMPULSÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. Não se aperfeiçoa o depósito se o representante do executado se recusa a assumir o encargo de depositário do bem. A decretação de prisão civil em decorrência da qualificação do paciente como depositário infiel configura constrangimento ilegal, considerando o que contido no art. 5º, incisos II e LXVIII da Constituição Federal. Recurso ordinário provido para conceder a ordem de *habeas corpus*' (Rel. Ministro Barros Levenhagem) (Disponível em: http://www.tst.gov.br. Acesso em: 25 fev. 2001).'

XIV - Assim, configurados a *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, **defiro** a liminar requerida e determino a expedição do respectivo salvo conduto, à luz do art. 660, § 4º, do Código de Processo Penal (art. 769, da CLT) e do art. 234, § 2º, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região.

XV - **ANTE O EXPOSTO**:

(1) **defiro o pedido de concessão da liminar** pleiteada na presente ordem de *habeas corpus*, uma vez configurados os pressupostos legais de admissibilidade, pelo que determino a expedição do respectivo **salvo conduto**, à luz do art. 660, § 4º, do Código de Processo Penal (art. 769, da CLT) e do art. 234, § 2º, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região;

(2) determino seja oficiado à digna autoridade apontada como coatora, para ciência do deferimento da liminar, e para que preste as informações necessárias, no prazo de cinco (5) dias (art. 231, do Regimento Interno deste E. Regional);

(3) dê-se ciência ao impetrante, mediante publicação no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 8ª Região;

(4) encaminhe-se cópia desta decisão à Central de Mandados deste E. TRT para os devidos fins;

(5) após essas providências, os autos devem ser remetidos ao d. Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de 2 (dois) dias, nos termos do art. 232, do Regimento Interno.

Publique-se.

Belém (PA), 23 de março de 2007.'

Com efeito, adoto como razões de decidir os fundamentos expostos no deferimento da liminar e ainda os termos do r. parecer exarado pelo d. *Parquet*, haja vista que, em suma, como dissemos, 'a investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade' (**Orientação Jurisprudencial nº 89, da SDI-2, do C. TST**).

As ponderações feitas pela digna autoridade apontada como coatora, diante do que consta dos autos e da jurisprudência, não podem, *data venia*, prevalecer, em face do princípio da legalidade.

Por certo, é irrelevante que o paciente seja o próprio executado, pessoa natural. Não é disso que se cogita agora, mas o fato da regularidade do depósito, sem o que não se completa a penhora.

Na hipótese de embaraços na aceitação do encargo de fiel depositário, a embarcação poderia ficar sob a responsabilidade de **órgão público**, como a Capitania dos Portos, ou de alguma outra empresa do ramo de navegação, a critério do juízo da execução.

É oportuno lembrar que 'a penhora sobre navio ou aeronave não obsta a que continue navegando ou operando até a alienação; mas o juiz, ao conceder a autorização para navegar ou operar, não permitirá que saia do porto ou aeroporto antes que o devedor faça o **seguro** usual contra riscos', conforme o art. 679, do CPC.

Segundo a jurisprudência, não basta a nomeação *ex officio* e a ciência do pretenso depositário, mas a sua investidura e **aceitação daquele encargo**, manifestada pela assinatura expressa, que valerá como compromisso, no auto de penhora, sem o que é inadmissível a restrição ao direito de liberdade do cidadão (**OJ nº 89, da SDI-2, do C. TST**).

Mutatis mutandis, é como ocorre com o servidor público, que pode ser nomeado, tomar ciência da nomeação, mas não tomar posse do cargo.

Afinal, o fiel depositário exerce um múnus público, como auxiliar do juízo.

Consoante destaca o Ministério Público do Trabalho, em seu r. parecer, com apoio na jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal, 'não há penhora enquanto não se deposita o bem' ; e 'só se aperfeiçoa o depósito em mãos do executado com a aceitação, por este, do encargo' . Mais, sublinha da Ilustrada Procuradoria: 'como, então, obrigar uma pessoa a assumir tão relevante ônus, se isto pode até ameaçar sua própria liberdade de locomoção, caso não consiga cumprir seu encargo?'

É lamentável que a execução demore tanto tempo e o credor trabalhista não possa receber o seu crédito imediatamente.

> É numa situação como a dos autos que poderia muito bem funcionar o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, que tenho sugerido há 30 anos **(nos livros *Reforma da Execução Trabalhista* e *Em Defesa da Justiça do Trabalho*, LTr; e em diversos conclaves jurídicos, inclusive no XII Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho, de 2004), já consagrado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004, mas ainda dependente de regulamentação por lei ordinária, a cargo do Congresso Nacional.**
>
> **Embora sensível às preocupações da digna autoridade apontada como coatora, sou levado a acolher a pretensão do impetrante, pois** o princípio do devido processo legal, assegurado em norma constitucional - ainda mais quando se trata de proteção à liberdade, tão importante como o valor social do trabalho -, é conquista fundamental da ciência jurídica em qualquer regime da sociedade humana organizada.
>
> Impõe-se, portanto, o deferimento da ordem de *habeas corpus* preventivo, como requerido.
>
> **ANTE O EXPOSTO**, admito a presente ação de *habeas corpus*; e, no mérito, concedo a ordem de *habeas corpus* preventivo, como requerido, e ratifico a liminar deferida, conforme os fundamentos.
>
> ISTO POSTO,
>
> ACORDAM OS ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em admitir a presente ação de *habeas corpus*; e, no mérito, conceder a ordem de *habeas corpus* preventivo, como requerido, e ratificar a liminar deferida, conforme os fundamentos.
>
> Sala de Sessões da Egrégia Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de abril de 2007.
>
> **VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA**, Desembargador Federal do Trabalho - Relator"

Mutatis mutandis, a hipótese dos autos é idêntica, pois comporta a aplicação da **Orientação Jurisprudencial nº 89** da SBDI-2 do C. TST:

> "**'HABEAS CORPUS' . DEPOSITÁRIO. TERMO DE DEPÓSITO NÃO ASSINADO PELO PACIENTE. NECESSIDADE DE ACEITAÇÃO DO ENCARGO. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL (inserida em 27.05.2002).**
>
> A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade".

Irrelevante, pois, se a interpretação da norma contida no art. 659, § 5º, do CPC, perfeitamente aplicável ao processo do trabalho (art. 769, da CLT) - "nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário (incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002) - admite, ou não, que o advogado possa assumir o encargo de fiel depositário.

O que interessa, nesta conjuntura, é que, afinal, "a investidura no encargo de depositário [executado, advogado ou terceiro] depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade" (OJ nº 82 da SBDI-2, do C. TST).

Diante do impasse e em se tratando de bem imóvel, o depósito pode ficar sob a responsabilidade do depositário público da Justiça do Trabalho (art. 666, II, do CPC).

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo de petição; e, no mérito, dou-lhe provimento para, ao reformar a r. decisão recorrida, exonerar o agravante do encargo de fiel depositário, conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, à unanimidade, em conhecer do agravo de petição; e, no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, ao reformar a r. decisão recorrida, exonerar o agravante do encargo de fiel depositário, conforme os fundamentos.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 13 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 18/04/2011)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

AGRAVO REGIMENTAL - INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR - IMPROVIMENTO.

ACÓRDÃO TRT 8ª - SE II/AREG MS 0000253-58.2011.5.08.0000
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

AGRAVANTE: **VALE S/A**
Adv(a): Dr(a). Michele Godinho Barbosa

AGRAVADO: **ANTÔNIO ZITO MEDEIROS DE SOUSA**

AUTORIDADE COATORA: JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA 1ª VARA DE PARAUAPEBAS.

AGRAVO REGIMENTAL - INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR - IMPROVIMENTO. O mandado de segurança não pode se apresentar como um remédio alternativo ao meio recursal disponível pelo ordenamento jurídico, como quer a agravante.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO

I - Conhecimento

Conheço do agravo regimental, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

II - Mérito

Como visto acima, insurge-se a impetrante contra decisão que indeferiu a inicial, com o pedido de imediata devolução pelo agravado da quantia liberada pela Autoridade Coatora, com a devida atualização monetária, com bloqueio das suas contas bancárias, bem como seja restabelecido o devido processo legal até decisão final da segurança impetrada.

Vejamos.

Com efeito, o mandado de segurança foi impetrado pela ora agravante, contra decisão do MM. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas, que determinou, nos autos da ação trabalhista que lhe move o agravado, processo n° 0197900-78.2009.5.08.0114, o bloqueio de dinheiro em sua conta bancária, com imediata liberação, da quantia de R$ 316.000,00, em razão de ter aquele juízo reconhecido o descumprimento de tutela específica concedida.

Alegou, em síntese, que a sentença, proferida no processo acima apontado, determinou que a agravante, ali reclamada, cumprisse algumas obrigações relacionadas com o contrato de trabalho ajustado com o reclamante, aqui agravado, como a de mantê-lo no imóvel e no plano de saúde, bem como continuar a fornecer o auxílio-alimentação.

Argumentou, que após ter interposto o competente recurso ordinário, o reclamante, no dia no dia 24 de novembro de 2010, peticionou informando ter a agravante descumprido a tutela concedida pelo juízo de 1º grau, mais especificamente a de fornecer o auxílio-alimentação e de mantê-lo no plano de saúde, razão pela qual postulou fosse cobrada a multa fixada na sentença, de R$10.000,00 por cada dia de atraso.

Mencionou que, em 06 de dezembro de 2010, os autos foram encaminhados para o juiz, sendo que, no dia 16 de dezembro de 2010, sem que tenha sido ouvida, o magistrado despachou deferindo, em parte, o pedido de aplicação da multa pelo suposto atraso no fornecimento do auxílio-alimentação desde 2.2010, portanto, equivalente a 10 meses e 16 dias de atraso, que culminou com a cobrança da quantia de R$316.000,00, haja vista que o valor da multa foi reduzido para R$1.000,00 por dia.

Acrescentou que foi, no mesmo dia 16.12.2010, determinado o bloqueio dessa quantia em sua conta bancária e, o que seria pior, liberada em favor do agravado em 12.1.2011, durante período que a Secretaria não estaria aberta para o público, conforme determinado pela Resolução nº 475 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Aduziu que somente após a liberação do valor em favor do agravado é que houve determinação para que fosse notificada para se manifestar sobre a alegação de descumprimento, ocasião em que teve a oportunidade de informar o cumprimento regular das obrigações definidas pela sentença, o que, inclusive, teria motivado a postular a litigância de má-fé do reclamante.

Entendeu que essa decisão, que determinou o bloqueio e liberação de valores ao litisconsorte, tem natureza interlocutória e, portanto, irrecorrível no sistema recursal trabalhista, razão pela qual utilizou a via mandamental.

Também mencionou que a decisão somente poderia ter sido executada após ter sido intimada por mandado judicial, o que não aconteceu.

Dessa maneira, repito, postulou a ora agravante que o agravado fosse compelido a devolver o que recebeu, inclusive, caso necessário, que fosse determinado o bloqueio de suas contas bancárias, bem como, reconhecendo desvio de procedimento do juiz de 1º grau, que fosse encaminhadas cópias do processo para a Corregedoria Regional.

Contudo, a despeito dos argumentos apresentados, entendo que a agravante não tem razão.

Com efeito, a decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas está, na parte que interessa, assim redigida, conforme mostra a sentença de fls. 98/104:

> *"Defere-se o pedido de concessão da tutela específica determinando-se que a reclamada(o) abstenha-se de cancelar ou suspender os direitos assegurados na presente decisão, sob pena de multa diária de R$ 10 mil, a contar da ciência da presente decisão, carregando a reclamada(o) consigo o ônus de comprovar nos autos o cumprimento de tais obrigações de fazer, executada a multa a qualquer tempo verificada a inexecução da medida."*

Esclareço que as obrigações de fazer acima apontadas são a de manter o agravado no imóvel, manter o fornecimento do auxílio-alimentação e do plano saúde.

Pois bem, a decisão é clara ao fixar dois pressupostos: a) que deve a reclamada comprovar o regular cumprimento da obrigação de fazer e b) que a multa pode ser executada a qualquer tempo, caso verificada a inexecução da medida.

Ora, a agravante, pelo que percebi, não comprovou estar cumprindo a decisão regularmente, haja vista que nada existiu nos autos da reclamação trabalhista que pudesse levar o juízo a reconhecer o cumprimento, bem ao contrário do que alega.

Acrescento que tendo o agravado peticionado e alegado o descumprimento da obrigação, não vi, confesso, nenhuma ilegalidade na conduta do juiz ao determinar a execução da multa.

Dessa maneira, da forma como foi prolatada a sentença, dispensável a notificação prévia da agravante para falar sobre o descumprimento, ou até mesmo a expedição de mandado para que cumprisse a obrigação.

Poderia a agravante, aliás, como fez, interpor o competente recurso para impugnar a decisão, porém não foi formulado pedido para que esse recurso fosse recebido no efeito suspensivo, que também poderia ter sido postulado pela via da ação cautelar para o Tribunal.

O certo é que a decisão do juízo da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas era executável de imediato, aliás, a execução da multa, como consequência do descumprimento da obrigação, ao ser pretendida pelo reclamante, deixa, ao meu sentir, isso bem claro.

O que percebo, reconheço, certo descompasso entre o que falou o reclamante com o que decidiu o juiz, sobre o tempo que a agravante levou para cumprir a obrigação, sobretudo a partir da petição feita por ele em 24.11.2010, que poderia resultar na discrepância entre o valor pretendido com o deferido, todavia essa discussão está absolutamente relacionada com a fase de execução da sentença, pelo que cabível o recurso de agravo de petição.

Estou, portanto, convencido, que a agravante, contra a decisão que mandou bloquear o dinheiro e determinou sua imediata liberação ao exequente, deveria ter feito uso do agravo de petição.

O mandado de segurança não pode se apresentar como um remédio alternativo ao meio recursal disponível pelo ordenamento jurídico, como quer a agravante.

Outro argumento suficiente para autorizar o mesmo caminho é de que a agravante, pela via mandamental, pretende que o reclamante devolva aquilo que já recebeu, o que não pode ser perseguido por este remédio.

Observo, também, que não é pela via do mandado de segurança que a parte pode atacar possível desvio de conduta do magistrado ou de servidor.

Por fim, apenas para que não se alegue ter o juízo de 1º grau praticado ato em período de recesso judiciário, como alegou a agravante quando mencionou ter sido liberada a guia em favor do agravado no dia 12.1.2011, a Resolução nº 457/2010 deste Tribunal, apesar de ter suspendido os prazos judiciais, não impediu a regular tramitação dos processos.

Por essas razões, não vejo motivo algum para reformar a decisão agravada, razão pela qual nego provimento ao agravo regimental.

Ante o exposto, conheço do agravo regimental e, no mérito, nego-lhe provimento, tudo consoante os termos da fundamentação.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA SEÇÃO ESPECIALIZADA II DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO CONFORME OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Egrégia Seção Especializada II do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de março de 2011. (Publicado no DEJT em 21/03/2011)

Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

ALTERAÇÃO CONTRATUAL. PRESTAÇÕES CONTINUADAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

PROCESSO TRT/ 3ª T./ RO 00001273-88.2010.5.08.0010
RELATORA: Desembargadora FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA

RECORRENTE: **AUXILIADORA MARIA GOMES EL-HUSNY**
Advogada: Drª Mary Lucia do Carmo Xavier Cohn

RECORRIDA: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
Advogada: Drª Fátima de Nazaré Pereira Gobitsch

ALTERAÇÃO CONTRATUAL. PRESTAÇÕES CONTINUADAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - Se o ato que redundou na alteração da carga horária da empregada produz efeito continuado no contrato de trabalho da mesma, inaplicável a Súmula nº 294 do TST, a qual não incide quando se tratar de parcela também assegurada por preceito de lei, como ocorre na hipótese destes autos, devendo ser aplicada, no caso, a prescrição qüinqüenal, prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal/88.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso da reclamante, porque adequado, tempestivo e subscrito por advogada habilitada, não havendo necessidade de preparo. Conheço das contrarrazões da reclamada, porque em ordem.

2.2 MÉRITO
2.3 DA PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO TOTAL

A recorrente não se conforma com a r. sentença quanto ao reconhecimento da prescrição total de suas pretensões.

Afirma, em síntese, que, no caso em apreço se trata de lesões continuadas; que ainda se encontra trabalhando e a Constituição Federal atual consagra a prescrição quinquenal para as relações trabalhistas limitadas a dois anos após a extinção do contrato de trabalho; que, em não se tratando de ato único perpetrado pela recorrida, é inaplicável, no caso, a Súmula nº 294, do Colendo TST.

Colaciona arestos em defesa de sua tese, para, ao final, requerer a reforma da sentença.

O Juízo de primeiro grau, entendeu que a lesão perpetrada aos interesses da reclamante "não se refere à lesão continuada, que se repete mês a mês, pois que o direito pretendido pela autora se origina, meramente, de ato único praticado pelo empregador em relação à reclamante, ainda que com a sua concordância, pois que a referida alteração contratual quanto à sua jornada de trabalho, ocorreu em 2001 (maio/2001)...", pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas, no período de 01 de fevereiro de 2005 a 27 de maio de 2007 -, pelo que aplicou a prescrição total, com fundamento na Súmula nº 294, do TST.

Como visto, o ato que redundou na alteração da jornada de trabalho da empregada, produz efeito continuado no contrato de trabalho. Além disso, o direito à percepção de horas extras, na forma requerida nestes autos, decorre de previsão legal, e, assim sendo, neste caso, aplica-se a parte final da Súmula nº 294 do TST.

A prescrição, portanto, é parcial.

3. CONCLUSÃO.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso ordinário e, no mérito, dou-lhe provimento para, afastando a prescrição total, determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para que aprecie as parcelas requeridas na petição inicial, como entender de direito. Tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR-LHE PROVIMENTO, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO TOTAL, DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA QUE APRECIE AS PARCELAS REQUERIDAS NA INICIAL, COMO ENTENDER DE DIREITO. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 09 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 11/02/2011)

FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

I - ASSÉDIO MORAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. II - TUTELA PRETENDIDA NA PETIÇÃO INICIAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS. CASSAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0173300-09.2007.5.08.0002
RELATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTE: **PATRÍCIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA**
Doutor Deusdedith Freire Brasil

RECORRIDO: **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**
Doutor José Raimundo Farias Canto

I - ASSÉDIO MORAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. Conflito de trabalho ou profissional, ainda que agudo, não se confunde com assédio moral e dele não resulta dano moral indenizável. II - TUTELA PRETENDIDA NA PETIÇÃO INICIAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS. CASSAÇÃO. Cassada pelo juízo a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na petição inicial não incide a multa (*astreintes*).

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 QUESTÃO DE ORDEM

2.1.1 REVOGAÇÃO DO SEGREDO DE JUSTIÇA

Submete-se a Egrégia Turma questão de ordem para que seja revogado o segredo de justiça imposto pelo juízo recorrido (folha 839), pois neste processo não estão presentes nenhum dos requisitos do art. 155 do Código de Processo Civil[1], não se justificando a medida.

Por tais fundamentos, revoga-se o segredo de justiça e determina-se a retirada da tarja *SEGREDO DE JUSTIÇA* da capa dos autos (folha 1) e demais registros correlatos.

2.2 CONHECIMENTO

Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 1774 e 1778), subscrito por advogado habilitado (folha 160 verso) e dispensado de preparo

---

[1] Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos:

I - em que o exigir o interesse público;

II - que dizem respeito a casamento, filiação, desquite, separação de corpos, alimentos e guarda de menores;

III - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores. (Redação dada pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977)

Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.

recursal, não conhecendo dos documentos com ele juntados (folhas 1842-2058), em conformidade com a Súmula nº 8 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho[2].

Recebe-se o pedido de juntada de documentos (folhas 2071-2129) como aditamento ao recurso ordinário, dele não conhecendo por intempestividade.

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES

2.2.1 NULIDADE DO PROCESSO

Suscita a recorrente questão preliminar de nulidade do processo alegando, em resumo, juntada indevida de documentos sem sua manifestação e cerceamento do direito de defesa (folhas 1781-1785).

Conforme o sistema de nulidades vigente no processo trabalhista *as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos* (art. 795 consolidado).

Os documentos mencionados no recurso ordinário (folha 1781) foram juntados aos autos em 13 de janeiro de 2009 (folhas 1536-1584) e 23 de janeiro de 2009 (folhas 1589-1633). A primeira vez que a reclamante-recorrente falou nos autos e em audiência foi em razões finais, apresentadas em 17 de fevereiro de 2009 (folhas 1636-1672) quando, apesar da extensão das razões finais - 36 (trinta e seis) laudas - simplesmente não arguiu a nulidade do processo, disso resultando preclusão, conforme precedente jurisprudencial superior[3].

Esse mesmo fundamento se aplica também à alegação de cerceamento do direito de defesa por indeferimento da produção de prova documental (folhas 982-990, 1442 e 1783-1785), pois em razões finais a reclamante-recorrente limitou-se a referir-se vagamente a possível cerceamento do direito de defesa (folha 1665), sem arguir expressamente, como era seu dever processual, a nulidade do processo, nada constando sobre isso no extenso rol de pedidos (folhas 1670-1671), assim permitindo outra vez a incidência da preclusão.

Recusam-se as razões recursais (folhas 1781-1785), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão preliminar de nulidade do processo.

2.2.2 NULIDADE DA SENTENÇA

Suscita a reclamante-recorrente questão preliminar de nulidade da sentença alegando, em resumo, omissões que teriam resultado em ausência de motivação da sentença, negativa de prestação jurisdicional e erro de percepção do juízo (folhas 1785-1805), além da falta de relatório (folhas 1806-1808).

---

[2] A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

[3] Autoridade Tribunal Superior do Trabalho. 2ª Turma

Título Acórdão do Processo Nº 29200-2000-4-17-0

Data 19/11/2003

Ementa AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. NULIDADE. PRECLUSÃO. CABE À PARTE, NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE QUE TIVER QUE MANIFESTAR NOS AUTOS, ALEGAR A NULIDADE QUE ENTENDER EXISTENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO. INCIDÊNCIA, NO CASO, DO DISPOSTO NO ART. 795 DA CLT.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.trabalho;turma.2:acordao;airr:2003-11-19;29200-2000-4-17-0

As sentenças de conhecimento e de embargos de declaração atendem os requisitos do art. 832 consolidado e a omissão que havia foi suprida (folhas 1682-1726, 1755-1759 e 1773). Ademais, no atual estágio do direito processual a devolutividade recursal é ampla o bastante para alcançar toda a *matéria impugnada*, *todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro*, sendo igualmente certo que *quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais*, conforme a dicção e inteligência do art. 515 do Código de Processo Civil[4], o que torna dispensável a interposição de embargos de declaração na maioria dos casos, neste inclusive. Todos os temas e matérias tratadas na extensa questão preliminar de nulidade a título e pretexto de ausência de motivação e negativa de prestação jurisdicional - omissões, erros de percepção, contradições, lotação da reclamante, condições especiais de trabalho, inexistência de deficiência de defesa, diferença entre assistente litisconsorcial e réu, indeferimento de provas, desentranhamento de documentos, litigância de má-fé, descumprimento da tutela, pedido de indenização contra o advogado da reclamada, atuação do preposto como advogado e plágio (folhas 1785-1806) - poderiam perfeitamente ser tratadas diretamente no mérito do recurso ordinário, com o devido e merecido respeito profissional à tática forense escolhida pela reclamante-recorrente.

A sentença tem relatório (folhas 1682-1685) que também atende os requisitos do art. 832 consolidado, inclusive no tocante a suma do pedido e da contestação, ao contrário do que alega a reclamante-recorrente (folhas 1806-1808).

Recusam-se as razões recursais (folhas 1785-1808), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão preliminar de nulidade

2.3 MÉRITO

2.3.1 INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS

Inconformada com a improcedência do pedido de indenização compensatória por danos morais, recorre ordinariamente a reclamante alegando, em resumo, ser provado o assédio moral, criticando o juízo recorrido e indicando os atos de assédio moral, requerendo a reforma da sentença e a procedência do pedido (folhas 1808-1830).

Registre-se neste passo que serão acatadas no grau máximo possível as recomendações feitas pelo Ministro Corregedor-Geral na recente correição ordinário no tocante a concisão e extensão deste acórdão. Igualmente fica registrado que não serão objeto de reexame matérias que não constaram da petição inicial ou da contestação, porque fora dos limites da lide, sem que disso resulte omissão.

---

[4] Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

§ 2º Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)

§ 4º Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação. (Incluído pela Lei nº 11.276, de 2006)

Assim, para bem cumprir essa salutar orientação, as *ponderações iniciais* que antecederam as *razões meritórias* da reclamante-recorrente serão assim singelamente recebidas (sic, folhas 1809-1812), sem prejuízo da riscadura que será mais adiante proposta.

A causa de pedir a indenização foi o assédio moral que teria sido caracterizado pelos fatos indicados na petição inicial (folhas 43-44) e no recurso ordinário (folhas 1812-1813), a saber:

a) desocupação da estação de trabalho e mudança de lotação;

b) distribuição de processo administrativo com prazo vencido e fora de sua área de atuação (trabalhista);

c) determinação para atuar contra a reclamada desistindo de defesa, fazer peças jurídicas para assinatura do Gerente Jurídico, continuar atuando em processos mesmo contra a convicção da reclamante-recorrente, ferindo sua independência técnica;

d) determinações sem suporte legal;

e) determinação para renunciar poderes outorgados por outro empregador da reclamante, determinação de mudança de tese de defesa e denúncia à Diretoria da reclamada-recorrida;

f) desrespeito às prerrogativas profissionais da reclamante.

A mudança de lotação da reclamante-recorrente é fato incontroverso, ato administrativo permitido pelo direito do empregador alterar unilateralmente essa condição de trabalho (*jus variandi*), não caracterizando assédio moral, mas simples e regular exercício do poder diretivo (art. 2º consolidado), cujos limites não foram ultrapassados neste caso. Mais que alterar a lotação, a lei permite até mesmo a transferência do empregado (art. 469 consolidado). A desocupação da estação de trabalho é mera consequência e nisso também não há assédio moral. Não impressiona o fato de ter sido alterada apenas a lotação da reclamante-recorrente e muito menos que isso tenha ocorrido no segundo dia de trabalho do novo Gerente Jurídico. Igualmente não impressiona a circunstância da reclamante-recorrente ter que conviver no mesmo espaço com colegas advogados que litigavam nesta Justiça contra a reclamada-recorrida em processo no qual a reclamante-recorrente era a advogada do banco, pois os códigos de conduta da nossa civilização - a qual também pertencem os advogados - permitem essa convivência sem que disso resulte intranquilidade ou constrangimento, sobretudo em se tratando de uma comunidade de advogados, profissionais formados exatamente para lidar com o conflito. As relações de afeto ou desafeto da reclamante-recorrente com seus colegas não induzem a prática de assédio moral pela reclamada-recorrida.

O ***ATO DE ASSÉDIO 2*** referido nas razões recursais (folha 1818) é inovação em relação aos termos da petição inicial e estando assim fora dos limites da lide não será reexaminado.

A distribuição de processo administrativo com prazo vencido não é, por óbvio, ato de assédio moral, muito menos a fixação de um prazo para que nele fosse produzido um termo de compromisso. Afinal, se o prazo já estava vencido era mesmo dever do Gerente Jurídico fixar um prazo curto - 48 horas - para produzir o termo de compromisso. Tampouco caracteriza assédio moral o fato desse processo tratar de matéria administrativa e a área em que antes vinha atuando a reclamante-recorrente ser a trabalhista, que sendo advogada presume-se apta a trabalhar em qualquer ramo do direito.

Tendo o banco celebrado acordo com o Ministério Público do Trabalho nos autos de ação civil pública se comprometendo a não mais despedir empregados por aposentadoria voluntária - matéria já pacificada no Excelso Supremo Tribunal Federal - era mesmo dever legal dele, por seus advogados, fazer com que esse acordo

surtisse efeito pan-processual, em respeito ao princípio da boa-fé objetiva[5], pelo que a determinação de juntada desse acordo em um outros processos trabalhistas patrocinados pela reclamante-recorrente não se constitui assédio moral, razão não havendo para a reclamante-recorrente sentir-se constrangida ou diminuída profissionalmente por ter entendimento divergente e devidamente ressalvado em parecer transcrito na petição inicial (folhas 15-16). Também não é assédio moral a determinação para redigir peças para posterior assinatura do Gerente Jurídico e seu superior hierárquico, nisso não havendo desrespeito algum à independência técnica da reclamante-recorrente. Afinal, a existência de hierarquia entre advogados supõe a submissão de uns a orientação de outros, neste caso a submissão da reclamante-recorrente à orientação técnica do Gerente Jurídico, e disso não resulta assédio moral. A independência técnica dos advogados empregados não chega ao ponto pretendido pela reclamante-recorrente, seja para desacatar orientações técnicas de seu superior hierárquico, seja para recusar-se a continuar defendendo o banco em processos onde a tática forense foi necessariamente modificada pelo efeito pan-processual resultante do acordo celebrado nos autos da ação civil pública. Ademais, o banco pode alterar sua tática forense quando isso for conveniente para a defesa de seus interesses, cabendo às suas instâncias administrativas superiores - o Gerente Jurídico inclusive - promover essas alterações quando for conveniente e oportuno, sem que disso resulte assédio moral.

É também incontroverso - porque admitido na contestação (folhas 205-209) - que o banco, por seu Gerente Jurídico, instou a reclamante a renunciar o mandato que recebera do assistente litisconsorcial Deusdedith Freire Brasil nos autos de ação civil pública em que, a juízo do banco, passou haver conflito de interesses entre ele e o assistente litisconsorcial - ex-Gerente Jurídico do banco - porque fora este que praticara os atos que teriam dado causa a uma elevada condenação em indenização compensatória por danos morais. Como da substituição havida na Gerência Jurídica resultou alteração da orientação e da estratégia forense do banco nesse processo, conforme testemunho transcrito no recurso (folha 1826), tornou-se lícito ao banco entender que daí por diante passou a haver conflito de interesses entre ele e o assistente litisconsorcial, pois a nova orientação colidia com a anterior. Essa mudança de orientação e de entendimento - cujo mérito não está em causa pois incumbe a parte e não ao juiz a escolha desta ou daquela estratégia forense - colocou o banco e o assistente litisconsorcial em confronto e em óbvio conflito, de interesses inclusive, pelo que a iniciativa do banco em instar a reclamante-recorrente a renunciar ao mandato outorgado pelo seu agora oponente também não pode ser tida e muito menos havida como assédio moral. E mesmo que inexistisse essa incompatibilidade, ao banco é lícito tê-la por existente, para guardar coerência com a nova orientação adotada na ação civil pública. Nessas circunstâncias é irrelevante se o assistente litisconsorcial não foi demandado pelo Ministério Público do Trabalho, se não foi condenado na ação civil pública e se é também empregador da reclamante-recorrente.

Quanto às alegadas orientações sem qualquer suporte legal (folhas 18-19) o que é narrado na petição inicial é uma simples divergência de entendimento entre a reclamante-recorrente e o Gerente Jurídico, este entendendo possível pedir efeito suspensivo no recurso ordinário e aquela entendendo impossível. Entre conflito de entendimento jurídico e assédio moral vai uma larga distância. Um e outro entendimento são sustentáveis e respeitáveis, mas é certo que o Regimento Interno deste Egrégio

---

[5] Art. 113 do Código Civil. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

Art. 422 do Código Civil. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Tribunal atribui ao relator competência para *suspender o cumprimento da decisão recorrida até o pronunciamento definitivo do colegiado, nos casos previstos no art. 558 do Código de Processo Civil* (art. 115, XIII), pelo que a orientação dada pelo Gerente Jurídico à reclamante-recorrente não era tão desprovida assim de suporte legal, como entendeu a reclamante-recorrente. Nessas circunstâncias, é também óbvio que a orientação dada pelo Gerente Jurídico à reclamante-recorrente não foi assédio moral. A esta altura do reexame dos fatos e das provas já é possível perceber que a reclamante-recorrente tem confundido, reiteradamente, conflito - no trabalho, de entendimento jurídico, etc. - com assédio moral. Assim é que teve por assédio moral o que não passa de simples e regular prática de um ato de gestão, tal seja submeter à Presidência fato que entendeu o Gerente Jurídico ter conotação disciplinar (patrocínio simultâneo do banco e do assistente litisconsorcial pela reclamante-recorrente).

Já a orientação para ingressar com embargos infringentes contra acórdão prolatado em mandado de segurança não ficou provada, pois a testemunha - conforme transcrito nas razões recursais (folha 1823) - não sabia por ciência própria, mas por ouvir dizer, não se prestando à persuasão racional.

Embora já dito antes que a mudança de estratégia forense resultante da mudança do Gerente Jurídico autoriza a mudança de teses jurídicas, reitere-se - para que não fique sem resposta as razões recursais que voltam novamente a esse tema (folha 1828), cuidado que se tem para evitar embargos de declaração - que dessa mudança não resulta assédio moral, pois tanto a mudança de Gerente quanto a de orientação são, em si mesmas, consideradas, legítimas.

A determinação de perícia médica domiciliar alegada na petição inicial (folha 35) se transformou no recurso ordinário em acompanhamento pelo setor médico (folha 1830). Se o setor médico - e não Gerente Jurídico - determinou tal acompanhamento presume-se que o fez por motivação técnica, seja para verificar se a reclamante estava em sua residência - o que se espera de quem está de licença para tratamento de doença - seja para assisti-la, razão não havendo para a reclamante-recorrente temer tal acompanhamento que, de todo e qualquer modo, não se constitui assédio moral.

Assim sendo, o extenso rol de alegações da reclamante-recorrente - assédio para renunciar mandato outorgado por Deusdedith Freire Brasil, assédio para produzir peças jurídicas contra a ética, o bom direito e a lei, assédio para proceder contra os interesses e normas da reclamada, assédio para beneficiar empregado e estender o benefício aos demais na mesma situação, assédio para manter a reclamante em patrocínio de processos e neles exigir mudança de tese jurídica, assédio para produzir peças para ser assinadas pelo Gerente Jurídico, ameaça de demissão pelo Gerente Jurídico caso desatendidas as pretensões dele, ainda que em prejuízo da reclamada, ferimento das prerrogativas profissionais da reclamante (isenção, independência e autonomia técnica) e humilhações, perseguições, constrangimentos, retaliações, atropelo de prerrogativas profissionais da reclamante - não passaram mesmo disso, revelando os autos a existência de um conflito entre as partes e entre profissionais empregados do banco reclamado, que não se confunde com assédio moral[6].

Em suma, conflito de trabalho ou profissional, ainda que agudo, não se confunde com assédio moral e dele não resulta dano moral indenizável.

Recusam-se as razões recursais (folhas 1812-1830), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

---

[6] Ver http://www.segurancanotrabalho.eng.br/download/assediomoral.pdf

2.3.2 DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS

Inconformada com a sentença de embargos de declaração a recorrente alega que a permanência de documentos sem pertinência com a lide traria um prejuízo à dignidade da justiça e violaria o art. 14 do Código de Processo Civil, requerendo a reforma da sentença e o desentranhamento de documentos (folhas 1830-1831).

O indeferimento do desentranhamento de documentos fica mantido por medida de celeridade e economia processual, sendo essa a mesma razão pela qual os documentos juntados pela reclamante-recorrente também não foram desentranhados, apesar de não conhecidos, sem que disso resulte ofensa à dignidade da justiça ou violação do art. 14 do Código de Processo Civil.

Recusam-se as razões recursais (folhas 1830-1831), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.3.3 COMUNICAÇÕES

Inconformada com a sentença de embargos de declaração, a recorrente pede expedição de ofícios ao Ministério Público Federal pela prática de plágio e de crime contra a administração da Justiça, bem como à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB por atuação do preposto do banco como advogado e prática de atos temerários e contrários ao art. 14 do Código de Processo Civil (folhas 1833-1834).

A alegação de plágio é matéria que não se inclui na competência da Justiça do Trabalho e, em rigor, só o autor do texto plagiado tem legitimidade para dele tratar, no foro competente.

Reexaminando o testemunho indicado nas razões recursais (folhas 1167 e 1833) nele não se encontra crime contra a administração da justiça que justifique a comunicação ao Ministério Público Federal.

A atuação de advogado como preposto é prática que suscita divergência jurisprudencial até mesmo entre Turmas do Colendo Tribunal Superior do Trabalho[7].

---

[7] Autoridade Tribunal Superior do Trabalho. 4ª Turma

Título Acórdão do Processo Nº 451458-1998-5555-6-0

Data 14/11/2001

Ementa RECURSO ORDINÁRIO - PREPOSTO E ADVOGADO - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES - REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. NÃO SE VISLUMBRA NENHUMA INCOMPATIBILIDADE LEGAL DE O PREPOSTO ATUAR IGUALMENTE COMO ADVOGADO NO PROCESSO DO TRABALHO, INTELIGÊNCIA QUE SE EXTRAI DO ARTIGO 843, § 1º, DA CLT. QUANDO A RECLAMADA FAZ-SE REPRESENTAR EM AUDIÊNCIA POR PREPOSTO, REGULARMENTE CONSTITUÍDO, QUE AFIRMA ATUAR TAMBÉM COMO SEU ADVOGADO, NÃO HÁ COMO AFASTAR O MANDATO TÁCITO QUE O LEGITIMA A RECORRER. RECURSO DE REVISTA PROVIDO.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.trabalho;turma.4:acordao;rr:2001-11-14;451458-1998-5555-6-0

Autoridade Tribunal Superior do Trabalho. 1ª Turma

Título Acórdão do Processo Nº 677898-2000-5555-1-0

Data 31/05/2006

Ementa CONFISSÃO FICTA. ADVOGADO. PREPOSTO 1. AS QUALIDADES DE ADVOGADO E DE PREPOSTO NÃO SÃO CUMULÁVEIS NA MESMA PESSOA FÍSICA, EM AUDIÊNCIA UNA OU EM ESPECÍFICA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA, PORQUANTO A CONDIÇÃO DE PREPOSTO IMPÕE AFASTAMENTO DA AUDIÊNCIA PARA A TOMADA DE DEPOIMENTO DA PARTE CONTRÁRIA, ENQUANTO A QUALIDADE DE ADVOGADO REQUER

Entretanto, *é defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente* (art. 3º do Regulamento Geral da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), pelo que o fato deve mesmo ser comunicado à Seção local da Ordem, com remessa da procuração, da carta de preposição e dos termos de audiência (folhas 155-158, 161 e 1152-1171), para as providências que entender cabíveis.

Acolhem-se parcialmente as razões recursais (folhas 1830-1831) e recusam-se - também parcialmente - os fundamentos da sentença recorrida (folhas 1755-1758) e as contrarrazões (folhas 2061-2063), ressalvadas as seções que tratam da acumulação da condição de advogado com a de preposto, prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Dá-se provimento para determinar seja comunicado a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará a acumulação da condição de advogado com a de preposto, remetendo-se-lhe cópias da procuração, da carta de preposição e dos termos de audiência (folhas 155-158, 161 e 1152-1171).

2.3.4 SANÇÕES POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Inconformada com a sentença de embargos de declaração, a recorrente insiste que o reclamado teria cometido plágio ao copiar integralmente trechos de obra científica sem a devida citação do autor e teria praticado assédio processual, requerendo a reforma da sentença e a imposição das sanções por litigância de má-fé (folhas 1831 e 1834-1835).

Reiteram-se os fundamentos anteriores quanto ao plágio.

É inegável que as partes sustentaram nestes autos, reciprocamente, uma dura litigância, sem que praticassem, apesar de tudo, litigância de má-fé (artigos 14 e 17 do Código de Processo Civil). Incidentes foram suscitados por ambas as partes, sem chegar à má-fé. Versões antagônicas foram afirmadas por ambas, sem também chegar à má-fé. E, apesar da dureza recíproca das alegações e dos incidentes provocados por ambas, assédio processual não houve. As expressões injuriosas e ofensivas a dignidade da justiça também não caracterizam litigância de má-fé e serão tratadas como tal, mais adiante.

Recusam-se as razões recursais (folhas 1833 e 1834-1835), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.3.5 MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL

Inconformada com a sentença de embargos de declaração, a recorrente alega que, mesmo havendo a revogação da antecipação dos efeitos da tutela pretendida na petição inicial, teria havido descumprimento da decisão judicial enquanto ela vigia, mencionando o art. 129 do Código Civil (folhas 1835-1836).

PRECISAMENTE A PRESENÇA PARA A FORMULAÇÃO DE REPERGUNTAS AO ANTAGONISTA. 2. NÃO VIOLA OS ARTS. 843, § 1º E 844 DA CLT ACÓRDÃO QUE APLICA CONFISSÃO FICTA À RECLAMADA EM VIRTUDE DE FAZER-SE REPRESENTAR EXCLUSIVAMENTE POR ADVOGADO, EM AUDIÊNCIA UNA, MESMO PORQUE IMPERTINENTES ESSES PRECEITOS LEGAIS PARA IMPUGNAR DECISÃO QUE NÃO REPUTOU REVEL A RECLAMADA. 3. RECURSO DE REVISTA DE QUE NÃO SE CONHECE.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.trabalho;turma.1:acordao;rr:2006-05-31;677898-2000-5555-1-0

O pedido de aplicação da multa foi feito em razões finais e implicitamente indeferido na sentença que revogou integralmente a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na petição inicial (folha 1724), o que prejudicou o deferimento do pedido de multa, conforme foi explicitado pelo juízo recorrido na sentença de embargos de declaração (folha 1757). Neste exato ponto o caso destes autos é muito semelhante ao Processo nº TRT 8ª/3ª TURMA/RO/0021100-13.2009.5.08.0013, relatado pela Excelentíssima Juíza Togada Doutora Graziela Leite Colares, pois também aqui houve uma interpretação originária da sentença pelo próprio juízo recorrido que, se tivesse entendido haver descumprimento da sua própria ordem judicial, teria imposto a sanção. Sem os embargos de declaração haveria alguma margem para interpretação diferente da sentença recorrida, mas com eles ficou bem esclarecido que o juízo recorrido não teve por descumprida sua ordem.

E nem poderia tê-lo, pois foi o juízo recorrido que, em típico e próprio juízo de retratação, cassou a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na petição inicial (folha 1724), pelo que seria despropositado impor multa pelo descumprimento de uma ordem judicial por ele próprio cassada.

Como neste grau de jurisdição a antecipação não será restaurada, também aqui não há razão para impor a multa requerida em razões finais.

Em suma, cassada pelo juízo a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na petição inicial não incide a multa (*astreintes*).

Recusam-se as razões recursais (folhas 1833 e 1834-1835), prequestionando-as expressamente, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.3.6 MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS

Inconformada com a imposição de multa por embargos protelatórios, a recorrente alega que a sentença de embargos de declaração seria desfundamentada no tocante a protelação (folhas 1836-1840).

Pelo teor das razões dos embargos, por sua direção e sentido, constata-se, por evidentíssimo, o manifesto interesse protelatório da embargante, que pretende, em verdade, fazer uso incorreto dos embargos de declaração para ganhar tempo e melhor preparar o recurso seguinte, o que terminou conseguindo, embora à custa da provocação de um incidente manifestamente infundado.

Se a dilatação artificiosa do prazo é bom para uma das partes, não o é para a parte contrária, sendo péssima para a jurisdição, que assim é movimentada desnecessariamente, malbaratando-se um bem escasso e que tem custo para a sociedade. O tempo que se perde com embargos protelatórios é o mesmo que seria mais bem empregado com a entrega de prestação jurisdicional de fundo, inclusive para a própria reclamante-embargante, neste ou em outros processos.

Essa baixa prática forense não pode ser tolerada e muito menos prestigiada. Deixá-la passar em branco equivale a conceder-lhe prestígio, chancelando-a, quando o certo e o dever legal do juízo é coibi-la.

Recusam-se as razões recursais (folhas 1836-1840), o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4 RISCADURA DE EXPRESSÕES

A recorrente, por seu advogado, descumpriu o dever de urbanidade (art. 44 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil) ao fazer uso de

expressões injuriosas marcadas a lápis nas folhas 1736, 1737 e verso (onde insinua parcialidade do juiz), 1789, 1790, 1791, 1805, 1806, 1809, 1810, 1812 (parcialidade), 1821, 1827, 1828, 1837 (ironia) e 1838, pelo que determina-se sua riscadura (art. 15 do Código de Processo Civil), precedida de extração e remessa de cópias dos embargos de declaração (folhas 1733-1743) e do recurso ordinário (folhas 1779-1841) e deste acórdão à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará, para as providências que entender cabíveis.

Por tais fundamentos determina-se a riscadura das expressões ofensivas e a remessa de cópias à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará.

2.5 PREQUESTIONAMENTO

Por todo o exposto, recusam-se parcialmente as razões recursais (folhas 1780-1840) e acolhem-se as contrarrazões (folhas 2061-2063) e os fundamentos das sentenças recorridas (folhas 1682-1726, 1755-1759 e 1773) deixando expressamente prequestionado tudo o que neles se contêm, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração. Afirma-se, desde já, que não foram violados os artigos 5º, XXXV, LIV e LV, 93, IX, 170 da Constituição da República de 1988; 765, 791, 832, 845, 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho; 14, III, 16, 17, I e V, 18, 125, I, 128, 130, 131, 165, 249, § 2º, 396, 398, 405, § 2º, III, 458, II, 460, 515, § 1º, 535, 538, parágrafo único do Código de Processo Civil; 129, 405, § 1º, III, 932, III, do Código Civil e 32, parágrafo único e 34, VI e XIV, do Estatuto da Advocacia, desde já prequestionados, com mesmo declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, revoga-se o segredo de justiça e determina-se a retirada da tarja *SEGREDO DE JUSTIÇA* da capa dos autos (folha 1) e demais registros correlatos; conhece-se do recurso ordinário e não se conhece dos documentos com ele juntados (folhas 1842-2058); recebe-se o pedido de juntada de documentos (folhas 2071-2129) como aditamento ao recurso ordinário, dele não conhecendo por intempestividade; rejeitam-se as questões preliminares de nulidade do processo e da sentença, suscitadas pela reclamante-recorrente; no mérito, dá-se provimento ao recurso ordinário para, reformando em parte a sentença recorrida, determinar seja comunicado a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará a acumulação da condição de advogado com a de preposto, remetendo-se-lhe cópias da procuração, da carta de preposição e dos termos de audiência (folhas 155-158, 161 e 1152-1171), mantendo as sentenças recorridas em seus demais termos, inclusive quanto às custas processuais; determina-se a riscadura das expressões ofensivas e a remessa de cópias dos embargos de declaração (folhas 1733-1743) e do recurso ordinário (folhas 1779-1841) e deste acórdão à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará; determina-se, após o trânsito em julgado e não havendo pendências, devolução dos documentos às partes e o arquivamento em definitivo dos autos, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS JUÍZES TOGADOS DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REVOGAR O SEGREDO DE JUSTIÇA E DETERMINAR A RETIRADA DA TARJA SEGREDO DE JUSTIÇA DA CAPA DOS AUTOS (FOLHA 1) E DEMAIS REGISTROS CORRELATOS, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO E NÃO CONHECER DOS DOCUMENTO COM ELE JUNTADOS (FOLHAS 1842-2058), EM

RECEBER O PEDIDO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS (FOLHAS 2071-2129) COMO ADITAMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO, DELE NÃO CONHECENDO POR INTEMPESTIVIDADE; SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO E DA SENTENÇA, SUSCITADAS PELA RECLAMANTE-RECORRENTE; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO PARA, REFORMANDO EM PARTE A SENTENÇA RECORRIDA, DETERMINAR SEJA COMUNICADO A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ A ACUMULAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ADVOGADO COM A DE PREPOSTO, REMETENDO-SE-LHE CÓPIAS DA PROCURAÇÃO, DA CARTA DE PREPOSIÇÃO E DOS TERMOS DE AUDIÊNCIA (FOLHAS 155-158, 161 E 1152-1171), MANTENDO AS SENTENÇAS RECORRIDAS EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, EM DETERMINAR A RISCADURA DAS EXPRESSÕES OFENSIVAS E A REMESSA DE CÓPIAS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (FOLHAS 1733-1743) E DO RECURSO ORDINÁRIO (FOLHAS 1779-1841) E DESTE ACÓRDÃO À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ E EM DETERMINAR, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO E NÃO HAVENDO PENDÊNCIAS, DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS ÀS PARTES E O ARQUIVAMENTO EM DEFINITIVO DOS AUTOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de janeiro de 2011. (Publicado no DEJT em 24/01/2011)

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Relator.

****

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NULIDADE DA ADJUDICAÇÃO DE BEM JÁ ARREMATADO EM OUTRA EXECUÇÃO. ANTERIORIDADE DA PENHORA. DIREITO DE PREFERÊNCIA

ACÓRDÃO Nº TRT 8ª/PLENO/CC 0001842-22.2010.5.08.0000
PROLATORA: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES

SUSCITANTE: **JUÍZO DA QUINTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**

SUSCITADO: **JUÍZO DA SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NULIDADE DA ADJUDICAÇÃO DE BEM JÁ ARREMATADO EM OUTRA EXECUÇÃO. ANTERIORIDADE DA PENHORA. DIREITO DE PREFERÊNCIA - A coexistência de duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem implica concurso especial ou particular de credores, previsto no art. 613 do CPC, onde os créditos dos exeqüentes concorrem frente ao executado, garantido por um mesmo bem, sucessivamente penhorado. Todavia, não é o conflito de competência, suscitado entre juízes, o meio processual adequado à discussão do direito de preferência de cada credor em relação ao bem constrito.

1 <u>RELATÓRIO</u>

OMISSIS.

2 <u>FUNDAMENTOS</u>

O Juízo da Quinta Vara do Trabalho de Belém suscitou conflito positivo de competência do juízo da execução, tendo em vista o direito de preferência em relação ao bem penhorado nos autos do processo nº 0000029-42.2010.5.08.0005. Diz que foi deferido, naquele Juízo, liminar para arresto do veículo ECOSPORT, placa JUK-9925, devidamente cumprido pelo Oficial de Justiça, em 1º/03/2010 e registrado em 11/03/2010, data que fixa a anterioridade dos atos executórios tomados por aquele Juízo e que define a sua competência para venda do citado bem, dando o direito de preferência em prol do exeqüente.

Diz o Juízo da Quinta Vara do Trabalho de Belém que tramita na Sétima Vara do Trabalho da Capital o processo nº 0000016-37.2010.5.08.0007, movido por Daniel Pierre Batistin Cotton, o qual, segundo informações constantes dos autos, é um dos diretores da empresa reclamada e que, inclusive, já havia sido nomeado depositário do bem penhorado nos autos do processo que tramita perante a Quinta Vara da Capital.

Ressalta o Juízo da Quinta Vara que todos os atos praticados pela Sétima Vara são posteriores aos praticados por aquele Juízo, inclusive com penhora do bem somente em 31/05/2010, adjudicado pelo senhor Daniel em 15/06/2010, diante de tramitação mais acelerada.

O Juízo da Sétima Vara do Trabalho da Capital manifestou, em suma, que a adjudicação ocorrida no processo nº 0000016-37.2010.5.08.0007 estava perfeita e acabada, com expedição do auto de adjudicação e ofício ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará, o que já foi providenciado.

O Excelentíssimo Desembargador Relator, na sessão de 17 de fevereiro de 2011, votou no sentido de rejeitar a preliminar de inadmissibilidade suscitada pelo Ministério Público do Trabalho e admitiu o presente conflito de competência para declarar competente o Juízo da Quinta Vara do Trabalho de Belém para alienar o bem penhorado e, em conseqüência disso, declarar a nulidade da adjudicação efetuada pela Sétima Vara do Trabalho da Capital, determinando que o bem seja entregue para o depósito público a fim de que o Juízo da Quinta Vara do Trabalho o venda.

Como bem destacado pelo *Parquet*, em parecer fundamentado, conflito de competência ***<u>é um incidente processual que ocorre quando dois órgãos judiciais proclamam-se competentes (caso de conflito positivo) ou incompetentes para processar e julgar determinado processo (caso de conflito negativo)</u>***.

No caso em exame, dois órgãos judiciais discutem qual dos dois teria o "direito" de vender determinado bem penhorado, diante do direito de preferência dos exeqüentes desses ou daqueles autos, o que, por certo, não caracteriza conflito de **<u>competência</u>**, como bem observou o douto Procurador do Trabalho.

Na hipótese vertente, para atacar o ato judicial que nos autos do processo originário em curso na Sétima Vara do Trabalho, que deferiu a adjudicação do bem móvel penhorado, determinando a expedição do auto de adjudicação, incumbia ao exeqüente dos autos do processo em trâmite na Quinta Vara do Trabalho valer-se do recurso cabível, "in casu", agravo de petição, para discutir a adjudicação, e não ao juízo, *data venia*, suscitar "conflito".

Colaciono duas importantes decisões do colendo Tribunal Superior do Trabalho, nesse sentido, por sua Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais, "in verbis":

> *RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO DE RECURSO. INADMISSÍVEL. CABIMENTO DO*

AGRAVO DE PETIÇÃO. OJ 92 DA SBDI-2. Na hipótese vertente, para atacar o ato judicial que nos autos do processo originário deferiu a adjudicação do bem imóvel penhorado, determinando a expedição do auto de adjudicação, em favor dos Exeqüentes do Processo 01343-1992-491-05-00-6, o Impetrante poderia valer-se perfeitamente do Agravo de Petição, que é o recurso cabível das decisões proferidas em sede de execução, nos termos do art. 897, "a", da CLT. É certo também que não tem pertinência a alegação do Impetrante de que não poderia fazer uso de tal recurso. Afinal, o ato impugnado deu-se justamente nos autos do processo em que o Impetrante é o Exeqüente e em seu desfavor, restando claro, portanto, a legitimidade e o interesse na reforma da decisão. Desse modo, a existência de remédio processual apto a corrigir a apontada ilegalidade inviabiliza o manejo da via estreita do mandamus, porquanto este se constitui em remédio excepcional a ser utilizado in extremis, quando faltar, no ordenamento jurídico, qualquer outro meio idôneo para atacar o ato impugnado (Súmula 267 do eg. STF, art. 5º, II, da Lei 1.533/51 e OJ 92 desta SBDI-2). Ressalte-se, ainda, que in casu não se mostra presente o caráter teratológico do ato impugnado, a autorizar a utilização do Mandado de Segurança, pois não se reveste de manifesta ilegalidade ou abusividade o ato hostilizado. Afinal, as informações prestadas pela Autoridade inquinada coatora dão conta de que houve a decretação da preferência dos Exeqüentes do processo 01343-1992-491-05-00-6 no processo originário em face da anterioridade da penhora e tendo em vista o art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil que estabelece que na aplicação da Lei o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, dando assim um alcance maior ao processo de execução, haja vista que no citado Processo 1343/1991 são 11 (onze) os beneficiários, ao passo que no processo em que se deu o ato impugnado apenas um. Cabe frisar, por fim, que, nos termos da OJ 51 desta c. SBDI-2, a ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso, de forma que o Impetrante poderia dela ter se valido para imprimir efeito suspensivo ao Agravo de Petição. Recurso Ordinário a que se nega provimento, mantendo-se o v. acórdão Regional que julgou incabível o mandamus.
(ROMS-62400-51.2004.5.05.0000, Relator Ministro: José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, Data de Julgamento: 30/08/2005, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: 30/09/2005)
MANDADO DE SEGURANÇA. ADJUDICAÇÃO DE IMÓVEL. Impetração de mandado de segurança contra ato do Juízo da Execução que deferiu a expedição de carta de adjudicação do bem imóvel penhorado, após transcorrido o prazo para embargos. Alegação do Impetrante de que detinha direito de preferência sobre a penhora efetivada em virtude de o referido bem ter sido penhorado anteriormente em ação que ajuizara perante o Juízo Cível. Cabimento de ação anulatória. Não cabimento do mandado de segurança. Processo que se extingue sem julgamento do mérito.

(ROMS-8751400-08.2003.5.02.0900, Relator Ministro: Gelson de Azevedo, Data de Julgamento: 09/11/2004, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: 26/11/2004)

A coexistência de duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem implica concurso especial ou particular de credores, previsto no art. 613 do CPC, por meio do qual os créditos dos exeqüentes, garantidos pelo mesmo bem, sucessivamente penhorado, concorrem frente ao executado.

De fato, quando vários credores pretendem o recebimento da quantia resultante da alienação de um bem específico do devedor, instaura-se no processo um **incidente processual** chamado "concurso singular de credores", que não se confunde com o concurso universal, reservado para a execução contra devedor insolvente.

O concurso singular de credores tem como função a determinação de uma **ordem de preferência** entre os credores para o recebimento do dinheiro resultado da expropriação. A ordem de preferência é estabelecida no artigo 186 e seguintes do Código Tributário Nacional. **Entre os credores da mesma categoria**, que é o caso dos autos, a ordem de preferência de estabelece pela **anterioridade da penhora**.

Porém, por certo não é o conflito de competência, **suscitado entre juízes**, o meio processual adequado à discussão do direito de preferência de cada credor em relação ao bem constrito. Ademais, o fato de o adjudicante, no processo em curso perante a Sétima Vara do Trabalho, ter sido ex-diretor da empresa (registre-se que essa informação não ficou oculta e vem desde a petição inicial, onde o próprio adjudicante se declara "ex-diretor geral" da empresa), ou mesmo ter sido depositário do bem em outra reclamação trabalhista, perante outro juízo, não lhe tira, *a priori*, a legitimidade para adjudicar o bem penhorado na Sétima Vara do Trabalho, especialmente se tem em seu favor uma sentença de mérito transitada em julgado.

ANTE O EXPOSTO, acolho a preliminar de não-cabimento do conflito de competência, suscitada pelo Ministério Público do Trabalho. Tudo consoante fundamentos.

3 CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR MAIORIA, VENCIDOS OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES RELATOR; SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO; HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS; SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA E WALTER ROBERTO PARO, EM ACOLHER A PRELIMINAR DE NÃO-CABIMENTO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA, SUSCITADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. TUDO CONSOANTE FUNDAMENTOS. FICA DESIGNADA COMO PROLATORA DO ACÓRDÃO A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA ODETE DE ALMEIDA ALVES.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 03 de março de 2011. (Publicado no DEJT em 11/03/2011)

ODETE DE ALMEIDA ALVES - Desembargadora Federal do Trabalho - Prolatora designada do acórdão.

****

CONTRATO DE MÚTUO

PROCESSO TRT / 3ª TURMA / RO-0000432-20.2010.5.08.0002
RELATORA: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES

RECORRENTE: **JOÃO BOSCO VASCONCELOS DE MIRANDA JÚNIOR**
Advogado: Dr. Evandro Antunes Costa

RECORRIDO: **BANCO RURAL S/A**
Advogado: Dr. Renze Lage Gomes

CONTRATO DE MÚTUO - Não havendo provas evidenciadoras de que o negócio jurídico celebrado entre reclamante e reclamado visou "encobrir" o suposto pagamento de luvas por sua contratação, não há como reformar a decisão, nem deixar de reconhecer a celebração de um contrato de mútuo, que não se confunde com o ajuste para a prestação do trabalho, afastando a competência do Judiciário trabalhista para apreciar a matéria.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1. CONHECIMENTO

Intimado da decisão de fls. 16/161 em 02.09.2010 (fls. 162), o reclamante, por peticionamento eletrônico, interpôs o presente apelo, tempestivamente, em 09.09.2010 (fls. 163), através de advogado habilitado (fls. 112). Não há necessidade de preparo. Logo, conheço do apelo.

2.2. SEGREDO DE JUSTIÇA

A douta magistrada reconheceu segredo de justiça na tramitação do processo, por entender que havendo documentos nos autos referentes à movimentação da conta/corrente do reclamante e contratos de operações financeiras realizadas, assim se justificava.

Contudo, assim não considero. Primeiramente por se tratarem de documentos trazidos aos autos pelo próprio reclamante e depois, porque a tramitação nessas condições somente se justifica, nos termos do art. 155 do CPC, de aplicação subsidiária, quando o interesse público assim o exigir e nas questões que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.

Não havendo coerência com os termos da lei, afasto a tramitação em segredo de justiça.

2.3. MÉRITO

2.3.1. DO PAGAMENTO DE "LUVAS"

Inconforma-se o reclamante com o não reconhecimento de que a efetivação de contrato de mútuo ocorreu com o intuito de encobrir o recebimento de luvas, havendo

a simulação de um negócio jurídico não celebrado, como atrativo para que assumisse as funções de gerente do reclamado, em nítida violação aos artigos 9º e 818, da CLT, e 166, VI, do Código Civil.

Aduz a impossibilidade de produzir outro meio de prova para comprovar a efetivação do contrato, insistindo na nulidade do procedimento adotado pela reclamada, ao argumento de que "no momento da contratação (mesmo dia!) teria celebrado um contrasto de *empréstimo!* de R$-50.000,00" (fls. 165 verso).

Sustenta que as luvas são um atrativo bastante utilizado no meio bancário, visando tornar mais convidativa a assunção na função de gerente e que, no caso, houve latente prejuízo, pois no momento da demissão, a reclamada descumpriu o que fora previamente acertado, exigindo o integral cumprimento do contrato, com incidência, inclusive, de juros de mora.

O reclamado defendeu-se, contrapondo o alegado pelo autor na sua petição inicial. Disse que, em verdade, logo no momento da contratação, o reclamante solicitou verbalmente, e foi atendido, quanto à concessão de um limite de crédito de aproximadamente R$-50.000,00.

Ressaltou que não se nega a "conceder empréstimos aos seus empregados, desde que sejam previamente ajustadas a data do vencimento e a taxa de juros" (fls. 76). Destacou que o referido negócio jurídico fora celebrado através da expedição de cédula de crédito bancário, o que ocorreu em 18.04.2008.

Analisando os autos, não encontro razão para dar guarida aos anseios de reforma expostos pelo reclamante, sobretudo porque a coincidência única entre a admissão e a celebração do empréstimo, é a proximidade das datas de celebração dos dois contratos, um de natureza trabalhista e outro de natureza civil/comercial.

Consoante se observa, o ingresso do reclamante ocorreu em 14.04.2008, ou seja, apenas quatro dias antes de lhe ser deferido o crédito bancário formalizado por meio de cédula de crédito bancário, às fls. 18/21, no valor de R$50.000,00, que deveria ser paga no dia 13 de abril de 2009, o que não basta para presumir que dito valor lhe fora repassado a título de luvas.

Ao prestar depoimento, o reclamante confirmou (fls. 116) que recebeu o documento de fls. 18/21 (cédula de crédito bancário) no dia da assinatura (18.04.2008) e aludiu que o valor efetivamente recebido (R$-48.334,00) correspondeu aos R$-50.000,00 menos o IOF - imposto sobre operações financeiras, acrescentou ter pleno conhecimento do que representaria uma cédula de crédito bancário.

Em depoimento (fls. 116 verso / 117), o preposto foi enfático ao declarar que, desde 1984, data em que começou a trabalhar no reclamado, não teve conhecimento de pagamento de "luva" para gerente. Também relatou que recebeu o pleito de empréstimo no importe de R$-50.000,00 no dia em que o reclamante ingressou no banco e esclareceu que "a observação de que a operação havia sido pré-acordada pelos senhores Roberto Maia e José Roberto foi feita porque se tratava de contrato com taxa de juros subsidiados (inferiores) e neste caso há necessidade de aprovação da diretoria". Finalmente, afirmou que a negociação referente à contratação do reclamante envolveu apenas o salário e pagamento de gratificações semestrais, aduzindo não ser comum a concessão de créditos a empregado no ato da contratação.

A prova testemunhal foi produzida unicamente pelo reclamado, por meio do Sr. José dos Santos Ventura e esse nada trouxe que pudesse ser utilizado em prol da tese defendida pelo recorrente. Disse que "no mesmo dia da admissão do reclamante já houve a discussão acerca do empréstimo de R$-50.000,00, ao comitê; que foi exposto pelo reclamante, para justificar o empréstimo, que o mesmo era sócio de uma empresa com seu pai e estava com o nome prestes a entrar no SERASA e precisava solucionar

suas pendências". A testemunha confirmou a tese defensiva de que nunca soube de pagamento de "luva" no banco (fls. 117 verso).

Era ao autor que incumbia demonstrar o fato, por sua natureza extraordinária, o que sequer se admite presumir em seu favor.

Enfim, não há como reconhecer a razoabilidade das ponderações do reclamante. Afinal, a exigência de "luvas", instituto de direito civil, aplicado sobretudo nos contratos de aluguel, no campo do judiciário trabalhista tem observância apenas no direito desportista, nas contratação de jogadores, estando hoje, inclusive em desuso após a Lei Pelé.

Assim, a única conclusão lógica é a de que o recorrente celebrou um contrato de empréstimo bancário com seu empregador, que não está impedido de fazê-lo e cuja discussão foge ao âmbito deste Judiciário Trabalhista, como bem reconheceu a douta Vara de origem.

Destaco, que até mesmo pela exigência de conhecimentos próprio do exercício da função de gerente bancário, o recorrente deveria saber que seu contrato de trabalho não permitiria negociações paralelas, fato que o obrigava a denunciar o ilícito, se de fato houvesse, no momento da celebração dos dois contratos e não depois de dispensado, quando até já vencida a obrigação. Note-se que o recorrente tem curso superior e já detinha experiência anterior em consultoria na área econômica, em outra instituição financeira, como se percebe dos autos.

Finalmente, pelas razões expostas, ressalto não haver violação aos artigos 166, I, do Código Civil, e 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ante o exposto, conheço do recurso; excluo a tramitação sob segredo de justiça e no mérito nego-lhe provimento, para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas, tudo conforme os fundamentos.

3. <u>CONCLUSÃO</u>

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; EXCLUIR A TRAMITAÇÃO SOB SEGREDO DE JUSTIÇA E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 02 de março de 2011. (Publicado no DEJT em 04/03/2011)

ODETE DE ALMEIDA ALVES - Desembargadora Relatora.

****

CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0000431-66.2010.5.08.0121
RELATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTE: **PONTE IRMÃOS E CIA. LTDA.**
Doutor João Alfredo Freitas Mileo

RECORRIDO: **ALDEMAR DE JESUS DA SILVA E SILVA**
Doutor Carlos Alberto Prestes de Brito

CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho não tem competência para impor, de ofício ou provocada, as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (contribuições para terceiros).

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 188-191), assinado por advogado habilitado (folha 235) e preparado com o pagamento das custas processuais (folhas 232-233) e recolhimento do depósito recursal (folha 231).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES

2.2.1 NULIDADE DO PROCESSO

A reclamada suscita questão preliminar de nulidade do processo alegando cerceamento do direito de defesa, violação aos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, do direito processual de chamamento ao processo, tudo porque a sentença (folhas 157-164 e versos) não considerara o cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 227 da Subseção de Dissídios Individuais I do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (folhas 198-203).

A reclamada não arguiu a questão preliminar de nulidade na primeira vez que falou em audiência, tal seja em razões finais (folha 156), assim consentindo que se operasse a preclusão (art. 795 consolidado).

Ademais, razão não havia - e continua não havendo - para ser chamada a lide qualquer outra empresa que não a reclamada pois na petição inicial o reclamante-recorrido limitou-se a alegar a prestação de trabalho diretamente para a reclamada-recorrente (folha 1).

Recusam-se as razões recursais (folhas 198-203), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão preliminar de nulidade do processo.

2.2.2 INCOMPETÊNCIA MATERIAL

A reclamada suscita questão preliminar de incompetência material quanto à cobrança de contribuições compulsórias para terceiros e quanto à indenização pelo não-fornecimento de requerimento do seguro-desemprego SD/CD (folhas 223-227).

A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 alterou o parágrafo único do art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho para atribuir competência à Justiça do Trabalho, para executar de ofício as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido. Tal competência, entretanto, não alcança as contribuições compulsórias para terceiros (*contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical*), que não têm natureza de contribuição social, pelo que não pode ser imposta, de ofício ou a requerimento.

Em suma, a Justiça do Trabalho não tem competência para impor, de ofício ou provocada, as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (contribuições para terceiros).

Entretanto, a indenização pelo não fornecimento do requerimento do seguro-desemprego é matéria tipicamente trabalhista e a competência é desta Justiça Especializada, pelo que a questão preliminar é rejeitada nesse aspecto.

Acolhe-se a questão preliminar de incompetência material para a cobrança de contribuições compulsórias para terceiros.

2.2.3 ILEGITIMIDADE PASSIVA

A reclamada suscita a questão preliminar de ilegitimidade passiva alegando, em suma, que não teria havido relação jurídica com o reclamante (folhas 203-204).

O que pretendeu - e pretende ainda - o reclamante-recorrido é o reconhecimento da existência do contrato de emprego com a reclamada-recorrente. E isso é o quanto basta para legitimá-lo e assegurar-lhe o direito-dever de receber nestes autos a prestação jurisdicional devida, seja ela condenação ou absolvição.

O que consta destes autos é que o reclamante teria sido contratado pela empresa-reclamada PONTE IRMÃOS E CIA. LTDA. execução de serviços, vindo da reclamada as diretrizes para o trabalho, já que o serviço executado foi em proveito dela, ora recorrente. Como se vê, há pertinência entre o pedido e as partes reclamadas. O reclamante narra fatos envolvendo ambas, pelo que não se pode falar em ilegitimidade dele para figurar no polo ativo da ação.

Saber se havia entre o reclamante e a reclamada inexistência de contrato de emprego pelas obrigações trabalhistas pouco importa, pois esta matéria deve ser apreciada como mérito (ou questão prejudicial de mérito). O que interessa para verificação da legitimidade é o direito abstratamente invocado e a pertinência entre o pedido e as partes chamadas em juízo, capaz de estabelecer um nexo entre a narrativa do autor e a conclusão do pedido, o que foi observado neste caso.

Em suma, havendo relação e pertinência entre o direito abstratamente invocado, os pedidos e as partes chamadas em juízo, capazes de estabelecer nexo de causalidade entre a narrativa e os pedidos do autor, todas elas estão legitimadas para residir em juízo e nele receber absolvição ou condenação, direta, solidária ou subsidiária.

Rejeita-se a questão preliminar de ilegitimidade passiva.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL DE INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO

A reclamada suscita questão prejudicial de inexistência de contrato de emprego alegando, em resumo, ausência dos requisitos essenciais para sua configuração (folhas 207-210).

A reclamada confessou que o reclamante lhe prestara serviços como vigilante (folha 155 verso), recrutado pelo Senhor Luis Pereira (folha 156), pouco ou nada mais sabendo dizer sobre a relação de trabalho assim havida entre as partes (folha 156), atraindo a confissão ficta (art. 843, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho), tal como corretamente decidido na sentença (folha 159).

Confessou ainda a reclamada que não fiscalizava a terceirização que alegou ter feito com um certo Senhor Souza (folha 156), assim revelando que cometeu erro no proceder (*error in procedendo*) ao fiscalizar (*error in vigilando*), constatação que é agravada pelos documentos por ela juntados aos autos (folhas 52 e seguintes). A contratação do reclamante por um preposto da reclamada, ainda que travestido de firma individual, em nada altera a substância da relação havida entre as partes, que foi mesmo de emprego, pois não é possível o trabalho autônomo nessas circunstâncias.

Recusam-se as razões recursais (folhas 207-210), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Rejeita-se a questão prejudicial.

2.4 MÉRITO

2.4.1 CONFISSÃO FICTA

Inconformada com a sentença que reconhecer ter havido confissão ficta (folha 159 e verso), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que a pena de confissão ficta não seria meio absoluto de prova e que haveria necessidade de outros meios probatórios, em busca da verdade real dos fatos (folhas 227-229).

A matéria já foi antes examinada e decidida, reiterando-se aqui os mesmos fundamentos. O preposto era inciente e a confissão ficta é disso resultado.

Recusam-se as razões recursais (folhas 227-229) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folhas 159 e versos), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.2 HORAS EXTRAORDINÁRIAS E REPERCUSSÕES

Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento de horas extraordinárias e repercussões (folha 160 e verso), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que não caberia a inversão do ônus da prova e haveria má apreciação das provas (folhas 210-214).

O ônus da prova era da reclamada, nos termos dos artigos 74 e 818 consolidados e da Súmula nº 338 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, do qual ela não se desincumbiu porque não trouxe aos autos os controles de horário de trabalho do reclamante, tendo sido expressamente intimada para fazê-lo, sob a pena de presunção de veracidade (art. 359 do Código de Processo Civil) (folha 11), que não é elidida por eventual discrepância entre o depoimento pessoal do reclamante e a petição inicial.

Em verdade o que ocorreu nestes autos foi insucesso da reclamada decorrente da tática forense que adotou, centrada na negação da existência de contrato de emprego, insucesso que não pode ser compensado com contorcionismo retórico na fase recursal.

Recusam-se as razões recursais (folhas 210-214) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folhas 160 e verso), ficando tudo assim

prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.3 AVISO PRÉVIO INDENIZADO, FÉRIAS COM REMUNERAÇÃO ADICIONAL DE UM TERÇO, GRATIFICAÇÃO NATALINA, DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO COM ADICIONAL DE QUARENTA POR CENTO

Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento de aviso prévio indenizado, férias com remuneração adicional de um terço, gratificação natalina e depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de serviço - FGTS com adicional de quarenta por cento (folha 159 verso a 160), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que inexistira conde emprego entre as partes (folha 215).

A procedência desses pedidos é mera consequência do reconhecimento da existência de contrato de emprego, matéria já antes examinada e decidida. O mesmo se diga quanto ao tempo de serviço, a função e ao salário do reclamante (folha 214), em relação aos quais a contestação foi inespecífica (folha 37-38) e desatendeu o dever processual da impugnação especificada (art. 302 do Código de Processo Civil). Aqui, e mais uma vez, a reclamada-recorrente foi vítima da tática forense escolhida, centrada exclusivamente na negação da existência de contrato de emprego.

Recusam-se as razões recursais (folha 215) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folhas 159 verso a 160), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.4 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento da multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias (folha 160), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que a existência de contrato de emprego seria controvertida, requerendo a sua absolvição e citando precedentes (folhas 215-216).

A lei não exige razoável controvérsia como condição para a imposição de multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias. O art. 477, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, exime a reclamada do pagamento dessa multa apenas nos casos em que o trabalhador tiver dado causa à mora, o que não ocorreu nestes autos.

Recusam-se as razões recursais (folhas 215-216) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folha 160), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.5 REQUERIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO SD/CD

Inconformada com a sentença que a condenou a entregar ao reclamante o requerimento do seguro-desemprego SD/CD, sob pena de conversão em indenização pelo não-fornecimento de requerimento do seguro-desemprego SD/CD (folha 160), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que inexistira contrato de emprego e, por conseguinte, inexistira dispensa sem justa causa (folhas 216-217).

Também como resultado do reconhecimento do contrato de emprego, deve a reclamada entrega ao reclamante o requerimento do seguro-desemprego SD/CD.

Recusam-se as razões recursais (folhas 216-217) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folha 160), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.6 INDENIZAÇÃO PELO NÃO-FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE

Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento de indenização pelo não-fornecimento de vale transporte (folha 160 verso), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que inexistira contrato de emprego. Eventualmente, alega que não se trataria de obrigação de pagar, mas de obrigação de fazer, pelo que estaria sujeita apenas às penas da legislação do Imposto de Renda e perda de incentivos fiscais (folhas 217-218).

Reconhecida a existência de contrato de emprego a procedência deste pedido também é mera consequência, sendo óbvio que a obrigação é de pagar - e não de fazer - sendo, por isso mesmo, conversível em indenização, tal como decidiu o juízo recorrido.

Recusam-se as razões recursais (folhas 217-218) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folha 160 verso), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

2.4.7 MULTA

Inconformada com a sentença que a condenou ao pagamento de multa do art. 475-J do Código de Processo Civil (folha 164), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em resumo, que essa norma não teria aplicação subsidiária no processo do trabalho, requerendo a reforma da sentença e sua absolvição (folhas 219-221).

As sucessivas minirreformas do Código de Processo Civil atualizam e potenciam o processo, assegurando-lhe efetividade, pelo que essas modificações são compatíveis com os princípios reitores do processo do trabalho, inclusive o princípio protetor, pelo que as novas regras processuais civis, quando mais benéficas para os trabalhadores, devem ser aplicadas subsidiariamente no processo do trabalho, conforme o parágrafo único do art. 8º consolidado.

Na verdade, a imposição de multa sempre foi possível no processo trabalhista, o que não era feito por moderação excessiva da magistratura trabalhista, leniência que terminou levando a um quadro grave de inefetividade do processo trabalhista, o que provocou reações, ainda tímidas e desproporcionais, à procrastinação sistemática das executadas, com a adoção dessa prática por alguns magistrados trabalhistas, como a prolatora da sentença recorrida, exemplo que deve ser prestigiado e incentivado, como clara política judiciária de coerção e coação contra devedores contumazes.

O processo do trabalho deve seguir os novos rumos do processo civil, porque, como já demonstrado, é perfeitamente compatível com os princípios reitores do direito material e processual do trabalho, absorvendo, por filtragem constitucional, os novos institutos e instrumentos do processo civil.

Por adição, não seria razoável atribuir ao credor comum instrumentos processuais que dão efetividade à sentença e, no mesmo movimento, negá-los ao credor trabalhista. É inaceitável que se tente impor ao juiz trabalhista, como pretende a recorrente, restrição para obrigá-lo a interpretar a lei ignorando a Constituição da República e seus princípios, inclusive os da razoável duração do processo, do direito de ação efetiva e tempestiva e do devido processo legal substancial.

A natureza da multa é mesmo sancionatória, é pena pelo não cumprimento da sentença, que assim passa a ter força e efetividade, não havendo óbice à sua aplicação subsidiária no processo do trabalho, pois há muito assim se procede em relação a outras penas impostas no processo civil, inclusive as multas diárias (*astreintes*) pelo não cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 461 do Código de Processo Civil) e as sanções por litigância de má-fé ou desatendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

Espera-se que a imposição dessas sanções surtam efeitos pedagógicos e a reclamada-recorrente passe a cumprir as decisões judiciais no devido tempo.

Em suma, a multa pelo descumprimento de sentença tem aplicação no processo trabalhista, conforme inteligência do art. 475-J do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente.

Recusam-se as razões recursais (folhas 219-221) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folha 164), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

Entretanto, a maioria da Egrégia Turma acolheu o voto revisor conforme o qual a multa não é aplicável no processo do trabalho, excluindo-a da condenação, vencido o relator.

Por tais fundamentos, deu-se provimento para excluir da condenação a multa estipulada no art. 475-J do Código de Processo Civil.

2.4.8 JUROS DE MORA E MULTA SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Inconformada com a sentença que determinou a incidência dos juros de mora e multa sobre as contribuições previdenciárias (folhas 160 a 161 verso), recorre ordinariamente a reclamada alegando, em suma, que o fato gerador seria o futuro pagamento dos créditos trabalhistas, requerendo a reforma da sentença e a sua absolvição (folhas 221-223).

A hipótese de incidência tributária (fato gerador) da contribuição previdenciária é mesmo o pagamento dos salários pelo empregador. Entretanto, se este não os paga na época própria, correta e integralmente, incorre em mora e multa e não pode invocar sua própria torpeza para eximir-se da incidência das reparações devidas, inclusive juros e multa. As sanções administrativas são um plus a que se submete o empregador relapso assim pilhado na ilegalidade, reconhecida e declarada judicialmente.

Estabelece o § 4º do art. 879, da Consolidação das Leis do Trabalho que a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. E na forma dessa legislação o pagamento da contribuição previdenciária dever ser feito devidamente corrigido e acrescido desses acessórios (juros de mora e multa).

Os créditos trabalhistas ficam sujeitos aos encargos legais consistentes na incidência de juros de mora e multa e correção monetária na forma do art. 39 da Lei nº 8.177/91 em caso de mora e multa; igualmente a falta de recolhimento das contribuições na época oportuna deve gerar a incidência dos encargos legais previstos no art. 34 da Lei nº 8.212/91, tal como apurado determinado na sentença. As parcelas salariais e previdenciárias devem ser - e efetivamente o são - calculadas mês a mês, conforme a planilha oficial deste Egrégio Regional (Planilha JURISCALC).

Em suma, incorrendo o empregador em mora salarial, total ou parcial, declarada judicialmente, a hipótese de incidência tributária (fato gerador) das contribuições previdenciárias ocorre a cada mês dessa mora.

Recusam-se as razões recursais (folhas 221-223) e acolhem-se os fundamentos da sentença recorrida (folhas 160-161, versos), ficando tudo assim prequestionado, o que se o faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Nega-se provimento.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, adotou os fundamentos do Juiz Togado Doutor Luis José de Jesus Ribeiro, nos seguintes termos:

O trânsito em julgado da decisão judicial, ainda não se ocorreu. Nasce, de forma simultânea, tanto o crédito trabalhista quanto

o previdenciário, e, deste modo, não é permitida a incidência prematura de juros, vinculados à efetividade de mora que ainda não se aperfeiçoou. É o que se extrai do art. 276, caput, do Regulamento da Previdência Social, que transcrevo a seguir:

"Art.276. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o recolhimento das importâncias devidas à seguridade social será feito no dia dois do mês seguinte ao da liqüidação da sentença."

Sobre a presente matéria, O C. TST vem se manifestando do seguinte modo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. INCIDÊNCIA DE JUROS E MULTA. Reconhecendo a justiça trabalhista que o fato gerador da contribuição previdenciária é a prestação de serviços, de onde decorrem as verbas trabalhistas deferidas ao reclamante, se a sentença ainda não é líquida, o momento próprio para o recolhimento do débito previdenciário definido no art. 276 do Decreto nº 3.048/99 vai até o dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença. A partir do trânsito em julgado da sentença de liquidação, pode-se ensejar a incidência de juros e da multa. Não configurada a violação ao princípio da legalidade, não enseja processamento o recurso, em fase de execução, que não demonstra violação direta e literal ao texto da Constituição Federal, conforme dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, combinado com a Súmula nº 266 do TST. Agravo de instrumento não provido." PROC. Nº TST-AIRR-497/2003-079-03-40.3. Rel. JUÍZA CONVOCADA MARIA DORALICE NOVAES. DJ - 03/08/2007.

Assim, entendo que devem ser excluídos os juros e a multa uma vez que não houve mora injustificada da recorrente, e os juros, só serão devidos a partir do dia três do mês seguinte ao trânsito em julgado da decisão, já que esta foi proferida de forma líquida.

Por tais fundamentos, deu-se provimento para excluir da condenação a multa sobre as contribuições previdenciárias e determinar que os juros de mora sobre as contribuições previdenciárias sejam apurados somente a partir do terceiro dia do mês seguinte ao trânsito em julgado, vencido o relator.

2.5 MULTA DIÁRIA (ASTREINTES)

Impõe-se de ofício, com apoio nos artigos 652, d; 832, §1º; 835 e 880 da Consolidação das Leis do Trabalho multa diária de 1% (um por cento) do valor da condenação, em caso de não pagamento do depósito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após intimação para pagar, conforme a boa doutrina do Juiz Togado Vicente José Malheiros da Fonseca.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, por entender inaplicável na Justiça do Trabalho a multa diária (astreintes), rejeitou a imposição, vencido o relator.

2.6 HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Considerando a sucumbência da reclamada e, ainda, o Enunciado nº 79, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho,

conforme o qual as partes, em reclamatória trabalhista e nas demais ações da competência da Justiça do Trabalho, na forma da lei, têm direito a demandar em juízo através de procurador de sua livre escolha, forte no princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil) sendo, em tal caso, devidos os honorários de sucumbência, exceto quando a parte sucumbente estiver ao abrigo do benefício da justiça gratuita, impõe-se de ofício honorários de sucumbência de 20% (vinte por cento) do valor da condenação a serem pagos ao advogado, com retenção do Imposto de Renda.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, por entender inaplicável na Justiça do Trabalho, rejeitou a imposição.

2.7 LIQUIDAÇÃO

Considerando que a petição inicial traz pedidos líquidos e, ainda, o dever legal do juízo em proferir sentença líquida, nos termos do art. 459 do Código de Processo Civil e do Provimento nº 4/2000 da Corregedoria Regional, este relator propõe a liquidação dos valores da condenação. As atualizações futuramente realizadas deverão obedecer ao disposto na Lei nº 8.177/91.

2.8 HIPOTECA JUDICIAL

O art. 466 do Código de Processo Civil estipula que *a sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos* e que *a sentença condenatória produz a hipoteca judiciária* (…) *embora a condenação seja genérica*, (…) *pendente arresto de bens do devedor*, (…) e (...) *ainda quando o credor possa promover a execução provisória da sentença*.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho tem reiteradamente decidido que esse dispositivo legal deve ser aplicado na Justiça do Trabalho, sendo instituto processual de ordem pública que o juízo - de qualquer grau - deve aplicar para a concreta realização do estado democrático de direito e a efetividade do processo judiciário trabalhista, levando em conta a natureza alimentar do crédito trabalhista. Para maior e melhor clareza e compreensão transcreve-se ementa exemplar:

> ***Autoridade*** *Tribunal Superior do Trabalho. 7ª Turma* ***Título Data*** */03/2008* ***Ementa*** *HIPOTECA JUDICIÁRIA - APLICABILIDADE NA JUSTIÇA DO TRABALHO - DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - JULGAMENTO "EXTRA PETITA" - NÃO-CONFIGURAÇÃO - INSTITUTO PROCESSUAL DE ORDEM PÚBLICA. 1. COM O OBJETIVO DE GARANTIR AO TITULAR DO DIREITO A PLENA EFICÁCIA DO COMANDO SENTENCIAL, EM CASO DE FUTURA EXECUÇÃO, O LEGISLADOR INSTITUIU O ART. 466 DO CPC, QUE TRATA DA HIPOTECA JUDICIÁRIA COMO UM DOS EFEITOS DA SENTENÇA. 2. "IN CASU", O 3O REGIONAL, CONSIDERANDO A NORMA INSERTA NO INDIGITADO DISPOSITIVO LEGAL, DECLAROU DE OFÍCIO A HIPOTECA JUDICIÁRIA SOBRE BENS DA RECLAMADA, ATÉ QUE SE ATINJA A QUANTIA SUFICIENTE PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DE DÉBITO TRABALHISTA EM ANDAMENTO. 3. DA ANÁLISE DO ART. 466 DO CPC, VERIFICA-SE QUE A PRÓPRIA SENTENÇA VALE COMO TÍTULO CONSTITUTIVO DA HIPOTECA JUDICIÁRIA E OS BENS COM ELA GRAVADOS FICAM VINCULADOS À DÍVIDA*

TRABALHISTA, DE FORMA QUE, MESMO SE VENDIDOS OU DOADOS, PODEM SER RETOMADOS JUDICIALMENTE PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO RECLAMANTE. 4. ASSIM, HAVENDO CONDENAÇÃO EM PRESTAÇÃO DE DINHEIRO OU COISA, AUTOMATICAMENTE SE CONSTITUI O TÍTULO DA HIPOTECA JUDICIÁRIA, QUE INCIDIRÁ SOBRE OS BENS DO DEVEDOR, CORRESPONDENTES AO VALOR DA CONDENAÇÃO, GERANDO O DIREITO REAL DE SEQÜELA, ATÉ SEU PAGAMENTO. 5. A HIPOTECA JUDICIÁRIA É INSTITUTO PROCESSUAL DE ORDEM PÚBLICA, E NESSA QUALIDADE, ALÉM DE SUA DECRETAÇÃO INDEPENDER DE REQUERIMENTO DA PARTE, TEM O FITO DE GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS, IMPEDINDO O DILAPIDAMENTO DOS BENS DO RÉU, EM PREJUÍZO DA FUTURA EXECUÇÃO. 6. VALE RESSALTAR QUE CABE AO JULGADOR O EMPREENDIMENTO DE ESFORÇOS PARA QUE AS SENTENÇAS SEJAM CUMPRIDAS, POIS A REALIZAÇÃO CONCRETA DOS COMANDOS SENTENCIAIS É UMA DAS PRINCIPAIS TAREFAS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, CABENDO AO JUIZ DE QUALQUER GRAU DETERMINÁ-LA, EM NOME DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. 7. NOTE-SE QUE O JUIZ, AO APLICAR O PRINCÍPIO DE QUE A EXECUÇÃO DEVE SE PROCESSAR DO MODO MENOS GRAVOSO PARA O DEVEDOR, DEVE TAMBÉM LEVAR EM CONTA O MAIS SEGURO PARA O EXEQÜENTE, NA MEDIDA EM QUE O OBJETO DA EXECUÇÃO É A SATISFAÇÃO DO SEU CRÉDITO. 8. A HIPOTECA JUDICIÁRIA, MUITO EMBORA NÃO REPRESENTE UMA SOLUÇÃO ABSOLUTA PARA O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS, EM BENEFÍCIO DO TITULAR DO DIREITO, REPRESENTA, SIM, UM IMPORTANTE INSTITUTO PROCESSUAL PARA MINIMIZAR A FRUSTRAÇÃO DAS EXECUÇÕES, MORMENTE NO CASO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, EM QUE OS CRÉDITOS RESULTANTES DAS SUAS AÇÕES DETÊM NATUREZA ALIMENTAR. RECURSO DE REVISTA PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. ***URN****:lex:br:tribunal.superior.trabalho;turma.7:acordao; rr:2008-03-05;87400-2006-99-3-0.*

Por tais fundamentos é dever legal do juízo, de qualquer grau de jurisdição, decretar a hipoteca judiciária dos bens do devedor, na forma da Lei dos Registros Públicos, o que efetivamente se o faz neste caso.

Determina-se a hipoteca judicial dos bens do devedor na quantidade suficiente para a satisfação do débito, facultada a extração de carta de sentença para cumprimento dessa determinação pelo juízo recorrido.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, entendeu ser inaplicável na Justiça do Trabalho a hipoteca judicial e rejeitou a imposição, vencido o relator.

2.9 PREQUESTIONAMENTO

Acolhem-se parcialmente as razões recursais (folhas 198-229) e recusam-se parcialmente os fundamentos da sentença recorrida (folhas 157 verso a 164), deixando expressamente prequestionado tudo o que nelas se contêm, o que se o faz com o

declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração. Afirma-se, desde já, que este acórdão não viola os artigos 5º, LIV, LV, XXXV, 114, 195, 240 da Constituição da República de 1988; 3º, 8º, 487, 789, 818, 844, 880, 882, 883 da Consolidação das Leis do Trabalho; 70, 128, 267, VI, 269, I, 333, I, II, 348, 460, 475-J, do Código de Processo Civil; 45, 46, da Lei nº 8.212/91; e as Súmulas nº 331, 368, 417 e a Orientação Jurisprudencial nº 227 da Subseção de Dissídios Individuais, todas do Colendo Tribunal Superior do Trabalho que ficam, de todo modo, prequestionados, o que é feito com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, conhece-se do recurso ordinário; rejeita-se a questão preliminar de nulidade do processo, rejeita-se a questão preliminar de incompetência material quanto ao pedido de indenização pelo não-fornecimento de requerimento do seguro-desemprego SD/CD e acolhe-se a questão preliminar de incompetência material para a cobrança de contribuições compulsórias para terceiros; rejeitam-se a questão preliminar de ilegitimidade passiva e a questão prejudicial de inexistência de contrato de emprego; no mérito, nega-se provimento, ficando vencido o relator pela maioria da Egrégia Turma que lhe dá parcial provimento para excluir da condenação a multa estipulada no art. 475-J do Código de Processo Civil e a multa sobre as contribuições previdenciárias, determinando que os juros de mora sobre as contribuições previdenciárias sejam apurados somente a partir do terceiro dia do mês seguinte ao trânsito em julgado; impõem-se de ofício multa diária (astreintes), honorários de advogado e hipoteca judiciária, ficando vencido pela maioria da Egrégia Turma; liquida-se o acórdão, conforme planilha anexa, dele parte integrante, para todos os fins de direito; cominam-se custas processuais de conhecimento e liquidação pela reclamada no importe de R$806,64 (oitocentos e seis reais e sessenta e quatro centavos), calculadas sobre o valor da condenação de R$32.265,47 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), ressalvando que já foram pagas custas processuais (folha 232), cujo valor atualizado importa em R$724,94 (setecentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), mantida a sentença recorrida em seus demais termos; determina-se, após o trânsito em julgado e inexistindo pendências, a devolução dos documentos às partes e o arquivamento definitivo dos autos, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS JUÍZES TOGADOS DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO, DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL QUANTO AO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PELO NÃO-FORNECIMENTO DE REQUERIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO SD/CD E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, EM ACOLHER A QUESTÃO PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES COMPULSÓRIAS PARA TERCEIROS E EM REJEITAR A QUESTÃO PREJUDICIAL DE INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A MULTA ESTIPULADA NO ART. 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A MULTA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, DETERMINANDO QUE OS JUROS DE MORA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SEJAM APURADOS SOMENTE A PARTIR DO TERCEIRO DIA

DO MÊS SEGUINTE AO TRÂNSITO EM JULGADO, VENCIDO PARCIALMENTE O RELATOR QUE NEGAVA PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO E IMPUNHA DE OFÍCIO MULTA DIÁRIA (ASTREINTES), HONORÁRIOS DE ADVOGADO E HIPOTECA JUDICIAL; SEM DIVERGÊNCIA, EM LIQUIDAR O ACÓRDÃO, CONFORME PLANILHA ANEXA, DELE PARTE INTEGRANTE, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, COMINANDO CUSTAS PROCESSUAIS DE CONHECIMENTO E LIQUIDAÇÃO PELA RECLAMADA NO IMPORTE DE R$806,64 (OITOCENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DE R$32.265,47 (TRINTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), RESSALVANDO QUE JÁ FORAM DEPOSITADAS CUSTAS PROCESSUAIS (FOLHA 232), CUJO VALOR ATUALIZADO IMPORTA EM R$724,94 (SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), MANTENDO A SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS; AINDA, DIVERGÊNCIA, EM DETERMINAR, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO E INEXISTINDO PENDÊNCIAS, A DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS ÀS PARTES E O ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de janeiro de 2011. (Publicado no DEJT em 02/02/2011)

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Relator.

****

DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO.

PROCESSO TRT/3ª T./RO 0069300-84.2009.5.08.002
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTES: **CARLOS ALBERTO LOBATO THOMAS**
Dra. Jacqueline Vieira da Gama Malcher e outros
COMTUR - ADMINISTRADORA DE HOTÉIS E TURISMO LTDA.
Dr. Carlos Thadeu Vaz Moreira

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Preenchidos os requisitos para a caracterização do dano moral por agressão à honra e imagem dos ex-empregados da empresa, através de atitude do representante legal desta, prevalece o dever de indenizar pela parte demandada, nos termos da Carta Magna Brasileira.

I. RELATÓRIO

OMISSIS.

II - FUNDAMENTOS

CONHECIMENTO

Os Recursos merecem ser conhecidos, tendo em vista que preencheram todos os pressupostos legais de admissibilidade. Contrarrazões, do mesmo modo, admitidas.

DO RECURSO DA RECLAMADA
DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

A reclamada pretende a reforma total da sentença para que seja julgado improcedente o pedido de dano moral e o de dano material. A sua tese é a de que não há qualquer prova nos autos das alegações do autor. Sustenta a inexistência do dano moral, pela ausência dos elementos caracterizadores, assim como pela não consideração da prova apresentada, que alega ser ilícita, por isso, inservível para comprovação de fatos, cujo ônus *probanti* é do reclamante.

Quanto ao dano material, a reclamada-recorrente argumenta que não há qualquer prova do dano material sofrido, ou seja, pelo que deixou de ganhar ou pelo que teve que dispor de forma inesperada ante ato comissivo da outra parte. Diz que o próprio autor reconheceu que até o mês de fevereiro/08 contou sozinho com quantia superior ao salário anteriormente recebido na reclamada, em razão de ter recebido suas verbas rescisórias. Quanto aos empréstimos realizados, afirma que jamais tiveram por motivo o sustento da família do recorrido, pois a sua filha nasceu em 04.09.07 e o empréstimo foi realizado em 06.04.05 (fl. 44/47) e foi adquirido para compra de material de construção. Repete que a dispensa ocorreu em maio/2007 e que o autor poderia ter amortizado sua dívida, o que não fez, até porque sua esposa (do reclamante) recebe benefício previdenciário e o reclamante recebeu R$20.000,00 no acordo realizado nesta Justiça. Ainda alega que o obreiro sequer fez prova de ter procurado emprego.

Analiso.

Na inicial, o reclamante pleiteia indenização por danos morais, por ter tido sua honra denegrida pela reclamada, através do seu (antigo) supervisor (do reclamante), Sr. Raimundo Benedito Brito, funcionário da demandada. Narra que sua esposa (do reclamante), identificando-se por "Luciana", fez uma ligação telefônica para a empresa, solicitando informações acerca do reclamante, e o Sr. Raimundo informou que era um bom profissional, mas mau caráter, porque colocou a empresa na Justiça. A razão da ligação é que, desde a demissão da reclamada, nunca conseguiu novo emprego, apesar de possuir vasta experiência na área de recursos humanos, tendo sempre se destacado como bom profissional. Suspeitou que a empresa estava fornecendo más informações a seu respeito.

Como considerou provadas as suas suspeitas, retirou o nome da reclamada da sua lista de contatos e, depois disso, conseguiu logo o emprego que procurava.

O dano material é pleiteado em razão das despesas que teve que realizar, com seu sustento e de sua família, por culpa da reclamada pelo ato praticado de ter impedido o seu ingresso em novo emprego.

A contestação baseia-se no fato de que a prova é ilícita (gravação telefônica) e que as alegações são infundadas, sem provas de que o demandante deixou de obter emprego por causa das informações prestadas.

Prescreve o artigo 5º, inc. X, da Constituição Federal que *"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".*

De forma a operacionalizar o preceito constitucional, o artigo 186 do Código Civil versa sobre a base legal para a responsabilidade civil e o correspondente dever de indenizar. Por força desse dispositivo, vige a teoria subjetiva, pela qual se exige, para o reconhecimento do direito à percepção de indenização por danos morais, a *prova da ação lesiva por parte do empregador*, do *resultado prejudicial ao empregado* (vítima) e do *nexo causal entre este e aquela*.

O ilícito, categoria que perpassa em todos os ramos do direito, é aquele praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual.

É princípio universal de direito que ninguém praticará atos ilícitos se não fizer o que não possui o direito de fazer (*nemo damnum facit, nisi qui id fecit quod facere jus non habet*). Transposto para o caso *sub examen*, entendo que não merece reforma a sentença, pois restou caracterizado o dano moral alegado na inicial, visto que comprovada pelo reclamante a ação lesiva à sua honra pelo empregador, ônus que lhe cabia (artigos 818, da CLT e 333, I, do CPC).

Na verdade, a prova das alegações da exordial traduz-se numa gravação da conversa que a esposa do reclamante teve com o funcionário da recorrente. Referida gravação foi trazida aos autos acompanhada do laudo pericial de fls. 397/404, realizado pelo Centro de Perícias Renato Chaves. Tal instituto de perícias científicas, como se depreende pelos autos, constatou, por perícia de transcrição de diálogos (conteúdo do CD de fl. 405, apresentado pelo reclamante), que a voz da gravação era mesmo do Sr. Raimundo, pessoa apontada pelo obreiro como responsável pelas ofensas à sua honra, ao dar informações negativas à sua dignidade. E as afirmações, realmente, ferem a honra, imagem e dignidade do ex-empregado (dano pós-contratual), o que é vedado pela Constituição, em seu art. 5º, X.

No tocante à ilicitude de tal prova, isso não se sustenta, porque nada há de ilícito no fato de alguém gravar sua própria conversa, independentemente de quem seja o interlocutor, equiparando-se, nesse caso, à situação de quem age em estado de legítima defesa, que exclui a antijuridicidade de justa causa. Não se pode negar que a esposa do reclamante é o que se pode chamar de uma "extensão" própria (do autor). Justifico o pensamento invocando a Bíblia Sagrada, em seu primeiro livro, o de Gênesis, cap. 2, verso 24: "Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne".

É preciso, sim, neste caso, invocar o princípio da razoabilidade e a ponderação de interesses, pois não se pode admitir que a formalidade se sobreponha à verdade.

Assim, não há como concluir que não estão provados os fatos narrados na inicial, ao contrário, o conjunto probatório dos autos se apresenta em desfavor da tese da reclamada e não vejo como modificar a sentença de primeiro grau que reconheceu a culpa da empresa, cabalmente provada.

A conduta da empresa se manifestou como afronta direta ao reclamante, pois este foi acusado diretamente pelo representante da reclamada (há provas disso). O representante da empresa agiu, portanto, fora do âmbito do seu direito potestativo de dispensar e de dar informações, protagonizando ação antijurídica por parte da demandada e afronta ao princípio da dignidade humana do ex-empregado. Afinal, buscar o Judiciário é direito constitucionalmente assegurado.

Por outro lado, há um depoimento da preposta da reclamada que demonstra atitude discriminatória em relação ao autor. Vejamos. Às fls. 368/369, resta evidente que a Sra. Solange disse à Sra. "Luciana", esposa do reclamante, que estava solicitando informações profissionais acerca do mesmo, que não era credenciada para dar informações profissionais a respeito do reclamante, mas que o responsável era o Sr. Raimundo Brito.

À fl. 334, consta o depoimento pessoal da preposta da reclamada, Sra. SOLANGE MONTEIRO, em que ela diz que era a pessoa responsável por dar informações acerca de ex-empregados e que em nenhum momento pediram a ela informações profissionais do reclamante por telefone.

Por todo o exposto, mantenho a sentença, que deferiu a indenização por danos morais.

No tocante aos danos materiais, já não mantenho o deliberado pelo Juízo. Destaco, desde logo, que só foram incluídas no valor fixado a título de danos materiais as despesas não pagas referentes ao pagamento de empréstimo contraído pelo

autor antes de sua dispensa da reclamada. E não vejo, pelos autos, a prova de que os empréstimos contraídos pelo reclamante tiveram por motivo a garantia do sustento próprio e de sua família, tudo em razão de não ter conseguido novo emprego, pelo ato antiético e antijurídico da reclamada. É só verificar as datas constantes nos documentos de fls. 44/47 e as datas de início e fim do contrato de trabalho do autor, assim como nascimento de sua filha e outros detalhes, como o recebimento das verbas rescisórias, a natureza do empréstimo contraído, etc.

Enfim, não há razão para culpar a demandada pelas despesas relativas aos empréstimos contraídos pelo reclamante e deferir indenização por danos materiais em razão delas.

Dou provimento ao recurso da reclamada para excluir da condenação a indenização por danos materiais.

DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - PEDIDO ALTERNATIVO DO RECURSO DA RECLAMADA E OBJETO DO RECURSO DO RECLAMANTE

Passemos à análise do valor fixado a título de compensação pelos danos morais, restando prejudicada a análise do recurso adesivo em relação aos danos materiais.

O autor, em seu recurso adesivo, pede que seja majorado o valor da indenização por danos morais. O valor pedido na inicial é de 50 vezes o maior recebido pelo autor na ré, considerando o tempo sem trabalho e o forte abalo emocional. O valor informado como maior remuneração pelo reclamante é o de R$1.629,86 mensais e a indenização pretendida é R$81.493,00.

A reclamada, alternativamente, acha exagerado o valor deferido - R$40.000,00 e pede a redução do mesmo.

Examino.

É verdade que para a fixação monetária em exame, é inafastável o grau de subjetividade, que fica a critério do Juiz. A apuração do *quantum* indenizatório é medida que se torna complexa, porque o bem lesado (neste caso, a própria honra e imagem) não se mede monetariamente, ou seja, não tem dimensão econômica ou patrimonial, havendo que se levar em conta alguns aspectos, como natureza dos bens jurídicos violados, gravidade da lesão, causa da lesão, dentre outros.

Raimundo Simão de Melo ensina que:

> "*(...) Com efeito, ao Juiz do Trabalho, com toda sua experiência no trato com as questões trabalhistas, cabe arbitrar o quantum da indenização, sem medo, sem excesso, sem arbitrariedade, mas com equilíbrio, bom senso, razoabilidade e temperança, de maneira que o valor não represente fonte de enriquecimento para a vítima nem valor meramente simbólico e irrisório para o ofensor. O valor arbitrado deve representar, para o ofendido, algo razoável e suficiente para fazer diminuir a dor, o sentimento de angústia etc., e, para o ofensor, diminuição no seu patrimônio, de tal maneira a desencorajá-lo de praticar novamente ato semelhante.(...)*"[1]

Na situação ora examinada, o empregado teve a integridade moral violada, como já dito, o que não pode deixar de ser considerado na fixação da indenização, mas não teve a sua capacidade de trabalho reduzida. É evidente que o valor da indenização não pode ser tão grande, a implicar enriquecimento sem causa do ofendido, como

[1] Melo, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético. São Paulo: LTr, 2004. p. 430.

também não pode ser tão baixo, a animar o ofensor a correr o risco de repetir a conduta reprimida (caráter pedagógico a desencorajar a reincidência da empresa), pois a reparação tem que ser digna e estabelecida em parâmetros razoáveis, condizente com cada caso concreto, variando o valor do dano moral conforme a hipótese trazida para a análise do Juiz e as circunstâncias.

Assim é que mantenho a sentença também quanto ao valor fixado para a indenização por danos morais, totalizado em R$40.000,00, por se tratar de quantia adequada à reparação da lesão moral em exame.

Nego provimento a ambos os apelos aqui.

Ante o exposto, conheço de ambos os recursos; no mérito, dou provimento parcial ao recurso da reclamada, para, reformando, em parte, a r. Sentença recorrida, excluir da condenação a indenização por danos materiais e nego provimento ao apelo do reclamante para manter a r. Sentença recorrida em todos os seus demais termos. Custas, pela reclamada, no valor de R$800,00, calculadas sobre o valor de R$40.000,00. Tudo conforme os fundamentos.

III - CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS; NO MÉRITO, AINDA À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO APELO DO RECLAMANTE, E, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXMA. DES. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA, PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MANTENDO A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS, PELA RECLAMADA, NO VALOR DE R$800,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R$40.000,00. SEM DIVERGÊNCIA, DETERMINAR, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO E INEXISTINDO PENDÊNCIAS, A DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS AS PARTES E O ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS, TUDO CONFORME FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 23 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 25/02/2011)

Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO - Relator.

****

DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA. NULIDADE. ATO DISCRIMINATÓRIO DA EMPRESA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 0161400-52.2009.5.08.0101
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTE: **CHARLES FERNANDES DOS SANTOS**
Doutor Rone Miranda Pires e outros

RECORRIDO: **ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A**
Doutor Bruno Marcos Alves

DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA. NULIDADE. ATO DISCRIMINATÓRIO DA EMPRESA. Caracteriza-se como discriminatória a despedida de empregado portador de doença genética (espondilite anquilosante), agravada por problemas gástricos decorrentes do tratamento, pouco tempo após a cessação de benefício previdenciário, por flagrante ofensa aos artigos 3º, IV e 5º, *caput* da Constituição Federal e Lei nº 9029/95.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso porque adequado, tempestivo (fls. 694/695) e subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 28). O reclamante foi isento das custas processuais (fl. 642).

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA. DOENÇA OCUPACIONAL. CONDUTA DISCRIMINATÓRIA DA EMPREGADORA. REINTEGRAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

O reclamante não se conforma com a decisão do Juízo de origem que julgou totalmente improcedente os pedidos relativos à indenização por danos morais e nulidade da despedida e reintegração nos quadro funcionais, bem como pagamento dos salários e demais vantagens contratuais, em parcelas vencidas e vincendas desde a despedida até a sua reintegração (fl. 51).

Alega que foi despedido sem justa causa durante período estabilitário, uma vez que acabara de retornar de um período de licença para tratamento de saúde.

Afirma que a reclamada, mesmo após ter tomado conhecimento de seu estado de saúde (dezembro/2007), não o encaminhou, de imediato, ao INSS, o que resultou em agravamento da doença, prova disso é que somente passou a perceber benefício previdenciário em junho/2008.

Ressalta, inclusive, que estava em fase de readaptação, sendo treinado para exercer a função de auxiliar administrativo, embora saliente que tal readaptação foi mera simulação uma vez que a empresa ofertou-lhe treinamento e poucos dias depois encerrou o contrato de trabalho.

Refuta o laudo pericial que considerou ser a doença de natureza degenerativa e de origem genética, não existindo nexo causal com as atividades exercidas, explicando que o trabalho agravou a doença, tanto assim o é que os problemas de saúde surgiram após o início das atividades laborais.

Por fim, entende que o ato de despedida foi de natureza arbitrária e discriminatória, já que o ex-empregado não poderia mais exercer as atividades para as quais foi contratado, não sendo mais lucrativo para a empregadora mantê-lo em seus quadros funcionais.

A reclamada ajuizou ação de consignação em pagamento em 26 de agosto de 2009 alegando ter o reclamante recusado a assinar o TRCT. Por sua vez, em 02 de setembro de 2009 o reclamante também ajuizou reclamação trabalhista contra a reclamada buscando indenização por danos morais e nulidade da despedida e reintegração nos quadro funcionais, bem como pagamento de salários e demais verbas trabalhistas desde a despedida até a sua reintegração à empresa.

Façamos, inicialmente, breve relato dos fatos ocorridos.

O reclamante explicou ter sido contratado em 15 de janeiro de 2007, como operador I, desempenhando tarefas relacionadas à limpeza e manutenção em geral, além de operar o equipamento "mini-pá carregadeira", sempre sujeito a riscos e principalmente excesso de peso, tanto que no decorrer do ano passou a sentir fortes dores no quadril. No final do ano sofreu uma crise aguda.

Em dezembro de 2007 (fl. 93)foi firmado o diagnóstico da doença: "espondilite anquilosante".

Conforme relatado pelo próprio reclamante a empresa o afastou das atividades laborais que exigiam esforço físico. Refere-se que durante certo intervalo de tempo ficou "encostado" realizando tarefas de natureza burocrática ou não executando qualquer tarefa. (fls. 33/34)

Laudo médico (fl. 93) acerca do real estado de saúde do reclamante foi solicitado pelo médico do trabalho da empresa em maio de 2008 (fl. 92).

Em junho de 2008, a empresa emitiu documento encaminhando o reclamante à perícia médica do INSS, solicitando o benefício previdenciário (fl. 475).

À fl. 488 consta notificação (Julho/2009) da Previdência Social à empregadora informando que o reclamante já se encontrava apto a retornar às atividades laborais desde que em ambiente e função adequados à suas condições de saúde.

Como também relatado pelo próprio autor, quando de seu retorno à empresa foi treinado para a função de auxiliar administrativo por 3 ou 4 dias (fls. 35/36) e após transcorrido esses dias, despedido sem justa causa, conforme comunicação de fl. 07, datada de 13 de agosto de 2009.

A perícia realizada (fls. 555/561) concluiu pela inexistência de nexo causal entre a doença do reclamante e as atividades laborais desempenhadas. Quanto à incapacidade (permanente) informou que ela existe para o trabalho na função para a qual foi contratado, podendo exercer outras atividades nos setores administrativos (fl. 561).

Pois bem.

Não custa relembrar que o reclamante busca a nulidade do ato de despedida e reintegração na função (com os devido pagamento das verbas trabalhistas vencidas e vincendas as quais faria jus) e indenização por danos morais.

Para fundamentar tais pedidos tenta afastar o laudo pericial que concluiu pela inexistência de nexo causal, ressalvando que a conduta da empresa em não afastá-lo imediatamente das atividades laborais encaminhando-o à Previdência Social foi fator primordial para o agravamento do seu estado de saúde, bem como demonstrar que a despedida se constituiu em ato arbitrário e discriminatório.

Observe-se que o reclamante foi admitido em janeiro de 2007 e no final do mesmo ano foi detectado sua doença. Foi afastado de suas atividades normais (como ele mesmo relatou), tendo sido encaminhado ao INSS em setembro de 2008.

Os 11 meses em que trabalhou como operador 1 e, posteriormente, quando já afastado dessa função, os outros 10 meses em que permaneceu trabalhando (embora com outras atribuições) poderiam ter agravado seu estado de saúde?

Em resposta aos quesitos das partes, a perícia médica afirmou que a "espondilite" é doença sistêmica crônica com determinação genética (fl. 558), não havendo relação entre o surgimento da doença com a atividade profissional, tanto que não é considerada doença profissional(fl. 608). Ressalta, inclusive que a doença se manifestaria independente da atividade profissional desenvolvida ante o fato genético (fl. 609), sendo mais comum na faixa de etária de 20 a 40 anos de idade (o reclamante em dezembro de 2007 tinha 23 anos). Responde, ainda, que o repouso absoluto é

recomendável nos casos de crise aguda e por curto período de tempo, além do uso de medicação e tratamento fisioterápico (fl. 559).

O laudo de fl. 93, datado de Maio/2008 explicou que o diagnóstico de "espondilite anquilosante" foi firmado em dezembro/2007 e apesar do tratamento ao qual se submeteu desenvolveu úlcera gástrica e duodenal, o que desencadeou a interrupção do tratamento e a "agudização dos sintomas dolorosos apesar da fisioterapia". Acrescentou, ainda, que a capacidade laborativa encontrava-se, portanto, comprometida, mas sem que conseguisse recuperação do quadro digestivo com o fim de retornar ao tratamento da "espondilite", poderia voltar ao trabalho em atividade que não exigisse esforço físico intenso. (fl. 93)

Ora, ante os laudos médico e pericial se conclui que o agravamento da doença não ocorreu porque continuou trabalhando (inclusive, não custa lembrar que o próprio autor relatou já estar afastado de suas funções "normais"), mas porque desenvolveu uma outra doença (úlcera) em virtude dos fortes medicamentos que precisou tomar.

É incontestável a inexistência do nexo causal, uma vez que a doença sofrida não é decorrente das atividades exercidas pelo reclamante.

Todavia, o reclamante também se insurge contra a conduta da empresa que o despediu de forma arbitrária e discriminatória.

Quanto a tal argumentação, tem razão o autor.

O conjunto probatório demonstrou a discriminação sofrida, uma vez ter sido despedido poucos dias depois de seu retorno à empresa (após a suspensão do benefício pela Previdência Social).

Lembre-se que a própria Constituição Federal protege o trabalhador contra a despedida arbitrária e sem justa causa (artigo 7º, I), proíbe qualquer tipo de discriminação (artigo 3º, IV) e assegura o princípio da igualdade (artigo 5º, *caput*).

Ante o momento histórico pelo qual passa a sociedade contemporânea e o próprio Direito que cada vez mais busca o reconhecimento, o desenvolvimento e a aplicação dos direitos fundamentais, não há mais como aceitarmos a argumentação simplista de que a despedida decorre do poder potestativo do empregador. Tal poder encontra limites, pois é mister o respeito a um conjunto mínimo de direitos.

Assim é que o direito fundamental ao trabalho e a própria dignidade da pessoa do trabalhador deverão prevalecer sobre o poder (abusivo) / interesse do empregador.

No caso em questão, a despedida, no momento em que se ultimou se constituiu em prática discriminatória tendo em vista que o autor nem sequer teve a chance de trabalhar executando outras tarefas.

A empresa utilizando-se da despedida sem justa causa, livrou-se de um trabalhador doente que não mais poderia lhe trazer qualquer tipo de lucro ou vantagem.

Não tentou aproveitá-lo em outro setor, de modo a lhe oportunizar a chance de exercer outras atribuições. Preferiu encerrar o contrato de trabalho, negando-lhe não somente a conservação de seu emprego, mas também de sua sobrevivência e dignidade.

É inquestionável que a despedida ocorreu em decorrência da enfermidade da qual é portador, ainda que sob a denominação de "sem justa causa".

Ademais é perfeitamente aplicável ao caso, como fonte supletiva, a Lei 9.029/95 que estabelece:

> "Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal."
> (...)

> Art. 4° O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre: (Redação dada pela Lei nº 12.288, de 2010)
> I - a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;

Assim é que devida a sua reintegração no emprego.

Pelo exposto, reformo a decisão de origem para tornar nula a despedida sem justa causa e, por conseguinte, determinar a reintegração do autor nos quadro funcionais da empresa, bem como pagamento dos salários e demais vantagens decorrentes do afastamento, nos termos da petição inicial.

Quanto à indenização pleiteada, pelos mesmos fundamentos já explicitados, não há como não acolhê-la.

É óbvio a existência do prejuízo moral.

Quem, em seu lugar, não se angustiaria, ao tomar conhecimento de que aos 23 anos (idade de pleno vigor físico) sofre de uma patologia genética, que o incapacita parcialmente para determinadas atividades que exigem determinado esforço físico, ou ainda, não se impressionaria ao saber que adquiriu outra doença preocupante (úlcera) em decorrência do primeiro tratamento? O que falar então da perda do emprego ante o conjunto fático apresentado?

É incontestável o dano moral sofrido e a obrigação de indenizar.

Por conseguinte, condeno a reclamada a pagar ao reclamante o valor de R$ 50.000,00 a título de indenização por danos morais.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe provimento para, reformando, em parte, a sentença recorrida 1)julgar totalmente improcedente a ação de consignação em pagamento ajuizada pela reclamada; 2) tornar nula a despedida sem justa causa e, por conseguinte, determinar a reintegração do autor nos quadros funcionais da empresa e o pagamento dos salários e demais vantagens decorrentes do afastamento, nos termos da petição inicial e 3) condenar a reclamada a pagar, ao reclamante, o valor de R$ 50.000,00 a título de indenização por danos morais. mantida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, na quantia de R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) calculadas sobre R$-70.000,00 (setenta mil reais), valor arbitrado para a condenação.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA RECORRIDA 1)JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO AJUIZADA PELA RECLAMADA; 2) TORNAR NULA A DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA E, POR CONSEGUINTE, DETERMINAR A REINTEGRAÇÃO DO AUTOR NOS QUADROS FUNCIONAIS DA EMPRESA E O PAGAMENTO DOS SALÁRIOS E DEMAIS VANTAGENS DECORRENTES DO AFASTAMENTO, NOS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL E 3) CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR, AO RECLAMANTE, O VALOR DE R$ 50.000,00 A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, VENCIDA A DOUTORA MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO,

REVISORA, QUE REDUZIA PARA R$20.000,00 (VINTE MIL REAIS) O VALOR A SER PAGO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANTIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS, PELA RECLAMADA, NA QUANTIA DE R$-1.400,00 (UM MIL E QUATROCENTOS REAIS) CALCULADAS SOBRE R$-70.000,00 (SETENTA MIL REAIS), VALOR ARBITRADO PARA A CONDENAÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 1º de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 15/02/2011)
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR, Juíza Relatora.

****

DIREITO DE DEFESA É DIREITO FUNDAMENTAL DE TODO E QUALQUER CIDADÃO. AO ACUSADO DEVE SER ASSEGURADA A OPORTUNIDADE DE SE DEFENDER APRESENTANDO O CONTRADITÓRIO, SEM O QUAL NÃO HÁ DEFESA.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ªT./RO 0011100-09.2009.5.08.0124
RELATOR: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

RECORRENTES: **SOURCETECH QUÍMICA LTDA.**
Advogado(s): Dr. Carlos Fernando Neves Amorim e outros, fls. 184.
E
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador: Dr. João Filipe Moreira Lacerda Sabino

RECORRIDOS: **OS MESMOS**
E
SOURCEHOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA.
TECGEN COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
ALBERT HEINRICH HARM BERGDOLT
ROBERTO SERSON
Advogado(s): Dr. Carlos Fernando Neves Amorim e outros, fls. 199, 207, 215 e 216.

DIREITO DE DEFESA É DIREITO FUNDAMENTAL DE TODO E QUALQUER CIDADÃO. AO ACUSADO DEVE SER ASSEGURADA A OPORTUNIDADE DE SE DEFENDER APRESENTANDO O CONTRADITÓRIO, SEM O QUAL NÃO HÁ DEFESA. Ao estabelecer o princípio da proteção judiciária, dispondo que *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito"* (art. 5º, XXXV) a Constituição brasileira eleva a nível de direito fundamental tanto o direito de ação como o direito de defesa, face e verso da mesma medalha. Como decorrência do devido processo legal, a Constituição assegura aos litigantes e aos

> **acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, LV). Em verdade a Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 incorporou o princípio previsto no art. XI, nº 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos,de 10.12.1948, segundo o qual *"todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa".* Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens, sem que lhe seja propiciada a produção da ampla defesa. E esta só poderá efetivar-se em sua plenitude com o estabelecimento da participação ativa e contraditória dos sujeitos parciais em todos os atos e termos do processo. Sem esta oportunidade, restará violado o art. 5º, LV, da Constituição da República Federativa do Brasil.**

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Do conhecimento.
Conheço dos recursos, porque atendidos todos os pressupostos de admissibilidade.

Informação necessária.
Ao ensejo do julgamento dos recursos, como haviam 2 (duas) preliminares a serem apreciadas, houve uma breve discussão sobre a precedência dos assuntos. Se a *preliminar de ilegitimidade* precederia, no julgamento, a *preliminar de nulidade do processo*. Prevaleceu o entendimento de que a *preliminar de nulidade* deveria ser examinada em primeiro plano. E assim foi feito.

Da preliminar nulidade do processo.
A empresa recorrente, *data venia,* numa impropriedade terminológica, pede ***"o acolhimento da preliminar arguida, para declarar a nulidade da r. sentença prolatada"*** (fls. 293), muito embora, pela argumentação que apresenta, sua intenção seja pleitear a nulidade do processo, até porque, se fosse o caso, anular a sentença implicaria em determinar que outra sentença fosse feita de forma correta e certamente que não é isso que a empresa deseja, o que ela quer é ter a oportunidade de apresentar contestação e produzir provas de suas alegações e isso só será possível com a declaração da nulidade do processo, o que até pode levar a nulidade da sentença, ao passo que a nulidade desta anula apenas esse ato e não o processo ou parte dele.
Feito o registro, e uma vez definido o conteúdo desta preliminar, vejamos as alegações da recorrente para justificar sua pretensão.
Diz a empresa que de uma fiscalização realizada *"pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Rodoviária Federal e Procuradoria do Trabalho, na região do rio Tiborna e das serras do Inferno Verde e Ximbioá, surgiram autos de infração e a presente ação para a tentativa de reconhecimento de vínculo de emprego entre aqueles empregados e a ré"*, fls. 285 e 286.
Que após ter sido concedida liminar, em Medida Cautelar, determinando bloqueio de bens e valores dos reclamados foi designado audiência de instrução e

julgamento para o dia **13 de maio de 2009**, mas depois que foi cassada a liminar que determinava os bloqueios, a audiência foi antecipada para o dia **6 de março de 2009, às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos.** Que apesar disso não houve irresignação das reclamadas, que se dirigiram à cidade de Marabá (PA) no dia **5 de março de 2009,** com passagem marcada para às 6 (seis) horas e 30 (trinta) minutos do dia **6 de março de 2009** para a cidade de Xinguara no estado do Pará onde se realizaria a audiência. Que todavia, nesse dia **6 de março de 2009** não foi possível a ida para Xinguara (PA), uma vez que as condições do tempo não permitiram que a aeronave, fretada pelas reclamadas, levantasse voo, fato documentado pelo Infraero que teve conhecimento da situação. Que na oportunidade os advogados das empresas fizeram contato com o Juiz em exercício na Titularidade da Vara do Trabalho de Xinguara (PA), ocasião em que foi questionada a viagem por via terrestre, mas que havia notícia de que a estrada estava interditada, o que foi comprovado pela juntada de jornal daquele dia. Que apesar de tudo isso, foi aplicada a revelia e a pena de confissão quanto a matéria de fato, com a comunicação pelo magistrado de primeiro grau, via telefone, que abriria prazo para que as empresas apresentassem prova documental dos fatos para uma possível reconsideração do que havia sido decidido. Que as empresas, apesar de exíguo tempo, propuseram o pedido de reconsideração acompanhado de vasta documentação para comprovação do alegado. Que em **17 de abril de 2009** o pedido de reconsideração foi indeferido pelo magistrado que presida o órgão. Que o magistrado não agiu de forma correta, uma vez que a comprovação da impossibilidade de comparecimento das reclamadas em audiência é ampla e irrefutável. Que a apreciação do pedido de reconsideração só foi feita após a impetração de mandado de segurança, no qual o TRT determinou que o magistrado decidisse o pedido. Que resta claro que o Juiz de primeiro grau feriu frontalmente o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório. Que diante de todas as provas que foram carreadas para os autos, demonstrando a impossibilidade de comparecimento das reclamadas e seus patronos à audiência, que inclusive foi antecipada por mais de 2 (dois) meses, pede o acolhimento da preliminar para declarar a nulidade do processo, em razão de nítida ocorrência de cerceamento do direito de defesa previsto no art. 5º, LV, da Carta Magna (fls. 285 a 293).

De acordo com o termo de autuação da reclamação, datado de 2 de fevereiro de 2009 e que encontra-se às fls. 156 destes autos, foi designado o dia **13 de maio de 2009, às 10:20 horas,** para audiência de conciliação e julgamento.

Coincidência ou não, esse mesmo dia **13 de maio** só que do ano de 1888, foi o dia em que Dona **Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon,** a princesa Isabel, com uma pena de ouro cravejada de brilhantes, adquirida por subscrição popular e usada aquela única vez, assinou uma lei com apenas 2 (dois) artigos. O primeiro dizia: "É declarada extinta a escravidão no Brasil" e o segundo estabelecia: "Revogam-se as disposições em contrário".

Essa lei, a Lei Áurea, de acordo com o saudoso jurista e professor **Mozart Victor Russomano,** foi a lei trabalhista mais importante até hoje promulgada no Brasil.

Pois bem, na folha seguinte (157) há uma certidão datada de 19 de fevereiro de 2009, dizendo o seguinte:

> *"CERTIFICO que para adequação de pauta e por determinação verba do Juiz Titular desta Vara, Dr. Igor Cardoso Garcia, foi antecipada a audiência inaugural dos presentes autos para o dia 06/03/2009, às 09h30m.*
> *O referido é verdade. Dou fé".*

No dia hora designados realizou-se a audiência, constando do termo (fls. 175 e 175v) o registro de que *"AUSENTES OS RÉUS, devidamente notificados, conforme comprovantes*

dos correios de fls. 166-173. Em face da ausência injustificada dos demandados, o Juízo os DECLARA REVÉIS, eis que ausente o ânimo de defesa e os considera CONFESSOS QUANTO À MATÉRIA DE FATO nos termos do art. 844 da CLT e art. 319 do CPC".

Após o registro de que a primeira proposta de conciliação ficou prejudicada e a fixação do valor da causa e a dispensa do depoimento dos trabalhadores, consta do termo que *"face as alegações dos patronos dos demandados de não comparecimento por motivo de força maior (bloqueio na PA-150 pelo MST e falta de condições de voo de Marabá para Xinguara), mediante ligações telefônicas e fax recebido nesta data (às 10h07), concedo a estes o prazo de 48 horas para comprovação de mencionadas alegações, sob pena de manutenção da declaração de revelia e consideração de confissão quanto à matéria fática.§ A secretaria para certificar junto a polícia rodoviária e empresas de transporte da região a veracidade da alegação dos patronos dos demandados de que a estrada de Marabá para Xinguara (PA-150) está bloqueada por membros do Movimento dos Sem terra - MST",* fls. 175v.

O senhor Oficial de Justiça cumpriu a diligência determinada tendo certificado o seguinte:

> "Certifico que em cumprimento a determinação do Exmo. Juiz do Trabalho desta Vara, Dr. Igor Cardoso Garcia, em diligências na cidade com a finalidade de verificar provável bloqueio da Rodovia PA 150 no trecho compreendido entre as cidades de Marabá - Xinguara, obtive como resultado de tais diligências, as seguintes informações: Às 9h55min, em contato com o Subcomandante do Batalhão de Polícia Militar de Xinguara - Major Luiz, Comandante em exercício, fui informado que tal militar, assim como seu Batalhão, ignora algum bloqueio da estrada, mas entraria em contato com Marabá a fim de confirmar ou não a informação, respondendo, após alguns minutos, através de sua secretária, Letícia, que o Tenente Holanda do Batalhão de Marabá, negou a existência de bloqueio. Às 10h15min, obtive do próprio Major Luiz a ratificação de tais informações prestadas por sua secretária. Às 10h30min o funcionário da Empresa Transbrasiliana - Douglas - negou a existência do bloqueio na supramencionada Rodovia, confirmando que ônibus da empresa haviam percorrido o trecho Marabá - Xinguara sem qualquer incidente. Finalmente, às 11h35, a Cooperativa de Transportes Alternativos responsável pela linha Marabá - Xinguara, na pessoa de sua funcionária Francilene Pereira Marinho, garantiu que não há qualquer bloqueio da Rodovia Pa 150 no trecho Marabá - Xinguara, inclusive ocorreu a chegada de um veículo às 11hs de hoje, motorista conhecido como Bigode, que declarou ter feito o trajeto sem qualquer obstáculo dessa espécie. Era o que tinha a relatar sobre a diligência. Certifico para apreciação. O referido é verdade e dou fé", fls. 176.

Pelo expediente de fls. 219 a 228, as reclamadas pediram *"reconsideração do despacho que aplicou a revelia, elidindo-a e marcando-se nova data para apresentação de defesa em audiência de instrução e julgamento",* fls. 227.

Com esse expediente foram apresentados vários documentos, como bilhete eletrônico de passagem aérea, reserva de hotel, comprovante de "fretamento de aeronave bimotor seneca III no trecho Marabá/Xinguara/Marabá, com ida designada para o dia 6 de março de 2009 às 6:15horas e volta no mesmo dia 6 de março de 2009 em horário a combinar. Um expediente da empresa SETE Táxi Aéreo, datado de 6 de

março de 2009, dizendo que *"venho através deste, relatar que o voo **Marabá/Xinguara/Marabá*** contratado pela empresa Amazônia 21 viagens e turismo, para transportar os passageiros Carlos Fernando Neves Amorim, Dr. Rui Guilherme Carvalho de Aquino, preposto da empresa Devanir Antonio Chesta, que seria efetuado no dia 06/03/09 as 0630 não pode ser efetuado devido as condições do tempo em Xinguara, checado pela a coordenação de voos da SETE TÁXI AÉREO juntamente com o tripulante Willian Augusto Joenck (102732 código da ANAC) que até as 08:30 não obteve melhora". Cópia de 2 (duas) páginas do jornal "O Liberal", do dia 6 de março de 2009, onde há uma matéria com o título "MST envia mais 40 para Marabá" e ainda cópias de cartões de embarque em aeronave da empresa TAM no trecho Belém/Marabá no dia 5 de março de 2009, com voo marcado para às 13:35 horas (fls. 219 a 238).

Esses são os fatos e as provas apresentadas com o propósito de demonstrar que houve cerceamento do direito de defesa, o que, no entender da empresa recorrente, impõe a declaração de nulidade do processo.

Ao estabelecer o princípio da proteção judiciária, dispondo em seu art. 5º, XXXV, que *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito"* a Constituição brasileira eleva a nível de *direito fundamental* tanto o direito de ação como o direito de defesa, face e verso da mesma medalha.

Como decorrência do *devido processo legal*, a Constituição assegura aos litigantes e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, LV).

Em verdade a Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 incorporou o princípio previsto no art. XI, nº 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos,de 10.12.1948, segundo o qual *"todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa".*

Os reclamados, todos, tem domicílio no Estado de São Paulo (ver fls. 01 e 02) onde foram notificados para audiência de instrução e julgamento. Mesmo tendo ocorrido a antecipação desse ato processual (ver despacho de fls. 157), eles tomaram todas as providências para se fazerem presentes no dia, hora e local determinados. Compraram passagens para o preposto e para 1 (um) advogado no trecho São Paulo (SP) Brasília (DF) e Brasília (DF) Marabá (PA) e para outro advogado no trecho Belém (PA) Marabá (PA) e nesta última cidade eles chegaram no dia anterior ao designado para audiência com hospedagem no hotel Del Príncipe (fls. 228 a 231 e 238). De Marabá (PA) para Xinguara (PA), local da audiência, a viagem seria feita por meio de um Táxi Aéreo fretado com antecedência e com essa finalidade (fls. 232 a 234). Ocorre que no dia da viagem de Marabá (PA) para Xinguara (PA) a aeronave não pode decolar por causa do mau tempo. Diante dessa situação eles tentaram fazer o percurso por via terrestre, mas foram avisados que a estrada que dá acesso a Xinguara (PA), naquele dia, estava bloqueada em razão de um movimento dos sem terras (ver noticiário de jornal, fls. 237). No momento em que estava se realizando a audiência os advogados dos reclamados fizeram um contato telefônico com o magistrado que presidia a audiência, ocasião em que relataram esses fatos para justificar a ausência. Foi concedido um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que eles comprovassem as alegações.

Ao apresentarem os documentos com o intuito de provar os fatos alegados, os reclamados fizeram um pedido de reconsideração, que foi indeferido pela decisão de fls. 253 a 254v.

As razões constantes do presente recurso, parecem justificar o reconhecimento da *plausibilidade jurídica* da pretensão.

Com efeito, observo que, ao contrário do que foi sustentado na decisão que não relevou a revelia, os reclamados demonstraram a intenção de se defender, as provas que vieram para os autos demonstram isso. Por essa razão penso que os fundamentos em que se apoia as razões recursais, revestem-se de relevo jurídico, pois concernem ao exercício - alegadamente desrespeitado - de uma das garantias essenciais que a Constituição da República assegura a qualquer réu ou reclamado, notadamente em sede de direito processual.

O Estado-Juiz não pode exercer a sua autoridade, em especial no exercício da jurisdição, desconsiderando o postulado constitucional da *plenitude da defesa*, pois o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida imposta pelo Poder Público - de que resultem consequências gravosas no plano dos direitos e garantias individuais - exige a fiel observância da garantia básica do *devido processo legal* (CF, art. 5º, LV).

Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens, sem que lhe seja propiciada a produção da ampla defesa. E esta só poderá efetivar-se em sua plenitude com o estabelecimento da participação ativa e contraditória dos sujeitos parciais em todos os atos e termos do processo. Sem esta oportunidade, restará violado o art. 5º, LV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A *Região Amazônica* é um Brasil diferente. Aqui no Estado do Pará o acesso a Justiça tem um significado maior, porque abarca também as dificuldades de locomoção, de meio de transporte e de comunicação. Esses fatores não podem deixar de ser levado em consideração quando se examina uma situação como a destes autos. Aqui as distâncias não são medidas por quilometragem, mas por hora de voo ou horas de barco ou por horas de canoa a remo ou motorizada. A duração de uma viagem de um município a outro, depende muito do bom humor da mãe natureza, porque em pleno verão pode desabar uma borrasca (o famoso temporal com chuva) daquelas que nem urubu fica no galho da árvore.

O caso em exame, no meu sentir, se enquadra nessas circunstâncias. Xinguara é um município paraense que adquiriu essa condição no dia 13 de maio de 1982. Localiza-se na região sul do Estado mas precisamente no entroncamento das rodovias PA-150 e PA-279 que levam aos rios Xingu e Araguaia de cuja junção surgiu o seu nome. O acesso ao local é difícil, pois não há transporte aéreo com regularidade e por via terrestre as estradas são precárias.

De qualquer sorte os reclamados tentaram ali chegar a tempo de participar da audiência, apresentando suas defesas e produzindo as provas necessárias à instrução do feito. Mas, pelos motivos já registrados, nada disso foi possível e o magistrado que, por se encontrar provisoriamente na titularidade do órgão, presidiu essa fase do processo, não acolheu as razões apresentadas e com isso não concedeu uma nova oportunidade para apresentação do contraditório e da ampla defesa.

Penso, por tudo que já registrei, que os reclamados tiveram esse direito violado. E penso mais: o próprio autor da ação, Ministério Público do Trabalho, que tem como uma de suas funções institucionais, *zelar pelos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia* (CF/art. 129,II), preferia, como prefere, que os reclamados tenham oportunidade de exercitar o sagrado direito de defesa, porque só assim a verdade real será esclarecida.

Por tudo isso, acolho a preliminar e declaro a nulidade do processo exclusive a petição inicial, devendo o processo ser incluído em pauta para audiência, na qual os reclamados poderão apresentar defesa e produzir as provas que puderem ser admitidas, seguindo-se nos ulteriores de direito.

ANTE O EXPOSTO, conheço dos recursos; acolho a preliminar de nulidade arguida pela reclamada e declaro nulo o processo, exclusive a petição inicial, devendo o processo ser incluído em pauta para audiência, com a notificação das partes, ocasião em que os reclamados poderão apresentar defesa e os litigantes, se desejarem, produzirão as provas que puderem ser admitidas, seguindo-se nos ulteriores de direito. Tudo de acordo com a fundamentação. Custas ao final.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, unanimemente, conhecer dos recursos; sem divergência, acolher a preliminar de nulidade arguida pela reclamada e declarar nulo o processo, exclusive a petição inicial, devendo o processo ser incluído em pauta para audiência, com a notificação das partes, ocasião em que os reclamados poderão apresentar defesa e os litigantes, se desejarem, produzirão as provas que puderem ser admitidas, seguindo-se nos ulteriores de direito. Tudo de acordo com a fundamentação. Custas ao final.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 15 de dezembro de 2010. (Publicado no DEJT em 28/01/2011)

JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES, Desembargador Relator.

****

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DO PROCESSO E DO TÍTULO EXECUTIVO POR VÍCIO DE CITAÇÃO INICIAL. AGRAVO DE PETIÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 0074100-40.2009.5.08.0008
RELATORA: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO

AGRAVANTE: **PEM ENGENHARIA LTDA.**
Dr. Paulo Roberto Vigna

AGRAVADO: **PAULO VILBERTO FERREIRA BARROS**
Dr. Fernando Conceição do Vale Corrêa Junior

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DO PROCESSO E DO TÍTULO EXECUTIVO POR VÍCIO DE CITAÇÃO INICIAL. AGRAVO DE PETIÇÃO. Comprovado, nos autos, que a Executada não se encontrava em lugar incerto e não sabido, nos termos indicados na petição inicial, mas sim no mesmo domicílio constante do TRCT, ocorrência devidamente corroborada por informação do instrumento de alteração contratual carreado quando da oposição de Embargos do Devedor, há que se reconhecer a nulidade da notificação realizada pela via editalícia, e, por consequência, a nulidade do processo, por restar configurado o cerceamento de defesa.

Recurso a que se dá provimento, para declarar a nulidade do processo a partir da notificação inicial. Recurso provido.

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do Agravo de Petição interposto, porque cumpridos os pressupostos de admissibilidade: é adequado, tempestivo, subscrito por advogado habilitado nos autos, Fl. 54v, a execução está garantida e não há necessidade de delimitação de valores, ante a matéria debatida.

2.2 MÉRITO

2.2.1 PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO. VÍCIO NA CITAÇÃO INICIAL

Ratifica a Executada a nulidade do processo, asseverando que fora intimada, acerca da pretensão do autor, em fase de conhecimento, pela via editalícia, o que lhe trouxe prejuízo, nos termos do art. 794/CLT, porque sofreu constrição patrimonial, sem sequer ter participado da fase cognitiva.

Faz alusão às disposições do art. 232 e 231, I e II, do Código Civil, e enfatiza que o Agravado sabia de seu paradeiro, "pelo fato de possuir em seu TRCT o número do CNPJ/MF da matriz da companhia" e que, em inobservância ao que estabelecem os artigos aludidos, não há certidão de Oficial de Justiça atestando que a empresa encontrava-se em lugar incerto e não sabido.

Vejamos.

Desde a inicial, postulou o reclamante que a reclamada fosse intimada por edital, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, o que foi atendido pelo Juízo de origem, na sessão que seria a inaugural, Fl. 11.

A Agravante sustenta que não estaria, na data do ajuizamento da reclamação, em 28/05/2009, em lugar incerto e não sabido, como assinalado na exordial, e que seu endereço seria aquele constante do TRCT juntado com a exordial, Fl. 07, qual seja, Setor Comercial Sul Quadra 1 Bloco K nº 30, Ed. DENASA, Asa Sul, CEP 71.398-900, Brasília/DF.

Ao compulsar os autos, verifico que o endereço que consta da procuração dos advogados é Rua Dona Elisa Flaquer nº 233, sala 62A, CEP 09020-160, Centro, Santo André/SP. Outro endereço da executada consta nos autos, sito na Rua Dr. Luís Góes nº 1780, CEP 04043-900, São Paulo/SP, Fls. 55/57, e por ela ficou provado que em 28/11/2005, transferiu a sede da sociedade da Rua Luís Góes para o Setor Comercial Sul Quadra 1 Bloco K nº 30, Ed. DENASA, Asa Sul, CEP 71.398-900, Brasília/DF, logradouro que coincide o que foi informado no TRCT acostado com a exordial.

Portanto, a reclamada não poderia ter sido intimada pela via editalícia, já que não criara embaraços para ser intimada, nos termos do art. 841, § 1º, da CLT, tendo o Juízo "a quo" agido de forma açodada, já que não atentou aos informes constantes dos documentos que vieram com a exordial.

Assim é que toda a tramitação processual ficou inquinada de vício, a partir do momento em que o Juízo *a quo*, de forma precipitada, com base em informação imprecisa do autor, não diligenciou no sentido de verificar o real paradeiro dá ré, o que era ônus dele, autor, determinando a notificação da reclamada por Edital.

A nulidade dos atos processuais nesta seara deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber a parte falar nos autos, sob pena de preclusão, consoante o art. 795, da CLT. No caso concreto, a Agravante somente teve chance de manifestar-

se através dos Embargos do Devedor, após ter sido cientificada da penhora que recaiu sobre dinheiro existente em sua conta bancária, através do sistema *on line*. Portanto, alegou a nulidade na primeira oportunidade que teve para manifestar-se.

Resta evidenciado, portanto, o prejuízo causado à executada, que não teve chance de apresentar resposta à pretensão do autor, sendo então declarada revel e confessa quanto à matéria de fato, formando-se o título executivo, Fls. 14/20, em infringência aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, art. 5º incs. LIV e LV, ambos da CF.

Vale ressaltar que a ata de audiência do Processo 0022500-68.2009.5.08.0011, juntada com as razões de contrariedade do reclamante ao recurso da reclamada, Fls. 68/69, não convence quanto à suposta localização incerta e não sabida da executada.

Primeiro, porque o reclamante naquele processo fora assistido pelo mesmo advogado que firmou a inicial do presente feito, o que significa que pode ter havido a mesma falta de cuidado do interessado em diligenciar quanto ao correto endereço da demandada. Em segundo lugar, porque constou do Aviso de Recebimento da notificação inicial o informe, pelos Correios, de que a reclamada mudara de domicílio, ocorrência que de modo algum pode reforçar o entendimento de que a reclamada não estava em lugar incerto e não sabido. Por derradeiro, naquela ocasião não houve prejuízo à empresa, porque o reclamante não apresentou o endereço correto da reclamada e o juízo determinou o arquivamento do processo.

Diante do vício a macular o processo, declaro a nulidade deste, a partir da notificação para comparecimento à audiência inaugural - aproveitando-se apenas a petição de ingresso, Fls. 01/05 -, devendo os autos baixarem para o Juízo de origem, para os ulteriores de direito.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe provimento para declarar a nulidade do processo, a partir da notificação para comparecimento à audiência inaugural, devendo os autos baixarem para o Juízo de origem, para os ulteriores de direito, tudo conforme os fundamentos. Custas ao final.

3 CONCLUSÃO

ISSO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDA A EXMA. DESEMBARGADORA ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA, REFORMANDO A DECISÃO RECORRIDA, ACOLHER A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO, A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO INICIAL, DEVENDO OS AUTOS BAIXAREM PARA A VARA DE ORIGEM, PARA OS ULTERIORES DE DIREITO, COM A COMINAÇÃO DE CUSTAS AO FINAL, TUDO DE ACORDO COM OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 23 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 09/03/2011)

MARY ANNE A CAMELIER MEDRADO, Desembargadora Relatora.

****

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. SUCESSÃO.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 0000113-80.2010.5.08.0122
RELATORA: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO

RECORRENTE: **TAPAJÓS ALIMENTOS LTDA.**
Dr. Paulo Bosco Miléo Gomes Vilar

RECORRIDO: **OCIVALDO GOMES FERREIRA**
Dr. Raimundo Nivaldo Santos Duarte

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. SUCESSÃO. Resultou comprovada a sucessão entre as empresas, embora de maneira atípica, pela via do arrendamento, já que por esse contrato houve a retomada das atividades realizadas no parque fabril da unidade econômica onde o reclamante trabalhava antes da suspensão do contrato em face de acidente de trabalho, passando a sucessora a explorar a mesma atividade econômica da sucedida, compondo seu quadro com empregados desta, que continuaram a trabalhar quase que imediatamente para a arrendatária, na mesma função, como ocorreu com a preposta da reclamada, que foi recontratada exercendo as mesmas atividades da empresa sucedida.

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do Recurso Ordinário, porque cumpridos os pressupostos para sua admissibilidade: é adequado, tempestivo, subscrito por advogado habilitado nos autos (Fl. 74), estando correto o preparo, com depósito recursal e o recolhimento das custas (Fls. 158/159).

2.2 MÉRITO

2.2.1 PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO. CERCEAMENTO DE DEFESA

Pretende a Reclamada a anulação do processo desde a realização da audiência de instrução e julgamento, alegando que Juízo de 1º Grau indeferiu seu pedido de chamamento à lide da empresa SELETTO ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA., que seria a legítima empregadora do Reclamante.

Afirma que o chamamento da empresa seria fundamental para o deslinde da demanda, tendo em vista ser dela a obrigação de arcar com as parcelas trabalhistas que porventura fora inadimplidas. Aduz que o artigo 5º, LV da Constituição Federal, que garante os princípios do contraditório e da ampla defesa, fora afrontado e pede seja determinado o chamamento à da massa falida da empresa SELETTO, e o retorno dos autos à Vara de origem para realização de nova audiência de instrução e julgamento.

Vejamos.

Em respeito à regra processual inscrita no art. 2º, do CPC, o autor não é obrigado a demandar contra quem não deseja.

No caso ora apreciado, o Reclamante ajuizou a presente reclamatória em face da Reclamada,ao fundamento de que ela seria a sucessora de sua antiga empregadora, SELETTO ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA., apresentando as razões fáticos que entende justificar o pedido.

Não vejo como prosperar a nulidade arguida pela reclamada, para que esta possa, de algum modo, demonstrar a responsabilidade da sucedida, porque isso equivale a apreciar lide entre empresas para se saber o quinhão devido para cada qual. A apreciação de lide dessa natureza refoge à competência material da Justiça do Trabalho, haja vista que a sucessora, porventura condenada ao pagamento de haveres trabalhistas a cargo da sucedida, tem a faculdade de propor ação regressiva contra esta, no foro comum.

Além do mais, na data do desligamento, em 04/07/2008, operava plenamente a reclamada no estabelecimento, como se descreveu acima, e não há como, por via transversa, admitir que a sucedida componha o polo passivo, já que o reclamante é o único detentor do direito de recorrer contra decisão que exclua um possível devedor subsidiário ou solidário.

Rejeito a preliminar.

2.2.2 PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

Suscita a Reclamada a sua ilegitimidade passiva no presente feito, porque jamais foi empregadora do Reclamante e não pode ser responsabilizada pelo que não deu causa.

Aduz que a prova documental evidencia que o Autor foi contratado pela empresa VARIG AGROPECUÁRIA, que teve como sucessora a SELETTO ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA., empresa da qual a Reclamada apenas arrendou um abatedouro nesta cidade.

Mantenho a decisão que rejeitou a preliminar, que se confunde com a questão da sucessão acima examinada, ratificando as considerações acima feitas, quando se apreciou a nulidade do processo.

A simples indicação da Reclamada, ora Recorrente, como devedora da relação jurídica material, como sucessora da ex-empregadora do Reclamante, é suficiente para legitimá-la a figurar no polo passivo da ação.

Já se esclareceu que se ela deve ou não responder pelos créditos trabalhistas do autor e se existe possibilidade jurídica de se imputar tal responsabilidade à mesma, são questões vinculadas ao mérito da ação.

2.2.3 INEXISTÊNCIA DE SUCESSÃO DE EMPREGADORES. VÍNCULO DE EMPREGO

Alude a recorrente que jamais existiu a sucessão entre empregadores, porque tão-somente arrendara uma propriedade da empresa Seletto, o abatedouro de aves, quando de sua falência; que ao contrário do que fora exposto em sentença, não houve continuidade dos contratos de trabalho e a atividade empresarial da suposta sucedida não foi mantida.

Assevera que, por ocasião do arrendamento, promovera inúmeras reformas no abatedouro para que voltasse a funcionar, o que em seu entender demonstra que não houve continuidade no serviço, ressaltando que para caracterização da sucessão de empregadores, deve restar configurada a transferência da unidade econômico-jurídica e a continuidade na prestação laborativa.

Sem razão.

Informou o autor, também na inicial, que laborara para a sucedida no período de 05/07/1998 a 28/03/2002 que em 29/03/2002 sofrera acidente de trabalho e que

desde então estaria em gozo de benefício previdenciário. Disse que em 31/05/2005 fora considerado - equivocadamente segundo ele - apto para o trabalho e que em 01/06/2005 comparecera ao estabelecimento, sendo atendido por empregado da sucessora, porque o processo de sucessão estava em andamento, tendo sido encaminhado para médico do trabalho o qual o considerara inapto ao trabalho e então, encaminhado ao INSS, permanecendo afastado de suas atividades até 04/07/2008.Concluiu, que ao se apresentar novamente para o serviço, fora dispensado pela reclamada.

Na defesa, a empresa reclamada afirmou desconhecer o reclamante, e requereu o chamamento à lide de SELETTO ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA., alegando que o único vínculo entre as empresas seria o contrato de arrendamento feito para ocupação do parque industrial da filial da empregadora do reclamante, fornecendo então o endereço desta, na Rua Rogaciano Santana nº 138, Bairro Rio Doce, CEP 53.050-270, Olinda, Pernambuco.

Noticiou que a empregadora do reclamante teria sido por ela convocada em Juízo, no Processo 990-2009-122-08-00-8, e que a preposta da empresa denunciada comparecera à Vara do Trabalho na audiência inaugural, mas que houve desistência na ocasião, conforme documentos de Fls. 91/101.

Ora, desde a inicial, o reclamante indicou o endereço da empresa dita sucedida, narrando ter havido sucessão pela reclamada com o arrendamento da empresa sucedida, e que logo em seguida esta teria adquirido todo o acervo patrimonial daquela.

Mediante o contrato juntado às Fls. 102/111 fica evidenciado que a reclamada subarrendou em 16/01/2004 de JP TRANSPORTES E AGROPECUÁRIA AVÍCULA as instalações fabris que pertencem à empresa SELETTO ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, conforme descrito no item 4 do contrato, Fls. 104, e ora vigorando por prazo indeterminado. Resta claro que nessa data esta última não estava em estado de falência ou o que o valha.

Na data do desligamento do reclamante do emprego, em 04/07/2008, operava plenamente a reclamada no estabelecimento, como se descreveu acima. E, nesse sentido, dispõe o art. 10/CLT:

> "Art. 10 - Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados."

A alteração jurídica a que faz alusão a lei não pode ser restringida, haja vista que o trabalhador, na continuidade do serviço, não tem condições de avaliar qual seria a modalidade do trato entre os capitães da indústria para manter em atividade empresarial. Essas alterações, portanto, podem contemplar modificações subjetivas na figura do empregador. Ocorre também sucessão de empregadores quando a organização detentora dos fatores de produção (recursos naturais, trabalho e capital), é transferida de um titular para outro, por um ato de vontade, como se verifica pelo contrato às Fls. 102/111, embora sucessão atípica.

Elucidativo da situação de ignorância do empregado comum diante das transações realizadas pelas cúpulas das empresas é o teor do depoimento da testemunha Raul Viana Ramos, Fls. 132v, indicado pelo reclamante: "*que sabe que quem começou a funcionar nas instalações foi a reclamada por conta de fofocas dentro da empresa*". Se a testemunha, que estava na empresa por ocasião do arrendamento nada sabia, seria exigir demais do empregado afastado, por estar recebendo benefício previdenciário.

O fato de a reclamada, empresa sucessora, arrendar a propriedade com todo o ativo fixo imobilizado (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios, computadores, veículos, tratores), porém não detendo o domínio pleno do conjunto de bens arrendados, mas apenas a posse - que é plena -, não afasta a hipótese de sucessão trabalhista.

Tampouco a lei se compadece com o destino da empresa sucedida, porquanto a ela interessa o fato de o autor ter passado a prestar serviços para a sucessora, sem qualquer solução de continuidade em seu contrato de trabalho.

Os depoimentos colhidos nos autos, em especial o da preposta indicada pela empresa, Fls. 132 e verso, abonam a tese da sucessão de empregadores, já que também pela prova oral ficou comprovado que a reclamada assumiu sem restrições todo o parque fabril da empresa SELETTO, bem como admitiu quase que imediatamente empregados da sucedida, permanecendo com as mesmas atividades empresariais, ligadas ao abatedouro de aves.

É certo que, como já se disse, houve uma sucessão atípica, vez que a empresa SELETTO continua a ser a proprietária dos bens arrendados, mas a questão aqui é bem outra, porque, em reforço ao previsto no art. 10, da CLT, o art. 448 dispõe:

> *Art. 448 - A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.*

O legislador, inclusive no âmbito constitucional, consoante a disposição do art. 7º, I, da Carta Política, que recepcionou, sem restrições os artigos 10 e 448, da CLT, antes transcritos, teve por intenção conceder ao empregado a faculdade de voltar-se contra aquele que possuir a empresa (no sentido de empreendimento), a fim de obter garantias seguras quanto ao recebimento dos créditos alimentares.

Logo, ao revés do que assinalado no recurso, na sucessão trabalhista que exsurge na presente demanda estão presentes os dois requisitos para a configuração deste instituto, quais sejam, a mudança de titularidade da unidade econômico-jurídica e a continuidade dos serviços nas mesmas instalações da sucedida.

Vale realçar que, na concepção do instituto em tela - sucessão de empregadores - resta configurada mesmo que os bens que constituem a organização empresarial não sejam de propriedade do seu novo titular, como ocorre *in concreto*. A legislação tem por escopo resguardar o trabalhador, tido como hipossuficiente, dos riscos do negócio ou até de atos fraudulentos praticados com o fito de impedir a aplicação dos preceitos consolidados ou impossibilitar a cobrança de seus créditos, em tudo observada a regra imposta nos arts. 8º e 9º da CLT.

Como já se mencionou, não está aqui a promover-se a liberação da responsabilidade o empregador sucedido, pelo que caso se interesse, o sucedido tem direito regressivo contra este, pelas leis civis.

Mantenho a sentença, no particular.

2.2.4 PARCELAS DEFERIDAS

Requer a reclamada a reforma da sentença para que seja afastada a sucessão, e indeferidas as parcelas de baixa na CTPS, férias, 13º salário proporcionais, aviso prévio, indenização estabilitária, FGTS mais 40% e indenização pela não concessão das guias de seguro-desemprego.

Mantida a r. Sentença que reconheceu a sucessão entre as empresas e, sendo esse o único argumento apresentado pela reclamada em suas razões recursais, não há o que ser revisto com respeito à condenação nas parcelas de baixa na CTPS, férias, 13º salário proporcionais, aviso prévio, indenização estabilitária, FGTS mais 40% e indenização pela não concessão das guias de seguro-desemprego.

2.2.5 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Ao final, argumenta a reclamada que a obrigação quanto aos recolhimentos previdenciários não poderia ser transmitida da mesma forma que a obrigação

trabalhista, e que o reclamante era empregado da SELETTO, pelo que não pode ser responsabilizada pelos recolhimentos previdenciários de terceiros.

Tem razão em parte a recorrente.

Nos termos do parágrafo único do artigo 876 da CLT, são devidas as contribuições sociais em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

Contudo, o Juízo de origem, considerou devido também o recolhimento previdenciário do período em que o reclamante permanecera afastado, em fruição de benefício previdenciário, o que não pode prevalecer, em face do que dispõe o art. 476, da CLT, "Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado **é considerado em licença não remunerada**, durante o prazo desse benefício" e, em reforço a essa disposição estatuída na CLT, o art. 63 da Lei 8.213/91 preconiza:

> "Art. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.
>
> Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença."

Portanto, em conformidade com a inteligência da lei previdenciária ora transcrita, o empregador trabalhista, ou seu sucessor, não está obrigado ao recolhimento da contribuição previdenciária no período em que o empregado se encontrar em gozo de auxílio-doença, sendo então equivocado o entendimento do Juízo *a quo*, no particular. Logo, reformo a sentença, para excluir da condenação a obrigação imposta à recorrente, quanto aos recolhimentos previdenciários do período em que o reclamante permanecera em gozo de benefício previdenciário.

Apelo provido em parte.

Ante o exposto, conheço do recurso interposto pela reclamada; no mérito, rejeito as preliminares de nulidade do processo por cerceamento de defesa e de ilegitimidade passiva da Reclamada e dou parcial provimento ao recurso para, reformando parcialmente a sentença recorrida, excluir da condenação a obrigação imposta à reclamada de recolher as contribuições previdenciárias referentes ao período em que o reclamante permanecera em gozo de benefício previdenciário. Tudo de acordo com os fundamentos. Custas de R$300,00 pela reclamada, calculadas sobre o valor de condenação que para tal fim se arbitra em R$15.000,00.

3 CONCLUSÃO

ISSO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECLAMADA E, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO EM PARTE A SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A OBRIGAÇÃO IMPOSTA À RECLAMADA DE RECOLHER AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO EM QUE O RECLAMANTE PERMANECERA EM GOZO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CUSTAS DE R$300,00 PELA RECLAMADA, CALCULADAS SOBRE O VALOR

DE CONDENAÇÃO QUE PARA TAL FIM SE ARBITRA EM R$15.000,00, TUDO DE ACORDO COM OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 15 de dezembro de 2010. (Publicado no DEJT em 09/03/2011)

MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO, Desembargadora Relatora.

****

DISPENSA DE PROFESSOR. ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (9.394/96).

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0174400-86.2009.5.08.0015
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTES: **MANOEL DE JESUS SENA MAUÉS**
Advogado: Dr. Márcio de Siqueira Arrais
UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ - UNAMA
Advogada: Dra. Maria Rosângela S. Coelho de Souza

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

DISPENSA DE PROFESSOR. ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (9.394/96). O professor universitário, ainda que empregado de instituição de ensino de natureza privada, somente poderá ser dispensado por decisão do conselho de ensino e pesquisa da universidade, por força dos artigos 207 e 209 da CF/88 c/c art. 53, parágrafo único, inciso V, da Lei nº 9.394/96. Não observadas as prescrições legais, impõe-se a declaração de nulidade da dispensa, com a imediata reintegração do autor à empresa.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço dos recursos interpostos pela reclamada e pelo reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais.

Considero as contrarrazões apresentadas pela reclamada, vez que atendidos os requisitos pertinentes.

Passo à análise do recurso do reclamante, em obediência à boa técnica processual.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA NULIDADE DA DEMISSÃO DO RECORRENTE. DA REINTEGRAÇÃO/ CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO

O reclamante pugna pela reforma da r. sentença, a fim de que seja reconhecida a nulidade da sua dispensa, vez que não respeitou o estabelecido no art. 53, parágrafo único, inciso V, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Requer, assim, a reintegração no emprego ou a conversão desta em indenização.

Afirma que a Lei nº 9.394/96 prescreve que a demissão de professor universitário deverá ser decidida pelo Colegiado de Ensino e Pesquisa, o que não se deu no caso dos autos, limitando-se a reclamada, em sua defesa, a dizer que a dispensa do autor passou por um grupo.

Analiso.

A CF/88 preconiza no *caput* do art. 207 que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No art. 209 prevê que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições referentes ao cumprimento das normas gerais da educação nacional.

Dessa forma, fazendo-se uma interpretação sistemática dos dois artigos constitucionais acima citados verificaremos que a recorrente, ainda que seja uma instituição de ensino de natureza privada, também está sujeita às normas gerais da educação nacional, previstas na Lei nº 9.394/96.

Assim, dentre as regras basilares da educação nacional encontra-se estampada, na Lei nº 9.394/96, art. 12, inciso II, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros e no seu art. 53 há previsão expressa da autonomia das universidades, assinalando-se que poderão elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais de ensino.

Outrossim, estatui o parágrafo único, do art. 53, da Lei nº 9.394/96 que: *"para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (...) V - contratação e dispensa de professores"*.

Destarte, a partir do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os estabelecimentos de ensino passaram a ter como obrigatoriedade a regência de seu estatuto de acordo com as normas exaradas na Lei nº 9.394/96, de maneira que os seus professores somente poderão ser demitidos com base em decisão do órgão colegiado de ensino e pesquisa.

Com efeito, dispõe o Estatuto da Unama, ora recorrida, que o Colegiado de Ensino e Pesquisa compõe-se dos seguintes membros:

> "***SUBSEÇÃO II - DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO***
>
> ***Art. 10*** *- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão de caráter normativo, consultivo e de deliberação superior em matéria de ensino, pesquisa, extensão e produção científica, é integrado:*
>
> *I - pelo Reitor, que o preside;*
>
> *II - pelo Vice-Reitor;*
>
> *III - pelos professores Pró-Reitores;*
>
> *IV - pelos professores Diretores de Centros;*
>
> *V - por um professor Coordenador de Curso, de cada Centro, escolhido pelo Conselho de Centro, vedada a duplicidade de representação em outro órgão colegiado superior para mandato de um ano, podendo ser renovado;*

VI - por um representante docente, representadas as áreas de estudos dos diversos Centros, escolhidos pelos seus pares, em eleição direta, para um mandato de um ano;
VII - por um representante discente de cada Centro da estrutura da Universidade, para mandato de um ano, indicados pelo órgão máximo de representação estudantil da Universidade, legalmente constituído, ou, na ausência deste, mediante indicação, pelos Centros Acadêmicos devidamente constituídos, de um aluno representante de cada Centro da estrutura da Universidade;
VIII - por três representantes da entidade mantenedora, por esta indicados".

Ademais, prescreve o Estatuto da recorrida a competência do Conselho de Ensino e Pesquisa, nos seguintes termos, *in verbis*:

*"**Art. 11** - Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:*
I - estabelecer, no âmbito da Universidade, as diretrizes e políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de produção científica;
II - elaborar e aprovar seu Regulamento e fixar as normas complementares às do Regimento Geral da Universidade, sobre matéria de sua competência;
III - aprovar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, decidindo sobre alterações e atualizações dos currículos plenos e sobre questões relativas a sua execução;
IV - aprovar projetos de cursos seqüenciais, de pós-graduação, de extensão, de atualização, de plenificação ou de complementação curricular e de treinamento e aperfeiçoamento profissional e, bem assim, projetos de pesquisa e de extensão e de produção científica e intelectual;
V - apreciar e decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão;
VI - apreciar pedidos de reexame de suas decisões, formuladas pelo Reitor, deliberando pela rejeição, se for o caso, mediante o voto de, do mínimo, dois terços (2/3) da totalidade de seus integrantes;
***VII - emitir parecer, quando solicitado pelo Reitor, sobre questões relativas ao ensino,** à pesquisa, à extensão e a produção científica, **ao pessoal docente,** técnico-administrativo e de apoio;*
VIII - decidir sobre propostas, indicações ou representações, em assuntos de sua esfera de ação;
IX - sugerir medidas que visem à preservação da hierarquia, da ordem e da disciplina no âmbito da Universidade;
X - propor soluções, em matéria didático-científica e pedagógica para os casos omissos ou duvidosos neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade;
***XI - exercer as demais atribuições previstas em Lei, neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade**". (Grifo nosso).*

Nessa linha de entendimento, constata-se que a dispensa do reclamante ocorreu em contrariedade à Constituição Federal e à lei, haja vista que não se pode atribuir plenos poderes diretivos ao empregador, porquanto o poder potestativo de contratar e dispensar professores não é absoluto, encontrando limites nos princípios da

legalidade (art. 37, da CF), da valorização do trabalho humano (arts. 1º, IV e 170, *caput*, da CF) e na busca do pleno emprego (art. 170, VIII, da CF), alçados pela Carta Magna como direitos fundamentais e princípios de um Estado Democrático de Direito.

A fim de corroborar a tese ora defendida, trago à lume as seguintes decisões sobre a matéria:

> "**DESPEDIDA DE PROFESSOR - DECISÃO DO CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE - INDISPENSABILIDADE. A despedida de professor de Universidade, nos termos do parágrafo único item do art. 53 da lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deve, necessariamente, ser submetida ao Conselho de Ensino e Pesquisa, o que não aconteceu no caso dos autos, razão pela qual deve a reclamante ser reintegrada no emprego". (TRT 1ª T./RO 0169700-88.2009.5.08.0008, MARCUS LOSADA - Desembargador Revisor e Prolator do acórdão, publicada em 25.05.2010).**
>
> "**I - DISPENSA DE PROFESSOR. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.394/96. NULIDADE. Não tendo sido cumpridas, na dispensa do reclamante, as exigências do parágrafo único, inciso V, do artigo 53 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, norma obrigatória aplicada às universidades, públicas e privadas, não há como lhe conferir validade. II - PROFESSOR. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA REMUNERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREVISÃO EM CONVENÇÃO COLETIVA. Tendo restado incontroverso que o procedimento utilizado para reduzir a carga horária do autor não está incluído entre as hipóteses de validade previstas nas convenções coletivas da categoria, devem ser deferidas as diferenças salariais dela oriundas, mas considerando a redução, a pedido. Recurso provido em parte. (TRT 1ª T./RO 0117200-45.2009.5.08.0008, SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora, publicada em 28.05.2010)".**

Assim sendo, não observadas as prescrições legais que regem a matéria afigura-se nula a dispensa do reclamante, nos termos do art. 9º, da CLT, impondo-se a sua imediata reintegração no emprego, com o direito à indenização pelos salários não pagos e consectários legais de todo o período em que ficou afastado da reclamada até o seu retorno ao trabalho, conforme pleiteado na exordial.

2.2.2 DA DIFERENÇA SALARIAL

Analiso este tópico em conjunto com o recurso do reclamante e da reclamada, diante das insurgências de ambas as partes sobre esta matéria.

A reclamada sustenta que a r. decisão de primeiro grau merece ser reformada por contrariar a prova dos autos e ser desprovida de fundamentação, uma vez que fixou a carga-horária do autor em 15 horas-aula.

Afirma que o reclamante fora contratado, através do instrumento contratual de fl. 174-verso dos autos, para cumprir carga-horária de duas horas-aula semanais.

Alega que ao alterar a carga horária do autor, o fez sem qualquer alteração no valor da hora-aula, restando, portanto, inaplicável a exigência prevista na cláusula 20ª, letra "C", da norma coletiva firmada entre as partes.

Acrescenta que no contrato de trabalho há previsão de possibilidade de variação de carga-horária para mais ou para menos, no início do ano letivo, o que ocorreu na hipótese dos autos. Dessa forma, não há necessidade de homologação pelo sindicato, nem tampouco de indenização, haja vista que a alteração ocorrida está em conformidade com o que foi ajustado entre as partes.

Entende, ainda, que, não havendo redução da carga-horária, não há que se falar em violação da convenção coletiva e, por conseguinte, deverá ser julgada improcedente a multa convencional, no valor de dois salários mínimos, prevista na cláusula 65ª.

De outro turno, o reclamante sustenta que a r. sentença considerou, de forma equivocada, para a base de cálculo da diferença salarial a média de 15 horas-aula semanais, não levando em conta que a carga-horária do autor aumentou para patamares acima de 15 horas-aula, chegando a 26 horas-aula em fevereiro de 2004 e 22 horas-aula em janeiro de 2005, devendo ser considerada a maior carga-horária do autor.

Aduz que a redução da sua carga-horária não se deu por motivo lícito, ou seja, por redução de turmas ou supressão de disciplinas, uma vez que a reclamada não comprovou tais motivos, ônus da prova que lhe competia, nos termos do art. 333, II, do CPC.

Analiso.

Verifica-se da cláusula 20ª das convenções coletivas de fls. 94/134 que a carga-horária e a remuneração salarial do professor são irredutíveis, salvo se a redução resultar de exclusão de aulas excedentes, acrescidas à carga-horária do professor, em caráter eventual ou por motivo de substituição, quando houver pedido do professor de redução de carga-horária, mediante homologação junto ao SINPRO/PA e em decorrência da diminuição do número de turmas, das horas-aula ou supressão de disciplina por alteração da estrutura curricular do curso, determinada pelos órgãos normativos dos sistemas educacionais, com a devida indenização das parcelas rescisórias correspondente à parte reduzida, mediante homologação junto ao SINPRO/PA.

Como se vê, nenhuma das hipóteses elencadas na cláusula convencional acima descrita incide na situação do recorrido.

Com efeito, o autor não teve a sua carga-horária acrescida esporadicamente, conforme se depreende dos recibos de pagamento de fls. 37/92, os quais comprovam que, durante vários anos (2003 a 2009), o recorrido trabalhava em uma carga-horária superior a duas horas-aula.

Também não há prova nos autos de ter havido pedido do autor de redução de sua carga-horária ou diminuição do número de turmas, das horas-aula ou supressão de disciplina por alteração da estrutura curricular do curso, determinada pelos órgãos normativos dos sistemas educacionais, até porque se assim houvesse sido, deveria ter ocorrido mediante homologação junto ao sindicato dos professores.

Não se pode olvidar que a norma prevista no instrumento coletivo é limitadora de direito, sujeitando-se à interpretação restritiva, de tal forma que só se pode reduzir a carga-horária do professor nas estritas hipóteses ali delineadas, sob pena de violação ao princípio da irredutibilidade salarial, excepcionado pela Constituição Federal de 1988, no inciso VI, do art. 7º, bem como ofensa ao princípio da inalterabilidade contratual lesiva, insculpido no art. 468, da CLT.

Portanto, resta cristalina a redução salarial, pelo que mantenho a r. sentença neste aspecto, inclusive no tocante à média de 15 horas-aula, porquanto houve, durante todo o período contratual, oscilação da carga-horária do autor, o que se chega a uma média decorrente da evolução apresentada nos documentos juntados pelas partes, pelo que considero razoável o patamar de 15 horas-aula, conforme decidido no primeiro grau.

Por conseguinte, também mantenho a sentença no tocante à condenação da reclamada na multa convencional pelo descumprimento da cláusula vigésima, no valor de dois salários mínimos.

2.2.3 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A reclamada alega que não estão satisfeitos os requisitos necessários para o deferimento de honorários advocatícios, observando que o recorrido não recebia salário inferior ao dobro do mínimo legal.

Sem razão a recorrente.

Como é cediço, na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, conforme item I da Súmula nº 219 do Colendo TST, entendimento ratificado pela Súmula nº 329 daquela Corte e em consonância com os arts. 14 e 16 da Lei nº 5.584/70, e, ainda, de acordo com os termos da Orientação Jurisprudencial nº 305, da SBDI-1 do Colendo TST.

Verifico dos documentos de fls. 19 e 20 que o reclamante estava assistido por sindicato de sua categoria. Ademais, é de notória sabença que os professores, inclusive os universitários, recebem baixa remuneração, não possuindo condições financeiras de demandar e arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Desta feita, estando preenchidos os requisitos, nego provimento ao recurso para manter a condenação da reclamada nos honorários advocatícios.

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários interpostos pela reclamada e pelo reclamante, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade e considero as contrarrazões apresentadas pela reclamada, vez que atendidos os requisitos pertinentes. No mérito, dou parcial provimento ao recurso do reclamante para, reformando a r. sentença recorrida, declarar nula a dispensa do reclamante, nos termos do art. 9º, da CLT, impondo-se a sua imediata reintegração no emprego, com o direito à indenização pelos salários não pagos e consectários legais de todo o período em que ficou afastado da reclamada até o seu retorno ao trabalho, conforme pleiteado na exordial, mantendo a r. sentença que julgou procedente o pedido de diferença salarial e reflexos, na média de 15 horas-aula semanais e julgou procedente o pedido de honorários advocatícios, no percentual de 15%, a ser pago pela demandada, mantendo-se a r. decisão recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas. Tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELA RECLAMADA E PELO RECLAMANTE, POIS PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE E CONSIDERAR AS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA RECLAMADA, VEZ QUE ATENDIDOS OS REQUISITOS PERTINENTES. NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR LUÍS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO, QUE COMPÔS O QUORUM, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, DECLARAR

NULA A DISPENSA DO AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 9º, DA CLT, IMPONDO-SE A SUA IMEDIATA REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO, COM O DIREITO À INDENIZAÇÃO PELOS SALÁRIOS NÃO PAGOS E CONSECTÁRIOS LEGAIS DE TODO O PERÍODO EM QUE FICOU AFASTADO DA RECLAMADA ATÉ O SEU RETORNO AO TRABALHO, CONFORME PLEITEADO NA EXORDIAL. AINDA, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR WALTER ROBERTO PARO, QUE ENTENDIA PELA INEXISTÊNCIA DE DIFERENÇA SALARIAL AO AUTOR, BEM COMO PELA EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO DA RECLAMADA NOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MANTER A R. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DE DIFERENÇA SALARIAL E REFLEXOS, NA MÉDIA DE 15 HORAS-AULA SEMANAIS E JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NO PERCENTUAL DE 15%, A SER PAGO PELA DEMANDADA, MANTENDO-SE A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 07 de dezembro de 2010. (Publicado no DEJT em 17/12/2010)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

ESTABILIDADE À GESTANTE. RECONHECIMENTO.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0001457-53.2010.5.08.0201
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTE: **O. A. F. PACHECO - ME (LOJA CAYMAN)**
Advogado: Dr. Helder Magalhães Marinho

RECORRIDA: **ELIAZIR PASCOAL DA ROCHA**
Advogada: Dra. Suellen Barbosa Maciel

ESTABILIDADE À GESTANTE. RECONHECIMENTO. A Constituição Federal assegura à empregada gestante proteção contra despedida arbitrária desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, sendo que a falta de comunicação do estado gravídico não é argumento para afastar o direito da empregada. Assim, correta a sentença que reconheceu a estabilidade provisória à gestante.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço do recurso interposto pela reclamada, pois atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Considero as contrarrazões apresentadas pela reclamante, uma vez que preenchem os requisitos pertinentes.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA RESCISÃO CONTRATUAL. DA ESTABILIDADE DA GESTANTE

Afirma a recorrente que a extinção do contrato de trabalho da reclamante se deu por abandono de emprego, na forma do art. 482, "i", da CLT.

Aduz que a autora não trouxe nenhuma prova documental de sua dispensa, por iniciativa do empregador, nem tampouco prova testemunhal do fato que originou a sua demissão.

Examino.

A reclamante disse na inicial (fls. 02/11), que no momento em que foi demitida pela reclamada estava grávida de seis meses.

A reclamada em contestação (fls. 50/65) alegou que a reclamante até o presente momento não foi demitida, não comparecendo ao trabalho desde o dia 14/11/2009, o que obrigou a demandada a ingressar com Ação de Consignação em Pagamento, sob o nº 0020-71.2010.5.08.0202, que tramitou na MM. 2ª Vara do Trabalho de Macapá.

Diante do que contém os autos, verifica-se que a recorrida foi admitida em 05/03/2009, e somente no dia 08/01/2010 a reclamada ajuizou ação de consignação em pagamento, conforme se observa à fl. 91.

A reclamada ao defender a tese de abandono de emprego atraiu para si o ônus da prova de tal alegação, não conseguindo, todavia, provar o fato, vez que não há provas nos autos de que a demandada convocou a reclamante para retornar ao trabalho, tendo esta recusado a convocação, pelo que considero acertada a decisão de primeiro grau que declarou que a extinção do pacto laboral se deu por dispensa imotivada.

Ademais, os documentos de fls. 19/24 comprovam que a reclamante, na data de 03/07/2009, durante o pacto laboral, apresentava gravidez de oito semanas e seis dias (fl. 19), com data provável para o parto de 06/02/2010.

Com efeito, o art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT prevê a estabilidade à gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O inciso I da Súmula 244, do C. TST, que dispõe sobre a Gestante - Estabilidade Provisória, diz que:

> "*I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade*".

No que diz respeito à garantia de emprego da gestante, existem duas teorias sobre o tema, destacando-se a teoria objetiva e a subjetiva.

A teoria objetiva considera que a confirmação da gravidez se faz necessária tão-somente para a própria empregada e não para o empregador. A garantia de emprego independe da comprovação da gravidez perante o empregador, sendo responsabilidade objetiva do empregador, que visa garantir a maternidade e o nascituro. De outro lado, a teoria subjetiva consiste no entendimento de que a empregada deve comprovar a gravidez perante o empregador, para que seja protegida pela garantia de emprego.

O E. STF já fixou o seu entendimento adotando a teoria objetiva, como se depreende do aresto abaixo colacionado:

> "***EMPREGADA GESTANTE - ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ADCT, ART. 10, II, "b") - CONVENÇÃO OIT Nº 103/1952 - PROTEÇÃO À MATERNIDADE E AO NASCITURO - DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ AO EMPREGADOR - ESPECIFICAÇÃO***

DAS VERBAS RESCISÓRIAS DEVIDAS À EMPREGADA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. - O legislador constituinte, consciente das responsabilidades assumidas pelo Estado brasileiro no plano internacional (Convenção OIT nº 103/1952, Artigo VI) e tendo presente a necessidade de dispensar efetiva proteção à maternidade e ao nascituro, estabeleceu, em favor da empregada gestante, expressiva garantia de caráter social, consistente na outorga, a essa trabalhadora, de estabilidade provisória (ADCT, art. 10, II, "b"). - A empregada gestante tem direito subjetivo à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, "b", do ADCT/88, bastando, para efeito de acesso a essa inderrogável garantia social de índole constitucional, a confirmação objetiva do estado fisiológico de gravidez, independentemente, quanto a este, de sua prévia comunicação ao empregador, revelando-se írrita, de outro lado e sob tal aspecto, a exigência de notificação à empresa, mesmo quando pactuada em sede de negociação coletiva. Precedentes". (AI 448572 ED/SP - SÃO PAULO. EMB. DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. CELSO DE MELLO. Julgamento: 30/11/2010. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação DJe-247 DIVULG 15-12-2010 PUBLIC 16-12-2010. EMENT VOL-02452-01 PP-00267).

Assim também tem decidido o Colendo TST:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. O art. 10, II, -b-, do ADCT veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A finalidade teleológica da norma é garantir o emprego contra a dispensa injusta, de modo a impedir que a gravidez constitua causa de discriminação, assegurando a continuidade do contrato de trabalho, além do bem-estar do nascituro. A jurisprudência, a propósito, já se pacificou no sentido de que a referida vedação constitucional decorre do fato objetivo da confirmação da gravidez na vigência do contrato de trabalho, caso em que o direito da obreira à estabilidade provisória prescinde do conhecimento prévio do seu estado gestacional pelo empregador no momento da resilição contratual (Súmula 244, I, do TST). A garantia de emprego, assim fixada, encontra amparo em toda a normatização constitucional voltada para a proteção da maternidade (arts. 6º e 7º, XVIII), da família (art. 226), da criança e do adolescente (227) e todos os demais dispositivos dirigidos à proteção da saúde pública. Decisão denegatória que se mantém. Agravo de instrumento desprovido. Processo: - 1554-95.2010.5.18.0000, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 6ª Turma".

Dessa forma, tendo a recorrida comprovado o seu estado gravídico no decorrer do pacto laboral, e, ainda, tendo em vista que a reclamada não conseguiu se desincumbir de provar o abandono de emprego, ficando, portanto caracterizada a

dispensa imotivada da reclamante, mantenho a sentença que julgou procedentes as verbas decorrentes da despedida sem justa causa, bem como reconheceu a garantia de emprego da autora, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto de seu filho, nos termos do art. 10, II, "b", do ADCT, e julgou procedente a indenização correspondente aos salários do período da estabilidade provisória, acrescidos das férias + 1/3, 13º salário proporcional e FGTS + 40% do período de 14/11/2009 a 06/07/2010.

2.2.2 DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO; 13º SALÁRIO PROPORCIONAL; FÉRIAS + 1/3 PROPORCIONAIS; MULTA DE 40% DO FGTS E SALDO SALARIAL

Entende a recorrente merecer reforma a sentença, pois incabíveis tais pleitos ante o abandono de emprego pela autora.

Conforme explanado no item supra, restou acertada a sentença que declarou que a extinção do pacto laboral se deu por dispensa imotivada, julgando procedentes os pedidos das verbas acima elencadas.

Mantenho.

2.2.3 DO FGTS E SEGURO-DESEMPREGO

Afirma a recorrente que o FGTS da autora foi integralmente recolhido, conforme documentos de fls. 95/140.

Verifico que não há comprovação do recolhimento do FGTS nos meses de setembro e outubro de 2009, pelo que mantenho a sentença neste ponto.

Quanto ao seguro-desemprego, entende a recorrente que como o contrato de trabalho da autora ainda se encontra em vigor, tendo ocorrido a sua extinção somente com o reconhecimento do d. Juízo de primeiro grau, não há, assim, que se falar em indenização pela não expedição das guias do seguro-desemprego.

Razão não lhe assiste.

Tendo em vista que a ora recorrente alegou a existência de abandono de emprego pela autora, sem conseguir comprovar tal fato, e, por conseguinte, não procedeu à entrega das guias necessárias à obtenção do seguro-desemprego, ante a dispensa imotivada reconhecida em Juízo, por certo que obstou o acesso da autora ao recebimento da benesse, por ocasião do término da contratualidade.

Assim, não tendo a reclamante usufruído do seguro-desemprego por culpa exclusiva da ré, deve esta indenizá-la pelo valor correspondente ao montante das parcelas a que a autora teria direito.

A propósito, traz-se à lume a jurisprudência do C. TST, consubstanciada na Súmula nº 389, II, que preconiza:

> "**SEGURO-DESEMPREGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR NÃO LIBERAÇÃO DE GUIAS.** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 210 e 211 da SDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.05.
> (...)
> II - O não-fornecimento pelo empregador da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego dá origem ao direito à indenização. (ex. OJ nº 211 - Inserida em 0-8.11.2000)".

Assim sendo, nada a reformar também quanto a este aspecto.

2.2.4 DAS MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477, DA CLT

Novamente insurge-se a recorrente contra a r. sentença que julgou procedentes as multas dos arts. 467 e 477, da CLT, sob o fundamento de que não houve extinção do contrato de trabalho, mas abandono de emprego, somente sendo declarado o

encerramento contratual em Juízo, e, por conseguinte, admitindo-se a contagem do prazo para a efetivação da obrigação com o trânsito em julgado da decisão de origem.

Quanto à multa do art. 467 da CLT, pelo que se constata dos autos, existiu controvérsia a respeito do fato que ensejou a ruptura contratual, já que a reclamada alegou ter ocorrido abandono de emprego, enquanto a reclamante afirmou ter sido dispensada por iniciativa de seu empregador, o que afasta a incidência da multa em comento.

No que concerne à multa do art. 477 consolidado, entendo cabível, haja vista que a reclamada não pode se furtar ao pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, pela simples alegação de existência de abandono de emprego, sem fazer prova de suas alegações, ocasionando prejuízos à reclamante.

Destarte, dou provimento ao recurso da demandada para excluir da condenação a multa do art. 467, da CLT e nego-lhe provimento para manter a sentença quanto à multa do art. 477, consolidado.

2.2.5 DAS HORAS EXTRAS E HORAS INTRAJORNADA

Afirma a recorrente que colacionou aos autos documento que comprova ter apenas dois funcionários, não se aplicando, nesse caso, a regra prevista no art. 74, §2º, da CLT.

Aduz que a recorrida cumpria jornada de seis horas, com intervalo para lanche, fato, inclusive, confessado pela reclamante que afirmou, em Juízo, que gozava de quinze minutos para almoço.

Analiso.

Asseverou a autora na inicial (fls. 02/11) que trabalhou para a reclamada, no período de 05/03/2009 a 13/11/2009, na função de gerente administrativo, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 21:00h, sem intervalo para almoço e que, somente a partir do mês de setembro/2009 sua jornada foi reduzida, passando a ter duas horas para intervalo.

A reclamada, em contestação, aduziu que a autora laborava das 15:00h às 21:00h, de segunda à sexta-feira, e das 13:00h às 19:00h, aos sábados.

Compulsando os autos, depreende-se da ficha de registro da reclamante (fl. 67) que, ao contrário do alegado na contestação, pela reclamada, o horário de trabalho da recorrida era das 08:00h às 18:00h, com duas horas de intervalo para repouso e alimentação.

Em seu depoimento (fl. 167/167-verso) a autora disse: *"(...) que trabalhava das 09h às 21h, até setembro de 2009; que almoçava em cerca de 15 minutos no local de trabalho e caso aparecesse algum cliente, parava de se alimentar para atendê-lo; que a partir de outubro trabalhava das 15h às 21h, sem qualquer intervalo (...)"*.

O preposto da reclamada afirmou (fl. 167-verso): *"que a ré funcionava das 09h às 21h; que a ré possuía 02 empregadas; que a autora trabalhava das 15h às 21h e a outra vendedora, das 09h às 15h, de segunda-feira à sexta-feira; que aos sábados a autora trabalhava das 09h às 13h; que a loja não abria aos domingos (...)"*.

Existindo contradição entre a tese defensiva e a prova documental (fl. 67), o ônus da prova quanto à real jornada da autora passou a ser da empregadora, do qual não se desincumbiu, vez que as partes, em seus depoimentos, ratificaram as suas alegações, não apresentando a demandada nenhuma testemunha para corroborar os fatos narrados na contestação.

Assim, mantenho a sentença que considerou como jornada de trabalho da autora, das 09h às 21h, de segunda à sexta-feira até o final de setembro de 2009 e, a partir de outubro de 2009, com base no próprio depoimento da reclamante, das 15h

às 21h, de segunda à sexta-feira, julgando procedente o pedido de 68,48 horas extras por mês trabalhado até o final de setembro/2009, acrescidas do adicional de 50% e reflexos.

Da mesma forma, mantenho a decisão *a quo* quanto ao intervalo intrajornada de uma hora até o final de setembro/2009, com fulcro no art. 71, da CLT, no total de 21,40 horas extras por mês trabalhado, equivalente a cinco horas semanais, multiplicadas por 4,28 (multiplicador utilizado por este E. Tribunal).

Nada a reformar.

2.2.6 DOS DESCONTOS INDEVIDOS

Afirma a recorrente que os documentos que embasaram o deferimento do pleito, juntados com a inicial, às fls. 16/18, são apócrifos e não trazem nenhuma informação que indique que foram produzidos pela demandada, além de tratar-se de produção desconhecida.

Acrescenta dizendo que inexiste motivação para a procedência do pedido, uma vez que, conforme as declarações da recorrida, os valores referentes à concessão de crédito na loja reclamada, somente ocorriam mediante autorização do titular da empresa.

A reclamante narrou na inicial que a reclamada descontava do seu salário valores de notas promissórias não pagas pelos clientes, requerendo a restituição do valor total de R$ 1.040,60.

Os documentos de fls. 16/18 demonstram que a recorrente efetuou descontos no salário da recorrida decorrentes de notas promissórias não pagas pelos clientes, no total de R$ 1.040,60, cujos documentos não foram impugnados pela reclamada, que apenas se ateve a dizer que o pleito estaria prejudicado ante a falta de indicativos precisos dos referidos descontos, bem como que não houve qualquer prova que demonstre o acontecimento do fato.

O preposto da reclamada confirmou que autorizava vendas mediante nota promissória.

Dessa forma, não havendo previsão contratual para a realização de descontos no salário da reclamante, considero-os indevidos.

Mantenho a sentença neste particular.

2.2.7 DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A reclamada alega que não são devidos os honorários advocatícios, tendo em vista que na Justiça do Trabalho adota-se o *jus postulandi,* sendo mera faculdade da parte a representação por advogado.

Como é cediço, na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, conforme item I da Súmula nº 219 do Colendo TST, entendimento ratificado pela Súmula nº 329 daquela Corte e em consonância com os arts. 14 e 16 da Lei nº 5.584/70, e, ainda, de acordo com os termos da Orientação Jurisprudencial nº 305, da SBDI-1 do Colendo TST.

Verifico que a autora estava assistida por advogada, conforme instrumento de mandato à fl. 12 e não por sindicato da sua categoria profissional.

Desta feita, não estando preenchidos os requisitos para os honorários advocatícios, dou provimento ao recurso para, reformando a r. sentença, excluir da condenação da reclamada os honorários de sucumbência.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário interposto pela reclamada, pois atendidos os pressupostos de admissibilidade e considero as contrarrazões apresentadas pela reclamante, uma vez que preenchem os requisitos pertinentes. No mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando a r. sentença, excluir da condenação a multa do art. 467, da CLT e os honorários advocatícios. Mantenho a r. decisão recorrida em seus demais termos. Tudo conforme a fundamentação. As custas, pela reclamada, ficam reduzidas para R$ 476,43, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$ 23.821,83.

3 CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, POIS ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE E CONSIDERAR AS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA RECLAMANTE, UMA VEZ QUE PREENCHEM OS REQUISITOS PERTINENTES; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A MULTA DO ART. 467, DA CLT E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MANTENDO A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. AS CUSTAS, PELA RECLAMADA, FICAM REDUZIDAS PARA R$ 476,43, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO À CONDENAÇÃO DE R$ 23.821,83.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 01 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 10/02/2011)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA *ON-LINE*.

ACÓRDÃO TRT/SE I/MS 0002013-76.2010.5.08.0000
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

IMPETRANTE: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ (ACEPA)-ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE (OSS) - HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (HMUE)**
Advogado(s): Dr. Fábio Maroja Braga e outros

AUTORIDADE COATORA: **MERITÍSSIMO JUÍZO DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**

LITISCONSORTE: **MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO DA SILVA**
Advogado(s): Dr. Pedro da Costa Duarte Filho e outros

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA ON-LINE.
Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 882, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC, ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. No direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo. Segurança denegada.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

A presente ação mandamental está em condições de ser admitida.

Versam estes autos sobre *mandado de segurança com pedido liminar***,** em que figuram, como impetrante, **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ (ACEPA)-ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE (OSS) - HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (HMUE),** como autoridade coatora, o **MERITÍSSIMO JUÍZO DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, e, como litisconsorte, **MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO DA SILVA.**

A impetrante ajuizou a presente ação com pedido de liminar, às fls. 1/14, com vistas a tornar sem efeito a penhora *on line* de créditos em suas contas bancárias, e, por conseguinte, a liberação e devolução dos valores bloqueados, com a consequente penhora de bem de sua propriedade, indicado na execução provisória, em curso na Reclamação Trabalhista constante dos autos do Processo nº 0157800-63.2008.5.08.0002, em que as impetrantes figuram como reclamadas e a litisconsorte, como reclamante. A impetrante apresentou os documentos de fls. 15/59.

A liminar foi deferida, conforme despacho do Excelentíssimo Desembargador Relator originário de fls. 63/63 verso, pelo que foi determinada a liberação do bloqueio dos ativos financeiros da impetrante, enquanto perdurar a fase de execução provisória.

A impetrante ressalta que a execução, em curso nos autos do Processo nº 0157800-63.2008.5.08.0002, é provisória, em razão da pendência de julgamento de agravo de instrumento perante o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, interposto da r. decisão que negou seguimento a recurso de revista apresentado pela executada.

Salienta que a matéria está pacificada pelo item III, da Súmula nº 417, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Examinemos a matéria.

O assunto já foi bastante debatido nesta E. Corte, conforme o entendimento que exponho adiante.

O art. 475-O, do CPC, alterado pela Lei nº 11.232/2005, dispõe:

> "Art. 475-O. A **execução provisória da sentença far-se-á**, no que couber, do **mesmo modo que a definitiva**, observadas as seguintes normas:

I - corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;

II - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento;

III - o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.

§ 1º No caso do inciso II do caput deste artigo, se a sentença provisória for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução.

§ 2º A caução a que se refere o inciso III do caput deste artigo poderá ser dispensada:

I - quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade;

II - nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação." (destaques nossos)

Peço vênia para transcrever meu posicionamento sobre a questão em tela, conforme o v. Acórdão nº TRT/2ª T./AP 01192-1998-002-08-00-3, de minha lavra, julgado em 31/08/2007, publicado em 05/09/2007:

"**Da execução provisória (art. 899, da CLT) - Da aplicação subsidiária no processo trabalhista do art. 475-O, § 2º, do CPC (art. 769, da CLT).**

Assinala, o agravante, em suma, que, no caso dos autos, verifica-se a hipótese de execução provisória e, por conseguinte, seriam permitidos atos até a penhora, paralisando-se o feito até o trânsito em julgado da decisão da fase de conhecimento, nos termos do art. 899, da CLT, não se aplicando, conforme o entendimento do MM. Juízo *a quo*, o disposto no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, o que implicaria em violação direta e literal do art. 5º, LIV, da Constituição da República.

Requer, portanto, seja determinada a paralisação da execução provisória até o trânsito em julgado da r. decisão proferida na fase cognitiva.

Analisemos a questão.

Os presentes autos referem-se à Carta de Sentença nº TRT CS 05/2000, extraída dos autos do Processo nº TRT/RO 05055/1999 (01192-1998-002-08-00-3), que, conforme pesquisa realizada no site do C. Tribunal Superior do Trabalho (http//:www.tst.gov.br), encontra-se ainda naquela E. Corte, pendente de julgamento dos Embargos opostos contra o v. Acórdão exarado nos autos

do Processo nº TST-E-RR-636.476/2000.0, de lavra do Exmº Ministro Renato de Lacerda Paiva, publicado no Diário da Justiça de 17/06/2005, que conheceu do Recurso de Revista apresentado pelo Banco reclamado, no tocante à prescrição, por violação do art. 453, *caput*, da CLT, e, no mérito, deu-lhe provimento parcial para, ao declarar prescrito o direito de ação dos pleitos anteriores a 27/08/93, limitar a condenação do pagamento das horas extras ao período posterior a esta data; e, por maioria, não conheceu do Recurso de Revista quanto aos temas de nulidade contratual, aposentadoria espontânea e transação, quitação das horas extras e ônus da prova.

Oportuno tecer algumas considerações quanto ao cerne da controvérsia, a saber: a execução provisória.

A execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, está jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.

O art. 899, da CLT, assim dispõe, *in verbis:*

'Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, **permitida a execução provisória até a penhora.'** (grifos nossos)

O segundo aspecto concerne à aplicação subsidiária do art. 475-O, § 2º, incisos I e II, do CPC, ao processo trabalhista (art. 769, da CLT).

No caso em exame, o MM. Juízo de 1º Grau rejeitou a pretensão do embargante, ora agravante, sob o seguinte fundamento:

'EXECUÇÃO PROVISÓRIA - LIMITE

Argumenta o executado de que a execução provisória encontra termo final na penhora, ante a regra do art. 899 da CLT.

Não é mais assim. O processo civil com supletividade sobre o processo do trabalho, passou a observar a novel execução provisória, implementada pela Lei nº 11.232/05, onde em razão do movimento atual dos sistemas processuais, sobretudo o romano-germânico, passou-se a consagrar a execução apenas provisória pela decisão que a fundamenta, e não mais pelos atos executivos praticados, daí porque havendo pendência de agravo de instrumento, hipótese dos autos, perfeitamente dispensável o limite imposto pela penhora, nos termos do inciso II, § 2º do art. 475-O do CPC.

Rejeita-se a preliminar.'

Quanto à questão ora em análise, mister que se traga a lume o que leciona ***Cassio Scarpinella Bueno***[1], ao analisar a alteração procedida no CPC pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, com relação ao art. 475-O, inciso III, e § 2º, incisos I e II, *in verbis*:

'21.1 Especificamente a dispensa da caução (art. 475-O, § 2º)

O § 2º do art. 475-O, seguindo a diretriz aberta pela Lei n. 10.444/2002, autoriza a 'dispensa da caução'. A hipótese do inciso

[1] SCARPINELLA BUENO, Cassio. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. p. 156-160.

I, embora próxima à disciplina então dada ao § 2º do art. 588, é diferente, porque mais ampla que a anterior. A hipótese do inciso II é novidade trazida pela Lei n. 11.232/2005.

[...]

A regra atual é mais ampla do que a anterior, embora não seja tão aberta quanto particularmente sempre me pareceu que dela *devesse ser* (mesmo antes do advento da Lei n. 10.444/2002), por força do modelo constitucional do processo. Passo, contudo, fiel aos objetivos do trabalho, a examinar o novo texto. A crítica vem ao final.

Dispensa-se a caução a que se refere o inciso II do art. 475-O naqueles casos de natureza alimentar *ou* naqueles casos de ato ilícito desde que, em um e em outro, o exeqüente demonstre situação de necessidade *e* o valor exeqüendo for de até 60 salários mínimos. Não há dúvida, pela fórmula redacional, invertida, empregada pelo legislador, que as ressalvas ('situação de necessidade' *e* 'limite de 60 salários mínimos') aplicam-se indistintamente ao crédito de natureza alimentar *ou* ao crédito decorrente de ato ilícito. Não basta que se trate de crédito de natureza alimentar e não basta que ele seja proveniente de ato ilícito para que seja dispensada a caução exigida, como regra, pelo inciso III do art. 475-O. Mister também, para as duas hipóteses, que o exeqüente demonstre a *necessidade* no recebimento do valor exeqüendo e, mesmo assim, observando-se o teto dos 60 salários mínimos.

O que é positivo no inciso I do § 2º do art. 475-O é que não há mais espaço para se questionar se um crédito de natureza alimentar proveniente não do 'direito de família' mas da prática de um *ato ilícito* enseja a aplicação da regra. Sempre defendi a interpretação ampliativa e alegra-me vê-la vencedora na lei.

Há, contudo, dois pontos negativos na regra, com o devido respeito a seus idealizadores. E nisto ela apenas repete fórmula, que sempre me pareceu muito restrita, da Lei n. 10.444/2002.

Aquele texto ainda deixa espaço para dúvidas bem fundadas e que têm desafiado a nossa doutrina. Assim, para ficar com duas bem interessantes, embora não ofereça, aqui, minha resposta: é possível sempre dispensar a caução até o limite de 60 salários mínimos? É possível exigir caução somente para o que sobejar aquele valor?

Outro ponto que não me agrada no dispositivo em comento - e que já não me agradava na versão da Lei n. 10.444/2002, repito - é que os casos de dispensa de caução são muito restritos. Dada a inegável *cumulação* das situações sobre a qual já me manifestei (embora tenha, neste ponto, havido melhora sensível com o destaque expresso dos atos ilícitos), haverá outros tantos casos em que a prestação da caução para a ultimação dos atos de execução mesmo que provisória poderia ser dispensada. A situação, sempre pensei assim, deveria ficar a cargo do juiz do caso concreto, melhor capacitado a considerar os riscos envolvidos em prol e em detrimento de cada uma das partes, ao mesmo tempo

em que tem condições de avaliar quem tem o 'melhor direito', isto é, em que medida o título que fundamenta a execução provisória será, ou não, confirmado em sede recursal.

De qualquer sorte, reitero o que já tive oportunidade de escrever anteriormente, não hesito em afirmar que a rigidez do dispositivo deve ceder espaço ao modelo constitucional do processo. Mesmo fora das situações pré-avaliadas pelo legislador, é dado ao juiz deixar de exigir a caução (dispensá-la, portanto), quando verificar que o exeqüente tem, a um só tempo, mais plausibilidade de direito que o executado e que ele, exeqüente, tende a experimentar um prejuízo maior que o do executado. O risco inerente a esta decisão é ínsito ao sistema e faço questão de notar: quando se fala de execução provisória no contexto no qual estou me referindo, está a se falar de uma sentença ou, até mesmo, de um *acórdão* proferido por um Tribunal que tem condições de surtir seus efeitos executivos. Por que não reconhecer a eles seu máximo de eficácia, ao encontro do princípio da efetividade da jurisdição?

[...]

Tecidas essas considerações, é momento de destacar o inciso II do § 2º do art. 475-O, novidade da Lei n. 11.232/2005, quando comparada com a Lei n. 10.444/2002. Trata-se, a bem da verdade - e bem na linha do que acabei de escrever - de uma situação em que a dispensa da caução dá-se, assim reconhecida expressamente pelo legislador, em função da altíssima plausibilidade de manutenção do título que fundamenta a execução provisória. Nos casos em que houver pendente de apreciação, perante o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, o agravo de instrumento a que se refere o art. 544, isto é, o agravo interposto para que se admita o processo de recurso ordinário ou recurso especial indeferido no órgão de interposição (os chamados 'agravos de despachos denegatórios de recurso especial e extraordinário'), a execução provisória pode seguir sua marcha sem a necessidade de caução.

Pelo que se lê do texto da lei, não se aplicam aqui as ressalvas do inciso I do mesmo dispositivo. A dispensa da caução dá-se pela existência do fato objetivo consistente em haver, perante os Tribunais Superiores, os agravos de que trata o art. 544. **Não há espaço para se questionar sobre os valores envolvidos na execução (se inferiores ou superiores a 60 salários mínimos) ou se há, ou não há, situação de necessidade do exeqüente. Tampouco a origem da condenação.**

A redação dada ao inciso II do § 2º do art. 475-O tem um mérito extra. Ao abrir expressamente a oportunidade de o magistrado deixar de dispensar a caução à luz do '*risco processual* concreto', dá aplicabilidade correta aos princípios que informam a execução provisória, em estreita sintonia com o modelo constitucional do processo. Que esta abertura comunique-se e generalize a hipótese, contaminando a ainda rígida *letra* do inciso I, em nome dos valores constitucionais do processo que, na nossa prática, sempre parecem estar 'atrás' da lei e dela dependentes, quando o correto seria rigorosamente o oposto.'

> Acompanho, integralmente, a manifestação do renomado doutrinador, acima transcrita, pois o § 2º, do art. 475-O, do CPC, comporta parâmetros em perfeita harmonia com o modelo constitucional do processo.
>
> **De fato, como tenho me manifestado em casos similares, creio que o novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.**
>
> Por conseguinte, ***nego provimento*** ao agravo de petição da executada, quanto a este tópico." (grifos nossos)

Peço vênia, ainda, para transcrever trechos de meu artigo "**Recursos Trabalhistas - Efeito Suspensivo**", publicado na Revista nº 80 do TRT da 8ª da Região, volume 41 (Janeiro/Junho/2008), p. 19-38, *in verbis*:

> "***Ricardo Hoffmann***[2], em obra publicada antes da Lei nº 11.232/2005, acentua, inclusive com respaldo no **direito comparado**:
>
> '... a visão atual do processo civil, aplicada também ao processo de execução, já não se contenta com uma justiça inerte, distante da realidade social. Busca-se, incessantemente, mudança de mentalidade nos estudiosos e nos operadores do direito, uma aproximação entre o direito material e o processo, tudo para os fins de se assegurar a sua efetividade, por meio de tutela jurisdicional adequada, qualificada e tempestiva'.
>
> [...]
>
> **4.2. A melhor adequação às modernas legislações estrangeiras analisadas**
>
> Como vimos alhures, diversos sistemas jurídicos estrangeiros - inclusive o da Itália, cuja influência no direito brasileiro é antiga - demonstram efetiva preocupação com o momento em que a sentença de primeiro grau se torna executiva, procurando viabilizar, seja *ope legis*, seja *ope iudicis*, a realização de uma tutela jurisdicional tempestiva e adequada.
>
> No **sistema italiano** a execução provisória atua *ope legis*. Prestigia-se o primeiro grau de jurisdição e faz-se uma opção política em favor da efetividade do processo, estabelecendo-se, de maneira genérica, a possibilidade de execução provisória de todas as sentenças, independentemente de prestação de caução, e a ausência de efeito suspensivo aos recursos, sem inviabilizar, porém, que a eficácia da sentença possa ser eventualmente

[2] HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 5: *O efeito suspensivo da apelação e sua influência na execução provisória das sentenças condenatórias*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 155 e segs.

suspensa, normalmente, em grau de recursos, quando se vislumbrar a possibilidade de danos graves ou irreparáveis ao vencido.

O **sistema jurídico alemão** é considerado *ope iudicis* e também possibilita a execução provisória da sentença como regra, podendo, em certos casos, ser admitida até mesmo de ofício pelo juiz, independentemente de caução; em outras hipóteses, depende de pedido da parte ou mesmo de prestação de caução, que pode vir a ser dispensada se o exeqüente estiver impossibilitado de prestá-la ou se a suspensão da execução puder causar-lhe um prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Na **nova lei espanhola**, também se optou por atribuir maior confiança aos julgados de primeira instância, sendo regra a possibilidade de execução imediata das sentenças condenatórias, sem a necessidade de prestação de caução. O novo sistema pode ser considerado *ope iudicis*, pois a parte deve solicitar perante o Tribunal a execução provisória da sentença, podendo o executado opor-se a ela, salvo quando se trate de condenação por quantia certa.

Em linhas gerais, o **sistema português** valoriza o instituto da execução provisória, atribuindo-lhe maior efetividade do que se dá no nosso sistema, pois, quanto aos processos de rito sumário e especial, atribui efeito meramente devolutivo ao recurso de apelação; quanto às causas ordinárias, embora ainda seja mantido, como regra, o duplo efeito dos recursos, há, dentre outros casos especificamente enumerados, uma hipótese aberta de exceção - quando o exeqüente demonstrar que possa experimentar prejuízo considerável -, o que poderá inverter o ônus de caucionar, que passará ao executado, caso pretenda evitar a execução imediata da sentença.

Na **Inglaterra**, por sua vez, a regra vigente é da execução imediata da sentença, que somente poderá ser suspensa em situações especiais, reconhecidas no próprio momento do julgamento ou, eventualmente, em instância superior.

Ora, está claro que, de formas mais ou menos ousadas, todos os países estrangeiros verificados buscam favorecer a execução imediata da sentença, providência essa que também poderia ser adotada pela legislação brasileira, até porque não se mostra impossível ou impraticável a inserção dessa prática em nosso sistema jurídico, haja vista a semelhança da finalidade perseguida com a execução provisória no nosso e nos outros países visitados, especialmente quanto à necessidade de aceleração do processo executivo'.

A **razoável duração do processo** constitui garantia constitucional assegurada a todos os cidadãos, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

O processo trabalhista não se caracteriza apenas pela **celeridade**, como também pelo princípio de que os **recursos**, na Justiça do Trabalho, têm **efeito meramente devolutivo**, como

regra (art. 899, da CLT), o que, afinal, atende aquele importante princípio constitucional.

Assim, em face das considerações expostas, dos princípios do processo do trabalho e da legislação pertinente, o *fumus boni iuris* - um dos pressupostos da medida cautelar - milita em favor do demandante no processo trabalhista, vencedor em demanda que envolve crédito alimentar.

Se a ação cautelar for ajuizada em tempo hábil, ou seja, antes da execução da tutela antecipatória, é possível imprimir efeito suspensivo ao recurso, desde que a situação revele, comprovadamente, o risco de lesão grave e de difícil reparação em desfavor do recorrente, nos termos do art. 558, do CPC.

Caso contrário, não há motivo para a concessão de liminar e nem de procedência da ação cautelar.

Ademais, se o cumprimento da decisão concessiva de antecipação dos efeitos da tutela, na sentença recorrida, está consumado, em face do levantamento do crédito bloqueado, pelo trabalhador, por exemplo, a ação cautelar perdeu o objeto e, portanto, deve ser liminarmente indeferida, à falta de interesse processual.

Enfim, embora a ação cautelar seja, em tese, o meio próprio para obter efeito suspensivo a recurso (Súmula nº 414, do C. TST), é necessário que a parte comprove a existência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pressupostos básicos ao deferimento de qualquer medida acautelatória, a fim de que possa alimentar a expectativa de concessão excepcional de efeito suspensivo do recurso trabalhista, que, em regra, tem efeito meramente devolutivo (art. 899, da CLT).

Porém, se, no exame do caso concreto, a fumaça do bom direito atua em benefício do demandante, no processo trabalhista, em que se concedeu a antecipação dos efeitos da tutela; e se, além disso, não há como suspender (art. 558, do CPC; e art. 115, XIII, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região) o cumprimento - já consumado - do comando judicial, antecipatório dos efeitos da tutela, como seria a hipótese de bloqueio de crédito bancário, haja vista que a ação cautelar teria sido ajuizada após o levantamento do dinheiro respectivo, pelo demandante, na ação trabalhista, a pretensão cautelar torna-se, afinal, sem objeto, o que justifica a extinção do processo cautelar, sem resolução de mérito, por falta de interesse processual, nos termos do art. 267, VI, do CPC, a ensejar o indeferimento liminar da respectiva petição inicial (art. 295, III, do CPC).

Em suma, a concessão de efeito suspensivo a recurso trabalhista, porque medida de exceção, somente deve ocorrer em situações especialíssimas e desde que a medida cautelar tenha sido requerida em tempo oportuno".

Transcrevo, também, trechos do v. Acórdão nº TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5, de minha lavra, julgado em 04/09/2008, publicado em 10/09/2008:

"ACÓRDÃO TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA *ON-LINE*.

Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 882, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC, ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. No direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo. Segurança denegada.

[...]

É verdade que a Súmula nº 417, do C. TST, dispõe:

'**MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 60, 61 e 62 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

I - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exeqüendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. (ex-OJ nº 60 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000).

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. (ex-OJ nº 61 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000).

III - Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ nº 62 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)'

Todavia, cumpre assinalar que a Orientação Jurisprudencial nº 62, da SBDI-2 do C. TST, foi inserida, conforme já vimos, em 20.09.2000, **antes**, portanto, da **Lei nº 10.444, de 7.5.2002**, que imprimiu profunda alteração no sistema de execução provisória no direito brasileiro.

Do mesmo modo, é relevante consignar que a Súmula nº 417, do C. TST, foi publicada no Diário da Justiça nas datas de 22, 23 e 24.08.2005, também **antes** da **Lei nº 11.232, de 22.12.2005,** que introduziu outras alterações relevantes no sistema de execução provisória em nosso país.

Aliás, a chamada penhora *on-line*, tão bem sucedida na Justiça do Trabalho, já não constitui exclusividade do processo do trabalho, pois atualmente esse procedimento foi introduzido, de modo expresso, no Código de Processo Civil, por força da **Lei nº 11.382, de 6.12.2006**, como se vê, por exemplo, dos seguintes

dispositivos do CPC, perfeitamente aplicáveis ao processo trabalhista (**arts. 769 e 882, da CLT**):

'Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;

[...]

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

§ 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução.

§ 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 desta Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade.

§ 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exeqüente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida'.

O art. 649, IV, do CPC, garante a impenhorabilidade absoluta de 'vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo'.

Não obstante, estabelecem os parágrafos 1º e 2º do art. 649, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006:

'§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia'.

O § 3º do art. 649 constante do Projeto de Lei, para alteração do CPC, foi vetado pelo Presidente da República, conforme a Mensagem nº 1.047, de 6 de dezembro de 2006, de onde se extraem os seguintes trechos, *in verbis*:

'MENSAGEM Nº 1.047, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 51, de 2006 (nº 4.497/04 na Câmara dos Deputados), que 'Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos'.

Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 3º do art. 649 e o parágrafo único do art. 650 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, alterados pelo art. 2º do Projeto de Lei.

'§ 3º Na hipótese do inciso IV do *caput* deste artigo, será considerado penhorável até 40% (quarenta por cento) do total recebido mensalmente acima de 20 (vinte) salários mínimos, calculados após efetuados os descontos de imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios.'

'Parágrafo único. Também pode ser penhorado o imóvel considerado bem de família, se de valor superior a 1000 (mil) salários mínimos, caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade.'

Razões dos vetos

'O Projeto de Lei quebra o dogma da impenhorabilidade absoluta de todas as verbas de natureza alimentar, ao mesmo tempo em que corrige discriminação contra os trabalhadores não empregados ao instituir impenhorabilidade dos ganhos de autônomos e de profissionais liberais. Na sistemática do Projeto de Lei, a impenhorabilidade é absoluta apenas até vinte salários mínimos líquidos. Acima desse valor, quarenta por cento poderá ser penhorado.

A proposta parece razoável porque é difícil defender que um rendimento líquido de vinte vezes o salário mínimo vigente no País seja considerado como integralmente de natureza alimentar. Contudo, pode ser contraposto que a tradição jurídica brasileira é no sentido da impenhorabilidade, absoluta e ilimitada, de remuneração. Dentro desse quadro, entendeu-se pela conveniência de opor veto ao dispositivo para que a questão volte a ser debatida pela comunidade jurídica e pela sociedade em geral.

Na mesma linha, o Projeto de Lei quebrou o dogma da impenhorabilidade absoluta do bem de família, ao permitir que seja alienado o de valor superior a mil salários mínimos, 'caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade'. Apesar de razoável, a proposta quebra a tradição surgida com a Lei nº 8.009, de 1990, que 'dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família', no sentido da impenhorabilidade do bem de família independentemente do valor. Novamente, avaliou-se que o vulto da controvérsia em torno da matéria torna conveniente a reabertura do debate a respeito mediante o veto ao dispositivo.'

Diante de todas essas alterações legislativas, tudo indica, *data venia*, que a jurisprudência sumulada pelo C. TST, sobre o tema em debate (sobretudo o item III da Súmula nº 417), ainda carece de **atualização** à luz do novo modelo processual normativo brasileiro, em face das profundas alterações no procedimento da execução provisória, que, por evidente, se aplicam do processo trabalhista, por omissão ontológica e compatibilidade.

De fato, o art. 899 da CLT prevê que 'os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora'.

A norma processual trabalhista não exclui a possibilidade de penhora sobre dinheiro, na execução provisória.

Muito pelo contrário, o mesmo art. 899 da CLT, em seus parágrafos, exige o prévio depósito, em dinheiro, em caso de recurso.

A 'garantia da execução', em dinheiro, é dedução lógica da primeira alternativa prevista no art. 884, da CLT.

Preocupado com a prestação da tutela jurisdicional tanto mais perfeita quanto possível, o legislador constituinte previu a criação do **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas** (art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004) - tese que venho defendendo há cerca de trinta (30) anos -, em vias de regulamentação legislativa no Congresso Nacional, considerando que a garantia do pagamento das verbas trabalhistas, sobretudo quando reconhecidas por sentença, ainda que pendente de recurso sem efeito suspensivo, deve ocorrer preferentemente sobre dinheiro.

Com efeito, a penhora sobre outro bem qualquer retarda demasiadamente a execução trabalhista, seja pelas naturais dificuldades de alienação, como também pelo risco de embargos de terceiro e recursos daí decorrentes.

Ainda sobre o tema, transcrevo trechos de meu artigo '**A Execução Trabalhista e o Princípio da Subsidiariedade (Aplicação do Art. 475-J, do CPC)**', publicado na Revista nº 78 do TRT da 8ª da Região, volume 40 (Janeiro/Junho/2007), p. 15-38, *in verbis*:

'A propósito, no âmbito do direito processual civil deve ser observada a regra do **art. 620, do CPC**: 'quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor'.

Contudo, no direito processual do trabalho - instrumento de concretização do direito material do trabalho - aquela norma deve ser interpretada com a necessária **adaptação**, a fim de que haja a compatibilidade determinada pelos arts. 769 e 889, da CLT.

Em síntese: no direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo.

Com efeito, no processo civil geralmente o devedor é a parte mais fraca na relação de direito material, como os cidadãos executados por poderosas instituições bancárias ou financeiras, por exemplo; enquanto que no processo do trabalho o devedor, em regra, é o trabalhador hipossuficiente.

Por isso, nesse ponto, entendo que deve ser aplicado o fenômeno da leitura interpretativa por '**espelho**'.

Explico melhor: 'espelho', em linguagem musical, é a 'forma estrita de inversão em que uma passagem extensa ou peça

completa é **invertida** na íntegra'[3]; ou a 'técnica de imitação contrapontística que consiste na **inversão** dos intervalos de uma linha melódica na direção oposta'[4] (exemplos: os Contrapunctus XII e XIII, de '*A Arte da Fuga*', de J. S. Bach).

Lembro-me, uma vez mais, da minha 'Oração de Posse (*A toga e a lira*)', ao ser investido no cargo de Presidente do TRT-8ª Região (dezembro/1998), quando eu dizia[5]:

'Na verdade, minha vida sempre esteve ligada à música, por herança de família, desde meu avô José Agostinho da Fonseca. Depois dele vieram meu pai Wilson Fonseca, meus tios, irmãos, primos, sobrinhos e filhos, todos irmanados na tradição musical'.

É quase inevitável o apelo à Arte de Euterpe.

E sei que não estou isolado nesse pensamento.

Recentemente, a colega **MÔNICA SETTE LOPES,** Juíza do Trabalho, Titular da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG), lançou o livro 'Música & Direito - Uma Matáfora' (LTr, 2006), que ela própria me ofertou com dedicatória (na contracapa, um CD com belas músicas interpretadas pelo Trio Micrômegas, um brinde para o leitor).

Lê-se na orelha daquela obra: 'O livro, do título instigador ao último parágrafo, responde ao desafio corajosamente assumido pela autora: articular dois grandes domínios da atividade humana. **Música e Direito ...'**.

Mônica Sette Lopes, além de magistrada trabalhista da 3ª Região, é doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), e professora adjunta da UFMG.

Vale a pena trasladar um trecho do noticiário sobre essa bela obra, capturado na Internet[6]:

'O livro parte de uma comparação entre a história da Música e do Direito a partir da Grécia, buscando os inúmeros pontos em comum que existem entre estas duas formas de manifestação da cultura humana, especialmente da ocidental.

Se o legislador pode ser comparado ao compositor, que produz sua obra para gerar efeitos no futuro, o cantor-instrumentista, quando interpreta os sinais da partitura, equipara-se ao juiz que torna concreto o comando da lei. Mas há ainda um terceiro prisma de intérprete que é o público para o qual se destinam as artes dos músicos e o trabalho de legislador, juiz, advogados e estudiosos do direito'.

Essa técnica da leitura interpretativa por '**espelho**', a propósito do art. 620, do CPC - que, na essência, corresponde ao princípio da 'inversão do ônus da prova' -, não constitui novidade no

---

[3] Dicionário de Música, Zahar Editores e Luiz Paulo Horta, 1ª edição, RJ, 1985, p. 117.

[4] Dicionário GROVE de Música (edição concisa), Editado por Stanley Sadie, Jorge Zahar Editor, RJ, 1994, p. 303.

[5] Oração de Posse (A toga e a lira), publicada no livro "Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos", LTr, São Paulo, 2000, p. 562.

[6] Fonte: http://www.tj.to.gov.br/diariodajustica/arquivos_dj/DJ%201602.pdf

direito brasileiro, pois atualmente várias medidas têm sido implementadas para acelerar os processos judiciais, como é o caso, por exemplo, dos procedimentos com vistas à percepção de benefícios previdenciários, em relação aos quais foi celebrado um convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Previdência Social (MPS), a Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), segundo notícias publicadas na imprensa[7], no sentido de tornar mais rápida solução dos processos jurisdicionais de interesse do segurado da Previdência Social.

Providência muito importante, nesse contexto, é a prática conhecida como '**execução invertida**', que atribuiu ao INSS a responsabilidade pela realização da conta de liquidação dos créditos previdenciários, poupando o segurado desse encargo, até porque geralmente não dispõe de condições para a elaboração de cálculos complexos, que a Previdência Social pode realizar com muito mais facilidade.

Francisco Antônio de Oliveira preleciona em seus *Comentários às Súmulas do TST*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 691:

'Em verdade, o art. 655 do CPC (art. 882, da CLT) não faz qualquer exigência de que seja a execução definitiva ou provisória. O fato de ser provisória a execução não constitui fator impeditivo da penhora em numerário. Não nos parece tenha aplicação o art. 620 do CPC, pois não existe, do ponto de vista legal, possibilidade de escolha, não havendo falar em forma menos gravosa, quando a penhora se faz sobre numerário, pelo menos em princípio. A exceção deverá ser provada, não simplesmente alegada.

O crédito trabalhista tem natureza alimentar, é dotado de superprivilégio e, em certos casos, significa a sobrevivência do trabalhador e da sua família em país de desempregados. O benefício da execução menos gravosa de que fala o art. 620 do CPC deve ser aplicado em sede trabalhista com maior reserva do que aquela adotada no processo comum. A prática, principalmente aquela vivenciada pelos juízes de primeiro grau, ensina que a penhora em dinheiro se traduz em fator positivo de pressão para encurtar a execução. Já a penhora sobre qualquer outro bem é um incentivo a que a execução se arraste'.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 consagrou, como um dos mais importantes direitos e garantias fundamentais do cidadão, o princípio da '**razoável duração do processo** e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação' (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), o que já constitui característica do processo trabalhista, desde a sua origem (art. 765, da CLT), considerando a natureza alimentar do crédito reivindicado pelo trabalhador.

Ora, o **art. 655, inciso I, do CPC** (fonte subsidiária expressa do processo trabalhista, por força do art. 882, da CLT) - com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006 -, estabelece que o 'dinheiro,

[7] http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3445&Itemid=158

em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira', constitui o **primeiro bem** na ordem preferencial estabelecida em lei.

A lei não distingue a espécie de execução, se definitiva ou provisória.

E tudo isso sem falar na circunstância de que não basta a simples indicação de bens à penhora, pela parte executada.

Compete à autoridade judicial decidir se a indicação realmente **garante** a execução, tal como constitui prerrogativa do credor hipotecário, por exemplo, a preferência da penhora sobre a coisa dada em garantia (art. 654, § 1º, do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 11.382/2006).

Além disso, o art. 656, do CPC, com a redação dada pela citada Lei nº 11.382/2006, igualmente aplicável ao processo trabalhista, ao estabelecer critérios para a substituição da penhora, dispõe o seguinte:

'Art. 656. A parte poderá requerer a substituição da penhora:

I - se não obedecer à ordem legal;

II - se não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;

III - se, havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados;

IV - se, havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;

V - se incidir sobre bens de baixa liquidez;

VI - se fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou

VII - **se o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei**.

§ 1º É dever do executado (art. 600), no prazo fixado pelo juiz, indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora (art. 14, parágrafo único).

§ 2º A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).

§ 3º O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge.

Art. 657. Ouvida em 3 (três) dias a parte contrária, se os bens inicialmente penhorados (art. 652) forem substituídos por outros, lavrar-se-á o respectivo termo.

Parágrafo único. O juiz decidirá de plano quaisquer questões suscitadas'.

O exame dos autos nos permite verificar, com facilidade, que executada, ora impetrante, **não** cumpriu a contento os preceitos legais na nomeação do bem à penhora (veículo), pois sequer indicou o **valor** do bem a que se reporta a petição à fl. 141 (fl. 446 dos autos do Processo Trabalhista nº 00846-2007-007-08-00-5) - tal como determina o art. 656 do CPC -,

como também **não** cumpriu a regra do inciso II do art. 668 do CPC, que obriga o executado, na nomeação de bem à penhora, 'quanto aos móveis, **particularizar o estado e o lugar em que se encontram'**.

Reza, pois, o art. 668, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006:

'Art. 668. O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que **comprove cabalmente** que a substituição não trará prejuízo algum ao exeqüente e será menos onerosa para ele devedor (art. 17, incisos IV e VI, e art. 620).

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, ao executado incumbe:

I - quanto aos bens imóveis, indicar as respectivas matrículas e registros, situá-los e mencionar as divisas e confrontações;

II - **quanto aos móveis, particularizar o estado e o lugar em que se encontram**;

III - quanto aos semoventes, especificá-los, indicando o número de cabeças e o imóvel em que se encontram;

IV - quanto aos créditos, identificar o devedor e qualificá-lo, descrevendo a origem da dívida, o título que a representa e a data do vencimento; e

V - **atribuir valor aos bens indicados à penhora'**.

Finalmente, observe-se que não houve ato de alienação de domínio, mas apenas a ordem de penhora *on-line*, à disposição do Juízo da Execução.

Os fundamentos expostos aplicam-se ao bloqueio sobre crédito em conta bancária como também sobre créditos provenientes de Vales-Transportes perante o SETRANSBEL, até porque a impetrante não demonstrou que o valor da ordem de bloqueio *on-line* (R$27.705,43) torne inviáveis as atividades da empresa. Ao contrário, o retardamento da execução causa manifesto prejuízo ao exeqüente.

Por todos esses motivos, não há que se falar em direito líquido e certo.

Assim, denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora.

ANTE O EXPOSTO, admito a presente ação mandamental, mas denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos).

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Seção Especializada I do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, por maioria de votos,

> em admitir a presente ação mandamental, vencida a Exma. Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar; e, no mérito, ainda por maioria de votos, vencidas as Exmªs. Desembargadoras Relatora e Alda Maria de Pinho Couto, denegar a segurança impetrada e determinar a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos). Prolatará o Acórdão o Exmº. Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.
>
> Sala de Sessões da Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 04 de setembro de 2008.
>
> a) VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho - Prolator".

O art. 475-O, § 2º, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005, em particular, é aplicável ao processo trabalhista, mediante adaptação lógica à organização judiciária da Justiça do Trabalho, onde o C. TST funciona como órgão de cúpula, logo abaixo do E. STF, tal como atua o C. STJ, no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Estadual, com idênticas atribuições de editar súmulas e uniformizar a jurisprudência nacional no âmbito de suas respectivas jurisdições.

No mesmo sentido, os Enunciados nºs 21 e 22, aprovados na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), no período de 24 a 26/11/2010, em Cuiabá (MT), que assim dispõem:

> "**21.** EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA EM DINHEIRO. POSSIBILIDADE. É válida a penhora de dinheiro na execução provisória, inclusive por meio do Bacen Jud. A Súmula nº 417, item III, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), está superada pelo art. 475-O do Código de Processo Civil (CPC).
>
> **22. 1.** EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ARTIGO 475-O DO CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL (CPC). APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. FORMA DE MINIMIZAR O EFEITO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS MERAMENTE PROTELATÓRIOS E CONCEDER AO AUTOR PARTE DE SEU CRÉDITO, QUE POSSUI NATUREZA ALIMENTAR. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é omissa no tocante à possibilidade de liberação de créditos ao exeqüente em fase de execução provisória, sendo plenamente aplicável o art. 475-O do CPC, o qual torna aquela mais eficaz, atingindo a finalidade do processo social, diminuindo os efeitos negativos da interposição de recursos meramente protelatórios pela parte contrária, satisfazendo o crédito alimentar. **2.** O art. 475-O do CPC aplica-se subsidiariamente ao Processo do Trabalho."

Vale assinalar, ainda, a recente decisão da E. 6ª Turma do Colendo Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do art. 475-O, do CPC, no processo trabalhista.

O teor do entendimento proferido na v. decisão proferida nos autos do Processo nº TST-RR-163640-69.2008.5.03.0139, julgado em 04/08/2010 e publicado DEJT de 13/08/2010 (Relator Ministro Maurício Godinho Delgado), restou assim ementado:

"**PROCESSO Nº TST-RR-163640-69.2008.5.03.0139**
A C Ó R D Ã O
(Ac. 6ª Turma)
RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O DO CPC. COMPATIBILIDADE COM O PROCESSO DO TRABALHO. A regra e o princípio constitucionais da razoável duração do processo e da efetividade da jurisdição (art. 5º, LXXVIII, CF) tornam compatíveis com o processo do trabalho os novos dispositivos processuais civis favorecedores da célere, eficiente e efetiva prestação jurisdicional, tal como o recente art. 475-O do CPC reformado. Em par com essa fonte constitucional inovadora e heurística (por si só bastante), o artigo 475-O do CPC é de aplicabilidade no processo do trabalho em face do permissivo contido no art. 769 da CLT e também porque a natureza do crédito trabalhista se compatibiliza com normas de índole protetiva que busquem o aperfeiçoamento dos procedimentos executivos, com o objetivo de se alcançar de forma efetiva a satisfação dos créditos reconhecidos judicialmente. A finalidade social da norma é inquestionável, possibilitando a diminuição do impacto sofrido pelo trabalhador que é dispensado sem a percepção de todos os direitos adquiridos ao longo do pacto laboral e é impedido de obter recursos financeiros para suprir necessidades básicas em virtude das várias medidas processuais disponibilizadas às partes, que permitem seja protelado o pagamento das verbas deferidas em juízo. A absorção, pelo processo do trabalho, das regras processuais civis, naquilo que tornam a execução mais rápida e eficaz, tem respaldo ainda em outro texto constitucional que, no art. 100, § 1º-A, reconhece expressamente a natureza alimentar dos créditos trabalhistas. Nesse sentido, é nítida a harmonia entre a norma contida no art. 475-O do CPC e o sistema processual trabalhista especializado. Recurso de revista não conhecido."
Fonte: http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=5207414 .nia.&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1

No caso dos autos, encontra-se pendente de julgamento no C. TST, o agravo de instrumento (Processo nº AIRR-0001168-44.2010.5.08.0000) interposto do r. despacho que denegou seguimento ao recurso de revista apresentado pela executada, autuado em **22/10/2010** no C. Tribunal Superior do Trabalho.

Vale ressaltar, ainda, a "baixa probabilidade de provimento" do agravo instrumento interposto pela executada, em face do r. despacho que denegou seguimento ao recurso de revista da demandada.

Ademais, se o impetrante deseja solucionar a pendência de modo menos gravoso, ainda pode celebrar conciliação com o credor.

O alegado direito e líquido ***não*** está demonstrado.

Denego, portanto, a segurança impetrada e proponho que seja cassada a liminar concedida.

ANTE O EXPOSTO, admito o presente mandado de segurança; e, no mérito, denego a segurança impetrada, à falta de amparo legal, bem como casso a liminar

concedida às fls. 63/63 verso, conforme os fundamentos. Custas de R$-20,00 (vinte reais), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-1.000,00 (um mil reais).

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região; por maioria de votos, vencidos os Excelentíssimos Desembargadores Rosita de Nazaré Sidrim Nassar e José Edílsimo Eliziário Bentes, em admitir o mandado de segurança; e, no mérito, pelo voto de desempate do Excelentíssimo Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, vencidos os Excelentíssimos Desembargadores Georgenor de Sousa Franco Filho, Alda Maria de Pinho Couto e Elizabeth Fátima Martins Newman, denegar a segurança impetrada, à falta de amparo legal, bem como cassar a liminar concedida às fls. 63/63 verso, conforme os fundamentos. Custas de R$-20,00 (vinte reais), pela impetrante, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$-1.000,00 (um mil reais).

Sala de Sessões da Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 27 de janeiro de 2011. (Publicado no DEJT em 31/01/2011)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Relator. Ciente: Ministério Público do Trabalho.

****

HORAS INTERVALARES. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. NORMA COLETIVA.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 0000733-37.2010.5.08.0205
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: **JORGE PEREIRA MORAES**
Dr. Wilker de Jesus Lira

RECORRIDOS: **TCM TRANSPORTES COLETIVOS MACAPÁ LTDA.**
Dr. Constantino Augusto Tork Brahuna Junior
UNIÃO MACAPÁ DE TRANSPORTE LTDA.
Dr. Constantino Augusto Tork Brahuna Junior
e
VIAÇÃO MACAPÁ DE TURISMO LTDA.
Dr. Constantino Augusto Tork Brahuna Junior

HORAS INTERVALARES. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. NORMA COLETIVA. Para as jornadas de trabalho superiores a 06 horas em que não houver a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para repouso e alimentação, o empregado deverá receber uma hora de trabalho acrescida de no mínimo 50% sobre o valor da remuneração da hora normal, devendo ser observado adicional maior, se previsto em norma coletiva.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

O recurso ordinário interposto pelo reclamante às fls. 298/302v merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 22), sendo o recorrente beneficiário da justiça gratuita.

2.2 MÉRITO

DAS HORAS INTERVALARES - ACORDO PERANTE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

O reclamante se insurge contra a sentença que entendeu válido o acordo firmado perante à Comissão de Conciliação Prévia e, em razão disso, indeferiu o pleito de horas extras intervalares, em razão da não concessão do intervalo intrajornada previsto em norma coletiva.

Aduz a reclamada que não se pode cogitar a nulidade do acordo após a conciliação junto à Comissão de Conciliação Prévia (CCP), uma vez que tal norma tem caráter legal e constitucional. Afirma que o reclamante não foi coagido a conciliar, o que não foi provado nos autos.

A meu ver, a sentença deve ser reformada. O acordo extrajudicial de fl. 176 não pode ser convalidado como instrumento de quitação geral da parcela, em razão do estado de sujeição em que se encontra o obreiro, o que o impede de negociar em condição de igualdade com o empregador.

Vejo que o valor acordado para quitação do intervalo intrajornada não concedido (R$3.000,00) encontrava-se muito aquém do efetivamente devido ao reclamante pela supressão de seu horário de descanso. Logo, o acordo assinado perante à Comissão de Conciliação Prévia mostrou-se um negócio extremamente danoso ao trabalhador, o que deve ser invalidado, a luz dos princípios protetores que norteiam o Direito do Trabalho.

A favor dessa tese, invoco o disposto no artigo 157 do Código Civil, *in verbis:*

> **Art. 157. Ocorre lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.**

É óbvio que, ao se deferir a parcela, deverá o juízo determinar o abatimento dos valores recebidos a esse título, mediante o acordo, evitando-se o enriquecimento ilícito da parte.

Apreciando o pedido propriamente dito**, d**efiro como extras as horas intervalares não concedidas pela empresa.

Com efeito, a reclamada, ao se defender, confessa que o reclamante trabalhava durante 7 horas e 20 minutos diários corridos, sem intervalo, embora haja acordo coletivo prevendo expressamente a jornada de 7h20’ com a concessão de intervalo de no mínimo 2 e no máximo 4 horas.

A tese da defesa é no sentido de que tal norma não seria aplicável ao autor, que sempre trabalhou 7h20’ sem intervalo, mas apenas aos trabalhadores admitidos em período posterior à publicação da norma coletiva.

No entender da reclamada, a extinção, via norma coletiva, da prática da jornada em turno único de 7h20’ , com hora intervalar fracionada no término de cada percurso, não atende aos anseios da categoria profissional, já que, na prática, elastece a permanência dos empregados no terminal rodoviário, dada a impossibilidade de

retorno às suas residências para descanso e retorno para o segundo turno de trabalho, o que revela-se prejudicial à categoria, sendo motivo de grande insatisfação pelos trabalhadores. Alega, portanto, que a prática adotada na empresa é mais benéfica aos profissionais motoristas e cobradores.

Não vejo como acolher a tese da defesa. A alegação de que a adoção desse regime não reflete o real desejo dos trabalhadores não pode ser alegada, neste momento, em dissídio individual, por se tratar de cláusula de norma coletiva subscrita por sindicatos representantes da categoria profissional, não nos cabendo, portanto, questioná-la, mesmo porque a disposição da norma coletiva está de acordo com os ditames previstos na legislação consolidada (art. 71).

Rejeito a alegação da defesa de que a extinção do chamado turno único teria ocorrido apenas em 12 de dezembro de 2005, com a publicação do DC 00278-2005-*000-08-00-6.

Na verdade, o turno único foi extinto desde o ano de 2003, quando foi feita uma ressalva no acordo coletivo do ano 2003/2004, onde consta no parágrafo 2º da cláusula II, relativa à jornada de trabalho de 7 horas e 20 minutos, assim dispondo: *"As empresas que utilizam turno único de trabalho permanecerão utilizando, porém, até o limite de 10% (dez por cento) do quadro de pessoal exercentes das funções de cobradores e motoristas, enquanto que as empresas que operam com índice menor ao ora estipulado não poderão alterá-los e as que não fazem uso desse sistema de jornada laboral, não poderão instituí-los."*

No caso dos autos, a empresa não demonstrou que tivesse apenas 10% de seu quadro de cobradores e motoristas nesse sistema de turno único. E ainda que tivesse demonstrado, tal não autorizaria o labor em 7 horas e 20 minutos sem intervalo.

Com efeito, o art. 71 da CLT é bastante claro quanto à obrigação de concessão de intervalo de no mínimo uma hora para o labor em jornada superior a 6 horas, não podendo ser aceita supressão de intervalo por norma coletiva, por se tratar de direito relativa à segurança e saúde do trabalhador.

Por outro lado, não vejo como acolher a tese da defesa no sentido de que o acordo coletivo previa a concessão de intervalo como uma faculdade e não como obrigação. Ora a previsão normativa, quando trata de "faculdade", refere-se ao período de intervalo, que poderia ser elastecido de 2 a 4 horas.

A regra estabelecida no art. 71 da CLT é de que para as jornadas de trabalho superiores a 06 horas em que não houver a concessão de um **intervalo mínimo de uma hora** para repouso e alimentação, o empregado deverá receber uma hora de trabalho acrescida de no mínimo 50% sobre o valor da remuneração da hora normal, mesmo que o total da jornada diária de trabalho não ultrapasse as oito horas (art. 71 § 4º da CLT).

Ressalto, por fim, que o acordo coletivo 2007/2008, em sua cláusula XVI (fls. 16/18), no parágrafo 2º, extinguiu o turno único de 7 horas e 20 minutos, pelo que tornou obrigatória a concessão de intervalo intrajornada, adequando-se os ditames da lei.

Logo, em respeito ao disposto na lei e na norma coletiva, deferem-se 2 horas extras intervalares por cada dia trabalhado, com o adicional previsto no instrumento normativo, abatidos os valores pagos (total de R$3.000,00) a esse título.

DEDUÇÃO DOS INTERVALOS

De forma alternativa, requer a reclamada sejam considerados os períodos de intervalo gozados pelo autor a cada viagem, para deduzi-los da obrigação imposta da sentença, sob pena de enriquecimento sem causa.

Não lhe assiste razão. A concessão de pequenos intervalos durante a jornada de trabalha não substitui o dever legal de concessão de intervalo intrajornada de no mínimo 1 hora, não podendo, portanto, ser considerados para efeito de abatimento.

DAS HORAS EXTRAS - TEMPO A DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR - INSPEÇÃO DO VEÍCULO - TRAJETO DA GARAGEM

Concordo também com a decisão que indeferiu o pleito de horas extras relativas ao tempo despendido na inspeção do veículo.

A respeito desse fato, a defesa alega que possui serviços mecânicos 24 horas para realizações direcionadas à inspeção dos veículos.

Verifica-se que a alegação da peça exordial é de que o reclamante levava em média 30 minutos para inspecionar o veículo. Tal afirmação, contudo, está em dissonância com as circunstâncias em que estava inserido, como veremos a seguir.

Já tivemos oportunidade de verificar em outros processos da mesma empresa que o tempo despendido da inspeção de ônibus não ultrapassa 10 minutos diários, podendo ser feito, em algumas ocasiões, em apenas 5 minutos.

Afora isso, o reclamante sequer indicou qual seria seu horário de trabalho e em que momento ocorreria a inspeção.

Com isto, aplico o art. 58, parágrafo primeiro da CLT, para não conceder horas extras relativas à inspeção do veículo. Cito ainda a Súmula nº 366 do TST, que não considera como jornada extraordinária o período de tempo de até 10 minutos além da jornada.

Contudo, defiro como extraordinário o tempo gasto com o trajeto terminal-garagem percorrido pelo mesmo ao final de sua jornada, tendo em vista tratar-se de tempo a disposição do empregador, o qual não era computado na jornada de trabalho.

A empresa, para efeito de apuração da jornada de trabalho habitual, considerava tão somente o número de viagens realizadas, sem considerar o tempo gasto no trajeto entre o terminal e a garagem, a qual se localizava a 20 minutos, no terminal de Santana, como já tivemos oportunidade de verificar em outros processos da mesma empresa.

Nesse aspecto, defiro do pleito de horas extras, a 40 minutos por dia de efetivo serviço ao autor, limitado, porém, à quantidade de horas postuladas na exordial (13,50 por mês).

Deferem-se, também, os reflexos postulados.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Não se encontrando o reclamante assistido de seu sindicato de classe, indefere-se o pleito de honorários, não sendo suficiente para o deferimento o fato de o mesmo ser beneficiário da justiça gratuita.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso das reclamadas; no mérito, dou-lhe, em parte, provimento para, reformando parcialmente a sentença recorrida, condenar as reclamadas ao pagamento das parcelas de horas extras intervalares (2 horas por dia a 60%), abatidos os valores já recebidos, com reflexos nas parcelas de FGTS, repouso semanal remunerado, férias e 13º salário, bem como às horas extras relativas ao tempo à disposição do empregador (13,50 mensais), com iguais reflexos, conforme os fundamentos, mantida a r. sentença em seus demais termos.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE, EM PARTE, PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR AS RECLAMADAS AO PAGAMENTO DAS PARCELAS DE HORAS EXTRAS INTERVALARES (2 HORAS POR

DIA A 60%), ABATIDOS OS VALORES JÁ RECEBIDOS, COM REFLEXOS NAS PARCELAS DE FGTS, REPOUSO SEMANAL REMUNERADO, FÉRIAS E 13º SALÁRIO, BEM COMO ÀS HORAS EXTRAS RELATIVAS AO TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR (13,50 MENSAIS), COM IGUAIS REFLEXOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS, MANTENDO A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELAS RECLAMADAS EM R$800,00, CALCULADAS SOBRE R$40.000,00.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 1º de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 04/02/2011)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL/ESTÉTICO. RESPONSABILIDADE DA EMPREGADORA CONFIGURADA.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 0000087-45.2010.5.08.0005
RELATORA: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

RECORRENTE: **ARTUR CAMPELO NEVES JUNIOR**
Dr. Daniel Lima de Souza e outros

RECORRIDA: **GAFISA S/A**
Dr. Adriano Palermo Coelho e outros

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL/ESTÉTICO. RESPONSABILIDADE DA EMPREGADORA CONFIGURADA. A reclamada chamou para si o ônus da prova, quando alegou culpa exclusiva do autor, encargo do qual não se desincumbiu. Antes pelo contrário, as provas dos autos apontam que a reclamada-recorrida teve sim responsabilidade pela ocorrência do acidente que vitimou o obreiro, pois fora negligente, uma vez que não possibilitou ao empregado um ambiente de trabalho seguro, livre de riscos de acidentes, para o correto desenvolvimento de seu mister, prestado como carpinteiro estrutural e sujeito a riscos de acidentes como o que, infelizmente, veio a ocorrer.

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário do reclamante, uma vez preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

As contrarrazões também estão em ordem.

2.2 PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE FLS. 188/189

O recorrente alega estar equivocada a decisão interlocutória que declarou nula a citação da reclamada, fls. 188/190, e chamou o processo à ordem, reabrindo a instrução processual, uma vez que viola expressamente as disposições contidas na Súmula nº 16 do C. TST e no art. 841 da CLT.

Em síntese, assevera que o endereço indicado para notificação inicial da reclamada foi retirado da CAT expedida pela empresa e não de forma aleatória como afirma a reclamada, sendo certo que a referida notificação foi recebida por uma funcionária do condomínio onde está situada a reclamada. Assim sendo, restou cabalmente comprovado nos autos que a notificação inicial não está eivada de qualquer vício de nulidade, já que inexiste o privilégio da citação pessoal no processo trabalhista, razão pela qual deve ser reformada a decisão interlocutória da MM. Juíza Titular que anulou a sentença e todos os atos anteriores, restaurando-se a sentença anulada.

Sem razão o recorrente.

Observo que após a reabertura da instrução processual, determinada pela decisão interlocutória de fls. 188/190, foi realizada a audiência de fl. 218, ocasião em que o reclamante aditou a petição inicial para juntar documentos comprobatórios da continuidade da percepção do auxílio acidente de trabalho, bem como atestados médicos e comprovantes de que está fazendo uso de medicamento controlado em razão de tratamento psiquiátrico. Em vista do aditamento, a reclamada requereu e o Juízo deferiu a devolução do prazo para apresentação de contestação.

Do exposto, forçoso é dizer que o recorrente não pode mais pretender discutir matéria fulminada pela preclusão lógica, haja vista que, ao aditar a peça de ingresso (possibilitando a devolução do prazo para defesa), praticou ato revelador de seu conformismo com a decisão interlocutória que ora quer ver anulada/reformada, consoante o disposto no art. 473 do CPC.

Assim, considero prejudicada a análise da preliminar em epígrafe.

2.3 MÉRITO

2.3.1 DO ACIDENTE DE TRABALHO E DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA

O reclamante não se conforma com a decisão vergastada, que julgou improcedentes todos os pleitos da exordial, por entender que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do obreiro. Alega que a recorrida foi a responsável pelo infortúnio ocorrido, na medida em que teve culpa pelo acidente que lhe causou cegueira no olho esquerdo, conforme demonstra o conjunto fático-probatório, em especial, o depoimento do Técnico em Segurança do Trabalho, única testemunha ouvida nos autos.

Assinala que a referida decisão é contraditória, quando argumenta ser aplicável ao caso concreto a Teoria da Responsabilidade civil objetiva (que não considera a culpa do agente para o dever de responsabilização), para em seguida, mencionar que a culpa exclusiva do reclamante exclui o nexo de causalidade capaz de atribuir responsabilidade à reclamada.

Esclarece que a responsabilidade civil objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, centra-se na idéia de risco (atividade do gente). De acordo com a mencionada teoria, o dever de reparação exige simples investigação da causalidade entre o dano e a atividade expositora de risco, ainda que derive da prática de uma atividade socialmente aceitável e lícita, contudo, pelo acentuado risco que a permeia e por razões de equidade e justiça material, recebe a imposição legal do dever de reparação do dano, independentemente de culpa do agente. Migra-se do chamado dano ilícito para o dano injusto.

Acrescenta, ainda, que no sistema jurídico brasileiro não houve, somente, a criação de uma cláusula geral de responsabilidade civil objetiva, mas de uma cláusula geral de responsabilidade civil **diferenciada**, que não admite a criticável possibilidade do agente causador do dano se eximir de responsabilidade, caso demonstre que tomou todas as medidas possíveis e necessárias para minimizar riscos e impedir o dano. Ou seja, a responsabilidade civil baseada na teoria do risco objetivo não intenta buscar culpados, mas responsáveis.

In casu, o obreiro exercia a atividade de carpinteiro estrutural na reclamada (agente que exerce atividade de risco - construção de edifícios), a qual mesmo alegando que o dano (perfuração do olho esquerdo por meio de um metal) não fora causado por si, mas por ato exclusivo do reclamante, não pode pretender se eximir do dever de reparar os prejuízos ocasionados ao seu empregado.

Por todo o exposto, pretende a responsabilização da recorrida pelos danos morais, materiais e estéticos sofridos pelo recorrente, julgando-se totalmente procedentes os pleitos da exordial.

Passo ao exame da questão.

Na inicial, o reclamante relatou que, em seu primeiro dia de trabalho, quando tentava subir um painel de madeirite para outro carpinteiro estrutural, que se encontrava no andar de cima, não conseguiu fazê-lo, porque havia um ferro de formato circular (espessura ¼) engatado na estrutura da banda do pilar, que impedia o levantamento do painel. Assim, o obreiro tentou desengatar o ferro, o qual se soltou e atingiu diretamente o seu rosto, perfurando-o abaixo do olho esquerdo, vindo a atingi-lo por dentro e a causar-lhe a cegueira imediata, tendo sido necessário procedimento cirúrgico para retirada completa de seu globo ocular esquerdo.

Asseverou, ainda, que após o acidente procurou, imediatamente, o encarregado da obra, Sr. Marcos. Em seguida, foi levado ao Pronto Socorro Municipal pelo Sr. João Pina, Técnico em Segurança do Trabalho, de onde foram encaminhados ao Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, local onde o recorrente foi operado (enucleação do globo ocular) e permaneceu internado por 07 (sete) dias.

Esclareceu que a reclamada, embora tenha emitido a CAT, o fez de forma incompleta, uma vez que a mesma não contém a descrição do acidente (campo de preenchimento obrigatório), o que se deu, obviamente, porque a reclamada sabe que o acidente ocorreu por culpa da empresa, que não atentou para o cumprimento das normas de segurança (NR-18), tendo consciência de que a barra de ferro que atingiu o reclamante não deveria estar presa no painel de madeirite.

Relata que ficou afastado de suas funções de 23/06/2009 até 11/10/2009, com recebimento de auxílio-doença-acidentário; que por ocasião de sua reapresentação ao trabalho (13/05/2009), submeteu-se a exame médico, tendo o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) concluído pela necessidade de sua readaptação, o que não foi respeitado pela reclamada, pois o autor retornou ao trabalho na função de carpinteiro estrutural; que trabalhou um dia na função antiga e, em seguida, passou a função de porteiro da obra, permanecendo sentado o dia todo; que seu benefício previdenciário foi prorrogado até 03/12/2009 e, posteriormente, até 30/07/2010 (conforme documento de fl. 196).

Em contestação, fls. 222/247, a reclamada alegou que o reclamante foi admitido em 11/05/2009 e começou a trabalhar no dia 12/05/2009, uma vez que no dia da contratação realizou treinamento, recebeu orientações e os EPI's necessários para o desempenho de suas funções.

Aduziu que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do obreiro, o qual, quando realizava a desforma de um pilar, de maneira imprudente, imperita e negligente,

improvisou a retirada da ferragem da forma com as próprias mãos, sem a utilização de equipamento adequado para a execução da tarefa.

Relata que o reclamante puxou com as mãos, em sua própria direção, a ferragem da forma do pilar, sem a devida técnica e de maneira totalmente imprudente. A ferragem sob pressão, quando se soltou atingiu o rosto do obreiro, ocasionando lesão em seu olho esquerdo.

De imediato, a reclamada levou o reclamante para atendimento médico no Pronto Socorro, que o encaminhou ao Hospital Metropolitano. Após o ocorrido, o reclamante entrou em gozo de benefício previdenciário, retornando ao trabalho em 13/10/2009, ocasião em que foi enquadrado como porteiro, em observância à readaptação de sua função. É de seu conhecimento que o reclamante está em gozo de benefício previdenciário até 30/07/2010.

Feito esse panorama sobre a questão, cumpre fazer as seguintes observações:

1- É incontroverso nos autos o fato de o recorrente ter sido vítima de acidente de trabalho, que resultou em cegueira no olho esquerdo (com retirada do globo ocular), haja vista que foi a própria recorrida quem emitiu a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), conforme se verifica às folhas 41/42;

2- A empresa-demandada atraiu para si o ônus de provar o fato impeditivo do direito do autor, qual seja, a culpa exclusiva do obreiro com relação ao acidente sofrido, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil brasileiro, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, conforme permissivo contido no artigo 769 consolidado.

Vejamos, doravante, se a reclamada conseguiu se desincumbir a contento de seu *onus probandi*.

Os documentos juntados às fls. 248/255, comprovam que o reclamante participou de treinamento admissional, juntamente com mais 06 (seis) carpinteiros estruturais; recebeu EPI's, bem como cópia de ordem de serviço que elenca os riscos mais comuns, os equipamentos necessários à proteção individual, as medidas de proteção coletiva e os procedimentos de segurança que devem ser adotados pelos empregados no exercício de seu mister. Dentre estes últimos, destaca-se a orientação para não improvisação e uso correto do tipo de ferramenta ou equipamento adequado para cada serviço.

Contudo, vale frisar, que mesmo tendo a reclamada adotado os procedimentos acima, inclusive fornecendo ao obreiro os EPI's necessários ao desenvolvimento de suas funções, tal atitude não tem o condão de afastar a responsabilidade da empresa quanto aos acidentes ocorridos, sendo seu dever zelar para que o ambiente de trabalho torne-se o mais seguro possível. Postura não demonstrada pela empresa, que não aos autos o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Prevenção de Riscos de Riscos Ambientais (PPRA), nem laudos periciais realizados no local de trabalho do reclamante, conforme determinado na notificação de fls. 190/190-verso, incorrendo no disposto no art. 359 do CPC.

Passemos ao reexame dos depoimentos das partes e da testemunha.

Em resumo, o reclamante declarou o seguinte:

> que sofreu acidente no seu primeiro dia de trabalho, o qual resultou na enucleação de seu globo ocular esquerdo; que quando voltou à empresa trabalhou um dia na função de carpinteiro estrutural, mas no dia seguinte passou a trabalhar como porteiro; que interpôs recurso junto ao INSS, que isto lhe garantiu a continuidade do benefício previdenciário até 30/07/2010; que faz tratamento psiquiátrico em razão do acidente; que tem 40 anos de idade e já

trabalhava nessa função há 05 anos; que para laje ser concretada, precisa estar limpa; que no dia do acidente precisou retirar uma roda de ferro, que estava na laje engatada na estrutura metálica; que tentou puxar a roda de ferro para desengatá-la da estrutura, momento em que ela se rompeu, fazendo uma alavanca por baixo e ferindo o seu rosto; que confirma que o ferro com o qual se acidentou é parecido com o constante na foto de fl. 262, bem como que foi atingido abaixo dos olhos, conforme demonstra a foto de fl. 261; que a área de trabalho deveria estar limpa por ordem do técnico de segurança do trabalho, como não estava resolveu retirar o material da laje; que não existia nenhuma ferramenta apropriada para retirar as barras de ferro da lage; que o curso de segurança de trabalho do qual participou durou apenas uma hora, das 8 às 9 horas; que começou a trabalhar no mesmo dia; que assinou lista de frequência, mas não recebeu treinamento de 06 (seis) horas; que os carpinteiros estruturais recebem salário fixo mais produção equivalente a 200 horas extras, caso consigam preparar duas lajes; que a empresa custeou as despesas médico-hospitalares decorrentes do acidente e pagou uma quantia relativa à prótese e seguro de acidente do trabalho; que serra e alicate de pressão são utilizados para cortar ferro; que não viu as referidas ferramentas na empresa, mas acredita que elas existam no almoxarifado; que um carpinteiro estrutural faz desforma de pilar; que no momento do acidente estavam sendo feitas desformas de pilar.

O preposto da reclamada, por sua vez, prestou as seguintes informações:

que é administrador de obra da empresa e trabalha na obra em que o reclamante atuou; que o acidente ocorreu no primeiro dia de trabalho após a contratação do reclamante; **que no momento do ocorrido o reclamante trabalhava na desforma de pilar e laje, e tentou retirar o arame de ferro com as próprias mãos, o que ocasionou o acidente, já que o autor deveria ter utilizado uma tesoura para cortar a barra;** que o reclamante trabalhou pela manhã, a partir das 7 horas, e o acidente ocorreu após o almoço; que o reclamante fez curso de segurança do trabalho na data anterior durante todo o dia; que faz parte do serviço do carpinteiro estrutural a retirada das barras de ferro, como a que acidentou o reclamante, porque elas prendem a forma que está sendo concretada; que a empresa custeou as despesas médico-hospitalares e continuou pagando a remuneração do reclamante inclusive com a produção de equipe de carpintaria; que os carpinteiros recebem salário fixo mais produção, na média de 50 horas por laje, hora essa calculada com base na hora do salário-base; que não sabe o horário exato do acidente; que **acha**que alguém presenciou, mas não sabe declinar o nome; que os operários trabalham até as 17 horas; que são construídas entre 2 e 5 lajes por mês; que o valor da hora atual de um carpinteiro é o previsto na convenção coletiva; que é necessário um treinamento de no mínimo 06:00 para o operário começar a trabalhar; que o reclamante cumpriu todas as 06:00; que o ferro que o reclamante soltou deveria estar no local em que estava porque fazia parte do

travamento da forma; que depois do acidente o reclamante chegou a voltar a trabalhar na mesma função, mas tão logo o depoente chegou na obra, por volta das 07:30, determinou que o reclamante descesse; que o reclamante atualmente não trabalha na obra.

A única testemunha ouvida nos autos, SR. JOÃO PINA MARTINS, Técnico em Segurança do Trabalho, prestou as seguintes declarações:

"que trabalha na empresa desde o início de 2009 e trabalha na obra que o reclamante atuou; **que fez análise e investigação do ocorrido no acidente envolvendo o reclamante e constatou que ele trabalhava na desforma de pilar e tentou retirar com as próprias mãos um vergalhão que estava preso de alguma forma, e com a pressão atingiu o rosto do trabalhador de baixo para cima, lesionando a região abaixo dos olhos**; que o vergalhão servia para segurar a forma que serve à concretagem do pilar para que o madeirite não abra quando o concreto seja despejado; que faz parte do trabalho do reclamante a retirada dos vergalhões que seguram a forma; que há uma ferramenta adequada para retirada desses vergalhões, um **alicate** com nome específico que no momento não se recorda; que os trabalhadores recebem um treinamento para manuseio dessas ferramentas e elas ficam a disposição do almoxarifado; que no momento do ocorrido não havia essa ferramenta na laje, mas ela estava a disposição no almoxarifado; que o reclamante participou de um treinamento admissional e integração no dia da contratação; **que o vergalhão estava preso segurando a forma, envolvido com arame galvanizado; que o arame não se romperia caso o trabalhador apenas o puxasse com as mãos**; que **o acidente ocorreu no final do expediente da tarde aproximadamente às 17:00**; que os funcionários trabalham até as 17:00 de segunda a quinta e até às 16:00 as sextas; que são necessárias seis horas de treinamento admissional e três horas de integração; que o reclamante participou do curso completo; que após o acidente o reclamante não voltou a atuar na mesma função."

Do conjunto probatório e dos depoimentos colhidos, verifica-se que:

1- O reclamante foi contratado no dia 11/05/2009, dia em que recebeu EPI's, treinamento admissional de 06 (seis) horas e Ordem de Serviço, objetivando prevenir atos inseguros e doenças ocupacionais no exercício do trabalho, conforme documentos de fls. 248/255 e depoimento testemunhal;

2- A reclamada, por ocasião do preenchimento da CAT, não preencheu o campo "Descrição do Acidente", nem refutou as alegações de omissão voluntária feitas pelo reclamante, as quais se presumem verdadeiras (presunção *juris tantum*), tendo em vista o ônus da impugnação especificada previsto no art. 300 do CPC;

3- À época do acidente que vitimou o reclamante, a empresa contava com 07 carpinteiros estruturais, necessários para a construção, em média, de 2 a 5 lajes por mês (conforme lista de presença de fl. 253 e o depoimento do preposto);

4- A reclamada não trouxe aos autos PCMSO e PPRA, documentos capazes de apontar, de forma específica, quais as atividades desenvolvidas pelo reclamante (carpinteiro estrutural), bem como os riscos a elas inerentes;

5- É incontroverso que o reclamante, como carpinteiro estrutural, montava e desmontava pilares, fazia lajes, medições com aplumação, utilizava ferramentas para

serrar e cortar com serrote, etc., de acordo com o declarado na inicial e não impugnado na defesa;

6- No momento do acidente estavam sendo feitas desformas de pilar, conforme declarações do reclamante;

7- Não houve testemunhas do acidente ocorrido com o reclamante;

8- A versão da reclamada para o acidente baseia-se, exclusivamente, nas análises e constatações feitas após o acidente pelo Técnico de Segurança do Trabalho (testemunha);

9- O vergalhão que a reclamada afirma que atingiu o reclamante, cuja função seria segurar a forma de madeira para a concretagem, **não** se romperia apenas com um puxão dado com as mãos pelo reclamante, conforme depoimento da testemunha (Técnico de Segurança do Trabalho).

De tais verificações, exsurgem questionamentos que restaram sem respostas. Senão vejamos:

Se ninguém presenciou o infortúnio, como a reclamada pode afirmar que o acidente ocorreu no momento da desforma de pilares, ou mesmo que ocorreu em razão de o reclamante ter puxado em sua direção, com as mãos, um vergalhão que servia para prender as formas de madeira?

E mais, se a empresa sabia do acidente com tantos detalhes, por que não o descreveu no campo de preenchimento obrigatório da Comunicação de Acidente de Trabalho, nem contestou as alegações de omissão dolosa feitas pelo reclamante?

De acordo com a reclamada o acidente ocorreu por culpa exclusiva do reclamante, que com imprudência e imperícia puxou, com as mãos, um vergalhão de ferro que prendia a forma de madeira, vindo a ser atingido pelo referido vergalhão, que com a força da pressão, perfurou o seu rosto e alcançou o seu olho esquerdo, causando-lhe cegueira imediata, com retirada total do globo ocular.

Daí questiona-se: como o acidente poderia ter acontecido dessa forma, se o Técnico de Segurança do Trabalho da empresa, afirmou em seu depoimento que o ferro que prende a forma de madeira para a concretagem **NÃO** se rompe apenas com um puxão dado com as mãos pelo reclamante?

De toda essa exposição de fatos e provas, conclui-se que, ainda que o acidente possa ter ocorrido no momento da desforma dos pilares, o ferro que atingiu o reclamante deveria estar preso de maneira segura, de modo a não se soltar e atingir o empregado, pelo menos foi isso que declarou o Técnico de Segurança do Trabalho da empresa, ouvido como testemunha nos autos. Logo, se o ferro se soltou ou se rompeu é por que não foram adotados pela empresa os procedimentos de segurança adequados, seja na atracação das formas de madeira, seja na qualidade do próprio ferro utilizado para referida atracação.

Nesse passo, forçoso é dizer que a reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar que o acidente se deu por culpa exclusiva do reclamante. Antes pelo contrário, o conjunto probatório aponta de forma cristalina para a existência de nexo causal entre a conduta da empresa (negligência) e o acidente que vitimou o reclamante.

Em outras palavras, a reclamada-recorrida teve sim responsabilidade pela ocorrência do acidente, pois fora negligente, uma vez que não possibilitou ao obreiro um ambiente de trabalho seguro, livre de riscos de acidentes, para o correto desenvolvimento de seu mister, prestado no ramo da construção civil e sujeito a riscos de acidentes como o que, infelizmente, veio a ocorrer.

Ainda que assim não fosse, esta relatora adota a tese de aplicação da Teoria do Risco Criado, fruto do amadurecimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de não desamparar a vítima de acidente do trabalho, garantindo-lhe que os danos sofridos sejam reparados.

Aplica-se a responsabilidade objetiva naqueles casos em que o exercício de uma atividade cria um risco de dano a terceiro, cabendo a reparação do dano apenas pelo risco da atividade. Tenho por certo que o dever de indenizar decorre da atividade profissional da vítima, justificando-se independentemente da comprovação de culpa, sempre que a atividade desenvolvida pelo lesado constituir-se em risco acentuado ou excepcional pela sua própria natureza.

Inobstante reconhecer a divergência jurisprudencial, entendo perfeitamente aplicável o disposto no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, nos casos de acidente do trabalho, principalmente por força do artigo 7º, *caput*, da nossa Carta Política, haja vista que o intérprete não pode restringir sua interpretação à literalidade do inciso XXVIII, do citado dispositivo, considerando-se que a hermenêutica constitucional prefere a interpretação sistemática em detrimento da literal.

Nesta linha de raciocínio, verificado nos autos que a atividade normalmente desenvolvida pelo obreiro, bem como a atividade desempenhada quando do acontecimento do sinistro, o expunha ao risco de acidentes, como demonstrado alhures, inarredável o dever de indenizar da empregadora.

Deste modo, reformo a r. Sentença de conhecimento neste particular, para reconhecer a responsabilidade da reclamada-recorrida no acidente de trabalho sofrido pelo reclamante-recorrente.

2.3.2 DAS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E MATERIAIS

Em razão da culpa da empresa no infortúnio que vitimou o recorrente, este pretende a reforma da d. Sentença para que lhe sejam deferidos os pleitos de indenização a título de: danos morais no valor de R$-150.000,00, equivalente a 322 salários mínimos, considerando a idade de 40 anos do autor e a expectativa de vida dos brasileiros fixada em 72 anos pelo IBGE; dano estético (no valor de R$-150.000,00), levando em conta a idade e a expectativa de vida do reclamante, bem como a irreversibilidade do dano, que resultou em alteração da aparência física do obreiro para pior e consequente abalo em seu bem-estar; danos materiais (total da pensão vitalícia) no valor de R$-422.400,00; danos emergentes (no valor de R$-10.600,00), além de constituição de capital (ilíquido).

Analiso.

É incontroverso o acidente de trabalho sofrido pelo reclamante, que o deixou cego do olho esquerdo, tendo sido retirado por completo o seu globo ocular (enucleação), bem como o fato de que, doravante, o trabalhador deverá fazer uso de uma prótese (olho de vidro), para tentar minimizar os efeitos estéticos que o acidente lhe causou. O trabalhador teve de ser readaptado, pois foi considerado inapto para o exercício de seu mister como carpinteiro. Restou comprovada a culpa da reclamada no multirreferido acidente.

Destarte, evidente a ocorrência de danos morais, estéticos e patrimoniais ao obreiro, os quais não se confundem, uma vez que se referem a bens jurídicos diversos. Vejamos.

Quanto ao **dano moral**, vale transcrever as palavras de PABLO STOLZE GAGLIANO e RODOLFO PAMPLONA FILHO (*in* Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. v.3. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 61/62), *"o dano moral consiste na lesão de direitos cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"*.

Na legislação trabalhista e previdenciária numerosas são as normas de segurança e medicina do trabalho, que visam proporcionar um ambiente mais seguro

ao trabalhador, prevenindo e evitando os riscos de doenças e acidentes, encontrando-se, entre elas, as NR da Portaria nº 3.214/71, do Ministério do Trabalho, a instituição das CIPAS e a obrigatoriedade do fornecimento e fiscalização do uso dos equipamentos de proteção individuais (EPIs), já que o empregador tem a obrigação de garantir a vida, a saúde e a segurança dos trabalhadores, a fim de evitar os riscos no ambiente de trabalho, sob pena de vir a ser responsabilizado pelos mesmos civil e penalmente.

Registre-se, por oportuno, que pela NR-9, a reclamada está obrigada a elaborar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e, de acordo com este, o consequente PCMSO. Essa política de forma alguma inviabiliza o empreendimento, sobretudo no presente caso por se tratar a reclamada de empresa de grande porte, porquanto são medidas simples, duradouras e se um montante financeiro supostamente alto é gasto em um primeiro momento, dissolvem-se os custos com a diminuição das faltas dos trabalhadores e de demandas judiciais para discutir essas questões. A reclamada não trouxe aos autos o PPRA, nem o PCMSO.

In casu, como dito alhures, o reclamante foi vítima de acidente de trabalho que lhe deixou cego do olho esquerdo.

Maria Helena Diniz, *in* curso de Direito Civil Brasileiro, v. 7: Responsabilidade Civil, 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003, afirma que para se discutir a existência de um dano passível de indenização seria imprescindível a ocorrência dos seguintes requisitos: a) diminuição ou destruição de um bem jurídico, patrimonial ou moral, pertencente a uma pessoa; b) efetividade ou certeza do dano; c) causalidade; d) subsistência do dano no momento da reclamação do lesado; e) legitimidade; f) ausência de causa excludente de responsabilidade.

Verifico que, no caso concreto, o Direito ampara a pretensão do reclamante em ser indenizado pelo dano causado, porquanto encontram-se preenchidos os pressupostos para a percepção da indenização buscada, uma vez que não restou comprovada a culpa exclusiva da vítima.

Convém gizar que, como direito social, a proteção à integridade física do trabalhador empregado é matéria de ordem pública, o que com acerto foi registrado por MÔNICA LAUZID DE MORAES (*in* O direito à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho: proteção, fiscalização e efetividade normativa. São Paulo: LTr, 2002, p. 49), que assinalou que *"em qualquer relação de emprego deve o empregador observar as normas de proteção, promovendo os meios necessários para a prevenção das agressões à saúde no ambiente de trabalho, ou seja, deve respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, sob pena de infringir garantia fundamental do trabalhador, além de ir contra dispositivo de lei constitucional".* Estou aqui a referir-me ao inciso XXII do artigo 7º da Carta Política brasileira.

É importante que se diga que o fato de o reclamante ter sido socorrido por ocasião do acidente não afasta o dano moral perseguido. Segundo leciona Maximilianus Cláudio Américo Füher, *in* Resumo de Obrigações e Contratos (Civis e Comerciais), 10ª Edição, "*No contexto da responsabilidade civil, a expressão 'dano moral' tem um significado técnico muito próprio e peculiar. Por isso toda cautela é pouca... Observa-se primeiramente que dano moral não é o oposto de dano físico, mas o oposto de dano econômico. Assim, o dano moral é um dano pessoal não econômico (extrapatrimonial). Além disso, a expressão dano moral tem duplo significado. Num sentido próprio, ou estrito, refere-se ao abalo dos sentimentos de uma pessoa, provocando-lhe dor, tristeza, desgosto, depressão, perda da alegria de viver, etc. E num sentido impróprio, ou amplo, abrange também a adesão a todos e quaisquer bens ou interesses pessoais (exceto os econômicos), como a liberdade, o nome, a família, a honra e a própria integridade física. Por isso, a lesão corporal é um dano moral, no sentido técnico do termo*" (grifamos).

Sergio Cavalieri Filho, explanando acerca dos pressupostos da responsabilidade subjetiva, ensina que "há primeiramente um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser o dolo ou a culpa; e, ainda, um elemento causal-material, que é o dano e a respectiva relação de causalidade". Conclui o mesmo autor que "(...) a partir do momento em que alguém, mediante conduta culposa, viola o direito de outrem e causa-lhe dano, está-se diante de um ato ilícito, e deste ato deflui o inexorável dever de indenizar, consoante o art. 927 do Código Civil".

In casu, o dano moral evidencia-se pela dor e sofrimento causados pelo acidente, que além de deixar o trabalhador cego e limitado na sua capacidade laboral, ainda provocou a retirada completa de seu globo ocular, o que por si só é motivo de tristeza profunda. A responsabilidade de reparar o dano, por sua vez, surge em razão da violação ao bem jurídico, causada pela conduta culposa da reclamada, bem como do nexo existente entre o fato e o prejuízo suportado pela vítima.

De outro lado, o **dano estético** também é inquestionável, haja vista que o sinistro resultou na extração total do globo ocular esquerdo, deformidade permanente e visível que, embora possa ser minimizada com o uso de uma prótese (olho de vidro), inclui o reclamante no rol de pessoas que fogem do padrão de normalidade de uma pessoa comum.

Para MARIA HELENA DINIZ (*in* de Direito Civil Brasileiro. v.7. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 80) *"O dano estético é toda alteração morfológica do indivíduo, que, além do aleijão, abrange as deformidades ou deformações, marcas e defeitos, ainda que mínimos, e que impliquem sob qualquer aspecto um afeiamento da vítima, consistindo numa simples lesão desgostante ou um permanente motivo de exposição ao ridículo ou de complexo de inferioridade, exercendo ou não influência sobre sua capacidade laborativa".*

Assim, julgo procedentes os pleitos de dano moral e estético com fundamento nos arts. 5º, X, e 7º, XXVIII, da CF, 186 e 927 do Código Civil.

O quantum indenizatório, por certo, há de corresponder às três funções da responsabilização civil: compensatória, pedagógica e punitiva.

Caio Mário da Silva Pereira em obra Responsabilidade Civil (1990, p. 61) afirma que *"o fulcro do conceito ressarcitório acha-se deslocado para a convergência de duas forças: caráter punitivo para que o causador do dano, pelo fato da condenação, veja-se castigado pela ofensa praticada e o caráter compensatório para a vítima que receberá uma soma que lhe proporcione prazer com contrapartida ao mal sofrido."*

In casu, entendo que para se atingir os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, deve-se levar em conta a gravidade do dano causado, a culpa patronal e a condição econômica da empresa (construtora e incorporadora, cujo lucro no 3º trimestre de 2009 foi de R$-63,7 milhões, conforme documento juntado à folha 57 - e não impugnado), evitando-se, obviamente, o enriquecimento sem causa do reclamante (vítima do infortúnio).

Assim sendo, de acordo com o conjunto probatório e à luz do princípio da alteridade e da razoabilidade, bem assim, considerando o potencial econômico da empresa e o caráter educativo da condenação, condeno a reclamada ao pagamento de: R$-50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais e R$-50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos estéticos, considerando que o globo ocular esquerdo do empregado foi extraído, restando em seu lugar um vazio.

No que toca ao **dano material**, este caracteriza-se pela lesão a bens jurídicos sujeitos à avaliação econômica e compreendem os gastos efetuados pelo autor em razão do acidente (dano emergente) e as vantagens que o obreiro deixará de auferir

em virtude do dano sofrido (lucro cessante). Ex vi do disposto nos artigos 949 e 950 do Código Civil, in verbis:

> Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
>
> Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

O reclamante juntou documentos que comprovam os gastos já realizados, bem como a projeção de gastos futuros relativos a compra de nova prótese (que deverá ser trocada a cada 3 anos), segundo orientações médicas recebidas pelo obreiro, documentos e alegações não impugnados, tendo a reclamada se limitado a alegar a culpa exclusiva do obreiro, alegação que, repise-se, restou superada. Portanto, é devido a título de dano emergente, a quantia de R$-10.600,00, correspondente a (384 meses/36=10,6 próteses x R$-1.000,00 = R$-10.600,00), conforme pleiteado na inicial.

Quanto aos lucros cessantes, é de se dizer que o reclamante ficou incapacitado para o exercício de seu mister como carpinteiro estrutural, profissão que já exercia há 05 anos. Razão pela qual, nos termos do disposto no art. 950 do Código Civil, faz jus à pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou. Cujo valor deve ser calculado, levando-se em conta a idade do reclamante (40 anos), o salário que percebia à época do acidente (R$-3,06 p/ hora = R$-24,48 p/ dia = R$-734,00 por mês) e a expectativa de vida dos brasileiros (72 anos, segundo o IBGE). Ressalte-se que o reclamante não logrou êxito em comprovar o percebimento de 200 horas extras mensais, não fazendo jus ao salário apontado na inicial.

Não é demais lembrar que, em razão da deficiência adquirida, o reclamante terá muitas dificuldades inclusive para conseguir qualquer colocação no mercado de trabalho, pois, embora haja normas de combate a todo tipo de discriminação, infelizmente, essa é a realidade do nosso País.

Desta feita, condeno a reclamada a pagar ao reclamante a título de lucros cessantes a importância de R$281.856,00 (Duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), equivalente à pensão alimentícia no valor de R$-734,00 por mês, durante 32 anos, desde a data do acidente (12/05/2009) até o reclamante completar a idade de 72 anos.

2.3.4. DA CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL.

Com vista a assegurar o cumprimento da decisão, garantindo o pagamento da pensão mensal pleiteada, o reclamante requereu fosse determinada a constituição de capital pela reclamada, aduzindo que a empresa é sólida e de grande porte, mas o ramo da construção civil é bastante competitivo e arriscado.

Analiso.

É imperioso dizer que a finalidade primordial da constituição de um capital é assegurar o cumprimento da decisão exeqüenda, no que concerne ao pagamento da pensão porventura deferida ao reclamante.

Vale ressaltar, todavia, que o crédito exeqüendo poderá ser executado de diversas maneiras. Aqui podemos citar o desconto em folha, o desconto em renda, bem

como a forma mais tradicional de execução, consubstanciada na expropriação de bens do devedor. Há quem defenda ainda a possibilidade de prisão civil do mesmo.

Na hipótese do crédito a ser executado através de desconto em folha ou desconto de renda, a constituição de capital apenas servirá de garantia para tal medida executória. Todavia, caso o magistrado opte pela expropriação de bens do devedor, esta poderá recair sobre os bens que constituem o capital, mediante penhora, avaliação, alienação e pagamento do credor. Destaco ser possível, também, a penhora em dinheiro, bem como a adoção do procedimento descrito no art. 655-A, que trata da penhora *on line*.

In casu, esta Relatora entendeu ser temerária a imposição de obrigação de pagar pensão mensal por 32 (trinta e dois) anos, considerando que as empresas de grande porte, como é o caso da reclamada, também podem ser atingidas em sua saúde financeira em decorrência das oscilações do mercado nacional, especialmente quando se tratam de incorporadoras, imobiliárias e demais empresas ligadas ao rumo da construção civil, cujo mercado é muito arriscado.

Assim sendo, a reclamada foi condenada ao pagamento de **indenização equivalente** à pensão mensal devida ao reclamante, não lhe tendo sido imposta obrigação consistente em prestação mensal, razão pela qual não há que se falar em constituição de capital, consoante o disposto no art. 475-Q, in verbis:

> "quando a indenização por ato ilícito **incluir prestação de alimentos**, o juiz, **quanto a esta parte**, poderá ordenar ao devedor constituição de capital, cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão". (destaquei)

Frise-se, por oportuno, que cabe ao magistrado a escolha da medida coercitiva que considere mais adequada à efetivação da decisão exeqüenda. A todos é assegurado constitucionalmente a razoável duração do processo, bem como os meios que garantam a celeridade da sua tramitação.

Fredie Didier Jr., na obra Curso de Direito Processual Civil - Teoria geral do processo e processo de conhecimento, 6ª edição, JusPoivm, leciona que o princípio da inafastabilidade "deve ser entendido não como uma garantia formal, uma garantia de pura e simplesmente 'bater às portas do Poder Judiciário', mas, sim, como garantia de acesso à ordem jurídica justa, consubstanciada em uma prestação jurisdicional célere, adequada e eficaz".

Diante do exposto, nada a deferir.

2.3.5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

O reclamante, com fulcro na Súmula nº 234 do STF, requer o deferimento de honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação.

Examino.

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, conforme item I da Súmula nº 219 do Colendo TST, entendimento ratificado pela Súmula nº 329 daquela Corte e em consonância com os arts. 14 e 16 da Lei nº 5.584/70, assinalando-se, ainda, os termos da OJ nº 305, da SBDI-1 do Colendo TST.

Em que pese as ponderações do autor, o fato é que são requisitos objetivos consolidados na doutrina e amplamente aplicados na jurisprudência, inclusive por

este Colegiado, citando-se como precedente decisão proferida nos autos do Processo TRT/4ªT/RO 00001-2007-014-08-00-8 (Rito Sumaríssimo).

Este Colegiado tem reiteradamente manifestado posicionamento consonante com os termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 5.584/70 e Orientação Jurisprudencial nº 305, da SDI-1 do C. TST, que dispõe:

> HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS. JUSTIÇA DO TRABALHO (DJ 11.08.2003). Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato.

Desta feita, não merecem guarida as alegações do recorrente, pelo que forçoso é indeferir o seu pleito.

Quanto à concessão dos benefícios da justiça gratuita, verifico que os referidos benefícios já foram concedidos pelo d. Juízo de primeiro grau, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT. Mantenho a d. Sentença neste particular.

Assim sendo, nego provimento ao pleito de honorários advocatícios e mantenho a d. Sentença, quanto à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

2.3.6. DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC

O recorrente pugna pela aplicação do disposto no art. 475-J do Código de Processo Civil, em caso de não efetivação da obrigação no prazo de 15 dias pela reclamada.

Analiso.

Na verdade, a aplicação da multa contida no artigo 475-J do CPC encontra-se em consonância com a razoável duração do processo e da celeridade processual, posto que estabelece prazo para o cumprimento do decisório, desestimulando a procrastinação indevida na fase executória.

Conforme preceitua Carlos Henrique Bezerra Leite[1], as normas processuais trabalhistas insertas nos artigos 832, §1º e 835, ambos da CLT, prescrevem que o juiz, na sentença de procedência do pedido, deve determinar o prazo e as condições para o seu cabimento.

Prossegue o eminente doutrinador, afirmando que se há permissão no texto obreiro para o juiz dispor sobre os prazos e as condições para o cumprimento da sentença, mostra-se perfeitamente aplicável a regra do art. 475-J do CPC, com as devidas adaptações, porquanto absolutamente compatível com os princípios que informam e fundamentam o processo do trabalho.

Nesse sentido, vale citar o Enunciado nº 71, aprovado em 23.11.2007, na 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em Brasília-DF:

> "ARTIGO 475-J DO CPC. APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO. A aplicação subsidiária do artigo 475-J do CPC atende às garantias constitucionais da razoável duração do processo, efetividade e celeridade, tendo, portanto, pleno cabimento na execução trabalhista".

Esta relatora entende que, tratando-se de decisão líquida, em que o devedor tem conhecimento do *quantum debeatur*, é perfeitamente aplicável os ditames previstos no dispositivo legal ora atacado.

Dou provimento ao recurso.

---

[1] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 6ª ed. São Paulo: LTr: 2008.

2.3.7. DA COMUNICAÇÃO À SRTE, MPT E AO INSS

O reclamante requer a comunicação do ocorrido à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, ao Ministério Público e ao INSS, remetendo-se cópia da reclamação e demais termos para as providências cabíveis.

Vejamos.

Por cautela, visando a que acidentes graves como o que vitimou o reclamante não aconteçam com outros empregados da reclamada, determino o encaminhamento de cópias do presente acórdão à SRTE e ao Ministério Público do Trabalho, tão logo ocorra o trânsito em julgado do decisum.

Contudo, considero desnecessário o encaminhamento de cópia deste acórdão ao INSS, haja vista que a referida Autarquia Federal já teve conhecimento do ocorrido por ocasião da concessão do auxílio-acidente. Apelo provido em parte.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso ordinário do reclamante, bem como das contrarrazões da reclamada, uma vez preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Considero prejudicada a análise da preliminar de nulidade da decisão interlocutória de fls. 188/189. No mérito, dou parcial provimento ao apelo para declarar a culpa da reclamada no acidente que vitimou o obreiro, condenando-a ao pagamento de: 1) indenização no valor de R$-50.000,00 (Cinquenta mil reais), a título de danos morais; 2) indenização no valor de R$-50.000,00 (Cinquenta mil reais), a título de danos estéticos; 3) indenização no valor de R$-10.600,00 (Dez mil e seiscentos reais), a título de danos emergentes; 4) indenização por lucros cessantes no importe de R$281.856,00 (Duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais).Deve a reclamada pagar o valor total da condenação, no prazo de 15 dias, a partir do trânsito em julgado desta decisão, consoante o disposto no art. 475-J do CPC. Nego provimento aos pleitos de constituição de capital e honorários advocatícios, por falta de amparo legal. Determino o encaminhamento de cópias do presente acórdão apenas à SRTE e ao Ministério Público do Trabalho, tão logo ocorra o trânsito em julgado do decisum. Inverte-se o ônus da sucumbência, fixando-se custas, pela demandada, no valor de R$7.849,12 (Sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), calculadas sobre o valor da condenação fixado em R$392.456,00 (Trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais). Encargos fiscais e previdenciários na forma da lei. Tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISSO,

ACORDAM OS MAGISTRADOS DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, BEM COMO DAS CONTRARRAZÕES DA RECLAMADA, UMA VEZ PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; SEM DIVERGÊNCIA, EM CONSIDERAR PREJUDICADA A ANÁLISE DA PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE FLS. 188/189; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO A D. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DECLARAR A CULPA DA RECLAMADA NO ACIDENTE QUE VITIMOU O OBREIRO, CONDENANDO-A AO PAGAMENTO DE: 1) INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$-50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), A TÍTULO DE DANOS MORAIS; 2) INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$-50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), A TÍTULO DE DANOS ESTÉTICOS; 3) INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$-10.600,00 (DEZ MIL E SEISCENTOS REAIS), A TÍTULO DE DANOS EMERGENTES; 4) INDENIZAÇÃO POR

LUCROS CESSANTES NO IMPORTE DE R$281.856,00 (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS); POR MAIORIA E PELO VOTO DE DESEMPATE DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA ODETE DE ALMEIDA ALVES, VICE-PRESIDENTE, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA RELATORA E O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO QUE DAVAM PROVIMENTO PARA DETERMINAR A APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC, EXCLUIR REFERIDA MULTA. DETERMINAR, AINDA, O ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DO PRESENTE ACÓRDÃO À SRTE E AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, TÃO LOGO OCORRA O TRÂNSITO EM JULGADO DO DECISUM; SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AOS PLEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL PELA RECLAMADA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR FALTA DE AMPARO LEGAL, MANTENDO A D. SENTENÇA QUANTO AO DEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA; AINDA SEM DIVERGÊNCIA, EM INVERTER O ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, FIXANDO CUSTAS PELA DEMANDADA NO VALOR DE R$7.849,12 (SETE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E DOZE CENTAVOS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO FIXADO EM R$392.456,00 (TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS). ENCARGOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS NA FORMA DA LEI. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de outubro de 2010. (Publicado no DEJT em 26/10/2010)

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - Desembargadora Relatora.

****

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.

ACÓRDÃO TRT- 8ª/1ª. T/RO 0000649-27.2010.5.08.0111
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTES: **OCRIM S.A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**
Dr. Newton Célio Pacheco de Albuquerque
OSIEL SILVA DA SILVA
Drª. Valdete de Souza Reis

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. Reconhecida a responsabilidade objetiva do empregador, com fulcro nos artigos 432, II e 433 do Código Civil, com o dever de indenizar seu empregado vítima de ato ilícito praticado por seu superior hierárquico dentro do ambiente de trabalho.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

Os recursos da reclamada às fls. 41/51 e do reclamante às fls. 56/59 merecem conhecimento, pois tempestivos, firmados por advogados habilitados nos autos (fls. 11 e 05), tendo a reclamada efetuado o preparo e pago as custas processuais regularmente.

2.2 MÉRITO
2.2.1 RECURSO DA RECLAMADA

A reclamada não se conforma com a sentença que deferiu ao autor o pleito de indenização por danos morais.

Na peça exordial, informou o reclamante que no dia 20/05/2010, quando estava normalmente trabalhando no setor de produção da empresa, o encarregado, Sr. Raimundo de Jesus, solicitou a alguns empregados assinassem seus nomes em uma folha em branco. Ao perguntar ao encarregado para que era a arrecadação de assinaturas, este aborreceu-se e lhe respondeu textualmente **"é para montar um trapézio para colocar o macaco que pergunta e as macacas para pular".**

O reclamante revela que sentiu-se ofendido, humilhado, constrangido e ultrajado com essas palavras, afirmando que o encarregado da empresa agiu de forma discriminatória e racista, envergonhando-o na frente de seus colegas de trabalho. Trouxe o autor aos autos o boletim de ocorrência policial (fls. 20/21) onde relatou os mesmos fatos acima narrados, afirmando ainda que não é a primeira vez que isso ocorria, ou seja, ser chamado pelo encarregado como "macaco". Ainda perante a autoridade policial, o denunciado negou a acusação de racismo, declarando que chamou a atenção de todos que estavam fazendo bagunça, tendo dito aquilo não era um circo e que todos deveriam voltar ao trabalho.

A reclamada, em sua defesa, afirma que o encarregado, que é funcionário antigo, jamais proferiu palavras ofensivas ou pejorativas ao autor.

Em seu depoimento pessoal, declarou o autor (fl. 25):

> ***que no dia 20 de maio o senhor Raimundo de Jesus forneceu uma folha de papel em branco para a colega do depoente, senhora de nome Terezete e o depoente na ocasião perguntou ao senhor Raimundo de Jesus a que se destinava tal assinatura e o mesmo respondeu que seria para montar um trapézio para colocar "o macaco que pergunta e os macacos para pular"; que anteriormente o senhor Raimundo de Jesus já chamou o depoente de "preto, burro e preguiçoso"; que a senhora Terezete é da cor negra; que o depoente fez um registro da ocorrência junto à Polícia; que na ocasião além da senhora Terezete estava presente no recinto próximo o operador de nome Evaldo; que o depoente está trabalhando na reclamada; que na ocasião do ocorrido o reclamante era subordinado ao senhor Raimundo de Jesus, assim como a senhor Terezete; que depois do fato ocorrido não houve mais nenhum contato entre o depoente o senhor Raimundo de Jesus; que o fato foi comunicado ao técnico do trabalho que sua vez passou a administração da empresa; que o depoente após esse fato passou a trabalhar em outro horário não mais vinculado ao senhor Raimundo de Jesus, mas sim a outro encarregado. Ao patrono do reclamado respondeu: que quando do evento também estava presente a funcionária***

de nome Maria; que o depoente sempre trabalhou no mesmo setor vinculado ao senhor Raimundo de Jesus; que na ocasião o senhor Raimundo de Jesus dirigiu as palavras ao depoente apontando para o mesmo.

Esses fatos foram corroborados pela única testemunha arrolada pelo autor, senhora Terezete Silva dos Santos:

que a depoente trabalha no setor de produção; que a depoente era subordinada ao senhor Raimundo de Jesus; que atualmente trabalha no mesmo setor mas em outro horário; que a depoente está subordinada ao senhor Nogueira e à senhor Antônia; (…) que no dia 20 de maio de 2010 o senhor Raimundo de Jesus pediu à depoente que assinasse um papel em branco; que a depoente observou que não havia nenhum informação nesse papel para que se destinava a assinatura; que a depoente mesmo assim assinou tal folha de papel; que o senhor Osiel trabalhava muito próximo à depoente perguntou ao senhor Raimundo de Jesus o porquê da assinatura; que o senhor Raimundo respondeu que seria para montar um trapézio para colocar "o macaco que pergunta e as macacas para pular"; que depois do ocorrido o senhor Raimundo de Jesus disse à depoente que macaco servia para pular, se referindo à depoente; que antes desse fato não houve nenhum outro envolvendo a depoente e o senhor Raimundo de Jesus; que o senhor Oziel nada respondeu; que na ocasião estavam trabalhando próximo a depoente, o reclamante e a senhora Maria Barbara; que todos estavam trabalhando normalmente; que a depoente não observou se havia algum funcionário no setor parado sem estar trabalhando. Ao patrono(a) do(a) reclamado(a) respondeu: que na ocasião que o senhor Raimundo de Jesus fez tais declarações o mesmo demonstrou estar bastante aborrecido mas falou com tom baixo de voz e que outros funcionários não ouviram, exceto a depoente, o reclamante e a senhora Maria; que fora esse fato não presenciou o senhor Raimundo de Jesus proferir palavras ofensivas ao senhor Oziel chamando-o de "macaco" ou algo semelhante; que nunca presenciou o senhor Raimundo de Jesus chamar a atenção do senhor Oziel por qualquer outro motivo porque o senhor Oziel sempre trabalhou corretamente; que a depoente não é amiga íntima do reclamante e tão pouco da senhora Maria.

A reclamada, por sua vez, arrolou testemunhas, sendo que a primeira, Sra. Gracimeire Santos dos Santos, relatou em juízo:

que trabalha no setor de biscoito laminado; que a depoente trabalhou próximo ao reclamante; que a depoente atualmente não trabalha no mesmo horário que o reclamante mas em maio trabalhava; que a depoente é subordinada ao senhor Raimundo de Jesus; que em maio de 2010 presenciou o senhor Raimundo de Jesus chamando a atenção de alguns funcionários dizendo que o local não era nenhum "circo" e que todos tinham que produzir pois não era horário de

brincadeira; que não presenciou o senhor Oziel proferindo qualquer palavra em relação ao senhor Raimundo de Jesus; que a depoente operava uma máquina e em sua frente havia outra máquina e depois dela o senhor Oziel; que na ocasião o reclamante não estava operando a máquina pois o reclamante não era operador de máquina; que na ocasião o reclamante estava conversando com outros colegas de trabalho; que o reclamante conversava com a senhora Terezete, Rosicleide e Evaldo; que o reclamante coloca biscoito na máquina de embalagem; que não presenciou o senhor Raimundo portar qualquer folha de papel fornecendo para empregados assinarem; que. Ao patrono(a) do(a) reclamado(a) respondeu: que a depoente já foi advertida pelo senhor Raimundo de Jesus mas sempre em particular pois o mesmo não chama atenção na frente de outros empregados; que o senhor Raimundo de Jesus na ocasião não demonstrou estar irritado; que o mesmo estava falando normalmente; que o senhor Raimundo de Jesus quando chamou a atenção se dirigiu a todos os funcionários próximos; que depois que o senhor Raimundo de Jesus chamou a atenção e se ausentou do local os empregados destinatários da ordem do senhor Raimundo passaram a conversar entre si fazendo brincadeiras declarando que se era um circo determinado funcionário seria o palhaço, outro seria o macaco e assim sucessivamente. Ao patrono(a) do(a) reclamante respondeu: que o fato ocorreu no horário vespertino mas não lembra exatamente a hora; que a depoente não lembra a partir de quando o reclamante passou a trabalhar em outro horário; que não tem conhecimento do motivo pelo qual o reclamante passou a trabalhar em outro horário; que as máquinas do setor produzem ruído mas é possível ouvir o que os outros empregados conversam; que a senhora Maria não estava presente no local quando aconteceu o incidente envolvendo o senhor Raimundo de Jesus.

A segunda testemunha da reclamada nada pode esclarecer sobre a controvérsia, já que não estava presente na ocasião, limitando-se a declarar que nunca presenciou o encarregado ofendendo qualquer empregado.

A meu ver, diante das provas acima relatadas, deve ser mantida a sentença que reconheceu provado o fato denunciado na peça exordial.

O art. 932 do Código Civil estabelece que também são responsáveis pela reparação civil, entre outros (inciso III), o *empregador ou comitente por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele*. Interpretando-se o inciso III do art. 932 do Código Civil, destacam-se três requisitos, quais sejam:

a) que o autor do dano seja comprovadamente subordinado do empregador ou comitente (empregado, serviçal ou preposto);

b) que o ato tenha sido praticado pelo subordinado no exercício da atribuição que lhe foi conferida pelo empregador ou em razão dela;

c) que esta pessoa subordinada tenha agido com dolo ou culpa.

No caso, o autor da prática do ato ofensivo à dignidade do trabalhador é empregado da empresa, pelo que preenchido o primeiro requisito. Quanto ao segundo

requisito, restou provado que o ato ilícito praticado pelo empregado encarregado foi praticado no ambiente de trabalho, portanto, no exercício da atribuição conferida pelo empregador. O fato de o empregado ofensor não ter praticado o ato no exercício legal do dever ou não ter recebido ordens do empregador nesse sentido não modifica o fato de que a ofensa ocorreu dentro do ambiente de trabalho, pelo qual o empregador tem obrigação de zelar.

O terceiro requisito restou provado, senão vejamos. Embora a testemunha da reclamada tenha confirmado a versão da empresa, deixo de conferir valor probante a este depoimento, em razão do vínculo de subordinação existente entre a testemunha e o encarregado e principalmente à própria empresa, o que pode comprometer a liberdade da testemunha ao relatar os fatos testemunhados. O mesmo não acontece com a testemunha do autor que, mesmo mantendo o vínculo de subordinação, confirmou os fatos alegados pelo autor, merecendo, assim, maior credibilidade.

Afora isso, como destacou o juízo de 1º grau, a testemunha do autor estava ao lado do reclamante na hora da ofensa, ao contrário da testemunha da reclamada que estava mais distante, sendo possível que esta, em razão do barulho das máquinas, não tivesse condição de ouvir o que foi dito ao reclamante.

Assim, considero provado o fato de que o reclamante teve, por ato de seu superior hierárquico, sua honra e dignidade violados, passível de reparação, fato esse que se enquadra perfeitamente na definição de ato ilícito previsto no art. 187 do Código Civil, pelo qual **também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.**

Estando presentes os três requisitos acima elencados e tendo sido o dano moral infligido contra empregado, estará configurado o dano moral trabalhista.

A responsabilidade do empregador pela ofensa dirigida ao seu empregado é determinada pela existência de dolo ou culpa, como componentes do ilícito, além do nexo causal entre a ação e o resultado.

A regra é que a responsabilidade civil seja de natureza subjetiva, isto é, decorre de dolo ou culpa do agente. No entanto, no caso de responsabilidade civil indireta do empregador, não excluindo a apuração da culpa ou dolo do agente causador do dano, abre-se uma exceção para a responsabilidade objetiva, conforme ensinamento do artigo 933 do CC, tendo em vista que a ausência de culpa deste é excludente da responsabilidade objetiva do empregador.

No caso presente entendo perfeitamente aplicável a responsabilidade objetiva do empregador, com fulcro nos artigos 432, II e 433 do Código Civil.

A responsabilidade objetiva do empregador encontra-se patente na norma do art. 933 do Código Civil, quando dispõe que *"As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, **ainda que não haja culpa de sua parte**, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos".*

Sobre a questão da responsabilidade do empregador, leciona a Professora Alice Monteiro de Barros[1] que:

> *A responsabilidade objetiva e subsidiária do empregador, no tocante à indenização, deverá ser imposta **ainda quando o assédio for praticado por colega de trabalho do empregado** ou cliente do estabelecimento, por ser aquele o titular do poder diretivo e assumir os riscos do empreendimento econômico, nos termos do art. 2º da CLT. Logo, deverá zelar não só pela organização técnica,*

[1] BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo; LTr Editora, 2005.

como também pela boa ordem na empresa, onde deverá existir um padrão mínimo de moralidade e de garantia pessoal. O respeito ao direito à intimidade dos empregados é manifestação dessa garantia pessoal.

Logo, não há como afastar a responsabilidade da recorrente pelo ato ilícito praticado por seu empregado e o dever de indenizar, pelo que mantenho a sentença que assim concluiu.

2.2.2 RECURSO DO RECLAMANTE

O reclamante busca a majoração do valor arbitrado a título de indenização por danos morais, fixado em R$1.500,00, tendo em vista que havia postulado na exordial a quantia de R$400.000,00.

A reclamada, por sua vez, requer seja reduzida a condenação por danos morais, visto que o valor fixado na sentença está além do limite da razoabilidade, atentando contra os limites da proporcionalidade e razoabilidade inscritos nos artigos 402 e 403 do Código Civil.

Vejamos.

A fixação do valor da indenização não observa regra legal, ficando ao arbítrio do Juiz, que deve levar em conta as circunstâncias fáticas e as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O magistrado deve considerar o grau de culpa do agente, a extensão do dano causado à vítima, o porte da empresa e o caráter pedagógico da pena.

No caso dos autos, cito alguns fatos para justificar o indeferimento do pedido do autor quanto à condenação em valor máximo. O reclamante não provou que seu superior hierárquico tenha em situações anteriores lhe ofendido com palavras ou com qualquer outro ato discriminatório; não há provas de que a ofensa tenha sido proferida em tom alto de voz, o que seria ouvido por todos os presentes ou todos os colegas de trabalho; o reclamante na ocasião da ofensa, possuía menos de 6 meses de tempo de serviço na empresa, recebendo salário equivalente ao mínimo legal.

De qualquer forma, em razão do caráter pedagógico da pena, considero que o valor arbitrado de apenas R$1.500,00 não atinge a finalidade a que se propõe.

Assim, considerando ainda o porte econômico da empresa, fixo a condenação em R$6.630,00, equivalente a 13 salários mínimos ou 1 ano de salário.

Logo, dou provimento, em parte, ao recurso da reclamante, negando provimento ao apelo da reclamada.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos recursos; no mérito, nego provimento ao recurso da reclamada; dou, em parte, provimento ao recurso do reclamante para, reformando parcialmente a sentença recorrida, majorar o valor da condenação para R$6.630,00 (seis mil, seiscentos e trinta reais), mantida a r. Sentença em seus demais termos.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA; DAR, EM PARTE, PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, MAJORAR O VALOR DA CONDENAÇÃO PARA R$6.630,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS), MANTENDO A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELA RECLAMADA EM R$132,60, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 1º de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 04/02/2011)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

JUSTA CAUSA - ÔNUS DA PROVA

ACÓRDÃO TRT 8ªR./ 1ª T./RO 0000666-87.2010.5.08.0006
RELATORA: Desembargadora MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

RECORRENTE: **AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS**
Dr. Antonio Paulo Moraes das Chagas e outros

RECORRIDO: **JORGE ROBERTO GUIMARÃES CORRÊA**
Dr. Edilson Araújo dos Santos

JUSTA CAUSA - ÔNUS DA PROVA - É da parte empregadora o ônus da prova dos motivos ensejadores da aplicação de justa causa e não tendo esta se desincumbido deve ser mantida a r. Sentença que a afastou e deferiu ao autor as parcelas rescisórias inerentes à rescisão sem justa causa. Recurso Improvido.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso por observar os pressupostos de admissibilidade.

2.2. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Argui a recorrente a preliminar de inépcia da inicial, sob o fundamento de que o autor menciona os fatos sem dizer a causa de pedir, enfatizando situações genéricas, sem determinar datas ou os nomes dos funcionários testemunhas do assédio moral alegado.

Sem razão.

Os fatos narrados na exordial apresentam-se de forma sequencial, denotando relatos de situações vexatórias aplicadas a todos os vendedores, sendo desnecessária a exposição de datas ou nomes de testemunhas.

Rejeita-se.

2.3. MÉRITO

DA JUSTA CAUSA

Insurge-se a reclamada contra a r. Decisão que afastou a aplicação de rescisão por justa causa e deferiu ao autor as verbas rescisórias inerentes à dispensa sem justa causa.

Alega a recorrente que efetivou procedimento interno para apurar o ato ilícito praticado pelo autor, qual seja, prática de emissão de pedidos a clientes que não

solicitaram mercadorias, emissão de pedido para um cliente e entrega a outro, e a entrega de produtos faturados como troca em outros clientes ou venda dos mesmos, além de não comparecer nos pontos de venda dos clientes, informando, porém, que executava todas as tarefas.

Acrescenta haver provas documentais e testemunhais provando os motivos ensejadores da justa causa.

Vejamos.

O ônus da prova dos atos ilícitos dos quais decorreram a aplicação da penalidade máxima trabalhista, rescisão por justa causa, é da parte empregadora, sendo que tal prova deve ser cabal e irrefutável, posto que determina o desemprego diante de acusação de falta grave, o que vem a incidir de forma negativa na dignidade do trabalhador, na condição de hipossuficiente nas relações sociais.

No presente caso, a reclamada acusa o reclamante das práticas acima já discorridas, sem, contudo, provar tais situações.

Analisando os depoimentos efetivados na sindicância para apuração da falta grave, às fls. 167-214, verifica-se o que dispõe o funcionário Álvaro Eduardo Pinheiro, às fls. 199: "que sábado, dia 21 de março de 2009, no seu retorno de rota, procurou o Supervisor de Rota da Penha, Andree, para relatar que o vendedor Jorge Roberto havia emitido pedido de troca improcedentes; que havia emitido várias notas fiscais de troca para clientes diferentes neste dia, que totalizava dezesseis garrafas de cerveja antarctica e 11 de brahma fresh; que o vendedor Jorge Roberto ligou para o celular coorporativo por volta das 10:30 horas orientando a entregar as dezesseis garrafas de Cerveja Antarctica no cliente Cia Verde, que vendesse "as bolas" que estava mandando (10 caixas de cerveja), e que as demais (11 garrafas de troca) deveriam ficar com ele mesmo como recompensa das "bolas" efetuadas...Neste momento foi orientado pelo Jorge a vender as "bolas" em preço mais baixo e para completar a diferença vendesse as trocas...Que na terça feira, dia 24 de março de 2009, logo que recebeu as notas, percebeu que o vendedor Jorge Roberto havia emitido novamente as notas de troca em quantidade maior para vários clientes...".

Referido depoimento foi impugnado pelo autor. Os demais depoimentos realizados junto à sindicância nada afirmam contra o autor.

O preposto da empresa reclamada, às fls. 264-verso, afirma: "...que o autor realizou a venda a um cliente, porém determinou a entrega a outro cliente; que foi a primeira vez que a empresa detectou tal conduta;...que acredita que o supervisor não realizou orientação neste sentido;...que foi realizada uma sindicância sendo que o autor não foi ouvido diante das provas que foram colhidas;...que o supervisor delega ao vendedor a realização das trocas pelo que não há autorização daquele; que mão sabe informar quantas trocas foram realizadas irregularmente pelo autor; ...que não sabe informar a rota do autor..."

A segunda testemunha do autor, às fls. 265, afirma: "...que por orientação do supervisor João Paulo, o depoente e o autor realizaram a troca de produtos de um cliente inadimplente, sendo que este era o maior cliente da rota e para não perder a meta, o supervisor determinou que as trocas fossem realizadas;...que o Sr. Alvaro Eduardo era ajudante de produção; que o setor de distribuição percebeu as trocas já tinham sido realizadas; que de vez em quando ocorre problemas no sistema que impedem a carga do palm..."

A primeira testemunha da reclamada nada sabe acerca do motivo da dispensa do autor (fls. 265-verso e 266).

Observa-se que o processo de sindicância não atendeu ao princípio de ampla defesa, consoante os termos em depoimento do preposto da empresa, acima transcrito.

Temos, assim, firmada a irregularidade da apuração, tornando o processo irregular, portanto inservível os depoimentos ali contidos, visando a aplicação da justa causa.

O preposto e a testemunha da reclamada não demonstram culpa do reclamante nem evidenciam que este realizou as trocas sem a orientação do supervisor.

Ressalta-se que o autor e a testemunha estabelecem outra tese acerca das mencionadas trocas, ou seja, que ocorreram por orientação do supervisor.

Assim, diante do fato da irregularidade observada na sindicância, tornando-a inservível para justificar a aplicação da justa causa; o depoimento do preposto e da testemunha da reclamada, incapazes de provar de forma cabal a responsabilidade pelas trocas irregulares informadas, bem como a disposição de que foi a única vez em que o autor foi acusado de tal prática; as justificativas dadas pelo autor e sua testemunha quanto aos fatos de acusação, entendo pelo afastamento da justa causa e, em consequência, o deferimento das verbas rescisórias deferidas.

Mantenho, assim, a r. Sentença neste sentido.

DO DANO MORAL

A recorrente contrapõe-se à decisão que a condenou ao pagamento de indenização por dano moral.

Assegura inexistir humilhações aos funcionários que não conseguissem atingir metas.

Diz haver contradições entre os depoimentos do autor e de sua testemunha.

Alternativamente, caso mantida a condenação, requer a revisão do valor da indenização.

Não assiste razão à recorrente.

No inicial, o autor afirma que fora diversas vezes humilhado quando não conseguiu atingir as metas estabelecidas pela empresa, havendo a exposição de duas listas, uma denominada “tropa de elite” e outra de “recrutas”, bem como que os vendedores “recrutas” eram submetidos a castigos, como “pagar apoio” ou atravessar o chamado “corredor polonês”, além de todos os vendedores serem obrigados a efetivar o “grito motivacional”, com palavras de baixo calão.

A preposta da empresa dispõe que a empresa permitia os “gritos motivacionais”, produzidos pelos próprios funcionários, e que as listas em questão foram expostas no período de dois meses, sendo retirado tal procedimento antes que alguém empregado se sentisse ofendido.

A testemunha da reclamada, às fls. 265-verso, diz que os “gritos motivacionais” era um procedimento obrigatório e constrangedor, pois continha palavrões. Também afirma ter levado “um samba” como castigo por estar incluído na lista de recrutas.

Já a testemunha da reclamada, às fls. 266, menciona que o tal “grito” pode ser puxado pelo gerente ou outro funcionário, e confessa já ter ouvido o tal hino como informado pelo autor na inicial, ou seja, com palavrões, trocando-se alguns deles.

Entendo que o sistema de metas é plenamente aceitável em empresas, inclusive, como modelo motivacional aos funcionários. Porém tais procedimentos não podem determinar humilhações aos empregados que não consigam atingi-las. Fazer listas com conotações destrutivas ou mesmo compactuar com atitudes doentias de sistemas militares inadequados são atitudes desrespeitosas aos princípios trabalhistas, para não dizer aos direitos humanos, garantidos aos trabalhadores.

Restou provado que a reclamada promovia processos de humilhação e de desrespeito no ambiente do trabalho, cuja fiscalização é inerente ao poder da parte empregadora.

A empresa, no presente caso, agiu de forma inadequada, causando o já mencionado constrangimento aos seus empregados, qualificando-os em padrões da

mídia (filme tropa de elite) questionáveis de boa conduta, quando dispõe alguns como "tropa de elite" e outros como "recrutas". As listas de metas são possível no sentido de demonstrar empregados que conseguem atingi-las, mas jamais para inferiorizar outros.

Mantenho, portanto, a indenização deferida, inclusive quanto ao valor, considerando tratar-se de conduta irregular coletiva (maior gravidade) e o porte da empresa.

Nada a reformar.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; rejeito a preliminar de inépcia da inicial; no mérito, nego-lhe provimento, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 22 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 25/02/2011)

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - Desembargadora - Relatora.

****

MULTA DO ART. 467 DA CLT. / BASE DE CÁLCULO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. / PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. / MULTA DO ART. 477 DA CLT. / 13º SALÁRIO PROPORCIONAL. / MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE. PROCESSO DO TRABALHO. SÚMULA Nº 13 DO TRT-8ª REGIÃO.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0001111-90.2010.5.08.0011 (00661/2011)
RELATOR: Desembargador WALTER ROBERTO PARO

RECORRENTES: **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**
Advogada: Danielle Valle Couto
BEATRIZ DE NAZARÉ DANTAS
BEATRICE EMANUELLE DANTAS JACOB
MANOLLO MARLLON DANTAS JACOB
Advogada: Érica de Almeida Pinto

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

Recurso da reclamada

MULTA DO ART. 467 DA CLT. Ante o reconhecimento da dívida pela reclamada, embora em valor inferior ao pleiteado pelos autores, não há que se falar em controvérsia, razão por que

é devido o pagamento do acréscimo de 50% previsto no art. 467, limitado todavia ao valor incontroverso não quitado na primeira audiência. Recurso provido para limitar a incidência do art. 467 ao valor incontroverso.

Recurso dos reclamantes

BASE DE CÁLCULO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. Ante a ausência de impugnação robusta, presume-se verdadeiro o valor da remuneração apontado pelos autores, com base nos comprovantes de depósitos bancários carreados aos autos. Inteligência do art. 302 do CPC. Recurso provido no particular para determinar que os cálculos sejam efetuados com base no valor da média salarial declinada na inicial.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. Reconhecida a dívida pela reclamada e não comprovado o seu adimplemento, é devido o pagamento do valor de participação nos lucros de 2009.

MULTA DO ART. 477 DA CLT. Ante a ausência de comprovação do pagamento das verbas devidas em decorrência da extinção do contrato de trabalho, até a presente data, inconteste o descumprimento do prazo previsto no art. 477 e, por conseguinte, devida a indenização ali prevista. Recurso provido no particular para julgar procedente o pedido de pagamento da multa do art. 477 da CLT.

13º SALÁRIO PROPORCIONAL. Ante a comprovação nos autos de diversos valores pagos ao empregado a idêntico título, que somados ultrapassam o valor pleiteado, consoante comprovante de depósito bancário, nega-se provimento ao recurso.

MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE. PROCESSO DO TRABALHO. SÚMULA Nº 13 DO TRT-8ª REGIÃO. A questão sobre a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC ao processo do trabalho está pacificada no âmbito desta corte, com a edição da Súmula nº 13 deste Regional, aprovada pelo Tribunal Pleno, em sessão do dia 17.02.2011, no sentido de que a aplicação subsidiária da multa do art. 475-J é plenamente cabível no processo trabalhista. Recurso provido em parte para que o montante da condenação seja acrescido de multa no percentual de dez por cento, caso a reclamada não efetue o pagamento da dívida no prazo de quinze dias.

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário interposto pela reclamada, e reiterado à fl. 574, eis que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, pois é adequado, tempestivo (fls. 554 e 560), subscrito por profissional regularmente habilitada às fls. 566-568, com preparo em ordem (fls. 564 e 565), inexistindo fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer, sendo parte legítima, com capacidade e interesse recursal.

Conheço do recurso ordinário interposto pelos reclamantes, eis que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, pois é adequado, tempestivo (fls. 570 e 575), e está subscrito por profissional regularmente habilitada às fls. 14-15.

Isentos os Reclamantes do recolhimento de custas ante o benefício da justiça gratuita, inexistindo fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer, sendo partes legítimas, com capacidade e interesse recursal.

Contraminuta apresentada pela **reclamada** em ordem. É adequada, tempestiva (fls. 585 e 586), e está subscrita por profissional regularmente habilitada, às fls. 566-568, sem necessidade de preparo, inexistindo fato extintivo ou impeditivo do direito de contra-arrazoar, sendo a parte legítima, com capacidade e interesse recursal.

Contraminuta apresentada pelos **reclamantes** em ordem. É adequada, tempestiva (fls. 570 e 582), e está subscrita por profissional regularmente habilitada, às fls. 14-15, sem necessidade de preparo, inexistindo fato extintivo ou impeditivo do direito de contra-arrazoar, sendo a parte legítima, com capacidade e interesse recursal.

2.2 MÉRITO

Recurso da reclamada

DA MULTA DO ART. 467

Em relação à multa do art. 467 da CLT, a reclamada pugna pela exclusão, ao argumento de que há controvérsia quanto aos valores a serem pagos, inclusive com a indicação de numerários completamente diversos dos percebidos pelo *de cujus*.

Analiso.

Nos termos do art. 467 da CLT, é devido o acréscimo de 50% sobre o valor das verbas rescisórias incontroversas não quitadas na primeira audiência.

Os reclamantes pleitearam, na inicial, férias + 1/3, no valor de R$78.833,04. A reclamada reconheceu, na sua peça de defesa, fl. 344, que o total devido a título de férias com a rescisão do contrato de trabalho era de R$51.442,20. Portanto, quanto a este valor, não há que se falar em controvérsia, pois a reclamada não só reconheceu a dívida como tinha os valores apurados.

Dessa forma, mantém-se a condenação quanto ao acréscimo de 50% sobre a parcela de férias, mas somente até o limite incontroverso de R$51.442,20.

Portanto, **dou provimento ao recurso da reclamada** para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar a incidência do art. 467 da CLT ao valor incontroverso de R$51.442,20.

Recurso do reclamante

DA BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS

Pugnam os reclamantes pela reforma da sentença, para que seja determinada a utilização da média salarial indicada na inicial de R$32.164,61 como base de cálculo para o pagamento das verbas deferidas na sentença, conforme contracheques juntados às fls. 56/103 dos autos.

Os reclamantes apontaram na inicial os valores de férias integrais (R$32.164,61 + adicional de 1/3 de R$10.721,53), no valor de R$42.886,14; e férias proporcionais (10/12),(R$26.803,84 + adicional de 1/3 de R$8.934,61), no valor de R$35.738,45, totalizando R$78.833,04.

A reclamada, em sua defesa, fl.344, impugnou o valor apontado para férias e 13º salário, e apontou os valores de 18.156,02 + gratificação prevista no ACT da categoria no valor de R$18.156,05; férias proporcionais no valor de R$7.565,05 + gratificação no mesmo valor, totalizando R$51.442,20.

Nos termos do artigo 302 do CPC, cabia à reclamada impugnar, precisamente, os fatos narrados na petição inicial, sob pena de serem eles presumidos verdadeiros.

No caso concreto, a reclamada limitou-se a dizer, na peça de defesa, fl. 344, que os valores a serem pagos de férias e 13º deveriam ser os por ela apresentados

e não os apresentados pelos reclamantes, fazendo referência a Acordo Coletivo de Trabalho, o qual não foi carreado aos autos. Todavia, não informou quais verbas levou em conta para chegar aos valores que indicou como sendo os corretos.

Por outro lado, os reclamantes apresentaram o valor R$32.164,61, que indicaram ter apurado pela média salarial dos últimos doze meses, o que não destoa dos comprovantes de depósitos bancários, fls. 56-103. Em tais documentos, verifica-se que em alguns meses o *de cujus* recebeu, como total de proventos, valores bem acima dos informados pela reclamada. Cito os valores de R$30.172,19, em maio/2009 (fl. 57), R$70.346,88, em agosto/2009 (fl. 65), R$21.350,51, em outubro/2009 (fl. 74), R$36.652,39, em dezembro/2009 (fl. 80), R$44.336,83, em janeiro/2010 (fl. 84), R$19.369,15, em março/2010 (fl. 94), e R$66.657,79, em abril/2010 (fl. 100).

Dessa forma, não tendo a reclamada apresentado impugnação robusta, capaz de afastar os valores apontados pelos reclamantes, presume-se verdadeiro o valor de R$32.164,61 da base de cálculo da inicial.

Esclareço que, como o juízo sentenciante deferiu os pedidos de pagamento de férias integrais + 1/3, e de férias proporcionais (9/12) + 1/3, tomando por base de cálculo os valores constantes nos documentos juntados aos autos pela reclamada, sem especificar qualquer valor, a sentença não merece reparo, mas tão somente os cálculos que a integram.

Assim, **dou provimento ao recurso** dos reclamantes para determinar que os cálculos de fls. 551-553, que integram a sentença de fls. 544-550, sejam efetuados com base no valor de R$32.164,61 de remuneração.

DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E DA MULTA DO ART. 467 SOBRE ESSA PARCELA

Pugnam os reclamantes pela reforma da sentença que julgou improcedente o seu pedido de pagamento de participação nos lucros de 2009 e 2010 e a correspondente aplicação do índice de 50% estabelecida no art. 467 da CLT.

Analiso.

A reclamada afirmou na sua peça de defesa, fl. 345, que pagara ao *de cujus*, a título de participação nos lucros, o valor de R$32.593,03, na folha de pagamento de maio/2009; o valor de R$11.965,38, em janeiro/2010; e, por fim, que o valor líquido de R$17.295,06 está disponível para recebimento.

Os reclamantes juntaram às fls. 56-103, comprovantes de depósitos bancários efetuados pela reclamada em favor do *de cujus*, referentes ao período de maio/2009 a maio/2010, fls. 56-103, nos quais é possível constatar somente o pagamento do valor de R$11.965,38, sob o título “antecipação participação lucros e/ou prejuízos”, no comprovante de janeiro/10, fl. 87.

O comprovante de depósito bancário, fl. 380, confirma a alegação da reclamada de que o valor de R$17.295,06, referente à participação nos lucros de 2010, está disponível para recebimento.

Entretanto, diferentemente do juízo de primeiro grau, este relator entende que a ficha financeira apresentada pela reclamada, fl. 468, não constitui, por si só, documento hábil a provar que o valor foi efetivamente pago pela reclamada.

Assim, reconhecida a dívida pela reclamada (fl. 345) e não comprovado o seu adimplemento, é devido o pagamento, a título de participação nos lucros, do valor de R$32.593,03, referente a 2009.

Nego provimento, porém, o pedido de incidência do acréscimo previsto no art. 467 da CLT, sobre a parcela de participação nos lucros, por não se tratar de parcela que possa ser enquadrada como verba rescisória, já que não é devida em virtude da extinção do contrato.

Dessa forma, **dou provimento parcial ao recurso**, para reformando em parte a sentença recorrida, julgar procedente o pedido de pagamento a título de participação nos lucros, do valor de R$32.593,03, referente a 2009.

DA MULTA DO ART. 477 DA CLT

Inconformam-se os reclamantes com a sentença que julgou improcedente o pedido de aplicação da multa prevista no art. 477 da CLT.

Analiso.

A reclamada, na peça de defesa, afirmou ser indevido o pagamento da multa do art. 477 da CLT, uma vez que a extinção do contrato de trabalho ocorreu pelo falecimento do empregado. Argumenta que não pode ser responsabilizada pela multa, até porque não houve recusa em pagar as verbas rescisórias.

Ocorre que o pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT é devido em decorrência não da extinção do contrato, mas sim do atraso no pagamento das verbas decorrentes dessa extinção.

Como não há notícia nos autos de que a reclamada tenha pago os valores rescisórios seja aos herdeiros, seja em consignação, até a presente data, inconteste o descumprimento do prazo previsto no art. 477, e, por conseguinte, devida a indenização ali prevista.

Dou **provimento ao recurso** para, reformando em parte a sentença recorrida, condenar a reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 477, §§ 6º e 8º, da CLT.

DO 13º SALÁRIO

Pugnam os reclamantes pela reforma da sentença para que lhes seja deferido o valor correspondente ao 13º proporcional, no valor de R$16.124,94.

Passo a analisar.

Os reclamantes pleitearam, na inicial, o pagamento de 13º salário proporcional de 2010, no valor de R$16.124,94, em virtude da extinção do contrato de trabalho por óbito do empregado. Em suas razões recursais, argumentam que o valor de R$8.034,50 não quita o valor devido.

Verifico que, além do adiantamento de 13º salário no valor de R$8.034,50, constante do comprovante de depósito bancário de fevereiro/2010 (fl. 90), constam, do comprovante de depósito bancário de abril de 2010, os valores R$17.134,40 e R$1.790,02, referentes a "13º salário mês anterior" (fl. 100) e R$18.834,41 e R$1.933,05, referentes a 13º salário (fl. 101), cujo montante ultrapassa o valor pleiteado.

Nego provimento ao recurso no particular.

DA MULTA DO ART. 475-J

Insurgem-se os reclamantes contra o indeferimento do pedido de condenação da reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 475-J do CPC.

Decido.

A questão sobre a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC ao processo do trabalho está pacificada, no âmbito desta corte, com a edição da Súmula nº 13 deste E. Regional, aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão do dia 17.02.2011, que assim dispõe:

> **Súmula nº 13. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC. APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO.** A aplicação subsidiária da multa do artigo 475-J do CPC atende às garantias constitucionais da razoável duração do processo, efetividade e celeridade, pelo que tem pleno cabimento no processo do trabalho.

Dessa forma, **dou provimento parcial ao recurso** para, reformando em parte a r. sentença recorrida, determinar que o montante da condenação seja acrescido de multa no percentual de dez por cento, caso a reclamada não efetue o pagamento da dívida no prazo de quinze dias.

DO PREQUESTIONAMENTO

Desde já, considero prequestionados todos os dispositivos indicados pelo recorrente, com o deliberado propósito de evitar embargos de declaração, não se vislumbrando vulneração de quaisquer deles, seja no plano constitucional ou infraconstitucional.

Ante o exposto, conheço de ambos os recursos ordinários interpostos, eis que atendidos os pressupostos legais de admissibilidade. No mérito**, dou provimento ao recurso da reclamada para,** reformando em parte a r. sentença recorrida**, limitar a incidência do art. 467 da CLT ao valor incontroverso de R$51.442,20**. Ainda, **dou provimento parcial ao recurso dos reclamantes** para, reformando em parte a r. decisão recorrida, **determinar** que os cálculos de fls. 551-553, que integram a sentença de fls. 544-550, sejam efetuados com base no valor de R$32.164,61 de remuneração; **julgar procedente o pedido** de pagamento da multa do art. 477 da CLT, bem como o pedido de pagamento, a título de participação nos lucros, do valor de R$32.593,03, referente a 2009; e, por fim, **determinar** que o montante da condenação seja acrescido de multa no percentual de dez por cento, caso a reclamada não efetue o pagamento da dívida no prazo de quinze dias. Custas, pela reclamada, de R$2.500,00, calculadas sobre o novo valor da condenação, que ora se arbitra em R$125.000,00. Mantida a sentença em todos os seus demais termos Tudo nos limites da inicial e conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS, EIS QUE ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE. NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, LIMITAR A INCIDÊNCIA DO ART. 467 DA CLT AO VALOR INCONTROVERSO DE R$51.442,20. AINDA, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RECLAMANTES PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. DECISÃO RECORRIDA, DETERMINAR QUE OS CÁLCULOS DE FLS. 551-553, QUE INTEGRAM A SENTENÇA DE FLS. 544-550, SEJAM EFETUADOS COM BASE NO VALOR DE R$32.164,61 DE REMUNERAÇÃO; CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DA MULTA PREVISTA NO ART. 477, §§ 6º E 8º, DA CLT, BEM COMO O PEDIDO DE PAGAMENTO A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, DO VALOR DE R$32.593,03, REFERENTE A 2009; E, POR FIM, DETERMINAR QUE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO SEJA ACRESCIDO DE MULTA PREVISTA NO ART. 475-J DO CPC, CASO A RECLAMADA NÃO EFETUE O PAGAMENTO DA DÍVIDA NO PRAZO DE QUINZE DIAS. CUSTAS, PELA RECLAMADA, DE R$2.500,00, CALCULADAS SOBRE O NOVO VALOR DA CONDENAÇÃO, QUE ORA SE ARBITRA EM R$125.000,00. MANTIDA A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS DEMAIS TERMOS TUDO NOS LIMITES DA INICIAL E CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 11/04/2011)

WALTER ROBERTO PARO - Desembargador Federal do Trabalho, Relator.

****

I. ORGANISMOS INTERNACIONAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. II. UNESCO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.

ACÓRDÃO TRT/ 4ªT/REENEC E RO 0177400-09.2009.5.08.0011
PROLATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTES: **UNIÃO**
Dr. Fábio Gomes Pina e outros
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Dr. José de Jesus Mendes

RECORRIDOS: **MARCELO NAZARENO SILVA DE REZENDE**
Dr. Carlos José de Amorim Pinto
UNIÃO
Dr. Fábio Gomes Pina e outros
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Dr. José de Jesus Mendes

I. ORGANISMOS INTERNACIONAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - É a Justiça do Trabalho competente para apreciar ações envolvendo entes de Direito Internacional Público, inclusive organismos internacionais (art. 114, n. I, da Constituição de 1988).
II. UNESCO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO - Reconhecida em tratado internacional do qual o Brasil é Parte a imunidade de jurisdição de organismo internacional, caso da UNESCO, deve ser extinto o processo sem julgamento do mérito, face à inexistência de renúncia expressa a essa prerrogativa e, ademais, a impossibilidade de executar eventual julgado condenatório.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

Conhecimento

Conheço da remessa de ofício por imperativo legal. Conheço dos recursos ordinários da União, em assistência à UNESCO, e da FUNASA, porque preenchidos os pressupostos legais.

Preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho

Arguida pela União Federal, não merece ser acolhida, considerando o disposto expressamente no art. 114, I, da Constituição, que reconhece a competência da Justiça do Trabalho para apreciar ações movidas contra entes de Direito Internacional Público, caso da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO).

Rejeito a preliminar.

Preliminar de imunidade de jurisdição

Data venia, divirjo de relatora e revisora, e acolho a preliminar de imunidade de jurisdição da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), arguida no apelo da União Federal.

Tenho dedicado mais de 25 anos de minha vida ao estudo da imunidade de jurisdição e cada vez mais me convenço da correção da posição que defendo. Foram dois livros específicos (*Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de Direito Internacional Público*. São Paulo, LTr, 1986, e, *Competência Internacional da Justiça do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1998), além de mais de trinta artigos doutrinários. Sustento a existência da imunidade de jurisdição absoluta dos Estados e dos organismos internacionais em matéria trabalhista. Os argumentos estão expendidos ao longo de todos esses diversos estudos.

A situação destes autos envolve um organismo internacional, uma agência especializada das Nações Unidas, a UNESCO, e para ela, como para todos os demais casos em que se trata do tema *imunidade de jurisdição*, costuma-se, equivocadamente, invocar, para afastá-la em todos os casos, o célebre acórdão do Excelso Pretório proferido AC 9696-3-SP (Genny de Oliveira *vs.* Representação Comercial da Embaixada da República Democrática da Alemanha em São Paulo).

É incorreto adotar esse procedimento porquanto a UNESCO é uma organização internacional, e o aresto citado cuida de Estado estrangeiro. Neste, há uma única soberania. Naquela, um conjunto de Estados membros soberanos. As naturezas jurídicas são completamente distintas, sem qualquer similitude.

Escrevi ano passado:

> *Há pouco, o Excelso Pretório iniciou o julgamento de dois recursos extraordinários, da relatoria da Ministra Ellen Gracie, suspenso em decorrência de pedido de vista da Ministra Carmen Lúcia. Tratam-se dos REs 578.543/MT e 597.368/MT, examinando julgado do E. TRT da 23ª Região (sediado em Cuiabá), cuidando de imunidade de jurisdição e de execução de organismo internacional, especificamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Pois bem! O entendimento da Relatora é o mesmo que venho sustentando anos a fio. Assinala, com efeito, em determinado trecho de seu voto:*
>
> *É preciso que se diga, categoricamente, que em nenhuma passagem de qualquer dos relevantes precedentes anteriormente citados foi abordada a questão da imunidade jurisdicional das organizações internacionais. Não foram poucos os pronunciamentos judiciais que encontrei, de todas as instâncias judiciárias, que, invocando o precedente firmado na Apelação Cível 9.696, declararam, equivocadamente, ter esta Suprema Corte enfrentado a questão da imunidade dando aos Estados estrangeiros e aos organismos internacionais idêntica solução.*
>
> *E, adiante, ressalta:*

É de ser reconhecer, portanto, diante de tudo que aqui foi exposto, que a Justiça do Trabalho, interpretando de forma equivocada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da relativização da imunidade jurisdicional dos Estados estrangeiros e o texto do art. 114 da Constituição, tem afrontado, como parte do Estado brasileiro que é, relevantes acordos internacionais celebrados pelo País e que garantem a imunidade de jurisdição e de execução de organizações internacionais de importância mundial.

Trata-se de assunto da maior gravidade, pois seria ilusão pensar que essas entidades, chamando o País à sua responsabilidade internacional, não reagirão de forma veemente contra tal inadimplência, em patente prejuízo ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, em tão grande parte incentivados pela essencial cooperação técnica promovida por tais organismos.

Não é demais lembrar que o Brasil tem como princípio basilar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (CF, art. 4º, IX). Conforme lição de Luiz Olavo Baptista, "o Estado brasileiro deve criar as condições para a execução de atividades de cooperação internacional, ativa e passiva. Está obrigado a adotar as medidas legislativas e administrativas necessárias para atender a esse objetivo constitucional, e seus órgãos devem agir de modo a facilitar a execução dessas atividades". (Imunidade de Jurisdição na Execução dos Projetos de Cooperação entre o PNUD e o Governo Brasileiro, in Lições de Direito Internacional - Estudos e Pareceres de Luiz Olavo Baptista. Organização de Maristela Basso e Patrícia Luciane de Carvalho. Curitiba, Juruá Editora, 2008, p. 294.)

Acrescente-se, a tudo isso, que as contratações temporárias de pessoas dotadas de determinada expertise (consultores), realizadas pelo PNUD no âmbito dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos no Brasil, tal como a que foi firmada com o ora recorrido, estão inseridas em realidade completamente distinta daquela lamentavelmente vivida pelos ex-empregados brasileiros de embaixadas e consulados que, após anos de trabalho como motoristas, secretários, jardineiros ou cozinheiros, eram sumariamente dispensados sem o mínimo respeito às garantias trabalhistas locais.

Os referidos contratos temporários, firmados de acordo com as normas de pessoal estabelecidas nos regulamentos internos do PNUD e nos documentos de cooperação, prevêem, além da remuneração, diárias de viagem, licença anual, licença em caso de doença, licença-maternidade e outros benefícios complementares.

Além disso, os contratos firmados por intermédio do PNUD atendem ao que disposto na Seção 29, a, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, que determina, à ONU, o estabelecimento de processos adequados de solução para "as controvérsias em matéria de contratos ou outras de direito privado nas quais a Organização seja parte". Prevêem, nesse sentido, que qualquer disputa relacionada à sua interpretação ou à

sua execução que não puder ser dirimida de forma amigável será resolvida por corpo de arbitragem composto por um representante da agência nacional executora e outro do próprio PNUD.

Vê-se, portanto, que os técnicos contratados nessas circunstâncias não estão desprovidos, em razão da imunidade de jurisdição gozada pela ONU, de mecanismo de solução de controvérsias eventualmente surgidas durante a vigência do contrato de prestação de serviço celebrado. Em último caso, numa hipótese extremada em que o PNUD viesse a dar as costas a uma eventual reivindicação, estaria ele mesmo descumprindo a referida Seção 29 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, abrindo aí a possibilidade de o Governo brasileiro reclamar internacionalmente desse fato perante a Organização das Nações Unidas.

Registro, por fim, que esse regime de contratação de pessoal especializado é tão alheio ao ordenamento jurídico brasileiro que nos contracheques do recorrido, juntados às fls. 87-92, não há sequer os descontos usuais de imposto de renda e de previdência oficial.

A Justiça Trabalhista brasileira, ao deixar de reconhecer, nas reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-contratados da ONU/PNUD, a imunidade de jurisdição dessa organização internacional beneficiada por acordos e convenções regularmente assinados pelo Governo brasileiro, presta enorme desserviço ao País, pondo em risco a continuidade da cooperação técnica recebida desse ente de direito público internacional (Disponível em: http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo545.htm#Reclamação%20Trabalhista%20contra%20a%20ONU/PNUD:%20Imunidade%20de%20Jurisdição%20e%20Execução%20-%201. Acesso em 20.5.2009).

O que a Ministra Ellen Gracie observa nos julgados acima é o que tem ocorrido em todos os casos que se julga no Brasil. Tanto a regra de imunidade para o PNUD como aquela destinada a Missões Diplomáticas e a Repartições Consulares não decorrem de costume, mas de convenções internacionais específicas. Aquela, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. As demais, das Convenções de Viena de 1961 e 1963, respectivamente, conquanto entenda que seria diversa a situação desses empregados, o que, data venia, não me conformo em adotar. (In Das imunidades de jurisdição e de execução nas questões trabalhistas. In: Revista LTr, São Paulo, 74(01):19-23, jan. 2010).

Pois bem! A situação destes autos é exatamente essa. A UNESCO é uma organização internacional, não é um Estado estrangeiro, está abrangida por tratado específico, nem tampouco se trata de considerar que o ato praticado foi de império ou de gestão. Cuida-se, apenas e tão somente, de não se estender, porque impossível, um entendimento, a meu ver equivocado, para este caso.

Acrescento que existem regras que devemos observar. Primeiro, o interesse coletivo é superior ao individual (art. 5º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, e art. 8º, da CLT). Segundo, a renúncia à imunidade é indispensável

ocorrer para que a jurisdição seja exercida, e não será possível executar o julgado, porque a renúncia à imunidade de execução é proibida pela Convenção de Londres de 1950 que o Brasil ratificou. Trata-se da aplicação dos princípios da submissão e da efetividade.

Na linha do pensamento que sempre tive, mais recentemente, o C. Tribunal Superior do Trabalho, revendo posições equivocadas anteriores, tem reconhecido a imunidade de jurisdição das organizações internacionais. Isto pode ser constatado em diversos julgados da Alta Corte, como o caso dos Procs. E-RR-90000-49.2004.5.10.0019, RR-170240-88.2005.5.01.0003, E-ED-RR-900/2004-019-10-00.9, RR-10540-15.2005.5.10.1007, E-ED-RR-142200-08.2009.5.10.0003, AIRR-110140-3.2006.5.10.0019 e o recente RR-104100-20.2007.5.15.0116, por sinal contra o organismo internacional parte nestes autos, a UNESCO, e que destaca, nos seus fundamentos, a impossibilidade de execução do julgado contra um Estado estrangeiro, o que, evidente, não é o caso em exame, mas que refiro como forma de recordar que este é um dos pontos que tenho reiteradamente afirmado.

Considerando todos esses aspectos, acolho a preliminar suscitada pela União Federal, e, reformando a r. sentença recorrida, proclamo a imunidade de jurisdição da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e declaro extinto o presente feito sem resolução do mérito, prejudicado o exame do apelo da FUNASA.

ANTE O EXPOSTO, conheço da remessa de ofício, por imperativo legal, bem como conheço dos recursos ordinários da União, em assistência à UNESCO, e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), porque preenchidos os pressupostos legais; rejeito a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar o presente feito, à falta de amparo legal; acolho a preliminar de imunidade de jurisdição, suscitada pela União Federal para, reformando a r. sentença recorrida, proclamar a imunidade de jurisdição da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, declarando extinto o presente feito sem resolução do mérito, prejudicado o exame do apelo da FUNASA, conforme a fundamentação. Custas, pelo reclamante, de R$-200,00, sobre o valor que se arbitra em R$-10.000,00, isentando-o *ex aequo et bono.*

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO E DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DA UNIÃO, EM ASSISTÊNCIA À UNESCO, E DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA); SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR O PRESENTE FEITO, À FALTA DE AMPARO LEGAL; POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDAS AS DESEMBARGADORAS PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL (RELATORA) E SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA (REVISORA), DAR PROVIMENTO AO APELO DA UNIÃO FEDERAL, PARA, ACOLHENDO A PRELIMINAR DE IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO, SUSCITADA PELA UNIÃO, PROCLAMAR A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO E DECLARAR EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO; PREJUDICADO O EXAME DO APELO DA FUNASA, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELO RECLAMANTE, DE R$-200,00, SOBRE O VALOR QUE SE ARBITRA EM R$-10.000,00, ISENTANDO-O *EX AEQUO ET*

BONO. **PROLATOU O V. ACÓRDÃO O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO.**

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 12 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 02/05/2011)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - Desembargador Prolator.

****

PROCURAÇÃO. OUTORGA LEGÍTIMA. CONFIRMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./AI/RO 0002553-06.2010.5.08.0201
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

AGRAVANTE: **ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA**
Advogado: Dr. Gilson Pereira da Silva

AGRAVADO: **LEONAN SOUSA RODRIGUES**
Advogada: Dra. Isabel Cristina Gonçalves Silva

PROCURAÇÃO. OUTORGA LEGÍTIMA. CONFIRMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO. A procuração passada por pessoa jurídica, através de representantes legais devidamente qualificados, é plenamente válida, seguindo a mesma sorte os atos praticados com base na mesma, razão pela qual não há que se falar em vício por falta de qualificação da outorgante. Inteligência da OJ-SDI1-373 do C.TST e do art. 654, *caput* e 985 do CC/2002.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO

Conheço do presente agravo de instrumento, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

A agravante não se conforma com o r. despacho que negou seguimento ao seu recurso ordinário, face a ausência de poderes do advogado que o subscreveu, por declaração de invalidade das procurações.

Afirma que não pode subsistir o entendimento esposado na r. decisão agravada, pois, da procuração utilizada para a interposição do recurso, constou a completa qualificação da outorgante e a assinatura dos representantes legais daquela.

Destaca o fato de que, ao revés do entendimento adotado pelo MM. Juízo *a quo*, foram devidamente atendidos os requisitos legais para a prático do ato de concessão de procuração.

Aduz que o MM. Juízo *a quo* valeu-se de excessivo rigor na apreciação da validade do ato de outorga de poderes praticado.

Vejamos.

O Código Civil de 2002 estabelece o seguinte:

> "Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante."

Ora, no presente caso, trata-se de pessoa jurídica, e como tal, a mesma, para adquirir capacidade, para praticar atos da vida civil, requer, a exemplo da pessoa natural, o seu nascimento, para posteriormente, valer-se da devida representação perante terceiros.

O diploma civil trata desta questão, *in verbis*:

> "Art. 985. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (arts. 45 e 1.150)."

Para maiores esclarecimentos, ressalto a doutrina abalizada acerca dos efeitos da personalização supra mencionada:

> "Como a pessoa jurídica é uma criação legal que tem por fim atuar como sujeito de direito, à semelhança da pessoa natural naquilo que lhe for compatível, segue-se, como corolário, que a sociedade, uma constituída, obtém *ipso facto* plena capacidade para tornar-se sujeito de direito (capacidade de direito ou de gozo, cf. CC, art. 1º) e para exercer direitos e contrair obrigações (capacidade de fato ou de exercício).
>
> (...) A autonomia de atuação da sociedade é outro efeito da personalização. Como ela não tem existência física, é necessário que uma pessoa natural aja por ela na prática dos atos que lhe são próprios.
>
> (...) A manifestação da vontade da pessoa jurídica pode ocorrer de modo complexo, por meio de uma ou mais pessoas naturais. Mas, ainda assim, a pessoa natural, ao participar da formação da vontade da pessoa jurídica, perde sua individualidade e deve ser vista como uma peça da engrenagem do ente que constitui a pessoa jurídica. A deliberação tomada pela sociedade, por exemplo, é o resultado da somatória das vontades individuais de seus sócios, da mesma forma que o ato praticado pela sociedade, por intermédio da pessoa natural de qualquer de seus sócios é ato dela e não dele, que simplesmente atua como se fosse a própria sociedade.[1]"

Acerca da representação da pessoa jurídica perante este juízo especializado, dispõe a jurisprudência do C. TST:

> "OJ-SDI1-373. REPRESENTAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. PROCURAÇÃO. INVALIDADE. IDENTIFICAÇÃO DO OUTORGANTE E DE SEU REPRESENTANTE (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.11.2010 - IUJ-85600-06.2007.5.15.0000) - Res. 170/2010, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.11.2010. É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome da entidade outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam." (Grifei)

---

[1] NETO, Alfredo de Assis Gonçalves. Direito de Empresa. Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: RT, 2007.

Com efeito, na procuração de fl. 120, consta como outorgante a designação da ora agravante, com sua respectiva qualificação, bem assim, o mesmo documento, registra como seus representantes, os Srs. Marcelo Henrique Faria Roque e José Luiz de Oliveira Martins, consoante arquivado no competente Registro Mercantil.

Ainda dentro dessa exegese, à fl. 117, no artigo 13, parágrafo segundo do Instrumento de Alteração Contratual juntado, ficou estabelecido que seria necessário, para a outorga de procuração, a "assinatura conjunta de dois Diretores."

Por fim, no documento de fl. 110 dos autos, relacionado ao registro mercantil da agravante, no campo Sócios/Participação/Condição, constam, no rol ali descrito, na condição de "Diretor", o nome dos subscreventes da procuração de fl. 120, quais sejam, "José Luiz de Oliveira Martins" e "Marcelo Henrique Faria Roque."

Tais circunstâncias, por si só, mostram-se suficientes para permitir concluir-se pela regularidade da representação, seja com base no atendimento dos requisitos legais exigidos para a prática do ato, seja por observância do princípio da instrumentalidade das formas.

A questão aqui discutida reside, necessariamente, na legitimidade dos subscritores dos poderes outorgados, ou seja, se os mesmos exercem cargo ou função, com as prerrogativas necessárias para a prática do ato considerado inválido pelo MM. Juízo *a quo*.

Ora, haja vista todo o acima exposto, não paira qualquer dúvida acerca da regularidade dos atos praticados, no presente feito, por meio dos procuradores da recorrente, inclusive no tocante à interposição do Recurso Ordinário.

Por tais fundamentos, não há que se falar em invalidade da procuração outorgada e os poderes dela decorrentes, assim como os respectivos substabelecimentos, razão pela qual dou provimento ao agravo para mandar processar o recurso ordinário, sem prejuízo do exame dos demais pressupostos alusivos à sua admissibilidade pelo Tribunal.

ANTE O EXPOSTO, conheço do presente agravo de instrumento, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, dou-lhe provimento para determinar o processamento do recurso ordinário interposto pela agravante, sem prejuízo do exame de seus demais pressupostos de admissibilidade. Tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA DETERMINAR O PROCESSAMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA AGRAVANTE, SEM PREJUÍZO DO EXAME DE SEUS DEMAIS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 15 de março de 2011. (Publicado no DEJT em 18/03/2011)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora. Resolução do TRT 8ª Região nº 144/2005.

****

RECEBIMENTO A MAIOR. DEVOLUÇÃO DE VALORES.

ACÓRDÃO TRT 8ª R./ 1ª T./AP 00116600-46.1989.5.08.0001
RELATORA: Desembargadora MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

AGRAVANTES: **ERMINO BRAGA - JOSÉ LUIZ MORAES - ITALO AUGUSTO DE SOUZA ALBERTO - MARIA MARLY DE LOURDES SILVA SANTOS - MARIA DE NAZARETH FIGUEIREDO VIEIRA - E OUTROS**
Dr. Deusdedith Freire Brasil e outros

AGRAVADOS: **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA**
Dra. Edilena do Carmo Mesquita

RECEBIMENTO A MAIOR. DEVOLUÇÃO DE VALORES. Se os reclamantes receberam valores além daqueles que lhes eram devidos, tudo por força de decisão judicial que assim determinou, não há porque impor-lhes a obrigação de devolver, haja vista que o recebimento deu-se de boa-fé.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONHECIMENTO

Conheço dos agravos de petição de fls. fls. 964-973 e 1092-1097v, pois preenchidos os requisitos de admissibilidade.

2.2. MÉRITO

São dois os Agravos de Petição interpostos pelos autores. Analisarei o primeiro deles, fls. 964-973, insurgindo-se contra a decisão de fls. 947-947 verso, pois, a meu ver, seu julgamento prejudicará os demais.

Trata-se de apelo contra a decisão que concluiu pela obrigação dos exeqüentes em devolverem aos cofres públicos valores que receberam, por força de diversas decisões, a maior do que o que lhes era devido.

Necessário se faz um breve relato do ocorrido neste processo.

Os reclamantes obtiveram provimento jurisdicional favorável a sua pretensão de receberem da reclamada diferenças salariais decorrentes de diversos planos econômicos.

Após a tramitação regular do feito e mediante a expedição de precatórios requisitórios, houve o primeiro pagamento às fls. 433 e o segundo às fls. 470.

Mediante decisão de fls. 583, proferida em Agravo de Petição, os reclamantes obtiveram deferimento do pedido por eles formulado para nova atualização da conta de liquidação, o que consta de fls. 591.

Feita a citação em razão dos cálculos de atualização, a reclamada opôs embargos à execução, cuja decisão transitou em julgado, com a conseqüente expedição de mais um precatório requisitório (fls. 621-626).

Novo precatório foi pago, sendo que a reclamada veio a insurgir-se contra o trâmite da execução sob a alegação de nulidade processual, existência de erro material nos cálculos e dano ao erário público, obtendo provimento em seu inconformismo, conforme fls. 789-798, cuja decisão determinou que os juros devidos pela Fazenda Pública devem observar o percentual de 0,5% e não 1% como calculado.

Referida decisão transitou em julgado, consoante fls. 873.

Refeitos os cálculos, obteve-se a apuração de que os autores já receberam importâncias superiores as que lhe eram devidas, havendo determinação judicial (fls. 947-947verso) para a devolução das importâncias excedentes aos créditos dos trabalhadores.

Como se viu, em sede de Agravo de Petição a reclamada obteve a reforma da conta de atualização, cujo resultado foi a constatação de que os reclamantes já receberam além dos seus créditos, com decisão do Juízo da execução para que devolvam o que receberam a maior, contra cuja decisão se opõem, haja vista o argumento de que teriam recebido de boa-fé.

A meu ver os reclamantes possuem razão, motivo pelo qual entendo deva a execução ser considerada extinta.

Com efeito, realmente os reclamantes receberam os valores, ainda que indevidamente, por força de diversas e sucessivas determinações judiciais, ou seja, fizeram os recebimentos todos de boa-fé, amparados em decisão judicial, razão pela qual não vejo motivo nenhum para que sejam compelidos à devolução.

É esta a orientação dada por esta E. Turma, em diversas situações semelhantes, como a seguir demonstra o aresto transcrito em caráter meramente exemplificativo:

> "AGRAVO DE PETIÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES. COISA JULGADA. Transitada em julgado a sentença de impugnação aos cálculos, com o consequente pagamento da quantia apurada ao autor e o recolhimento do imposto de renda pelo ora agravante, não há como determinar-se devolução de valores que teriam sido pagos a maior nesses autos. Processo extinto, sem resolução do mérito".

Assim, dou provimento ao AP dos reclamantes para, reformando a decisão de fls. fls. 947-947verso, considerar extinta a presente execução.

Como consequência, fica prejudicado o exame do AP de fls. 1092-1097v, por perda de interesse processual dos autores, haja vista a extinção da execução.

ANTE O EXPOSTO, conheço dos Agravos de Petição; no mérito, dou provimento ao AP de fls. 964-973 dos reclamantes para, reformando a decisão de fls. fls. 947-947-verso, considerar extinta a presente execução, e, em consequência, fica prejudicado o exame do AP de fls.1092-1097v, por perda de interesse processual dos autores, haja vista a extinção da execução.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS MAGISTRADOS DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, SEM DIVERGÊNCIA, EM CONHECER DOS AGRAVOS DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO AP DE FLS. 964-973 DOS RECLAMANTES PARA, REFORMANDO A DECISÃO DE FLS. FLS. 947-947-VERSO, CONSIDERAR EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, E, EM CONSEQUÊNCIA, FICA PREJUDICADO O EXAME DO AP DE FLS.1092-1097V, POR PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL DOS AUTORES, HAJA VISTA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 08/04/2011)

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO - Desembargadora Federal do Trabalho - RELATORA.

****

RECURSO. EFEITO SUSPENSIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MANUTENÇÃO DE COMODATO.

ACÓRDÃO TRT/1ªT/CAUINOM-0000113.24.2011.5.08.0000
RELATOR: Desembargador HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

REQUERENTE: **EDIMILSON SOUSA LIMA.**
Advogados: Dr. Roney Ferreira de Oliveira e outro.

REQUERIDA: **VALE S/A.**
Advogados: Dr. Ricardo Serruya Soriano de Mello e outros.

RECURSO. EFEITO SUSPENSIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MANUTENÇÃO DE COMODATO. O juiz, no uso do seu poder geral de cautela, pode deferir efeito suspensivo a recurso ordinário, em face da demonstração dos pressupostos indispensáveis, em ação em que se discute o direito à moradia, por objetivar a preservação das partes de tumultos sob o ponto de vista processual, em especial, quando se pode vislumbrar potenciais repercussões de ordem social. Não sendo definitivo o provimento jurisdicional, impõe-se ao julgador maior cautela à vista de princípios constitucionais, sobretudo, o maior, o da dignidade humana, fundamento da República (art. 1º, III), bem como, o do valor social do trabalho (art. 1º, IV da CF), da função social da propriedade (art. 5º, XXIII, da CF), à luz dos quais se faz a leitura do ordenamento infraconstitucional.

1. RELATÓRIO.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Conhecimento

A presente ação cautelar está em condições de ser apreciada.

A admissão do efeito suspensivo a determinada espécie de recurso mediante ação cautelar inominada incidental, se processa na forma do art. 800 do CPC.

2.2 MÉRITO.

a) Da questão liminar.

O Autor é funcionário da empresa Vale S/A e seu contrato de trabalho se encontra suspenso em decorrência do benefício previdenciário, por mais de 03 anos.

A reclamada ingressou com ação de reintegração de posse tendo juntado ACT vigente pelo período de 01.05.08 a 30.04.09, cuja sentença denegou a reintegração mas foi reformada em segunda instância (ação diversa nº 0168200-21.2009.5.08.0126).

O Requerente alega que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) fere o princípio do *tempus regit actum* e que a suspensão de seu contrato de trabalho faz subsistir seu direito social à moradia. Informa que a concessão para o uso da moradia se deu mediante comodato (CC. Art. 579) e que a norma coletiva não pode retroagir para ofender o negócio jurídico perfeito, na forma do art. 5º XXXVI, da CF/88.

Quanto aos requisitos para a concessão da medida cautelar, aduziu o obreiro que há o "fumus boni juris" visto que o recurso patronal fundamenta-se na lei processual civil cuja sentença possui efeito suspensivo, consoante artigo 520 do CPC, e que, portanto, sua execução só seria passível de ser cumprida após o trânsito em julgado. Alega ainda, que a empresa invocou a tutela possessória de reintegração mas não apontou qualquer ato de esbulho. Quanto ao periculum in mora, cita a decisão da E. 3ª Turma, que determinou a imediata reintegração da empresa ao imóvel em questão, demonstrou a não preocupação com a função social da posse, e sem a empresa tenha apresentado motivos relevantes para reaver o imóvel.

Aduz que a desocupação do imóvel lhe causará graves prejuízos, eis que se encontra incapacitado para o trabalho e para praticar atos comuns, inclusive para realizar a desocupação já determinada. Ao final, requer os benefícios da assistência judiciária e seja concedida a liminar "inaudita altera pars" com determinação de suspensão dos efeitos da sentença e, em consequência, seja sustada a reintegração de posse do imóvel em comento, com posterior conversão em definitiva a liminar concedida.

Esclareço que o pedido liminar foi inicialmente indeferido neste feito, à falta de demonstração pelo requerente, da efetiva tempestividade de seu apelo, bem como, pelo fato de que aquela altura, dúvidas pairavam quanto à fase de tramitação processual a qual se referia(recurso de revista ou recurso ordinário). O Requerente, por meio de pedido de reconsideração junto a este Relator, veio a elucidar sua pretensão dando suporte ao pedido de suspensão dos efeitos da r. Sentença em face do recurso ordinário interposto. Decisão essa que impôs obrigação de fazer sem caráter provisório que impedisse a imediata e plena concretização do direito reconhecido à Empresa autora da ação, com fulcro no art. 461-A do CPC.

Portanto, em sede desse pedido de reconsideração, deferi a liminar por considerar demonstrada a existência de particularidades posteriormente elucidadas que viabilizam enfrentar-se novo pedido. Entendo que a revogabilidade ou modificabilidade da medida cautelar, "ex vi" do art. 807 do CPC, ainda mais, ao se tratar de liminar, autoriza a revisão então feita, não a título de reconsideração, mas de apreciação de um novo pedido, consoante ilustro a seguir:

> "A alteração da circunstância fática, além de permitir a formulação de outro pedido de tutela cautelar, abre oportunidade para a revogação ou para a modificação da tutela concedida." (Marinoni, Luiz Guilherme et Mitidiero, Daniel, op. cit. p.758).

b) Da medida cautelar. Admissão do efeito suspensivo a recurso ordinário.

O objeto de pedido cautelar do reclamante é o fato de o MM. Juízo de 1º Grau em decisão publicada em 21.02.2011 (fl. 937), reapreciando pedido de esclarecimento em sede de embargos de declaração, ter determinado que o reclamante fosse notificado a comprovar a desocupação do imóvel funcional, no prazo de 5 dias, sob pena de expedição de mandado de imissão de posse.

A documentação constante destes autos ampara perfeitamente o pleito.

A condição de aposentadoria por invalidez previdenciária resultou comprovada pelo documento de fl. 53 (código 32) com vigência iniciada em 20.10.2008. O contrato individual de trabalho firmado entre os litigantes à fl. 43, que nada contém a respeito das condições para a utilização do imóvel *sub judice*.

A ocupação do imóvel decorre de contrato de comodato firmado em 01.03.2005 (fls. 57/60), conforme contrato de cessão nº 117/05, em cuja cláusula 7.3.1, foi avençado que será automaticamente rescindido no caso de término ou rescisão de contrato de trabalho celebrado entre a CVRD e o comodatário.

As normas coletivas que abordam a matéria foram firmadas pela reclamada e pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos, do Ouro e Metais Preciosos e de Minerais não Metálicos de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás-Pa e vêm adotando a seguinte disposição:

> **"06 - Benefício Moradia/Afastados** - Aos empregados que residirem em Carajás, que tiverem seu contrato de trabalho suspenso ou interrompido, será mantido o benefício moradia por um período de até 12 (doze) meses após o início da suspensão ou interrupção, findo o qual o imóvel deverá ser desocupado e devolvido à VALE, obrigando-se a empresa a, cessada a interrupção ou suspensão do contrato de trabalho após este período, restabelecer o benefício ao empregado, caso este volte a prestar serviços regulares em Carajás".
>
> **"Parágrafo Único** - Em caso de aposentadoria do empregado, o mesmo deverá devolver o imóvel à empresa em um prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, após a suspensão do contrato por aposentadoria".

O texto acima transcrito consta dos seguintes acordos coletivos juntados a estes autos: fls. 40/50 (ACT 01.05.2008-30.04.2009) e fls. 235/245 (ACT 01.05.2009-30.04.2010).

A ação cautelar, consabidamente, não objetiva obtenção de declaração do direito material discutido na ação principal, e sim, um provimento jurisdicional que garanta a viabilidade do processo, consoante artigo abaixo:

> "É um instrumento que visa assegurar a viabilidade da obtenção da tutela do direito ou a assegurar uma situação jurídica tutelável, conforme o caso" (Marinoni, Luiz Guilherme et Mitidiero, Daniel. Código de Processo Civil Comentado Artigo Por Artigo, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 739).

Logo, em que pesem as circunstâncias e razões sustentadas pela Empresa Requerida quanto à plausibilidade de seu direito em face da suspensão ampla e bilateral dos efeitos do contrato de trabalho, do amparo da norma coletiva e da óbvia necessidade de atender a outros empregados que aguardam a liberação do imóvel funcional, não se pode desconsiderar a periclitância de direitos fundamentais do trabalhador, como o da moradia, sobretudo, ao se encontrar em presumido estado de invalidez.

Considero razoável a ratificação da liminar concedida ao obreiro, ante o conteúdo da decisão apontada que permitiu vislumbrar a certeza da contrariedade suscitada pelo Requerente e a demonstração dos pressupostos indispensáveis à preservação das partes de tumultos sob o ponto de vista processual, em especial, quando se pode vislumbrar potenciais repercussões de ordem social.

O provimento jurisdicional em favor da empresa ainda não seria definitivo, conjuntura em que o julgador se inclina a conceder a tutela provisória à vista de princípios constitucionais, sobretudo, o maior, o da dignidade humana, fundamento da República (art. 1º, III), bem como, o do valor social do trabalho (art. 1º, IV da CF), da função social da propriedade (art. 5º, XXIII, da CF), princípios à luz dos quais se faz a leitura do ordenamento infraconstitucional.

A par disso, na própria jurisprudência deste Regional não se vê pacificação em casos desta índole. Assim, como medida de maior prudência, defiro o pedido cautelar. Nesse sentido, como precedente desta Corte, cito a decisão proferida nesta E. 1ª Turma, no ACÓRDÃO TRT/1ª T/CAUINOM 0002690-09.2010.5.08.0000, da lavra do Exmº Juiz Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior, Juiz Federal do Trabalho Convocado Relator.

Por tais fundamentos, admito a ação cautelar e, no mérito, julgo procedente o pedido de suspensão da r. sentença até o trânsito em julgado da ação principal.

Ante o exposto, admito a ação cautelar e, no mérito, concedo efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto nos autos do processo **nº 0168200-21.2009.5.08.0126**, limitando-o até o trânsito em julgado da ação de reintegração de posse, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em admitir a presente ação cautelar; no mérito, ainda sem divergência, conceder efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto nos autos do processo nº 0168200-21.2009.5.08.0126, limitando-o até o trânsito em julgado da ação de reintegração de posse, conforme os fundamentos.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 08/04/2011)

HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

RELAÇÃO DE EMPREGO. COLABORADOR EM CAMPANHA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 0000224-91.2010.5.08.0113
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

RECORRENTE: **RAIMUNDO ROSIVALDO FERREIRA DE SOUZA**
Advogada: Dra. Cleude Ferreira Paxiúba

RECORRIDO: **RAULIEN OLIVEIRA DE QUEIROZ**
Advogados: Dra. Mariella Moura de Assis Neto e outros

RELAÇÃO DE EMPREGO. COLABORADOR EM CAMPANHA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA. O art. 100 da Lei n° 9.504/97, estabelece que "a contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes". Ao oferecer a prestação de serviço aos candidatos, o autor o fez a título de trabalho voluntário, não gerando vínculo empregatício, nos termos da legislação eleitoral. O vínculo de emprego não se estabelece por duas razões. A primeira é a ausência de atividade econômica por parte do candidato (artigo 2º da CLT). A segunda é pela falta de requisito do art. 3º, da CLT, a caracterizar o denominado "cabo eleitoral" como empregado, em face da eventualidade na prestação do serviço, que ocorre apenas durante a campanha eleitoral.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, porque atendidos todos os pressupostos legais de admissibilidade.

DA EXISTÊNCIA OU NÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO

Inconforma-se o reclamante com a r. sentença que declarou a inexistência de vínculo empregatício entre as partes, julgando improcedentes os pedidos da inicial.

Argumenta que, diversamente do que entendeu a r. sentença de origem, estão presentes na relação entre as partes os elementos caracterizadores comuns às relações empregatícias e previstos nos artigos 2º e 3º da CLT, reapresentando todo o contexto em que alega se deu o postulado vínculo empregatício.

Assevera que a testemunha, às fls. 150, informou que o reclamante se tornou assessor particular do reclamado após a posse deste e que o reclamado acertou como salário do reclamante o valor de R$ 6.000,00 mensais.

Entende que os depoimentos apresentados pelo autor e pelas testemunhas apresentadas confirmam a tese da inicial e são suficientes para provar o vínculo empregatício pretendido.

Requer a reforma da r. sentença recorrida para que seja reconhecido o vínculo empregatício pleiteado na inicial, porque presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 3º da CLT, julgando-se totalmente procedente a reclamação.

Examino.

O reclamante mencionou na exordial labuta em proveito do reclamado, na função de coordenador de campanha na Área Indígena, no período de 05/02/2008 a 09/10/2008 e na função de assessor particular, no período de 10/10/2008 a 20/01/2010, quando foi demitido imotivadamente, período durante o qual percebeu a importância de R$6.000,00 por mês, sem que sua CTPS tenha sido assinada, e sem jamais ter recebido horas extras, férias, 13º salário ou RSR, informando ainda que não recebeu aviso prévio.

Narrou que laborava habitualmente de segunda à domingo, das 06:00 às 19:00 horas de fevereiro a junho de 2008; das 06:00 às 22:00 horas de junho a setembro de 2008 e de segunda à sábado, das 07:00 às 17:00 horas, de outubro de 2008 a janeiro de 2010.

O reclamado, em contestação às fls. 38/52, negou a existência da relação de trabalho e do vínculo empregatício, aduzindo que o reclamante jamais lhe prestou qualquer serviço.

Portanto, o reclamado não admitiu a prestação de serviço no lapso objeto da inicial, o fato alegado pelo reclamante (art. 818, CLT) e constitutivo do seu direito (art. 333, I, CPC).

Negada a prestação de serviço pelo reclamado, permanece com o reclamante o ônus probatório quanto à mesma, porque fato por ele afirmado (art. 818 da CLT) e constitutivo do seu direito (art. 333, I, CPC).

A simples negativa dos fatos pelo réu, para ele não atrai o encargo de prova. Apenas se tivesse admitido a prestação de serviços no período objeto da reclamação é que se presumiria a existência do contrato de trabalho.

Não pode o Juízo presumir que houve prestação de serviços e vínculo de emprego, sem prova cabal e definitiva dos fatos alegados na inicial, sem a demonstração efetiva dos mesmos.

Com a inicial o reclamante não colacionou um único documento capaz de provar suas alegações.

Em seu depoimento declarou: *"que trabalhava diretamente com o reclamado desde 05/02/2008; que trabalhava na área indígena, que o reclamado era diretor da FUNAI e o reclamante diretor da FUNASA; que saiu da FUNASA em janeiro de 2008, quando o reclamado lhe convidou para trabalhar; que deveria visitar as aldeias e divulgar o nome do reclamado, que já tinha a intenção a concorrer a Prefeitura; que a campanha política começou em julho de 2008; que nunca trabalhou para o Vereador Alfredo; que apenas doou dinheiro para a sua campanha; que visitava as aldeias com uma equipe; que formou a equipe pessoalmente a pedido do reclamado; que a equipe era paga pelo Sr. Raulien, algumas vezes através do reclamante; que o reclamado determinava a área a ser visitada e quanto tempo o reclamante deveria passar lá; que nas visitas o reclamante dirigia todas as tarefas; que recebeu R$ 1.000,00 em março de 2008, R$ 700,00 em maio de 2008 e em junho R$ 500,00 e em dezembro de 2008 R$ 1.000,00; que recebeu o valor de R$ 1.000,00 em dezembro de 2008 da Sra. Socorro, que hoje exerce a função de Tesoureira da Prefeitura de Jacareacanga-PA; que após a posse, o reclamado convidou o reclamante para ser o seu assessor particular; que de março a outubro de 2009, recebeu R$ 6.000,00 por mês; que não constava na folha de pagamento da Prefeitura recebendo os valores do reclamado; que em 20/01/2010, o reclamado o dispensou, sem o pagamento de qualquer parcela; que a partir de novembro de 2009 deixou de receber salários; que é filiado ao PcdoB de Itaituba-PA; que sempre foi filiado aos partidos políticos de Itaituba; que as sedes da FUNASA e da FUNAI ficam localizadas em Itaituba; que residiu em Jacareacanga quando trabalhou com o reclamado; que conhece o procedimento de doação de bens e serviços no processo eleitoral; que assinou o documento aceitando o cargo de Tesoureiro da coligação do PcdoB em Jacareacanga para a eleição de Prefeito; que nunca exerceu as atividades de Tesoureiro; que na verdade nem poderia assumir tal cargo devido a sua filiação em Itaituba; que nunca doou serviço a candidato a Vereador Alfredo; que não sabe informar se o Sr. Carlos Akai é filiado a algum partido político; que recebia seu salário em dinheiro."* (fls. verso/149 e 150)

De fato, o autor confirmou a alegação da exordial de que prestou serviços ao reclamado, negando a prestação de serviços ao Vereador Alfredo.

A segunda testemunha trazida pelo autor, Sr. Carlos Akai Munduruku, declarou "*que trabalhou junto com o reclamante em campanha para o reclamado; que recebia valores quando pedia ao reclamado, não havendo um acordo para recebimento de valor fixo; que na época da campanha, o reclamante recebia salário da Tesoureira, Sra. Socorro; que nunca presenciou o reclamante recebendo salários; que informa que o reclamante recebia o valor de R$ 6.000,00; que sabe disso por conversas com a equipe; que no ano de 2009, o reclamante ainda trabalhava junto a Prefeitura, tanto que as reivindicações da comunidade indígena eram dirigidas a ele; que é filiado ao PMDB do Município de Jacareacanga; que desde a campanha de 2008 é filiado ao PMDB; que o PMDB integrava coligação diversa da do reclamado; que o reclamante era assessor do Prefeito no ano de 2009; que o reclamante não participava de reuniões no PMDB."* (fls.151)

A primeira testemunha arrolada pelo reclamado, Sr. Raimundo Batista Santiago, declarou "*que o reclamante trabalhou na campanha de 2008 na coligação do PcdoB com o PT, junto aos Vereadores; que o candidato a Prefeito tinha equipe própria, custeada pelo PT; que sabe que no ano de 2009, o reclamante passava de 2 a 15 dias em Jacareacanga, mas não sabe a que título o reclamante estava na cidade; que o depoente exerce a função de Presidente da Câmara de Vereadores; que é do mesmo partido do reclamado; que nunca tratou com o reclamante sobre sua eleição para Presidente da Câmara de Vereadores de Jacareacanga; que concorreu*

para Vereador na mesma coligação que o reclamado concorreu para Prefeito; que o reclamante trabalhava junto ao candidato a Vereador Alfredo; que não sabe quem pagava ao reclamante." (fls. verso/151)

A segunda testemunha arrolada pelo reclamado, Sr. Antônio João Brito Alves, declarou "*que conhece o reclamante, e sabe que ele trabalhou na campanha de 2008 na coligação do PcdoB; que pelo que sabe, o reclamante assessorava apenas os Vereadores; que na verdade havia apenas um Vereador concorrendo pelo PcdoB, Sr. Alfredo Rodrigues; que em 2009 via o reclamante em Jacareacanga, frequentando a Prefeitura, não sabendo ao certo com que finalidade; que o reclamante tem ligação com a comunidade indígena, e às vezes ia a Prefeitura para solicitar combustível para os índios; que não sabe quem remunerava o reclamante; que foi contratado para o PT para prestar serviços durante a campanha de 2008; que o reclamante não prestou nenhum serviço para a campanha para Prefeito; que nas reuniões do PT, partido pelo qual concorreu o reclamado para a Prefeitura, o reclamante não se fazia presente; que eram outras as reuniões do PcdoB; que mesmo durante a campanha, quando a coligação era formada pelo PT e pelo PcdoB, as reuniões de cada partido eram independentes; que antes do pleito eleitoral de 2008, não se recorda de ter prestado serviços para o reclamado; que nunca participou de reuniões com a comunidade indígena, uma vez que trabalhava na cidade."* (fls. verso/151 e 152)

Não há, nos autos, prova de que ocorreu a prestação de serviços do reclamante em favor do reclamado, não restando comprovada a presença dos requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT, caracterizadores da relação de emprego.

Em relação ao período em que o reclamante prestou serviços ao reclamado na campanha política para prefeito de Jacareacanga, no ano de 2008, fazendo a aproximação do candidato com a comunidade indígena, também não tem razão o autor.

É que dispõe o art. 100 da Lei n° 9504/97, que **"a contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes"**.

A alegação de inconstitucionalidade do dispositivo, além de inovadora, não se sustenta, na medida em que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º e incisos, assegura direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, mas não veda a regulamentação de trabalhadores especiais como os prestadores de serviço eventuais. O Congresso Nacional, com competência concedida pela Constituição para editar a Lei Eleitoral, pode estabelecer que determinada prestação de serviço - como a do estagiário, do cooperado ou aquela realizada em campanha eleitoral - não gera relação de emprego justamente porque nesses casos não estão presentes todos os requisitos previstos no artigo 2º e 3º da CLT, especialmente a subordinação jurídica e a não eventualidade.

O entendimento que tem prevalecido é o de que a atividade política não é atividade lucrativa, sendo que inúmeros colaboradores e simpatizantes são arregimentados pelos partidos políticos e seus candidatos para auxiliar na campanha.

O vínculo de emprego não se estabelece por duas razões. A primeira é a ausência de atividade econômica pelo candidato (artigo 2º da CLT). A segunda é pela falta de requisito do art. 3º, da CLT, a caracterizar o denominado "cabo eleitoral" como empregado, em face da eventualidade na prestação do serviço, que ocorre apenas durante a campanha eleitoral.

Não há afronta à Constituição federal, porque as regras trabalhistas contidas na Carta Magna dirigem-se aos trabalhadores empregados, sendo que as relações de trabalho administrativas e decorrentes de outras formas de contratos de prestação de serviços regem-se por legislação própria não relacionada com a Justiça do Trabalho.

O colendo TST já decidiu:

RECURSO DE REVISTA. RELAÇÃO DE EMPREGO. LABOR NO PERÍODO ELEITORAL. Diante do disposto no art. 100 da Lei nº 9.504/97, relativo à ausência de vínculo empregatício entre prestadores de serviços, candidatos e partidos, não se faz potencial o alegado maltrato aos preceitos constitucionais indicados. Por outra face, a verificação dos argumentos da parte esbarra no óbice da Súmula 126/TST. Recurso de revista não conhecido. (PROC. Nº TST-RR-39685/2002-900-04-00.6, A C Ó R D Ã O 3ª Turma, Ministro ALBERTO L BRESCIANI, Relator)

O autor postula a existência de relação de emprego com o reclamado justamente durante o período da campanha eleitoral para prefeito do município de Jacareacanga, a partir de fevereiro de 2008, embora a prova documental existente nos autos indique a prestação de serviço do autor a outros candidatos e também para o PCdoB, partido ao qual estava filiado (fls. 75, 82, 88 e 117).

Esses documentos, aliás, evidenciam igualmente a prestação de serviços eleitorais por parte do reclamante, na condição de Tesoureiro do Comitê Financeiro para Vereador do Partido Comunista do Brasil na mesma época (fls. 97/113).

Desse modo, não há dúvida que o serviço prestado pelo reclamante não gerou vínculo empregatício, nos termos da legislação eleitoral. Ao oferecer a prestação laboral, o autor o fez a título de trabalho voluntário, certamente na esperança de algum tipo de vantagem após a eleição dos candidatos, pretendendo, agora, o ressarcimento pelos serviços prestados.

A jurisprudência neste Regional, inclusive desta egrégia Turma, tem reiteradamente decidido que a prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera relação de emprego com o candidato, consoante demonstram os arestos abaixo:

COLABORADOR EM CAMPANHA ELEITORAL. RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes¿ (art. 100, da Lei n. 9.504/97). (ACÓRDÃO 2ª T./ RO 00145-2006-120-08-00-3, VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho - Relator, julg. 13.09.2006)

VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CAMPANHA ELEITORAL. Não ficou demonstrada a existência dos elementos configuradores do pacto laboral. Ademais, a prestação de serviços durante o pleito eleitoral está prevista no art. 100 da Lei 9.504/97, descaracterizando o vínculo empregatício. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00494-2007-201-08-00-6, ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR, Juíza Relatora, julg. Em 04.07.2007)

VÍNCULO EMPREGATÍCIO - INEXISTÊNCIA - Não pode ser reconhecido o vínculo empregatício quando a própria confissão do autor revela que ele realizava atividades relacionadas à campanha eleitoral, de forma circunstancial e efêmera, o que também encontra vedação na norma do artigo 100 da Lei nº 9.504/47. (ACÓRDÃO TRT 4ªT./ RO 00704-2006-109-08-00-8, GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO, Desembargador Federal do Trabalho Relator, julg. Em 24.07.2007)

Assim, entendo que, analisando as provas documentais e testemunhais produzidas nos autos, não resultou comprovado o vínculo empregatício perseguido pelo reclamante.

Desse modo, deve ser mantida a r. sentença de primeiro grau.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, nego provimento ao apelo, para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, inclusive quanto à fixação e isenção das custas, tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, INCLUSIVE QUANTO À FIXAÇÃO E ISENÇÃO DE CUSTAS, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 27 de setembro de 2010. (Publicado no DEJT em 05/10/2010)

ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, DO ARTIGO 71 DA LEI 8666/93. SÚMULA VINCULANTE Nº 10 DO STF.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO Nº 0001797-94.2010.5.08.0201
RELATOR: Desembargador HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

RECORRENTE: **ESTADO DO AMAPÁ.**
Procurador: Dr. André de Carvalho Lobato.

RECORRIDOS: **MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES BARBOSA**
Advogado: Dr. Benedito Duarte Cordeiro e outro.
NORBRAS - NORTE BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, DO ARTIGO 71 DA LEI 8666/93. SÚMULA VINCULANTE Nº 10 DO STF. Por ser imperioso resguardar os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, III, IV da CF), tanto a constitucionalidade do § 1º, do artigo 71 da Lei 8666/93 como a inconstitucionalidade formal da Súmula 331 do TST não obstam a responsabilização da Administração Pública nos casos de terceirização de mão de obra, observadas as circunstâncias e provas no caso concreto.

1. RELATÓRIO.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

2.1. CONHECIMENTO.

Conheço do recurso ordinário, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade: adequação, tempestividade, subscrição por profissional regularmente habilitado nos autos.

2.2 MÉRITO.

a) Da Carência de Ação. Da Ilegitimidade Passiva "Ad Causam" do Estado do Amapá - Do Acolhimento do Recurso Ordinário

O Estado do Amapá aduz ser parte ilegítima para figurar no feito, haja vista que não manteve qualquer vínculo com o reclamante.

Além disso, o recorrente argumenta que não pode ser responsabilizado nos contratos de terceirização pela inadimplência do prestador de serviços, considerando o disposto no art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Contudo, ressalto que a reclamante não postulou o reconhecimento de vínculo de emprego com o ente público, mas tão somente sua responsabilidade subsidiária como tomador de seus serviços, assim, impossível acolher a preliminar de ilegitimidade, posto que a r. sentença não reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e o ente público.

Ademais, segundo alega a autora, o Estado do Amapá foi o beneficiário da prestação de serviços, portanto, consiste em parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda.

Quanto à aplicação do inciso IV da Súmula nº 331 do C.TST, por tratar-se de questão meritória, reservo sua apreciação a momento adequado.

Por estas razões, rejeito a preliminar.

b) Da não comprovação de que a reclamante/recorrida prestou serviços para o Estado

O ente público recorrente alega que a reclamante não fez prova da prestação do serviço em estabelecimento do Estado do Amapá, razão pela qual defende não poder ser condenado subsidiariamente.

O Estado recorrente alega que a recorrida não teria juntado prova testemunhal para comprovar sua alegação de que prestou serviços para o Estado do Amapá. Ao contrário, teria afirmado em audiência que não tinha mais provas a produzir.

Não procede a argumentação da recorrente.

Como se vê à fl. 60-v, consta dos autos depoimento da testemunha arrolada pela recorrida, tendo o Juízo de 1º Grau se pronunciado da seguinte forma em relação à esta alegação ventilada na contestação:

> "A única testemunha ouvida, de maneira segura e, portanto convincente, afirmou o seguinte:
>
> "que trabalhou para a Norbrás em Cutias; que foi contratado pela empresa Norbrás, através do sr. José Roberto, no dia 18 de março, juntamente com a autora; que o depoente foi contratado para o curso de queijos e derivados d leite e a autora para os cursos de pedrarias e roupas; que foi-lhe prometido R$ 25,00 por hora-aula; que a Norbrás nada lhe pagou até o momento; que ambos ministravam cursos ofertados pelo Estado; que a depoente

> ministrou 80 horas-aula e a autora 16 [na realidade, existe erro de grafia, pois a testemunha disse 160]" (60, verso).
>
> A corroborar a tese obreira o contrato de prestação de serviços de f. 12, ainda que não assinado pelo 1º réu, assim como o cronograma dos cursos ministrados pelo 1º réu (f. 13), recibo de frequência (f. 14) e lista de frequência de alunos (f. 15), todos relacionados a ambos os demandados.
>
> Assim, tenho que a autora desincumbiu-se a contento de seu encargo probatório, nos termos do art. 333, I do CPC, pelo que considero existente a prestação de serviços para o primeiro reclamado."

Entendo, assim, devidamente comprovada a prestação de serviço para a 1ª reclamada, mantenedora de contrato de prestação de serviços com o ora recorrente, tendo este se beneficiado da força de trabalho da recorrida.

Nego provimento.

c) Da inexistência de responsabilidade subsidiária do Estado do Amapá - Da impossibilidade da Justiça do Trabalho legislar sobre Direito do Trabalho - Da inconstitucionalidade e ilegalidade do enunciado nº 331 do TST - Da ofensa aos arts. 5º, II; 22,I c/c 114 e 37, XXI e §6º da Constituição Federal e art. 71, §1º da Lei 8.666/93

Alega o recorrente, em síntese que, há inconstitucionalidade do Enunciado 331 do C. TST, pois seu inciso IV afrontaria os arts. 22, I XXVII e 37, XXI, que preveem, respectivamente, a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (art. 22, I); normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações diretas da União, Estados, Distrito Federal e Estados (art. 22, XXVII); e a obrigatoriedade de procedimento licitatório para viabilizar a contratação de obras, serviços, compras e alienações realizadas pelos aludidos entes, nos termos da lei, que estabelecerá as exigências taxativas de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações (art. 37, XXI).

Por fim, aduz que restam maculados os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, norteadores da atividade administrativa, assim como a negativa de vigência do art. 71 da Lei nº 8.666/93, afrontaria o princípio da legalidade previsto no art. 37, caput, da CF/88.

Analiso.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se em relação às argumentações do tipo ora ventilado. Nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16, decidiu pela constitucionalidade do art. 71 da Lei 8.666/93, e, nos autos da Reclamação 6970, concluiu pela inconstitucionalidade da Súmula nº 331 do TST, por afronta à Súmula Nº 10 do STF.

Saliento que, quanto à Súmula 331 do TST, a decisão refere-se à inconstitucionalidade formal e não material da Súmula, portanto, o mérito jurídico nela previsto não foi abrangido.

Em que pese tais decisões parecerem inviabilizar a responsabilização da Administração Pública em relação às inadimplências trabalhistas de empresas terceirizadas por ela contratadas, vislumbro que o Excelso STF apenas impediu a aplicação genérica da Súmula 331 do TST, possibilitando, contudo, investigação mais rigorosa, por exemplo, se a inadimplência teve como causa a falha ou falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o que permitiria a responsabilização do ente público pelos demais dispositivos legais e pela própria Constituição.

O fundamento utilizado pelo TST, de responsabilidade pela omissão culposa da Administração Pública em relação à fiscalização da empresa contratada, quanto à idoneidade e cumprimento ou não dos encargos socais nos contratos de licitação de prestação de serviços, não foi invalidado pelas referidas decisões.

Portanto, considero que a declaração de constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, bem como a inconstitucionalidade formal da Súmula 331 do TST não obstam a responsabilização da Administração Pública nos casos de terceirização de mão de obra, observadas as circunstâncias e provas no caso concreto. Desta forma e apenas assim, restariam resguardados os princípios da dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho (art. 1º, III, IV da CF).

O Colendo TST tem sinalizado neste sentido após o julgamento da ADC 16:

> "AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADC 16. CULPA IN VIGILANDO. OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. DESPROVIMENTO. Confirma-se a decisão que, por meio de despacho monocrático, negou provimento ao agravo de instrumento, por estar a decisão recorrida em consonância com a Súmula 331, IV, do c. TST. Nos termos do entendimento manifestado pelo E. STF, no julgamento da ADC-16, em 24/11/2010, é constitucional o art. 71 da Lei 8666/93, sendo dever do judiciário trabalhista apreciar, caso a caso, a conduta do ente público que contrata pela terceirização de atividade-meio. Necessário, assim, verificar se ocorreu a fiscalização do contrato realizado com o prestador de serviços. No caso em exame, o ente público não cumpriu o dever legal de vigilância, registrada a omissão culposa do ente público, ante a constatada inadimplência do contratado no pagamento das verbas trabalhistas, em ofensa ao princípio constitucional que protege o trabalho como direito social indisponível, a determinar a sua responsabilidade subsidiária, em face da culpa in vigilando. Agravo de instrumento desprovido". (TST, Ag-AIRR - 153040-61.2007.5.15.0083, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 15/12/2010, 6ª Turma, Data de Publicação: 28/01/2011).

Na mesma direção:

> "RECURSO DE REVISTA - ENTE PÚBLICO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADC Nº 16 - JULGAMENTO PELO STF - CULPA IN VIGILANDO - OCORRÊNCIA NA HIPÓTESE DOS AUTOS - ARTS. 58, III, E 67, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 - INCIDÊNCIA. O STF, ao julgar a ADC nº 16, considerou o art. 71 da Lei nº 8.666/93 constitucional, de forma a vedar a responsabilização da Administração Pública pelos encargos trabalhistas devidos pela prestadora dos serviços, nos casos de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do vencedor de certame licitatório. Entretanto, ao examinar a referida ação, firmou o STF o entendimento de que, nos casos em que restar demonstrada a culpa in vigilando do ente público, viável se torna a sua responsabilização pelos encargos devidos ao trabalhador, já que, nesta situação, a administração pública responderá pela sua própria incúria. Nessa senda, os arts. 58, III, e 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93 impõem à administração pública o ônus

> de fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo vencedor da licitação (dentre elas, por óbvio, as decorrentes da legislação laboral), razão pela qual à entidade estatal caberá, em juízo, trazer os elementos necessários à formação do convencimento do magistrado (arts. 333, II, do CPC e 818 da CLT). Na hipótese dos autos, além de fraudulenta a contratação do autor, não houve a fiscalização, por parte do Estado-recorrente, acerca do cumprimento das ditas obrigações, conforme assinalado pelo Tribunal de origem, razão pela qual deve ser mantida a decisão que o responsabilizou subsidiariamente pelos encargos devidos ao autor. Recurso de revista não conhecido"(TST, RR - 67400-67.2006.5.15.0102, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 07/12/2010, 1ª Turma, Data de Publicação: 17/12/2010).

Em sendo assim, resta analisar, no caso em tela, se houve ilicitude, fraude, inexecução culposa, omissão ou imperfeição na fiscalização do contrato de licitação, bem como qualquer atuação culposa, subjetiva, do agente público, no sentido de causar, direta ou indiretamente, o indébito trabalhista.

Vejamos.

Restou incontroversa a prestação de serviço da 1ª reclamada em favor do ente público estadual, bem como a inadimplência daquela quanto às obrigações trabalhistas.

Por outro lado, dos autos não consta, por exemplo, certidão de regularidade trabalhista e fiscal ou outros documentos comprobatórios da quitação mensal das verbas trabalhistas, na terceirização, relativos ao período de execução do contrato, o que poderia elidir lesões e responsabilidades.

Em aplicação supletiva ao direito do trabalho, os artigos 186 e 927 do Código Civil estabelecem que aquele que causar dano a outrem, seja por ação ou omissão, estará obrigado a repará-lo. Então, se o recorrente contratou prestador de serviço que, ao final, revelou-se pouco confiável, deve-se reconhecer sua responsabilidade subsidiária, principalmente, considerando-se que o tomador do serviço está obrigado a fiscalizar a correta observância da legislação trabalhista por parte do prestador.

Portanto, analisadas as provas e circunstâncias dos autos, julgo correta a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária do ente público, posto que houve culpa *in vigilando* e culpa *in eligendo* por parte da Administração Pública, atraindo para si a responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas reconhecidos na sentença de primeiro grau.

Nego provimento.

d) Da Reforma da Sentença Recorrida - Da Inexistência de qualquer responsabilidade subsidiária - Da responsabilidade limitada à primeira reclamada

O recorrente alega que o vínculo contratual que manteve com a primeira reclamada é regido por cláusulas e princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe, apenas, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, nos estritos termos do art. 54 da lei 8.666/93.

Diz tratar-se de contrato de colaboração, em que o particular se propõe a realizar algo para o Poder Público, tendo em vista a respectiva contraprestação pecuniária pela Administração.

Por fim, fundamenta-se no disposto no art. 455 da CLT, que indica a inexistência de responsabilidade ainda que subsidiária do 'dono da obra' .

Vejamos.

Entendo que a questão quanto à responsabilidade subsidiária do recorrente já foi analisada e dirimida no tópico anterior, pelo que reitero aqui os mesmos fundamentos, acrescentando apenas que não se há de falar, no caso em tela, do art. 455 da CLT. Primeiramente, por não se tratar de subempreitada, e, finalmente, em razão de que o dispositivo citado em nada corrobora a tese do recorrente, pelo contrário, prevê o direito de reclamação do empregado contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento das obrigações por parte do subempreiteiro.

Nego provimento.

e) Da invalidade da Súmula 331 do TST - Da violação do disposto na Súmula Vinculante nº 10 do STF.

Entendo a matéria já analisado no tópico "c" acima, pelo que reitero aqui os mesmos fundamentos.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário e nego-lhe provimento para manter a r. decisão recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

3. CONCLUSÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso ordinário; no mérito, negar-lhe provimento para manter a r. decisão recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 08/04/2011)

HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Desembargador Federal do Trabalho - Relator. Ciente: Ministério Público do Trabalho.

****

SALÁRIO PROFISSIONAL. ART. 5º DA LEI N. 4.950/66. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 7º, IV, DA CRFB/88. CONTRARIEDADE À SÚMULA VINCULANTE N. 4, DO E. STF.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0157000-35-2009-5-08-0120
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTES: **ROSÂNGELA CUNHA DE LUCENA**
Advogado: Dr. Luis Galeno Araújo Brasil
E
EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Advogado: Dr. Marcelo Pereira e Silva

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

SALÁRIO PROFISSIONAL. ART. 5º DA LEI N. 4.950/66. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 7º, IV, DA CRFB/88. CONTRARIEDADE À SÚMULA VINCULANTE N. 4, DO E. STF. A Constituição Federal vigente não recepcionou o art. 5º, da multicitada Lei n. 4.950/66, na medida em que encontra óbice na sua aplicação no art. 7º, IV, que veda o estabelecimento de correção automática de salário profissional vinculado ao salário mínimo, além de esbarrar no disposto na Súmula Vinculante n. 4, do E. STF.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço dos recursos, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

RECURSO DA RECLAMADA
DAS DIFERENÇAS SALARIAIS. DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DA LIDE. DO SALÁRIO PROFISSIONAL E SUA VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO.

Insurge-se a reclamada contra a r. sentença que deferiu o pedido de diferenças salariais à reclamante, com escopo na Lei n. 4.950/66, ressaltando-se que as suas argumentações em sede recursal são as mesmas praticadas aquando da defesa, as quais estão calcadas na inconstitucionalidade da legislação em exame, especificamente o art. 5º e na Súmula Vinculante n. 4, do E. STF.

Examina-se.

A reclamante, na inicial, aduziu que ingressou nos quadros da reclamada no cargo de Extensionista Rural I, mas nunca recebeu o salário legal, previsto na Lei n. 4.950/66, que estabelece o salário mínimo profissional para os engenheiros, cuja remuneração não seria inferior a 6 salários mínimos, conforme disposto nos arts. 4º e 5º da referida lei.

Postulou, assim, as diferenças salariais com reflexos em FGTS, 13º salário e férias mais 1/3.

Acrescentou que o dispositivo legal acima não afronta o art. 7º, IV e 37, XIII, ambos da CRFB/88, uma vez que não se trata de correção automática do salário pelo reajuste do salário mínimo, consoante se depreende das jurisprudências transcritas.

Asseverou, também, que de acordo com o art. 6º da lei em exame, faria jus a uma remuneração de 8,5 salários mínimos, porquanto a sua jornada diária é de 8 horas, com base no art. 6º, também, da lei em questão.

A reclamada, em contestação, aduziu que a reclamante ao assinar o contrato de trabalho estava ciente dos seus direitos e deveres, inclusive, do seu salário. Disse, ainda, a reclamada, que a obreira foi contratada para exercer o cargo de Extensionista Rural I e não de engenheira agrônoma.

Asseverou que a autora não faz jus às diferenças salariais com base na Lei n. 4.950/66, uma vez que é inaplicável a utilização do salário mínimo como meio de correção dos salários profissionais, na medida em que confronta com o preceito contido na parte final do art. 7º, IV, da CRFB/88 e Súmula Vinculante n. 4 do E. STF.

Transcreveu jurisprudências em favor de sua tese, relativas às decisões proferidas em ADPF, as quais entendem pela inconstitucionalidade do art. 5º da Lei n. 4.9450/66, já que viola o que preceitua o art. 7º, IV. Da CRFB/88.

Assinalou, ainda, que descabe o pedido de 8,5 salários mínimos, posto que a mencionada lei nada dispõe neste sentido.

Pois bem.

"Data venia" do posicionamento do MM Juízo de primeiro grau, mas entendo de maneira diversa.

Muitas classes de profissionais, no afã de que os seus salários não fossem corroídos com o tempo, resolveram, mediante lei, fixar pisos salariais de suas categorias em múltiplos do salário mínimo, no caso, os engenheiros, que têm por escopo a Lei n. 4.950/66.

Ocorre que, com o advento da Constituição Federal em 1988, iniciou-se a discussão da constitucionalidade da fixação de pisos baseados no salário mínimo, porquanto o art. 7º, IV, vedava a sua vinculação para qualquer fim.

O art. 7º, IV, da Constituição Federal, é claro em seu texto, quando estabelece a vedação da vinculação do salário mínimo para qualquer fim, senão vejamos:

> Art. 7º.....
> IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (grifamos)

Por outro lado, o E. STF, já editou a Súmula Vinculante n. 4, que reza:

> Súmula n. 4. "Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial."

Sobre o tema da vinculação da remuneração dos profissionais de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária ao salário mínimo - seja ele servidor público, seja empregado - o E. STF, em ADFP, já se posicionou no seguinte sentido:

> "Trata-se de argüição de descumprimento de preceito fundamental contra decisões reiteradas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que dispondo sobre a remuneração dos profissionais de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, reconheceu aos respectivos profissionais o direito ao piso de seis salários mínimos. Alega-se ofensa aos arts. 1º, 7º, IV, 18 e 37, XIII, da Constituição de 1988, sob os seguintes fundamentos: "(...) a) a regra impugnada, ao vincular a remuneração dos servidores à variação do salário mínimo, afronta a expressa vedação da parte final do art. 7º, IV, da Constituição de 1988, que proíbe a vinculação ao salário mínimo para qualquer fim; b) desatende a proibição inserta no art. 37, XIII, que veda a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração no serviço público, *lato sensu* e, finalmente, c) atenta contra o princípio federativo."(fl. 4).
>
> A plausibilidade jurídica do pedido é invocada com fundamento em ofensa aos arts. 1º, 7º, IV, 18 e 37, XIII, da Constituição de 1988. Quanto ao perigo na demora da prestação jurisdicional, afirma-se que tramitam várias ações perante o Tribunal Regional do Trabalho, postulando a aplicação do art. 5º da Lei nº 4.950-A. O pedido final da argüição de descumprimento de preceito fundamental restou assim formulado:

"(...)seja julgado procedente o presente pedido para o fim de reconhecer, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, inclusive quanto à coisa julgada já formada, que o art. 5º da Lei 4.950-A/66 não foi recepcionado pela Constituição de 1988, isso porque: (I) o dispositivo viola o art. 7º,IV, parte final, da Constituição, que veda a vinculação ao salário mínimo para qualquer fim; e (II) a norma atenta contra a autonomia do Estado-membro, em detrimento do equilíbrio federativo (art. 1º e 18) e afronta a regra que proíbe a vinculação de quaisquer espécie remuneratórias (art. 37, XIII, CF/88)." (fl. 25)

Passo a decidir.

Registre-se, por importante, que os atos impugnados na presente ação reconhecem o direito ao piso salarial de 6 salários mínimos a funcionários da Administração Pública do Estado do Piauí vinculados à Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - EMATER, o Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí - CIDAPI, e Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO.

A natureza jurídica do vínculo desses funcionários com os respectivos órgãos é informação essencial para o deslinde da presente controvérsia, pois a Lei nº 4.950-A/66 já teve a sua inconstitucionalidade reconhecida em relação aos funcionários estatutários, nos autos da Representação de Inconstitucionalidade nº 716, Rel. Min. Eloy da Rocha, DJ 26.02.1969.

Assim, para aquelas decisões, provenientes do Tribunal de Justiça, que reconheceram aplicável o art. 5º da Lei nº 4.950-A a funcionários que têm vínculo estatutário a presente ação esbarra no óbice do art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99, tendo em vista que há outro instrumento hábil para a solução da controvérsia, qual seja, a reclamação.

Em relação aos funcionários com vínculo celetista, o dispositivo impugnado, ao criar mecanismos de indexação salarial para cargos, utiliza o salário mínimo como fator de reajuste automático da remuneração dos profissionais das aludidas categorias. Com isso, verifica-se ofensa à parte final do disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal. A jurisprudência desta Corte sobre o tema é claríssima, havendo precedente específico em que questão semelhante foi decidida no mesmo sentido que ora se propõe (ADPF 33, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 27/10/06).

Assim, indefiro a inicial da presente ADFP, em face do art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99, em relação às decisões que contemplaram funcionários estatutários e defiro o pedido liminar, ad referendum do Plenário desta Corte, para a suspensão das decisões impugnadas que se referem a servidores celetistas, nos termos do art. 5º, §3º, da Lei nº 9.882/99. Brasília, 22 de abril de 2008. Ministro GILMAR MENDES, Relator."

Diga-se, também, que a jurisprudência reiterada do C. TST acerca da matéria se revela na mesma direção do E. STF.

Em que pese a decisão ter sido proferida em caráter liminar e se reportar à época anterior à edição da Súmula Vinculante n. 4, do E. STF, muitas outras decisões dessa Corte máxima também trilharam o mesmo posicionamento, o que demonstra uma tendência ao indeferimento de pleitos desta natureza.

Como se vê, contrariamente à tese autoral, a Constituição Federal vigente não recepcionou o art. 5º, da multicitada Lei n. 4.950/66, na medida em que encontra óbice na sua aplicação no art. 7º, IV, que veda o estabelecimento de correção automática de salário profissional vinculado ao salário mínimo.

Saliente-se, ainda, que qualquer vantagem salarial aos servidores públicos deve se precedida de autorização em lei, conforme preceitua o art. 169, §1º, da CRFB/88.

Sobre a questão, esta E. Turma já possui precedente, cuja decisão da lavra da Exmª Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, encontra-se consubstanciada no Acórdão n. TRT 4ª T./RO 00924-2008-111-08-00-0, julgado em 03/02/2009.

Em face da decisão acima, torna-se despiciendo comentar acerca da suspensão provisória do feito, pois já existe decisões em casos análogos a este.

Ainda por conta do que foi exposto, também entendo irrelevante a análise acerca do cargo que a reclamante passou a ocupar quando contratada pela reclamada, porquanto o cerne da questão é a legalidade da aplicação da lei em exame, bem como, desnecessário discorrer sobre o direito à percepção de 8,5 salários mínimos com base no art. 6º, da multicitada lei.

Por tais fundamentos, reformo a r. sentença, para tornar sem efeito a determinação de incorporação do salário mínimo profissional e excluir da condenação os valores a título de diferenças salariais, a partir de 18/12/2004.

DO RECURSO DA RECLAMANTE
DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

Assevera a reclamante que a r. sentença recorrida merece reforma, na medida em que a parcela de diferença salarial foi deferida em desacordo com o pedido contido na inicial.

Transcreve depoimentos do preposto da reclamada e da testemunha ouvida nestes autos, para comprovar que a reclamada classifica como extensionista rural todos os empregados de nível superior que inclui médicos, veterinários, agrônomos, assistentes sociais, psicólogos e outros, cada um no exercício específico de sua profissão.

Observa que fora contratada na vigência da Lei n. 4.950/66, portanto, consolidado o ato jurídico perfeito.

Transcreve jurisprudência acerca de sua tese, no sentido de que não há inconstitucionalidade na aplicação do art. 5º, da supracitada lei, requerendo, finalmente, seja deferido 8,5 salários mínimos e não o quantitativo fixado pelo MM juízo sentenciante.

Aqui, cabe abrir um parêntese para ressaltar que fica prejudicado o exame do pleito de **diferenças salariais**, em face da decisão pertinente ao recurso da reclamada, onde restou inviabilizada a vinculação da remuneração da autora ao salário mínimo, baseado na Lei n. 4.950/66, porquanto esbarra em preceito constitucional, que veda esse atrelamento para qualquer fim.

Passa-se, então, à análise da parcela de gratificação de localidade.

DA GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE

Afirma a reclamante, que as Convenções Coletivas de Trabalho não têm o condão de alterar o ato jurídico perfeito, pois as normas coletivas posteriores, ou

seja as de 2007/2008 e 2008/2009, só se aplicam àquelas pessoas que passaram a laborar para a recorrida na vigência das mesmas, não podendo estas retroagirem e reduzir percentual a que faz jus a recorrente, uma vez que ingressou nos quadros da reclamada em 1º/07/1985, pelo que o pedido de gratificação de localidade deve ser deferido no percentual de 10%.

Assinala que o PCCS não faz referência ao município de Ananindeua, mas as CCTs fazem, razão pela qual deve servir de lei entre as partes.

Afirma que a CCT de 2007/2008 reduziu o percentual de 10% para 5%, entretanto, os contracheques não comprovam o pagamento respectivo. Neste diapasão, salienta que as fichas financeiras não têm validade como recibo de pagamento, uma vez que estão em desacordo com o art. 830, da CLT e, ainda, por serem fabricados pela empresa, podendo esta proceder a alteração que lhe convier.

Sustenta que as fichas financeiras do ano de 2004 demonstram a procedência de suas alegações no que tange ao percentual de 10% de adicional de localidade, o que, a seu ver, comprova que desde o início do pacto até o ano de 2004 recebeu tal adicional, pelo que requer a reforma da r. sentença, para que lhe seja deferida a parcela em epígrafe.

Vejamos.

A reclamante, na inicial, alegou que, segundo as normas de concessão de gratificação de localização, o empregado de campo faz jus ao percentual de 10%, o qual é devido desde outubro de 2005 a novembro de 2009, pois foi o período em que deixou de perceber essa verba.

A reclamada, em defesa, afirmou que o pleito encontra óbice no PCCS em vigor desde 2005, o qual estabelece que é devida a gratificação de localização de 10% e 20% aos empregados que trabalham em municípios do Estado, excetuando-se os da região metropolitana de Belém.

Informou que a reclamante labora no escritório central em Marituba, sendo certo que é público e notório, que essa localidade pertence à região metropolitana de Belém e, portanto, não enquadrada nas normas do referido PCCS.

Disse que tal gratificação teve a sua aplicação estendida aos municípios da região metropolitana de Belém, compreendendo os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, num percentual de 5%, a partir de maio de 2007, em razão de Acordo Coletivo, quando a obreira passou a recebê-lo.

Pois bem.

Compulsando os autos, vê-se que restou incontroverso nos autos que, nos termos do PCCS da empresa reclamada, o percentual relativo à gratificação de localização somente deveria ser pago àqueles empregados que laborassem fora da região metropolitana de Belém e que a partir de maio de 2007, mediante acordo coletivo, os empregados excetuados da referida regra, passariam a perceber a gratificação de localização no percentual de 5%, conforme acordos coletivos juntados às fls. 44/66.

Compulsando os autos detidamente, verifico que, apesar de não constar nas fichas financeiras que a partir de maio de 2007 a autora recebeu a vantagem, vê-se nas demais fichas, a rubrica do adicional de localização várias vezes paga no mesmo mês, pelo que entendo seja para retribuir os meses anteriormente não pagos, como por exemplo às fls. 97 e 98, ressaltando-se que o pagamento restou normalizado a partir de novembro de 2008.

Para não restar matéria a ser debatida e, com isso, evitar futuros embargos de declaração ou até mesmo arguição de nulidade da decisão por ausência de prestação jurisdicional plena, entendo que, “in casu”, não vislumbro que as normas coletivas retroagiram para prejudicar a autora, mas sim que a mesma somente passou a ter direito

a partir de maio de 2007, consoante estabelecido nos Acordos Coletivos, sendo certo que estes, ao contrário do que afirma a recorrente, fazem sim lei entre as partes, pois a atual Carta Magna em seu art. 7º, VI e XIV, privilegia os instrumentos de negociação coletiva, pelos quais se pode flexibilizar até mesmo o salário e as jornadas de trabalho.

Rechaça-se, também, os argumentos da recorrente no sentido de que as fichas financeiras não servem como meio de prova com base no art. 830, da CLT, uma vez que em certo trecho de suas razões recursais indica as mesmas como prova de que passou a perceber a gratificação de localização desde 2004, pelo que insustentável a assertiva.

Por tais fundamentos, concluo que a parcela de gratificação de localização encontra-se devidamente quitada pela reclamada, a qual observou os ditames do PCCS e dos acordos coletivos.

Diante da decisão acima, ficam prejudicadas as demais questões.

ANTE O EXPOSTO, conheço dos recursos, eis que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito dou provimento ao recurso da reclamada para, reformando a r. sentença, tornar sem efeito e determinação de incorporação do salário mínimo profissional e excluir da condenação os valores a título de diferenças salariais, a partir de 18/12/2004 e, ainda, nego provimento ao recurso da reclamante, para julgar a reclamação totalmente improcedente. Invertido o ônus da sucumbência, cominando-se custas à reclamante na quantia de R$748,90 (setecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), calculadas sobre o valor da condenação de R$37.445,03 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e três centavos), das quais fica isenta na forma da lei. Tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA, TORNAR SEM EFEITO E DETERMINAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL E EXCLUIR DA CONDENAÇÃO OS VALORES A TÍTULO DE DIFERENÇAS SALARIAIS, A PARTIR DE 18/12/2004 E, AINDA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE, PARA JULGAR A RECLAMAÇÃO TOTALMENTE IMPROCEDENTE. INVERTIDO O ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, COMINANDO-SE CUSTAS À RECLAMANTE NA QUANTIA DE R$748,90 (SETECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DE R$37.445,03 (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS), DAS QUAIS FICA ISENTA NA FORMA DA LEI. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 21 de setembro de 2010. (Publicado no DEJT em 23/09/2010)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora. Resolução TRT 8ª Região 144/2005.

****

SALÁRIO PROFISSIONAL ESTABELECIDO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE.

ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 0000011-94.2010.5.08.0013
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA**
Dr. Alexandre Gustavo Moura Guimarães e outros

RECORRIDO: **SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARÁ - SENGE**
Dr. Wesley Loureiro Amaral

SALÁRIO PROFISSIONAL ESTABELECIDO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. O uso de múltiplos do salário mínimo como indexador de salário profissional é constitucional. É o que se depreende da OJ nº 71 da SDI-II do C. TST.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário pois atende integralmente aos pressupostos processuais de admissibilidade.

LITISPENDÊNCIA

A recorrente afirma que já existem processos sobre o mesmo assunto, quais sejam Processos nº 01429-2003-002-08-00-4 e 1730-2005-014-08-00-0.

Analiso.

Verifico que a recorrente não fez prova de suas alegações, sequer juntando aos autos os documentos necessários para comprovar a aludida preliminar.

No mais, constato que nos processos citados não há identidade de partes, requisito essencial para a configuração da litispendência, já que os sindicatos autores não se confundem.

Rejeito a preliminar.

PRESCRIÇÃO

A recorrente requer que seja aplicada a prescrição quinquenal às pretensões relativas ao período anterior a 18/12/2004, e não anterior a 05/05/2005.

Com razão a recorrente.

Considerando que a ação foi proposta em 18/12/2009, pronuncio a prescrição dos créditos trabalhistas no período anterior a 18/12/2004, extinguindo tais pedidos com resolução de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

ENQUADRAMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL À CORRESPONDENTE ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA

A recorrente alega que, por trabalharem em estabelecimento bancário, os engenheiros estão enquadrados, independentemente da profissão liberal que

exerçam, como integrantes da categoria profissional equivalente à atividade econômica preponderante a da empresa, que no caso seria a dos empregados em estabelecimentos bancários. Logo, não podem ter vantagem outras que não as concedidas para tal categoria.

Examino.

Sem razão a recorrente. A categoria dos engenheiros é diferenciada nos termos do art. 511, § 3º, da CLT, pois regida por lei específica, qual seja, a Lei nº 7.316/85, não se enquadrando, portanto, na categoria de bancário.

Categoria profissional diferenciada é aquela em que os trabalhadores exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. No presente feito, restou consignado que os empregados foram contratados como engenheiros.

Não há o que reformar.

RECEPÇÃO DA LEI Nº 4.950-A/66 PELA CF/88

Aduz a recorrente que a Lei nº 4.950-A/66 não foi recepcionada pela CF/88, pois esta expressamente veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Analiso.

A estipulação de salário profissional em múltiplos do salário mínimo não afronta o texto constitucional em seu art. 7º, IV. Tal assertiva já foi elucidada pela OJ nº 71 da SDI-II do C. TST.

A Súmula Vinculante nº 04 do STF, inclusive, não vedou a utilização do salário mínimo como parâmetro para fixar salários profissionais. Tal vedação alcança apenas os casos onde o salário mínimo é tomado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou empregado, situação diversa dos autos.

Em suma, a Lei nº 4.950-A/66 foi recepcionada pela Carta Magna Brasileira, pois não há óbice quanto à fixação de piso profissional com base no salário mínimo.

Mantenho a sentença.

REAJUSTE DE SALÁRIO VINCULADO AO MÍNIMO LEGAL

Diz a recorrente que o que pretende o recorrido, na verdade, é o reajuste automático dos salários dos engenheiros pelo reajuste do salário mínimo, sendo este inconstitucional, nos termos da OJ nº 71 da SBDI-II do C. TST.

Examino.

Dentre o rol de pedidos constantes na inicial, não há o pedido para que o salário mínimo seja tomado como indexador da base de cálculo do salário dos engenheiros, somente para que o reclamado proceda o pagamento do piso salarial da categoria diferenciada em conformidade com a Lei nº 4.950-A/66, com repercussão em todas as parcelas salariais e reflexos.

Assim, não há interesse recursal, posto que o recorrente não foi sucumbente em sua pretensão.

Pleito improcedente.

3. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA PRONUNCIAR A PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS NO PERÍODO ANTERIOR A 18/12/2004, EXTINGUINDO TAIS PEDIDOS COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS

DEMAIS TERMOS. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS. CUSTAS REDUZIDAS PARA R$800,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO DA CONDENAÇÃO DE R$ 40.000,00.

SALA DE SESSÕES DA TERCEIRA TURMA DO Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 2 de março de 2011. (Publicado no DEJT em 04/03/2011)

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

SUCESSÃO DE EMPREGADORES - CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - NOVO TITULAR QUE ASSUME A SERVENTIA POR TER SIDO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - INDEFERIMENTO.

ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/RO 0093700-29.2009.5.08.0111
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTES: **JOÃO CARLOS DA SILVA PERDIGÃO**
Adv(a): Dr(a). Paulo Flávio de Lacerda Marçal
MAXWELL RAMOS FIGUEIREDO
Adv(a): Dr(a). Evaldo Pinto

RECORRIDOS: **OS MESMOS**
ANTÔNIO OTÁVIO BARROS PAIVA
Adv(a): Dr(a). Joaquim Dias de Carvalho
ESTADO DO PARÁ
Procurador(a): Dr(a). Daniel Cordeiro Peracchi

SUCESSÃO DE EMPREGADORES - CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - NOVO TITULAR QUE ASSUME A SERVENTIA POR TER SIDO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - INDEFERIMENTO. O novo titular de cartório de serventia extrajudicial, depois de assumir o cargo após aprovação em concurso público, não responde pelos débitos trabalhistas anteriores.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

I - Conhecimento

Conheço do recurso ordinário do 1ª reclamado e do reclamante, porque observados os pressupostos de admissibilidade.

II - Preliminar de carência de ação

Não se conforma o 1º reclamado (Maxwell Ramos Figueiredo) com a decisão recorrida que, acolhendo a tese da sucessão, afastou a responsabilidade dos demais demandados, em consequência o condenou exclusivamente a pagar as parcelas de férias, FGTS e INSS, bem como determinou retificar a CTPS do reclamante.

Alega, em síntese, que sua responsabilidade trabalhista somente se iniciaria a partir do momento que assumiu a delegação do Cartório Extrajudicial de Benevides.

Afirma que a titularidade das serventias extrajudiciais, antes do advento da atual lei maior, era vitalícia e hereditária, ou seja, era considerada bem suscetível de aquisição *causa mortis* e, mesmo passível de doação, formou-se a concepção de que se tratava de um ente apto para adquirir direitos e contrair obrigações, portanto, arcando com as responsabilidades trabalhistas oriundas do serviço, independentemente de quem havia sido seu administrador.

Acrescenta que depois do advento da CF/88, que passou a exigir a aprovação do titular da serventia através de concurso público de provas e títulos, foi alterada a natureza jurídica dos Cartórios Extrajudiciais, já que eles não mais pertenciam a um titular.

Argumenta, também, que as serventias extrajudiciais, por não terem natureza jurídica de entidade, e nem possuírem personalidade jurídica própria, não se equipariam a qualquer tipo de empresa.

Assim, salienta, quando o notário e/ou o registrador assumem a serventia, não é transmitido qualquer patrimônio, tanto que os bens móveis, que o guarnecem, e o imóvel, que sedia o Cartório, não passam a pertencer ao novo titular, ao revés, cumpre a este diligenciar por sua conta própria pela manutenção da infra-estrutura necessária para a prestação do serviço.

Ademais, os livros e arquivos da serventia são públicos e, portanto, pertencem ao Estado, sendo o Tabelião e/ou Registrador apenas os responsáveis pelo uso e conservação.

Enfatiza que a lei nº 8.935/94 que regulamentou o art. 236 da CF/88, define que as responsabilidades, independentemente da natureza, oriundas da prestação dos serviços cartoriais são pessoais do titular e não da serventia, que escolhe seus empregados, pelo que ele, pessoa física, deve arcar com todos os ônus e encargos.

Salienta, por todo exposto, ser incabível a aplicação dos artigos 10 e 488 da CLT no presente caso; em primeiro lugar porque não se trata de empresa e, em segundo lugar, porque a investidura não se dá por sucessão, ocorre sim originariamente, mediante aprovação em certame de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Desse modo, tendo em vista que assumiu a titularidade da serventia extrajudicial de Benevides, por delegação do Estado do Pará, em razão de ter sido aprovado em concurso de provas e títulos conforme determina o art. 236, § 3º da CF/88, e assim, ter sido investido originariamente, não seria parte legítima para figurar na demanda trabalhista movida pelo autor em relação às parcelas postuladas e vinculadas ao período em que outra pessoa era a titular do cartório, pelo que todos os pedidos anteriores a 1.8.2008, data em que assumiu a titularidade.

Percebo, sem dificuldade, que a discussão travada pelo recorrente está absolutamente relacionada com o mérito da causa, pois diz respeito aos efeitos da sucessão, ou seja, se as parcelas relacionadas com o período anterior a sua investidura na serventia devem ser de sua responsabilidade ou do titular da época.

Assim, no mérito, a matéria será examinada.

Rejeito a preliminar.

III - Mérito

1 - recurso do 1º reclamado

a) sucessão trabalhista

Conforme antecipei aquando do exame da preliminar deduzida pelo 1º reclamado, discute-se os efeitos da sucessão nos caso dos autos, se deve o novo titular

do Cartório Extrajudicial da Comarca de Benevides responder pelo cumprimento das obrigações trabalhistas anteriores a sua investidura, pelo que passo a examiná-los.

Fora de dúvida que os artigos 10 e 448 da CLT traduzem regras de proteção ao crédito do empregado, uma vez que qualquer alteração feita pela empresa (é essa a terminologia utilizada pela CLT) não pode trazer prejuízo para o empregador.

Imaginemos, por exemplo, que determinado empregado, com 5 anos sem CTPS anotada, viesse a ter esse direito, o de ter registrado o contrato de trabalho na CTPS, negado em razão de ter sido a empresa vendida para terceiro, por óbvio, que a legislação trabalhista, dentro do princípio basilar d a proteção, não validaria esse tipo de procedimento.

Por óbvio que existem outros exemplos que pudessem explicar a correta aplicação dos artigos 10 e 448 da CLT, mas paro por aqui.

Pois bem, também tenho entendido que nos contratos de trabalho firmados com pessoa física, quando para a contratação foi determinante a pessoa física do empregador, inaplicável os artigos acima mencionados para tentar responsabilizar a nova pessoa que assumiu o negócio.

Acrescento não existir dúvida alguma que o contrato de trabalho firmado por empregado de serventia extrajudicial é firmado com o titular do cartório, até porque o cartório, em si, não tem personalidade jurídica própria, como bem define a Lei nº 8.935/94.

No caso dos autos, creio ser perfeitamente possível desonerar o novo titular do cartório das obrigações trabalhistas anteriores a sua investidura, senão vejamos.

Inicialmente constatei que a serventia funcionava como uma grande unidade familiar, até porque o cartório fora passado de pai para filho, bem como, pelo sobrenome dos empregados existentes, vários parentes ali trabalhavam. É verdade que não consegui perceber grau de parentesco do reclamante com a antiga titular do Cartório, afastada por decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE) pela prática de irregularidades, aliás, o que também aconteceu com o próprio reclamante, porém isso, por si só, não descaracteriza a unidade que acima indiquei.

Antes do 1º reclamado assumir a titularidade, era o Senhor Antonio Otávio Barros Paiva, 2º reclamado, o responsável interino pela serventia, por decisão do TJE, ao tempo em que a grande maioria dos direitos trabalhistas aqui postulada não foi respeitada.

Não seria razoável admitir que o novo titular, depois de ser aprovado em concurso público, portanto, com investidura originária, ao assumir, se depare com um grande passivo trabalhista e dele se encarregue.

O candidato ao cargo, por certo, antes da nomeação, ao tomar conhecimento do montante do passivo, repensaria a posse no cargo, haja vista que ele já ingressaria na serventia, repito, devendo quantidade considerável de parcelas trabalhistas e podendo ter o patrimônio pessoal, amealhado ao longo de período que ainda não estava no cartório, ser ameaçado.

O 1º reclamado, ao assumir a serventia, no caso dos autos, não absorveu nenhum patrimônio que pudesse garantir o cumprimento dessas obrigações.

Assim, entendo ter o 1º reclamado razão quando postula sua desoneração do cumprimento das obrigações anteriores a 1.8.2008.

Por tudo o que aqui ficou exposto, dou provimento ao recurso do 1º reclamado para reincluir o 2º reclamado, Antonio Otávio Barros Paiva, na lide e o declarar responsável exclusivo por todas as parcelas deferidas e anteriores a 1.8.2008.

2 - recurso do reclamante
a) horas extras

O reclamante postula o pagamento de horas extraordinárias, inclusive pela não-concessão do intervalo intrajornada.

Alega, em resumo, que a sentença *a quo* não se coaduna com o material probatório existente nos autos, tendo em vista que o 1º demandado (Maxwell Ramos Figueiredo) apresentou livro de registro da jornada de trabalho dos empregados do cartório, porém referido documento não apresenta qualquer variação nos horários de entrada e de saída, a conhecida "jornada britânica", especialmente em relação ao registro do demandante.

Assim, como o livro de ponto apresenta jornadas de trabalho sem qualquer variação, o ônus da prova inverteu-se, passando a recair sobre o 1º reclamado, nos exatos termos da súmula 338, III, do TST, do qual não teria se desincumbido, pelo que devem as horas extras postuladas ser deferidas.

O reclamante tem razão, porém apenas em parte.

Cabe, inicialmente, destacar que o cartório tem 8 (oito) empregados, portanto desobrigado de manter controle escrito sobre a jornada de trabalho, todavia se assim procede, e caso esses controles mostrem registros invariáveis, perfeitamente aplicável o contido na súmula nº 338 do TST.

Com efeito, o 1º reclamado somente instituiu o controle escrito a partir de 2.2009, cujos registros, conforme mostra o livro de ponto em anexo, estão invariáveis, pelo que, a partir daí, repito, o ônus de provar a jornada de trabalho passou a ser do 1º reclamado, do qual não se desincumbiu, razão pela qual defiro as horas extras postuladas, incluindo aquelas decorrentes do intervalo-intrajornada, porque não concedido, com os reflexos pretendidos.

Antes de 1.2.2009, entendo que o ônus da prova sobre o trabalho em horário suplementar permaneceu com o reclamante, pois, insisto, o cartório tinha menos de 10 empregados, do qual também não se desincumbiu.

b) indenização vale-transporte

Argumenta o reclamante que somente em 2006 passou a ter meio de transporte próprio para ir ao trabalho, sendo que antes não era concedido vale-transporte, pelo que pugna pelo deferimento de indenização correspondente ao benefício.

Acrescenta, que sempre morou distante do local de trabalho, pois, até hoje, reside no Município de Santa Bárbara do Pará e o cartório é localizado em Benevides.

Todavia, aqui não tem razão, haja vista que cabe ao empregado o ônus de comprovar que satisfez os requisitos indispensáveis para a obtenção do vale-transporte, conforme preconiza a Orientação Jurisprudencial nº 215 da SDI-I do TST, o que não ficou demonstrando durante a instrução do feito, pelo que mantenho a sentença neste particular.

b.4) retificações na CTPS - obrigação de fazer - arbitramento de multa em caso de descumprimento

Busca ainda o autor a reforma da sentença de origem, para que seja estipulada multa para o caso de descumprimento da obrigação de fazer, de retificar a data de ingresso na sua CTPS, cujo valor ficaria ao arbítrio do juízo.

Alega, a respeito, que é obrigação do empregador proceder às devidas anotações no documento profissional e que, tratando-se de obrigação de fazer, necessário o arbitramento de multa para a hipótese de descumprimento.

O reclamante tem razão.

A multa postulada tem natureza processual e punitiva e sua finalidade é coagir o demandado a cumprir o comando da decisão judicial, sendo perfeitamente cabível sua aplicação no presente caso, eis que, como visto, visa garantir o cumprimento da obrigação de fazer já imposta.

Deve o 2º reclamado, Antonio Otávio Barros Paiva, anotar a data correta de admissão do reclamante, como informado na peça exordial, em até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de pagar multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos.

c) recolhimento da contribuição previdenciária devida ao longo do contrato de trabalho

Pretende também o reclamante que o 1º demandado seja condenado a recolher as contribuições previdenciárias devidas ao longo do pacto laboral.

Tem razão, porém novamente em parte.

Deve o 1º reclamado comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias de 1.8.2008 até um dia antes da assinatura na CTPS, bem como deve o 2º reclamado comprovar a regularidade dos recolhimentos do período anterior, tudo sob pena de execução.

d) descontos previdenciários e fiscais

Por fim, ainda busca o reclamante a reforma da decisão *a quo para* que os descontos previdenciários e fiscais fossem feitos na forma da legislação em vigor.

Assevera que essa determinação viola princípio geral de direito, de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza, bem como também conflita com o previsto pelo art. 145, § 1º, da CF/88.

Não tem razão, pois os descontos devem ser feitos na forma da legislação pertinente, cabendo ao reclamante honrar com sua parte.

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários do 1º reclamado e do reclamante, rejeito a preliminar de carência de ação e, no mérito, dou provimento ao do 1º reclamado (Maxwell Ramos Figueiredo) para limitar sua responsabilidade a partir de 1.8.2008, bem como reincluir na lide o 2º reclamado (Antonio Otávio Barros Paiva), pois responsável pelo cumprimento das obrigações anteriores e também dar provimento ao apelo do reclamante para deferir os pedidos de horas extraordinárias, com reflexos, e de arbitramento de multa para descumprimento da obrigação de retificar a data de admissão registrada na CTPS do reclamante. Tudo consoante os termos da fundamentação. Ficam majoradas as custas processuais, proporcionais para cada reclamado, para R$ 3.000,00, calculadas sobre o novo valor da condenação, que arbitro em R$150.000,00.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO 1º RECLAMADO E DO RECLAMANTE, BEM COMO, AINDA UNANIMEMENTE, REJEITAR A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO 1º RECLAMADO (MAXWELL RAMOS FIGUEIREDO) PARA LIMITAR SUA RESPONSABILIDADE A PARTIR DE 1.8.2008, BEM COMO REINCLUIR NA LIDE O 2º RECLAMADO (ANTONIO OTÁVIO BARROS PAIVA), POIS RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ANTERIORES, E TAMBÉM DAR PROVIMENTO AO APELO DO RECLAMANTE PARA DEFERIR OS PEDIDOS DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS, COM REFLEXOS,

E DE ARBITRAMENTO DE MULTA PARA DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETIFICAR A DATA DE ADMISSÃO REGISTRADA NA CTPS DO RECLAMANTE. TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. FICAM MAJORADAS AS CUSTAS PROCESSUAIS, PROPORCIONAIS PARA CADA RECLAMADO, PARA R$ 3.000,00, CALCULADAS SOBRE O NOVO VALOR DA CONDENAÇÃO, QUE ARBITRAM EM R$150.000,00.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 5 de novembro de 2010. (Publicado no DEJT em 01/03/2011)
Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

I - SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ATUAL E ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
II - AJUSTE DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - ART. 468, DA CLT - ART. 7º, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000082-35.2010.5.08.0001 (06175/2010)
RELATOR: Desembargador WALTER ROBERTO PARO

RECORRENTES: **PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**
Advogada: Maria Graciema Falcão de Almeida e Silva e outros
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP
Advogada: Cristiana de Sousa Noronha e outros

RECORRIDOS: **OS MESMOS**
EMANOEL CRISPIM DIAS JÚNIOR
Advogada: Simone de Paiva Barreiros e outra

I - SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ATUAL E ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. De acordo com a atual e iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inclusive, da Corte Superior Trabalhista, inscreve-se na competência material desta Justiça do Trabalho, processar e julgar as ações em que se discuta complementação de aposentadoria, paga por entidade privada de previdência complementar, quando resultante do contrato de trabalho;
II - AJUSTE DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - ART. 468, DA CLT - ART. 7º, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Ainda que confirmado o equívoco na concessão da suplementação de aposentadoria percebida pelo reclamante, não há possibilidade da entidade privada de previdência complementar reduzir ou suprimir os benefícios pagos, pela irredutibilidade salarial ou

dos proventos de aposentadoria, determinada pelas normas heterônomas estatal que assegura a intangibilidade salarial lesiva ao trabalhador ou jubilado.

1 RELATÓRIO

OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA - CDP POR DEFEITO DE PREPARO, SUSCITADA PELO RECLAMANTE.

Em sede preliminar o reclamante suscita o não conhecimento do recurso da segunda reclamada por defeito de preparo.

Segundo o autor, ao interpor o recurso ordinário de fls. 223-235, a segunda reclamada - Companhia Docas do Pará - CDP, juntou o comprovante do recolhimento do depósito recursal em cópia simples, contrariando o determinado no item IV da Instrução Normativa nº 26, do C. TST.

Todavia, ao compulsar o documento de fl. 237 que comprova o recolhimento do depósito recursal pela segunda reclamada, a autenticação bancária registrada, está no original, o que significa que foi juntada aos autos, a segunda via do comprovante do recolhimento do depósito recursal, e não cópia do desse comprovante, mas, ainda assim, essa apresentação não prejudica a regularidade do preparo do recurso da segunda reclamada.

Preliminar rejeitada.

Portanto, conheço do recurso apresentado pela CDP, eis que atendidos os pressupostos legais de admissibilidade. É adequado, tempestivo e subscrito por profissional regularmente habilitado à fl. 107.

Custas recolhidas à fl. 220 e depósito recursal à fl. 237.

Ainda, conheço do recurso ordinário apresentado pela primeira reclamada, Portus, eis que atendidos os requisitos legais de admissibilidade. É adequado, tempestivo e subscrito por profissional regularmente habilitado às fls. 72-73.

2.2 DAS QUESTÕES PRELIMINARES.

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA SUSCITADA PELAS RECLAMADAS.

Em sede preliminar, tanto a primeira como a segunda reclamadas suscitam em suas razões recursais a incompetência desta Justiça Especializada em razão da matéria para apreciar e julgar a causa.

Alegam que a pretensão do reclamante consiste em pedido de suplementação de aposentadoria, devida por entidade de previdência complementar, disciplinadas pela Lei nº 6.437/77 e Leis Complementares nºs. 108/2001 e 109/2001, sendo, portanto, da competência material da Justiça Comum estadual, apreciar e julgar as causas envolvendo qualquer controvérsia sobre a matéria, não se enquadrando, portanto, nas hipóteses contempladas no art. 114, da Constituição Federal.

Para corroborar com a tese recursal as reclamadas colacionam farta jurisprudência sobre a matéria.

Decido.

A matéria em análise ainda não está pacificada na jurisprudência dos Tribunais Superiores, nem na Suprema Corte.

Todavia, a jurisprudência majoritária do E. STF, tem firmado posicionamento no sentido de que, em regra, será da competência da Justiça Comum estadual, dirimir

quaisquer controvérsias sobre planos de previdência privada complementar, desde que, não decorrente do contrato de trabalho, hipótese em que será da competência material desta Justiça do Trabalho apreciar e julgar a causa.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes do E. STF:

> "**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.** 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou entendimento no sentido de que compete à Justiça comum o julgamento das questões relativas à complementação de proventos de aposentadoria quando não decorrentes de contrato de trabalho. Precedentes. 2. Impossibilidade da análise do regulamento da entidade de previdência privada. Incidência da Súmula 454 do Supremo Tribunal Federal. 3. O art. 195, § 5°, da Constituição da República diz respeito à seguridade social financiada por toda a sociedade, sendo alheio às entidades de previdência privada". RE 596637 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL. AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 08/09/2009. Órgão Julgador: Primeira Turma. "1. Compete à Justiça Comum o julgamento das ações que envolvam complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada, 'por não decorrer essa complementação pretendida de contrato de trabalho'. 2. É de índole infraconstitucional, o que impede o trânsito do extraordinário, por ser indireta a alegada ofensa aos artigos 201 e 202, da Constituição Federal. 3. Ademais, a apreciação do apelo extremo demanda o reexame de cláusulas contratuais (Súmula STF nº 454), 4. Impertinente, na hipótese, a suscitada ofensa ao artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, por se referirem tão-somente à seguridade social financiada por toda a sociedade. Precedente. 5. Agravo regimental improvido". AI 705907 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL. AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. Relator(a): Min. ELLEN GRACIE. Julgamento: 23/06/2009. Órgão Julgador: Segunda Turma.

> "**EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ALEGADO VÍNCULO TRABALHISTA, APTO A ATRAIR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 454 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que à Justiça comum compete o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. 2. Para se chegar a conclusão diversa da adotada pela Corte de origem, são necessários o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas 279 e 454 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido". AI 734135 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL. AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. Relator(a): Min.

CARLOS BRITTO. Julgamento: 19/05/2009. Órgão Julgador: Primeira Turma.

"**EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. JUSTIÇA COMUM. AGRAVO IMPROVIDO.** I - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que compete à Justiça Comum o julgamento de causa que verse sobre complementação de aposentadoria ajuizada contra entidade de previdência privada, por não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. Precedentes. II - Agravo regimental improvido". AI 654323 AgR / SC - SANTA CATARINA. AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI. Julgamento: 28/10/2008. Órgão Julgador: Primeira Turma.

Nessa mesma trilha, segue a jurisprudência majoritária do C. TST, segundo os precedentes abaixo relacionados:

RECURSO DE REVISTA. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Dissídio entre empregado e instituição de previdência privada vinculada à empregadora com o objetivo de complementar proventos de aposentadoria. Competência da Justiça do Trabalho. Violação da Constituição Federal e divergência jurisprudencial não constatadas. Incidência da Súmula 333 do TST. Recurso de revista de que não se conhece. **Processo:** E-RR - 668061-04.2000.5.02.5555. **Data de Julgamento:** 04/06/2008, **Relatora Ministra:** Kátia Magalhães Arruda, 5ª Turma, **Data de Publicação: DJ** 20/06/2008.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. FUNDAÇÃO PETROS. Dispõe o artigo 114, caput, da Constituição de 1988, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que se circunscreve à competência material da Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, como também outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Justamente no campo das -outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho- é que se insere o debate concernente ao pedido de diferença de complementação de aposentadoria, cuja gestão, na espécie, recai sobre a PETROS, fundação instituída e controlada pela PETROBRAS, com a finalidade precípua de funcionar como órgão de previdência complementar dos empregados desta. Agravo de instrumento a que se nega provimento. **II - RECURSO DE REVISTA. PETROBRÁS. PARCELA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DEFERIDA POR NORMA COLETIVA A EMPREGADOS DA ATIVA. NATUREZA JURÍDICA NÃO SALARIAL. NÃO-INTEGRAÇÃO NA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.** A atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 346 da SBDI-1, firmou entendimento no sentido de que não é possível a

extensão aos inativos da concessão de abono de natureza jurídica indenizatória, previsto em norma coletiva apenas aos empregados em atividade, a ser pago de uma única vez e que confere natureza salarial às parcelas, sob pena de ofensa ao inciso XXVI do artigo 7º da Constituição da República. O caso retratado nos autos versa a respeito da -participação nos resultados- e -gratificação de contingente-. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido. **Processo:** ED-AIRR e RR - 738054-08.2001.5.09.5555. **Data de Julgamento:** 04/06/2008, **Relator Ministro:** Emmanoel Pereira, 5ª Turma, **Data de Publicação: DJ** 20/06/2008.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Tratando-se de pedido que tem origem em disposições contidas no contrato de trabalho mantido, firma-se a competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114 da Carta Magna. **2. FONTE DE CUSTEIO.** Ao brandir matéria alheia ao universo da sucumbência, a parte faz decair seu interesse de recorrer. **3. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.** Tratando-se de pedido de diferenças de complementação de proventos de aposentadoria, inegável a aplicação dos termos da Súmula 327 desta Corte. Improsperável o recurso de revista quando a decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência sumulada deste Tribunal. Art. 896, § 4º, da CLT. **4. SOLIDARIEDADE.** Diante da assertiva regional no sentido de que a Caixa Econômica Federal é instituidora e patrocinadora da FUNCEF, não há como afastar a solidariedade, nos termos do art. 2º, § 2º, da CLT. **5. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.** A decisão recorrida está fundamentada nas normas internas da empresa, não havendo que se falar em desrespeito ao princípio constitucional da legalidade. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. **Processo:** AIRR - 84840-45.2003.5.04.0019. **Data de Julgamento:** 29/04/2009, **Relator Ministro:** Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, **Data de Divulgação: DEJT** 22/05/2009.

RECURSO DE REVISTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE - DISSENSO INESPECÍFICO. Por divergência válida, admissível o apelo quanto à competência. No entanto, tratando-se de benefício decorrente do contrato de trabalho, mesmo que seja ele pago por entidade privada de previdência, para esse fim instituída pelo empregador, tem plena aplicação o art. 114 da Constituição Federal, que define a competência desta Justiça Especializada para dirimir litígio que se origina na vinculação empregatícia. Quanto à forma de correção monetária das diferenças de complementação, o apelo não logra conhecimento, pois, além de inespecífico o dissenso, a Súmula 311 desta C. Corte não cuida da hipótese discutida. Recurso conhecido, em parte, mas improvido. **Processo:** E-RR - 515792-64.1998.5.05.5555. **Data de Julgamento:** 04/09/2002, **Relator Juiz Convocado:** José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, 2ª Turma, **Data de Publicação: DJ** 27/09/2002.

Assim, para a fixação do juízo competente, segundo os precedentes acima destacados, em se tratando de controvérsia sobre planos de previdência complementar, deverá ser analisado se a vinculação do autor ao plano decorre, ou não, do contrato de trabalho.

Neste caso, a adesão do reclamante ao plano de previdência complementar decorreu do contrato de trabalho, hipótese em que será esta Justiça Especializada competente para dirimir quaisquer controvérsias a respeito.

Cabe salientar, por oportuno, que em decisões anteriores, este relator vislumbrava a incompetência material desta Justiça Especializada para apreciar e julgar as causas que envolvessem planos de previdência complementar, em face do disposto nas Leis Complementares nºs. 108/2001 e 109/2001.

Todavia, em atenção aos precedentes da Excelsa Suprema Corte e do C. TST e, por questão de disciplina judiciária, passo a rever aquele entendimento para, doravante, vislumbrar ser competência desta Justiça do Trabalho apreciar e julgar as causas sobre planos de previdência complementar, quando decorrentes do contrato de trabalho, como é o caso destes autos.

Portanto, rejeito a preliminar suscitada pelas reclamadas.

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA SUSCITADA PELA PRIMEIRA RECLAMADA.

De acordo com os argumentos deduzidos pela primeira reclamada, a decisão recorrida é nula de pleno direito por cerceamento do direito de sua defesa.

Alega a recorrente que, muito embora não tenha comparecido em audiência por meio de preposto, sua patrona, regularmente habilitada, compareceu e estava em condições de apresentar sua defesa escrita, devidamente acompanhada de documentos essenciais ao deslinde da demanda.

Ocorre que o juízo de primeiro grau se recusou em receber a contestação e os documentos, em manifesta violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois, o comparecimento de sua patrona em audiência munida de contestação, é suficiente para demonstrar a intenção em se defender.

Desta feita, pugna a primeira reclamada seja a sentença de primeiro grau declarada nula de pleno direito, com a consequente remessa dos autos ao MM. Juízo de origem para reabertura da instrução processual para apresentação da defesa, reconhecendo que, na hipótese houve confissão quanto à matéria de fato, mas não revelia.

Examino.

Neste item, a primeira reclamada tenta aproveitar-se de sua própria torpeza, pois, segundo o que consta da ata de audiências de fls. 197-197-verso, a primeira reclamada encontrava-se regulamente notificada pelo AR de fl. 71, para comparecimento na audiência inaugural e, assim, apresentar contestação aos pedidos iniciais, contudo, o preposto da recorrente não compareceu em audiência.

Compareceu apenas a patrona da primeira reclamada munida de instrumento procuratório, atas de assembleia e estatuto social.

Naquela ata não há qualquer registro de que o juízo de primeiro grau tenha recusado o recebimento da contestação da primeira reclamada. Porém, mesmo que tentasse apresentar a defesa, o recebimento da contestação não seria possível, em razão da ausência da primeira reclamada, pois, a simples presença do advogado não supre a necessidade do comparecimento pessoal da parte na audiência inicial, ainda que através de preposto.

Correta, portanto, foi a declaração de revelia aplicada contra a primeira reclamada pelo não comparecimento para apresentação de sua defesa na audiência inicial, para considerá-la confessa quanto à matéria de fato na forma do art. 844, da CLT.

Rejeito a questão preliminar.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 37, XIX E 202, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A segunda reclamada alega a sua ilegitimidade passiva no feito.

Pontua a recorrente que, na condição de empregadora, tem obrigação de pagar o salário dos empregados ativos, mas não de suplementação de aposentadoria dos inativos que deverá ser adimplido pela primeira reclamada entidade de previdência complementar, Portus, conforme previsto no art. 202, § 2º, da CF/88.

Assim, determinar que a CDP responda pelo adimplemento da complementação de aposentadoria postulada pelo reclamante, no mínimo, restaria contrariada a regra prevista no inciso XIX, do art. 37 e, ainda, a regra prevista no inciso II do art. 5º, ambos, da Constituição Brasileira.

Nesta senda, pugna a segunda reclamada seja acolhida a presente preliminar para excluí-la do polo passivo da lide, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito.

Analiso.

Na forma do art. 1º do Estatuto Social da Portus (fl. 89), a segunda reclamada, CDP, é uma das patrocinadoras da entidade fechada de previdência complementar que, nestes autos, também integra o polo passivo da demanda como primeira reclamada.

Segundo os termos iniciais, a primeira reclamada suprimiu injustificadamente a suplementação de aposentadoria devida ao reclamante, passando este, à condição de credor da Portus, inclusive, da patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar, segunda reclamada.

Considerando a relação jurídica existente entre as demandadas, só por este fato já é suficiente para justificar a segunda reclamada ter sido arrolada no polo passivo da lide pelo reclamante.

De outro lado, na aferição da legitimidade da parte, este relator adota a Teoria da Asserção, onde as condições da ação são aferidas com base nas alegações iniciais, não podendo o magistrado analisar, com profundidade a questão, para que não ocorra juízo de mérito sobre o tema.

Por tanto, a manutenção da segunda reclamada no polo passivo da lide não vulnera os arts. 37, XIX e 202, § 2º, da Constituição Federal.

Preliminar rejeitada.

PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO TOTAL SUSCITADA PELA SEGUNDA RECLAMADA.

A segunda reclamada suscita a prejudicial de prescrição total no forma do inciso XXIX do art. 7º, da Constituição Federal c/c inciso I, do art. 11, da CLT, alegando que a presente demanda foi ajuizada a mais de dois anos da extinção do pacto laboral.

Assim, pugna a reclamada pelo acolhimento da prejudicial em questão com a consequente extinção do processo com resolução do mérito.

Decido.

Na presente demanda a pretensão do reclamante consiste na condenação das reclamadas ao pagamento da suplementação de aposentadoria suprimidas de seus proventos desde setembro/2009.

Nesse diapasão, verifica-se que a pretensão do autor não se relaciona com parcelas devidas no curso do pacto laboral, mas devidas após o pacto, ainda que em razão dele.

Segundo a redação do art. 186, do Código Civil Brasileiro, prevalece em nosso sistema jurídico a teoria da *actio nata* que estabelece que a cada direito violado nasce para o ofendido o respectivo direito de ação para defendê-lo.

No caso dos autos, foi alegado pelo autor, ofensa a direito ocorrida após a extinção do pacto laboral, portanto, não há prescrição total a ser reconhecida na demanda, especialmente, por se tratar, na espécie, de relação jurídica de trato sucessivo, sujeita à prescrição parcial, nascendo, para o autor, novo direito de ação cada vez que seu direito for violado.

Desta forma, **rejeito a prejudicial de prescrição total** suscitada pela segunda reclamada.

RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA - PORTUS
DA REVISÃO - DIFERENÇAS DE BENEFÍCIO.

Sustenta a primeira reclamada que a pretensão autoral não pode prevalecer na medida em que inexiste qualquer irregularidade na revisão dos benefícios por ela concedidos, considerando-se que, por falha, foi concedida ao reclamante suplementação de aposentadoria especial aos aposentados por tempo de serviço pela Previdência Social, todavia, em total desacordo com as regras estabelecidas no regulamento da Portus.

Se mantida a suplementação nos patamares em que foi concedida, importa em enriquecimento sem causa do autor, sem olvidar que essa concessão vulnera a regra contida no § 5º, do art. 195, da CF/88, face o estabelecimento de que nenhum benefício poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Nessa linha, informa a recorrente que o benefício conferido equivocadamente não pode ser mantido, considerando que o reclamante não contribuiu corretamente para o benefício que recebe.

Para corroborar com a tese recursal, a primeira reclamada colaciona jurisprudências sobre a matéria.

Decido.

A pretensão da recorrente não prospera pelos argumentos aduzidos no recurso, na medida em que a reclamada não faz prova de suas alegações.

Em suas razões a recorrente limita-se em alegar a equivocada concessão da suplementação de benefício previdenciário em favor do reclamante, todavia, sem embasar no regulamento aplicável onde ocorreu o equívoco na concessão.

Aliás, em decorrência de sua revelia declarada no curso da instrução processual nenhuma prova foi produzida pela primeira reclamada.

De outro lado, ainda que oralmente, a primeira reclamada contestou os termos da demanda, inclusive, com apresentação de documentos na fase instrutória. Nessa toada, competia à recorrente, ao menos, indicar onde se apoiam as alegações recursais, porém, não foi essa a linha adotada no recurso.

Não há provas nos autos de que a suplementação de aposentadoria foi concedida ao recorrido de forma equivocada e que, no patamar em que se encontra a suplementação paga, resta ameaçada a estabilidade financeira e atuarial da entidade de previdência complementar.

Sobre os equívocos cometidos pela recorrente, há nos autos apenas indícios pelos documentos apresentados pela segunda reclamada, referente às cópias de peças da ação ordinária ajuizada pela Federação Nacional dos Portuários perante a MM. 16ª

Vara Cível do Distrito Federal (fls. 132-155 e 178-196). Porém, nesses documentos não há nada que confirme, insofismavelmente, as irregularidades na suplementação paga em favor do reclamante, considerando que o autor sequer consta no rol dos substituídos naquela ação (fls. 160-177).

Por tudo acima exposto, **nego provimento** ao apelo neste ponto, para manter a r. Sentença de primeiro grau.

DA ATIVIDADE FISCALIZADORA DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - SPC. DA NOVA SOLICITAÇÃO AOS ASSISTIDOS PARA COMPROVAREM O TIPO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO PELO INSS E DA COMUNICAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL FAVORÁVEL À RECORRENTE NO DISTRITO FEDERAL.

Segundo os argumentos recursais, por meio de notificação encaminhada a Portus, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC, determinou que a recorrente apresentasse documentos e explicações pela concessão de aposentadorias especiais a 1.108 (um mil, cento e oito) trabalhadores jubilados no período de 1995 a 1998.

Assim, em atendimento à determinação, foram prestados os esclarecimentos necessários bem como, adotadas as providências pertinentes à revisão dos cálculos das aposentadorias especiais, concedidas equivocadamente, o que demonstra que o controle acima descrito, contribui na comprovação de que um pequeno grupo de trabalhadores jubilados recebem valores que não são devidos.

Para a recorrente, manter a suplementação do benefício pago ao reclamante no patamar em que se encontra, implicará em violação frontal ao disposto nos arts. 54 e 56 do Regulamento do Plano de Benefícios da Portus, que determinam a paridade entre a suplementação paga pela recorrente com a aposentadoria concedida pela Previdência Social.

Nessa trilha, informa a reclamada que o reclamante contribuiu menos para a Portus e, hoje, recebe mais, considerando que o autor aposentou-se por tempo de contribuição e a suplementação percebida é como se aposentadoria fosse especial, violando as regras do art. 15, II, da Lei nº 8.213/91; arts. 195, § 5º e 202, da CF/88 e, ainda, as Leis Complementares nºs. 108 e 109, de 2001.

Destaca a recorrente que desde 28.08.2006 o reclamante já tinha conhecimento do equívoco cometido pela Portus. No entanto, maliciosamente, o autor omitiu esse fato do juízo, muito embora, desde aquela época tenha sido solicitado pela Portus a confirmação junto ao INSS, do tipo de aposentadoria concedida pela Previdência Social.

Assim, verificando que o reclamante não confirmava o tipo de aposentadoria concedida pelo Órgão Previdenciário, em 08.09.2009 a recorrente expediu nova comunicação aos beneficiários informando que a partir de setembro os benefícios seriam revisados, ajustados e pagos, conforme a aposentadoria concedida pelo INSS, o que comprova sua conduta de boa fé, requerendo, ao final, a devolução dos valores pagos injustamente.

Examino.

Após extensas considerações expendidas pela recorrente restam identificados alguns pontos relevantes que conduzem à manutenção da decisão recorrida, como a seguir.

Com relação às comunicações endereçadas ao reclamante, informando os supostos equívocos na concessão da suplementação de aposentadoria, desde ago/2006, nos autos existem apenas os documentos de fls. 65 e 66, datados de outubro e setembro de 2009, já informando a revisão e a suspensão do pagamento da suplementação de benefício concedida pela Portus por supostos equívocos.

Nos autos, a reclamada não faz prova da concessão da aposentadoria pelo INSS, por tempo de contribuição, porém, em junho/2002, ao ser pleiteada a concessão do benefício em face da Portus, esse pedido foi rigorosamente analisado pela recorrente que, verificando atendidos os requisitos à concessão da suplementação especial, deferiu ao reclamante o benefício nesse patamar (fls. 26-27).

O benefício concedido ao reclamante encontra-se capitulado no *caput* do art. 40 c/c a alínea "c" do art. 46, do Regulamento da Portus, que exigem:

> "Art. 40. A suplementação de aposentadoria, excetuadas as hipóteses de antecipação, previstas nos parágrafos primeiros dos artigos 45 e 46, deste Regulamento, consistirá numa renda mensal paga pelo PORTUS, correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício sobre o valor da aposentadoria da previdência oficial, atendido, ainda, ao disposto nos parágrafos deste artigo."
>
> "Art. 46. A suplementação da aposentadoria especial será concedida ao participante que a requerer com, pelo menos 10 (dez) anos de vinculação funcional ininterrupta à Patrocinadora, na data do requerimento, desde que atenda às condições previstas em qualquer das seguintes alíneas:
>
> …
>
> c) haver completado 53 (cinquenta e três) anos de idade e 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço especial, exigido pela previdência oficial".

Diante do regramento acima transcrito, resta identificado que, na época da concessão da suplementação de aposentadoria, o reclamante atendia os requisitos exigidos pelo Regulamento do Plano de Benefícios para a suplementação especial, pois, de acordo com as alegações iniciais, o reclamante ingressou na CDP em 16.01.1970, sendo dispensado em 15.02.1973, porém, readmitido no dia seguinte, ou seja, em 16.02.1973, permanecendo na segunda reclamada até sua jubilação, ocorrida em 10.06.2002.

De outra sorte, ainda que se alegue que o erro na concessão persiste, importa ressaltar que o reclamante não deu causa à concessão do benefício equivocado, devendo ser mantida a suplementação no patamar em que se encontra, por já integrar o patrimônio jurídico do trabalhador jubilado e por se tratar de ato jurídico perfeito que a lei não pode prejudicar (art. 5º, XXXVI, da CF/88).

Por seu turno, os salários, assim como os proventos de aposentadoria, são protegidos contra a irredutibilidade lesiva ao empregado ou aposentado, na forma do art. 468, da CLT e inciso VI, do art. 7º, da Constituição Brasileira de 1988.

Por tais motivos, vislumbro não assistir razão à recorrente, de forma que **nego provimento** ao recurso neste particular, não havendo em se falar, portanto, em devolução dos valores pagos em favor do autor.

DOS ESTUDOS TÉCNICOS EMPREENDIDOS PARA LEGITIMAR A REVISÃO DOS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS.

Neste tópico, a recorrente reitera as alegações alhures expendidas, destacando que, a revisão dos benefícios concedidos decorreram de verificação técnica que constataram a necessidade de ajustes e redução dos benefícios, conforme documentos anexos.

Todavia, não há nos autos prova produzida pela primeira reclamada nesse sentido, pelo que deve se mantido o julgado à falta de amparo fático-legal.

Nego provimento.

DA MULTA DIÁRIA APLICADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

No item acima epigrafado, o inconformismo da reclamada refere-se à multa diária aplicada pelo juízo de primeiro grau, caso a recorrente não cumpra a obrigação de fazer especificada na sentença, no sentido de voltar a pagar ao reclamante a suplementação dos benefícios previdenciários.

Nesse sentido, alega a reclamada que a multa diária de R$200,00 é manifestamente desproporcional e o prazo de 48 horas concedido para cumprimento é diminuto para o objeto da obrigação (reinclusão do reclamante na folha de pagamento da Portus).

Por derradeiro, alega que o pagamento de verbas previdenciárias não admitem a cominação *astreinte*, pois, seu cumprimento implica em obrigação de dar e não de fazer.

Assim, postula a exclusão da multa astreinte por considerá-la incabível na espécie.

Para reforçar a tese recursal a recorrente colaciona doutrina sobre a matéria.

Decido.

Pelos argumentos acima expendidos, fica comprovado que a própria recorrente admite que a obrigação objeto da multa cominada pela decisão recorrida, consiste na inclusão do nome do reclamante em sua folha de pagamento que, ao ver deste relator, implica em obrigação de fazer que, por sua vez, é compatível com a fixação de multa *astreinte.*

Desse modo, tem-se que os argumentos recursais são contraditórios em seus próprios fundamentos, pelo que deve ser mantida a decisão recorrida, também neste particular.

Nego provimento.

RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA
DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CDP.

Inconformada com a sentença de primeiro grau, postula a CDP a reforma do julgado para afastar sua responsabilidade solidária com a primeira reclamada.

Em suma, alega a recorrente que a manutenção de sua responsabilidade solidária, restam violados o § 2º do art. 2º, da CLT; arts. 264 e 265 do Código Civil e arts. 13, § 1º; 5º, II e 202, § 2º, da CF/88, uma vez que a solidariedade não pode ser presumida, resultando da lei ou da vontade das partes.

Decido.

A solidariedade entre as reclamadas foi reconhecida pelo juízo de primeiro grau em razão do reclamante ter prestado seus serviços em favor da segunda reclamada que, por seu turno, é patrocinadora do Portus, entidade privada de previdência complementar.

Essa filiação da segunda reclamada como patrocinadora do Portus, vinculou o contrato de trabalho do reclamante com as regras estabelecidas pelo Plano de Benefícios, fazendo jus à suplementação de aposentadoria após a jubilação.

Assim, mantenho a decisão neste particular.

Nego provimento.

PREQUESTIONAMENTO

Desde já, considero prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes recorrentes com o deliberado propósito de evitar embargos de declaração, não se vislumbrando que a manutenção da decisão recorrida importe em vulneração de quaisquer deles, seja no plano constitucional ou infraconstitucional.

ANTE O EXPOSTO, rejeito a preliminar de não conhecimento do recurso da segunda reclamada suscitada pelo reclamante para conhecer dos recursos opostos pela primeira e segunda reclamadas, eis que atendidos os pressupostos legais de admissibilidade. Ainda, rejeito as preliminares de incompetência material da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a causa; nulidade da sentença por cerceamento do direito de defesa; ilegitimidade passiva da segunda reclamada e a prejudicial de prescrição total, à falta de amparo fático-legal. No mérito, **nego-lhes provimento** para manter a r. decisão recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA, SUSCITADA PELO RECLAMANTE, PARA CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS OPOSTOS PELAS RECLAMADAS, EIS QUE ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE. SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE: INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA APRECIAR E JULGAR A CAUSA; NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA; ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA RECLAMADA E A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO TOTAL, À FALTA DE AMPARO FÁTICO-LEGAL; NO MÉRITO, AINDA, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHES PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de agosto de 2010. (Publicado no DEJT em 27/08/2010)

WALTER ROBERTO PARO - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

TEMPO RAZOÁVEL PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES / AUSÊNCIA DE IMEDIATIDADE PARA PUNIR O EMPREGADO / PERDÃO TÁCITO. EFEITOS

ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 0101500-08-2009-5-08-0015
REVISOR/PROLATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTE: **ANTONIO CARLOS FIGUEIRA DA COSTA**
Dr. Leon Wallace Izuru da Conceição Yamada

RECORRIDO: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
Dr. Dirk Costa de Mattos

TEMPO RAZOÁVEL PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES - O decurso de tempo utilizado pelo empregador para apuração de possível ato faltoso cometido pelo empregado deve ser razoável.

AUSÊNCIA DE IMEDIATIDADE PARA PUNIR O EMPREGADO - Não há imediatidade se, entre a possível falta e o resultado de sua conclusão final, o empregador demora, com os autos do procedimento administrativo, longos e injustificados períodos no mesmo setor.
PERDÃO TÁCITO. EFEITOS - A demora injustificada na aplicação de pena ao trabalhador resulta em perdão tácito, devendo ser, por corolário, anulada a sua dispensa e determinada a sua reintegração. Precedentes.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

Conheço do recurso porque em ordem.

MÉRITO

Da nulidade da dispensa por justa causa

Pretende o recorrente a reforma da r. sentença de 1º grau a fim de que seja proclamadas a nulidade da dispensa de sua dispensa por justa causa, com a consequente reintegração ao cargo e função que ocupava anteriormente, objetivando o reconhecimento do perdão tácito, vez que a sua dispensa somente se processou após decorridos três anos da conclusão dos trabalhos de sindicância.

Deve ser provido o apelo, como passo a demonstrar.

Uma sindicância instaurada a 11.5. 2005, através da portaria 121/2005, prorrogada sucessivamente até 16.8.2006, concluiu pela responsabilização do reclamante pela emissão de RVOS duplicados e sem que fossem realizados os controles necessários.

Finda a apuração dos fatos e relatado o que resultou, seguiram os autos para o Departamento Jurídico da reclamada. O que demorara um ano e três meses para ser apurado, permaneceu, de agosto de 2006 a novembro de 2008, para receber um simples parecer. Ou seja, apurar fatos, que importa em produção de provas, deslocamento, longos interrogatórios, e exame de muitos e muitos documentos, a comissão responsável levou um ano e três meses, o que já é tempo bastante expressivo.

Depois, para receber um simples parecer de um departamento jurídico que, certamente é formado por competentes pessoas, o processo que apurava as irregularidades levou dois anos e três meses, isto é, para apurar fatos, *bastaram* 15 meses; para um parecer, foram necessários 27 meses, praticamente o dobro. Essa demora num um único é injustificável e absurda, proporcionando a ausência de imediatidade entre a suposta prática faltosa e a eventual punição aplicável.

O perdão tácito existe justamente com essa mora que viola a razoabilidade praticada pelo empregador na apuração dos fotos e conclusão das providências, impedindo o patronato de aplicar, se for o caso, as medidas cabíveis.

No caso destes autos, constato o perdão tácito. O recorrente, trabalhador há mais de trinta anos da EBCT, não poderia ficar, depois de todos os serviços que desempenhou na empresa, a mercê de uma possível punição por longos três anos e seis meses, trabalhando regularmente, mas com a ameaça de uma despedida que poderia ou não ocorrer e que sucedeu ao final.

Somente a 14.5.2009, ficou ciente, como se verifica às fls. 44, de sua dispensa por justa causa, em consonância ao parecer de Comissão de Ética e Disciplina

da recorrida. E, note-se, enquanto decidia-se a sorte do trabalhador, este ainda era designado para substituir o supervisor geral, como consta às fls. 85 destes autos, ou seja, embora na iminência de ser dispensado por justa causa, o empregador ainda lhe atribuiu uma função de confiança, o que é pelo menos profundamente estranho.

Alguns casos, envolvendo colegas do recorrente já foram examinados por esta E. Turma e, em todos, entendeu-se caracterizado o perdão tácito. Assim os Procs. RO 0964-2009-010-08-00. Rel.: Des. Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, de 6.7.2010, e, RO 01033-2009-007-08-00. Rel.: Des. Walter Roberto Paro, de 15.3.2011.

Este caso não é diferente. É idêntico, e nada justificaria a demora exagerada em pretender punir um trabalhador com mais de 30 anos de casa e que, durante todo o andamento do procedimento administrativo (do início das apurações à decisão final), chegou até a ocupar função de confiança.

Entendo, *data vênia* da nobre Relatora, que o apelo deve ser provido e assim voto, para, dando provimento ao ordinário, reconhecer o perdão tácito, afastar a justa causa imputada ao autor e determinar sua reintegração ao emprego, com todos os consectários legais a que fizer jus.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, reconhecer o perdão tácito, afastar a justa causa imputada ao autor e determinar sua reintegração ao emprego, com todos os consectários legais a que fizer jus, invertendo o ônus da sucumbência. Tudo conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA RELATORA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, RECONHECER O PERDÃO TÁCITO, AFASTAR A JUSTA CAUSA IMPUTADA AO AUTOR E DETERMINAR SUA REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO, COM TODOS OS CONSECTÁRIOS LEGAIS A QUE FIZER JUS, INVERTENDO O ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. PROLATOU O V. ACÓRDÃO O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, REVISOR.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de abril de 2011. (Publicado no DEJT em 11/04/2011)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - Desembargador Revisor Prolator.

****

VÍNCULO DE EMPREGO. COORDENADOR DA FUNASA.

ACÓRDÃO TRT/ 4ªT/RO 0000357-48.2010.5.08.0206
RELATORA: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

RECORRENTE: **AROLDO BRAGA DOS SANTOS**
Dr. Franklin Carvalho Macedo

RECORRIDOS: **GERVASIO AUGUSTO DE OLIVEIRA**
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Dr. João Paulo Taumaturgo Dias Soares

VÍNCULO DE EMPREGO. COORDENADOR DA FUNASA. Materializada nos autos a existência dos elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego, consoante dispõem os artigos 2º e 3º da CLT, forçoso é que se reconheça o vínculo de emprego entre as partes (Princípio da Primazia da realidade), sendo irrelevantes as razões ou condições jurídicas do empregador.

1. RELATÓRIO

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário do reclamante, porque adequado, tempestivo e subscrito por procuradora habilitada (folha 13).

As contrarrazões também estão em ordem.

2.2 PREJUDICIAL DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO

O recorrente renova a presente prejudicial, alegando que as provas dos autos corroboram a existência de relação de emprego entre si e o primeiro reclamado, restando materializados os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT.

Em síntese, assevera que o primeiro reclamado assumiu os empregados da antiga prestadora de serviços no momento em que manteve os trabalhadores com a promessa de que lhes pagaria salário, ocasião em que tomou para si atribuições de empresa prestadora de serviços, ficando a segunda reclamada como beneficiária dos serviços do reclamante pelo que deve ser responsabilizada subsidiariamente, conforme pleiteado na inicial.

Vejamos.

Na inicial, o reclamante informou que trabalhou como vigilante para a Bertillon, empresa prestadora de serviços da FUNASA, até o término do contrato de prestação de serviços firmado entre aquela e esta, que se deu em 09/08/2009. Ocasião em que o Sr. GERVASIO AUGUSTO DE OLIVEIRA (1º reclamado) determinou que o autor permanecesse prestando serviços nos postos da FUNASA, com a promessa de garantia dos seus direitos e de novo emprego na empresa vencedora da licitação. Diante disso, o reclamante continuou trabalhando normalmente até ser afastado do seu cargo no dia 22/10/2009.

Assevera que o primeiro reclamado, superintendente da FUNASA, contratou os seus serviços, não lhe pagou salários, não registrou sua CTPS, nem cumpriu as demais

formalidades legais típicas da relação de emprego. Contudo, manteve o recorrente sob seu comando, protegendo o patrimônio do Ente Público do qual é funcionário. Aduz que não pode ter seus direitos trabalhistas violados em razão da má gestão do superintendente da FUNASA, que por sua vez deve ser responsabilizado por seus atos juntamente com a própria FUNASA, que, em última análise, foi a real beneficiária dos seus serviços, razão pela qual responde subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do reclamante.

Em defesa, o primeiro reclamado suscitou a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam; argumentou que o reclamante não lhe prestou serviços pessoais e, se trabalhou, foi para a administração pública federal da qual também não pode ser considerado funcionário, haja vista que não prestou concurso público, nos moldes do art. 37, II e 2º da CF/88. Assim, improcedem todos os pleitos elencados na exordial, devendo o autor ser declarado litigante de má-fé.

A FUNASA, em contestação, arguiu a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho, alegando tratar-se de pretensão com nítido caráter civil, na medida em que se atribui ato ilícito a um agente público, requerendo a condenação do ente público a ele vinculado, pelo que pugnou pela remessa dos autos à Justiça Comum Federal, nos termos dos arts. 109, I e 114 da Constituição Federal. No mérito, requereu a improcedência dos pedidos, afastando-se a responsabilidade subsidiária do Ente Federal ou, caso não seja este o entendimento, que a condenação fique limitada às parcelas trabalhistas previstas na Súmula nº 363 do TST.

Neste ponto, é oportuno fazer duas observações: é do reclamante o ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 818 c/c 333, I, do CPC; as reclamadas não negaram a prestação de serviço pelo autor após o término do contrato com a Bertillon, ou seja, no período de 09/08 a 22/10/2009, pelo que a mesma resta incontroversa.

Resta-nos apurar se o autor se desincumbiu de seu encargo processual. Vejamos o que nos revela o conjunto probatório.

Em depoimento o reclamante declarou "que prestou serviços para a FUNASA; que não prestou serviços pessoais ao 1º reclamado; que não recebeu salários do Sr. Gervásio; que não assinou nenhum documento pelo qual o 1º reclamado seria o responsável pelo pagamento de seus salários; que a prestação de serviços do reclamante se deu no núcleo da Fazendinha."

O primeiro reclamado, Sr. GERVÁSIO AUGUSTO, disse que não organizava pessoalmente a prestação de serviços do reclamante, que este não era seu subordinado direto; que pela primeira vez é apresentado ao reclamante; que nunca pagou valores ao reclamante; que confirma os depoimentos prestados nos processos 351-44.2010.05.08.0205 e 351-56.2010.05.08.0201, os quais ora transcrevo:

> **DEPOIMENTO DO SR. GERVÁSIO (**351-44.2010.05.08.0205): que após o fim do contrato com a empresa BERTTILON, alguns ex-vigilantes vinculados à FUNASA, passaram a realizar a vigilância nos postos; **que o depoente era coordenador e determinou o remanejamento dos ex-vigilantes para os postos**; que ao que sabe, nenhum vigilante da BERTILLON permaneceu prestando serviço; **que eventualmente fazia visita aos postos de serviço** e não recorda ter reunido com vigilantes para pedir-lhes que permanecessem prestando serviços após a saída da empresa BERTILLON; **que a função de coordenador corresponde a função de chefe geral da FUNASA no Estado do Amapá**; que quando encerrou o contrato com a BERTTILON o depoente

exercia o cargo de coordenador; **que acredita que a contratação de nova empresa de vigilância demorou cerca de três meses, por ser esse o tempo médio que dura uma licitação**; que não sabe informar a empresa que venceu a licitação; **que não foi celebrado nenhum contrato emergencial até o fim da licitação porque os procuradores da FUNASA não permitiram, tendo em vista que já havia ocorrido o deslocamento dos vigilantes para os postos.**"

DEPOIMENTO DO SR. GERVÁSIO (351-56.2010.05.08.0201)**:** que atuou como coordenador da FUNASA, até final de setembro ou início de outubro; que era a maior autoridade da FUNASA no estado; **que autorizou os ex-vigilantes da FUNASA a realizarem a ronda no órgão público; que esses ex-vigilantes atuavam em outros setores no órgão público; que foi determinado que 3 ex-vigilantes fizessem a vigilância no local onde o reclamante trabalhou; que não houve ato administrativo restrito autorizando os ex-vigilantes a realizarem a ronda**; que esses servidores fariam as rondas e teriam folgas; que não sabe se essas folgas foram registradas nos livros de ponto; que ao que sabe os vigilantes da BERTILON não continuaram trabalhando após o término do contrato administrativo; que se isso aconteceu o depoente não tem conhecimento; que esses vigilantes saíam do setor da FUNASA que fica no Centro de Macapá para trabalhar em Fazendinha; que não sabe se a BERTILON prestava serviços na sede da FUNASA em Macapá; que o contrato com a BERTILON foi encerrado no início de agosto de 2009; que a AMAPA VIP assumiu a vigilância logo após a saída do depoente da FUNASA; que não realizou reunião determinando que os vigilantes continuassem trabalhando após o término do contrato com a BERTILON; que foi substituído na coordenação da FUNASA pelo sr. JACKSON. (grifei)

A preposta da FUNASA confirmou o depoimento prestado no processo 351-56.2010.05.08.0201, constante às fls. 47/49, cujo inteiro teor segue abaixo:

"que o contrato da BERTILON encerrou em 09/08/2009; que não se recorda quando a AMAPA VIP assumiu a vigilância da FUNASA; que o contrato com a BERTILON foi cumprido até o seu final; **que não foi seguida a prestação de serviços de vigilância com outra empresa em razão de que a licitação não foi feita oportunamente, assim como não foi feito contrato emergencial na época;** que isso se deu porque a FUNASA queria uma só empresa de vigilância atuando em todos os seus postos; que na época havia diversas empresas atuando em diferentes postos de vigilância; **que no período sem contrato os ex-vigilantes à época servidores de outro setor, passaram a fazer a ronda**; que eram 3 ou 4 servidores que fizeram a vigilância; que ao que sabe os vigilantes da BERTILON não continuaram trabalhando após o término do contrato administrativo; que ao que sabe, em Fazendinha fica um depósito com voadeiras, motores, e material de expediente; que ao que sabe esses servidores faziam revezamento na vigilância de Fazendinha.

A única testemunha arrolada pelo autor, Sr. MAURO LALOR DA SILVA, esclareceu que "foi contratado e que prestava seus serviços para FUNASA
Fazendinha; que após a extinção do contrato com a Bertillon, no dia 08.08.2009, continuou trabalhando na mesma jornada que laborava quando era contratado da Bertillon; confirmou o depoimento prestado como reclamante nos autos do processo 351-44.2010.05.08.0205, cujas assertivas seguem abaixo:

> "que trabalhou durante 8 anos e 3 meses para a BERTILON; que o pacto encerrou em 10/08/2009; que nessa época trabalhava na FUNASA que fica em Fazendinha; **que do dia 10/08/2009 a 22/10/2009 continuou prestando serviços na FUNASA; que trabalhava como vigilante; que na situação do reclamante havia no total 12 trabalhadores em Fazendinha; que trabalhava na jornada de 12x36;** que trabalhava das 19h as 07h; que não havia pausa para o jantar; **que o sr. GERVASIO, no dia 08/08, as 20h, reuniu os vigilantes e pediu que continuassem nos postos após o término do contrato com a BERTILON, pois os postos não poderiam ficar sem vigilância**; **que o sr. GERVASIO disse que a FUNASA não poderia contratar os vigilantes, mas ele faria com que a vencedora da licitação (AMAPA VIP) contratasse tais trabalhadores**; que assinou livro de ocorrência dos dias trabalhados; que esse documento ficou em poder da sra. MARLENE que o entregou para a AMAPA VIP; que trabalhou três meses sem nada receber; **que ao sair do trabalho não recebeu verbas rescisórias; que não foi pré-avisado da cessação do pacto; que o sr. GERVASIO prometeu que pagaria os salários do período em que o autor trabalhou para a FUNASA após a saída da BERTILON;** que nesse período nenhum servidor da FUNASA auxiliou os vigilantes a realizarem seu trabalho; que só deu entrada no seguro desemprego após saber que não seria contratado pela AMAPA VIP, o que se deu com o ingresso dessa empresa; que recebia cerca de R$-780,00 da BERTILON mais adicional noturno; que recebia pela BERTILON vale alimentação e horas extras; que não assinou nenhum documento para o sr. GERVASIO; que assinava o ponto no livro de ocorrências; que o livro foi entregue pela FUNASA; **que pela manhã havia uma pessoa que administrava o local de trabalho, servidor da FUNASA, mas a noite eram só os vigilantes;** que vigiava carcaças de carros, duas voadeiras, motores, dois barcos, entre outros; que não sabe quem seria responsabilizado se sumisse algum material da FUNASA; que trabalhava a paisana e sem armas; que nunca recebeu nada do sr. GERVASIO."

Pois bem, do conjunto probatório, em especial o depoimento do próprio Sr. Gervásio, prestado nos autos do processo 351-56.2010.05.08.0201 e confirmado nestes autos, verifica-se que, de fato, foi o primeiro reclamado quem autorizou a permanência dos ex-vigilantes nos postos de serviço da FUNASA e a consequente prestação de serviços em defesa do patrimônio da entidade pública a qual estava vinculado na condição de Coordenador, que segundo suas próprias palavras corresponde à função de chefe geral da FUNASA no Estado do Amapá.

A prova oral, por outro lado, corrobora a tese do reclamante, no sentido de que o primeiro reclamado reuniu-se com os vigilantes prestadores de serviços da até

então contratada (Berttilon), determinando que os mesmos continuassem normalmente o seu labor até a conclusão do processo licitatório para contratação da nova empresa prestadora de serviços, ocasião em que lhes prometeu salário e deu garantia de contratação pela empresa vencedora do certame licitatório.

A partir da contratação, o reclamante e seus colegas, seguiram cumprindo a mesma rotina de serviços, inclusive com assinatura de livro de frequência/ocorrência, conferência de materiais na troca de turno e fiscalização realizada por funcionário da FUNASA (na parte da manhã) e, eventualmente, pelo próprio Sr. Gervásio.

Não há como negar a existência dos elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego, consoante dispõem os artigos 2º e 3º da CLT, quais sejam, trabalho não eventual; prestado "ïntuitu personae" (a prestação do trabalho pela pessoa natural deve ter caráter de infungibilidade - pessoalidade); trabalho prestado por pessoa física, em situação de subordinação e com onerosidade.

Passo a comentar apenas os dois últimos pressupostos (onerosidade e subordinação) por entender que, in casu, merecem maior destaque na verificação do vínculo perseguido pelo autor.

Quanto à onerosidade, observa-se que o primeiro reclamado, embora não tenha cumprido, prometeu o pagamento de salários. Ademais, conforme nos ensina o mestre Maurício Godinho Delgado[1] "(...) o elemento fático-jurídico da onerosidade estaria sempre presente, desde que houvesse prestação de trabalho por alguém a outrem: afinal, todo trabalho - mesmo simples - é passível de mensuração econômica no contemporâneo sistema de mercado, sempre tendo determinado valor econômico para seu tomador, para quem recebe o serviço prestado".

No que toca ao elemento subordinação, ainda nos dizeres do mencionado autor, "Como se percebe, no Direito do Trabalho a subordinação é encarada sob um prisma objetivo: ela atua sobre o modo de realização da prestação e não sobre a pessoa do trabalhador. É, portanto, incorreta, do ponto de vista jurídico, a visão subjetiva do fenômeno, isto é, que se compreenda a subordinação como atuante sobre a pessoa do trabalhador, criando-lhe certo estado de sujeição (status subjectiones). Não obstante esta situação de sujeição possa concretamente ocorrer, inclusive com inaceitável frequência, ela não explica, do ponto de vista sociojurídico, o conceito e a dinâmica essencial da relação de subordinação".

Ainda na mesma obra, arremata o mestre: "A subordinação classifica-se, inquestionavelmente, como um fenômeno jurídico, derivado do contrato estabelecido entre trabalhador e tomador de serviços, pelo qual o primeiro acolhe o direcionamento objetivo do segundo sobre a forma da efetuação da prestação do trabalho."

No presente caso, o reclamante acatou as determinações do primeiro reclamado, quando, por ordem dele, continuou a prestar os seus serviços do mesmo modo que fazia quando estava subordinado à sua antiga empregadora, agora substituída na relação de emprego pelo Sr. Gervásio, que inclusive confessou que eventualmente fazia visitas aos postos de serviço da FUNASA, o que se dava, por óbvio, com o intuito de fiscalização.

Do exposto, concluo que o autor se desincumbiu a contento de seu ônus, restando configurada sua relação de emprego com o primeiro reclamado nos moldes do art. 3º Consolidado.

Irrelevante, a meu ver, é perquirir acerca dos motivos que levaram o primeiro reclamado à referida contratação, se o fez para salvaguardar o interesse público, para que não fosse responsabilizado pessoalmente por possíveis desaparecimentos de materiais/equipamentos ou mesmo por mero descaso para com os empregados, cujos

[1] Delgado, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010.

direitos trabalhistas tinha plena consciência de que não seriam respeitados, pois na qualidade de Coordenador Geral da FUNASA na Região tem o dever de saber como se operam as questões de liberação de verbas para contratação e pagamento. Se não procedeu de modo correto e com isso trouxe prejuízo ao reclamante deve arcar com as consequências de seus atos (Art. 186, CC), pois esta Justiça Especializada não pode assistir impassível a tamanho desrespeito aos direitos do trabalhador que cedeu de boa-fé a sua força de trabalho, diga-se irrestituível, sem nada receber.

A contratação nos moldes da que ora se comenta deve ser duramente rechaçada e quem a efetuar deve ser responsabilizado pessoalmente, para que os gestores da coisa pública não pensem que podem sair dando "jeitinhos", improvisando, atropelando de uma só vez princípios como o da legalidade, impessoalidade e dignidade da pessoa humana, por acreditarem que suas ações passarão in albis em razão de possíveis obstáculos jurídicos que acreditam poder torná-los inatingíveis.

Quanto à responsabilização subsidiária da FUNASA, entendo estar amplamente materializada, uma vez que ela foi a principal beneficiária com a prestação de serviços do reclamante. Os bens do ente público é que foram objeto da vigilância e guarda do obreiro. A FUNASA nada fez para impedir que houvesse a prestação irregular dos serviços, ou mesmo tomou medidas no sentido de regularizar aquela questão, como por exemplo, celebrando contrato emergencial apenas para fazer frente àquela situação, a qual, diga-se, sequer pode ser entendida como imprevisível, pois a litisconsorte sabia exatamente a data do término do contrato de prestação de serviços firmado com a antiga contratada (conforme contrato de fls. 38/43).

Nem se diga que a culpa de todo o ocorrido é exclusiva do primeiro reclamado, porque, sem dúvida, aquele, na qualidade de Coordenador Geral da FUNASA, agiu em defesa dos interesses desta, que não pode simplesmente pretender locupletar-se da força de trabalho do autor, o que lhe é defeso, consoante o disposto no art. 884 do Código Civil.

Ademais, à luz das disposições contidas nos arts. 932, III, e 933 do Código Civil, a FUNASA é responsável pelos atos de seus empregados/prepostos, ainda que não haja culpa de sua parte. Nesse mesmo sentido é a previsão constitucional inserta no art. 37, § 6º, in verbis:

> "§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Com efeito, a proteção constitucional ao trabalho e aos diretos básicos do trabalhador, estão insertos na Lei Maior de nosso País (art. 1º incisos III e IV; art. 3º, I e, III e IV, art. 4º, II, art. 6º, art. 7º, incisos VI, VII e X, art. 100 e art. 170, III), na lei processual civil comum (art. 649, IV do CPC) e na legislação consolidada (art. 449 da CLT). A ordem jurídica não poderia jamais deixar à margem justamente o trabalhador, a parte mais fragilizada econômica e socialmente.

Diante das razões acima expendidas, dou provimento ao recurso para declarar a existência de vínculo de emprego entre o reclamante e o primeiro reclamado, no período de 10/08/2009 a 08/10/2009, na função de vigilante, com remuneração mensal de R$788,46, à falta de impugnação especificada (art. 302 do CPC). Declaro a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, FUNASA, e determino a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem, a fim de que decida as demais questões, como entender de direito.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso do reclamante e da contraminuta da litisconsorte; acolho a prejudicial suscitada pelo autor e declaro a existência de vínculo de emprego entre o reclamante e o primeiro reclamado, no período de 10/08/2009 a 08/10/2009, na função de vigilante, com remuneração mensal no valor de R$788,46 (Setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos). Declaro a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, FUNASA, e determino a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem, a fim de que decida as demais questões, como entender de direito. Custas, ao final, tudo conforme os fundamentos. Determino a remessa de peças dos autos ao Ministério Público do Trabalho do Amapá, para as providências que entender cabíveis.

3. CONCLUSÃO

POSTO ISSO,

ACORDAM OS MAGISTRADOS DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE E DA CONTRAMINUTA DA LITISCONSORTE; SEM DIVERGÊNCIA, EM ACOLHER A PREJUDICIAL SUSCITADA PELO AUTOR E DECLARAR A EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE O RECLAMANTE E O PRIMEIRO RECLAMADO, NO PERÍODO DE 10/08/2009 A 08/10/2009, NA FUNÇÃO DE VIGILANTE, COM REMUNERAÇÃO MENSAL NO VALOR DE R$788,46 (SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS); AINDA SEM DIVERGÊNCIA, EM DECLARAR A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA SEGUNDA RECLAMADA, FUNASA, DETERMINANDO A BAIXA DOS AUTOS AO MM. JUÍZO DE ORIGEM, A FIM DE QUE DECIDA AS DEMAIS QUESTÕES, COMO ENTENDER DE DIREITO. CUSTAS, AO FINAL, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. AINDA, À UNANIMIDADE, DETERMINAR A REMESSA DE PEÇAS DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO AMAPÁ, PARA AS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 08 de fevereiro de 2011. (Publicado no DEJT em 16/02/2011)

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - Desembargadora Relatora.

****

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A

AÇÃO CAUTELAR EXIBITÓRIA PREPARATÓRIA. Resta demonstrado que a ação cautelar exibitória visa a assegurar a prova e pressupõe o receio de que a parte contrária venha se desfazer dessa, hipótese não alegada e sequer comprovada nos presentes autos. A exibição de documentos prevista no artigo 355 e seguintes do Código de Processo Civil é procedimento incidental e não cautelar. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000558-49-2010-5-08-0009; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 01/02/2011; publicado em 10/02/2011; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

AÇÃO RESCISÓRIA - ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE SE LIMITA A CONFIRMAR DECISÃO DE 1º GRAU QUE NEGOU REGULAR PROCESSAMENTO A RECURSO ORDINÁRIO POR INTEMPESTIVIDADE - INADMISSIBILIDADE. Não cabe ação rescisória para rescindir decisão proferida em sede de agravo de instrumento que se limitou a confirmar a decisão agravada, quando negou regular processamento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, aqui autora, por intempestividade, haja vista não se tratar de decisão de mérito. (PROCESSO TRT 8ª/ SE-II/ AR 0001822-31.2010.5.08.0000; julgado em 24/02/2011; publicado em 15/03/2011; Prolator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

AÇÃO RESCISÓRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. HIPÓTESES. I - O exame do mérito da ação rescisória não compete ao Relator, em juízo monocrático, considerando que essa atribuição é reservada à competência do Tribunal, em sua composição colegiada (art. 678, I, *c*, nº 2, da CLT; e art. 29, I, *c*; e arts. 210-219, do Regimento Interno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região). II - A ação rescisória não se confunde com recurso, cujo seguimento pode ser denegado pelo Relator, em decisão monocrática, quando verificadas as hipóteses do art. 557, do CPC, reproduzidas no art. 118, do Regimento Interno. III - O Relator pode indeferir a petição inicial da ação rescisória nos casos de decadência, deserção (por falta do depósito prévio, exigido pelo art. 836, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.497, de 22.06.2007), falta de prova do trânsito em julgado, falta de habilitação de advogado subscritor da exordial, inépcia da peça vestibular (Súmula nº 299, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho) e outras situações. Art. 490, do CPC. IV - O mérito da ação rescisória somente pode ser examinado pela Seção Especializada oportunamente, e não por decisão monocrática do Relator. V - Agravo Regimental provido para determinar o processamento da ação rescisória, nos termos da lei e do Regimento Interno. (ACÓRDÃO TRT-8ª/SE I/AG/AR 0003003-67.2010.5.08.0000; julgado em 02/12/2010; publicado em 16/12/2011; Prolator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

I - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. A r. sentença recorrida fundou-se exclusivamente na prova dos autos para condenar a empresa ao pagamento do adicional de periculosidade, já que tanto a testemunha apresentada pelo reclamante como o preposto da empresa confirmaram a tese de existência de trabalho em condições de

risco, de modo que o conjunto probatório idôneo e esclarecedor produzido na instrução processual impõe a manutenção da r. sentença, por ter decidido em perfeita sintonia com os artigos 818, da CLT e 333, inciso I, do CPC. **II - MULTA DO ARTIGO 538 DO CPC.** Inexistindo contradição na r. Sentença, tendo o Juízo se manifestado expressa e claramente sob o ponto embargado, resta caracterizado o intento procrastinatório da recorrente, pelo que se mantém a multa do artigo 538, do CPC. (ACÓRDÃO TRT 3ª T/RO 0000074-52.2010.5.08.0003; origem: 3ª VT de Belém; julgado em 02/03/2011; publicado em 11/03/2011; Relatora: Desembargadora FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO. PRÉ-PROTOCOLO. O recurso apresentado por meio de pré-protocolo não dispensa a assinatura do advogado, que necessariamente deve constar dos originais a serem apresentados posteriormente, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 13 da Resolução nº 312/2008, que regulamenta a utilização do sistema de transmissão de dados por meio eletrônico para a prática de atos processuais nesta Justiça do Trabalho da 8ª Região. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AI/RO 00725-66.2010.5.08.0203; origem: VT de Monte Dourado; julgado em 15/12/2010; publicado em 17/01/2011; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AGRAVO DE PETIÇÃO. I - CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. FIDELIDADE AOS COMANDOS DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. A atualização do crédito trabalhista reconhecido pela sentença, já transitada em julgado, deve ser efetuada com absoluta fidelidade ao comando nela inserto, uma vez que, pela garantia da coisa julgada (art. 5º XXXVI, da CF/88), o direito se incorpora ao patrimônio do seu titular por força da proteção que recebe da imutabilidade da decisão judicial. **II - DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. RECOLHIMENTO SOBRE O TETO MÁXIMO.** Constatado que o reclamante, no curso da relação laboral, vem contribuindo para a Previdência Social sobre o teto máximo de contribuição, não há se cogitar de novo recolhimento, sob pena de ocorrência de *bis in idem.* (ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 0112800-81.2006.5.08.0011; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 09/11/2010; publicado em 12/11/2010; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO REJEITADOS. SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA. Se a executada, embora citada para pagar ou nomear bens à penhora livres e desembaraçados capazes de garantir a execução, assim não diligencia, inclusive deixando de exercitar no prazo legal a faculdade prevista no art. 668 do CPC, vindo somente após a arrematação do bem, em outro processo, cujo produto não foi suficiente para satisfação dos créditos que garantia, fato que era de seu conhecimento, e após a realização de nova penhora, da qual também fora intimada, a alegar excesso de penhora e a indicar outro bem para substituição, restou operada a preclusão, não sendo mais possível o desfazimento da penhora atacada, quanto mais quando é de conhecimento público a existência de inúmeros débitos da executada, que alcançam expressivo montante. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 0104500-53.2008.5.08.0014; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 23/02/2011; publicado em 09/03/2011; Relatora: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO)

AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA DE BEM IMÓVEL. TERCEIRO PROPRIETÁRIO. Consoante o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro a propriedade do bem imóvel só se opera com a transcrição do título aquisitivo no Registro de Imóveis. No presente caso, é necessário atentar para os seguintes fatos: os documentos apresentados não noticiam

a propriedade do bem pelo terceiro indicado pela agravante; esta continua na posse direta do referido imóvel, bem como demanda na ação que tramita na 1ª Vara Cível de Belém para manutenção do referido bem. Tais fatos não autorizam a desconstituição da constrição judicial. Agravo improvido. Recurso a que se nega provimento. (ACÓRDÃO TRT/4ªT/AP 0035500-50.2009.5.08.0007; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 24/08/2010; publicado em 30/08/2010; Relatora: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL)

AMBIENTE DE TRABALHO - SALUBRIDADE - ÔNUS DA PROVA - EMPREGADOR. Na forma do art.7º,XXII da CRFB/88 é direito do trabalhador ver reduzidos os riscos inerentes ao meio ambiente do trabalho. Em sendo assim, é da reclamada o ônus da prova quanto à higidez do mesmo. **ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE.** Em que pese a questão não ter sido alvo de impugnação específica, o certo é que compartilho do entendimento da juíza de 1º grau quanto à cumulação de tais adicionais, pois mais consentâneo com a dignidade humana e com a convenção 155 da OIT ratificada pelo Brasil. (PROCESSO TRT 8ª/ 1ª T/ RO 0112900-25.2009.5.08.0110; origem: 1ª VT de Tucuruí; julgado em 30/11/2010; publicado em 13/12/2010; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

ANOTAÇÃO INDEVIDA NA CTPS. FORMA DE RETALIAÇÃO. DIFICULDADE DE OBTENÇÃO DE FUTURO EMPREGO. A anotação na CTPS de que a reintegração decorreu de ordem judicial foi proposital, deliberada e desnecessária, revelando uma conduta abusiva e discriminatória por parte da empregadora. O objetivo é dificultar o acesso a um novo emprego, sujeitando o reclamante à discriminação no mercado de trabalho. **"ÓCIO FORÇADO". PUNIÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO.** O conjunto probatório demonstrou que o reclamante ficou sem trabalhar por período considerável, de forma proposital e posteriormente, assumiu função diversa da anteriormente exercida. A postura resultou em tratamento humilhante, de retaliação, sendo ofensivo à honra e dignidade do trabalhador. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/RO 0001046-47.2010.5.08.0124; origem: VT de Xinguara; julgado em 01/03/2011; publicado em 04/03/2011; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA - O modelo constitucional adotado no país deu ênfase ao princípio da autonomia privada coletiva, conforme o disposto no art. 7º, XXVI, consagrando a liberdade das negociações coletivas, sendo certo que a Carta Política vigente, nos incisos VI, XIII e XIV, do art. 7º, autorizou inclusive a renúncia via acordo ou convenção coletiva, dentre outros direitos, à jornada de seis horas para os turnos de revezamento, podendo aquelas vias de composição suprimirem benefícios, em troca da obtenção de outras vantagens, o que deve ser respeitado, para evitar a interferência do Estado na livre manifestação de vontade das partes. (ACÓRDÃO TRT 8 / 3ª TURMA / RO 0000911-86-2010-5-08-0010; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 02/03/2011; publicado em 21/03/2011; Relatora: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES)

I - AVISO PRÉVIO INDENIZADO. PROJEÇÃO. O aviso prévio indenizado projeta-se no tempo de serviço do empregado, inclusive para efeito dos registros na carteira de trabalho, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 82, da SBDI-1 do Colendo TST. Desse modo, a data de saída, na CTPS, deve corresponder à data do término do período de aviso. **II - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PACTO LABORAL.** As fichas financeiras e contracheques do empregado não são hábeis à comprovação das

contribuições previdenciárias a cargo do empregador, no curso do contrato de trabalho, já que não asseguram o efetivo repasse ao INSS, daí a necessidade de apresentação das guias próprias, capazes de desonerar a demandada desse ônus. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000109-49-2010-5-08-0120; origem: 2ª VT de Ananindeua; julgado em 09/11/2010; publicado em 16/11/2010; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

B

BEM DE FAMÍLIA - BENS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA - POSSIBILIDADE DE PENHORA. A impenhorabilidade do bem de família só abrange os bens indispensáveis à existência digna do executado, considerando-se os parâmetros médios da sociedade, no que não se encaixa a hipótese destes autos, sob pena de afronta ao princípio cardeal do direito do trabalho, qual seja, a tutela do trabalhador. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/AP 0041900-36.2002.5.08.0004; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 16/11/2010; publicado em 01/12/2010; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

BEM IMÓVEL. PROPRIEDADE. REGISTRO DE IMÓVEIS. COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE. NECESSIDADE. Segundo o 1.245 do Código Civil Brasileiro a propriedade de bem imóvel é comprovada, através do registro do imóvel no competente Cartório de Registro de Imóveis. No presente caso, o agravante não observou a forma prescrita em lei, pois não carreou aos autos prova robusta da propriedade do bem constritado, devendo ser mantida a r. decisão agravada que considerou válida a penhora realizada sobre o imóvel objeto do presente agravo. (ACÓRDÃO TRT 4ª T. AP 0001034-24.2010.5.08.0127; origem: 2ª VT de Tucuruí; julgado em 08/02/2011; publicado em 16/02/2011; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

C

CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO. SUCESSÃO TRABALHISTA - Não há razões para manter a condenação que se sustenta no reconhecimento de uma sucessão trabalhista, quando a trabalhadora sequer laborou para a empresa apontada como sucessora, eis que essa foi constituída mais de dois meses após a sua dispensa da que funcionou no mesmo local. Nos termos do art. 10 e 448, da CLT, exige-se a transferência de propriedade entre empresas, ainda que minimamente comprovada, o que não pode ser presumido pela simples coincidência de endereços. (RO 0000885-85-2010-5-08-0205; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 09/02/2011; publicado em 11/02/2011; Relatora: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES)

CERCEAMENTO DE DEFESA. HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO ANTECIPADO. JUSTIÇA GRATUITA. INEXIGÊNCIA. Há cerceamento de defesa, quando imposta à pessoa beneficiada pela justiça gratuita a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais no processo trabalhista. Inteligência da OJ 98 SBDI-II do C. Tribunal Superior do Trabalho. (PROCESSO TRT8/ 4ª TURMA/ RO-0000501-31.2010.5.08.0203; origem: VT de Monte Dourado; julgado em 08/02/2011; publicado em 18/02/2011; Relator: Desembargador WALTER ROBERTO PARO)

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO LOCAL. CARÊNCIA DE

AÇÃO. A cobrança judicial intentada pela entidade sindical deveria ter sido precedida de publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição durante três dias em jornais de maior circulação local, requisito indispensável, previsto no art. 605/CLT, para obrigar a Requerida ao pagamento da obrigação. Cumpre declarar o requerente carecedor do direito de ação, porque não observado o pressuposto para a cobrança da contribuição sindical, e extinguir o processo sem a resolução do mérito, à luz do art. 267, VI/CPC. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 0167100-15.2009.5.08.0002; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 23/02/2011; publicado em 09/03/2011; Relatora: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO)

COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. Não havendo uma norma imperativa determinando que o auxílio pecuniário repassado à reclamada deveria ser utilizado obrigatoriamente para complementar o salário do instrutor técnico, tratando-se na verdade de uma faculdade da demandada, não faz jus o obreiro à complementação salarial pretendida, razão pela qual se mantém irretocável a r. Sentença de 1º grau. ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 0000165-12-2010-5-08-0111; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 17/08/2010; publicado em 25/08/2010; Relatora: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL)

CONTRATO DE EMPREGO. EXISTÊNCIA. Provado o trabalho habitual, subordinado e remunerado, deve ser declarada a existência do contrato de emprego. Inteligência do art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0001027-69.2010.5.08.0004; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 19/01/2011; publicado em 02/02/2011; Revisor e Prolator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL. OPÇÃO PELO SISTEMA SIMPLES. PROVA INEXISTENTE. Incumbia à empresa reclamada a prova idônea de que estaria isenta da contribuição sindical patronal, mediante apresentação de tese quanto à opção pelo sistema Simples, em contestação, sujeita ao devido processo legal e ao contraditório, o que não ocorreu, porque incorreu em revelia e confissão ficta (art. 844, da CLT). Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 0000253-56.2010.5.08.0206; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 19/01/2011; publicado em 25/01/2011; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

D

DANO MORAL. ABUSO DO DIREITO POTESTATIVO. O Código Civil, em seu artigo 187, determina a responsabilidade objetiva do agente que pratica abuso de direito. Na seara trabalhista, o abuso de direito pode ser detectado quando o empregador, utilizando o seu poder potestativo, excede os limites da razoabilidade e proporcionalidade ao demitir por justa causa um grande grupo de trabalhadores envolvidos em movimento paredista. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 0000147-67.2010.5.08.0118; origem: VT de Redenção; julgado em 08/02/2011; publicado em 25/02/2011; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. Havendo trabalho em condições degradantes e disso resultando constantes humilhações e sofrimento psicológico e, em consequência, dano moral, deve a empregadora ser condenada a repará-lo mediante indenização compensatória, cujo arbitramento deve considerar a proporcionalidade em relação ao dano e atentar para o princípio da razoabilidade, em conformidade com a gravidade e com os efeitos do dano, o poder econômico do agente

causador e o caráter sancionatório da condenação. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0000178-41.2010.5.08.0101; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 19/01/2011; publicado em 02/02/2011; Relator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. O fato de ficar esperando para ser atendido no setor administrativo da empresa por um período relativamente longo, não configura dano moral. A espera em filas e salas de espera não produz violação aos direitos da personalidade, configura, apenas, mero aborrecimento cotidiano e que não ocasiona danos morais, desde que fique evidenciada a não intenção de ofender o empregado. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 0089000-80.2009.5.08.0120; origem: 2ª VT de Ananindeua; julgado em 18/01/2011; publicado em 31/01/2011; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AÇÃO ANULATÓRIA. NULIDADE DE ADJUDICAÇÃO. ORDEM DE PRELAÇÃO. A observância da ordem de prelação advém do direito de preferência que adquire o exequente que em primeiro lugar promoveu a penhora do bem. Assim é que, na alienação do patrimônio imobiliário do devedor, seja por arrematação ou por adjudicação, deve vigorar a preservação do direito preferencial resultante da inscrição do bem imóvel no serviço registral específico, diante da interpretação sistêmica das regras de expropriação forçada, mormente a dicção dos artigos 612, 685-A e 711, do CPC, o que ocorreu pela diligência da Autora, em referência ao Réu da presente ação. Sentença reformada. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 0182400-87.2009.5.08.0011; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 23/02/2011; publicado em 09/03/2011; Relatora: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO)

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECUSA DO RÉU EM RECEBER NOTIFICAÇÃO PELA VIA POSTAL. INTIMAÇÃO POR EDITAL. Diante da informação do agente dos Correios, lançada no Aviso de Recebimento de Notificação Postal, de que houve recusa em seu recebimento pelo destinatário, resta configurada a hipótese prevista no art. 841, § 1º, da CLT, pelo que correto o Juízo "a quo" ao determinar a notificação através de Edital. Dessa forma, correta a notificação efetivada através de Edital. Preliminar de nulidade rejeitada e Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./RO 0000838-14.2010.5.08.0205; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 23/02/2011; publicado em 03/03/2011; Relatora: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO)

DISPENSA DE PROFESSOR. ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (9.394/96). O professor universitário, ainda que empregado de instituição de ensino de natureza privada, somente poderá ser dispensado por decisão do conselho de ensino e pesquisa da universidade, por força dos artigos 207 e 209 da CF/88 c/c art. 53, parágrafo único, inciso V, da Lei nº 9.394/96. Observadas as prescrições legais, nada há que se falar em declaração de nulidade da dispensa, e, ou, reintegração do autor à empresa. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 000854-65.2010.5.08.0011; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 15/02/2011; publicado em 28/02/2011; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

DISPENSA DO EMPREGADO. ABUSO DE DIREITO. DANO MORAL. Embora a despedida do empregado consista em direito potestativo do empregador, a dispensa

arbitrária, em certas situações, pode ser enquadrada como abuso de direito. Uma vez demonstrado que a resilição do contrato de trabalho do empregado teve como causa objetiva a participação em movimento paredista, claro está o exercício abusivo do direito de extinguir unilateralmente o contrato de trabalho. No caso presente, não houve simples despedida sem justa causa; não houve também simples ausência de provas capazes de sustentar a aplicação da penalidade máxima; houve, na verdade, reconhecimento do abuso do direito e violação à dignidade da pessoa humana, já que essa tipo de dispensa dificulta a recolocação do trabalhador no mercado formal de trabalho, a obtenção de um novo emprego, pelo que é devida a reparação por dano moral, nos termos do art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 0000167-58.2010.5.08.0118; origem: VT de Redenção; julgado em 01/02/2011; publicado em 04/02/2011; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

DOENÇA DO TRABALHO. PERÍODO ESTABILITÁRIO. RESILIÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA - Embora os sentimentos sejam decorrentes da reação de cada um e devam ser respeitados, o simples ato de resilição contratual não configura ato ilícito, capaz de gerar direito a uma indenização por danos morais, especialmente se improvada a dispensa "discriminatória". (PROCESSO TRT 8ª / 3ª TURMA / RO 0000439-06.2010.5.08.0101; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 02/03/2011; publicado em 04/03/2011; Relatora: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES)

DONO DA OBRA. INTENÇÃO DE LUCRO. RESPONSABILIDADE. O dono da obra deve ser responsabilizado pelos créditos trabalhistas não adimplidos pelo empreiteiro e subempreiteiro quando tenciona auferir lucros com a obra. Inteligência da OJ 191 da SDI-I, do C. TST. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 0203100-87.2009.5.08.0107; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 27/04/2011; publicado em 07/05/2011; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

E

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Não provando a reclamada que teria havido insuficiência de lucratividade no período, nem que teria havido impacto financeiro superior aos parâmetros estabelecidos para as empresas estatais, deve ser compelida a cumprir as progressões funcionais horizontais previstas no seu próprio plano de cargos e salários. (ACÓRDÃO TRT- 8ª/1ª. T./RO 0000272-65.2010.5.08.0205; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 23/11/2010; publicado em 04/02/2011; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS PRAZO PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO - Apesar de constar registro de expiração do prazo, com a consequente rejeição liminar dos embargos à execução opostos pela executada, em razão da intempestividade, a parte conseguiu reverter essa situação, obtendo já em agravo de instrumento oferecido do despacho que negou seguimento ao recurso de revista, o conhecimento do referido apelo e o seu provimento, para determinar o processamento, nos termos do art. 730, do CPC. Portanto, não há como retroceder no tempo para deixar de conhecer o que já foi conhecido. **PRIVILÉGIOS PROCESSUAIS** - A ECT faz jus aos mesmos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública, conforme já reconhecido nestes autos, incumbindo ao juízo cumprir a lei constitucional,

e determinar que se obedeça o disposto no art. 100 da CF/88. (ACÓRDÃO TRT 8ª / 3ª T / AP 0117500-45.2002.5.08.0010; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 19/01/2011; publicado em 26/01/2011; Relatora: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES)

EMPRESAS QUE MANTÊM RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. Considerando que o grupo econômico existirá sempre que uma ou mais empresas, tendo embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiver sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão estas solidariamente responsáveis e, se a instrução processual revelou a existência de uma relação de coordenação entre essas empresas, aproximação estreita esta, portanto, que configura o grupo econômico, na forma do §2º do artigo 2º, da CLT. (PROCESSO TRT/ 3ª T./ RO 0000724-81.2010.5.08.0009; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 23/03/2011; publicado em 25/03/2011; Relatora: Desembargadora FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA)

EXCESSO DE PENHORA. INOCORRÊNCIA. Não há excesso de penhora quando houve constrição de um bem de valor muito superior para suportar várias execuções. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT / 3ª T / AP 0186200-90.2008.5.08.0001; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 19/01/2011; publicado em 26/01/2011; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS OU IMPUGNAÇÃO À CONTA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 739-A, DO CPC, E DOS ARTS. 879, 2º, E 897, § 1º, DA CLT. I - O argumento fundado em excesso de execução é também matéria que pode ser suscitada por via de embargos à execução contra Fazenda Pública (art. 741, V, do CPC), daí porque, neste caso, é perfeitamente aplicável a norma disposta no art. 739-A, § 5º, do CPC, segundo o qual "quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento". II - A CLT estabelece, em seu art. 879, § 2º, norma idêntica, ao dispor que a impugnação à conta de liquidação deve ser "fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão". Essa exigência, enfim, é também pressuposto intrínseco de admissibilidade do agravo de petição, nos termos do art. 897, § 1º, da CLT. III - Agravo de petição improvido. (ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T./AP 0128700-91.2007.5.08.0004; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 08/09/2010; publicado em 13/09/2011; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE MULTA ADMINISTRATIVA. NATUREZA JURÍDICA NÃO TRIBUTÁRIA. Em execução de débito fiscal referente à multa administrativa, decorrente de infração às normas da CLT, não se aplica o disposto no art. 135, III, do CTN. No caso, deve ser observado o disposto no art. 50 do CC e, não havendo elementos no processo, capazes de caracterizar os pressupostos do referido dispositivo, não pode o sócio ser incluído no polo passivo da demanda. Agravo improvido. (Acórdão TRT 2ª T./ AP 0190200-17-2005-5-08-0009; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 23/02/2011; publicado em 09/03/2011; Relatora: Desembargadora MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO)

EXECUÇÃO TRABALHISTA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INCABÍVEL. "É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente." (Súmula nº 114, do C.

TST) (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 0008900-56.2004.5.08.0010; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 08/09/2010; publicado em 13/09/2011; Relator VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

F

FRAUDE À EXECUÇÃO. CONFISSÃO. Quando a fraude à execução é confessada, é irrelevante a motivação alegada para a alienação do imóvel. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 0074800-04.2009.5.08.0012; origem: 12ª VT de Belém; julgado em 19/01/2011; publicado em 31/01/2011; Relator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

G

GRAVIDEZ. GARANTIA DE EMPREGO. O conhecimento do estado gravídico pelo empregador na época da dispensa da empregada é irrelevante, visto que o fato gerador do direito constitucional da estabilidade à gestante não é a comunicação da gravidez ao empregador, mas sim a confirmação objetiva do estado gravídico. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. Turma/ RO 0276100-17.2009.5.08.0206; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 25/01/2011; publicado em 28/01/2011; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

H

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Incumbe ao autor a prova da jornada de trabalho alegada como ensejadora do pagamento de horas extras, por ser fato constitutivo do direito postulado. Não ficando comprovado pelo autor o fato gerador do direito alegado, não se pode concluir pela existência do direito às horas extras e reflexos. (ACÓRDÃO TRT/3ªT/RO 0152500-47.2009.5.08.0015; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 23/02/2011; publicado em 03/03/2011; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. FLEXIBILIZAÇÃO. CONTROLE INDIRETO DE HORÁRIO. REALIDADE DOS FATOS. Para o Direito do Trabalho, importam os fatos, tais como ocorrem no plano real, ou seja, as bases ou condições que norteiam a relação jurídica entre empregado e empregador. Ao flexibilizar direitos por meio da negociação coletiva, as categorias profissional e econômica podem agir nas fronteiras dessa relação, mas sempre de modo claro, compatível com a essência e princípios que regem a legislação trabalhista. O trabalho externo é passível de diferentes formas de controle indireto, por meio de metas, rotas pré-estabelecidas, etc., evidenciadas pela verdade apurada neste e inúmeros casos análogos, sobrepondo-se à cláusula de acordo coletivo que tenta formalizar uma situação irreal. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000876-41-2010-5-08-0006; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 18/01/2011; publicado em 21/01/2011; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. FLEXIBILIZAÇÃO. IRREGULARIDADE. Trabalhando o autor em jornada extraordinária, com frequente alternância de horários, modificando o horário biológico, gerando, assim, diversos danos a saúde e a segurança do mesmo, são devidas as sétima e oitava horas trabalhadas como extras. Rejeita-se o argumento de existência de flexibilização da jornada válida, com a conseqüente liberação do pagamento das 7ª e da 8ª horas de trabalho como

extras, descabendo, na hipótese, a aplicação da Súmula 423, TST, já que a jornada de trabalho do reclamante superava, em várias ocasiões, as 8 horas diárias. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 0164300-66.2009.5.08.0114; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 08/02/2011; publicado em 15/02/2011; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

HORAS *IN ITINERE*. São devidas as horas *in itinere* no trajeto não servido por transporte público, consoante depoimentos das partes, e quando a norma coletiva juntada aos autos não contêm, em suas cláusulas, qualquer menção a dispensa de pagamento das horas *in itinere*, mas, apenas, a previsão de que o transporte ofertado pela empresa aos seus funcionários, para se deslocarem dos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás até a mina do Sossego, é gratuito, cujo uso é facultado aos mesmos. Sentença que se mantém por seus próprios fundamentos. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0177500-77.2008.5.08.0114; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 19/01/2011; publicado em 26/01/2011; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

I

IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS - SENTENÇA LÍQUIDA - MOMENTO OPORTUNO - RECURSO ORDINÁRIO. Nos casos em que a sentença for líquida, o momento oportuno para impugnação dos cálculos é o recurso ordinário, pois aqueles integram a decisão. Só há de se falar em prazo para impugnação dos cálculos, em se tratando de sentença ilíquida, nos termos do artigo 879, §3º, o que não é o caso dos autos. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/AP 0014400-87.2006.5.08.0122; origem: 2ª VT de Santarém; julgado em 16/11/2010; publicado em 01/12/2010; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. Quando o juízo da execução não faz uso da faculdade de intimar as partes para manifestação sobre os cálculos de liquidação e o executado não embargar a execução, o exequente tem o prazo de cinco dias para impugnar os cálculos, contados a partir da inequívoca ciência deles. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 0142700-42.2007.5.08.0119; origem: 4ª VT de Ananindeua; julgado em 19/01/2011; publicado em 02/02/2011; Relator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. Ocorrendo acidente de trabalho provocado por ato inseguro e condição insegura, dele resultando sofrimento psicológico, dor moral e dano estético, é devida a correspondente indenização. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0000271-41.2010.5.08.0121; origem: 3ª VT de Ananindeua; julgado em 19/01/2011; publicado em 02/02/2011; Relator: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR)

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CULPA CONCORRENTE. Ainda que o empregado tenha confessado que agiu de forma negligente no desempenho de sua atividade, devem ser observados os deveres do empregador, de fiscalizar a realização dos trabalhos, fazendo cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho e reduzindo os riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, XXII, da CR/88 e art. 157, I, da CLT), razão pela qual é devida a indenização por danos morais. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 0220400-32.2009.5.08.0117; origem: 2ª VT de Marabá; julgado em 14/12/2010; publicado em 20/01/2011; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CONCAUSA - REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO. Provada a concausa entre o infortúnio e a enfermidade, a conclusão é a da existência do direito à indenização compensatória por dano moral pretendida, havendo, no entanto, que ser reduzido o valor da condenação em razão do critério de arbitramento judicial, tomando por base a medida da responsabilidade da empresa. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 0106700-78.2009.5.08.0117; origem: 2ª VT de Marabá; julgado em 08/09/2010; publicado em 13/09/2010; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

L

"LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - PRINCÍPIO DA LEALDADE PROCESSUAL. AS PARTES DEVEM PROCEDER EM JUÍZO COM LEALDADE E BOA-FÉ. O desrespeito ao dever de lealdade processual traduz-se em ilícito processual, ao qual correspondem sanções processuais. É o que está previsto nos arts. 17 e 18 do Código de Processo Civil. Entretanto, tais disposições devem ser interpretadas cuidadosamente para que sejam evitadas lesões ao princípio do contraditório e ampla defesa assegurado constitucionalmente, pelo qual a parte tem o direito de se utilizar de todos os recursos e meios legais. Observe-se que na enumeração contida no art. 17 não há mais previsão para a conduta meramente culposa, sendo imprescindível a presença do dolo para que se considere que a parte praticou um ilícito processual. O fato de a parte sucumbir não a torna litigante de má-fé, ainda que fatos alegados não tenham sido comprovados". (TST - 1ªT. - RR n. 438.730/1998-9 - Rel. Aloysio S. Corrêa da Veiga - DJ 27.2.04 - p.588)." (ACÓRDÃO TRT 3ªT/RO 0000029-18-2010-5-08-0013; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 23/03/2011; publicado em 25/03/2011; Relatora: Desembargadora FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA)

M

MULTA DO §6º DO ART. 477 DA CLT. ATRASO DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL. DEPÓSITO BANCÁRIO DENTRO DO PRAZO. NÃO INCORRÊNCIA EM MORA. A multa do §6º do art. 477 da CLT faz alusão ao prazo que tem o empregador para adimplir as parcelas rescisórias e não para homologação da rescisão, uma vez que houve depósito bancário dentro do prazo estabelecido, nada tem que se falar em mora e, por conseguinte, indenização. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 0000780-32.2010.5.08.0004; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 01/02/2011; publicado em 10/02/2011; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

MULTA DO ARTIGO 475-J, DO CPC. Segundo a Súmula nº 13, do Egrégio TRT da 8ª Região, a multa do artigo 475-J, do CPC, tem aplicação subsidiária no processo do trabalho, pois atende às garantias constitucionais da razoável duração o processo, efetividade e celeridade, pelo que tem pleno cabimento no processo trabalhista.
(PROCESSO TRT/ 3ª T./ RO 0000991-65.2010.5.08.0005; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 23/03/2011; publicado em 25/03/2011; Relatora: Desembargadora FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA)

N

NULIDADE DA SENTENÇA. DIREITO À AMPLA DEFESA. NÃO CABIMENTO. Ao realizar seu mister, o magistrado tem ampla autonomia na condução das provas,

podendo indeferir aquelas que entende desnecessárias para a formação de seu convencimento ou quando, aquelas que já foram produzidas, forem plenamente suficientes para o deslinde da questão. Se o Juízo já se encontra satisfeito com as provas já constantes dos autos, não há por que ser deferido pedido de nova prova, não havendo nulidade a ser declarada. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000350-80-2010-5-08-0101; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 14/12/2010; publicado em 19/01/2011; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO COMPARECIMENTO DA TESTEMUNHA. CONDUÇÃO COERCITIVA. IMPOSSIBILIDADE. A condução coercitiva de que trata o parágrafo único do artigo 825 da CLT, que o reclamante invoca em seu favor, só pode ser aplicada quando a testemunha, devidamente intimada, sem motivo justificado, não comparece a audiência, o que não ocorreu *in casu*, porquanto não consta nos autos qualquer documento que comprove a recusa nesse sentido. Preliminar rejeitada. (ACÓRDÃO TRT /4ª T./RO 0000365-19.2010.5.08.0111; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 07/12/2010; publicado em 15/12/2010; Relatora: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL)

P

PASSAGENS AÉREAS CONCEDIDAS PELA RECLAMADA. NATUREZA SALARIAL. Os valores recebidos, pelo ex-empregado, a título de passagens aéreas, eram pagos, pela reclamada, independentemente do obreiro os utilizar ou não com viagens. Incontroversa a natureza salarial da parcela. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/RO 0176500-56.2009.5.08.0001; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 05/11/2010; publicado em 12/11/2010; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. EBCT. RESOLUÇÃO Nº 09/1996 CCE. A resolução nº 09/1996, editada pelo Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE, não autoriza o descumprimento das normas internas existentes nas empresas. Ao contrário, ela determina que os dirigentes das estatais promovam alterações nos seus Regulamentos Internos e Planos de Cargos e Salários, ressalvados os direitos adquiridos, com vistas a limitar a 1% (um por cento) da folha salarial o impacto anual com as promoções por antiguidade e por merecimento (artigo 1º, IV). Não pode, portanto, ser óbice à aplicação do PCCS da reclamada. (PROCESSO TRT8/ 4ªTURMA/ RO-0130000-84.2009.5.08.0015; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 11/05/2010; publicado em 17/05/2010; Relator: Desembargador WALTER ROBERTO PARO)

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DO TRABALHO. CAPACIDADE CIVIL. A prescrição se dá a partir da ciência inequívoca da incapacidade para o trabalho quando o empregado se encontra com sua plena capacidade de fato e de exercício, ou seja, podendo exercer todos os atos da vida civil. No entanto, no presente caso, o reclamante, face ao acidente sofrido, encontra-se sujeito a curatela, nos termos do art. 1.767, do CC, por não ter condições de praticar os atos da vida civil, estando, portanto, absolutamente incapaz, nos termos do art. 3º, II, do CC. Incide assim, o art. 198, I, do CC, segundo o qual, não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes. Logo, não há que se falar em prescrição. (ACÓRDÃO TRT/4ªT./RO 0120700-47.2008.5.08.0011; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 13/04/2011; publicado em 15/04/2011; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

PRESCRIÇÃO. DANO MATERIAL E MORAL. Em se tratando de ação de reparação civil, sobretudo, por lesão a direitos da personalidade, de caráter extrapatrimonial, contemplado no art. 5º, incisos V e X, da Constituição da República, como é a hipótese em análise, não há fixar o prazo previsto no art. 7º, XXIX, da Carta Magna, pois tais direitos fundamentais, relativos à dignidade da pessoa humana, não se confundem com os direitos patrimoniais trabalhistas. Na hipótese dos autos, em que o alegado dano ocorreu em plena vigência do Código Civil de 2003, haver-se-á de observar a prescrição trienal prevista no art. 206, § 3º, V do mesmo Código, a contar da data do evento. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 0000574-73.2010.5.08.0115; origem: VT de Santa Izabel do Pará; julgado em 05/04/2011; publicado em 08/04/2011; Relator: Desembargador HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS)

PRESCRIÇÃO - DEMANDA ANTERIOR ARQUIVADA PELA AUSÊNCIA DO RECLAMANTE - INTERRUPÇÃO - RECONTAGEM DO PRAZO - TERMO INICIAL. Ainda que a ação anterior tenha interrompido a prescrição, a recontagem do prazo (prescricional) não se inicia com o ajuizamento dessa ação e sim a partir do último ato praticado no processo, conforme define o parágrafo único do art. 202 do NCC. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/RO 0000602-89.2010.5.08.0002; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 08/02/2011; publicado em 25/03/2011; Revisor/Prolator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. Segundo o caput do art. 202, do Código Civil, aplicável ao processo trabalhista (art. 769, da CLT), a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 0130700-48.2009.5.08.0116; origem: VT de Paragominas; julgado em 17/11/2010; publicado em 22/11/2010; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

R

RECURSO DA RECLAMADA. 1 - REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA. PROFESSOR. AUSÊNCIA DE RESCISÃO PARCIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. CONDENAÇÃO. Devidas as diferenças salariais ao professor reclamante quando a reclamada não faz prova nos autos de que as reduções na carga horária efetuadas no curso do contrato de trabalho foram regularmente indenizadas por meio de rescisões parciais do contrato de trabalho e homologadas pelo sindicato da classe profissional, conforme determinado pelas normas coletivas vigorantes. **2 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI Nº 5.584/70. SÚMULAS 219 E 329 DO C. TST.** Condena-se a reclamada ao pagamento dos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência quando o trabalhador reclamante demanda em juízo assistido pela sindicato de classe, nos termos da Lei nº 5.584/70 e redação das Súmulas nºs 219 e 329, do C. TST. Recurso da reclamada conhecido e improvido. **RECURSO DO RECLAMANTE. 1 - PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. UNIVERSIDADE PRIVADA. DISPENSA. POSSIBILIDADE. REGRAS CELETISTAS. ESTABILIDADE. NÃO VERIFICADA.** Não se aplica ao professor universitário de instituição ensino privada a obrigatoriedade de deliberação prévia do Conselho Universitário para a dispensa do contratado segundo a regra prevista no parágrafo único do art. 53 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), notadamente quando o professor sujeitar-se às normas celetistas e não gozar de outra garantia de emprego, conquanto, as regras de direito do trabalho asseguram ao empregador o exercício do poder potestativo para dispensar, sem justo motivo, seus empregados. Recurso do reclamante conhecido e não provido. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0136800-43.2009.5.08.0011; origem: 11ª VT

de Belém; julgado em 27/04/2010; publicado em 30/04/2010; Relator: Desembargador WALTER ROBERTO PARO)

REGIME DE SOBREAVISO. Segundo consta dos autos, o reclamante poderia ser consultado para atender a chamados de emergência por meio de telefone celular, mas não era obrigado a atendê-los ou mesmo a permanecer em local determinado aguardando ordens do empregador. Para o reconhecimento do regime de sobreaviso é necessário provar que a restrição imposta ao trabalhador em sua vida particular e no seu período de repouso e lazer, seja intensa, de modo a restringir a sua liberdade de locomoção. Recurso improvido. (PROCESSO TRT 8 / 3ª TURMA/ RO 0178400-50.2009.5.08.0009; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 09/02/2011; publicado em 11/02/2011; Relatora: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CARACTERIZAÇÃO. Nos termos do § 2º, do artigo 2º, da CLT, materializa-se a identidade, seja por força de constituição de grupo econômico, como prevê o citado dispositivo, seja pela coincidência de identidade do administrador, mandatário, ou detentor dos poderes de mando e gestão, em relação às empresas recorridas. In casu, restou comprovado que o litisconsorte, por meio de sua única funcionária em Belém, passava determinações aos empregados da 1ª reclamada, além de também fiscalizar o serviço da reclamante e, caso necessário, poder aplicar punições à mesma. Por tais razões, forçoso é manter a responsabilidade solidária reconhecida pelo d. Juízo *a quo.* (ACÓRDÃO TRT/ 4ª T./RO 00813-2009-014-08-00-5; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 23/02/2010; publicado em 01/03/2010; Relatora: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL)

REVELIA E CONFISSÃO FICTA. PRESUNÇÃO E PROVA. A revelia concretiza-se com a falta de defesa no processo. Não atendendo ao chamado da Justiça, a demandada deixou de produzir a sua defesa, incorrendo em confissão ficta, ou seja, no efeito de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor da ação. Ainda que se trate de presunção, e como tal possa ser elidida por evidências em contrário no processo, a confissão ficta prevalece e passa a ter relevância como prova quando é o único elemento de que o juiz dispõe para decidir as questões fáticas da causa. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000173-86.2010.5.08.0111; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 01/02/2011; publicado em 04/02/2011; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

S

SERVIÇO EXTERNO. HORAS EXTRAS. ART. 62, I, CLT. Não se incluem na exceção do art. 62, I, da CLT, os empregados que exercem atividade externa, quando não há incompatibilidade com a fixação de horário. **DANO MORAL E MATERIAL. INDENIZAÇÃO.** Ausente, nos autos, qualquer prova de conduta ilícita da empregadora em relação ao transporte de madeiras desacompanhado da autorização do IBAMA, não há como imputar-lhe responsabilidade e, portanto, indevida a reparação pretendida pelo autor (arts. 818 da CLT e 333 do CPC c/c 927 do CC). (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 0000223-12.2010.5.08.0015; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 12/04/2011; publicado em 26/04/2011; Relator: Desembargador WALTER ROBERTO PARO)

T

TRABALHO DE COLETA E ENTREGA DE LEITE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. EXISTÊNCIA. A hipótese evidencia a existência de vínculo de emprego entre as litigantes, uma vez que *os elementos fáticos apresentados nos autos indicam que o serviço prestado pela ex-empregada, qual seja, transporte, armazenamento e resfriamento de leite, está inserido na dinâmica empresarial e nas atividades econômicas da empregadora.* (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 0000361-34.2010.5.08.0126; origem: 2ª VT de Parauapebas; julgado em 01/02/2011; publicado em 09/02/2011; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

V

VALIDADE DAS NORMAS COLETIVAS QUANDO PACTUADAS PELOS SINDICATOS REPRESENTATIVOS DAS CATEGORIAS - PRESTÍGIO DADO À ESSAS NORMAS POR FORÇA CONSTITUCIONAL. Consoante se depreende do Texto Constitucional, em seu artigo 7º, XXVI, as convenções e acordos coletivos tem validade, quando devidamente cumpridas pelas partes. Recurso do reclamante que fica improvido. (PROCESSO TRT/3ª T./RO 0000002-23.2010.5.08.0114; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 17/11/2010; publicado em 26/11/2010; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

VÍNCULO DE EMPREGO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Evidenciado nos autos que não havia subordinação jurídica da autora perante a reclamada, na forma apregoada pelo artigo 3º consolidado, o que, por si só, desautoriza a declaração de existência de vínculo empregatício entre os litigantes, deve ser reformado o decisório recorrido, que reconheceu a relação de emprego entre as partes. (ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 0000574-85.2010.5.08.0014; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 09/11/2010; publicado em 16/11/2010; Relatora: Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL)

ISSN 0100-1736

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8º Região | Belém | v. 39 | n. 77 | Julho/Dezembro - 2006

NOTICIÁRIO

CONVÊNIOS E PARCERIAS

O TRT-8ª vem firmando diversas parcerias com o objetivo de cumprir a Meta 19 do Planejamento Estratégico Institucional. As mais recentes:

Polícia Rodoviária Federal - Parceria - 27 de setembro de 2010
Objetivo: fornecer apoio policial nas diligências dos oficiais de justiça.

Prefeitura de Paragominas - Parceria - 15 de outubro de 2010
Objetivo: diminuição da taxa de congestionamento na execução.
Resultado: empréstimo de espaço para a guarda de veículos e equipamentos removidos, bem como a ajuda de motoristas e maquinistas para a remoção de máquinas pesadas.

Associação dos Notários e Registradores do Pará (ANOREG/PA) e Instituto de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Pará (IEPTB/PA) - Convênio - 25 de novembro de 2010
Objetivo: realização de serviços de protestos de títulos executivos judiciais trabalhistas.

SERASA - Convênio - 28 de abril de 2011
Objetivo: agilizar execuções trabalhistas. O convênio possibilita a inclusão de nomes de devedores trabalhistas na lista da empresa.

Capitania dos Portos da Amazônia Oriental - Parceria - 1º de junho de 2011
Objetivo: obtenção dos dados das embarcações cadastradas no Sistema de Gerência de Embarcações da Autoridade Marítima Brasileira (SISGEMB), através de pesquisa ao banco de dados da Capitania dos Portos, pelo CNPJ/CPF da parte requerida.

EAD

Oferecer aos servidores cursos de qualificação a distância faz parte da iniciativa estratégica do Projeto *Campus* Virtual, ligada à Meta 23 do Planejamento Estratégico do TRT-8ª, que tem por objetivo treinar magistrados e servidores, em média, 40h por ano.

CAMPUS VIRTUAL

Atualização em Cálculos Trabalhistas - 24 de outubro a 04 de dezembro de 2010. Instrutor: Alacid Corrêa Guerreiro. Conteúdo**:** Lição 1 - Elementos Necessários. Lição 2 - Principais Parcelas Trabalhistas - parte I. Lição 3 - Principais Parcelas Trabalhistas - parte II. Lição 4 - Atualização Monetária e Juros de Mora. Lição 5 - Contribuições Previdenciárias, Descontos Fiscais e Custas Judiciais. 18 de abril a 27 de maio de 2011 (2ª turma). 30 de maio a 08 de julho de 2011 (3ª turma).

Gestão de Processos - 30 de maio a 08 de julho de 2011. Instrutor: Herlon Pereira. Objetivo: capacitação do administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

Desenvolvimento de Competências Gerenciais - 30 de maio a 08 de julho de 2011. Instrutora: Lúcia Regina Pinheiro Veiga. Objetivo: capacitar gestores do TRT-8ª.

Conselho Nacional de Justiça
Formação de Tutores e Formação de Coordenadores em EaD - 18 de outubro a 19 de novembro de 2010.

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
Fundamentos em Gerência de Projetos - PMI 2011 - de 06 de junho a 04 de julho de 2011.
Rumo à Aprendizagem Virtual.
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira.

Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal
Introdução à Tutoria em Educação a Distância - início 26 de maio de 2011 (40 horas).

PRECATÓRIO ITINERANTE

Desde 2007, a Justiça Trabalhista da 8ª Região realiza audiências de conciliação em precatórios, a fim de quitar as dívidas dos municípios junto a trabalhadores. Em iniciativa pioneira, no dia 23 de novembro de 2009, a JT-8ª realizou sua primeira audiência de Precatório Itinerante no município de Capitão Poço. Antes, as sessões aconteciam no próprio Tribunal.

Em prosseguimento à ação, novos deslocamentos aconteceram, como a seguir:

- *Abaetetuba - 14 de junho de 2010 (Casa de Justiça e Cidadania do Pará)* - 08 processos de precatórios envolvendo a Prefeitura de Abaetetuba-PA estiveram em pauta para tentativa de conciliação, sendo utilizado, pela primeira vez, o espaço da Casa de Justiça e Cidadania do Pará. Resultado: 06 acordos e 02 processos retirados da pauta, pelo não comparecimento dos interessados.

- *Colares - 26 de outubro de 2010* - Todos os seis processos de precatórios em pauta, vencidos desde 2003, referentes a servidores da rede educacional de Colares, foram conciliados. O acordo atingiu aproximadamente R$ 84.000,00.

O Projeto de Conciliações Itinerantes em Precatórios contempla a Meta 4 do Planejamento Estratégico Institucional do TRT-8ª, que prevê a realização de atividades itinerantes.

VARAS ITINERANTES

Alinhada à missão do TRT-8ª de "Assegurar o acesso à Justiça, de forma efetiva, na composição dos conflitos decorrentes das relações de trabalho" e em observância à Meta nº 4 do Planejamento Estratégico Institucional, a Justiça do Trabalho da 8ª Região realiza diversas atividades itinerantes. As mais recentes foram:

5ª VT DE BELÉM - Arquipélago do Marajó - Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure

A Ilha do Marajó tem mais de 40 mil Km^2, sendo a maior ilha fluvial do mundo, que se estende desde a foz do Rio Amazonas. Sua extensão geopolítica está rateada entre 12 municípios da jurisdição estatal do Pará. As cidades mais próximas da capital paraense são Salvaterra (83 km) e Soure (87 Km).

Resumo: 1ª etapa: - 13 a 15 de outubro de 2010 - Ponta de Pedras - 9 reclamações. - 18 a 24 de outubro de 2010 - Cachoeira do Arari (Santa Cruz do Arari) - 4 reclamações. Salvaterra - 6 reclamações. Soure - 1 reclamação. 2ª etapa: - 9 a 12 de novembro de 2010 - Cachoeira do Arari - 5 audiências (4 acordos e 1 execução). Salvaterra - 7 audiências (6 acordos e 1 acordo em execução). Soure - 1 audiência (desistência-incompetência da JT). - 16 a 17 de novembro de 2010 - Ponta de Pedras - 9 audiências (1 acordo, 6 desistências-incompetência da JT, 1 arquivamento e 1 sentenciado procedente).

2ª VT DE PARAUAPEBAS - Eldorado dos Carajás

Resumo: 1ª etapa - 18 de outubro de 2010. 2ª etapa - 08 a 10 de novembro de 2010. Total de audiências: 14. Resultado: 9 conciliações, 2 desistências, 1 sentença, 1 adiamento e 1 arquivamento.

FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - Oiapoque

O município de Oiapoque abrange área de 22.625 Km², com população de 20.425 habitantes, a uma distância média de 600 Km da capital do Estado do Amapá.

A ação itinerante deu-se em duas etapas, sendo a primeira desenvolvida nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2010. No período, foram autuados 6 processos e atendidas 19 pessoas. A segunda etapa aconteceu de 06 a 08 de dezembro de 2010, com a realização das audiências. Nesses dias, também foram autuados mais 3 processos e atendidas 13 pessoas.

FÓRUM DE ABAETETUBA - Cametá

Resumo: 1ª etapa - 28 de março a 1º de abril de 2011 - foram colhidas mais de 70 reclamações verbais, a maioria proveniente do meio agrícola, por falta de anotação em carteira e falência das empresas. 2ª etapa - 11 a 15 de abril de 2011 - audiências.

SEMANA DO SERVIDOR

A Semana do Servidor 2010, organizada pelo TRT-8ª, com patrocínio da Credijustra e Sindjuf PA/AP, aconteceu no período de 26 a 28 de outubro, com extensa programação, como a seguir:

- *Feirinha do Servidor - hall* de entrada do Tribunal - feira de produtos artesanais.

- *Palestras*: "A grama do vizinho é mais verde?" - juíza substituta Érika Moreira Bechara; "A qualidade começa em mim" - Aluísio Almeida; "PCS dos Servidores do Judiciário Federal" - Ramiro Santana Moreno Lopez, servidor do TRT-4ª Região (RS).

- *Corredor da Saúde* - exames laboratoriais e vacinas**.** Testes rápidos de glicemia, hepatite C e exame de câncer bucal e odontológico, além de campanha para abandonar o cigarro.

Resultado: 110 servidores participaram da Avaliação Nutricional. Destes, 55,5% receberam indicação para intervenção imediata, com ações que possam contribuir efetivamente para a melhoria das condições de saúde e nutrição.

AAvaliação foi coordenada pela Clínica Desenvolve e efetivada pela nutricionista Helena Mendes Pessôa e pela acadêmica de nutrição da UFPA Maria Glorimar Corrêa, sob a supervisão de Rahilda Brito Tuma, professora da Faculdade de Nutrição da UFPA.

- *Doação de Medula Óssea* - o Hemopa realizou cadastro de voluntários visando à inclusão no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea. Após a anotação dos dados pessoais, foi coletada uma amostra de sangue para a realização da tipagem de glóbulos brancos.

- *Apresentação musical de servidores.*

- *Espetáculo "Amor Palhaço"* - grupo teatral Palhaços Trovadores. O espetáculo mistura trovas amorosas e canções populares, com cenas recheadas de lirismo e graça. Trata-

se de um palhaço à procura de sua amada. Essa busca começa na infância, chega à fase adulta e continua na velhice. É a representação da eterna busca do amor, que não acaba nunca, mesmo diante das adversidades.

- *Concurso e Exposição de Fotos* **-** "Saramago na Imaginação".

ESPAÇO CULTURAL

5º Concurso de Fotografias do TRT-8ª - "Saramago na Imaginação" - de 27 de outubro a 17 de dezembro de 2010

A 5ª edição do Concurso de Fotografias do TRT-8ª homenageou o escritor português José de Sousa Saramago, falecido em 2010.

Saramago nasceu no distrito de Santarém, em Portugal, em 1922. Foi escritor, jornalista, dramaturgo, contista, romancista e poeta. Responsável pela divulgação da prosa em língua portuguesa, foi o primeiro escritor de língua portuguesa a receber o Nobel de Literatura, em 1998. Escreveu inúmeros livros polêmicos, com narrativas e descrições minuciosas e originais.

O concurso esteve aberto à participação de magistrados, servidores e estagiários de qualquer ramo do Poder Judiciário; advogados e estagiários regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil; além de membros, servidores e estagiários do Ministério Público.

Os participantes tiveram que buscar nas várias obras publicadas pelo autor um trecho para ser interpretado fotograficamente. Foram aceitas até 3 fotografias inéditas por participante e puderam ser utilizadas quaisquer técnicas ou tratamento nas imagens.

Dezoito fotografias foram selecionadas para exposição, e, dentre estas, conferidos prêmios na Categoria Geral aos três primeiros colocados, nos valores: 1º prêmio: R$ 2.000,00; 2º prêmio: R$ 1.200,00; 3º prêmio: R$ 1.000,00. Também houve uma premiação à parte, na Categoria Especial, escolhida entre as fotografias enviadas por magistrados, servidores e estagiários do TRT-8ª, no valor de R$ 800,00. A premiação contou com o patrocínio da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará.

Os vencedores: 1º lugar - "Silêncio", do servidor Alexandre Vergolino; 2º lugar - "Sombria realidade I", da servidora Marise Maués; 3º lugar - "Solidão", da advogada Camila Machado; Categoria Especial - "Agora se nasce", do servidor João Batista Neto.

Para o julgamento das obras com vários olhares, o certame teve como jurados a escritora Estela Pessoa, o artista plástico Marinaldo Santos e o fotógrafo Renan Vianna.

"Saramago na Imaginação" encerrou o ciclo de exposições sob a curadoria do desembargador Mário Leite Soares.

FALECIMENTO

Mais uma perda para a Justiça do Trabalho da 8ª Região foi o falecimento do juiz aposentado Álvaro Elpídio Vieira Amazonas, cujo sepultamento ocorreu no dia 28 de novembro de 2010.

Com ingresso na magistratura trabalhista em 30 de novembro de 1970, por concurso público de provas e títulos, o juiz Álvaro Elpídio foi nomeado para a Presidência da então Junta de Conciliação e Julgamento de Capanema em janeiro de 1972 e para a 1ª de Belém em maio de 1973, cargo no qual se aposentou em 1982.

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TRT-8ª

O desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes presidiu o TRT-8ª Região no período de 04 de dezembro de 2006 a 05 de dezembro de 2008. Na manhã do dia 28 de outubro de 2010, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, foi homenageado com a aposição de sua fotografia na Galeria dos Ex-Presidentes da instituição.

Além dos magistrados integrantes do Tribunal Pleno, a sessão contou com a presença da procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Ana Maria Gomes Rodrigues, que proferiu saudação em nome do Ministério Público do Trabalho.

O desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca discursou em nome dos integrantes do TRT-8ª, fazendo uma retrospectiva da trajetória do homenageado e sua contribuição para o engrandecimento da Justiça do Trabalho.

O ex-presidente Eliziário Bentes agradeceu as homenagens recebidas, ao lado de sua esposa e demais familiares.

Além de magistrados, também compareceram ao evento servidores, amigos e familiares do desembargador Eliziário Bentes.

IX OLIMPÍADA DA JT

Recife (PE) sediou a IX Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, no período de 6 a 13 de novembro de 2010, promovida pela ANASTRA - Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho, com o apoio da associação local e do TRT-6ª Região. Aproximadamente 800 atletas participaram da competição.

Trinta e seis atletas da 8ª Região, patrocinados pela ASTRA 8ª, disputaram em diversas modalidades, conquistando o 4º lugar geral. Foram 11 medalhas: 9 de ouro, 1 de prata e 1 de bronze.

LIQUIDAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS

Em 12 de novembro de 2010, a 8ª Região mais uma vez saiu na frente com visão inovadora. Foi a primeira, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a liquidar eletronicamente os débitos trabalhistas com o jurisdicionado, bem como realizar os recolhimentos a favor do Tesouro Nacional, referentes a débitos a título de INSS e Imposto de Renda.

O gerente nacional do projeto judiciário da CAIXA, Ildeu José de Souza, fez a exposição dos procedimentos, na Sala do Jurisdicionado, para um público formado por dirigentes de instituições bancárias e judiciárias, advogados, magistrados e servidores da JT-8ª.

1ª Etapa

Os procedimentos do processo de liquidação eletrônica no TRT-8ª iniciaram em abril de 2010, ocasião em que os dirigentes da CAIXA estiveram reunidos com a equipe de desembargadores e servidores do Tribunal e discorreram sobre o projeto, que consiste na interligação dos Tribunais Regionais do Trabalho com a CAIXA para recebimento de arquivos contendo informações para depósitos e levantamentos de contas judiciais.

Na primeira etapa, foram desenvolvidos arquivos para envio de informações de depósitos judiciais pelos TRTs aos bancos, com objetivo de unificar as informações cadastrais das contas de depósito judicial com o cadastro dos Tribunais, além de permitir a comprovação destes depósitos de forma eletrônica, evitando o trâmite de papel.

No TRT-8ª, a troca de arquivos ocorre desde maio de 2008, quando as guias de depósito passaram a ser geradas no sítio do Tribunal na internet e encaminhadas eletronicamente para a CAIXA. Desde então, os comprovantes de depósito são enviados diariamente ao sistema do Tribunal e assim disponibilizados às Varas para consulta no dia seguinte à realização do depósito.

2ª Etapa

Em julho de 2010 iniciaram os testes em ambiente de produção da liquidação eletrônica de processos, que permitirá, além da eliminação do papel e implementação de maior segurança no trâmite de informações, a possibilidade de pagamento descentralizado em qualquer Agência da CAIXA em todo o país.

O teste aconteceu em processo da 13ª VT de Belém (unidade piloto), criado para esse fim, com a autorização da Corregedoria Regional, e consistiu na emissão de guias de retirada eletrônica, emitidas instantaneamente para a CAIXA, para serem liquidadas.

Nesta nova etapa, os pagamentos são efetuados eletronicamente na conta dos beneficiários mantida em qualquer Agência da CAIXA, bem como as quitações de tributos (INSS, Imposto de Renda, FGTS) são encaminhadas eletronicamente à CAIXA, que envia retorno também eletrônico ao TRT, no dia seguinte à realização, a exemplo do que já ocorre com os depósitos judiciais efetuados na CAIXA.

INAUGURAÇÕES

Fachada do prédio sede - 19 de novembro de 2010

Uma fachada mais moderna, dotada de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e um *hall* climatizado são algumas das inovações arquitetônicas da entrada do prédio sede do TRT-8ª.

Em momento de resgate da memória institucional, houve o replantio de quatro palmeiras, na frente do Tribunal, em homenagem aos ex-presidentes Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello, Semíramis Arnaud Ferreira, Roberto Araújo de Oliveira Santos e Arthur Francisco Seixas dos Anjos, que foram originalmente plantadas na inauguração do prédio sede, em 1988.

O evento contou com a participação de magistrados e servidores e de modo especial do desembargador aposentado Pedro Mello, dirigente da instituição no biênio 1986-1988, e de familiares dos ex-presidentes da 8ª Região, Semíramis Ferreira e Roberto Santos.

Secretaria Especial de Tecnologia da Informação - 19 de novembro de 2010

A Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI) voltou a funcionar em seu espaço original, no 4º andar do prédio sede do TRT-8ª. Agora, com instalações mais modernas e confortáveis, proporcionando melhoria na qualidade de vida dos servidores.

Na solenidade de inauguração, foi apresentado um vídeo, elaborado pela equipe da SETI, mostrando momentos anteriores e posteriores à reforma.

O Centro de Processamento de Dados (nomenclatura da época) foi inaugurado em 25 de novembro de 1988, na administração do desembargador Arthur Francisco Seixas dos Anjos.

SICOOB CREDIJUSTRA - 19 de novembro de 2010

Inaugurada nova agência da Cooperativa de Crédito do Judiciário Trabalhista e Ministério Público do Trabalho-CREDIJUSTRA, no *hall* de entrada do Tribunal. Além do conforto, o espaço permite maior acessibilidade e visibilidade da Cooperativa, além de melhores condições no atendimento aos cooperados.

Novos serviços foram implantados: crédito educação, IPVA, seguro de veículos, pagamento de pensionistas e serviço no autoatendimento exclusivo para saques, pagamentos diversos e consultas.

Serviço Integrado de Saúde - 02 de dezembro de 2010

O Serviço Integrado de Saúde (SIS) voltou a funcionar em seu espaço original, com instalações modernas e confortáveis, que atendem às normas de saúde vigentes. A obra seguiu os padrões estabelecidos pelo TST, inclusive quanto à acessibilidade.

GALERIA DOS EX-CORREGEDORES REGIONAIS

Um divisor de águas e um grande aprendizado no campo profissional, estes foram os destaques feitos pela desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal sobre o seu período à frente da Corregedoria Regional, durante a aposição de sua fotografia na Galeria dos Ex-Corregedores Regionais, no dia 19 de novembro de 2010, no *hall* do 3º andar do prédio sede.

A homenageada, que exerceu a função de Corregedora Regional no período de 04 de dezembro de 2006 a 05 de dezembro de 2008, agradeceu à Administração pelo ato realizado e, também, a todos os servidores que compartilharam com ela momentos de alegrias e preocupações, auxiliando-a no cumprimento de sua tarefa.

REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

4ª reunião 2010 - 22 de novembro

A 4ª Reunião de Análise da Estratégia-RAE, realizada no dia 22 de novembro de 2010, levantou o andamento das iniciativas do Planejamento Estratégico do TRT-8ª Região.

A metodologia da RAE do TRT-8ª foi recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como boa prática a ser repetida por outros tribunais, visto que permite o melhor andamento e compreensão das atividades desenvolvidas no planejamento do órgão.

Entre os resultados positivos do Planejamento Estratégico no TRT-8ª, destacam-se a criação dos novos cargos e funções para o Regional e a aprovação preliminar pelas comissões técnicas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para o pedido de criação de novas Varas na JT8, bem como a implementação de processo seletivo interno, já utilizado por algumas Varas.

Algumas conquistas que se aproximam: a contratação de empresa para elaboração de concurso de remoção *on line*, inauguração de um novo Portal na internet e do banco indexado de acórdãos.

A 4ª RAE realizada pelo TRT-8ª encerrou o ano de 2010 cumprindo a Resolução CNJ nº 70/2009, que estabelece que os Tribunais devem realizar tais reuniões a cada 3 meses.

1ª reunião 2011 - 08 de abril

A RAE tem como objetivo acompanhar o andamento das iniciativas estratégicas do planejamento, distribuídas em seus 5 temas.

Os coordenadores e gestores estratégicos do TRT-8ª relataram à Administração do Tribunal o andamento das ações de desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional pelas quais estão responsáveis.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, a Sala de Aula da Escola Judicial do TRT-8ª Região abrigou evento destinado à emissão de certificados digitais para os magistrados da 8ª Região.

O CNJ contratou a empresa CertiSign para emitir assinaturas eletrônicas para todos os magistrados do Brasil. O TRT-8ª foi beneficiado com 109 assinaturas.

A ação objetivou dar infraestrutura para a operacionalização do processo eletrônico, uma vez que todos os atos praticados nessa nova forma de trabalho necessitarão de assinatura eletrônica.

A assinatura eletrônica também permitirá aos magistrados acesso ao sistema de processo eletrônico do próprio CNJ, bem como aos sistemas RENAJUD e INFOSEG.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Com o lema “Conciliando a gente se entende”, o CNJ promoveu a Semana Nacional da Conciliação, de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010. Foram cinco dias voltados à concretização de acordos judiciais, possibilitando o término de litígios, economizando tempo e dinheiro para todos.

Para engajar mais ainda magistrados e servidores da JT-8ª, a Assessoria de Comunicação Social distribuiu cartazes e camisas alusivas ao evento.

Estatística:
Total de Audiências realizadas: 1.226
Total de acordos (Conhecimento): 707 (57,7%)
Total de acordos (Execução): 62 (5,1%)
Total Geral de Acordos (Conhecimento/Execução): 769 (63%)
Valor dos acordos (Conhecimento): R$ 3.028.837,29
Valor dos acordos (Execução): R$ 6.354.922,97
TOTAL: R$ 9.383.760,26
INSS (Conhecimento): R$ 389.019,26
INSS (Execução): R$ 30.324,19
TOTAL: R$ 419.343,45

Considerações: A 2ª VT de Parauapebas foi a que mais realizou conciliações, fechando os 5 dias com 41 acordos, sendo 39 na fase de Conhecimento e 2 na de Execução. Uma produtividade de 50% em relação ao número de audiências realizadas naquela Vara. O desempenho da 2ª VT de Belém, em número de acordos, foi de quase 100%.

1ª TURMA REALIZA SESSÃO EM MARABÁ

A Justiça do Trabalho da 8ª Região realizou nova sessão descentralizada: a 1ª Turma foi a Marabá, no dia 30 de novembro de 2010.

No Teatro da Faculdade Metropolitana foram julgados 120 processos trabalhistas em grau de recurso, todos oriundos dos municípios de Marabá, Tucuruí, Parauapebas, Redenção e Xinguara.

Compuseram o *quorum* da 1ª Turma os desembargadores Marcus Augusto Losada Maia (presidente), Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Sérgio Silva Rocha e Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, bem como os juízes convocados Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior e Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior. Pelo Ministério Público do Trabalho, compareceu o procurador Marcelo Castagna Travasso de Oliveira; e pela OAB-PA, a advogada Ocilda Nunes, representando a Subseção Marabá.

A presença dos magistrados na região viabiliza às partes o acompanhamento mais próximo do julgamento de seus processos. Para a Justiça do Trabalho, sessões descentralizadas possuem caráter pedagógico, pois permitem a estudantes e a demais operadores do Direito, assim como à sociedade em geral, observar como a Justiça atua em seu Segundo Grau de Jurisdição.

As sessões descentralizadas das Turmas foram autorizadas durante sessão do Tribunal Pleno do TRT-8ª de 3 de agosto de 2006, por meio da Resolução nº 326, em conformidade com o disposto no art. 107, § 3º, da Constituição Federal - Emenda Constitucional nº 45/2004. A primeira sessão descentralizada foi realizada em 10 de novembro de 2009, pela 4ª Turma, em Macapá, no estado do Amapá. Em 14 de setembro de 2010, a 2ª Turma realizou outra sessão descentralizada, em Santarém.

SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA EM MARABÁ

A inscrição para o Seminário de Atualização Jurídica, promovido pela Escola Judicial do TRT da 8ª Região, no dia 1º de dezembro de 2010, na Faculdade Metropolitana, em Marabá, foi realizada com a entrega de brinquedos para serem doados à campanha Natal Solidário Marabá.

A palestra de abertura "O Novo CPC e suas Repercussões no Processo do Trabalho" foi proferida pela desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury.

Na programação, duas mesas de debates: 1ª Mesa**:** "A Execução Trabalhista" - desembargadores Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (coordenação da mesa), Francisco Sérgio Silva Rocha e Marcus Augusto Losada Maia, juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior e advogado Antonio Francisco da Silva Filho (OAB-Marabá). 2ª Mesa: "Meio Ambiente do Trabalho" - desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar (coordenação da mesa). Juiz Francisco Milton Araújo Júnior (Aplicação, em sentenças judiciais, das normas referentes ao NTEP-Nexo Técnico Epidemiológico). Juíza Francisca Brenna Vieira Nepomuceno (Meio ambiente do trabalho, direitos fundamentais e meios de exigibilidade judicial). Janaina Albuquerque de Lima Cunha (Meio ambiente do trabalho - questão indígena).

TRABALHO ESCRAVO E A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO NA PREVENÇÃO E SANÇÃO À SUA OCORRÊNCIA

Discutir o trabalho escravo é necessário, por isso, o TRT-8ª realizou, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010, na Sala de Aula da Escola Judicial, o Seminário "Trabalho Escravo e a Efetividade da Jurisdição na prevenção e Sanção à sua Ocorrência".

O evento foi promovido pela Escola Judicial do TRT-8ª em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Participaram do Seminário magistrados, procuradores, auditores, policiais federais, servidores públicos e instituições convidadas (COETRAE, CPT, OAB).

Na programação os seguintes temas: - Introdução à Temática do Trabalho Escravo Contemporâneo; - Suporte Normativo e Conceitual do Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo; - O processo Judicial e a Efetividade do processo na Repressão e Prevenção do Trabalho Escravo Contemporâneo e as Possibilidades de Promoção do Meio Ambiente do Trabalho; - Avaliação. Ação 48 do II PNETE. Oficina sobre o Combate ao Trabalho Escravo. (48 - Estabelecer uma campanha nacional de conscientização, sensibilização e capacitação para erradicação do trabalho escravo, com a promoção de debates sobre o tema nas universidades, no Poder Judiciário e Ministério Público).

POSSE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRT-8ª

No dia 3 de dezembro de 2010, às 17h, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, tomaram posse os três desembargadores que assumirão a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no período de 2010/2012.

A nova administração é composta pelos desembargadores José Maria Quadros de Alencar (Presidente), Suzy Elizabeth Cavalcante Koury (Vice-Presidente) e Francisco Sérgio Silva Rocha (Corregedor Regional). A escolha aconteceu no dia 5 de outubro de 2010, durante sessão extraordinária do Tribunal Pleno.

A solenidade contou com a presença de mais de 300 pessoas e foi prestigiada por diversas autoridades. Cinco discursos foram proferidos na ocasião. Os hinos oficiais foram executados pela Banda de Música da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército.

Compuseram a mesa, além dos desembargadores do TRT-8ª: Ibraim José das Mercês Rocha, procurador geral do Estado do Pará, representando o Governo do Estado do Pará; ministro Rider Nogueira de Brito, ex-presidente do TST; desembargadora Dahil Paraense de Souza, representando o TJE-Pará; Ana Maria Gomes Rodrigues, procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, representando o MPT; advogado Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, presidente do Conselho Federal da OAB; e advogado Jarbas Vasconcelos do Carmo, presidente da OAB-Seção Pará.

Ao despedir-se da presidência do TRT-8ª, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa fez um balanço dos dois anos à frente do Tribunal, destacando os sucessos alcançados ao tomar como base de sua administração o Planejamento Estratégico já alinhado às metas do TST e CNJ.

Em seguida, usaram da palavra a desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, em nome da Corte; a procuradora-chefe da PRT-8ª Região, Ana Maria Gomes Rodrigues, em nome do MPT; e o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Filgueiras Cavalcante Junior.

O novo presidente do TRT-8ª, desembargador José de Alencar, ratificou em suas palavras o compromisso em manter uma governança sólida, combinando tradição com modernidade. Também reiterou o apoio ao Planejamento Estratégico, com ênfase nas políticas de valorização e intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação - agora tendo a Web 2.0 como plataforma. O desembargador também ressaltou a importância de se manter um bom clima organizacional.

Perfil da nova administração:

José Maria Quadros de Alencar - Nasceu em Bragança-PA. Fez os cursos Primário (1964), Ginasial (1968) e um ano do Curso Técnico de Contabilidade (1969). Foi seminarista (barnabita). Transferiu-se para Belém-PA, para fazer o Curso Colegial (Ciências Matemáticas) (1970/1972), trabalhar como securitário (1972/1973) e, logo em seguida, como empregado do Banco do Brasil, inicialmente em Marabá-PA (1973-1976) e depois em Belém-PA (1976-1981). Iniciou o Curso Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Pará-UFPA (1975/1976), sem o concluir. Graduou-se em Direito na mesma UFPA (1980), onde fez pós-graduação, obtendo o título de Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA (1989). Concluiu os créditos do Curso de Mestrado em Direito da UFPA (1994). Foi técnico em planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-PA (1983 a 1995), onde exerceu os cargos de Coordenador de Ação Municipal (1983/1986) e Assessor Especializado (1986/1991). Exerceu advocacia especializada em direito coletivo do trabalho, assistindo diversos sindicatos e federações profissionais (1980/1995). Coordenou a Comissão de Acompanhamento da Assembleia Estadual Constituinte (1989) e a

Comissão de Acompanhamento da Elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios do Pará (1990), da Ordem dos Advogados do Brasil. Atuou na coordenação dos trabalhos de modernização e reforma administrativa do Governo do Estado do Pará, iniciando a implantação de programas de qualidade e produtividade no setor público estadual (1995). É desembargador do TRT-8ª Região, pelo quinto constitucional dos advogados, desde 5 de outubro de 1995. Foi Corregedor Regional - no biênio 2004/2006. Integrou a Seção Especializada II e a 3ª Turma.

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury - Nasceu em Belém/PA. Bacharelou-se em Direito, pela UFPA, em 1984, Especialista em Direito Comercial (UFMG-1987) e Doutora em Direito Comercial (UFMG-1989). Nomeada para a Procuradoria do Estado do Pará em 26 de dezembro de 1986. Tomou posse e entrou em exercício como desembargadora no TRT-8ª Região em 15 de maio de 2002, por meio do Decreto da Presidência da República (egressa do quinto constitucional da OAB). Integrou a Seção Especializada II e a 1ª Turma. Atualmente é professora de Direito do Centro Universitário do Pará-CESUPA.

Francisco Sérgio Silva Rocha - Nasceu em Belém/PA. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará. Ingressou na Justiça do Trabalho em 10 de agosto de 1989. Foi promovido a Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Almeirim em 12 de março de 1993. Atuou como Titular/Presidente: JCJ de Almeirim - de 12/03 a 02/05/1993; JCJ de Tucuruí - de 03/05 a 05/12/12/1993; JCJ de Capanema - de 06/12/1993 a 21/08/1994; JCJ de Castanhal - de 22/08/1994 a 19/02/1995; e 3ª JCJ/Vara do Trabalho de Belém - de 20/02/1995 a 18/02/2002. Ingressou no desembargo em 19 de fevereiro de 2002. Integrou a Seção Especializada II e a 1ª Turma. Professor de Direito Constitucional da Faculdade Ideal-FACI.

1º LUGAR NO I PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL

A conciliação realizada na 1ª VT de Parauapebas com a Vale S/A e o Ministério Público do Trabalho, para solucionar o pagamento de horas *in itinere* aos funcionários das minas de Carajás, venceu a primeira edição do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria Tribunais Regionais do Trabalho, no tema Paz Duradoura.

A iniciativa, idealizada pelo CNJ, objetivou homenagear experiências bem sucedidas no Judiciário brasileiro que incentivam o acordo amigável como alternativa para a solução de conflitos judiciais. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 06 de dezembro de 2010, durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro.

A negociação vencedora ocorreu dentro do Projeto Conciliar da Justiça do Trabalho do Pará e Amapá e resolveu uma Ação Civil Pública, movida pelo MPT, que gerou uma condenação à empresa, pela 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas, de R$ 300 milhões. Além do pagamento de horas *in itinere*, a empresa comprometeu-se a realizar benefícios sociais à região, como construção de unidade educacional para cursos profissionalizantes, pagamento de bolsas de estudo em municípios da região e um centro cultural em Parauapebas. Todos estes investimentos atingirão o piso mínimo de R$26 milhões.

Em 2010, a então presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, foi a gestora do Projeto Conciliar na 8ª Região Trabalhista.

A conciliação realizada pelo TRT-8ª foi um dos destaques do ano entre as práticas que estimulam esse tipo de resolução de conflitos, segundo o CNJ. O sistema do TRT-8ª - que permitiu a pacificação de uma causa que envolveu cerca de 20 mil trabalhadores - poderá ser adotado como modelo por outros tribunais trabalhistas, em causas que também envolvam o setor de mineração.

CURSO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Com o objetivo de qualificar seus Agentes de Segurança sobre conhecimentos relacionados ao desempenho das atividades inerentes ao cargo, o TRT-8ª, por meio da Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva (ECAISS), promoveu o Curso Módulo Básico de Segurança Institucional, oferecido em 3 turmas, como a seguir: 1ª Turma - 06 a 10 de dezembro de 2010; 2ª Turma - 21 a 24 de fevereiro de 2011; 3ª Turma - 21 a 24 de março de 2011.

Na programação, as seguintes palestras: Palestra Motivacional - desembargador José Maria Quadros de Alencar, presidente do TRT-8ª; "Vigilância" e "Introdução à Segurança" - Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara Filho; "Segurança Física" e "Inteligência" - professor Geraldo Rocha Coelho e professor Nildsem Rodrigues da Silva; "Segurança Pessoal" e "Análise de Riscos" - professor Paulo Marcelo Xavier Pereira Lima; "Planejamento Operacional" e "Segurança Eletrônica" - professor Márcio Fernando Santos de Barros; "Ocorrências" e "Telecomunicação" - professor Samuel Silva Pinto.

JUDICIÁRIO TEM NOVAS METAS

As novas metas nacionais do Poder Judiciário foram definidas no dia 07 de dezembro de 2010, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro.

Os presidentes de 91 tribunais brasileiros escolheram, por votação, as novas metas. Foram selecionadas quatro metas para todo o Judiciário e uma específica para cada segmento de Justiça: Trabalhista, Federal, Militar e Eleitoral.

A meta específica da Justiça Trabalhista é criar um Núcleo de Apoio à Execução. O novo núcleo é inspirado na Central de Mandados do TRT-8ª, que é referência para muitos TRTs. A maioria das metas definidas pelo CNJ para 2011 já estão cumpridas ou estão contempladas no Planejamento Estratégico do TRT-8ª.

Metas do Judiciário para 2011:

1 - Conciliação e Gestão: Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

2 - Modernização: Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

3 - Celeridade: Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

4 - Responsabilidade Social: Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. *(*No TRT-8ª há o TRT na Escola, previsto na Meta 18 do Planejamento Estratégico)

Meta específica:

- Justiça do Trabalho: Criar um núcleo de apoio de execução. *(*No TRT-8ª há a Central de Mandados de Belém, que atende às Varas de Belém, Ananindeua e Santa Izabel do Pará e contempla parte da Meta 1 do Planejamento Estratégico)

POSSE E RECEBIMENTO DE NOVA DESEMBARGADORA

Posse

Foi publicado no Diário Oficial da União, em 10 de dezembro de 2010, Decreto do Excelentíssimo Presidente da República nomeando, mediante promoção, pelo critério

de merecimento, a juíza Maria Valquíria Norat Coelho ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho da 8ª Região, em vaga decorrente da aposentadoria de Miguel Raimundo Viégas Peixoto.

"O juiz tem que ser um solucionador de conflitos entre as partes e não apenas resolver os processos baseado na 'letra fria' da lei", declarou a nova desembargadora durante sua posse, no dia 13 de dezembro de 2010, na Sala de Reuniões da Presidência do TRT-8ª. Na ocasião, lembrou das dificuldades que teve ao longo dos 17 anos de magistratura trabalhista (completados em 09/12/2010) e o aprendizado adquirido. Quanto às expectativas do futuro, demonstrou segurança ao contar com o apoio dos pares.

A juíza exercia a titularidade da 12ª VT de Belém desde 02/03/2004, tendo presidido as JCJs/VTs de Almeirim (20/02/1995-19/12/1997), 1ª de Macapá (20/12/1997-06/02/2000) e 6ª de Belém (07/02/2000-1º/03/2004). Ingressou na Justiça do Trabalho, como Juíza Substituta, em 09/12/1993, aprovada no Concurso C-251.

Ratificação de Posse

No dia 13 de janeiro de 2011 aconteceu a cerimônia oficial de ratificação de posse da magistrada Maria Valquíria Norat Coelho, como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Conduziram a magistrada ao Auditório Aloysio da Costa Chaves as desembargadoras Odete de Almeida Alves e Alda Maria de Pinho Couto. Em seguida, a nova desembargadora confirmou o compromisso de posse no cargo e lhe foi outorgada a Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no Grau "Grã-Cruz".

O discurso de boas vindas foi proferido pelo desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, que falou em nome da magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Pela Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, manifestou-se a procuradora-chefe, Ana Maria Gomes Rodrigues e pela OAB-Seção Pará, o advogado Evaldo Pinto, que também representou o Conselho Federal da OAB. Ao final, usou da palavra a desembargadora Maria Valquíria Coelho.

NATAL SUSTENTÁVEL

O TRT-8ª deu seu presente à natureza, ao promover um Natal Sustentável**.** A decoração natalina da fachada do prédio sede foi montada por Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis.

Magistrados e servidores também puderam contribuir com as famílias da Cooperativa, repondo o material, com a entrega de garrafas *pet* (secas e limpas) no Posto de Arrecadação que funcionou no Tribunal, no período de 13 a 17 de dezembro de 2010.

A Comissão do TRT Ambiental premiou a Seção de Zeladoria do TRT-8ª, pois foi a unidade que mais doou material para a campanha do Natal Sustentável.

NATAL EM CANTOS 2010

No dia 13 de dezembro de 2010, o TRT-8ª abriu as portas ao som de música clássica, na nova versão do Natal em Cantos, sob o slogan "Aqui se vive o Natal". Ao invés de espetáculo voltado para a Praça, em um único dia, a proposta visou atender ao público interno e externo, no horário do expediente, proporcionando atrações a um número maior de pessoas que vivem o TRT-8ª.

De 13 a 17 de dezembro, a cada dia uma atração diferente. Em todas as manhãs da semana, de 7h30 às 8h30, no *hall* de entrada do prédio sede, magistrados, servidores e usuários do TRT-8ª foram brindados com apresentações musicais.

A programação: dia 13 - Pedreira's Quartet (Quarteto de Cordas); dia 14 - O Charme do Choro (Quinteto); dia 15 - Grupo Saxçaí (Quinteto de Saxofones); dia 16 - Marajazz Group (Quinteto de Jazz); dia 17 - Orquestra Brasileira de Belém - Embaixadores da Paz (Orquestra Juvenil). No dia 17 dezembro, às 13h, dentro da programação da "Sexta às 13", houve a apresentação do Amazônia *Jazz Band*, fechando a festividade do novo Natal em Cantos.

ÁRVORE DOS SONHOS E AÇÃO DE GRAÇAS 2010

Pelo quarto ano consecutivo, no dia 16 de dezembro de 2010, magistrados e servidores do TRT-8ª uniram-se para realizar o sonho de 100 crianças carentes. A Árvore dos Sonhos contemplou quatro comunidades da Região Metropolitana de Belém: Jabatiteua (Marco), Centro Comunitário Ipiranga (Telégrafo), Centro Comunitário Jardim das Palmeiras (Ananindeua) e Passagem Veterano (Icoaraci).

O evento iniciou às 14 horas, com celebração de Ação de Graças pelo ano de 2010, no Auditório Aloysio da Costa Chaves. Logo em seguida, Papai Noel Shrek e Mamãe Noel Fiona fizeram a entrega dos presentes.

A campanha Árvore dos Sonhos consiste na arrecadação de presentes para doação a crianças de comunidades cadastradas no Tribunal. "Padrinhos" que tenham interesse, buscam uma cartinha escrita por uma das crianças. Em 2010, os presentes dos "afilhados" foram entregues a quatro comissões: Secretaria Geral da Presidência, Diretoria Geral, Central de Mandados e Secretaria do Pleno.

NATAL SOLIDÁRIO EM MARABÁ

Em dezembro de 2010, a 2ª VT de Marabá promoveu a quarta edição do Natal Solidário, distribuindo 1.241 brinquedos, 332 cestas básicas, além de ação social com atendimentos médico e odontológico, doação de medicamentos e realização de exames laboratoriais. Houve também a distribuição de lanches e sopa para 1000 pessoas.

O evento contou com o apoio do Exército Brasileiro, através da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, da Prefeitura de Marabá, por meio da Secretaria de Saúde, da Unimed e da Igreja Assembleia de Deus.

VT DE TUCURUÍ DOA BENS

Como resultado da condenação aplicada na Ação Civil Pública nº 0054200-66.2003.5.08.0110, movida pelo Ministério Público do Trabalho, ajuizada no Fórum Trabalhista de Tucuruí, em dezembro de 2010 foram entregues equipamentos agrícolas à Associação Comunitária Cultural Beneficente da Vila Arataú.

A doação de bens às instituições beneficentes da região é o procedimento utilizado pelo Fórum de Tucuruí, 1ª e 2ª Varas, nas condenações e acordos nas Ações Civis Públicas, já tendo sido contempladas diversas instituições e associações independentes. A prática possibilita que a reparação do dano seja revertida para a própria comunidade atingida.

DOAÇÃO DE BENS

O TRT-8ª Região realizou, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, doações de 1.592 bens materiais (móveis, equipamentos elétricos, eletrônicos, veículos etc.).

Com o objetivo de cumprir com sua responsabilidade social, o TRT efetivou essas doações para órgãos e entidades que também prestam atendimento à população.

SEXTA ÀS 13

Dentre as ações de capacitação e desenvolvimento constantes do Plano Anual de Capacitação da Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva (ECAISS), encontram-se as referentes à Capacitação Continuada.

Associado a essa ação, foi idealizado o Programa de Desenvolvimento e Integração Corporativa "Sexta às 13", que tem por objetivo a disseminação da missão, da visão e dos valores da cultura organizacional e a coesão e o desenvolvimento da Administração, dos magistrados e dos servidores do TRT-8ª, que, de maneira espontânea e informal, poderão expor suas ideias, dúvidas e posicionamentos sobre assuntos relevantes para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, à luz do Modelo de Gestão de Competências.

Segundo o presidente do TRT-8ª, desembargador José Maria Quadros de Alencar, o que muitos podem pensar como risco, já que o evento acontece nas sextas-feiras, próximo ao final do expediente, ele considera como gestão da oportunidade. Oportunidade do aprendizado necessário ao bom desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Inaugurando o "Sexta às 13", no dia 10 de dezembro de 2010, às 13 horas, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa proferiu palestra sobre "8º hábito: da eficácia à grandeza". No segundo evento de 2010, no dia 17 de dezembro, houve a apresentação do Amazônia *Jazz Band*, que também encerrou a festividade do Natal em Cantos.

Fora da sede, a programação pode ser vista pela internet, no Portal do TRT-8ª.

Para incentivar a confraternização entre servidores, ao final de algumas "Sexta às 13", a Presidência oferece lanche.

Programação 2011:

07/01 - *Abertura Oficial do Ano Letivo das Escolas de Magistrados e de Servidores* **-** Juíza Paula Maria Pereira Soares - vice-diretora da Escola Judicial do TRT-8ª Região. A programação estendeu-se na semana de 10 a 12/01/2011 e, excepcionalmente, foi considerada como da "Sexta às 13".

21/01 - *Minha História de Vida* - Rider Nogueira de Brito, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (aposentado), ex-presidente do TST e ex-presidente do TRT-8ª Região.

28/01 - *Cenários Prospectivos* - Joe Weider, consultor e especialista em gestão estratégica.

Teoria dos jogos, simulação Monte Carlo, método dos Impactos Cruzados e a importância de uma instituição se preparar para o futuro, foram alguns dos temas abordados.

O público foi apresentado à metodologia de Planejamento Estratégico conhecida por Cenários Prospectivos, utilizada por dezenas de instituições.

04/02 - *Uma Mente Brilhante* - Filme vencedor de 4 *Oscars*. Drama biográfico sobre John Forbes Nash, matemático produtivo de pensamento não convencional, que conseguiu sucesso em várias áreas da matemática e uma carreira acadêmica respeitável. Em 1994 recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel.

11/02 - *Educação Financeira* - Edson Roffé, economista, com pós-graduação nos EUA, professor, jornalista e consultor de empresas.

18/02 - *O princípio da dignidade da pessoa humana e o serviço público: uma crônica do cotidiano* - Paulo César Beltrão Rabelo, servidor do Ministério Público da União, mestre em Direito Constitucional e professor do Cesupa.

Ética, direitos e deveres que estão na lei foram relacionados ao cotidiano do servidor público. O palestrante também discorreu sobre o avanço do direito do homem na história da humanidade, não só pela ótica jurídica.

25/02 - *Endividamento X Adoecimento: aspectos psicológicos* - Cilene Maria Alencar Sobreira, psicóloga clínica e organizacional, especialista em Saúde Familiar e MBA em Gestão de Pessoal.

Foram ressaltadas as consequências nocivas do endividamento, com abordagem nos sintomas psicossomáticos que ocorrem em decorrência da situação.

04/03 - *A nova maneira de ver a saúde no TRT-8ª* - Alberto Steven Skelding Pinheiro, médico e diretor do Serviço Integrado de Saúde (SIS). *Mulher em Prosa e Verso* **-** Maria Aparecida Santos Botelho, médica.

O diretor do SIS falou sobre as campanhas e subprogramas de saúde que serão implementados na JT-8ª, com ênfase na prevenção. A palestrante convidada tratou da autoestima das mulheres nas diversas fases da vida.

1º CICLO - FOCO NO CIDADÃO USUÁRIO

11/03 - *Talk Show*: *Diálogo estratégico* - desembargador José Maria Quadros de Alencar - presidente do TRT-8ª, juiz Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior - diretor da Central de Atendimento e Alvaro José da Silva Rôlo - diretor da Secretaria de Recursos Humanos.

Nesta data, iniciou nova proposta de comunicação.

A cada ciclo, serão trabalhados temas estratégicos diferentes e o público, além de compreender as ações de estratégia desenvolvidas pelo Tribunal, poderá dar informações e sugestões sobre a aplicação do Planejamento Estratégico em suas unidades.

A programação desenvolve-se como a seguir: 1ª - *Talk Show:* "Diálogo Estratégico". 2ª - Palestra. 3ª - Atividade lúdica. 4ª - "Toró de Ideias".

No primeiro *Talk Show*, a ECAISS, responsável pela organização e elaboração dos cursos, com o apoio das Assessorias de Comunicação Social e de Planejamento e Gestão, propiciou um debate entre o público presente e os convidados. A pergunta foi: Nosso cliente é nosso fã?

A ideia foi permitir que cada participante pudesse melhorar seus conhecimentos sobre a estratégia do Tribunal e também refletir sobre o cotidiano do bom atendimento em suas unidades, tornando-se agentes multiplicadores da informação.

18/03 - *Como atingir a excelência no atendimento ao cliente* - Rossilan Rocha, consultora em Gestão de Pessoas.

Auxiliou a responder a pergunta: Como encantar e surpreender o cidadão usuário para torná-lo fã do TRT-8ª?

1º/04 - *O Diabo Veste Prada* - Filme escolhido por enquete realizada na Central de Notícias.

Adaptação do livro escrito por Lauren Weisberger, que conta a história de uma jovem que acabou de sair da faculdade e conseguiu emprego como assistente de uma poderosa editora de revista de moda. Mas o poder da editora ia além da capacidade de levantar ou, principalmente, destruir a carreira de muita gente em Nova York.

08/04 - Iniciando a programação, dentro do projeto do TRT8 Saúde, aconteceu a palestra *O câncer no século XXI*, proferida pela médica Danielle Feio da Costa, especialista em Cancerologia Clínica pelo Hospital Ophir Loyola.

Em seguida, o *Toró de Ideias*, baseado no filme O Diabo Veste Prada e nas experiências adquiridas no ambiente de trabalho. Perguntas básicas: *1. Como surpreender e encantar o cidadão usuário para torná-lo fã do TRT-8ª? 2. Como tornar o TRT-8ª um dos melhores Tribunais para se trabalhar e de melhores resultados?* As equipes (vermelho, verde, amarelo, azul e dourado) também responderam perguntas específicas, cujo tema de estudo teve foco na competência comportamental "atendimento ao cidadão-usuário". As respostas serviram para a construção de Mapa Mental, encerrando, assim, o ciclo "Foco no Cidadão Usuário".

15/04 - *Processo Judicial Eletrônico* - Osmair Couto, presidente e corregedor do TRT-23ª Região (Mato Grosso).

O magistrado destacou, entre as vantagens da nova ferramenta, a automação de rotinas, a eliminação de serviços manuais e burocráticos como a autuação de processo, juntadas, numeração de folhas, carimbos e certidões.

2º CICLO - FOCO NA ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS

29/04 - *Qualidade de Vida e Saúde Financeira Pessoal e Familiar* - Erasmo Vieira, administrador e escritor. Mestre em administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC.

O evento foi patrocinado pela CREDIJUSTRA e teve como atração musical a Banda Suzana Flag.

06/05 - *A Corrente do Bem*

O filme conta a história de um jovem que crê ser possível mudar o mundo a partir da ação voluntária de cada um. O professor de Estudos Sociais, Eugene Simonet, faz um desafio aos seus alunos em uma de suas aulas: que eles criem algo que possa mudar o mundo. Trevor McKinney, um de seus alunos, incentivado pelo desafio do professor, cria um novo jogo, chamado "pay it forward", em que a cada favor que recebe você retribui a três outras pessoas. Surpreendentemente, a ideia funciona, ajudando o próprio Eugene a se desvencilhar de segredos do passado e também a mãe de Trevor, Arlene, a encontrar um novo sentido em sua vida.

13/05 - *Toró de Ideias*. Baseado no filme, as equipes responderam perguntas, com a competência comportamental voltada para o foco "resultados", culminando na construção de Mapa Mental. O trabalho teve o assessoramento técnico das psicólogas, com formação em Psicologia Clínica e Organizacional, Messiana Montagner e Tatiana Marques.

3º CICLO - FOCO NA COMUNICAÇÃO

20/05 - *Talk show:* "Diálogo Estratégico". Tema: *Sem as pessoas, não há comunicação* - psicóloga Milene Maria Xavier Veloso, professora da UFPA com formação em Psicologia

Comportamental e jornalista Marcus Vinicius Leite, professor da UNAMA com formação em Comunicação Corporativa.

27/05 - Palestra: *Comunicação, hoje. Regras do jogo* - professora e jornalista Ivana Oliveira. Do "papo" do cafezinho ao *twitter*, debateu-se como anda a comunicação na atualidade.

03/06 - *Comunica Fest* - Festival de vídeos e peças publicitárias, apresentado por André Fortes, publicitário.

10/06 - *Agência da Casa* - dinâmica para criação de peças de comunicação interna visando solucionar alguma demanda do TRT-8ª. Como resultado, cinco equipes de servidores produziram material publicitário, incluindo quatro cartazes e uma peça teatral. Ao final, houve apresentação da banda "Suzana Flag".

TRT-8ª EMPOSSA NOVOS SERVIDORES

Foram empossados no dia 27 de dezembro de 2010, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, 69 dos 92 candidatos aprovados nos concursos C-321, C-322, C-323, C-324, C-325, C-326, C-327, C-328 e C-329, para provimento de cargos de Analista Judiciário-Área Judiciária, Analista Judiciário-Área Administrativa, Analista Judiciário-Área Judiciária-Especialidade Execução de Mandados, Analista Judiciário-Área Apoio Especializado-Especialidades Tecnologia da Informação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Arquivologia e Estatística e Técnico Judiciário-Área Administrativa, respectivamente.

Os novos integrantes da Justiça Trabalhista do Pará e Amapá foram recepcionados com grande expectativa pela Administração do Tribunal, que espera valiosa contribuição na área de Tecnologia da Informação (TI), tendo em vista que os empossados são, em sua maioria, jovens que têm grande familiaridade com a informática.

Dentre os cargos preenchidos, pela primeira vez, o Tribunal terá em seu quadro funcional um especialista em Arquivologia e um em Estatística, o que demonstra a preocupação da Administração com a memória e trajetória do trabalho na Amazônia e com a formação de indicadores.

Os demais candidatos aprovados foram investidos em seus respectivos cargos em datas posteriores.

SALA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Diariamente, desde o dia 28 de dezembro de 2010, o presidente do TRT-8ª, reúne-se com os gestores estratégicos do Tribunal, em ambiente exclusivamente preparado para tal fim, denominado de Sala de Gestão Estratégica.

Além do presidente da instituição, o espaço está aberto à vice-presidente do Tribunal, ao corregedor regional, à secretária-geral da presidência, ao diretor da Secretaria Geral, ao diretor da Secretaria Especial de Tecnologia da Informação e ao assessor de Planejamento e Gestão. O encontro visa subsidiar a tomada de decisões, pensar e traçar as estratégias a serem empreendidas pela gestão da 8ª Região Trabalhista.

JURISCALC

Referência

Mais uma vez o Juriscalc é referência nacional. O sistema foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Tecnologia da Informação do TRT-8ª para a elaboração de cálculos de parcelas trabalhistas.

O Juriscalc está disponível ao público desde outubro de 2002. Foi assim que o TRT-1ª Região (RJ) conheceu a ferramenta. Há um ano e meio, a VT de Nova Iguaçu (RJ) utiliza o sistema, disponível aos advogados, para acelerar as sentenças.

Para conhecer como a ferramenta é utilizada pelas VTs do Pará e Amapá, o titular da VT de Nova Iguaçu esteve em Belém, em dezembro de 2010. Segundo o magistrado, a utilização do Juriscalc levou aquela Vara a cumprir a meta prioritária 3 do CNJ, que "visa reduzir a pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução", o que foi diminuído em 15%. "No final de 2008 havia 800 processos pendentes na Vara, com 1 ano e meio de Juriscalc são apenas 200", contou o juiz.

O objetivo da visita do juiz carioca ao TRT-8ª é implantar o Juriscalc em todo o TRT do Rio de Janeiro.

Treinamento

Em fevereiro de 2011, 22 contadores de 11 Varas do TRT-1ª Região concluíram treinamento sobre o Juriscalc, ministrado pelo servidor Alacid Guerreiro, do TRT-8ª. A fase seguinte envolveu uma breve permanência em cada uma daquelas Varas, visando ao acerto de procedimentos para uso do sistema. Posteriormente, mais Varas receberam treinamento, que foram ministrados utilizando a versão pública.

Em 16 e 17 de maio de 2011, magistrados e servidores da 1ª Instância do TRT-3ª Região (MG) também participaram do curso. Em 18 de maio de 2011, o curso dirigiu-se a servidores da 1ª Instância do TRT-2ª Região (SP); e, em 19 e 20 de maio de 2011, a servidores da 1ª Instância do TRT-15ª Região (Campinas).

O Juriscalc é utilizado institucionalmente, além do Pará/Amapá, nos Regionais do Piauí, Amazonas, Paraná e Rio de Janeiro.

Termo de cessão de uso ao TRT-1ª

Na tarde do dia 25 de maio de 2011, os Tribunais do Trabalho da 1ª (RJ) e 8ª (PA/AP) Regiões assinaram termo de cessão de uso da planilha Juriscalc. O documento foi assinado pelo presidente do TRT-8ª e pela vice-corregedora do TRT-1ª.

ABERTURA DO ANO LETIVO DAS ESCOLAS JUDICIAL E DOS SERVIDORES E ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO

Focado em sua visão de futuro, o TRT PA/AP abriu o ano judiciário de 2011 com uma semana de treinamento destinado a magistrados e servidores.

O evento oficial de Abertura do Ano Letivo das Escolas Judicial e dos Servidores e Abertura do Ano Judiciário aconteceu no dia 07 de janeiro de 2011, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, com pronunciamentos da juíza Paula Maria Pereira Soares, vice-diretora da Escola Judicial do TRT-8ª, e do desembargador José Maria Quadros de Alencar, presidente do TRT-8ª.

Para proferir a aula inaugural, foi convidado o juiz José Eduardo Resende Chaves Junior, auxiliar da Presidência do CNJ e especialista em Direito Eletrônico, que falou sobre "Conexão e Cooperação Judiciária. Participação da 1ª Instância na Gestão Judiciária". Em prosseguimento, Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro,

professora da Universidade Católica de Brasília, proferiu palestra sobre “Co-Criação da Aprendizagem”.

O evento estendeu-se pela semana seguinte. A programação de 07 e de 10 a 12 de janeiro de 2011, excepcionalmente, foi considerada como da “Sexta às 13”.

Os temas tratados no dia 10 de janeiro foram: “Competências Profissionais do Magistrado do Trabalho”, exposto por Giovanni Olsson, juiz do trabalho e assessor do diretor da ENAMAT e “Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho”, exposto por Edina de Paula Bom Sucesso, psicóloga e consultora de RH.

No dia 11 de janeiro, duas palestras: “O Essencial é Ser Humano”, por José Claudio Monteiro de Brito Filho, procurador do trabalho aposentado e “Ética no Relacionamento Humano”, por André Luiz Souza Coelho, professor do CESUPA.

No dia seguinte, 12/01, “Quatro Pilares Fundamentais da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver, Aprender a Ser” foi o assunto tratado por Alessandra Genú Pacheco, professora e assistente social.

Os dias 12, 13 e 14/01 foram reservados para apresentação do Manual de Boas Práticas do 1º Grau, além de ter sido realizada oficina de Planejamento Estratégico, com auxílio dos facilitadores André Luiz Cordeiro Cavalcanti (assessor da direção da ENAMAT) e Nylma Maneschy (consultora de Planejamento e Gestão Estratégica).

ESCOLA JUDICIAL

A programação da Escola Judicial do TRT da 8ª Região (EJUD8), em 2011, desenvolveu-se como a seguir:

7 a 14 de janeiro - Abertura do Ano Letivo das Escolas Judicial e dos Servidores e Abertura do Ano Judiciário - Auditório Aloysio da Costa Chaves.

28 e 29 de janeiro - Seminário “Trabalho Escravo no Pará, Desafios e Propostas para a Erradicação”, Auditório Aloysio da Costa Chaves. Organização: AMATRA8, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e EJUD8. Programação: 28/01 - Painel - “Trabalho Escravo no Brasil e no Pará: Situação e Perspectiva” - frei Xavier Plassat, da CPT. Os debates continuaram à tarde, com a participação da procuradora do trabalho Débora Tito Farias, do juiz do trabalho Francisco Milton Araújo Júnior, das advogadas Ana Souza Pinto, Mary Cohen e Valena Jacob, bem como de Ricardo Rezende Figueira, do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Movimento Humanos Direitos. 29/01 - Tema “Propostas e ações prioritárias para o combate ao trabalho escravo no Pará em 2010”.

Curso de Espanhol Plus - Módulo II (*28 de fevereiro a 05 de abril*) - Módulo III (*03 de maio a 20 de junho*) - Sala de Aula da EJUD8. Professor: José Luis Ramos Figueroa.

23 a 25 de março - Seminário “Direito Material e Processual do Trabalho na Contemporaneidade” - Sala de Aula da EJUD8 e Auditório Aloysio da Costa Chaves. Programação: 23/05 - “Malote Digital e Alteração de Petições” - juiz Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior; “Novas Tecnologias e uma Parte do Novo Mundo do Trabalho” - desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho; “Os Direitos da Personalidade (Intimidade, Privacidade e Imagem)” - juiz Platon Teixeira de Azevedo Neto (TRT-18ª Região). 24/03 - “A Prova no Processo do Trabalho” - desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca; “Evolução dos Sistemas Jurídicos e o Processo Judicial Contemporâneo” - Sandro Alex de Souza Simões (professor do CESUPA). 25/03

- “Uma Releitura da Responsabilidade Civil” - desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal.

Ciclo de Palestras “Meio Ambiente do Trabalho e Saúde do Trabalhador” - Fórum Trabalhista de Macapá (*14 a 16 de março*). Auditório Aloysio da Costa Chaves (*18 e 19 de abril*). Programação: 18/04 - “Saúde mental e relações interpessoais no trabalho: uma parceria possível?” - Niamey Granhen Brandão da Costa, psicóloga, professora, mestre em Psicologia Clínica e Social. Lançamento da Obra Literária “Contemporaneidade e Trabalho” - Márcio Túlio Viana, desembargador aposentado da 3ª Região, professor da UFMG e PUC-Minas. “Avanços da automação e da Tecnologia da Informação - Exigências mentais e impactos psicológicos” - Débora Miriam Raab Glina, psicóloga, doutora e mestre em Psicologia Social. 19/04 - “A Saúde Mental e o desempenho profissional e organizacional” - Hilda Alevato, professora e pesquisadora do Mestrado em Sistemas de Gestão, pedagoga, doutora em Educação e coordenadora do Núcleo de Educação e Saúde no Trabalho. “Saúde Mental do Trabalhador - Da prevenção à efetiva promoção” - Edith Seligmann Silva, especialista em Saúde Pública e doutora em Medicina.

Curso em 9 Lições sobre “Temas Atuais de Direito, Filosofia e Antropologia”. 1ª Lição (8 de abril) - “Jurisdição Constitucional” - professor doutor Antonio Gomes Moreira Maués (UFPA). 2ª Lição (29 de abril) - “Dworkin e a Igualdade de Recursos” - professor doutor José Claudio Monteiro de Brito Filho (UFPA) e procurador regional do trabalho aposentado. 3ª Lição (14 de maio) - “Direitos Humanos e Saber Local” - professora doutora Jane Beltrão (UFPA). 4ª Lição (27 de maio) - “Políticas Públicas e Realização de Direitos Sociais” - professor doutor Jean Carlos Dias (CESUPA). 5ª Lição (10 de junho) - “Teoria do Direito” - professora doutora Pastora do Socorro Teixeira Leal (UFPA) e desembargadora do TRT-8ª. 6ª Lição (1º de julho) - “Teoria das Justiças” - professor doutor Paulo de Tarso Dias Klautau Filho (CESUPA). As próximas lições serão realizadas no segundo semestre de 2011.

02 de maio a 30 de junho - Curso “Meio Ambiente do Trabalho - Aplicação, em sentenças judiciais, das normas referentes ao NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico” (*Campus* Virtual).

20 de maio - Ciclo de Palestras sobre Temas Jurídicos Atuais - Sala de Aula da EJUD8. “Decisões Judiciais - Precedentes e criação judicial do direito: possibilidades e limites” - Eugênio Facchini Neto, juiz de Direito no Rio Grande do Sul. “Violações a direitos fundamentais dos trabalhadores e sua proteção individual e coletiva” - João Batista Berthier Leite Soares, procurador do Trabalho da 1ª Região.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS

O consultor e especialista em gestão estratégica, Joe Weider, apresentou aos gestores e desembargadores do TRT-8ª, no dia 27 de janeiro de 2011, a metodologia dos Cenários Prospectivos.

Pela manhã, a primeira reunião teve a participação do presidente do Tribunal e dos gestores estratégicos do Tribunal: Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria Geral, Secretaria Administrativa, Secretaria Especial de Tecnologia da Informação, Assessoria de Planejamento e Gestão e Assessoria de Comunicação Social. A apresentação da tarde teve como público alvo os desembargadores do Tribunal e instituições convidadas.

No dia seguinte, Joe Weider foi o palestrante do “Sexta às 13” e mais uma vez falou sobre a metodologia dos Cenários Prospectivos. O tema explica a necessidade de se fazer diagnósticos precisos e de adotar uma inteligência estratégica em qualquer instituição para o alcance de excelentes resultados.

MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS DO 1º GRAU

Remoções

Em decorrência da promoção da magistrada Maria Valquíria Norat Coelho ao cargo de Desembargadora Federal do Trabalho, aconteceram as seguintes remoções, a pedido:

A partir de 9 de fevereiro de 2011:

- Juíza Melina Russelakis Carneiro, da titularidade da 3ª VT de Ananindeua para a da 12ª VT de Belém;
- Juiz Océlio de Jesús Carneiro de Morais, da titularidade da VT de Santa Izabel do Pará para a da 3ª VT de Ananindeua.

A partir de 16 de fevereiro de 2011:

- Juíza Renata Platon Anjos, da titularidade da 1ª VT de Abaetetuba para a da VT de Santa Izabel do Pará;
- Juíza Tereza Cristina de Almeida Cavalcante Aranha, da titularidade da 2ª VT de Macapá para a da 1ª VT de Abaetetuba;
- Juiz Francisco Milton Araújo Junior, da titularidade da 2ª VT de Marabá para a da 2ª VT de Macapá;
- Juiz Jônatas dos Santos Andrade, da titularidade da 1ª VT de Parauapebas para a da 2ª VT de Marabá;
- Juíza Marlise de Oliveira Laranjeira Medeiros, da titularidade da VT de Xinguara para a da 1ª VT de Parauapebas.

Posses

Vanilson Rodrigues Fernandes é o novo integrante da magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região, empossado no dia 11 de março de 2011. O juiz Vanilson Fernandes, oriundo do TRT-2ª Região (São Paulo), preencheu a vaga decorrente de remoção, por permuta, com o juiz substituto Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho, da JT-8ª.

Tomou posse, em 25 de abril de 2011, como Juíza Substituta da 8ª Região, Shirley da Costa Pinheiro, oriunda da magistratura da Justiça do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais, em vaga decorrente da exoneração do juiz Daniel Augusto Moreira. A nova magistrada é paraense, natural de Belém, graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Promoção

Promovida, pelo critério de antiguidade, a juíza Tatyanne Rodrigues de Araújo Alves foi empossada, na manhã do dia 07 de abril de 2011, como Titular da Vara do Trabalho de Xinguara, em vaga decorrente da remoção, a pedido, da juíza Marlise de Oliveira Laranjeira Medeiros.

Aprovada no Concurso C-309, Tatyanne Alves tomou posse como Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região no dia 27 de setembro de 2004.

DEPÓSITO PÚBLICO INFORMATIZADO

O Depósito Público já está informatizado, dispondo de um menu dentro da intranet do TRT-8ª que interage com o menu das Varas de Belém e Ananindeua.

No dia 18 de fevereiro de 2011, o supervisor do Depósito Público recebeu do diretor da Central de Mandados de Belém uma máquina fotográfica, a fim de que todos os bens constantes do Depósito sejam fotografados, o que facilitará os registros e agilizará a identificação durantes os leilões.

A informatização do Depósito Público é um passo importante em direção ao cumprimento da iniciativa estratégica Leilão Eletrônico Unificado do Planejamento Estratégico do TRT-8ª.

Com a informatização, as entradas (certidão de recebimento de bens) e saídas de bens (termo de entrega de bens e termo de doação) serão registradas na tramitação do processo e ficarão disponíveis no menu da Secretaria das Varas (expedientes) para visualização e impressão.

Com o novo procedimento, cada vez que o Depósito Público expedir, alterar ou excluir certidões ou termos será encaminhado e-mail, automaticamente, para a Vara onde tramita o processo. Posteriormente, será disponibilizado o Relatório do Depósito Público, onde cada Vara terá acesso ao registro de entrada e saída de bens, em tempo real.

Desde fevereiro, o Depósito Público trabalha para atualizar o registro dos bens que estão sob sua guarda, cujas entradas foram anteriores a 2011. A entrada e saída de bens referentes a 2011 já foram cadastradas.

NOVO CIRCUITO DE INTERNET NO TRT-8ª

Em fevereiro de 2011, o TRT-8ª homologou a licitação de novo circuito de internet para o Regional, que prevê um crescimento em 4 vezes da velocidade de conexão.

O projeto tem os seguintes objetivos: agilizar o trâmite processual e melhorar os serviços prestados pelo Tribunal à sociedade pela internet; melhorar a velocidade de consulta à internet para magistrados e servidores do Tribunal; reduzir as paralisações dos serviços disponibilizados no Portal do Tribunal, com a implantação de circuito redundante de acesso à internet.

O crescimento da velocidade do circuito atual de 4 Mbps para 16 Mbps vai ao encontro da expectativa do aumento da demanda para os serviços disponibilizados pelo Tribunal, a partir de iniciativas de fomento ao uso da internet como canal de acesso a informações externas facilitadoras do trâmite processual (sistemas BACENJUD, INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD, etc.), bem como meio de troca de informações com os jurisdicionados e operadores do Direito, seguindo o caminho de implantação do Processo Judicial Eletrônico.

CAPACITAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

Com objetivo de capacitar servidores para o aprimoramento no desempenho de suas funções e melhorar a prestação jurisdicional, nos dias 1º e 02 de março de 2011, os Oficiais de Justiça da 8ª Região Trabalhista, área metropolitana de Belém, que também inclui os municípios de Ananindeua e Santa Izabel do Pará, participaram de curso, também direcionado aos Oficiais de Justiça recém-empossados, aprovados no último concurso realizado pelo TRT-8ª.

No primeiro dia, a juíza Maria Zuíla Lima Dutra, titular da 5ª VT de Belém, proferiu palestra sobre execução trabalhista. No segundo, o psicólogo Aluísio Almeida falou sobre Relacionamento Interpessoal, Gerenciamento de Conflitos e Negociação. Estrutura da Central de Mandados, Convênios e Parcerias foram os temas tratados pelo juiz Antonio Oldemar Coêlho dos Santos e pelos oficiais de justiça Klimene Imbeloni e Norberto Lavareda Santos.

MÚSICA PARA ESTIMULAR CLIMA ORGANIZACIONAL

Carnaval

Em clima festivo, magistrados, servidores e jurisdicionados foram recepcionados na manhã do dia 04 de março de 2011, na entrada do TRT-8ª.

A Banda de Música da Guarda Municipal de Belém apresentou repertório com marchinhas de carnaval que já se tornaram clássicos do repertório popular.

A apresentação, aberta à comunidade, foi uma forma do Tribunal engajar-se na cultura nacional e promover um bom relacionamento interno e externo. Alcançar uma avaliação positiva do clima organizacional da maioria dos servidores é uma das metas do TRT-8ª. Satisfeitos, todos produzem mais e melhor.

Páscoa

Em outras manhãs musicais na entrada de magistrados, servidores e jurisdicionados, a Banda da Guarda Municipal de Belém, nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2011, executou peças do repertório nacional e internacional, voltadas para a época da Páscoa, no *hall* de entrada do TRT-8ª, enlevando os que por lá transitaram.

A banda foi criada há 19 anos e tem 23 músicos.

Quadra Junina

O clima festivo do mês de junho fez a manhã da primeira sexta-feira do mês (03/06/2011) começar com muita música no TRT-8ª. Magistrados, servidores e usuários da JT-8ª, no *hall* de entrada, foram recepcionados pela Banda de Música do 2º BIS da 8ª Região Militar e Divisão do Exército. O repertório variado incluiu MPB, pop internacional, samba e ritmos regionais, como brega e carimbó.

SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE

TRT8 Saúde

O Programa TRT8 Saúde é a novidade do Serviço Integrado de Saúde (SIS) do TRT-8ª Região. Lançado no dia 04 de março de 2011, dentro da programação do "Sexta às 13", o programa visa garantir a promoção de saúde aos magistrados e servidores do TRT-8ª Região, com ênfase na prevenção de doenças. Constitui-se em programa macro, formado por um conjunto de ações de curto, médio e longo prazos, voltadas às áreas médica, odontológica e psicossocial e encontra-se desmembrado em subprogramas que se ramificam em ações pontuais, possibilitando a avaliação e o monitoramento dos indicadores de saúde.

Uma das primeiras iniciativas será o subprograma RE-CONHECER que visa reconhecer e validar os dados médico-odontológicos já existentes no banco de dados do Serviço Integrado de Saúde. Consiste na realização de pesquisa com o público interno a fim de traçar o perfil de saúde na JT-8ª, por meio do preenchimento de questionário que servirá de base para o diagnóstico e mensuração dos indicadores de saúde.

Visitas Domiciliares

Desde abril de 2011, magistrados e servidores domiciliados em Belém e que não puderem se deslocar ao SIS, por motivo de saúde, poderão requerer e/ou receber avaliações médicas em suas residências.

Não obstante o SIS já realizar este tipo de visita médica domiciliar, a medida tem o objetivo de sistematizá-la para fins de estatísticas e leitura de dados.

Esta é uma das atividades do Programa TRT8 Saúde, cuja demanda foi identificada dentre as ações do Planejamento Estratégico do TRT-8ª.

Semana da Saúde

O TRT-8ª Região promoveu, de 06 a 08 de abril de 2011, a Semana da Saúde e Prevenção do Câncer.

O evento, organizado pelo SIS, faz parte do Programa TRT8 Saúde, que objetiva a melhora na qualidade de vida dos magistrados e servidores do Tribunal, por meio de atividades do Plano de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos de Doenças.

Programação: - Orientação e consultas nutricionais (com enfoque no câncer X alimentação) - Erica Maia dos Santos, nutricionista, especialista em Segurança Alimentar e Nutrição Clínica. - Palestra: O Câncer no Século XXI - Danielle Feio da Costa, médica especialista em Cancerologia Clínica pelo Hospital Ophir Loyola, médica do Setor de Oncologia do Hospital Saúde da Mulher.

Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial

No dia 27 de abril de 2011, 225 pessoas, entre servidores e usuários do TRT-8ª, foram atendidas pelo Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial (26 de abril), sob o lema “Hipertensão - quem se cuida, vive mais”.

O objetivo da ação foi identificar o nível de risco de hipertensão nas pessoas e traçar um perfil dos seus hábitos de vida. O atendimento contou com o apoio de professores e alunos dos cursos de Nutrição e Enfermagem de instituições de ensino superior públicas e particulares (UEPA, UFPA, FAPAM, ESAMAZ, CESUPA e FAPAM), além de enfermeiros e nutricionistas do SIS e SESPA.

Diretores conhecem Plano de Saúde do TRT-8ª

No período de 02 a 04 de maio de 2011, diretores gerais e servidores de onze Tribunais Regionais do Trabalho vieram a Belém conhecer o Plano de Assistência à Saúde (TRT8 Saúde) do TRT-8ª, principalmente a forma de organização e a parte operacional.

Vacinação

Em continuação às ações do Programa TRT8 Saúde, no dia 1º de junho de 2011, o SIS, em parceria com a SESMA, promoveu vacinação contra influenza para magistrados, servidores e inativos.

O Programa TRT8 Saúde está alinhado ao Planejamento Estratégico da 8ª Região, que tem como foco a promoção do bem estar no ambiente de trabalho.

SETI AGILIZA SERVIÇOS

Interligação do e-DOC ao APT

Em 21 de março de 2011, o TRT-8ª disponibilizou para a Central de Atendimento de Belém ferramenta informatizada para interligar o sistema e-DOC (Sistema de

Peticionamento Eletrônico da JT) ao sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas do TRT da 8ª Região (APT).

O sistema, desenvolvido pela Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), a pedido da Central de Atendimento, visa trazer melhorias significativas às rotinas operacionais executadas na Central.

Antes, os usuários tinham que acessar o sistema e-DOC, via internet, para, em seguida, consultar as petições eletrônicas encaminhadas através do sistema, imprimir as referidas petições, acessar o APT, cadastrar as petições encaminhadas pelo e-DOC e submetê-las às Varas. Além da demora para realizar os trâmites operacionais, o fato era agravado pelo longo tempo de resposta do sistema e-DOC, o que prejudicava o trabalho.

Agora, após longa análise da melhor forma para racionalização do serviço de protocolização de petições feitas pelo e-DOC, foi implementada solução, com a mais alta tecnologia disponível no mercado mundial em relação a banco de dados, na qual, a cada 20 minutos, todas as petições protocolizadas via e-DOC são copiadas do banco de dados do sistema, que fica em Brasília, na sede do TST, para o banco de dados do sistema APT, em Belém, na sede do TRT-8ª, para, em seguida, a partir do sistema corporativo do Tribunal, o usuário da Central de Atendimento acessar diretamente, pelo módulo de protocolo do sistema, as petições feitas pelo e-DOC para, simplesmente, confirmar a protocolização das referidas petições.

As mudanças no sistema proporcionaram a racionalização dos serviços da Central de Atendimento e a celeridade na prestação jurisdicional, tendo em vista que as petições protocolizadas via e-DOC passaram a dar entrada no sistema de acompanhamento de processos trabalhistas de forma quase que imediata.

Honorários Periciais

Em 25 de maio de 2011, o APT passou a ter um expediente próprio para solicitação de pagamento de honorários periciais.

A nova funcionalidade foi desenvolvida a fim de facilitar o preenchimento adequado dos requisitos necessários à liberação do pedido de honorário periciais e evitar a demora no pagamento aos peritos, fato que se dava em decorrência do preenchimento inadequado dos pedidos anteriormente encaminhados à Secretaria Administrativa.

O novo expediente no APT foi elaborado por solicitação da Secretaria Administrativa e desenvolvido pelos servidores da SETI.

VISITA MONITORADA

Oitenta e dois alunos do Curso de Direito, da Universidade da Amazônia, visitaram as instalações do TRT-8ª, no dia 29 de março de 2011.

Os acadêmicos do 5º ano iniciaram a visita pelo Auditório Aloysio da Costa Chaves e foram convidados a assistir ao vídeo institucional do Tribunal. Em seguida, divididos em dois grupos, estiveram na sessão de julgamentos da 1ª Turma do TRT-8ª e em outras instalações do prédio sede e também das Varas do Trabalho de Belém, para conhecer o funcionamento e os serviços oferecidos por esta Justiça Especializada.

Sob a coordenação da Assessoria de Comunicação Social, o programa de Visita Monitorada ao Tribunal é parte integrante do Projeto TRT na Escola, uma iniciativa do Planejamento Estratégico Institucional.

TRT VESTE AZUL PELO AUTISMO

Unindo-se ao TST e outros órgãos federais, o TRT-8ª convidou magistrados e servidores para, no dia 1º de abril de 2011, vestirem-se de azul e participarem da campanha pelo Dia Mundial de Conscientização do Autismo - 2 de abril -, data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento no qual uma criança tem dificuldade nas relações sociais, na comunicação e apresenta comportamento repetitivo em algumas situações da vida diária. Sinais de autismo normalmente aparecem no primeiro ano de vida e geralmente antes dos três. A desordem é quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas.

PALESTRA SOBRE IRPF

A auditora da Receita Federal e coordenadora do Programa de Imposto de Renda, Luiza Maria Rodrigues Pinto, proferiu palestra sobre a Declaração de Imposto de Renda 2011, ano base 2010 e novidades de 2011, no dia 18 de abril de 2011. O evento aconteceu na Sala de Sessões do Pleno do TRT-8ª.

AMATRA 8 COMEMORA 30 ANOS COM LANÇAMENTO DE LIVRO

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região promoveu, no dia 18 de abril de 2011, o lançamento do livro "Contemporaneidade e Trabalho - Aspectos Materiais e Processuais, estudos em homenagem aos 30 anos da AMATRA 8", no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

A coletânea reúne artigos de magistrados trabalhistas paraenses e grandes estudiosos brasileiros de Direito e Processo do Trabalho, apresentando temáticas contemporâneas, diretamente ligadas ao complexo mundo do trabalho.

Na ocasião, o desembargador aposentado do TRT-3ª, Márcio Túlio Viana, proferiu palestra sobre "O Segundo Processo".

OUVIDORIA INAUGURA 0800

Desde abril de 2011, um novo serviço de atendimento ao público está disponível na Ouvidoria Regional do TRT-8ª. É o 0800-727-7229. O número permite ligações gratuitas de todo o país.

A ouvidoria também atende: presencialmente, no Posto do TRT-8ª, localizado na Trav. D. Pedro I, 746, prédio sede do TRT-8ª, térreo e pelo e-mail ouvidoria@trt8.jus.br.

JUSTIÇA SOLIDÁRIA

O Projeto "Justiça Solidária" é uma iniciativa do Planejamento Estratégico do TRT-8ª, alinhado à Meta 28, que diz: "Beneficiar, anualmente, no mínimo 10.000 pessoas com as ações de responsabilidade socioambiental promovidas pelo Tribunal". Em 2011, suas ações assim desenvolveram-se:

Comunidade de Santa Maria

Em abril de 2011, a Comunidade de Santa Maria esteve no Tribunal para solicitar cestas básicas, roupas usadas e brinquedos a serem doados para 59 famílias carentes que residem naquela comunidade, localizada na Ilha Trambioca, em Barcarena (PA).

EMAÚS

O Movimento República de Emaús atende a mais de 2.000 crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social em Belém. No dia 13 de abril de 2011, seus agentes visitaram o TRT-8ª para divulgar o "Programa Sócio Solidário".

O Emaús promove a manutenção de trabalhos e serviços de socialização de crianças e adolescentes. Além disso, realiza programas que tratam de questões como: trabalho infantil, violência institucional, situação de rua, exploração sexual, dentre outros.

Ação Global

O TRT-8ª esteve presente na Ação Global promovida pelo Serviço Social da Indústria (SESI) em parceria com a Rede Globo, realizada no município de Tucuruí, no dia 14 de maio de 2011, quando disponibilizou diversos serviços à população, tais como tomada de reclamações, prestação de informações e consultas sobre o andamento de processos.

Cerca de 16 mil atendimentos foram realizados no grande mutirão de cidadania que, pela primeira vez, foi realizado no município de Tucuruí, no sudeste do estado do Pará. No total, mais de 9,7 mil pessoas foram beneficiadas, em mais de 50 serviços gratuitos ofertados.

Formar parcerias institucionais e auxiliar na promoção da paz social são metas do Planejamento Estratégico do TRT-8ª.

Associação Lions Clube do Brasil

No dia 21 de maio de 2011, a Associação Lions Clube do Brasil promoveu evento de responsabilidade social na Praça Brasil.

O TRT-8ª disponibilizou espaços físicos do Tribunal para a realização de serviços oferecidos durante o evento, como emissão de Carteira de Trabalho, CPF, Certidão de Nascimento, Título de Eleitor, além de orientação jurídica.

A Associação Internacional Lions Clube é uma entidade prestadora de serviços humanitários, presente em mais de 200 países no mundo.

Associação Colorindo a Vida

De 24 a 26 de maio de 2011, a Associação Colorindo a Vida, que realiza trabalho de apoio a crianças e adolescentes em tratamento de câncer, fez campanha de divulgação na sede do TRT-8ª.

Uma equipe de voluntárias convidou magistrados e servidores para tornarem-se parceiros. No *hall* de entrada do prédio sede, um quiosque exibiu produtos à venda.

O objetivo do projeto é construir uma Casa de Apoio para pacientes de 0 a 19 anos atendidos pelo Hospital Ophir Loyola, em Belém.

A Associação Colorindo a Vida conta com o apoio de instituições e empresas, como o Instituto Ronald Mc Donald, o Hospital Ophyr Loyola, o Lions Clube de Belém, dentre outras, e possui uma Central de Captação de Doações.

TRT-8ª COMPÕE SUBCOMISSÃO NACIONAL DE METAS DA JT

Em maio de 2011, o Conselho Nacional de Justiça definiu a composição das Comissões que acompanharão o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário brasileiro. Os eleitos deverão discutir a rotina de cumprimento das metas, os critérios para atingir cada meta e promover o intercâmbio de experiência entre os tribunais.

As Comissões são formadas por cinco Tribunais de cada segmento do Judiciário e, ao lado dos gestores de Planejamento Estratégico (ou representantes) dos Tribunais Superiores (STJ, TSE, TST e STM), integram a Comissão Nacional de Metas.

O TRT-8ª Região recebeu a maior votação ente os Regionais Trabalhistas - 16 votos - e compõe a Subcomissão Nacional de Metas da Justiça do Trabalho, juntamente com os TRTs-13ª(PB), 14ª (RO), 16ª (MA) e 23ª (MT) Regiões.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: EXPERIÊNCIA DO TRT-8ª REGISTRADA EM LIVRO

Em maio de 2011, foi lançado o livro "Gestão por Competências no Setor Público". A obra conta um pouco da experiência do projeto-piloto de avaliação dos perfis profissionais dos gestores do TRT-8ª, vencedor da X Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Judiciário, promovida pelo CNJ em outubro de 2010.

O Sistema de Gestão por Competências foi instituído pela política de Desenvolvimento de Recursos Humanos para planejar, monitorar e avaliar ações de treinamento a partir da identificação de competências necessárias ao servidor, no exercício de sua função.

AÇÕES CONJUNTAS DE COMUNICAÇÃO

No dia 03 de maio de 2011, assessores de Comunicação Social do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil estabeleceram ações conjuntas para aperfeiçoar a comunicação na Justiça do Trabalho (JT).

Para elaborar uma proposta de Política de Comunicação Social para a JT, foi instituído grupo de trabalho com representantes das cinco regiões do país, além do CSJT e TST. A 8ª Região foi escolhida pela Região Norte.

Dentre as atribuições do grupo, incluem-se sugerir princípios, objetivos e diretrizes para uso dos meios de comunicação, além de propor critérios para uniformização de procedimentos. Também foi discutida a criação de uma agência de notícias da Justiça do Trabalho, com objetivo de reunir em uma única página na internet notícias sobre decisões judiciais de todos os Tribunais do Trabalho.

70 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TST

O presidente do TRT-8ª e o corregedor regional participaram da cerimônia de comemoração pelos 70 anos da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil. A solenidade aconteceu no dia 03 de maio de 2011, na sala de sessões do Tribunal Pleno do TST e contou com a participação dos ministros daquela Corte, presidentes de TRTs e autoridades convidadas.

Durante a solenidade, TST e CSJT celebraram protocolo de cooperação técnica com representantes dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência Social, além da Advocacia Geral da União. O documento tem como objetivo implementar programas e ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

A cooperação técnica faz parte das comemorações dos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, e está inserida no "Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho".

Selo, Logomarca e Carimbo

Em sessão solene realizada no dia 03 de maio de 2011, o TST e o CSJT, mediante o Ato Conjunto nº 10, instituíram o selo, a logomarca e o carimbo comemorativos aos 70

anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, sendo recomendada a utilização nas comunicações oficiais.

Na mesma ocasião, o Ato Conjunto nº 11, elaborado pelos referidos órgãos, instituiu o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho, que tem como objetivos consolidar a memória institucional, desenvolver o repositório de memória da Justiça Trabalhista, preservar e divulgar o acervo histórico, além de fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

ALEPA

No dia 16 de maio de 2011, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), no Auditório João Batista do Palácio Cabanagem, realizou uma sessão especial em homenagem aos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Na ocasião, o presidente do TRT-8ª destacou que muito se tem a comemorar, pois a Justiça Trabalhista na Amazônia vem cumprindo seu papel de promover a paz social, resolver conflitos e trabalhar em um esforço civilizatório. Ratificou, ainda, a postura da Justiça do Trabalho em auxiliar no melhoramento do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado e de manter-se engajada com seu papel social, com os olhos voltados para um processo cada vez mais célere.

PROJETO COOPERAR

No dia 19 de maio de 2011, no Comando da 8ª Região Militar, o presidente do TRT-8ª, magistrados e gestores estratégicos participaram de palestra intitulada "Planejamento Estratégico", proferida pelos generais Carlos Roberto de Sousa Peixoto (comandante da 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército, em Belém) e Gerson Meandro de Freitas (7º subchefe do Estado-Maior do Exército).

A iniciativa faz parte do Projeto Cooperar e visa fortalecer a integração do Poder Judiciário junto a outras instituições, com o objetivo de alcançar a Meta 19 do Planejamento Estratégico do Tribunal, que é "realizar 10 parcerias institucionais, em média, por ano".

NOVA DIREÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT-8ª REGIÃO

Na sessão de 26 de maio de 2011, o Tribunal Pleno elegeu os novos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo da Escola Judicial do TRT da 8ª Região, com mandato coincidente com o da atual Administração.

Diretor: Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes

Vice-Diretora: Juíza Suzana Maria de Moraes Affonso Borges

CONSELHO CONSULTIVO E DE PROGRAMA

Representantes do Segundo Grau: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman e Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto.

Representantes do Primeiro Grau: Juiz Antonio Oldemar Coêlho dos Santos, Juíza Cassandra Marly Jucá Flexa e Juíza Núbia Soraya da Silva Guedes.

VISITA TÉCNICA

Em maio de 2011, magistrados do TRT-1ª Região estiveram em Belém para conhecer as experiências do TRT-8ª relativas ao quesito “apoio à execução trabalhista”, Meta 5 do CNJ, bem como para assinar o Termo de Cessão de Uso da Planilha JURISCALC.

Durante os três dias de visita (26 a 28/05), também assistiram a apresentações sobre o funcionamento da Central de Mandados, do Núcleo de Pesquisa e Informação e do Sistema de Acompanhamento dos Processos Trabalhistas: Módulos de Execução em Central de Mandados, com enfoque no módulo de Leilões no Sistema APT.

Tal iniciativa, prevista no Planejamento Estratégico do TRT-8ª, visa fortalecer a integração entre os órgãos federais, com parcerias que viabilizem o acesso à justiça e o cumprimento das decisões judiciais.

CURSO DE LIBRAS

Servidores do Tribunal participaram, de 30 de maio a 03 de junho de 2011, do Curso de Libras, ministrado pelas professoras Ana Cristina Silva e Odiléia Saraiva, ambas da Escola Professor Astério de Campos.

A Lei nº 10.436/2002 estabelece que “deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil”. A lei determina, também, “que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva”.

O curso foi implantado neste Regional seguindo as normas da Resolução CSJT nº 64/2010, que exige que pelo menos 5% dos funcionários saibam se comunicar pela linguagem de sinais. O curso faz parte das ações estratégicas do TRT-8ª para o atendimento e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os alunos do curso aprenderam palavras relacionadas ao dia a dia dos setores do Tribunal, como “secretaria”, “diretora”, “instância” e “trabalhador”. Outras, como “processo” e “audiência”, foram traduzidas para a linguagem dos surdos. “Eles são os detentores da linguagem dos sinais. Então, a partir da explicação sobre um assunto, os sinais são pontuados. Quem cria sinal é o surdo”, explicou a professora e intérprete de sinais Odiléia Saraiva.